



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDUARDO LÚCIO GUILHERME AMARAL

RETÓRICAS DO ATRASO E DA CRISE.

CEARÁ (1916-1930).

FORTALEZA

2018

EDUARDO LÚCIO GUILHERME AMARAL

RETÓRICAS DO ATRASO E DA CRISE: CEARÁ (1916-1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Joao Ernani Furtado Filho.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Universidade Federal do Ceará
Biblioteca
Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A513r Amaral, Eduardo Lúcio Guilherme.
Retóricas do Atraso e da Crise: Ceará (1916-1930) / Eduardo Lúcio
Guilherme Amaral. – 2018. 419 f.: il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. João Ernani Furtado Filho.

1. Retórica. 2. Jornalismo político. 3. Partidos políticos. 4. Elites políticas. 5. Eleições.
I. Título.

CDD 900

EDUARDO LÚCIO GUILHERME AMARAL

RETÓRICAS DO ATRASO E DA CRISE: CEARÁ (1916-1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.
Linha de Pesquisa: Cultura e Poder

Aprovada em 11-04-2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Amélia de Melo
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso
Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Manoel Carlos Fonseca de Alencar
Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. João Ernani Furtado Filho
Universidade Federal do Ceará (Orientador)

Para meus filhos, João Octávio e Marco Antônio.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de demonstrar aqui, de forma sucinta, os meus agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse trabalho fosse realizado. Em primeiro lugar, minha família: mãe (Dona Teca), esposa (Karla), filhos (João Octávio e Marco Antonio) e irmãos (Inessa e Samuel) que se sacrificaram para que eu pudesse ter o tempo necessário da escrita, dos estudos e da leitura. Da mesma maneira, reconheço os esforços da instituição em que trabalho (IFCE, *campus* de Quixadá), em nome dos professores Hélder Caldas e Alexandre Praxedes, por ter me liberado das aulas ao longo do ano de 2016. Sem esse apoio e compreensão institucionais, tudo teria sido mais difícil.

Meus agradecimentos também se direcionam para o amigo João Ernani Furtado Filho que orientou a confecção dessa tese. Foi ele quem me incentivou a fazer o doutorado num momento de minha vida em que eu já não tinha tal ambição intelectual. Se não fosse por ele, nada disso teria sido possível.

Todos os professores, que ao longo desses últimos anos, estiveram próximos a mim, meus sinceros agradecimentos. Abraço a todos: o professor Eurípedes Funes, pessoa fundamental na minha formação intelectual; professora Adelaide Gonçalves, tão querida por mim; professoras Ana Amélia e Meize Lucas, pelas aulas brilhantes e inteligentes; professor Gilberto Ramos Nogueira, pelo rigor; professores Régis Lopes e Antonio Luiz pelo apoio incondicional.

Agradeço de maneira efusiva aos meus colegas de sala, que se transformaram em amigos do peito: Kamilo, Jormana, Ney, Lucélia, José, Danilo, Wellington, Jorjão e Fábio Leonardo. Foram tantas as amizades feitas ao longo desses anos! Dentre tantas, não posso esquecer do Plauto, que se tornou um interlocutor determinado e atento. Considerando que o labor intelectual não se faz somente no espaço universitário, compartilhei com outros amigos (de bar, de praça, da rua, da esquina) muitas e desvairadas ideias. Reconheço aqui o valor de todas essas amizades, das quais sinto tanta falta: Calixto, Álvaro, Rubens Nirvana, André Dias, Cláudio Bentemuller, Mateusinho, Washington, Hannah Scarlet, Augusto Azevedo e Felipe Neto. Do Quixadá não posso esquecer dos bons amigos de sempre: Chelton

Almeida, Júlio Rocha, Aterlane Martins, Daniel Pinto Gomes e tantos outros que fizeram da minha casa, a casa deles também.

Agradeço também aos alunos e professores do IFCE, *campus* de Quixadá, seja pelo agradável convívio, seja pelas instigantes e apropriadas considerações cotidianas.

Ao longo desses últimos quatro anos também perdi entes queridos e amigos. Perdi o meu pai, Marco Antonio dos Santos Amaral no meio do doutorado. Essa tese é dedicada a ele, que tanto se orgulhava de mim. Partiu a minha avó, dona Zezê, amiga de tantos estudantes de história que frequentavam sua casa. Perdi o meu velho amigo Carlos Jorge, ícone do Benfica, que agora fica menos rebelde e mais vazio. Foi-se também o amigo Guaracy Freitas, o maior agitador cultural de Quixadá. Quantas saudades!

Por último, mas não menos importante, quero agradecer e abraçar os meus amigos de tantos e tantos anos, sempre juntos a mim, estando perto ou longe, os professores Gleudson Passos Cardoso e Manoel Carlos Fonseca de Alencar. Ao lado deles quero ainda desfrutar de muita coisa. O fato de ambos estarem nessa banca de defesa fecha um ciclo de mais de vinte anos de amizade e reabre o ciclo para muitos mais anos adiante.

RESUMO

As retóricas do atraso e da crise dominaram amplamente o discurso da política cearense entre os anos de 1916 a 1930. Até então, desde meados da década de 1870, o que prevaleciam eram as retóricas do progresso e da civilização. Esta mudança não diz somente respeito somente a formas de sensibilidade e de compreensão do mundo, mas também a formas retóricas de expressão dos problemas correntes. Na medida em que a retórica é um chamamento à ação que procura arregimentar aliados e desmobilizar oponentes, se constitui como instrumento de poder na encarniçada luta pelo domínio da palavra e da significação do real. Este trabalho compendia as diversas estratégias retóricas postas em prática por vários setores políticos organizados do Ceará no período. O que se quer é não somente compreender a formação de tais estratégias, mas também fazê-las retornar às estruturas sociais que as significam.

Palavras-chave: Retórica, Discurso, Jornalismo Político.

RESUMÉ

La rhétorique de l'arriération et de la crise ont largement dominé le discours de la politique du Ceará entre les années de 1916 à 1930. Jusque-là, depuis le milieu des années 1870, ce qui prévalait était la rhétorique du progrès et de la civilisation. Ce changement ne concerne pas seulement aux formes de sensibilité et de compréhension du monde, mais aussi des moyens d'exprimer les problèmes actuels. Dans la mesure que la rhétorique est un appel à l'action, constitue un instrument de pouvoir dans la lutte pour la domination de la parole et pour la signification du réel. Ce travail résume les différentes stratégies rhétoriques deux secteurs politiques organisés em Ceará. Em plus de comprendre de telles stratégies, il est important de les renvoyer aux structures sociales qui cela leur donne un sens.

Mots-Clés: Rhétorique, Discours, Journalisme Politique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Primeira página de A ESQUERDA de 8 de fevereiro de 1928.....	90
Figura 2 - Primeira página de O JORNAL de 11 de outubro de 1916.....	130
Figura 3 –Página de O CEARÁ ILLUSTRADO de 2 de agosto de 1925.....	201
Figura 4 – Primeira página de O DIABO A 4 de 17 de fevereiro de 1924.....	328
Figura 5 – Página de O CEARÁ ILLUSTRADO de 20 de janeiro de 1925.....	343

LISTA DE TABELAS

Anexo 1 - Jornais e periódicos cearenses.....	382
Anexo 2 - Deputados estaduais pelo Ceará (1889-1930).....	389
Anexo 3 - Deputados federais pelo Ceará (1889-1930).....	411
Anexo 4 - Senadores pelo Ceará (18898-1930).....	422
Anexo 5 - Eleitores qualificados no Ceará (1880-1930).....	425

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC – Associação Comercial do Ceará;

ACL – Academia Cearense de Letras;

FTC – Federação dos Trabalhadores do Ceará;

IC – Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)

PRC – Partido Republicano Conservador;

PRCe – Partido Republicano Cearense;

PRD – Partido Republicano Democrático;

PRF – Partido Republicano Federal;

PS – Partido Situacionista;

RACL – Revista da Academia Cearense de Letras;

RIC – Revista do Instituto do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	O DISCURSO DA POLÍTICA.....	30
2.1	Discurso, sentido, sujeitos.....	30
2.2	Discurso político e discurso da política.....	38
2.3	A classe política.....	54
3	LUGARES DA PRODUÇÃO DO DISCURSO.....	69
3.1	A instituição e o discurso da política.....	69
3.2	O jornal político: forma e função.....	82
3.3	O jornalista político.....	94
3.4	Moralidade e retórica.....	115
3.5	As reputações.....	122
4	O SENTIMENTO DIFUSO DE CRISE.....	136
4.1	Retóricas da crise.....	138
4.2	A nostalgia conservadora da unidade.....	147
4.3	O problema da legitimidade do regime.....	163
4.4	As energias morais e a reabilitação nacional.....	174
4.5	O tradicionalismo católico e a apologia da ordem.....	205
4.6	Pela elevação moral do operário.....	216
5	A RESPONSABILIDADE PELO ATRASO.....	232
5.1	Representações do Outro.....	232
5.2	Os culpados habituais.....	237
5.3	Um povo atrasado.....	253
5.4	Indolência, ignorância e imprevidência: o povo.....	267
5.5	A responsabilidade das elites.....	282

6	A CRISE PELO AVESSO	300
6.1	O humor como dimensão do discurso da política.....	300
6.2	As farpas e o humorismo político na imprensa cearense.....	305
6.3	Deolindo Barreto e as “Cartas a Cunceição”.....	317
6.4	A sátira política do jornal “O Diabo a 4”.....	326
6.5	O <i>humour</i> político de Demócrito Rocha.....	338
7	CONCLUSÃO	354
	REFERÊNCIAS	363
	DOCUMENTAÇÃO	377
	ANEXOS	382
	Anexo 1: Jornais e periódicos cearenses.....	382
	Anexo 2: Deputados estaduais (1890-1930).....	389
	Anexo 3: Deputados federais (1890-1930).....	411
	Anexo 4: Senadores pelo Ceará (1890-1930).....	422
	Anexo 5: Alistamento de eleitores por município (1916-1930).....	425

1. INTRODUÇÃO.

“Crise”, “atraso”, “corrupção”, “decadência”, “dissolução”, “desagregação” foram as palavras que caracterizaram o discurso político brasileiro ao longo das décadas de 1910 e 1920. Ao mesmo tempo, saíam de moda as fórmulas já desgastadas de “progresso”, “civilização” e “evolução” que deixaram de dar conta da compreensão da realidade nacional e se tornaram meras figuras de retórica, subsistindo apenas nas margens do discurso político. Por quê?

Os anos que antecederam e que, imediatamente sucederam o centenário da independência do Brasil (1922) foram, no que diz respeito à reflexão política, momentos de revisão e balanço da história e da sociedade nacionais. Entretanto, o nível dessa reflexão foi muito variado. Ela assumiu conotações diversas conforme a conjuntura local, o ponto de vista de classe ou institucional, conforme o lugar social em que fora produzida, ou de acordo com a realidade com a qual se defrontava e os problemas por ela enfrentados. Não houve apenas uma voz que produzisse tal reflexão, mas muitas vozes.

Sob esse ponto de vista, percebe-se a formação de uma sociedade cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexa, em que muitas perspectivas críticas foram elaboradas e postas em conflito. Por exemplo, a Igreja Católica, cada vez mais ativa politicamente, deplorava os “males dissolutos do modernismo”, fonte de decadência espiritual. Os órgãos dos trabalhadores, também mobilizados e atuantes, denunciavam a “perversidade das elites”, o “parasitismo da classe política”. Não raro, na imprensa, se liam afirmações de que o povo era “indolente”, “imprevidente” e “ignorante”, portanto, responsável último pelo “atraso” brasileiro. Alguns bradavam pela instauração de regimes de força (estivessem eles à esquerda ou à direita). Essa foi a época da ascensão dos argumentos autoritários e de funda decepção com o sistema político, que, afinal, era liberal na teoria e oligárquico na prática. Até os próprios políticos tradicionais se apresentavam como críticos do sistema que lhes permitira a existência enquanto tais.

O teor dos diagnósticos de “crise” variava conforme o cenário onde eram gestados, conforme a realidade com a qual se defrontavam. No caso específico do Ceará, essas críticas, revisões, avaliações e diagnósticos assumiram uma tonalidade

muito peculiar. O Estado, assolado por estiagens periódicas, recém-saído da maior seca do século XX (1915), com uma economia devastada e uma população miserável e faminta (além de potencialmente perigosa aos olhos das elites) suscitava um panorama mais vivo, mais desesperador, mais céptico e pessimista quanto às suas possibilidades de “regeneração”. Para tornar o quadro mais aterrador, as diversas facções políticas do Ceará estiveram, desde a queda da oligarquia de Nogueira Acióli em 1912, envolvidas em disputas cada vez mais violentas e brutais pelo poder. Aos olhos de muitos da imprensa (principalmente da imprensa não partidária, mas também nessa imprensa, com peso menor) isso era um sintoma de decadência. A classe política, desmoralizada em muitos órgãos da imprensa, passava por “parasitária da miséria”.

Além de tudo, os diagnósticos da crise e do atraso voltavam-se contra muitos alvos, não somente contra a classe política. O homem do campo, o sertanejo, chamado correntemente de “matuto” (para realçar sua incapacidade de adaptação ao mundo “civilizado”) ou de “caboclo” (para sublinhar sua formação étnica), foi muitas vezes caracterizado como supersticioso, vítima de uma rotina irracional, incapaz para o trabalho regular, para o cálculo econômico ou para a autonomia intelectual. A cidade, por outro lado, era constantemente deplorada por ser a “sede de todos os vícios”: alcoolismo, prostituição, jogos de azar, vagabundagem. Os jornais operários não se furtavam em apontar a ganância, a avidez pelo lucro, o amor pelo luxo e pelo conforto, próprios às elites econômicas, como a causa de todos os males. Até o eleitor comum foi alvo destas críticas. Para uns, os eleitores eram indiferentes, passivos e conformados. Para outros, estavam comprometidos com a manutenção do estado das coisas, na medida em que assumiam compromissos escusos com os chefes políticos, com os quais entravam numa relação de dependência.

Ao longo de todos esses argumentos, percebe-se o predomínio de uma retórica “moralizante”. Se sobravam análises mais “emocionais”, que procuravam encontrar um “culpado” pela situação, faltavam reflexões mais objetivas ou menos apaixonadas. Praticamente nunca se encontram avaliações fundadas em questões demográficas, econômicas, sociológicas, ecológicas ou históricas que se ocupassem de tais temas. Os argumentos, quase invariavelmente, seguem uma estrutura muito similar. A “crise” e o “atraso” são as premissas desses argumentos. Seus efeitos são as conseqüências dessas premissas. Algo ou alguém é o responsável pelo descalabro. Seguem-se duras recriminações aos responsáveis. Finalizam-se com a necessidade de

promoção da mudança. Este tipo de argumento, que é próprio ao discurso político (e da política) está impregnado de uma dada “retórica”, ou seja, de uma exortação à mudança, de um desejo de convencimento, de uma necessidade de arregimentação. Para alcançar os seus fins, não lança mão de argumentos “frios” advindos de uma análise científica, pois que são incapazes de “mobilizar” afetivamente o outro. Preferem, logicamente, os argumentos “quentes” da análise moralizante (a *eloquentia*), já que este é efetivo em demarcar a fronteira entre “nós” e os “outros” e entre os “maus” e os “bons”.

As alternativas políticas apresentadas para remediar tal situação de “crise” e de “atraso” são de matizes as mais variadas, mas com algumas similitudes entre elas, principalmente as que nascem de motivações mais conservadoras. Em geral, se apresentavam dentro do seguinte espectro: em primeiro lugar, havia aquelas alternativas “individualistas dentro do modelo já dado”, ou seja, muito alardeadas pela imprensa partidária, que localizavam a raiz do descalabro no oponente político. Neste caso, a alternativa se limitava a derrotá-lo, expurgando-o do cotidiano político. Em segundo lugar, ocupando um espaço muito minoritário, estavam aquelas considerações que defendiam uma “ampliação do regime democrático” pela mobilização e inserção de novos agentes (como eleitores) no processo decisório. Esta seria uma postura “liberal-democrática”. Em terceiro lugar, vêm as alternativas corporativistas, muito influenciadas pelo organicismo, que funcionara como uma das grandes “modas” intelectuais da época. Em quarto lugar, estavam as alternativas autoritárias, cujo modelo mais célebre foi o fascismo italiano, mas não somente. Estas alternativas autoritárias prezavam pela instauração de um regime de força, liderado por alguém carismático, que pudesse impor-se perante a “desorganização” própria das democracias. E, por fim, houve as utopias de cunho socialista, ainda muito rudimentares sob o ponto de vista de sua concepção, em que se confundem a instauração de uma “fraternidade” humana com princípios de justiça social e melhor distribuição da riqueza.

Claro está que este quadro é apenas uma referência metodológica. Havia muitas correntes “cruzadas”, muito ecletismo intelectual, a ponto de se pensar no grau de coerência dessas proposições. Isto, obviamente, tinha uma razão de ser. Diferentemente do discurso científico, médico, jurídico ou das ciências humanas, que auferem a sua legitimidade social por intermédio da instituição a qual pertencem, e

que por isso, estão sob rígido controle de dispositivos tais como o método, a formação e seleção de seus membros, o jargão, o domínio de certas habilidades, etc, o discurso da política se legitima por outros caminhos. Estes outros caminhos (outros dispositivos) serão discutidos ao longo desta tese, mas, afirmamos, em linhas gerais, que tal discurso se organiza retoricamente, ou seja, é instrumentalizado para o alcance de um determinado fim: a adesão, o convencimento, a arregimentação, a marcação das posições. Assim, os argumentos têm que ser mais eficazes do que coerentes. É óbvio que, se além de eficazes, forem coerentes, tanto melhor. Mas nem sempre era isso o que acontecia.

As questões relativas à natureza do discurso da política, do seu *pathos* (do seu apelo à emoção) e do seu *ethos* (do seu caráter, ou seja, de sua natureza), vão nos remeter, diretamente ao quadro teórico que orienta esta tese. As ideias não são entidades desencarnadas, autônomas, que tenham vida própria e ajam por si mesmas. Muito ao contrário, são parte constituinte da vida social, são os elementos que dão significação à existência ou, no dizer de Michel Foucault, são “aquilo pelo qual se luta e com o que se luta”. Daí que o esforço intelectual subsumido a este estudo faz uma constante relação entre o discurso (enquanto texto, enquanto autoridade intelectual, enquanto representação do mundo) e as condições que lhes permitiram o seu surgimento. Ou seja, qual o regime de verdade do discurso da política? Como ele se legitima socialmente? Como ele se estrutura? De quais artifícios ele lança mão para apresentar-se como verdadeiro, legítimo e relevante? Qual a relação entre sua forma, seu conteúdo e sua função? Quais suas determinações e condicionantes sociais? Para que ele serve? Quem se arroga do direito de enunciá-lo? A quem este discurso se dirige?

Assim, não pudemos nos furtar à reflexão acerca da imprensa política, da função do jornal e do jornalista, da significação do trabalho intelectual numa sociedade majoritariamente iletrada e analfabeta. Trabalho intelectual, aliás, de diferentes significações: que liame poderia haver entre um jornalista assalariado (e, portanto, dependente e com um mínimo de autonomia intelectual), um líder sindical que escreve num jornal de sua associação laboral, um professor do Liceu ou da Faculdade de Direito e um reconhecido escritor pertencente a uma instituição consagrada? Que níveis de autonomia eles tinham para expressarem as suas ideias? Que compromissos assumiram? De que lado estiveram? Como se enxergavam? A quem se dirigiam?

A nossa análise da produção do discurso da política, ao mesmo tempo, investiga os seus “lugares” habituais: o partido político, o jornal, os espaços de poder. Há diferença entre “elites políticas” e “classes políticas”? Qual a permeabilidade desses espaços? São universos fechados ou abertos? Que tipo de hierarquia se estabelece entre eles? Enfim, o que estamos a ressaltar é a complexidade da vida social que dá significado ao discurso. Ou seja, o mundo das relações de classe que se estabelece e que lhes dão funcionalidade. A crítica, o alarde que se fazia da “crise”, do “atraso”, da “decadência”, da “corrupção”, não ocorreu por um simples fato do destino, mas, foi urdido no conflito político, com distintas e claras significações para aqueles contemporâneos.

Uma questão que pode parecer pueril e, à primeira vista, desprovida de significação, é: “havia realmente uma crise?”. Melhor perguntando, o que motivou aquela sociedade em particular a lançar mão da ideia de crise para compreender as contradições de sua existência? Há, aqui, uma questão a ser considerada. Para a historiografia brasileira de matriz marxista, “crise” é um instrumento conceitual que contribui para a compreensão do movimento histórico. É um sinônimo de alteração das relações de poder já consolidadas, que, num dado momento, perdem seu equilíbrio e desorganizam-se. Para esta matriz historiográfica, a década de 1920 representou um momento de desorganização das tradicionais relações de poder, hegemônicas desde a monarquia. A sociedade brasileira passava por um tortuoso processo de urbanização e industrialização, alterando decisivamente o poder relativo das elites proprietárias de terra. O modelo político, fundado num equilíbrio de poder entre as várias frações da classe dos proprietários rurais, perdeu a funcionalidade na medida em que foi incapaz de absorver os novos “atores” da vida política. O desequilíbrio do modelo nascera da incompatibilidade entre os diversos interesses sociais, políticos e econômicos em jogo. As classes médias urbanas, as forças armadas, os trabalhadores organizados, a Igreja, as oligarquias dissidentes, a burguesia industrial, o grande e o pequeno comércio, perceberam que estavam à margem do sistema político, que tal sistema só era capaz de representar os interesses tradicionais e que não significava mais nada para as suas aspirações. Assim, diante do conflito aberto e das contradições cada vez mais irreconciliáveis, a crise se prolongou até que um novo equilíbrio de poder fosse construído.

Não questiono, efetivamente, a objetividade de tal explicação; penso, ao contrário, que ela é muito coerente e satisfatória. A questão, na realidade, é de outra magnitude. A análise histórica foi competente para explicar a natureza de uma crise, mas incapaz de explicar a significação ou realidade da crise para aqueles contemporâneos. Ou seja, a explicação é extrínseca e não intrínseca aos sujeitos. É como se eles a vivessem sem dela se aperceberem, sem tomarem consciência do processo histórico desenrolado diante de seus olhos. Esta é uma questão difícil de ser respondida: “havia realmente uma crise?”.

Em quase todos os textos aqui analisados, há um padrão explicativo latente. Como já adiantamos, a existência de uma “crise” é uma premissa dos argumentos. Mas essa crise pode ser entendida de maneiras diferentes. Ou seja, há diferentes percepções da verdadeira natureza da crise a que se referem. Para os argumentos da imprensa católica a existência desta crise nasce da subversão às formas tradicionais da organização da vida social. Ela não hesita em identificá-la com a emergência dos então chamados “valores modernos”: individualismo, materialismo, laicismo do Estado, relativismo ético, etc. A “crise” para os católicos é a crise dos seus próprios valores, ameaçados pela modernidade. Ela procurava “reagir” a isto, combater, mantendo-se da defensiva, fechando-se sobre si mesma. Quer a redenção por intermédio da ação de um líder “salvador”, tal qual um Mussolini, que regenere a antiga ordem e restabeleça os seus princípios hierárquicos. A moralidade está no centro da explicação.

Sob o ponto de vista da imprensa dos trabalhadores, da imprensa sindical, a “crise” também é pressuposta. E também tem um fundo moral. Os capitalistas e seus sequazes exploram os trabalhadores motivados pelo espírito da ganância e da avareza. São maus (na realidade, são perversos), pois se dedicam à satisfação dos desejos mais vis. Comem mais do que o necessário, deleitam-se em festas, vestem luxuosamente, esbanjam e ostentam. Não guardam, para com o próximo, qualquer consideração ou respeito. Ao invés, querem manter os trabalhadores sob a mais deplorável ignorância, na mais absoluta miséria para que não se levantem, para que não denunciem, para que não se rebelem. Querem ser vistos como os seus salvadores, mas na verdade, são os seus escravizadores. São, portanto, maus, doentios, depravados, corruptos. A alternativa que resta é a de lutar pela restauração da dignidade do trabalhador. Isto deveria, portanto, ser feito, por intermédio da elevação moral do operário. O álcool, a

prostituição, o jogo, a vagabundagem são compreendidas como instrumentos desta escravização. Fazia-se urgente, desta maneira, salvá-lo, não só do patrão, como de si mesmos. Pregavam uma moralidade quase puritana, evitada de ascetismo, morigerada, frugal.

Estes argumentos são mais facilmente identificáveis porque tinham um lastro institucional forte. Representavam posições oriundas de amplos segmentos da Igreja e do movimento dos trabalhadores. Manifestavam-se de maneira mais coerente, pois eram menos vulneráveis às oscilações conjunturais da política. Situação bem diferente era o da imprensa partidária. O partido político, longe de se configurar como uma instituição estável, com princípios programáticos claros era, na verdade, uma coligação de clãs familiares movidos por interesses imediatos de poder. As rápidas mudanças da conjuntura afetavam-lhes de maneira mais decisiva e as suas posições mudavam ao sabor das circunstâncias. Mesmo assim, em linhas gerais, é possível distinguir algum padrão.

Para certas frações da classe política mais antiga, exatamente aquela que havia apoiado a oligarquia de Nogueira Acióli (conhecidos como “aciolistas” e arregimentados no Partido Republicano Conservador) a “crise” significava a derrocada das formas tradicionais de dominação e de organização oligárquicas. Para eles, o período pré-1912 (ou seja, anteriormente à queda de Nogueira Acióli), representava a existência de formas mais “honradas” de dominação, em que havia confiança e submissão à autoridade do chefe. É esta a “nostalgia conservadora da unidade” de um tempo em que não havia divisão no seio da oligarquia, em que o partido era um instrumento de coesão de suas partes, em que as eleições não provocavam exaltações ou violências porque resolvidas entre os membros de um mesmo organismo. Foi, portanto, a queda do aciolismo que permitira a existência das dissensões, a luta fratricida no interior da classe, as explosões de violência, o aparecimento do arrivismo e da figura do cabo eleitoral. Superar a crise passava, neste sentido, pela recuperação da unidade da classe política, pela imposição de um novo compromisso de poder que pudesse restituir a antiga e perdida estabilidade.

Os adversários dos aciolistas eram conhecidos como “rabelistas”. O termo remetia aos seguidores do coronel Franco Rabelo, que sucedera o próprio Nogueira Acióli na presidência estadual em 1912. Esses rabelistas surgiram como uma frente de

oposição, aliás, muito heterogênea, a Acióli e seus aliados. Estavam arregimentados no Partido Republicano Democrático (que surgiu em 1916 para substituir o antigo “Partido Rabelista”) que congregava, além dos clãs familiares dissidentes do aciolismo, setores representativos do comércio da capital e frações das camadas médias urbanas. A oposição ao aciolismo fora sempre a bandeira do PRD, mas isso nem sempre funcionava a contento. Quando a conjuntura assim forçava, não hesitavam em coligarem-se a seus tradicionais desafetos, como será mais bem explicado adiante. Os rabelistas, nos seus momentos mais exaltados, acusavam os aciolistas de “violentos”, de “corruptos”. Caracterizavam-nos como os “mandões de aldeia”. Não havia, realmente, nestas argumentações, nada muito além da repetição da ideia de que o “mal” instalado na sociedade devia-se, unicamente, à existência de seus adversários e das práticas políticas arcaicas por eles perpetradas.

A rivalidade entre aciolistas e rabelistas, na verdade, não era convincente, pois era uma questão meramente circunstancial, feita ao sabor dos acordos (dos “conchavos”) políticos. Essa imprensa partidária estava mais preocupada em agredir, em difamar, em espalhar boatos, do que, propriamente, divulgar ideias, em discutir a realidade estadual, em propor alguma coisa além da necessidade de esmagar, derrotar e humilhar o adversário. Não à toa, tal imprensa foi muito desprezada e mal vista por aqueles que se diziam pertencer à “opinião pública”. Mas que “opinião pública” era essa? O que é uma opinião pública?

O termo “opinião pública” se consolidou no vocabulário político cearense a partir da década de 1910. Ao que tudo indica, se prestava a identificar aquele grupo de eleitores que se percebiam como “independentes”, ou seja, que não se viam sujeitos às pressões exercidas pelos chefes políticos interioranos. O objetivo era distingui-los dos demais eleitores, considerados “ignorantes” e “submissos”. Viam-se como eleitores “esclarecidos”, mas, ao mesmo tempo, ressentiam-se da sua pequena expressão política. A “crise” sentida por eles traduzia-se numa perene situação de inadequação social. Nem nutriam qualquer simpatia pelas “massas populares” e tampouco se conformavam à sua dependência relativa à classe política, considerada “arcaica” e “atrasada”. Alimentavam a esperança de transformação do sistema político, ainda que não tivessem muita clareza do caminho a seguir. Ressentidos, compreendiam que tal mudança só poderia advir de um movimento “externo” ao próprio sistema, haja vista a sua impermeabilidade aos movimentos ascensionais que

viesses a modificá-lo “por dentro”. Assim, não raro, seduziam-se por propostas de cunho mais autoritário, que postulavam a instauração de regimes de força que pudessem defenestrar a classe política “parasitária” do poder.

O estudo das representações políticas das classes médias urbanas é uma tarefa extremamente complexa. Isto por várias razões. Em primeiro lugar, porque “classe” é uma categoria que só tem sentido no conjunto maior das relações sociais. Nesse sentido, o significado de “classe média” num Estado agrário e pobre como o Ceará tem uma significação diversa de “classe média” num centro econômico mais dinâmico, como São Paulo ou Rio de Janeiro. Ou seja, esta não é uma categoria absoluta. Em segundo lugar, porque existe uma tendência à “naturalização” da categoria na historiografia. Fala-se em “imprensa de classe média”, de um “comportamento de classe média”, das “aspirações da classe média” quando, na realidade, é muito difícil localizar um padrão que correspondesse a tais expectativas. Em todo caso, como será exposto adiante, será possível localizar na estrutura de classe, os chamados “estratos médios urbanos”, ou seja, aquele conjunto de trabalhadores não-produtivos (“não-manuais”), detentores de algum grau de escolaridade formal, composto de profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos e médios comerciantes, professores, etc. Essa camada da população, de pequeno peso demográfico – e, conseqüentemente, eleitoral – detinha uma percepção contraditória da vida política se comparada às classes dominantes ou ao conjunto dos trabalhadores produtivos (“manuais”). E, como tal, demandas próprias, ainda que tais demandas não viesses a se cristalizar numa auto-percepção de sua situação social, à exceção da ideia (vaga) de “opinião pública”.

Algumas folhas políticas e revistas escreviam diretamente para esse público. De um lado, havia os semanários ilustrados e de outro, os chamados “jornais de ideias”. Os semanários ilustrados faziam, basicamente, colunismo social. Em suas páginas, estava representada a elite econômica da cidade: noticiavam os aniversários, festas, bailes de carnaval, saraus musicais, enfim, os lugares de distinção da cidade e os momentos de sociabilidade de elite. Essa era uma leitura “diversional”: traziam contos espirituosos, poemas, faziam concursos os mais diversos e eram sustentados pela publicidade de seus anunciantes. Inauguraram, pelo menos em Fortaleza, o “voyeurismo” social. Os estratos médios aspiravam, em grande parte, a esse estilo de vida, que, obviamente, lhes estava interdito. Esse pólo da imprensa (que seduzia e

cooptava) representava a atração que as classes dominantes exerciam sobre os estratos médios.

Por outro lado, na “imprensa de ideias” lia-se aquilo que os incompatibilizava com as elites, principalmente com a classe política. Aqui, a classe dominante é retratada como “classe parasitária”, caracterizada como “ignorante”, “rude”, “inescrupulosa”. Ao mesmo tempo, a grande massa do povo saía nessas folhas, no mais das vezes, como “indolente”, “imprevidente”, “incapaz”. Essa dupla rejeição: às elites e ao povo, ou seja, à condição de subordinado e ao medo da proletarização, compunha normalmente, o substrato político básico das classes médias urbanas.

Não ousou falar de uma “imprensa de classe média”, mas nos parece claro que há alguns jornais que são mais incisivos na crítica ao sistema então vigente de poder. Esta imprensa que se arrogava de “independente” (algo mais virtual que real), e, portanto, desvinculada de partidos ou de instituições de classe, sentia-se mais à vontade para expressar as suas opiniões e para se posicionar criticamente frente ao cenário político. Mas, efetivamente, qualquer caracterização dos “valores de classe média” nos parece extremamente imperfeita. De fato, a expressão “opinião pública” é uma das raras que se prestam a identificar minimamente este dado estrato social. Faz isso por um exercício de oposição (pois é assim que as identidades se constroem) relativamente ao “eleitor comum” e aos “chefes de aldeia”. No mais, qualquer definição é insatisfatória.

Enfim, ao nos perguntarmos se “havia realmente uma crise”, faz-se necessário buscar um substrato comum a todos esses posicionamentos, a todas essas retóricas da crise. Se percebermos bem, todas essas retóricas estão reagindo a transformações sociais que transcorriam de maneira cada vez mais acelerada. Os fundamentos políticos, sociais, comportamentais, econômicos e culturais daquela sociedade vão se alterando drasticamente ao longo das décadas de 1910 e 1920. O sistema político, ainda que se mantivesse aferradamente ligado aos interesses das elites fundiárias, já não representava mais a complexidade dos interesses sociais em curso. Da mesma maneira, a autoridade moral da Igreja, ainda que fosse poderosa, já não satisfazia amplos segmentos da sociedade que buscaram no laicismo, no cientificismo, no relativismo ético, novos fundamentos. Por todo lado o que se via era uma explosão de mundanidade: seja na moda, no comportamento, na reprodução dos códigos morais,

na expressão da subjetividade individual. A rejeição a formas tradicionais de vida pública, fundadas na submissão à autoridade do “chefe”, do “leader”, da Igreja, enfim, do patriarcado, ensejava a busca por novos parâmetros de convivência, de sociabilidade e de relação do indivíduo com a esfera pública.

Diante disso, tais retóricas se podem classificar em *retóricas reacionárias*, *retóricas reformistas* ou *retóricas libertárias*. Nas *retóricas reacionárias* o que se pretende é revitalizar a estrutura social, política e cultural anterior, ou que idealmente existira no passado (histórico ou imaginado). Faz-se o apelo à restauração da ordem e à restauração da autoridade, pois se compreende que a ausência de tais princípios (ordem e autoridade) motivara um “descalabro moral”, ou seja, a existência do pluralismo e do relativismo éticos. Já nas *retóricas reformistas*, que tiveram um apelo muito pequeno, o que se pretende é a constituição de um novo equilíbrio de poder a partir do esquema já existente. Seja na percepção de que havia espaço para uma ampliação da base de eleitores independentes, seja na defesa das liberdades políticas e dos direitos individuais. Neste caso, a educação era vista como instrumento de construção de cidadania e de fortalecimento da autonomia pessoal. Não à toa, as iniciativas nesse sentido – a do fortalecimento do papel social da educação – tiveram ampla repercussão na década de 1920, como bem provam as iniciativas do presidente Justiniano de Serpa e de Lourenço Filho.

E, por fim, as *retóricas libertárias*, pregavam uma ruptura com o modelo existente. Mas, não uma ruptura com os olhos no passado e sim, voltada para a construção de uma nova relação entre Estado, sociedade e indivíduo. De fato, aqui, a autoridade – seja da Igreja, seja das classes dominantes – é fortemente criticada por sua influência sobre a liberdade individual, a manutenção do “status quo” e da estrutura social arcaica. O que se queria era não apenas a construção de uma sociedade em novas bases (sejam econômicas ou morais), mas um novo padrão de sociabilidade, que podemos chamar de “humanismo”. No Ceará, a imprensa dos trabalhadores, para além dos rótulos mal-definidos e mal-compreendidos de anarquismo, socialismo, comunismo, evolucionismo, etc, seria, marcada por um viés “humanista”, ou seja, que se batia pela liberdade e emancipação, além da correção dos instrumentos de distribuição da renda. Não há dúvidas que tais retóricas libertárias ocuparam um espaço muito pequeno no espectro político, mas não se pode deixar de salientar que elas foram importantes para a construção da crítica aos modelos políticos reacionários.

Ao mesmo tempo, esta tipologia é ainda incapaz de dar conta da realidade com a qual se lida. Assim como as matrizes teóricas subsumidas a tais retóricas são ainda indefinidas ou, pelo menos, fracamente estruturadas, da mesma maneira, existiram muitas posições intermediárias, muitas delas construídas ao sabor das circunstâncias.

Esta tese se estrutura em cinco capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “O discurso da política” se ocupa de dois aspectos. O primeiro aspecto revela as opções teóricas relativas à questão do discurso como dimensão da realidade histórica. É importante ressaltar que o problema teórico subjacente a esta tese não se esgota no primeiro capítulo, mas vai sendo desenvolvido ao longo de todo o texto. Apenas, por uma questão de exposição, fez-se a opção em manifestar esta questão mais claramente no início da tese. O outro aspecto abordado diz respeito à formação e constiuição da classe política local, considerada aqui, como grupo estratégico em termos de possibilidade de manutenção e manipulação do discurso, haja vista os espaços decisórios e de poder que ocupa.

No segundo capítulo, o exercício de exposição das condições de produção e de existência do discurso político é aprofundado. A reflexão se inicia com uma discussão sobre o lugar da política na vida cotidiana, estendendo-se às diversas situações em que o discurso da política emerge e ganha reconhecimento. Assim, discute-se o caráter do jornal político, a sua articulação entre forma e função, o papel do jornalista político e certas situações arquetípicas do discurso da política, tal como a sua relação com a retórica, com a moralidade e com a história (e a construção das reputações).

O terceiro capítulo se intitula “O sentimento difuso de crise”. O que se pretende é problematizar a generalizada percepção, para aqueles contemporâneos, de que se vivia (ou se experimentava) uma crise social. Daí em diante, a pretensão é a de compor uma polifonia das percepções da crise. Neste sentido, o que se quer é revelar as diferentes sensibilidades políticas referentes a este problema. São cinco “vozes” abordadas: a voz das oligarquias mais antigas, as reações aos problemas legais do regime, a perspectiva dos jornais “independentes”, a posição da Igreja Católica e a visão dos trabalhadores gráficos.

O quarto capítulo “A responsabilidade pelo atraso” também tem uma dupla função. Em primeiro lugar, discute certas características da retórica política, principalmente as tentativas de legitimação do discurso. Neste caso, a análise quer compreender as estratégias e os argumentos que permitem auferir uma dada legitimidade do seu emissor. Este problema é um desdobramento das questões teóricas apresentadas no primeiro capítulo. Em segundo lugar, discute a questão da formação de identidades a partir da função retórica do discurso. Estas identidades são construídas “ao negativo”. Ou seja, a partir de uma rejeição ao “outro” que sempre é considerado “culpado”, “responsável” pela crise instalada. A nossa atenção recai, basicamente, em dois focos: as representações do “povo” e as representações da “elite” tais como manifestadas pela imprensa e pelo pensamento social cearense da época.

O quinto capítulo pode parecer, à primeira vista, destoante dos demais. Mas isso é mera impressão. Aqui se analisa uma dimensão importante, mas nem tão valorizada do discurso da política que é o humorismo político. Por intermédio do humorismo as convenções mais habituais do discurso da política são suspensas. Ou seja, o discurso da política se reveste (ou pretende se revestir) de uma “seriedade”, de uma “respeitabilidade”, que é um dos seus fundamentos retóricos. Quando o humorismo entra em cena, tais fundamentos acabam sendo rejeitados, gerando a surpresa e o riso.

O que nos parece imprescindível discutir nesta introdução são os marcos temporais balizados nesta tese. Optou-se, como já se fez patente, por uma delimitação temporal que vai de 1916 a 1930, portanto os últimos catorze anos da Primeira República. A razão para tal se encontra na própria dinâmica política cearense. No início de 1916 foi eleito presidente estadual o engenheiro João Thomé de Sabóia a partir de um acordo feito no Rio de Janeiro entre aciologistas e rabelistas. Nesse momento, pode-se afirmar, com um mínimo de segurança, que a turbulência política iniciada com a queda da oligarquia de Nogueira Acióli (1912), passando pelo governo de Franco Rabelo (1912-1914), pela “Sedição de Juazeiro” (1914), pela interventoria federal do general Setembrino de Carvalho (1914-1915), pela seca de 1915 e pelo governo tampão de Benjamin Barroso (1915-1916) já havia passado. Ao mesmo tempo, os fundamentos de uma nova rotina política estadual se apresentavam. Principalmente no que diz respeito à existência de dois partidos políticos (PRC e PRD) que competiam pelo poder e pela situação do próprio presidente estadual que será, a

partir de então, muito mais um árbitro entre as duas facções rivais do que, realmente, um líder partidário.

Isso significa dizer que nesta fase da vida política cearense, as classes dominantes se encontravam divididas e que, apesar de momentos de composição entre si, nunca deixaram de almejar ao completo domínio político e a total subjugação do oponente. Essa situação, apesar de à primeira vista, parecer de pouca monta, é crucial para a compreensão da emergência de uma nova rotina de poder: aliás, bastante competitiva (mas não em termos eleitorais), violenta, tortuosa e com uma tendência para a instauração de sucessivos impasses. Este caráter mais “dramático” do cotidiano político foi decisivo para que a desilusão quanto ao sistema se tornasse unânime entre os demais detentores do discurso. As incompatibilidades vão ser mais frequentes, a vileza da política comezinha esteve mais evidente e a repulsa a esse estado de coisas foi mais divulgado pela imprensa. Assim, procura-se salientar o caráter singular das percepções de crise e de atraso no Ceará, ainda que estivesse em sintonia com o que se pensava no restante do país.

Bem se nota que este trabalho se inclui nos esforços de renovação do campo da história política. Esse movimento, iniciado em meados da década de 1970 com a singular contribuição de René Remond, passou a repercutir mais intensamente na historiografia brasileira a partir do início da década de 1990. Tal renovação dos estudos de história política se define, basicamente, por algumas rejeições e por alguns princípios básicos. Inicialmente, procura-se compreender o político para além de sua representação tradicional, ou seja, aquela que sobrevalorizava o “fato”, o “evento” e a narrativa destes eventos numa trama, basicamente, idiográfica. Outra rejeição está na superação do “político” como instância representativa do “tempo curto”. Assim, a “nova história política” procura-se legitimar a partir de uma tradição historiográfica que valoriza a política na sua dimensão específica de poder. Conseqüentemente, tal inflexão possibilitou a emergência de novos objetos e de novas maneiras de abordá-los. Vêm para o primeiro plano da reflexão histórica as representações, os comportamentos, as atitudes relativamente à política e seu lastro social.

Esta tese, portanto, se define na construção do seu objeto, que são dos discursos da política. Tais discursos são tomados na sua dimensão própria de “representação” e compreendidos como “instrumentos de poder”. Nesse sentido é que

se privilegiam os discursos voltados para a ação política, ou seja, que se batem pela desmobilização do oponente, pela criação de identidades, pela arregimentação, pelo convencimento do leitor. Ao invés dos discursos “frios” da análise política mais erudita, tratamos dos discursos “quentes” do cotidiano político. E, assim, de fato, é que puderam sobressair as funções do discurso da política e as suas características mais recorrentes. Ao mesmo tempo, quando passamos ao largo das análises mais “eruditas” acerca da política, podemos nos encontrar com a figura do polemista, do cronista, do jornalista político, do ideólogo, do intelectual mobilizado e socialmente mais atuante. Isso confere uma plástica mais dinâmica a este trabalho do que se optássemos somente pela análise das “ideias” políticas. As ideias certamente nos interessam, mas o realce é dado às estratégias retóricas dos argumentos e, conseqüentemente, às experiências destes cronistas, jornalistas, polemistas e ideólogos no campo do conflito pelo poder.

2. O DISCURSO DA POLÍTICA.

2.1. Discurso, sentido e sujeitos.

Este estudo se apropria do discurso, e mais especificamente, do discurso da política, como matéria de reflexão histórica. O que se pretende investigar são as razões pelas quais as categorias de “crise” e de “atraso” se tornaram dominantes como elementos de compreensão da realidade política e social do Ceará a partir das décadas de 1910 e 1920. Ainda que tais categorias tenham surgido num período anterior, designavam aspectos bastante isolados da política ou da sociedade. Ou seja, qualificavam eventos e não processos. Uma seca gerava uma crise econômica, demográfica ou humanitária; um arranjo político escuso era visto como atraso. Mas a percepção de que todo o sistema político e, conseqüentemente, toda a estrutura social cearense, estavam irremediavelmente marcados por estes signos, é algo próprio ao período estudado.

De certa maneira, este é um ponto de viragem importante. Até aquele momento foram as noções de progresso (material ou moral) e seus congêneres (evolução, civilização) que prevaleciam como os parâmetros habituais de construção do discurso político. Não que essas categorias “desaparecessem” de todo do discurso político cearense, mas se tornaram desgastadas e passaram a subsistir apenas como elementos discursivos marginais. A quais razões se atribui esse desgaste?

Ao abordar os problemas teóricos e metodológicos relativos à questão do discurso como objeto da história surgem inúmeros problemas iniciais que precisam ser bem elucidados. É fora de dúvida que a história enquanto disciplina sempre se baseou no estudo de textos, pelo menos desde quando a crítica erudita e seus métodos de abordagem das fontes buscaram conferir à história um estatuto científico ou, pelo menos, o “status” de um conhecimento rigoroso e metódico. Todavia, tais textos eram apropriados na dimensão própria de vestígio do passado, de rastro, que permitiria, assim, reconstituir, por seu intermédio, uma realidade evanescente. Os critérios de erudição estavam voltados para determinar-lhe sua autenticidade e quanto maior fosse seu caráter oficial, mais se patenteava, ou se garantia, este caráter de vestígio.

O problema, então ignorado amplamente pela crítica erudita, foi o de confundir o acontecimento com a sua narração. Se, de um lado, o acontecimento foi naturalizado, ou seja, considerado como dado, como tendo existência própria, por outro, sua narração foi compreendida na mais estreita superficialidade. Descartavam-se assim, problemas ligados à situação do narrador, às condições de constituição do objeto, aos diversos tensionamentos e contradições próprias à realidade social na qual o documento é produzido. O vestígio é alçado à condição de documento que, sob o ponto de vista de sua raridade, singularidade ou representatividade, se torna monumento.

Sob tal perspectiva o texto é espelho da realidade. Reflete-a tal e qual, e se oferece, sem maiores dificuldades, à leitura do historiador. O que foi dito é o que aconteceu.

Os avanços epistemológicos empreendidos pelas mais diferentes correntes teóricas e pelas diversas escolas historiográficas, ao longo de todo o século XX, foram decisivos para um redimensionamento do papel do documento, e por extensão, do texto escrito, da narrativa e do discurso, no conjunto das preocupações metodológicas da história. *Grosso modo*, identificam-se aí, quatro perspectivas pelas quais o problema foi abordado.

Em primeiro lugar, as contribuições advindas do materialismo histórico puseram em evidência dois conjuntos de questões. Por um lado, que o discurso deveria ser apreendido na sua situação especial de ideologia. Ou seja, enquanto simulação, máscara ou disfarce de uma realidade que se quer encobrir e distorcer-lhe o sentido original. Nesse caso, a tarefa do pesquisador é a de ir além das distorções do discurso, alcançando-lhe o sentido por ele encoberto. A palavra de ordem é “desvendamento”. Nesse processo de desvendamento, deve o pesquisador fazer emergir, das trevas do discurso, a clareza da realidade. Isso só se tornaria possível quando se fosse capaz de retornar o discurso às contradições sociais das quais ele é emanado.

Nessa perspectiva, o texto é disfarce da realidade. Distorce-a e impele o historiador a uma exegese do seu significado oculto.

Em segundo lugar, as contribuições advindas da *École des Annales* buscaram o reposicionamento da história como disciplina científica. Nesse reposicionamento, foi posta em evidência a necessidade de um conhecimento de

processos sociais mais amplos, naquilo que se convencionou chamar de “história total”. Esta “história total” se alicerçava na compreensão de estruturas mais profundas da realidade. Consequentemente, o documento individualizado, singular, atomizado, não mais satisfaria às necessidades de compreensão que o historiador então se impunha. Foi necessário, por consequência, constituir longas séries documentais, para daí medir regularidades, obter padrões, observar tendências.

Nessa perspectiva, o texto é fragmento da realidade. Considerá-lo individualmente significaria retornar à ideia de “evento”. Sua incompletude, seu caráter parcial não daria conta, portanto, de construir um conhecimento seguro acerca da dinâmica das sociedades humanas no tempo. A necessidade de recompô-lo em séries maiores permitiria alcançar longos processos temporais e, então, revitalizar as aspirações científicas da história.

Em terceiro lugar, os estudos que trilharam as sendas da análise do discurso, procuraram compreender o texto nas suas dimensões estéticas, sintáticas e semânticas. Ou seja, ao invés de procurar um sentido para além dos enunciados, os analistas procuram firmar-se na superfície da textualidade. O legado dessa abordagem permitiu uma profunda renovação para os estudos de historiografia. Até então, a historiografia era compreendida como sucessão de teorias, ideias, conceitos, métodos, técnicas e abordagens. Essa compreensão da historiografia como um ramo particular da “história das ideias” foi relegada a segundo plano em função dos novos parâmetros conceituais propostos por estes analistas. Dentre esses novos parâmetros, estava o de “narrativa”. Cabia ao historiador compreender as estratégias narrativas do documento e, assim, revelá-las como uma “invenção” de um dado objeto. Os processos de escrita, os temas, as abordagens, os objetos, enfim, os aspectos referenciais do texto passaram a ser entendidos como elaboração textual.

Sob essa perspectiva, o texto é o sentido. O sentido não se esconderia para além dele, nem estaria óbvio nele, nem seria reprodução dele, nem seria disfarçado por ele. Todo o problema do sentido deveria ser encontrado em estratégias narrativas, em modelos linguísticos, em *tropos* discursivos. A realidade seria, se não inapreensível, pelo menos, inescapável de suas representações narrativas. Texto, sentido, representação: tudo são formas pelas quais o homem constrói o conhecimento do mundo.

O caminho percorrido foi de um extremo a outro. Nos primórdios da constituição da história como disciplina científica o texto é o espelho da realidade; sob as contribuições da análise de discurso, a realidade é o texto.

Esse posicionamento gerou, como seria de se esperar, reações variadas. A questão central do debate, implicada por tal reducionismo linguístico, fora a de saber se o conhecimento construído pela história teria validade para além de suas representações linguísticas, teóricas ou conceituais. Enfim, fora a de saber se a história permaneceria capaz de produzir um conhecimento seguro dos seus objetos e, não somente, a revelação das suas tramas semânticas e narrativas. O que se colocou em jogo fora a função social do próprio conhecimento histórico. O que ele é? Ciência ou literatura? Uma narrativa da realidade dentre tantas outras? Um meio seguro de apropriação e conhecimento do real? Para que ele serve? Apenas como deleite intelectual, tal como a literatura ou as artes? Ou, finalmente, há no conhecimento produzido pela história uma razão de ser?

Para os historiadores franceses, principalmente, as respostas poderiam ser encontradas em sua própria tradição intelectual. Mais precisamente nas obras de Michel Foucault, *A Arqueologia do Saber* (1968) e *A Ordem do Discurso* (1971). Coube, por outro lado, a Michel de Certeau, com a sua *A Escrita da História* (1975), a primazia de ter traduzido, ou melhor, adaptado as questões suscitadas por Foucault para o debate teórico da história. De fato, cabem aqui, algumas reflexões acerca desta obra foucaultiana e suas implicações mais imediatas para a história.

Para Foucault, o discurso é um “conjunto de enunciados que se apoia num mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2002, p.124). Este “sistema de formação” é definido mediante as “condições de existência” do discurso, ou seja, o das relações que se dão entre uma dada prática, as normas (as regras) pela quais tais práticas se constituem e um lugar social (uma profissão, instituições, uma disciplina) no qual o discurso é produzido. Ao invés de se perguntar pelo sentido do discurso, Foucault se questiona acerca das condições que lhe permitiram existir. De fato, tal posicionamento enseja uma conversão relativamente ao “olhar” do historiador para o material com o qual trabalha.

Ainda que não suponha ou discuta se os sentidos estão para além do texto, se a tarefa da hermenêutica, da psicologia, da lógica formal ou da análise do discurso

são válidas ou não, Foucault propõe um novo caminho, chamado de “arqueologia”, para o trabalho com o discurso. Para ele, a “análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem (...) mas, ao contrário, de que modo existem”¹. Assim, tais contribuições ressaltam o discurso como uma construção mediada por inúmeras relações historicamente detectáveis, permitindo alcançar – não um significado latente – mas todo um conjunto de práticas que envolvem a constituição dos discursos e, por que não – das representações discursivas².

É possível supor que a inflexão sugerida de Foucault, do sentido do texto para a prática que permite a existência do discurso, tenha respondido algumas das questões suscitadas anteriormente. Ao invés de apontar no sentido do reducionismo linguístico, tal proposta revitaliza uma ideia de função social do conhecimento que a história produz. A conversão do olhar para as condições de produção do discurso permite não somente novas abordagens relativamente à própria matéria (discursiva) com a qual o historiador se defronta, mas também, acerca da natureza de sua prática profissional. Ou seja, as bases sobre as quais se assentavam a compreensão do documento e da disciplina são radicalmente alteradas.

Seguindo o percurso intelectual de Foucault, suas preocupações acerca da análise dos enunciados discursivos são, a partir de *A Ordem do Discurso* (1971), inseridas no campo do poder. O universo das relações que se dão entre práticas, normas e lugares do discurso passa a ser considerado como instância de um jogo de forças cujo objeto é o próprio discurso. Nesse caso, estamos diante da ideia de “genealogia”. Salientam-se, a partir daí, os procedimentos de exclusão, os interditos e todos os elementos que traduzem o discurso como “aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorar-nos” (FOUCAULT, 1996, p.5). Agora,

¹ *Idem.* (p. 126);

² Para Habermas, “a historiografia radical de Foucault permanece ‘transcendental’, no sentido mais brando do termo, visto que concebe os objetos da compreensão histórico-hermenêutica do sentido como constituídos, como objetivações de uma *práxis* do discurso sempre subjacente e apreensível em termos estruturalistas. A velha história havia se ocupado com totalidades de sentido, que tornava acessíveis a partir da perspectiva interna dos participantes; desse ponto de vista não se percebe o que constitui em cada momento um tal mundo discursivo. Somente uma arqueologia que desenterra até às raízes uma *práxis* do discurso se dá a conhecer como aquilo que, afirmando-se do interior como totalidade e do exterior como particularidade, poderia ser de outro modo”. HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (p.353). Quando Habermas utiliza o termo “transcendental” está a se referir à epistemologia kantiana que privilegia as condições (empíricas e apriorísticas) do conhecimento.

o autor quer por em relevo os procedimentos internos do próprio discurso através do qual uma ação de controle sobre ele é efetivado. Obviamente, Foucault retoma a análise acerca das práticas discursivas, mas as tempera com tais procedimentos como os rituais, a constituição de sociedades de discurso, sua apropriação social, o lugar daqueles que o elaboram e seu estatuto socialmente construído.

Se Foucault analisou a psiquiatria, o sistema carcerário, a medicina, a economia e a gramática como formações discursivas, Michel de Certeau empreendeu a mesma tarefa no caso da história como disciplina. Não que a história seja reduzida apenas à sua dimensão discursiva, mas compreendida, outrossim, enquanto uma série de práticas socialmente legitimadas, arvoradas em instituições acreditadas para a produção do conhecimento e mediada por normas e técnicas de produção. A esse sistema, que Foucault chamara de “formação discursiva”, Certeau dará o nome de “operação histórica”³.

É patente no texto de Certeau a preocupação intrínseca de rechaçar qualquer reducionismo linguístico imposto ao campo do conhecimento histórico. Ainda que procure sublinhar a história enquanto prática, criadora, portanto, de representações as mais diversas, não parece hesitante em afirmar que “O discurso científico que não fala de sua relação com o corpo social não seria capaz de articular uma prática. (...) Questão central para o historiador: essa relação com o corpo social é precisamente o objeto da história; não poderia ser tratada sem também colocar em questão o próprio discurso historiográfico” (CERTEAU, 1976, p.22).

A dinâmica que se estabelece, portanto, entre discurso, prática e poder é central para a tarefa que Certeau se propõe. Ao mesmo tempo em que procura preservar a produção do conhecimento histórico como vinculado a uma função social, ressalta os chamados “não-ditos” do discurso histórico, quais sejam, as suas condições de produção, seus processos de objetivação e de constituição dos sujeitos aptos a se assenhorar do discurso. Assim, a história não é simplesmente discurso, mas “o discurso – e o grupo que o produz – faz o historiador” (*idem*, p.23).

A centralidade da categoria “discurso” foi de certa maneira, atenuada a partir das reflexões suscitadas por Roger Chartier no seu livro *A História Cultural*

³ CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

entre práticas e representações (1985). A obra de Chartier procura redefinir o lugar institucional e os elementos teóricos de uma “nova” história cultural que rompe com a experiência da “história das mentalidades”, de marcante expressão na tradição historiográfica francesa do pós-guerra. Fazem-se sentir na obra as influências decisivas de Michel Foucault, Michel de Certeau, Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Para os interesses deste texto, sublinham-se apenas as contribuições dos dois primeiros.

Um dos problemas que se propõe a enfrentar é o da superação dos velhos esquemas analíticos ancorados numa relação de determinação entre “objetividade das estruturas” e “subjetividade das representações” (CERTEAU, 2002, p.17-18) que tanto marcaram a produção das ciências sociais ao longo de todo o século XX. Para ele, a noção de “representação coletiva”, tomada de empréstimo a Mauss e Durkheim, permitiria pensar a relação que se estabelece entre dadas “imagens mentais” (chamadas sucessivamente de “categorias mentais”, “representações do mundo social”) com os “esquemas geradores” de tais imagens, corporificadas em práticas e nos lugares sociais onde se dão tais práticas.

Chartier identifica como “simbólicas” todas as “representações coletivas” pelas quais os mais diversos grupos organizam, classificam, dão a entender o mundo social ou cultural. Nesse caso, o “discurso” seria uma dessas dimensões simbólicas pelas quais os homens significam o mundo. Discurso é um tipo de representação coletiva, criado e mediado por dadas práticas que os sujeitos constroem e que se submetem por intermédio de uma estrutura normatizadora. Ao enfatizar a relação que se dá entre práticas sociais, instituições e representações, calcada na dimensão do poder, Chartier alinha-se a Foucault e Certeau. Mas, ainda há algo que precisa ser analisado, levando-se em consideração o seu propósito de construção das chamadas “práticas de leitura”.

Com a “arqueologia”, Foucault rejeitava a tradição hermenêutica do comentário, da busca pelo sentido. Passava a encarar o texto como um “acontecimento”, ou seja, como algo cuja compreensão deveria ser buscada nas condições de sua “emergência” e não, necessariamente, nas entrelinhas, para além ou para aquém do significado. Chartier, nesse sentido, trilha um caminho diferente. Utiliza-se da noção de “apropriação” para tematizar a relação possível entre texto e leitor. Tal apropriação, como ele mesmo define: “tem por objetivo uma história social

das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”⁴.

Ou seja, impõe-se aí, uma dupla recusa. A primeira, mais óbvia, rejeita aquelas análises do ato de ler como se fossem “transparentes”, ou seja, automáticas, em que o papel do leitor seria meramente decifratório de seu conteúdo semântico. Haveria, nessas análises, uma abstração de um “sentido” universal do texto, da intenção do autor e da interpretação do leitor, cada um deles remetendo a uma organização a-histórica do significado. A segunda recusa se constrói a partir de um afastamento da tradição da hermenêutica que vê o texto como uma espécie de “mediador” entre suas “possibilidades semânticas” e a “reconfiguração da experiência”.

Para assumir tal tarefa, o autor se alicerça na ideia de que o sentido do ato de leitura se configura historicamente a partir de uma série de condicionantes. Assim, deseja romper com a categoria de um sujeito universal que se constitui sempre como doador de sentido, aliás, unívoco e trans-histórico. Assim, “considerar a leitura como ato concreto requer que qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas (...) e por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais (...) que são seus” (*Idem, idem*, p.25 e 26). Enfim, ao invés de haver um sentido óbvio, tais “representações” só ocorrem mediante a experiência singular e histórica dos sujeitos que a constroem.

A categoria, portanto, de apropriação deveria permitir uma maior articulação entre representações e suas práticas com as experiências datadas dos sujeitos. Particularmente, creio que tal posicionamento permite um enriquecimento analítico da proposta arqueológica definida por Foucault. Ora, em Foucault se procuravam as condições de existência dos discursos, vistos eles mesmos, na sua materialidade e singularidade. Certeau havia sublinhado o caráter socialmente construído das práticas que permitiam compreender tais condições de existência. Já

⁴ CHARTIER, R. *idem*. (p.26). Acerca das relações entre o pensamento de Chartier e Foucault, Cf: RIBEIRO JR, Halferd Carlos. A leitura de Chartier do pensamento foucaultiano. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. **Anais**. Londrina, 2005;

com Chartier, não se tem uma negação radical do sujeito, mas uma redefinição. Se ele não é absoluto ou trans-histórico no processo de constituição de sentido, também não está completamente submerso (no sentido de estar mudo, passivo) nas estruturas normativas ou de poder que atravessam a sua experiência histórica.

Ao invés disso, Chartier quer uma história cultural capaz de compreender os “processos com os quais se constrói um sentido” (*Ibidem*, p. 27). Retoma, finalmente, a partir dessa digressão, à “caracterização das práticas discursivas como produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação”.

O percurso trilhado até aqui mapeou, ainda que modestamente, as implicações que a problemática do discurso ensejou para a história. A contribuição da chamada “nova história cultural”, parece ter resolvido uma antiga clivagem entre uma história social (centrada nas experiências concretas dos sujeitos históricos) e uma história cultural (centrada na produção do significado). Ao afirmar que tais significados são construídos socialmente e que, por outro lado, ordenam as formas de compreensão do próprio ser social, a querela parece ter se esgotado. A complexa relação que se estabelece, por outro lado, entre os conceitos de representação (e os discursos como sendo uma modalidade dessas representações), práticas sociais e os processos de apropriação dos sentidos, permite, por sua vez, compreender os significados como historicamente construídos e atravessados pela determinação intrínseca do poder.

2.2. Discurso político e discurso da política.

Foucault havia empreendido uma análise das condições de emergência dos discursos relativamente às ciências humanas, principalmente a gramática, a psiquiatria, a economia, etc. Michel de Certeau realizou intento semelhante ao tratar da história. Em cada um desses casos, havia regularidades bem discerníveis no que se refere às práticas (formação profissional, normas e regras de constituição do discurso, existência de instituições socialmente legítimas, etc) fundadoras de tais discursos. De certa forma todas essas práticas se organizam mediante uma estabilidade social e

institucional dos lugares onde tais discursos são produzidos (a academia, a corporação, os lugares de distinção) e do seu prestígio social.

Mas, diante da proposta que ora se apresenta, haverá a possibilidade de indicação de tais estabilidades e regularidades? Quais as singularidades do discurso político e do discurso da política em comparação ao discurso das ciências humanas? Quem está autorizado a proferir tais discursos? Esta autoridade advém de qual lugar social? Tais discursos se arvoram como conhecimento ou simplesmente como retórica? Qual a sua função social? Para quem se dirigem? A quais interesses servem?

Patrick Charaudeau propusera uma distinção entre o “discurso político” e o “discurso da política”. Para ele, quando o discurso político se volta “para as ideias e sua força de verdade (espaço de fabricação de ideologias)”, está-se a falar *do político*; por outro lado, quando “voltado para os atores e sua força de ação (espaço de fabricação de suas relações de força)”, está-se a tratar *da política* (CHARAUDEAUX, 2006, p. 258). É possível perceber nessa cesura, funções sociais diversas do discurso político, ainda que não sejam estanques. No primeiro caso, o discurso está voltado para aquelas regularidades constituídas pelos conceitos, pelas classificações teóricas, amparado pela história das ideias políticas. Já no segundo caso, estaríamos diante de situações que nos remeteriam aos conflitos de opinião, às rivalidades entre facções, grupos e partidos políticos, às situações eleitorais, aos debates e discussões parlamentares, ao jornalismo político, à construção da memória, enfim, a todos aqueles discursos que se prestam à relação entre sociedade e Estado e que têm nos instrumentos de controle, adesão, coerção, convencimento e comunicação a centralidade das suas representações.

É possível que tal distinção venha a soar artificial – já que nos parece improvável haver uma total dissociação entre tais modalidades discursivas – ela é útil por dois aspectos. Em primeiro lugar, porque distingue a figura do pensador político (que geralmente é um intelectual acadêmico, ligado, portanto, a práticas e a lugares sociais específicos) da grande maioria dos que praticavam o jornalismo e a crônica política. E, em segundo lugar, porque pressupõe uma diferença entre os destinatários do discurso. No discurso político, o domínio do instrumental conceitual é restrito a um número reduzido de pessoas capazes de decifrá-lo. Já no discurso da política, de caráter mais cotidiano e, portanto, mais coloquial, o público apto a ler e a tomar parte nessas

discussões é muito maior. Há, portanto, uma diferença não só de função social, mas também uma diferença de ressonância, de amplitude.

Retomando Foucault, havíamos lido que um discurso deve se apoiar num mesmo “sistema de formação”. Isto significava dizer que se tratava de articulações entre uma prática social, as normas e regras pelas quais tais práticas se constituem e um lugar social a partir da qual elas se configuram. Se for assim, o discurso político está mais próximo de um rigor próprio às ciências humanas, enquanto o discurso da política assume conotações diversas, oriundas de um cenário de conflito pelo poder mais agressivo e mais “visível” entre aqueles que detêm a capacidade de enunciá-lo.

No caso particular do Ceará entre os anos de 1916 a 1930, teríamos, o seguinte cenário: eram os professores da Academia Livre de Direito, alguns dos bacharéis por eles formados, a magistratura estadual, os intelectuais ligados às diversas instituições de saber, que detinham o “habitus”⁵, isto é, a competência e a legitimidade para lidar com as questões referentes “às ideias e sua força de verdade”. Por outro lado, os jornalistas – a maior parte deles destituídos de diploma universitário – se ocupavam do discurso “voltado para os atores e sua força de ação”. Há, nesta tentativa de diferenciação entre emissores do discurso, uma perspectiva sócio-econômica também, ou seja, de ocupação profissional e de “status” relativo a tais ocupações. Enquanto aqueles compõem os estratos mais altos da classe dominante local, estes são, no mais das vezes, seus empregados ou a eles estão subordinados indiretamente. Raras são as situações que destoam deste quadro, ou seja, da existência de jornalistas que se arvoram como “independentes” ou que o sejam de fato.

Ser um jornalista “independente” tinha sentidos diversos. Um deles era o de não estar subordinado aos interesses imediatos de um dos dois partidos em luta pelo poder político (conservador ou democrata). Ora, ainda assim, o jornalista poderia estar a serviço de outros interesses, tais como os da Igreja Católica, da Associação Comercial local, etc. Ser independente significaria, em primeiro lugar, não se ocupar

⁵ “Habitus” em Bourdieu é um conjunto de percepções e de disposições do social que o indivíduo vai interiorizando ao longo da vida, por intermédio de sua própria experiência. O “habitus” permite ao indivíduo uma compreensão tácita do seu lugar social relativamente aos vários campos nos quais transita. Enfim, “habitus” é a internalização de convenções sociais que permite a pessoa ler, compreender e se situar nas múltiplas relações sociais. O conceito é antigo (remonta a São Tomás de Aquino) e foi revisto por Marcel Mauss e Norbert Elias. Para Elias, “habitus” é um saber social incorporado como uma segunda natureza. BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. in: **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1997 (p.191);

do cotidiano do conflito partidário propriamente dito, mas dele se afastar – com certa dose de temor – em razão dos perigos inerentes a tal atividade. Ou, ainda num outro caso, ser jornalista “independente” poderia significar deter a propriedade do jornal, ainda que fosse uma folha pequena, de escassa circulação. E, finalmente, pode-se incluir no rol dos independentes as folhas pertencentes às associações de trabalhadores, principalmente gráficos e caixeiros, além dos pasquins efêmeros, de caráter satírico ou literário na maior parte das vezes.

Quando se fala em independência, melhor seria lançar mão da categoria de “autonomia”. A autonomia da maior parte dos jornalistas é limitada em função de sua dependência relativa aos estratos mais altos da classe dominante local⁶.

O jornalista que se ocupa do “discurso da política” está na “linha de frente” do agressivo conflito pelo poder que se desenvolve entre democratas, conservadores e demais agremiações menores. Viam sua ocupação como um tipo de “esgrimismo verbal” e, recorrentemente, encontravam-se envolvidos em ocasiões de violência física. O partido no qual militam através do jornalismo é o seu empregador, subordinam-se a seus “chefes” e “leaders”, a eles devem lealdade e parece não haver alternativa de trabalho para fora deste estreito círculo de dependência que dali se desenvolve.

Caso bastante representativo dessa situação é a do jornalista Deolindo Barreto do jornal *A Lucta*, de Sobral. Ainda que fosse um escritor de talento, um satirista de mão cheia, um homem criativo, estava subordinado aos interesses dos chefes políticos do Partido Republicano Democrata da cidade. Sua pena mordaz foi talhada para a arena do conflito da política partidária e, como consequência, semeou inimizades entre os partidários conservadores. Morreu assassinado em plena luz do dia, na frente de todos, na Câmara Municipal de Sobral, num crime que, embora chocante, já era esperado, tal a quantidade de inimigos que possuía. O mais impactante

⁶ Para Pierre Bourdieu, a “autonomia” intelectual está numa razão inversa à “dependência” de um dado campo das estruturas políticas e econômicas. Ou seja, quanto menos vinculado a tais estruturas econômicas e políticas, mais autônomo o campo (intelectual, artístico, etc) será. Atente-se que “campo” é o sistema de relações entre forças materiais e simbólicas que se dão no interior de um dado espaço social. Para ele, ao se considerar a autonomia de um dado intelectual, deve-se atentar para a sua posição na estrutura de classe. Antes de Bourdieu, Antônio Gramsci já atentava para esta questão. Para ele, a “organicidade” dos intelectuais depende, em maior ou em menor grau, da sua conexão com “um grupo social fundamental”. Quanto maior fosse tal conexão, maior sua “organicidade”. Cf. BOURDIEU, P. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. *op. cit.* (p.190 e ss.) e GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais na organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 (pp.10-12);

é que as ideias que defendia por intermédio de seus editoriais não eram propriamente suas, mas as de seu partido, as de seus chefes.

Antes de avançarmos é preciso tratar especificamente da situação da classe política (vereadores, deputados, senadores, chefetes, líderes partidários, correligionários importantes, etc) enquanto emissora do discurso da política. De fato, eles não se expunham como os reais detentores do discurso da política, pois havia os jornalistas que faziam isso por eles. O mais importante, ao que parece, era a tentativa de não se comprometer com o adversário, de não abrir feridas irreconciliáveis, de contemporizar qualquer situação de conflito. Quando surgem, nos jornais (geralmente em pequenas entrevistas) ou na tribuna da Assembleia Legislativa, lançam mão de inúmeras estratégias de ocultação política. Parecem sempre dizer como quem não diz nada. A retórica é gongórica e, sendo assim, mais confunde do que esclarece. Referem-se sempre aos lugares comuns mais estabelecidos do civismo e adotam grandiloquências vazias, tais como referências ao patriotismo, ao amor, à democracia, aos interesses republicanos, aos “mais altos valores” da família, e outras fórmulas do mesmo jaez.

Tal situação só era quebrada quando se viam alijados de uma composição partidária benéfica. Por exemplo, o momento em que antecedia as eleições legislativas era, em geral, de grande tensão entre a classe política. Isto porque era a época de negociação dos partidos com o presidente estadual para a composição da chapa oficial. Para a Assembleia Legislativa eram vinte nomes, para a Câmara dos Deputados dez nomes e três para o Senado. A grande preocupação da composição era a de não desagradar as forças políticas em jogo, preservando os nomes mais importantes de cada partido. Em geral, para o Senado eram indicados os chefes partidários mais destacados, um de cada partido e mais um de escolha do presidente; para a Câmara dos Deputados contemplavam-se os chefes dos círculos partidários das cidades mais importantes e de sua região de influência; para a Assembleia Legislativa ficavam os representantes dos chefes municipais e alguns preferidos do presidente estadual⁷. Necessariamente, a cada eleição (que não eram unificadas, ou seja, não ocorriam na mesma data), alguém ficava de fora do arranjo, o que causava muito constrangimento.

⁷ Ver anexo 2, 3 e 4.

O “degolado”, por assim dizer, mandava publicar cartas abertas pela imprensa “independente” ou no jornal do partido adversário. Rompia com seu partido e, na quase totalidade das vezes, caía no mais profundo ostracismo. Esses momentos são especiais para a análise, pois se constituem como “limiães” do discurso da política – ali os acordos são rompidos, as convenções são suspensas e o processo eleitoral é publicamente atacado. É a hora do “escândalo” político.

Em todo caso, como se percebe, não há possibilidade real de compreensão da dinâmica dos discursos políticos sem fazer referência às estruturas sociais a partir das quais eles são gerados. Há, efetivamente, alguns círculos em que se torna legítimo o exercício da palavra. Nem todos, portanto, que fazem parte da “comunidade política” têm o seu acesso, assim como, são poucos os que dominam os códigos necessários à sua apropriação. Referir-se à estrutura de classe não significa, portanto, retomar o problema da determinação da estrutura sobre a superestrutura, mas, simplesmente, fazer com que tal compreensão seja socialmente referenciada.

Ao tratar de categorias tais como “habitus”, “autonomia”, “dependência”, “situação de classe” faz-se referência ao pensamento de Pierre Bourdieu. Retomando o problema esboçado há algumas páginas atrás, é possível articular suas propostas com as contribuições teóricas de Foucault, Certeau e Chartier. De forma breve, procura-se a partir daqui, esclarecer tais categorias para após, problematizá-las no contexto do trabalho desenvolvido.

No seu intento de constituir uma “ciência dos fatos intelectuais e artísticos” (BOURDIEU, 1997), Bourdieu propõe três condições básicas, ou premissas, capazes de dar conta de uma análise que não se restrinja ao mero culto “à obra de arte” ou “ao artista inspirado” que, segundo ele, têm dominado as interpretações acerca dos fatos da cultura. Seriam elas, em primeiro lugar, “uma análise da posição dos intelectuais e artistas na estrutura da classe dirigente (ou em relação a esta estrutura nos casos em que dela não fazem parte nem por origem, nem por condição)”. Em segundo lugar, “uma análise das relações objetivas entre as posições que os grupos colocados em situação de concorrência pela legitimidade intelectual ou artística ocupam num dado momento do tempo na estrutura do campo intelectual”. E, finalmente, em terceiro lugar, “à construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente constituídas e que (...) constituem o princípio gerador do conjunto das práticas e das ideologias”.

Mesmo que os elementos clássicos da análise sociológica estruturalista estejam aí presentes, é necessário compreender que tais condições não são justaposições a-históricas ou não dinâmicas, mas antes, articulam-se num sistema de relações que, se não determinam a “superestrutura”, pelo menos a condicionam de maneira mais complexa. Ao tratar da primeira condição, ou seja, da “posição dos intelectuais” na estrutura da classe dirigente, Bourdieu quer salientar, em geral, o seu caráter de dependência material e a sua impotência política diante da classe dominante. Há, contudo, possibilidades de se romperem estes vínculos (de dependência e de impotência) mas isso redundaria na constituição de um outro “campo”⁸ intelectual, sujeito, portanto, a outras regras e a outros valores.

Para os efeitos desta pesquisa, os jornalistas políticos que trabalham nas folhas mais importantes e de maior circulação, são, portanto, intelectuais numa posição de clara dependência em relação aos estratos superiores das classes dominantes. Estão a seu serviço, devem-lhe lealdade e extraem o seu “status” social deste tipo de relação dependente. Na outra ponta, estariam os escritores “independentes”, sejam eles os pasquinistas, os literatos malditos, os intelectuais proletários que configuram outros círculos, outro “campo” intelectual. Embora estejam numa posição de maior autonomia em relação à classe dominante, também se encontram numa situação de marginalidade, obtendo repercussão, praticamente, só em função do círculo para o qual escrevem.

Entre o jornalista dependente e os jornalistas marginais, havia aqueles que estavam numa situação de ambivalência, de ambiguidade em relação ao grupo dominante (a classe política). Pertencem, ou por sua formação, ou por seu lugar social, ou por seus valores, ao grupo dominante, mas dele se afastaram por incompatibilidade (intelectual, moral, econômica), por ressentimento ou mesmo por pertencerem à famílias decadentes e empobrecidas. Mais adiante, nos deteremos nesses casos singulares, dentre os quais, destacam-se os nomes de Júlio de Mattos Ibiapina, Demócrito Rocha e Jäder de Carvalho. Cada um deles, a sua maneira e pelas mais diversas razões, afastou-se paulatinamente da situação de passividade em relação ao

⁸ “Campo” para Bourdieu é o sistema de relações entre forças materiais e simbólicas que se dão no interior de um dado espaço social (intelectual, político, artístico, econômico, religioso, etc). Quanto menos dependente for um dado campo das estruturas políticas e econômicas, mais autônomo ele será. E quanto mais autônomo, mais fechado, sujeito às próprias leis de legitimidade, status, produção, reprodução e consumo do capital social e cultural. Ler: BOURDIEU, P. *idem* (*passim*);

grupo dominante, assumindo uma postura mais independente, ainda que em graus diversos.

O caso de Júlio Ibiapina representa a situação do intelectual orgânico⁹ que, pelo amadurecimento de suas ideias, se desincompatibiliza dos círculos mais próximos ao poder, sem deixar de pertencer, propriamente, à elite intelectual e econômica. Ibiapina havia sido redator-chefe da folha governista *Diário do Estado*, durante a administração Justiniano de Serpa. Após isso, funda o próprio jornal, *O Ceará*, que apesar de se manter com dificuldades, serve-lhe como tribuna para sua verve crítica. Após viagem à Alemanha e Itália, deslumbra-se pelo fascismo italiano, doutrina que passa a defender. Ganha sua subsistência no magistério, como professor da Escola Militar de Fortaleza, onde se sente a salvo das pressões políticas provincianas e parte à ofensiva ao modelo político vigente, que considera ultrapassado e condenado por sua tibieza moral (MONTENEGRO, 2002).

O segundo deles é Demócrito Rocha, proprietário do *Ceará Ilustrado* (1924-1928) e do jornal *O Povo* (1928). Demócrito Rocha não pertencia por nascimento, à classe dominante, mas passou a pertencer (ainda que com restrições) em função do casamento e de suas relações. Sua escrita é, ao mesmo tempo, crítica e condescendente. Tem amigos importantes na cena política, mas que ainda não detinham estabilidade no poder político (no caso, a família Távora). Faz o jogo de cena das elites, buscando o seu favor (ao publicar fotos das debutantes, dos grandes “capitalistas” da cidade, fazendo a cobertura de bailes) ao mesmo tempo em que se opõe à política cotidiana dos partidos locais (que não o acolhem). É um grande humorista, um cronista da vida elegante da cidade, alguém de fina inteligência para perceber o fato político e, ao mesmo tempo, um sujeito de “faro”. Não hesita, por exemplo, em dedicar as páginas da sua revista a quem lhe pagar pelo espaço publicado.

E, finalmente, dentre os “ambíguos” está o jornalista Jáder de Carvalho. Vindo de uma família modesta de Quixadá, alcançou o diploma de bacharel em Direito com esforço pessoal. Impedido de penetrar nos círculos oficiais através da

⁹ Para Gramsci, “intelectuais orgânicos” são aqueles “comissários do grupo dominante para exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”. Destacariam-se, dentre estes, o jornalista. GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. *op. cit.* (p.8). Já para Bobbio, existiriam dois tipos de intelectual na cena política: os “ideólogos”, ou seja, aqueles que tratam da força das ideias e da busca do consenso social e os “expertos”, os encarregados da ação técnica. BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997;

magistratura, do magistério ou do serviço público, restou-lhe apenas a posição de jornalista. Escritor combativo coloca-se ao lado das “classes trabalhadoras” e deplora o sistema político. Mas, diferentemente de Ibiapina, Jáder de Carvalho se põe ao lado de posições levemente “socialistas”. Funda o jornal *A Esquerda* (1928-1931) e dele se sustenta fazendo praticamente tudo. A partir da década de 1930 será perseguido e preso em função de seus posicionamentos políticos.

Brevemente, como lemos, estes três exemplos guardam algo em comum. Não pertencem plenamente ao estreito círculo da classe dominante local. Ainda que possuam o diploma universitário, isto não lhes abriu as portas do emprego público (condição “universalmente” almejada)¹⁰. O jornalismo parece ser a única opção disponível, mas o jornalismo oficial os rechaça. Não se reconhecem, igualmente, entre as classes trabalhadoras e, não raro, lhes acusam de viciosos, indolentes, passivos, apáticos, tolos, etc. Dois deles se mantiveram em aberta oposição ao regime, pagando um preço alto por isso. Aquele que, por sua vez, resolveu “mercadejar” com as elites através da bajulação e do favor, também não fora considerado como plenamente pertencente a seus círculos. Todos se opõem ao regime político vigente, pelas razões já expostas, e não tardam a lhe fazer oposição. Quanto mais excluídos da cena política ou das estruturas de cooptação e de dominação, mais contundente é a sua crítica.

A situação de ambivalência destes três jornalistas políticos retrata, de modo especial, a situação delicada – de dependência, de admiração e de rejeição – que a classe média brasileira, durante a Primeira República, nutria em relação às classes dominantes. Como já adiantamos na introdução, a categoria de “classe média” é de difícil precisão. Se “classe” é uma categoria que só faz sentido no conjunto maior das relações sociais, havemos de considerar que a significação de “classe média” numa economia ainda majoritariamente dominada pelo latifúndio e por formas tradicionais de exploração do trabalho (ou seja, não totalmente assalariadas) é problemática.

¹⁰ Referência à célebre passagem de Joaquim Nabuco: “o funcionalismo é a profissão nobre e a vocação de todos. Tomem-se, por acaso, vinte ou trinta brasileiros em qualquer lugar que se reúna a nossa sociedade mais culta: todos eles ou foram, ou são, ou hão de ser, empregados públicos; se não eles, seus filhos”. ARAÚJO, Joaquim Nabuco de. **O abolicionismo**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988 (p.131). Um crítico mordaz desta situação foi o escritor Lima Barreto. No conto “Três gênios de secretaria”, diz: “Logo no primeiro dia em que funcionei na secretaria, senti bem que todos nós nascemos para empregado público”. BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Ática, 1998;

Considerando apenas em termos metodológicos, a alternativa encontrada por Boris Fausto, embora não esclareça a categoria, nem procure aprofundar-se na questão, é a de identificar como “classes médias” a população civil urbana, “que trabalha por conta própria ou que recebe salários por trabalho não-manual, abrangendo os pequenos empresários e comerciantes, funcionários públicos, empregados no comércio, profissionais liberais”. (FAUSTO, 1997, p.75)

Ainda assim, o significado de “classe média” pode destoar conforme o espaço econômico ou social ao qual se refere. Em centros economicamente mais dinâmicos como São Paulo, onde as relações de trabalho já se encontravam no estágio assalariado, havia a possibilidade de existência de uma classe média ocupando postos intermediários, de representação ou a serviço de uma classe dominante “moderna” no cumprimento de funções técnicas ou gerenciais da produção ou da circulação¹¹. Com isso, quero dizer, que as relações de trabalho já não eram mais tão determinadas por práticas “arcaicas” como o favor, a lealdade, o compromisso político-eleitoral e toda a teia de dependência que se estabelecia no norte do país e, mais especificamente, no Ceará.

A cidade (a inserção no espaço urbano é uma condição necessária à delimitação do que é “classe média”), por seu turno, cumpria também funções diversas conforme a estrutura social e econômica de uma dada região. No caso cearense, Fortaleza havia se consolidado, desde a década de 1870, como a sede dos diversos interesses políticos locais. Ao mesmo tempo cumpria o papel de entreposto na cadeia da exportação do algodão e um elo na importação de bens de consumo voltado às elites econômicas (PONTE, 2001; PIMENTEL FILHO, 1998). Esta combinação de uma função política com uma função econômica permitiu expandir a sua malha urbana e abrigar uma incipiente diferenciação social. O consumo interno propiciou a consolidação de uma indústria de bens de consumo não duráveis (cigarros, alimentos,

¹¹ “No Brasil, as classes dominantes se compunham de várias ‘oligarquias’ regionais articuladas, de bases sócio-econômica distinta: no Nordeste, puramente latifundiário – patrimonialista, em São Paulo, agrário-mercantil. Esses padrões de dominação diferentes geravam situações diversas de dependência das classes médias. Por isso, é necessário considerar a diferenciação existente nas características sociais ou profissionais, sob as quais aparecem em cada região os componentes das classes médias, pois não se pode considerar com os mesmos padrões a formação da classe média em todo o Brasil. A diferenciação surgiu das atividades, do modo de vida, da exploração econômica, rural ou urbana. A identificação das classes médias deve partir obrigatoriamente dessa diversificação”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política”. *in*: FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano**. Sociedade e Instituições. Tomo 3, volume 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 (p.13);

bebidas, têxteis) e do comércio varejista, o que ensejou a existência de um núcleo de trabalhadores manuais assalariados.

Ao mesmo tempo, a concentração na capital estadual, dos órgãos políticos e de controle públicos, abrigou setores significativos das elites, na qualidade de funcionários públicos. O acesso ao funcionalismo público se dava por intermédio da lógica do favor e reproduzia a estratificação social vigente, na medida em que esteve sob o controle da própria oligarquia. Ao passo em que funções menos atraentes (como policial, agentes administrativos, professor primário, meirinhos, escrivães) eram ocupadas por estratos mais remediados, as funções de destaque (professor do Liceu ou da Academia de Direito, chefes de repartição, oficiais de gabinete, juízes, promotores) estavam reservadas àqueles oriundos das classes dominantes.

A cidade, assim, era o espaço da representação dos setores dominantes e da reprodução da estrutura social. Isso se reconhece na diferenciação das suas zonas, dos seus bairros. Enquanto bairros como Jacarecanga, Benfica e Praia de Iracema (esses bairros de elite foram inicialmente ocupados na década de 1920) abrigavam os palacetes das elites locais, de raízes latifundiárias; os arraiais mais distantes e insalubres foram ocupados pela massa trabalhadora cujas origens remetem aos constantes ciclos de êxodo rural, principalmente nos momentos de seca (RIOS, 2001; GADELHA, 2004; CANDIDO, 2014). Mas, foi nas zonas centrais, convivendo com o comércio varejista, que se localizavam os estratos médios, ou seja, o conjunto dos trabalhadores assalariados não-produtivos (“não-manuais”). A cidade reproduzia, nos limites estreitos de sua urbanização, as relações sociais da época, marcadas pela segregação, não só espacial, como social.

Estes elementos, certamente, influenciavam decisivamente, na formação de uma “situação” própria à classe média cearense. Seja em razão de sua inserção na lógica do favor e na dependência (mesmo que indireta) ao latifúndio; seja em razão da limitação de seu peso demográfico e eleitoral; seja em razão da própria função exercida pela cidade no complexo econômico mais amplo. Isso leva às seguintes reflexões. Em primeiro lugar, havia de fato, um sentimento difuso de “impotência política”. Na medida em que a política era o espaço restrito às elites e que, em razão disso, não há qualquer indício de que tal espaço venha a se abrir para outras forças, não titubeiam em recusar o sistema como um todo. Recaem contra essa situação as críticas ao jogo

do poder, à encenação eleitoral, à corrupção, à lógica do favor, à violência política, ao mandonismo, etc.

As alternativas que esta classe média vislumbrou para contornar a situação foram, em certa medida, de três feições. A primeira é a de uma reforma política que as levasse em consideração. Para isso, deveriam ser feitos severos ajustes no processo eleitoral (voto secreto, voto feminino, combate à corrupção e à violência) e na própria vida social, principalmente no que dissesse respeito à universalização da educação, vista como única alternativa correta de se regenerar o sistema¹². A segunda foi a da instauração de regimes de força, fossem eles de direita ou de esquerda. Tal alternativa levava em conta que o sistema não poderia regenerar-se por si mesmo (através da reforma política), e não era possível aguardar uma completa transformação no acesso à educação popular (que aliás, não viam como sendo de interesse da classe política). A terceira alternativa é a que era pregada pelo tradicionalismo católico, ou seja, uma reforma dos costumes sob a égide do catolicismo. Nesse caso, o problema era compreendido como de feição moral. Corrupção e violência, dentre outros males, só poderiam ser contornados mediante tal perspectiva cristã.

Ainda que de maneira precária e parcial, procurou-se aqui estabelecer os principais agentes do chamado “campo do poder”¹³ relativamente à produção do discurso político (e da política). Cada um destes grupos (intelectuais estabelecidos, classe política, jornalistas dependentes, jornalistas ambíguos, intelectuais marginais) está numa relação de dependência e de autonomia, cujo grau é bastante variável como seu leu. O polo dominante está ocupado pela classe política que detém a propriedade dos veículos de comunicação. Além disso, a classe política domina todos os canais de participação política (partidos, confecção de listas partidárias) e os mantém aferradamente exclusivos a seus amigos, parentes e aliados com quem mercadeja por

¹² Acerca da relação entre educação e formação da nacionalidade na Primeira República, leia-se: NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001 e CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania Republicana e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. No que diz respeito à ação dos intelectuais e a questão educacional, Cf. BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001;

¹³ Sobre “campo do poder”, escreve Bourdieu: “Campo de forças possíveis, que se exercem sobre todos os corpos que nele podem entrar, o campo do poder também é campo de lutas, e talvez a este título, comparado a um jogo: as disposições, ou seja, o conjunto das propriedades incorporadas, inclusive a elegância, a naturalidade, ou mesmo a beleza, e o capital, sob as suas diversas formas, econômicas, cultural, social, constituem trunfos que vão comandar a maneira de jogar e o sucesso no jogo”. BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (p.24);

intermédio da lógica do favor. Em razão disso, seu grau de influência (no sentido de prestígio socialmente adquirido) sobre o serviço público (moeda de troca de especial valor) e sobre as chamadas “classes produtivas” e seus órgãos de classe (principalmente a Associação Comercial do Ceará) é enorme.

A sua ação no jogo do poder fundava-se, basicamente, no cálculo político. Conhece mais do que ninguém as variáveis com as quais pode lidar, as que têm capacidade de manipular e de colocar a seu favor. Em razão disso, como foi escrito antes, procura expor uma imagem de conciliação e de virtude cívica, o que não corresponde em absoluto, à sua prática efetiva no campo do poder. Quando tem a necessidade de agir agressivamente, através de insultos pela imprensa, criando ou distorcendo fatos ou situações, agredindo moralmente o oponente, espalhando boatos maldosos, disseminando caricaturas e soltando farpas irônicas, sempre o faz por intermédio de seus prepostos, ou seja, dos chamados jornalistas dependentes.

A classe política mantinha com os intelectuais estabelecidos (magistrados, escritores do Instituto do Ceará, professores da Academia de Direito ou até do Liceu do Ceará) uma relação de dominação e, ao mesmo tempo, de admiração. Cobiçavam pertencer a estes lugares, pois eram os espaços simbólicos do prestígio social. Não raro, por isso, eram convidados a fazer parte deles, como membros honorários e até mesmo como efetivos. O oligarca Nogueira Acióli foi membro honorário do Instituto do Ceará. A Academia de Direito, fundada por ele, abrigou inúmeros filhos, parentes, amigos e, inclusive, a si mesmo, como seu primeiro diretor. Os cargos da magistratura estadual, no interior e na capital, através de uma hierarquia não oficial, estavam todos reservados aos verdadeiros “doutores”, ou seja, àqueles que detinham, além do diploma da faculdade de Direito, o pleno pertencimento à classe dirigente.

Às classes médias restavam duas saídas. Ou compatibilizarem-se com o regime, aceitando a sua posição subserviente na hierarquia social, ou então, romper com o círculo estreito do favor, colocando-se em posição de quase marginalização. Aqueles que se colocam em posição de subserviência podem continuar aspirando a um lugar no serviço público, enquanto prestam serviços através do jornalismo político. Na sua maioria, estes jornalistas não têm diplomas, mas aspiram a uma carreira intelectual (símbolo de prestígio). Trabalhar num jornal significa alcançar essa situação, mas a um preço alto. Se, porventura, logram alcançar o diploma de bacharel, logo percebem

que o jogo do poder é demasiado estreito para satisfazer sua ambição e, no mais das vezes, são impedidos de obter o favor do emprego público, da magistratura ou do magistério público (o magistério particular ainda é acessível).

A situação de Demócrito Rocha, por exemplo, demonstra que progredir na escala social implicava uma boa dose de cálculo e de sorte. Sem diploma (formou-se depois dos trinta anos, em Farmácia e Odontologia), mas com talento, Demócrito tem que casar e estabelecer relações pessoais as mais estreitas, que lhe permitam alguma ascensão. Tem que bajular a elite e buscar o seu favor, ainda que mantenha um razoável espaço de autonomia. Ou seja, a situação do intelectual, do jornalista “independente” é extremamente delicada. Na realidade, é um eterno equilibrar-se no fio da navalha.

O rompimento com a classe política significa, quase sempre, marginalização. Este é o caso de Jáder de Carvalho e de Júlio de Mattos Ibiapina. Contudo, ambos os escritores permanecem aferrados a uma cultura de elite, ou seja, continuam a disputar os mesmos sinais de prestígio (principalmente, os de ordem intelectual e cultural). Ainda que, no caso de Jáder de Carvalho, nutram simpatias pelas classes trabalhadoras, não estão em sintonia, não partilham os mesmos valores. Basta dizer que nem Carvalho, nem Ibiapina tinham os trabalhadores como os destinatários preferenciais das suas argumentações. Eles continuam a escrever para um público de classe média, letrada e intelectual, buscando o seu reconhecimento e o prestígio que dali poderiam obter.

O grupo marginal, por sua vez, rompeu todos os laços e repudiou todos os símbolos de status reconhecidos pelas elites. Não faz parte de suas ambições o diploma, o emprego público, a carreira intelectual. Para alguns, resta a saída do pastiche, do pasquim satírico, que é, ao mesmo tempo bem-humorado, ressentido, irônico e sarcástico. Outros, de forte identificação com a classe dos trabalhadores, militam adiante das causas populares. Publicam jornais, fundam associações, promovem a conscientização dos trabalhadores e criam meios de arregimentação e mobilização. Muitos deles acabam marginalizados no interior do próprio grupo, sofrendo com o desemprego crônico e com a instabilidade social.

As questões aqui analisadas remetem, necessariamente, à discussão acerca dos dispositivos de poder na obra de Michel Foucault e Pierre Bourdieu (CALLEWAERT, 2003, p.131-170). Ainda que entre ambos existam aproximações

evidentes, também as divergências saltam aos olhos. É possível que as contribuições advindas dos trabalhos de Michel de Certeau e de Roger Chartier ajam como zonas de interseção, principalmente quando se trata de levar em consideração a articulação entre discurso e prática, entre prática e representação que, no fundo, dizem respeito ao vínculo necessário entre o sentido e a experiência social.

Ambos partem do princípio de que a experiência do poder não é algo deslocado da vida social, mas que lhe atravessa todo o corpo. Ou seja, a de que a existência social é, basicamente, uma existência fundada no conflito. Para Foucault, pelo menos em sua fase “genealógica”, os discursos não seriam simplesmente os instrumentos do poder, mas, finalmente, o objetivo para o qual o poder aponta, aquilo pelo qual se luta. Ou seja, as formas historicamente dominantes de atribuição de sentido da realidade social traduzem os parâmetros de verdade e de falsidade e, conseqüentemente, legitimam os que se assenhoram do poder. Também Bourdieu concorda, em princípio, com a tese básica de que o poder se funda não somente em relações sociais objetivas, mas assume um contorno simbólico, que é o que legitima as posições sociais e pelo qual os participantes do campo do poder, cotidianamente, se batem.

A diferença crucial entre ambos está, basicamente, na percepção de como tais sistemas simbólicos se constroem, se dão a ler e como a realidade é por eles constituída. Para Foucault não haveria qualquer necessidade de procurar para além do discurso as condições de sua existência, pois ela se fundaria em “formações discursivas” que colocam em relação um dado lugar social, normas e regras de constituição do regime discursivo e as práticas pelas quais assumem vida. Já para Bourdieu, a constituição do sentido só é compreensível mediante a articulação entre os sistemas simbólicos e a estrutura social a ela subjacente. Ou seja, em Foucault, a ideia de discurso assume a centralidade da experiência do poder e em Bourdieu, são as relações sociais objetivas quem as constitui.

Isso não me faz pensar em Foucault como um analista da linguagem que a toma em sua estrita superficialidade textual. Em momento algum está preocupado com as questões semânticas, estéticas, gramaticais ou sintáticas do texto como produtoras de sentido. Ao invés disso, quanto remonta às categorias de “prática” e de “lugar social”, enfatizando a relação que se dá entre formação, recrutamento, normas e regras,

instituições, autoridade socialmente constituída, dá a entender que se o sentido não deve ser procurado além do discurso, também não significa que deva ser procurado apenas nas suas relações textuais.

É nesse ponto que a contribuição de Michel de Certeau se evidencia com toda riqueza. Certeau está mais interessado na categoria de “prática”, como definidora das representações discursivas. Este realce põe em evidência as relações sociais objetivas que constituem o discurso. Que o constituem não como ideologia, ou seja, como “disfarce” do real, mas como ação compreensível mediante determinadas operações com as quais os sujeitos se organizam e atribuem sentido à experiência. Como está preocupado, em particular, com a constituição do próprio discurso da história, Certeau evidencia os momentos constituintes do discurso, qual seja pela relação efetiva entre prática, instituição e lugar social.

Ainda que não coloque a questão do discurso como centralidade em seu trabalho, a contribuição de Chartier também permite estabelecer pontos de contato entre Foucault e Bourdieu. Para ele, as “representações do mundo social (...) embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”¹⁴. Com Foucault, Chartier compreende que os discursos se fundam numa “vontade de verdade”, mas contra todo reducionismo linguístico, não hesita em relativizá-lo conforme “a posição de quem os utiliza”.

Aliás, o posicionamento de Chartier tem sido claro na defesa do saber histórico contra as investidas do reducionismo linguístico. Nesse sentido, afirma que: “deve-se sustentar com força que a história é comandada por uma intenção e um princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso e que seu conhecimento pode ser controlado” (CHARTIER, 2002, p.15).

De fato, para os interesses desta pesquisa, fazem-se necessárias as contribuições teóricas dos autores aqui discutidos. Não se trata, obviamente, de ecletismo teórico, mas, da mesma forma, não se prende a nenhum tipo de purismo. Com Foucault pretende-se sublinhar os aspectos constitutivos do discurso, nas suas

¹⁴ CHARTIER, R. *op. cit.* (p.17);

várias modalidades enunciativas, seu processo formativo e as relações que se dão entre lugares de saber, práticas, normas e regras de constituição. Ao mesmo tempo, faz-se necessário estabelecer entre tais representações simbólicas o vínculo com a realidade objetiva e com as relações sociais que aí se dão.

2.3. A classe política.

Faz-se necessário compreender de antemão quem compõe a classe política cearense ao longo da Primeira República. Por “classe política” designam-se aqueles que ocupam cargos de representação nas diversas esferas: municipal, estadual e federal e nos poderes legislativo e executivo. Nesse sentido, afasta-se, ainda que provisoriamente, uma análise das “elites políticas”. Isto tem razão de ser. Ao tratar de “elites” subentende-se o conjunto daqueles que formam o estrato dominante da sociedade ou de um dado campo do poder. Nesse caso, estariam incluídos nesta categoria aqueles que, por intermédio da fortuna, da propriedade, do prestígio ou da posição de mando influenciassem, ainda que indiretamente, a condução dos negócios da política.

A referência à classe política é bem mais estreita, pois que contempla somente os que estão diretamente envolvidos, nas instâncias representativas, na condução desses negócios¹⁵. Alguns exemplos elucidarão facilmente esta diferenciação. Certas instituições são caracterizadas como espaços de transação ou de sociabilidade das elites¹⁶. É o caso da Associação Comercial do Ceará. Não há dúvidas de que os seus membros fazem parte do estrato dominante da sociedade, mas nem todos eles tomam parte diretamente nas instâncias representativas do governo. Em geral, fazem-se representar por um elemento destacado de seu grupo, que seja mais habilidoso, ou mais ambicioso, ou de fato, mais influente na vida da própria associação.

É possível ainda, pensar para além da esfera das instituições já estabelecidas. A representação pode ser de classe social ou de situação sócio-

¹⁵ Questões sistematizadas em BOBBIO, Norberto. “Teoria das Elites”. In: **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998; Cf. GRYNSPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 1999;

¹⁶ Sobre sociabilidade das elites, ler AGULHON, Maurice. **El círculo burgués**. Buenos Aires: Siglo Veiteuno, 2009;

econômica. Tome-se o caso dos interesses da grande propriedade rural. Como se há de constatar a seguir, a grande maioria da classe política ou era formada de proprietários rurais, ou de seus herdeiros, ou de seus representantes. Cada região, por intermédio dos partidos políticos, fazia-se representar nas instâncias políticas legislativas. Ou seja, ao adotar o termo “classe política”, faz a preferência da análise dos representantes dos interesses dominantes da sociedade. Se, por outro lado, tratássemos de “elites políticas”, a tarefa realizada deveria ser de maior escopo, pois redundaria numa análise da configuração das classes dominantes como um todo e não apenas de sua representação.

Com o fito de alcançar ainda maior objetividade desta análise, nem toda esfera de representação estará aqui contemplada. Assim, descartam-se as preocupações imediatas quanto à configuração das câmaras municipais e das intendências (prefeituras). Esta tarefa, ainda que possível, seria de maior envergadura, considerando o número de municípios cearenses. Caso fosse levada adiante, poderíamos, com maior clareza, compreender a dinâmica da formação da classe política de maneira mais ampla, desde o município, ou seja, desde sua base.

A tarefa que aqui se propõe é mais modesta, mas tem o mérito da maior objetividade e da segurança dos dados coletados. Propõe-se fazer a análise da classe política representada nas esferas estadual e federal, a saber, na Assembleia Legislativa¹⁷, Câmara Federal e Senado¹⁸. Apesar da opção pela restrição, os números não são de pouca relevância. Basta notar que se trabalha com um universo de 218 deputados estaduais e dezenas de deputados federais. Estes números oferecem, portanto, um retrato dos setores mais influentes da classe política, ou seja, o daqueles que se fazem ouvir nas esferas mais altas da representação política. Indubitavelmente eles compõem o grupo mais destacado dentre os representantes dos interesses das classes dominantes. Daí, em geral, pertencerem às maiores fortunas, às maiores

¹⁷ Todos os dados relativos à Assembleia Legislativa estão em GUIMARÃES, Hugo Vitor. **Deputados provinciais e estaduais do Ceará**. Fortaleza: Editora Jurídica, 1949; os demais dados encontram-se dispersos conforme a referência a que deles se fizer. Os dados estão sistematizados no Anexo 2 (Deputados Estaduais);

¹⁸ Todos os dados acerca da composição da Câmara Federal e Senado foram coligidos a partir de SAUER, Arthur (org). **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1918** (Almanaque de Laemmert). Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1919; PINTO, G. de Sousa. **Anuario estatístico do Estado do Ceará**. (anos de 1916, 1918, 1921, 1924). Fortaleza: Typographia Minerva, 1917, 1919, 1922, 1925. Os dados estão sistematizados no Anexo 3.

idades, deterem os títulos acadêmicos mais relevantes, frequentarem os espaços de sociabilidade de maior apelo e visibilidade. Para usar a gíria da época, são os “figurões” da política.

Se a Assembleia Legislativa estadual congregava os representantes dos grupos políticos regionais, a Câmara dos Deputados era formada pelos chefes partidários estaduais ou seus representantes. Já o Senado congregava, por assim dizer, os líderes mais destacados da política estadual. Estamos, por assim dizer, diante da colmeia oligárquica: quanto mais alta a esfera da representação, maior o poder relativo dos grupos que ali se fazem presentes¹⁹.

Tratemos inicialmente da Assembleia Legislativa. Durante a primeira fase da história republicana, que se estendeu entre os anos de 1889 a 1930, houve 13 legislaturas, abrindo um total de 434 vagas ocupadas por 218 pessoas diferentes. As duas primeiras legislaturas duraram apenas um ano e trouxeram a exótica figura do Senado Estadual. Ambas foram legislaturas constituintes. As demais legislaturas duraram em média três anos, à exceção das legislaturas de 1913-1914, de 1915-1916 e de 1929-1930 mais curtas em razão dos episódios do governo Franco Rabelo, da interventoria federal de 1914, do governo tampão de Benjamin Barroso e da Revolução de 1930. O Ceará ainda viveu mais três legislaturas constituintes: uma em 1917-1920, outra em 1921-1924 e mais uma em 1925-1928, totalizando um total de cinco constituições para a primeira fase do período republicano.

No que diz respeito à formação profissional, dentre os 218 deputados estaduais, 67% deles (146) possuíam curso superior. Destes, 49,31% (72) eram bacharéis em Direito. Os demais eram médicos (19,1%), padres (8,9%) e oficiais militares (15%). Enfim, estas quatro formações alcançavam o expressivo número de 92,3% dos deputados com diploma. Havia ainda 5 farmacêuticos, 1 odontólogo e 2 engenheiros civis.

Sem formação acadêmica havia 67 deputados, ou seja, 30% do total. Destes, 50 (74,6%) eram proprietários rurais e 13 (19,4%) eram comerciantes,

¹⁹ Quando se fala em “colméia oligárquica” estamos fazendo referência à organização do chamado “Sistema dos Estados” ou “Política dos Governadores”, tal como foi construída pelo presidente Campos Sales. Quem lança mão da expressão “colméia oligárquica” é Renato Lessa. Cf. LESSA, Renato. **A invenção republicana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. Já Décio Saes utiliza a expressão “pirâmide oligárquica”, de igual teor. SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor 1984;

perfazendo um total de 94% dos deputados sem diploma. As outras ocupações sem diploma são inexpressivas em termos percentuais, mas constam aí: advogado provisionado (1), farmacêutico prático (1), operário (1), jornalista (4) e pastor evangélico (1).

O que se pode depreender destes números? Em primeiro lugar, que a formação superior era um traço distintivo da classe política, ainda que não fosse absoluta, dada a expressiva quantidade de deputados sem diplomas. A formação em Direito parecia talhada para a representação política, visto que atingia a metade dos deputados diplomados. Por outro lado, nota-se o expressivo número de proprietários rurais sem formação superior presentes na Assembleia Legislativa. Estes formam o grupo dos “chefes políticos” interioranos que prescindem de um bacharel em Direito para representar os seus interesses e o fazem diretamente, sem intermediação alguma.

Saliente-se que muitos dos deputados com nível superior também pertencem a famílias de proprietários rurais ou são, eles próprios, proprietários rurais. Isto fica evidente quando analisamos a origem social dos médicos. Dos 28 médicos, apenas dois não pertencem a famílias de proprietários rurais, pois são militares-médicos. Esta era a profissão mais elitizada da época. Considerando que os custos de formação de um médico eram bastante altos, pois implicava manter um estudante por longos anos em cidades distantes como o Rio de Janeiro e Salvador, o número não chega a nos surpreender.

Enfim, num primeiro momento, percebe-se que a composição da classe política era bastante representativa das próprias classes dominantes locais. Os únicos “ruídos na paisagem” nada mais fazem que confirmar a regra. Dentre os 218 deputados, há apenas um operário, três jornalistas sem formação superior e 2 comerciários (caixeiros). Todos os demais ou fazem parte das classes dominantes ou são seus prepostos diretos.

Quanto à ocupação destes deputados, a situação se torna um pouco mais diversa. Dentre os 72 bacharéis em Direito, 30 eram “políticos” em tempo integral; 11 bacharéis em Direito eram também professores, todos lecionando em instituições de ensino de Fortaleza, principalmente na Academia Livre de Direito, Escola Normal e Liceu do Ceará. O magistério era ocupação de prestígio, muito mais do que uma função rentável. Juízes, promotores e desembargadores perfizeram 20 deputados, um número

bastante alto. Os que se definiam como “agricultores”, ou seja, somente como proprietários rurais com diploma somavam 5 deputados. Ainda que estes números devam ser considerados com reserva, não há dúvida de que o acesso às instâncias representativas da política estadual era bastante restrito. Daqui em diante pode-se afirmar, com absoluta certeza, que a política era uma ocupação reservada às classes dominantes, às elites econômicas e fortemente cerradas quanto às possibilidades de romperem-se tais barreiras.

É possível conjecturar, por exemplo, se a presença de militares no conjunto dos deputados estaduais poderia configurar uma dissonância nesta exclusividade elitista. De fato, há períodos em que a presença de militares se faz sentir com maior clareza. É o caso, por exemplo, das três primeiras legislaturas e dos períodos compreendidos entre os governos Franco Rabelo e Benjamin Barroso, ambos militares. Corroboram esta percepção o fato de que a maioria dos militares era adventícia, ou seja, sem vínculos mais diretos com as classes dominantes locais. Entretanto, é preciso não absolutizar esta posição, pois houve alguns militares que cedo se articularam às elites locais, chegando inclusive a se impor como chefes políticos prestigiados, como foi o caso do general Tomás Cavalcanti, líder da facção marreta do PRC²⁰.

Em segundo lugar, é necessário observar as relações familiares e de compadrio que se tecem nas regiões de onde provinham os deputados estaduais²¹. Esta análise mostra-se muito mais significativa para o nosso escopo que somente uma verificação do perfil profissional dos políticos. Famílias de destaque na cena política local, no período monárquico, continuaram a se fazer representar na Assembleia Legislativa, o que nos leva a pensar que os fundamentos econômicos das elites pouco se alteraram desde então. Dentre estas famílias mais antigas, tínhamos, na Assembleia

²⁰ Sobre o papel dos militares na política brasileira, ler: ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980, CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. in: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. Tomo 2, volume 3. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 e FERREIRA, Oliveira S. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Editora Senac, 2000;

²¹ Cf. ARAÚJO, Raimundo Alves. **Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2011 (dissertação de mestrado); NOBRE, F. Silva. **1001 cearenses notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 1996; REIS, Edilberto Cavalcante. **Coroneis de batina: a atuação do clero na política municipal cearense (1920-1964)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008 (tese de doutorado); LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder**. São Paulo: Annablume, 1996.

estadual: os Fernandes Vieira (egressos do Partido Conservador), os Pompeu-Acióli (egressos do Partido Liberal e de grande projeção na política estadual na república), os Paula Pessoa (de Sobral, também do Partido Liberal), os Feitosa (de Inhamuns), os Albano (da Serra de Baturité), etc.

Estas famílias mais antigas dominaram amplamente os quadros da classe política durante as primeiras legislaturas estadual e federal. De fato, eles superaram as divergências que os cindiam entre as facções liberal e conservadora para formar um grupo político bastante coeso. Num primeiro momento, estiveram juntos na agremiação chamada “União Republicana”, que passou a se chamar “Partido Republicano Federal” em 1892 e Partido Republicano Conservador, ao longo de todo o período. O PRC se constituiu como verdadeira federação de oligarquias regionais, lideradas pelos velhos “caciques” da política do antigo regime monárquico, com destaque para os Pompeu-Acióli, os verdadeiros chefes ou “donos” do partido.

Compunham essa federação de oligarquias regionais, as seguintes famílias, dentre outras: os Dutra de Sousa, de Baturité, que dominaram a política municipal durante toda a primeira república; os Botelho e Sousa (Maranguape); a família do coronel Antônio Luiz, do Crato, poderoso chefe político do Cariri; a família Pinto Nogueira, do Icó (parentes de Nogueira Acióli); os Vieira (Pedra Branca); o grupo do coronel Belisário Cícero Alexandrino, de Iguatu; os Gomes Parente (de Sobral); os Linhares (da Serra de Baturité); a família Augusto Lima, de Lavras e Várzea Alegre; os Carvalho, de Granja; a família Barros Leal, de Quixeramobim; os já citados Feitosa (Inhamuns); a família do coronel Belém (Milagres); os Távora (Jaguaribe); os Maia (Jaguaruana); os Ferreira de Sales (Acará); os Melo (Tamboril); os Holanda e os Jucá (Quixadá) e os Gonçalves de Paula, de Viçosa. A estrutura local de poder só não se assentava em bases familiares na cidade de Juazeiro, centro político do Cariri, dominada pelo padre Cícero Romão Batista e pelos seus prepostos: Floro Bartolomeu e Godofredo de Castro (DELLA CAVA, 1985).

Os representantes destes clãs familiares foram os que permaneceram por mais tempo na Assembleia estadual: cumprem sucessivos mandatos, que poderiam se estender por décadas. O deputado Alfredo Dutra de Sousa, chefe político de Baturité, cumpriu cinco mandatos na Assembleia, alternando-os com mandatos à frente da prefeitura municipal (4, ao todo). Alfredo Botelho de Sousa também cumpriu cinco

mandatos; o coronel Belisário Cícero Alexandrino, de Iguatu, quatro mandatos, também alternados com mandatos de prefeito municipal; o padre Máximo Feitosa (Tauá) foi deputado por seis legislaturas e o seu primo, o coronel Alves Feitosa, da mesma cidade, por mais seis mandatos; três membros da família Correia Lima (Lavras) foram deputados, cumprindo vários mandatos; o coronel Coelho de Albuquerque, primeiro prefeito de Icó, foi deputado estadual em seis oportunidades; o coronel Tiburcio Gonçalves de Paula, de Viçosa, esteve presente em sete legislaturas e o coronel Antônio Luiz, várias vezes prefeito do Crato, foi deputado por quatro legislaturas.

Nesse sentido, é possível pensar que uma das funções do parlamento estadual fosse o de um fórum dos grupos políticos regionais. A representação destes grupos raramente corria sérios riscos (a não ser durante o governo Franco Rabelo), motivo da estabilidade de sua presença naquela casa. A força do PRC residia exatamente na presença destes clãs em suas fileiras. Ainda que o período posterior à queda de Nogueira Acióli os tenham enfraquecido, continuou a manter o perfil original, ou seja, de forte base entre proprietários rurais interioranos.

Quando se acompanha a composição das legislaturas estaduais, têm-se uma idéia mais clara de que a sua formação depende, basicamente, da transação entre as forças políticas dominantes. Assim, é possível distinguir quatro fases bem distintas quanto à sua composição política. A primeira fase compreende as duas primeiras legislaturas, a de 1891 e a de 1892; a segunda fase se estende da terceira legislatura (1893-1896) até a sétima legislatura (1909-1912); a terceira fase engloba a oitava (1913-1914) e nona (1915-1916) legislaturas; e, por fim, a quarta fase compreende todas as legislaturas seguintes até a 13ª (1929-1930).

Na primeira fase, percebe-se uma configuração bastante heterogênea, dada pela insegurança jurídica e política dos primeiros anos do novo regime republicano. Os grupos políticos ali representados foram em linhas gerais: a) o grupo dos “republicanos históricos”, formados pelos membros oriundos do Centro Republicano e que, com o advento da República, mudaram de nome para Partido Republicano. Dentre eles, estavam: os escritores Antônio Martins e Antônio Sales, o jurista Clóvis Bevilacqua, o professor Agapito dos Santos, os bacharéis Solón Pinheiro e Moisés Correia do Amaral, o capitão Francisco Benévolo e o farmacêutico Catão Mamede.

Este grupo, bastante minoritário, compunha-se de elementos oriundos das classes médias urbanas, com pouca ou nenhuma conexão com a grande propriedade rural, ou mesmo, com o grande comércio. A totalidade deles havia iniciado a sua trajetória política no movimento abolicionista no início da década de 1880 e prosseguiu com a militância republicana. Após a proclamação da República foram alçados ao papel de protagonistas da cena política estadual. Articularam-se politicamente em torno da figura do presidente estadual, o general Clarindo de Queiroz, mas bem se vê que eram, numérica, econômica e politicamente, inferiores aos clãs familiares já longamente estabelecidos como classe política dominante. De fato, ressentiam-se da existência de uma base social que legitimasse suas pretensões ao poder.

A grande maioria dos deputados presentes nestas duas legislaturas pertencia aos velhos grupos políticos do interior, oriundos dos partidos monárquicos. As lideranças tradicionais como as do dr. Francisco de Paula Pessoa, de Gonçalo de Almeida Souto, de Manoel Silveira Torres Portugal, de Nogueira Acióli dominavam amplamente o legislativo estadual. Com a queda de Clarindo de Queiroz, em 1892, seus interesses tornaram-se dominantes no parlamento²². Os remanescentes do republicanismo “histórico” foram cooptados a juntarem-se a este grupo, formando a primeira grande agremiação política cearense, o Partido Republicano Federal, embrião do futuro Partido Republicano Conservador. Aqueles que resistiram a esta união, foram escorraçados, por diversas maneiras, da vida política local, como foi o caso de Solón Pinheiro, Antônio Cândido da Rocha, Antônio Sales e Catão Mamede, todos obrigados ao exílio no Rio de Janeiro ou nas capitais do Norte.

A segunda fase (1892-1912) corresponde à hegemonia política do grupo aciolino. Aqui, a Assembleia torna-se um elemento dócil e subordinado às expectativas da oligarquia dominante. É possível afirmar que, ao longo deste período, a Assembleia estadual nada mais representou que um fórum dos principais clãs familiares das diversas regiões cearenses. Nogueira Acióli, inclusive, faz-se representar por intermédio de membros mais próximos de sua família: são genros, cunhados, primos,

²² O general Clarindo de Queiroz foi presidente estadual entre 1890 e 1892. Com a ascensão de Floriano Peixoto à condição de Presidente da República, perdera o apoio do governo federal e acabou sendo derrubado. Clarindo de Queiroz era um republicano histórico e havia se cercado destes elementos em sua administração. Seu sucessor, Benjamin Barroso, governou com os elementos provenientes das antigas lideranças do tempo da monarquia, cuja base de poder estava fortemente baseada na propriedade da terra. Estava aberto o caminho para a formação da oligarquia aciolina. BARROSO, José Parsifal. **Uma história política do Ceará.** (1889-1954). Fortaleza: BNB, 1984;

irmãos. Os interesses tradicionais, ligados à propriedade rural e ao controle dos municípios se consolidaram e se tornaram hegemônicos, mesmo diante de outros grupos fortes, como os do comércio da capital.

Na terceira fase, que se estende de 1913 a 1916, revela uma composição mais complexa. A ascensão de Franco Rabelo ao poder, guindado pela “política das salvagens” do presidente Hermes da Fonseca foi francamente hostil às oligarquias regionais. De fato, os conflitos entre o grupo de sustentação de Franco Rabelo e os elementos ligados à política mais tradicional se arrastaram durante todo o período, com graves incidentes de violência, que culminaram na própria deposição do presidente estadual em 1914. Mas, quem esteve ao lado do rabelismo? Basicamente, três grupos: o primeiro, formado pelas oligarquias dissidentes do acioloismo, cuja chefia coube a Francisco de Paula Pessoa Rodrigues, de Sobral; o segundo, por frações representativas do comércio da praça de Fortaleza, com a Associação Comercial à frente; e o terceiro, formado pelas classes médias urbanas, de Fortaleza e de Sobral, tendo a frente o farmacêutico Manoel Moreira da Rocha.

Estes três grupos vieram a formar o núcleo básico do *Partido Rabelista*, agremiação criada para dar sustentação ao presidente estadual. Depois de deposto o presidente, o Partido Rabelista muda de nome para Partido Republicano Democrático (PRD), que se consolidaria como o grande rival do tradicional PRC ao longo de toda a Primeira República. Ainda que partissem de origens diversas, ao longo do tempo, PRC e PRD se equivaleram em termos de práticas e estratégias políticas. Na medida em que o “bipartidarismo” se acomodava à rotina política estadual, as rivalidades entre os clãs familiares do interior terminaram por se vincular a uma e a outra legenda.

Com a queda de Rabelo, uma nova Assembleia é formada para o biênio 1914-1916. O presidente Benjamin Barroso cercou-se dos elementos remanescentes do acioloismo, mas que mantiveram uma postura de maior inflexibilidade em relação a quaisquer acordos entre as ditas legendas. Este grupo, liderado pelo general Tomás Cavalcanti, ficaria conhecido como “marretas”. Sua facção, inicialmente agrupada no Partido Unitarista de João Brígido, logo voltou a se organizar num novo PRC, em 1916.

Daí em diante, até a revolução de 1930, a composição da Assembleia estadual, espelhava a fragmentação político-partidária do estado. O PRC se dividia, na

prática, em três grupos: os aciologistas mais antigos, liderados por José Acióli, os marretas de Tomás Cavalcanti e o grupo liderado pelo médico Floro Bartolomeu a partir de Juazeiro do Norte. O PRD, da mesma maneira, se dividia em grupos. O grupo “rabelista” chefiado por Manoel Moreira da Rocha e o grupo sobralense, cujas lideranças foram Paula Pessoa e João Thomé de Saboya.

Já a análise da representação cearense na Câmara dos Deputados nos revela um perfil diverso daquele do parlamento estadual²³. Dos 56 deputados federais ao longo da primeira república, somente dois (3,5%) não possuíam diploma de nível superior: João Cordeiro e João Lopes Ferreira Filho. Não é coincidência o fato destes dois deputados estarem destituídos de diploma. De fato, sua origem social é bem diversa da totalidade dos outros deputados. Não provêm das tradicionais elites políticas, mas, antes, pertenciam às classes médias urbanas: João Cordeiro possuía um modesto comércio e João Lopes era jornalista d’*O Libertador*. Ambos podem ser considerados os únicos representantes legítimos do republicanismo “histórico”. Assim, estiveram por fora dos círculos dos grandes partidos monárquicos, das esferas mais consagradas do poder e de legitimação social.

Os demais formavam a seguinte constelação: 29 bacharéis em Direito (51,7%), 10 médicos (17,8%), 10 militares (17,8%), 3 engenheiros (5,3%), 1 farmacêutico (1,75%) e 1 professor diplomado pelo Seminário Episcopal de Fortaleza (1,75%). Chama a atenção a inexistência dos padres, que ainda compunham uma razoável proporção dos deputados estaduais. Isto traduzia a progressiva deterioração de sua relevância no âmbito da política. Se ainda eram importantes no cenário local, principalmente em regiões afastadas dos centros econômicos mais dinâmicos (Cariri e Inhamuns), perdiam claramente a força como lideranças de maior articulação política (CORDEIRO, 1997; REIS, 2008).

A representação cearense na Câmara dos Deputados refletia a configuração das elites políticas locais, com o predomínio das grandes e poderosas famílias que “dominavam” os quadros partidários. Ou seja, estamos falando dos chefes políticos mais importantes, de sua parentela e de sua condição como grandes articuladores políticos. Se percebermos a presença destas famílias, teremos o seguinte

²³ Referências em NOBRE, F. Silva. **1001 cearenses notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 1996;

quadro: predomínio de clãs tradicionais como os Sabóia, de Sobral (João Thomé, Sérgio, Eduardo Thomé e Domingos de Sabóia), os Acióli e sua parentela (Nogueira Acióli, Francisco Sá, José Acióli, Maurício Graco Cardoso, Thomaz Pompeu Acióli), os Paula Pessoa, também de Sobral, os Torres Portugal, os Correia Lima, etc. Os ex-presidentes estaduais Benjamin Barroso (além de seu filho, Hermínio e de seu sobrinho, Gustavo Barroso), Bezerril Fontenele, Pedro Borges (e seu filho), José Moreira da Rocha (e seu filho) e Justiniano de Serpa (e seu filho). Os ex-prefeitos de Fortaleza Ildefonso Albano e Godofredo Maciel. Os chefes partidários: Floro Bartolomeu (PRC – Cariri); Tomás Cavalcanti (PRC – marreta) e Manoel Moreira da Rocha (PRD), além dos já citados chefes e ex-presidentes; os magistrados Eduardo Studart (PRC – marreta), Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos (proveniente do antigo Partido Conservador e depois, PRC), José Avelino, além de José Moreira da Rocha, já citado. Os demais são todos elementos de confiança do estreito círculo dos grandes partidos: Manoel Sátiro (PRC), Osório de Paiva (PRD), José Lino da Justa (PRC), João Marinho de Andrade (PRC), Otacílio Nogueira (PRD), etc.

Está fora de dúvida que o círculo social em que se movimentam esses deputados federais é extremamente exclusivo e estreito. Se no âmbito local ainda existem possibilidades de ascensão vertical de novas lideranças, isto é quase impossível quando percebemos a movimentação dos políticos da esfera federal. Abertura para grupos políticos diversos dos já estabelecidos, só ocorre a partir de influências externas, de transformações conjunturais, para além do controle imediato das elites políticas.

Neste sentido, é possível demarcar dois momentos fundamentais em que tais alterações na dinâmica do poder, efetivamente ocorrem. O primeiro momento é o da proclamação da República: na Câmara Federal se fazem representar, além dos membros tradicionais da classe política, deputados oriundos dos movimentos abolicionista e republicano. Estes republicanos históricos, como vimos adiantando, não pertencem, em sua grande maioria, à extração latifundiária, às classes econômicas dominantes. Antes, pertencem a uma incipiente, porém mobilizada e ativa, classe média urbana. Aglutinados na redação do jornal *Libertador*, são os entusiastas públicos do novo regime. Não alcançam, entretanto, o monopólio das cadeiras no parlamento, afastando os adesistas da cena política. Aliás, muito pelo contrário, já que no momento em que o novo regime parece normalizar-se, vão perdendo o espaço

arduamente conquistado. Até que, já em 1892, a maioria deles aceita uma composição partidária com os “adesistas” na formação do PRF, embrião do PRC.

Outro momento de “crise” para os setores políticos dominantes é o do surgimento do rabelismo. Desde 1914-1915 tornou-se impossível reproduzir uma total hegemonia do situacionismo dominante na Câmara Federal. Mas, convém perguntar: o rabelismo divergia do aciolismo em termos de origem social de seus membros? Ou seja, era um movimento de classe, que se opusesse diametralmente à estrutura coronelística hegemônica? Já havíamos adiantado, páginas atrás, que o rabelismo foi o resultado de uma ampla coalizão entre setores marginalizados pelo aciolismo. Cerraram as suas fileiras muitos das tradicionais famílias oligárquicas insatisfeitas com o papel secundário que o situacionismo lhes votara. Este é o caso, por exemplo, da família Paula Pessoa e da família Sabóia, ambas de Sobral. A sua influência política abrangia toda a zona norte, mas o aciolismo lhes reservava apenas uma pequena margem de poder. Romper com a estrutura oligárquica representava uma considerável vantagem para estas famílias, na medida em que passavam a medir forças com o aciolismo na sua região de influência, onde eram quase imbatíveis. Não à toa, o PRD foi a principal agremiação na zona norte do estado.

As fileiras do rabelismo também eram formadas por setores médios, por militares e pelos comerciantes da praça de Fortaleza. O seu líder foi o farmacêutico Manoel Moreira da Rocha, secundado por nomes tais como os de Ildefonso Albano (genro de Franco Rabelo), Álvaro Fernandes (médico), Agapito dos Santos (professor), Marinho de Andrade (médico) e Néelson Catunda (advogado e jornalista). Os militares cumpriram um papel importante no rabelismo, principalmente nos primeiros momentos após 1912. Este foi o caso dos generais Osório de Paiva e Antônio Gentil de Albuquerque Falcão. Isto pode ser bem indicativo da necessidade por quadros estabelecidos e socialmente destacados, mas o envolvimento dos militares com a política, ao longo da primeira república, merece uma análise mais detalhada. Tanto é assim que, ao lado destes generais, que estiveram ao lado do governo Hermes da Fonseca (e do salvacionismo), também houve aqueles que se posicionaram contrariamente ao hermismo e que, no Ceará, engrossaram os quadros do PRC. Isso sem falar na oficialidade mais jovem, nos “tenentes”, que ajudaram a construir a reputação da família Távora na política local.

A origem social dos deputados rabelistas na Assembleia Legislativa é mais indicativa de um padrão diverso daquele formado pelos representantes do PRC. Dentre os deputados do PRD na Assembleia, tínhamos: um professor, cinco comerciantes, quatro agricultores, um funcionário público estadual, sete médicos, dois padres, doze bacharéis em Direito, dois engenheiros militares, dois farmacêuticos (sendo um prático), um militar, um jornalista sem formação superior. Ainda que, na média, o perfil não se distinga demasiado do perfil dos deputados estaduais conservadores, é evidente que os profissionais liberais estão aqui, mais bem representados (ainda que se deva tomar cuidado com esses dados). A proporção de “agricultores” também é menor, se comparada aos deputados estaduais conservadores. E, finalmente, setores de menos peso político, tais como farmacêuticos, funcionário público, professor e jornalista, também são proporcionalmente mais pronunciados do que a média do período.

A conclusão que se chega à pergunta acerca da origem social dos militantes do PRD é negativa, apesar de tudo. Ainda que o rabelismo tenha encorajado e absorvido os eleitores oriundos dos setores médios da capital, sua estrutura básica se alicerçava no conjunto dos clãs dissidentes do acioloismo. As lideranças emergentes e que, portanto, não pertenciam a esta estrutura econômica, estavam sob a tutela do farmacêutico Manoel Moreira da Rocha, o chefe maior do rabelismo em Fortaleza.

A prova de que tais setores médios eram minoritários no PRD se alcança quando examinamos a representação cearense no Senado Federal, ao longo da Primeira República. Os assentos no Senado eram reservados apenas aos líderes incontestáveis dos partidos e de suas facções maiores. Manoel Moreira da Rocha, por exemplo, ainda que fosse o líder do PRD em Fortaleza, jamais alcançou uma vaga no Senado.

O mandato dos senadores, ao longo do período, era de nove anos. A cada três anos se renovava um terço da bancada. De maneira que, sempre que havia a formação de uma nova legislatura federal, um senador era sufragado. A divisão de cadeiras no Senado parecia seguir uma regra determinada, qual seja, a de manter o equilíbrio entre as maiores forças políticas locais. O Senado era, assim, condição necessária ao funcionamento do cotidiano partidário cearense.

O exame da dinâmica da representação cearense no Senado revela, ao primeiro olhar, a mesma estrutura de fases já definidas para a Assembleia estadual e

para a Câmara de Deputados. Ou seja, a da existência de um período inicial de acomodação (referentes a 21ª e 22ª legislaturas, ou seja, 1890-1891 e 1891-1893), seguindo por um longo momento de predomínio do aciolismo (da 23ª até a 29ª legislaturas), quando então, o rabelismo passa a competir na divisão das vagas, que se prolongaria até o final do período (30ª até a 35ª legislaturas).

O PRD, apesar de já se constituir como o segundo maior grupo político após 1914, só teria acesso ao Senado a partir da 32ª legislatura (1921-1923), quando o ex-presidente, João Thomé, foi eleito. A partir de então, sempre contará com pelo menos um senador entre os três representantes cearenses naquela casa. Em 1924, Thomaz Pompeu de Paula Pessoa Rodrigues também lograra ser eleito, formando o PRD a maioria dos senadores cearenses até 1930.

A composição do Senado, como afirmamos, é o ápice da representação das elites políticas locais. Todos os seus integrantes foram líderes partidários importantes no estado. Dentre eles, estiveram os seguintes: Nogueira Acióli, seu genro Francisco Sá e seus filhos Tomás Acióli e José Acióli. Os correligionários mais próximos do aciolismo também estiveram ali: os ex-presidentes estaduais Bizerril Fontenele, Benjamin Barroso e Pedro Borges, além do desembargador Domingues Carneiro (candidato de Acióli à sua sucessão em 1912). Os republicanos “históricos” se fizeram representar nas primeiras legislaturas: João Cordeiro e Joaquim Catunda. E, finalmente, os membros do PRD já citados, João Thomé e Tomás de Paula Pessoa Rodrigues.

À exceção de João Cordeiro, todos os senadores cearenses possuíam diploma de nível superior; todos representavam os interesses da grande propriedade rural; muitos eram os “donos” dos jornais partidários; todos se postavam na culminância de suas trajetórias políticas: ministros, ex-presidentes, desembargadores e chefes partidários, além de, no caso dos Acióli, alguns parentes. Não havia, nesta instância de poder, nenhuma possibilidade de abertura, nenhuma composição, nenhum reconhecimento dos que não pertencessem, exclusivamente, à nata da elite política.

Estava formada, assim, a colmeia oligárquica cearense. Um pouco ampliada em sua base, congregando muitos líderes políticos locais e municipais, além de seus representantes (bacharéis em Direito) e filhos diletos (médicos). Mais acima, espaço reservado apenas aos chefes maiores, representantes de facções já

estabelecidas: marretas, unitaristas, tavoristas, serpistas, aciolistas, rabelistas. No topo, só os figurões formados pela casta dos ex-presidentes, dos parentes de Acióli e dos chefes políticos do PRD sobralense.

3. LUGARES DA PRODUÇÃO DO DISCURSO

3.1. A instituição e o discurso da política.

Ao tratar dos lugares da produção do discurso nos deparamos com a esfera institucional dotada de autoridade, reconhecimento social e competência para proferir. Esses quesitos todos constituem condições prévias para que se demarquem as possibilidades pelas quais um dado objeto venha à tona, seja dado a ler e obtenha uma existência simbólica. Ou seja, ao invés de pensarmos os objetos do discurso como existentes por si sós, deveremos encontrá-los nas teias legais, institucionais e sociais que permitiram a sua existência. Cada um desses lugares de produção do discurso, geralmente institucionalizados e gozando de legitimidade social, impõe uma série de regras, normas, técnicas, um jargão, procedimentos de análise específicos, critérios de avaliação e julgamento e processos de seleção e treinamento do pessoal apto a tomar parte nessa operação. O conjunto desses critérios dá forma ao objeto e nos permite, ao mesmo tempo, alcançar a dinâmica pela qual uma dada instituição age.

Primeira consideração: o processo que condiciona uma dada instituição a se arrogar como legítima para proferir um discurso é histórico. Deter um conhecimento que seja socialmente legítimo é uma forma de poder e isso, por sua vez, deve excluir ou marginalizar as formas alternativas de constituição de sentido por intermédio do discurso. Assim, uma instituição vive uma situação de, ao mesmo tempo, reforçar sua posição de esfera legítima de enunciação do discurso, como também, a de censurar, deplorar, denegrir as formas e as instituições concorrentes nesse âmbito. O processo que leva uma instituição a se colocar socialmente como âmbito autorizado e legítimo, portanto, como portadora da verdade sobre o mundo, é atravessado por conflitos.

Segunda consideração: a especialização técnica fundada na constituição das normas, regras, critérios, formação, jargão, etc, constitui o elemento definidor da legitimidade de quem fala. Quanto mais especializado um discurso se propuser a ser, e assim, mais inacessível ao leigo, mais exclusivo a um determinado grupo social, maior o seu “status”. Ou seja, o poder simbólico emanado pelas formas discursivas depende, em alto grau, do nível de especialização técnica que somente a instituição pode oferecer.

Terceira consideração: os indivíduos que detêm as prerrogativas para proferir tal discurso estão formalmente presos às regras, normas, técnicas, critérios e jargão que definem a sua instituição. Todos os que pertencem à instituição formam uma comunidade do saber e submetem-se aos seus procedimentos. Agem como uma comunidade que procura preservar o seu saber da vulgarização, que intenta, amiudadamente, reforçar a legitimidade de seu saber, que se autoriza a definir os critérios de verdade acerca do mundo.

Enfim, cada discurso é obra e resultado de uma concorrência pela sua posse legítima. A posse legítima do discurso só se constrói mediante a ação de uma organização (a instituição) que unifica e regulamenta o discurso por intermédio de práticas específicas. O resultado disso é o monopólio do saber por parte de uma comunidade especializada que se arroga como detentora dos critérios verdadeiros e reais de compreensão do mundo.

Resumidamente, são esses os elementos comuns às análises de Foucault e de Michel de Certeau acerca da instituição. Como lemos anteriormente, ambos se dedicam a investigar os trajetos mediante os quais as ciências humanas definiram para si o seu âmbito de ação e a sua legitimidade social. Faz-se, mais uma vez, oportuno sublinhar este aspecto decisivo: são as ciências humanas que estão no centro da análise destes autores.

Mas, e a tarefa que aqui se impõe? Procura-se aqui compreender e analisar as instituições que produzem e tomam para si o lugar legítimo para proferir o discurso da política. Há esta instituição? Ela se move a partir dos mesmos critérios técnicos que atravessam as ciências humanas? Qual a sua singularidade? Quem são aqueles que gozam de uma legitimidade social para proferir tais discursos?

A primeira consideração a ser feita é a de que o discurso da política é um conhecimento e um saber que prescinde de uma esfera institucionalizada para se constituir enquanto tal. Nem a classe política, nem os jornalistas políticos, nem os cidadãos e nem os eleitores monopolizam o discurso da política. Isto porque não há uma instituição de fato que dele se aproprie e que o constitua mediante procedimentos, técnicas, normas e padrões de enunciação. Ele pertence, por assim dizer, à esfera pública. O princípio básico do funcionamento da *polis*, ou seja, da comunidade

política, daqueles que estão vinculados a um Estado, é a de que a participação nas coisas “públicas” é franqueada a qualquer interessado.

O discurso da política está enraizado no cotidiano. Ele é, assim, parte integrante da experiência social dos indivíduos nas situações mais habituais do dia a dia. Os jornais partidários emitem discursos; a classe política também o faz; mas as pessoas que se encontram nos cafés e nas praças para discutir política também o fazem. Mesmo aquele indivíduo que não costuma ler jornal, participa de alguma forma da esfera política. Tem opinião, detém um conhecimento sobre vários aspectos da vida política, posiciona-se a favor de tal ou qual tendência, conhece o chefe, sabe quem pertence a qual partido, acompanha o processo eleitoral, toma parte nas festividades e comícios, etc.

Isto não quer dizer, por outro lado, que não haja qualquer diferenciação entre os emissores do discurso. E também não quer dizer que não existam critérios – por subjetivos que sejam – de qualificação do discurso. Ora, estamos tratando de uma realidade social marcadamente desigual e excludente, a do Ceará das décadas de 1910 e 1920, na qual a simples habilidade alfabética é um sinal de prestígio. Que dirá, então, das habilidades mais exclusivas e complexas, como a de “tomar a palavra”? O fato de alguém saber “falar bonito”, com “palavras complicadas” – ou seja, a capacidade de tomar parte efetivamente na construção discursiva sobre o mundo – é reconhecida e legitimada por uma sociedade que, obviamente, carece, admira e exulta tais conhecimentos, ditos “formais”.

Assim, retomando a primeira conclusão, diremos que mesmo que o discurso da política esteja inserido numa esfera pública, tal inserção é meramente formal. Ainda que a todos seja franqueado o direito de falar sobre a política e sobre os políticos, nem todos conseguem fazê-lo com o grau de sofisticação exigido socialmente. Para tal, faz-se necessário um dado treinamento e uma dada situação social, que se configure numa naturalidade construída. Por “naturalidade construída” entendemos a incorporação dos instrumentos formais: alfabetização, habilidade de leitura, capacidade de escrita, domínio do léxico, entre outros, que se somem à posição social do indivíduo dentro do grupo, gerando assim, uma “segunda natureza”, que o permite obter a palavra e falar sobre a política como se aquilo fosse habitual, ou seja, que não se apresente como uma postura forçada ou caricata.

Uma historieta aparentemente despreziosa pode nos ajudar a compreender melhor esta situação.

“Longos annos após terem sido escorraçados pelo povo, em memorável momento cívico, os descendentes da olygarchia Accioly vieram se insinuando pouco a pouco no Estado, pela complacência geral.

“Algumas creaturas, entretanto, se indignaram com tamanha desfaçatez, e nos cafés e nas rodas de palestra emittiam as suas opiniões.

“Censuravam a indiferença dos jornaes, mesmo os da política adversa ao acciolysmo, que benevolmente viam com indiferença o indesejável regresso.

“Respeitável cavalheiro dizia:

“- Ah, eu só queria ter intelligencia para ir à imprensa dizer quem é essa canalha.

“- Pois, olha, diz o poeta, para falar dos Accyolis não é necessário intelligência; basta ter memória”²⁴.

A situação diz respeito às várias histórias atribuídas ao poeta cearense Quintino Cunha²⁵. Ainda que não se saiba de sua autenticidade ou veracidade, a historieta nos traz elementos importantes para a análise. Percebe-se, por exemplo, como a discussão política é enraizada no cotidiano. Ela se dá em qualquer parte. No caso em questão, acontece nos cafés e nas rodas de palestra. O caso se refere, basicamente, à aparente complacência e brandura com as quais a imprensa local vinha tratando o retorno da família Acióli ao Ceará²⁶. Isto, por sua vez, gerava algumas reações mais explosivas e indignadas. Quando um “respeitável cavalheiro” afirma que gostaria de ter “inteligência para ir à imprensa” está, de fato, reconhecendo que, naquela situação, existem fórmulas consagradas de domínio do discurso da política. Nem todo mundo pode, simplesmente, ir à imprensa e falar o que lhe der na cabeça, de qualquer jeito. É preciso, reconhece o “respeitável cavalheiro”, dominar os códigos mediante os quais a política pode ser falada em certos círculos mais exclusivos.

²⁴ A Imprensa (Sobral) de 4 de novembro de 1926. Coluna “Do Quintino”. (p.1);

²⁵ Quintino Cunha (1875-1943) foi um conhecido poeta cearense. Tornou-se célebre por sua veia cômica. Pela imprensa local publicavam-se muitas pequenas histórias espirituosas atribuídas a ele. Chegou a ser deputado estadual entre 1913-1914 pelo Partido Rabelista. Ver Anexo 2.

²⁶ Com a queda do presidente Franco Rabelo em 1914, os membros da família Acióli, até então exilados na Capital Federal, retornaram ao Ceará. Conseguiram, pelo menos parcialmente, reagrupar os seus antigos aliados no Partido Republicano Conservador. ARAGÃO, R. Batista. **História do Ceará**. (4º volume). Fortaleza: IOCE, s/d; BARROSO, José Parsifal. **Uma história da política do Ceará**. (1889-1954). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984; GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 3ª edição. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971; CASTELO, Plácido Aderaldo. **História Política do Ceará**. Série Cadernos Parlamentares. N.2. Fortaleza: Editora Jurídica, 1963;

Perceba ainda que o homem que deseja ter mais inteligência não é “qualquer um”, mas goza de certa consideração pública, de respeitabilidade, e mesmo assim, não se sente preparado para tecer um diálogo com aqueles que dominam as fórmulas e os códigos pelos quais o discurso da política é enunciado pelos jornais. Assim, diremos que, mesmo que o discurso da política esteja franqueado a todos que dele desejem tomar parte, há níveis diferenciados do discurso, cada um dos quais, regido por códigos, normas e procedimentos distintos. Esses níveis articulam-se conforme a situação social do enunciador e também, conforme os meios que esse dispõe para atingir os seus receptores.

O jornal, numa sociedade excludente e analfabeta, é um símbolo poderoso de *status*. O fato, aparentemente banal de ler um jornal, já pressupõe que o leitor seja um “cavalheiro”. A própria capacidade de, além de ler, discutir os temas áridos e complexos da política, reforçam ainda mais a condição de “respeitabilidade” do leitor. Imagine agora, diante dessa situação, o prestígio de que gozam os que “escrevem”, os que “trabalham” num jornal. Exercem uma atividade intelectual, são considerados bem-dotados no manejo das palavras, enfim, transparecem uma imagem “superior”, no que diz respeito à inteligência, em relação à média das demais pessoas. Este *status* é decorrente do poder simbólico do trabalho intelectual.

Não parece contraditório que numa sociedade excludente e iletrada, o trabalho intelectual alcance tamanho prestígio? Afinal não são tantos os que dominam os códigos de decifração da leitura. O mundo para o qual o jornal se dirige é proporcionalmente muito exíguo. Ora, é exatamente sob esta contradição que se baseia o trabalho especializado e o trabalho intelectual em particular. Quanto mais exclusivo for o discurso, quanto mais estreito for o círculo daqueles que podem dele se apropriar, maior será o seu prestígio como bem simbólico.

Assim, o discurso da política permanece nesse estranho limiar. Ao mesmo tempo em que é parte de um cotidiano compartilhado por muitos, também conhece graus distintos de sofisticação. Muitos se batem por ele e a capacidade de enunciar-lo – pelo menos nas bases definidas pelas elites – exerce uma atração e um prestígio constantes. Se não há, formalmente, uma instituição que detenha o monopólio do discurso da política, ou que se arrogue disto, há espaços consagrados onde tais

enunciados encontram vazão e conhece certas regularidades. Dentre tais espaços, certamente, os mais visíveis e óbvios são o jornal político e o partido.

Aliás, entre o jornal político e o partido há quase uma simbiose. Jornais foram, durante muito tempo, a face visível e pública dos partidos políticos. Por intermédio dos jornais, os partidos construía suas posições, arregimentavam seus simpatizantes e eleitores, digladiavam-se uns contra os outros, seja nos assuntos mais comezinhos, seja em ferozes debates que, às vezes, transpunham os limites do bom senso. Mas, finalmente, qual o caráter e qual a dinâmica do jornalismo político cearense entre 1916 a 1930? Quantos eram? Como se estruturavam? De quais temas tratavam? A quem se dirigiam? Qual sua função?

Analisando os periódicos publicados no Ceará no período referido, conforme o Anexo 1 (Jornais e Periódicos Cearenses), alcançamos algumas conclusões preliminares. A primeira é que os periódicos (jornais e revistas) que são publicados sob o patrocínio de alguma instituição científica, literária, religiosa, etc, são mais estáveis e duradouros do que os jornais partidários ou qualquer outro tipo de publicação. As revistas do Instituto do Ceará e da Academia Cearense, por exemplo, duas publicações prestigiosas, eram publicadas ininterruptamente desde 1887 e 1892, respectivamente. A Revista Commercial, da Associação Comercial do Ceará, desde 1909 e a Revista do Tribunal de Relação do Estado, desde 1903. O mesmo se dá com as revistas do Conselho Central das Sociedades de São Vicente de Paula (1899), da Phenix Caixeiral (1913), do Santuário de São Francisco das Chagas de Canindé (1911), dos boletins estatísticos do governo, etc. Entretanto, tais publicações têm um alcance muito restrito e sua tiragem, que em geral era anual, ficava na média de 200 ou 300 exemplares. A exceção ficava por conta de publicações religiosas, que podiam alcançar até 3.000 exemplares mensais, um número expressivo para o período considerado.

Na outra ponta, estavam os periódicos independentes, satíricos, humorísticos, recreativos. Esses, de fato, mal sobreviviam ao primeiro número e foram poucos os que alcançaram dois anos de vida. É a debilidade dessas associações, a mais das vezes motivadas por uma conjuntura muito particular, que faz efêmera tais publicações. Essas associações circunstanciais não se constituem em verdadeiras instituições: não chegam, portanto, a estabilizar o discurso, a reunir certas

regularidades, a constituir um objeto. A tiragem dessas publicações também era mínima, com média de 100 exemplares, tendo alcançado, poucas vezes, os 500 exemplares.

Se os pasquins da capital são efêmeros, que dirá daqueles publicados nas cidades interioranas? A escassez de meios com que fazer a publicação, aliada ao pequeno público leitor, logo sufocavam quaisquer tentativas de manter, por um tempo maior, uma dada publicação. Isto não quer dizer que não tenha havido uma imprensa forte em certas cidades do interior cearense, com destaque para Sobral, Aracati, Camocim e Crato. Mas, em geral, as publicações ou dependem do apoio da diocese local (Sobral, Aracati e Crato), ou são mantidas pelos partidos políticos. Releva notar que determinados centros, bastante ativos ao longo da década de 1910, vão entrando em lenta e profunda decadência no que diz respeito à publicação de jornais. Esses são os casos de Camocim e de Aracati que chegaram a contar com vários periódicos e, logo após, com muito custo, conseguem apenas manter uma só publicação, geralmente mensal.

De fato, a década de 1920 representa um momento de profunda concentração editorial em Fortaleza. Dos 29 jornais e revistas contemplados neste anexo, publicados em cidades do interior, 18 desapareceram até 1918. E das 42 publicações editadas na capital, 18 desapareceram antes de 1920. A tendência observada é a de uma maior concentração das tiragens em Fortaleza, Sobral e Crato, em publicações partidárias ou mantidas pelas dioceses destas cidades. Os pequenos jornais, com tiragem de até 500 exemplares, vão desaparecendo paulatinamente. Em 1926-1927 restam apenas jornais partidários, publicações mantidas pela Igreja, pelo governo ou por instituições científicas de grande prestígio, como o Instituto do Ceará, a Academia Cearense e o Centro Médico Cearense (e ainda assim, com tiragens pequenas).

A exceção fica por conta de jornais como *O Ceará* de Júlio de Mattos Ibiapina, *O Ceará Ilustrado* de Demócrito Rocha e *A Esquerda* de Jáder de Carvalho, que já mencionamos e aos quais retornaremos adiante, além de *A Tribuna* de Fernandes Távora. Tirante estes, os grandes jornais partidários do período são: *Folha do Povo* (jornal do Partido Republicano Democrático, PRD), o *Diário do Estado* (jornal do Partido Republicano Conservador, PRC), o *Diário do Ceará* (resultado da fusão dos

dois jornais anteriores e, após, 1920, órgão do PRD), o *Correio do Ceará*, a *Verdade* e o *Nordeste* (todos pertencentes à Diocese de Fortaleza), o *Jornal do Commercio* (órgão do PRC), todos de Fortaleza: *O Rebate*, *A Lucta* e o *Correio da Semana*, pertencentes ao PRC, PRD e Diocese de Sobral, respectivamente; *A Região* (da diocese do Crato) e a *Gazeta do Cariry* do PRC local.

Como jornais partidários, portanto porta-vozes de um projeto de poder, essas folhas não têm objetividade alguma. Não são noticiosos, portanto. Ou, pelo menos, o que oferecem são versões dos fatos a partir de uma perspectiva bem definida, ou seja, a do partido. Suas características mais marcantes são: partidarismo, personalismo, sensacionalismo, provincianismo, imediatismo e superficialismo.

O partidarismo que oferecem é estreito e dependente das circunstâncias políticas de cada momento. Não se pode falar num partidarismo movido por um programa de ação bem definido. Antes é um partidarismo de espírito de grupo, ou melhor, espírito de facção, como se dizia à época. Toda a retórica partidária, nesse sentido, traça fronteiras entre “nós” e os “outros” e, aos olhos do leitor de hoje, soa bastante artificial. Os “outros” são sempre responsáveis por tudo quanto há de deplorável, enquanto “nós” somos sempre os “dignos representantes” da sociedade. Atravessa esse partidarismo estreito, sectário e infantil, uma discussão infinita acerca do caráter dos adversários, que são sempre ignóbeis, maus, vis, etc. A agressividade ligada a tal tipo de concepção é evidente e o sarcasmo dá a tonalidade dominante ao estilo. Não raro, durante o período pré-eleitoral, as divergências tornavam-se tão ácidas, que beiravam o cúmulo da histeria. Os jornais partidários se consideravam verdadeiras “arenas” onde as “inteligências” deveriam se digladiar.

O jornal *Pátria* de Sobral, órgão da facção marreta do PRC, assim definia o seu papel:

“(…) para desafivelar a mascara cynica do hypocrita temos a luz divulgadora da imprensa, que é o martelo moral com que o homem civilizado despedaça os caracteres depauperados pelo vírus da ignomínia.

“E por isto chamamos para a arena do jornalismo, onde se degladiam as intelligencias apurando-se a competencia e o valor intellectual de cada um, onde se esgrimam os que não deixaram a gangrena moral lhe corroer o caracter, a alma, o coração e o cérebro (…).”²⁷

²⁷ *Pátria* (Sobral) de 1º de janeiro de 1915 (p.2);

Não à toa a designação de “marreta” a essa facção do PRC. De fato, todas as analogias possíveis entre a imprensa e o esmagar de um martelo estão aí. Este tipo de agressividade retórica terá sido, de alguma maneira, uma sublimação, resultante de um processo de contenção da violência física, agora transferida para as folhas do jornal? Em todo caso, a história de violências reais, físicas, estimuladas pela verve agressiva dos jornais continuou a ser uma constante no cotidiano político cearense, pelo menos até onde alcança este trabalho. Os períodos eleitorais eram, nesse sentido, os que mais denunciavam violências. A polícia, em geral, submissa e controlada pelo grupo hegemônico numa cidade, sempre era denunciada pelo grupo opositor, que se dizia oprimido²⁸. Os rebates e as discussões eram infundáveis e como os critérios de objetividade praticamente inexistem, resta sempre a dúvida entre a verdade, a mentira e o exagero.

Apesar da agressividade retórica, do esgrimismo verbal, os jornais se postam sempre, como seria de se esperar, ao lado do “povo”. Advogam defender sua liberdade, submeter-se aos mais puros ideais, sofrer na expectativa da redenção. O palavrório salpicado de argumentos vazios era uma regularidade discursiva bem definida e clara. Resta saber se, de fato, eram encarados como válidos por seus leitores ou se os mesmos encaravam o jornal como espaço necessariamente conflituoso e retórico, em que tudo não passasse de palavras vãs.

É o que se depreende da leitura da passagem abaixo:

“Nas sociedades bem organizadas, nunca são demais os jornaes que defendem os seus ideaes, porque ellas precisam permanentemente de quema os escude contra os exaggeros das auctoridades e as expurgue dos nullos e criminosos. E da nossa attitude desinteressada e franca nesse terreno, fala bem alto o nosso passado, todo dedicado aos interesses da comunidade, que temos collocado acima dos interesses do individuo, acima dos nossos próprios inteteresses. Não temos sido os tristes ganhadores da profissão, como tantos outros, e neste momento Deus que testemunho a sinceridade dos nossos sentimentos e a pureza do nosso ideal, que é o ideal do povo, por quem nascemos, porquem temos existido e com quem nos confundimos no mesmo desejo viril, nobre e bello de paz e felicidade para a família humana, cujas aspirações”²⁹

²⁸ Relativamente ao papel desempenhado pela polícia estadual, ler: FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade, transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2005;

²⁹ A Lucta (Sobral) de 3 de janeiro de 1920 (órgão do PRD, p.1)

A segunda característica é a do personalismo. Se os partidos políticos são, na realidade, facções indistintas cujo objetivo é o mesmo (esmagar o adversário e encontrar formas de perpetuar-se no poder) a figura do líder, do chefe, assume bastante relevo. Ele é a face visível da luta partidária e os jornais estão permanentemente dispostos a sobrevalorizá-los como figuras heroicas, dotadas das mais altas qualidades. O contrário também é verdadeiro. Quase nunca ideias, propostas, programas, são discutidos. O que resta é o ataque puro e simples à honra alheia. Nesses ataques vale tudo, inclusive desmoralizar o oponente por intermédio de um apelido grotesco, da caricatura, do exagero.

Cada um dos partidos e facções em jogo estava sob a tutela de um “leader” estadual e de chefes regionais. O Partido Republicano Conservador esteve cindido, até 1920, em duas alas, a dos conservadores marretas, liderados pelo general Tomás Cavalcante e a dos conservadores aciólis, cuja liderança cabia a José Acióli, filho do antigo presidente estadual, Nogueira Acióli. Já o Partido Republicano Democrático, embora não tão dividido quanto o oponente, também tinha duas alas bem definidas: o grupo em torno de João Tomé e Paula Pessoa, o chamado PRD sobralense e o grupo chefiado por Manoel Moreira da Rocha, herdeiros do rabelismo mais original, circunscritos à capital e arredores.

Os demais partidos, muito mais frágeis, também se organizavam sob a liderança de um chefe. O Partido Republicano Cearense (PRCe), cisão do PRD em 1920, esteve sob a influência da família Távora. Já o Partido Unitário, que não chegou a sobreviver à década de 1920, sempre pertencera ao jornalista João Brígido. O personalismo desses jornais, enfim, decorria de sua própria estrutura de poder. Saliente-se, contudo, que embora defendidos e festejados por suas folhas (que sustentavam), esses líderes e chefes raramente assinavam artigos ou concediam entrevistas. E, quando o faziam, aproveitavam circunstâncias bem específicas. A mais comum era a convocação eleitoral dos alistados. Um pequeno texto, com o indefectível chamamento “às urnas”, procurava mobilizar o eleitor por intermédio do nome do chefe, que lhe “pedia”, “solicitava” o favor de comparecer às urnas e sufragar a lista do partido.

“Sabbado, 30, se realizará em todo Estado o pleito onde disputarão a palma do triumpho os candidatos que formam sob a bandeira política que o general Thomàs Cavalcante sustenta com galhardia e firmeza e os candidatos que obedecem à orientação do chamado partido unionista.

“A postos devem ficar os soldados fieis e disciplinados desta grande facção para, comparecendo a esse pleito, descarregarem seus votos nos candidatos que o partido guiado por Tomás Cavalcante apontou.

“É nesse momento difficil para a política, porque cada facção apresenta seus candidatos, que se pode melhor conhecer a disciplina de um eleitorado e o critério político que pauta os actos de cada cidadão.

“O eleitorado que em momentos de maiores incertezas de mais fundas difficuldades soube sempre se portar com a applaudida dignidade, saberá, mais uma vez, collocando em seu posto de combate, satisfazer a confiança que seus chefes n’elle depositam.

“Chamamos a attenção do digno eleitorado deste município para a chapa e circular que publicamos”.³⁰

Outra situação se dava nos períodos pós-eleitorais, em forma de entrevista. Ali, o chefe procurava explicar as razões de um acordo, manter os ânimos dos correligionários em alta, etc. Entretanto, raramente, um chefe se punha a tripudiar o adversário. Isto poderia afligir-lhe os interesses num momento posterior, de composição, de aliança (que, enfim, eram bastante comuns).

“P – O cel. notou boa vontade no Presidente, em harmonizar os partidos políticos, se interessando tão somente pela administração do Estado?

R – Sei que nosso preclaro Presidente tem sabido manter-se a altura das responsabilidades que pesam sobre os hombros de um Presidente de conciliação, entre partidos políticos que chegaram ao auge das dissensões. Tem sido elle um mediador entre as duas maiores correntes políticas do Estado – Democrata e Conservadora – mantendo assim a harmonia que ora desfructamos e procurando sempre evitar luctas políticas no Estado, que viriam, de certo, a embaraçar a sua administração, da qual tem elle cuidado com todo o desvello, continuando o caminho tracejado por seus últimos illustrados antecessores.”³¹

Outra regularidade diz respeito ao sensacionalismo. O gosto pelas manchetes retumbantes, impressas em letras garrafais, a obsessão pelas narrativas cheias de lances espetaculares, alcançava a todos esses jornais, indistintamente. O mais importante, no caso, era chamar a atenção do leitor, seduzi-lo, impactá-lo. Quando se estava em período eleitoral, as notícias de violências, assassinatos, prisões ilegais, fraudes, etc, tomavam as primeiras páginas. Eleições municipais e legislativas chamavam mais a atenção do que as eleições federais ou majoritárias, por razões

³⁰Pátria (Sobral) de 27 de janeiro de 1915 (p.1 – Às Urnas!)

³¹ A Imprensa (Sobral) de 26 de novembro de 1924 (Entrevista com o Prefeito de Sobral, Antonio Mendes Carneiro , p.2);

óbvias, já que na maior parte dos casos, só havia um candidato, ou o candidato oficial já tinha a vitória assegurada de antemão. Quando as eleições ainda estavam distantes, criar manchetes era algo mais difícil. Os jornais se dedicavam à especulações comezinhas, como indicações a cargos políticos, críticas aos delegados de polícia, à limpeza da cidade, à arruaça de um bêbado, etc. O advento do cangaço a partir de 1926 teve o mérito de prender a atenção do leitor, muitas vezes. Questões, as mais das vezes, pueris, podiam assumir proporções inimagináveis, geralmente sob a perspectiva de uma moralidade vigilante. Esse foi o caso, dentre outros, da moda dos cabelos cortados *à la garçon* das moças, que ocupou praticamente a pena de todos os jornais durante o ano de 1926. Moda havida como imoral, suscitou amplos e inférteis debates nas páginas dos jornais.

Já o provincianismo diz respeito à exiguidade dos horizontes da análise política. Quase não existem artigos de fundo, articulando o cenário político nacional à realidade local. A impressão que se tem é que, com raras exceções, não se dava a mínima para o que se passava no Rio de Janeiro. Não se reportavam os debates parlamentares, a não ser sob uma perspectiva muito estreita, a do boato. As questões regionais quase nunca estão em pauta, a não ser quando em períodos de estiagem ou relativas ao combate ao cangaço. Quando se leem os jornais de Sobral, Aracati ou Crato, por exemplo, sequer a política estadual era levada muito a sério. Todos se preocupavam com o que ocorria sob as suas vistas, no seu município e na sua região. A única exceção terá sido a eleição presidencial de Artur Bernardes em 1922, quando houve disputa com o candidato Nilo Peçanha. No caso cearense, ambos os partidos maiores, PRC e PRD estiveram unidos na defesa de Bernardes, mas a família Távora apoiou Nilo Peçanha. Essa foi talvez, a eleição federal que mais repercutiu na imprensa local. Outra exceção diz respeito às notícias da guerra mundial de 1914 a 1918, que preenchiam folhas e folhas dos jornais com telegramas vindos da Europa, dando notícia do cotidiano das batalhas.

O desinteresse pelas questões nacionais era tão visível, que o jornal *A Região* de Aracati, assim noticiava o fato:

“Correu na maior frieza e desinteresse a eleição realizada aqui, no primeiro do corrente, para os elevados cargos de presidente e vice-presidente da república no próximo quadriênio governamental, a inaugurar-se no dia 15 de novembro.

“Não parecia que se tratava da escolha do magistrado supremo do país, no qual todo o cidadão cômico de seus deveres cômicos deve intervir com o seu voto.

“Não estranhamos, porém, a abstenção do nosso eleitorado, descrente como está, e justamente do desvalor de suas opiniões nessa democracia simulada.

“- Para que votar, pensam os eleitores, se os nossos votos nada influem e os candidatos victoriosos serão sempre os previamente escolhidos nas convenções dos políticos que nos exploram?

“Esta é a expressão da verdade, pelo que temos como justificável a conducta dos que fogem das urnas para não participar de uma comedia repulsiva”.³²

E, finalmente, as características de imediatismo e superficialismo que atravessam todas as outras. Imediatismo, pois não havia compromisso algum dessas folhas em pensar a longo prazo. Tampouco, é bom que se diga, em olhar para trás. Tanto o futuro quanto o passado são elementos que podem comprometer. A refrega de hoje deve ser esquecida em prol da aliança de amanhã. Não se devem guardar ressentimentos em política. Conservadores e democratas já estiveram unidos em diversas ocasiões e em todas elas voltaram a confrontar-se, sob os mesmos critérios de antes. Então, não há como discutir o futuro. O passado, da mesma maneira, é um fardo, pois revela a fragilidade das posições antes incontornáveis, decididas, inabaláveis. Só se discutia o dia de hoje e amanhã, o jornal estará velho e, como tal, imprestável.

O superficialismo, por sua vez, impede discussões mais aprofundadas sobre qualquer tema que não esteja submetido a uma posição moralística. Raros são os momentos, geralmente a partir de uma reprodução de um jornal de outra praça, em que se faça uma consideração sistemática sobre qualquer tema. Em tudo, sente-se a urgência, a necessidade imperiosa de destratar o adversário, de cerrar fileiras, de arregimentar alistados para a causa da facção. Recairá, sobre suas características, a profunda desmoralização que as facções passaram a experimentar ao longo da década de 1920. Ficaram, cada vez mais, desgastadas e sem credibilidade. A ponto de, no final do período em questão, representarem apenas uma teatralização da política, como política “menor”, contra a qual se voltou, principalmente, o público de classe média

³² A Região (Aracati) de 14 de março de 1926 (p.1 “Urnas Vazias”); Notícia similar em O Nordeste de 13 de setembro de 1924 “O Pleito de Hontem”: “*Correu sem o menor interesse, nesta capital, a eleição de hontem para preenchimento duma vaga na Câmara Federal. O comparecimento às urnas foi reduzidíssimo, não havendo, se não, a concorrência de 10%, aproximadamente do eleitorado de Fortaleza*”;

das maiores cidades, exaurido que estava da repetição incessante das mesmas fórmulas, já gastas, surradas e sem sentido algum.

3.2. O jornal político: forma e função.

O jornal político traz consigo funções mais urgentes do que, meramente, a de informar o leitor acerca dos fatos cotidianos. Na verdade, ele se ocupava com tarefas havidas mais essenciais: o da mobilização partidária, a do ataque ao adversário, a da arregimentação do correligionário e o do convencimento do eleitor. A percepção de que os jornais eram veículos noticiosos era algo secundário, para não dizer irrelevante, na imprensa política cearense do século XIX. Os jornais eram instrumentos de seus partidos e chefes para alcançarem os seus objetivos mais imediatos. Não havia senso de isenção diante dos fatos, mas sim, a necessidade de interpretá-los e dados a conhecer mediante o ponto de vista político do jornal.

O período alcançado por essa tese presenciou o surgimento de inovações significativas nos jornais, fossem elas de conteúdo, de diagramação, de forma e de função. Até mesmo os jornais políticos, muito mais avessos a mudanças gráficas, foram influenciados pela onda de modernidade jornalística das décadas de 1910 e 1920. Tais inovações dependeram, basicamente, de alguns fatores combinados.

O primeiro fator diz respeito ao processo de transição do jornal (partidário ou não) para uma situação de empresa comercial, cujo objetivo era o lucro. O segundo fator tem a ver com o surgimento do próprio jornalismo como atividade profissional, regido por certas técnicas e métodos, alterando o caráter do próprio jornal. Ora, até a década de 1920, os jornais eram plataformas para publicações de diversos tipos, inclusive literários, políticos, recreativos, religiosos, etc. O que se pode chamar de “noticioso”, na realidade, ocupava um pequeno e marginalizado espaço dos jornais. Essa mudança de função acarretou também uma mudança de forma. Cada vez mais os jornais saíam às ruas diagramados para chamar e prender a atenção do leitor, a quem procuram cooptar por diferentes estratégias. Outra mudança significativa foi a explosão do interesse do público pelas notícias, principalmente pelas notícias da guerra de 1914-1918. Até aquele momento, o noticioso vinha escondido na terceira página do jornal e a partir de então, passava a estampar a primeira página.

Diante desses três elementos centrais: transição para a empresa jornalística, nascimento da função do jornalista (e do noticiário) e modificação da forma do jornal, passamos a analisar em conjunto tais movimentos na imprensa político-partidária cearense. A fim de avaliar mais consistentemente tal movimento, propõe-se aqui, a construção de uma visão retrospectiva da imprensa política local, sublinhando os três fatores conjuntamente. Ao final, espera-se compreender mais a dinâmica que se estabeleceu entre forma e função gráfica, além de procurar entender através de quais outros meios (que não o discurso textual, propriamente dito), a política lança mão para mobilizar seus correligionários, atrair eleitores, denegrir opositores, marcar posições e alcançar ou manter posições de poder e mando.

As obras de referência³³ dos estudiosos da imprensa do Ceará tenderam a confundir a “história da imprensa” com “história do jornalismo”, o que constitui um engano. “Imprensa” (cuja origem remonta ao século XVI) está para além de “mercado editorial”, pois designa o conjunto de publicações, fossem periódicas ou não. Já “jornalismo” é função do mercado editorial de jornais e demais periódicos, cuja constituição como profissão é relativamente recente e envolve questões diversas, como a formação profissional, a formação de um jargão e de um conjunto de técnicas e métodos específicos, uma dada legitimidade social auferida, a existência de um mercado, etc. Assim, torna-se mais eficiente falar-se numa imprensa política do que num jornalismo político para a época que estudamos aqui.

A chegada do primeiro prelo no Ceará data de 1824³⁴, dando origem ao que viria a se constituir como *Typographia Nacional* (e, depois, *Typographia Nacional do Ceará*). Dessa tipografia, surgiu o primeiro órgão de imprensa, o *Diário do Governo do Ceará*, que foi posto a serviço dos revolucionários da Confederação do Equador. Esse *Diário* durou apenas um ano. Considerando o “formato” habitual do jornal, com diagramação em colunas, podemos tratar o *Correio da Assembleia Provincial* (1837), como realmente o primeiro jornal do Ceará. Publicado em Fortaleza com formato *in-folio*, ou seja, uma folha dobrada uma vez para conter quatro páginas, tinha diagramação orientada em duas colunas verticais ao longo das quatro páginas.

³³ Principalmente NOBRE, Geraldo. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974;

³⁴ Essas informações foram coligidas a partir da leitura de LIMA, Rafaela Gomes. **Os livros na Fortaleza oitocentista**: edição e recepção das obras literárias locais (1890-1900). Dissertação de mestrado. Fortaleza: UECE, 2014 (pp.29/74-75);

Sua periodicidade era semanal e os temas versavam basicamente acerca de publicação de leis provinciais, que tomavam três quartos de todo o espaço disponível. Nos espaços que sobravam, alternavam-se colunas de anúncios (que não eram publicitários, insistindo muito sobre fuga de escravos), o movimento do porto (bastante raro e usado para fins meramente contábeis), variedades (uma historieta banal de oito linhas) e correspondência. A função do *Correio* era a de dar publicidade à legislatura provincial e a seus atos. Dirigia-se, particularmente, a uma pequena elite letrada que exercia cargos na burocracia estatal.

Dessa feita, não procurava articular nenhum tipo de diálogo ou de interação com o leitor. Não havia sequer preço de capa ou de assinatura, o que nos leva a pensar que a pequena folha sequer era comercializada. Deve ter sido disponibilizada para repartições gratuitamente. Enfim, fala-se aqui de um veículo de comunicação oficial, um instrumento de suporte para legislação com fins burocráticos ou administrativos.

A partir da década de 1840, instalam-se em Fortaleza, diversas tipografias, dentre as quais, a *Typographia Constitucional*, a tipografia de J. Antunes de Oliveira, a tipografia de Paiva & Cia. e a tipografia de Francisco Luiz de Vasconcelos. Foi na esteira desse primeiro movimento de formação do parque gráfico cearense, que vêm a lume os jornais *Pedro II* (1840, do Partido Conservador) e *Cearense* (1849, do Partido Liberal). A essas tipografias, vieram somar-se várias outras, totalizando o expressivo número de 56 tipografias diferentes ao longo de todo o século XIX, no Ceará³⁵.

De fato, o mercado gráfico e editorial do Ceará viria a conhecer momentos de retração, concentração e de expansão, ao longo do período, destacando-se a

³⁵ Por décadas em atividade, são as seguintes tipografias: Nacional (1830-1840), Patriótica (1830-1840), Constitucional (1840), J. Antunes de Oliveira (1840), Paiva & Cia (1840-1870), Francisco Luiz de Vasconcelos (1840-1850), Pedro II (1850-1880), Americana (1850-1870), Fidelíssima (1850), Cearense (1850-1860), Social (1860-1890), União (1860-1870), Industrial (1860-1870), Jornal de Domingo (1860), A Liberdade (1860), A Constituição (1860), Popular (1870), O Colossal (1870-1880), O Município (1870), O Mercantil (1870), Universal (1880-1890), Econômica (1880-1890), Diário do Ceará (1880), Gazeta do Norte (1880), A Greve (1880), Libertador (1870-1880), Ceará Libertador (1890), Studart (1890), Minerva (1890), Apollo (1890), Atellier Louis (1890), Popular (2) (1890), Litografia Cearense (1890), Costa Sousa e Cia (1890), Aurora Cearense (1890), Liberdade (1860), Castro e Silva (1860), Nacional (1860), De José Lino (1860), De Vicente Ernesto Ribeiro (1860), de Francisco Luiz de Vasconcelos (1860), de José da Cunha Bezerra (1860), Imparcial (1870), de Joaquim de Souza (1870), Braziliense (1890), Moderna (1890), Rio Branco (1890), O Norte (1890), O Figurino (1890), O Estado do Ceará (1890), O Estado (1890), O Independente (1890), O Combate (1890), O Rebate (1890) e O Operário (1890). Dados coligidos a partir de LIMA, Rafaela Gomes. *op. cit.* (p.74-75);

continuada expansão a partir da década de 1870 até a década de 1890. Isso tem razão de ser e a explicação para tal expansão passa, primordialmente, pelas transformações estruturais pelas quais a economia local passava à época. A par do vertiginoso crescimento das tipografias, têm-se, conseqüentemente, um aumento no número de publicações, principalmente de jornais. Mensurar essa dinâmica é difícil para o século XIX, mas no que diz respeito ao período aqui abordado (1916-1930), o Anexo I revela a existência de um sem-número de periódicos, publicados em Fortaleza e nas cidades do interior.

É preciso compreender que a instalação do parque gráfico cearense antecipou-se, em algumas décadas, à formação de empresas jornalísticas de feição capitalista. Não quero afirmar, com isso, que as tipografias fossem empresas não-capitalistas, que não visassem ao lucro. Mas a própria configuração do mercado editorial e a longevidade das publicações pode nos oferecer algumas pistas acerca desse descompasso.

Conforme se adiantou, páginas atrás, os jornais de maior tiragem e de maior longevidade sempre foram aqueles dependentes de alguma instituição que os apoiasse, de maneira que não precisassem viver das vendas avulsas ou das assinaturas. Assim, os jornais políticos (*Cearnense*, *Pedro II*, *Constituição*, *Gazeta do Norte*), os jornais da Igreja Católica (*Tribuna Catholica*, *A Verdade*, *O Nordeste*, em épocas diferentes), os jornais das associações patronais (*Jornal do Commercio*) são mais estáveis em comparação às demais folhas: fossem as independentes, os pasquins satíricos, as revistas e jornais literários e as folhas operárias.

Ou seja, a segurança para a existência e longevidade de um jornal estava numa relação direta com a posição que a instituição mantenedora ocupava no campo do poder. Partidos políticos, Igreja e associações patronais eram instituições que congregavam os interesses das classes dominantes e a manutenção de seus periódicos era visto como essencial à estabilidade de sua posição hegemônica em relação à sociedade. Já os grupos literários, os grêmios e associações operárias e as pequenas confrarias eram frágeis demais sob o ponto de vista institucional, gerando, como facilmente se comprova, a instabilidade e intermitência dessas publicações.

Essas questões, já tratadas anteriormente, devem nos proporcionar uma nova reflexão, qual seja: de que maneira a ampliação do parque gráfico, do número de

publicações e da quantidade de leitores influenciou na construção de uma nova forma, de uma nova concepção do jornal?

Como já tivemos a oportunidade de ler, linhas atrás, os primeiros jornais da província eram órgãos do governo, imbuídos de dar publicidade aos seus atos. Seu público leitor era exíguo. Dado isso, o jornal não tinha qualquer preocupação em “seduzir”, em “prender a atenção” do leitor, mas, somente, a de cumprir a sua função legal.

No que diz respeito aos jornais políticos propriamente ditos, vejamos o caso do periódico *Cearense*, publicado em Fortaleza a partir de 1849³⁶. Juntamente com *Pedro II*, podemos alcunhá-lo de um jornal “moderno”. Digo “moderno” porque o *Cearense* se constituiu como folha partidária, abrindo espaços para a interação com o leitor, vendendo os jornais avulsos e assinaturas. O jornal tinha o formato *in-folio*, ou seja, contendo só uma dobra de folha, resultando em quatro páginas diagramadas em três colunas por página, permitindo maior aproveitamento do espaço.

Como era um jornal político-partidário e não um instrumento da administração pública, *O Cearense* também trazia inovação no que dizia respeito ao conteúdo. Na primeira página, havia notícias vindas do estrangeiro por meio do telégrafo. Em geral, tratavam de breves chamadas relativas às potências européias. Depois, seguia-se um longo editorial que cobria quase toda a primeira página. Esses editoriais marcavam a posição do jornal, achincalhavam os adversários, convocavam os eleitores às urnas, faziam críticas e elogios à situação política local e nacional, etc. Uma ou duas notícias cobriam a segunda página. Na terceira página, vinham transcrições, correspondência, “a pedidos” (em geral anúncios de missas de sétimo dia e velórios). E, finalmente, na quarta página estavam anúncios e coluna literária (um soneto, em geral). O jornal ainda trazia expediente, tábua de marés, fases da lua e horário dos vapores saídos do porto.

Percebe-se claramente como a mudança de função (de administrativa para política) altera a forma da publicação. Como passa a ser um instrumento do partido deve, portanto, exortar, mobilizar e arremessar eleitores. Deve analisar, criticar,

³⁶ Referência acerca dos jornais político da época é a dissertação de mestrado de FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre contendas e paixões partidárias dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição* na segunda metade do século XIX.** Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 2004;

sugerir, posicionar-se a respeito de questões gerais, principalmente políticas. Propõe algum tipo de interação com o leitor, na medida em que vende os números e propõe assinaturas: ao mesmo tempo em que abre espaço para correspondências e “a pedidos”. Publica sonetos, procura informar sobre dados relevantes (marés, vapores, correios).

Entretanto, apesar disso, o jornal ainda não é uma “mercadoria” no sentido corrente do termo. Não tem a obrigação precípua de vender para sustentar uma empresa jornalística, já que o custeio da publicação corre por conta do próprio partido político. Diante disso, as ferramentas que utiliza para cooptar os eleitores (que faziam parte de uma elite minúscula em termos populacionais) se resumiam às estratégias retóricas (ao invés de combiná-las com estratégias gráficas, publicitárias e de diagramação).

Daí porque o jornal parece ao leitor de hoje, um amontoado de textos mal-diagramados. Não existiam “matérias” jornalísticas, nem “manchetes” ou “cadernos” especializados. O jornal resumia-se, basicamente, ao que conhecemos hoje por “editorial”. Esse “editorial”, inicialmente, estendia-se por toda a primeira página e, não raro, ganhava sequências nos números seguintes. Todo o resto parece acessório ao jornal oitocentista: fossem as notícias do telégrafo, a seção de correspondência, a publicações “a pedidos” e os anúncios publicitários.

A primeira inovação gráfica no jornal oitocentista foi a inserção do folhetim, ou seja, uma história ficcional dividida em capítulos. O folhetim ficava, geralmente, no rodapé da primeira página do jornal e se estendia por meses a fio. Apesar de muitos romances terem nascido a partir de folhetins, na realidade ele se constituía como uma fórmula arquetípica. Muitos escritores eram talhados para aquele tipo de narrativa, cujo principal objetivo era a de prender a atenção do leitor, fazendo dele um consumidor fiel do jornal. Assim, as histórias eram cheias de lances rocambolescos e sempre terminavam em suspense. Suspense esse, que deveria ser resolvido na edição seguinte, e assim por diante.

Conforme as vendas dos jornais eram incrementadas, novos expedientes eram lançados para “cativar” (no sentido original, torná-lo cativo) o leitor: seções humorísticas (que discutiremos no quinto capítulo dessa tese), charadas, crônicas, coluna de esporte (turfe e, logo após, o futebol), etc. Os anúncios publicitários também experimentaram avanços consideráveis na virada do século XIX para o século XX. A

reprodução de figuras tornava os anúncios mais sedutores, mais convincentes. A culminância da presença de ilustrações nos jornais ocorreu na década de 1920, com a entrada no mercado das “revistas ilustradas”.

Mas, a concorrência entre os jornais não se fazia, simplesmente em termos de vendas. No que tange aos jornais políticos, principalmente ao longo da Primeira República, a disputa se dava pelo eleitor, e não, necessariamente pelo consumidor. Isso exigia a consecução de novas estratégias – não só retóricas, mas também gráficas – de cooptação do leitor e, conseqüentemente, do eleitor.

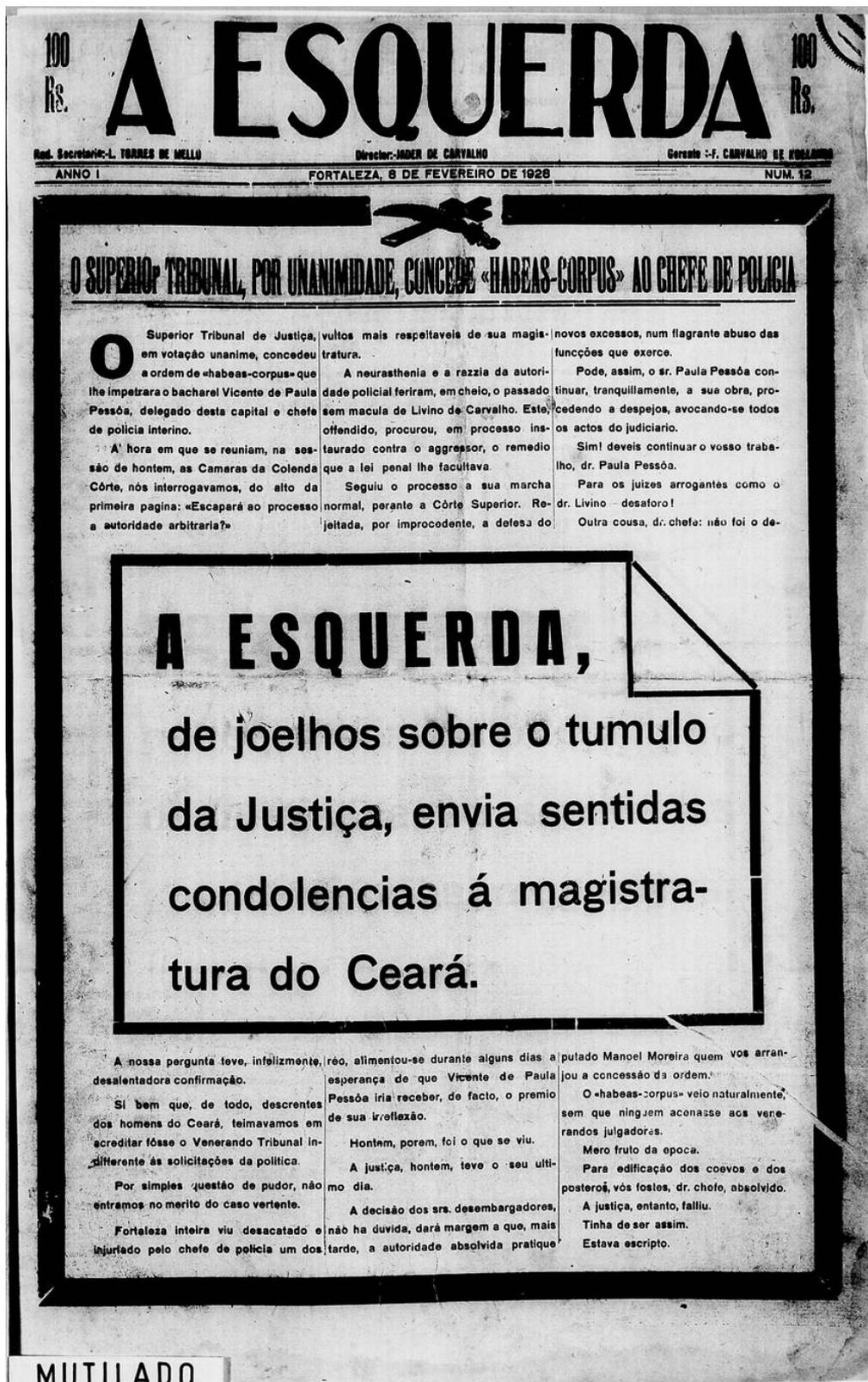
Dentre essas estratégias, a que mais chama a atenção é a que propõe uma “escandalização” da política. Os jornais vão, paulatinamente, abandonando a sua diagramação mais sóbria em favor de apelos emocionais ao leitor, traduzidos em manchetes escandalosas e textos de sabor sensacionalistas. A primeira página do jornal, antes resumida a um longo e tedioso editorial, agora ocupava uma nova função: a de antecipar o conteúdo interno do jornal. Muitas pequenas colunas, cada qual com a sua “chamada”, vão sugerindo ao leitor aquilo que ele encontraria por completo nas páginas internas. Então, surge uma chamada maior, uma manchete principal, que com letras garrafais, quer captar a atenção do leitor. Ao seu redor, chamadas “menores”, que antecipam outros temas tratados na edição. Essa estratégia procura criar uma atmosfera de atenção impactante que só poderá se realizar após a compra do jornal e a leitura de seu conteúdo principal, estampado na segunda e terceira páginas.

A grande manchete, fruto do exagero emocional de um dado fato, passava, assim, a se constituir como o cerne da edição. Os editores poderiam, ou não, acompanhar o desenrolar dos acontecimentos nas edições seguintes, criando assim, uma sensação de expectativa que também contribuía para a fidelização do consumidor. As antigas contendas, rixas e rivalidades políticas, antes camufladas sob o peso de longos textos e de uma retórica gongórica, agora passam a conduzir o interesse do leitor por intermédio de apelos emocionais.

Essa transição, da sobriedade ao emotivo, vai se dar aos poucos. Ocorre primeiro na imprensa menos formal, principalmente nos pasquins e nas revistas ilustradas. Depois, vai alcançar as folhas políticas e só depois, os jornais católicos. A situação representada abaixo, é a do jornal *A Esquerda* de Jáder de Carvalho, em edição de 8 de fevereiro de 1928. Percebe-se claramente como o redator do jornal lança

mão de modernas técnicas de diagramação para mobilizar o público leitor. Na primeira página, ressaltando o assunto principal (o *habeas corpus* concedido ao chefe de polícia), o jornal evita tratar de outros temas que não aquele em destaque. Ao mesmo tempo, situa em letras garrafais, no centro da página, um bilhete emocionado à justiça cearense, a quem responsabiliza pela “morte” da justiça. O texto explicativo da matéria reforça ainda mais a decepção do jornal com o encaminhamento do caso pelo Tribunal de Justiça. A questão que nos parece evidente é que outros artifícios de convencimento passam a ser utilizados com o objetivo de impactar e tomar a atenção do leitor. Esse tipo de capa, arrojada em termos gráficos, seria impensável poucos anos antes. A tendência manifestada pelos jornais – políticos ou não – foi, realmente, a de agregar outras estratégias de persuasão à palavra escrita.

Figura 1 – Primeira página do jornal *A Esquerda* de 8 de fevereiro de 1928



Fonte: Jornal A Esquerda.

Se as técnicas de diagramação e edição dos jornais assumem um caráter mais “moderno”, o mesmo se pode dizer a respeito do estilo da escrita dos jornais. Ainda não se chegara ao nosso “estilo telegráfico”, mas a verdade é que os textos tornaram-se paulatinamente mais curtos, mais objetivos e mais incisivos. A veia declamatória ainda era massivamente disseminada, mas a fase mais “empolada”, mais “gongórica” dos textos de jornal já havia passado. Essas transformações seriam mais perceptíveis à medida que a década de 1920 chegava a seus derradeiros anos, sob o influxo das transformações (do parnasianismo em direção ao modernismo) em curso no próprio âmbito da literatura brasileira.

Novamente, serão os semanários ilustrados, as folhas literárias e os pasquins satíricos os maiores responsáveis pelas inovações. É possível que, pelo fato de tratarem de assuntos menos áridos, menos comprometidos com a gravidade dos assuntos oficiais e, ao mesmo tempo, mais dependentes das vendas avulsas, essas folhas tenham se sentido mais desembaraçadas para levarem adiante tais inovações.

Semanários como *Ba-ta-clan* ou *Ceará Ilustrado* tinham propostas editoriais muito arrojadas. Aliás, esse “arrojo” era o fundamento mesmo de suas existências, na medida em que aspiravam à essa “modernidade”. Traziam temas espirituosos, crônicas elegantes, faziam a crônica dos costumes do tempo, ditavam e lançavam moda. Nada soaria mais artificial se reproduzissem o tom declamatório dos seus concorrentes políticos. Já os pasquins satíricos, como o *Diabo a 4*, voltados ao humor, estavam efetivamente “condenados” a um estilo mais informal, a não ser que estivessem sendo irônicos. E as folhas literárias (já em decadência em fins da década de 1920) como o suplemento *Maracajá* do jornal *O Povo*, não só abrigou, como também lançou muitos dos primeiros modernistas cearenses.

Mas, também os jornais partidários vão lançando mão de expedientes mais sensacionalistas e de textos mais enxutos em suas edições. Como exemplo, cito duas passagens do *Diário do Ceará*, jornal que esteve ao lado do presidente Justiniano de Serpa em 1922 e que, anos mais tarde, tornara-se uma folha do Partido Republicano Democrático. Na primeira passagem, a principal chamada do jornal se intitulava “A Falsa Reação”. Tratava das eleições para Presidente da República de 1922, disputada entre Artur Bernardes (candidato da situação, apoiado pelo *Diário do Ceará*) e Nilo Peçanha (candidato da oposição, chamada de *Reação Republicana*). O artigo que se

seguia, procurava caracterizar os correligionários de Nilo Peçanha como “aventureiros” ou “ingênuos”:

“São duas as qualidades dos partidários da dissidência, por irrisão e por emphase, chamada – reacção republicana.

“Há entre eles uma parte que é composta dos aventureiros da política, daquelles que, lançados das posições officiaes, se apegam a todas as causas, boas ou más, na ancia de ganhar, de crescer ou de subir. Invocam o patriotismo dos outros, estando elles próprios despidos desse sentimento. Gritam em nome dos princípios da lei e da moral. No recesso da consciência, nada disso existe. É gente que não recua deante dos meios, por mais ignóbeis que sejam, comtanto que possam alcançar os seus fins.

“Os outros são os ingênuos de boa-fé, que acreditam na sinceridade das expressões fementidas, nas phrases estudadas, nas fitas que se desenrolam no impulso patriótico dos que se arvoram em mentores da opinião pública para traf-la logo depois”³⁷.

Já o artigo seguinte, chamado “Política de Sangue”, denuncia uma tentativa de assassinato contra o coronel Napoleão Soares, chefe democrata do município de Granja. A diferença de ênfase é visível. Se não, vejamos:

“Continúa no interior do Estado o extermínio systematico dos chefes democratas.

“O Cel. Napoleão Soares gravemente ferido.

“As providências do governo.

“Granja 23 – Hontem, às 7 horas da noite, um grupo de assassinos atacou o coronel Napoleão Soares na sua própria residência, detonando cinco tiros à queima-roupa, attingindo o braço esquerdo apenas dois tiros.

“A eliminação da vida de Napoleão Soares foi planejada há tempos.

“O dr. Vicente Arruda declarou publicamente ser inevitável o assassinado de Napoleão.

“O estado da victima inspira sérios cuidados.

“Os criminosos continuam a transitar pelas ruas ostensivamente armados” (seguem depoimentos da esposa da vítima e mais notícias acerca do seu estado de saúde)³⁸.

Estamos diante de dois textos políticos, publicados em jornal partidário, escritos no calor das disputas eleitorais, que lançam mão de inúmeros artifícios retóricos com a finalidade de desmobilizar o oponente e arregimentar os seus eleitores.

³⁷ Diário do Ceará (Fortaleza) de 16 de fevereiro de 1922 (p.1);

³⁸ Diário do Ceará (Fortaleza) de 25 de fevereiro de 1928 (p.1);

Mas, apesar de terem a mesma função, a forma é completamente oposta, a ponto de pensarmos se não se tratam de textos completamente distintos.

No primeiro caso, como lemos, o editorialista caracteriza os adversários ou como “aproveitadores” ou como “ingênuos”. Mas, para isso, vai construindo um discurso todo na ordem indireta (mais erudito), utilizando-se de efeitos que vão criando uma tensão crescente, ora aproveitando-se de uma linguagem irônica, ora de uma linguagem mais moralista. Ao mesmo tempo, o editorialista jamais “nomeia” os seus adversários. São sempre “eles”: o sujeito sempre está oculto no discurso. Só ao final da leitura do terceiro parágrafo é que o leitor pode alcançar aquilo que foi sugerido no primeiro.

Já no segundo caso, temos uma grande manchete, escrita em letras garrafais: “POLÍTICA DE SANGUE”. Após, outra chamada central: “*Continúa no interior do Estado o extermínio systhemático dos chefes democratas*”. Depois, mais duas: “*O Cel. Napoleão Soares gravemente ferido*” e “*As providências do governo*”. Quando o leitor começa a ler, já sabe o teor da matéria inteira e só busca ali maiores informações sobre o fato. A notícia se estrutura para responder às questões: “o quê?”, “onde?”, “como?”, “quem?”, “por quê?”. O discurso é todo direto e o fato, o lugar, a agressão, seus autores e suas motivações são logo explicitados nas primeiras linhas. Não há adjetivações muito evidentes, nem julgamentos morais definitivos antes da conclusão do lide. É bem verdade que logo após o “lide” (em inglês o *lead*, a cabeça da matéria), o editor se estende por várias linhas, clamando por justiça e acusando os chefes conservadores de “brutais”, “violentos”, “sanguinários”, etc.

Parece-nos claro que estamos a lidar com mudanças, seja na sensibilidade do leitor médio, seja no processo de ampliação do próprio público, mas tais mudanças sugerem terem sido “incentivadas” pelos jornais. As vendas do jornal vão se tornando cada vez mais decisivas para a manutenção de sua existência, ainda mais se o jornal fosse uma folha “independente”, um semanário ilustrado ou um pasquim. Ou seja, se o meio não tivesse recursos do partido ou de uma instituição poderosa para sustentá-lo. A primeira empresa jornalística cearense, de propriedade de Demócrito Rocha (*Ceará Ilustrado* e *O Povo*) se valia deste tipo de expediente: manchetes escandalosas, fartas ilustrações, concursos, textos sensacionalistas, cobertura de crimes, de esportes,

colunismo social, etc. Sem dúvida, a política imiscui-se aí também como potencial fonte de escândalos, que ajudavam a vender jornal.

Mas, e o jornalista? Como compreende o seu ofício? E aqueles jornais que fogem ao padrão das folhas partidárias? Tais regularidades se sustentam? A percepção do trabalho que fazem é a mesma?

3.3. O jornalista político.

Faz-se necessário examinar mais amiudadamente a posição que o jornalista ocupava no conjunto maior da imprensa local. Em primeiro lugar, qual é o prestígio relativo dessa ocupação? É fato que o labor intelectual, numa sociedade excludente, goza de certa reputação. Mas, ao mesmo tempo, o jornalista é um empregado e, por isso, sofre as pressões habituais de todo trabalhador. Deve subordinar o seu fazer intelectual à linha editorial do jornal e, assim, sofre limitações óbvias quanto à sua expressão. Assim, sua autonomia é relativa. Quanto mais rígida a linha editorial, menor sua autonomia.

Nos jornais partidários, espera-se um comportamento agressivo de suas matérias. A objetividade dos fatos deve ser relativizada em prol dos interesses mais imediatos da agremiação a que está subordinado. De forma que, qualquer que se seja o tema pautado, o objetivo mais geral é o de atacar a posição adversária. Nesse ataque, todas as armas são úteis. Mas, as que mais causam impacto são as que flertam com as regularidades expressas anteriormente. Por em dúvida a legitimidade da fala do adversário; insinuar certa fraqueza ou transvio moral, quando não, achincalhar a honra alheia; ridicularizar, por intermédio da caricatura, do pastiche ou do deboche, quem se atreva a atravessar o caminho da agremiação a que se subordina.

Compreende-se a partir daí, que raramente discutem-se as posições antagônicas em termos menos agressivos. O jornalismo partidário era, como já se escreveu, o espaço da superficialidade. Não há, assim, compromisso com o debate em bases razoáveis de compostura. Tampouco um diálogo mais efetivo no plano das ideias, conceitos, propostas ou projetos de poder. O que resta, além dessa agressividade, é uma retórica fundada na moral: nós somos os bons, eles, os maus. Não é de se admirar que a imprensa partidária tenha sido bastante censurada pelas folhas

independentes. Todas elas se postam, não somente contra os partidos, mas também contra o tipo de jornalismo que ali se fazia.

Tal situação, a longo prazo, acaba também por desgastar o prestígio social do jornalista. Perde, assim, toda a credibilidade – ou parte de sua credibilidade – devido à própria lógica do jornalismo partidário. A passagem a seguir, escrita no anonimato, sob pseudônimo, dá uma mostra do que se está a falar:

“Informando toda a gente
“Soffre, elle a maldade extranha:
“Todo mundo diz que é ‘manha’
“Se elle fala francamente;
“Si elle ataca: ‘está vendido’;
“Elogia – ‘é um indecente’,
“Não diz nada – ‘é besta e mente’
“É sempre um homem perdido!”³⁹

Ainda que tais versinhos tenham um apelo cômico, é evidente que tratam de um problema decisivo para a legitimidade do discurso da política. Se, nas ciências humanas, a instituição cumpre o papel de auferir legitimidade ao discurso, legitimidade tal, fundada em métodos, técnicas, no controle do discurso, etc, ao jornalismo faltam exatamente os mesmos elementos. Deixando-se subordinar pelos interesses políticos imediatos, o próprio jornalismo se vê desprovido de credibilidade. O seu espaço de legitimidade é muito reduzido, pela própria natureza do conflito da política cotidiana que se desenrolava nas suas páginas. Ou seja, a subordinação traz ao jornalista não só a perda da autonomia intelectual, como também a perda de sua credibilidade.

Ninguém pode, diante disto, confiar na palavra de um jornalista. O que se quer dele é a provocação, o rebate espirituoso, a polêmica, o esgrimismo verbal. Nem adianta “falar francamente”, “atacar”, “elogiar” ou mesmo “calar”: nenhuma das posições é defensável diante do público – que não se deixa enganar – ou diante de seus padrões, que dele não esperam objetividade ou isenção, se não a mais pura forma de ação política.

³⁹ A Imprensa (Sobral) de 17 de dezembro de 1924. (“O Jornalista”, assinado por “Fogueteiro”, p. 1);

Não por acaso, que, repetidamente, quando se quer obter crédito ou confiança diante de tal ou qual notícia, análise, reportagem, se faça sempre um apelo ao leitor. O jornalista político refere-se aos seus “bons sentimentos”, apela ao testemunho divino para garantir a sua sinceridade, enfim, tenta convencer o leitor de que fala a verdade. Ora, chegado a um ponto em que os critérios da moralidade já suplantaram os da objetividade, quando não há credibilidade alguma da folha a que pertence, os apelos “sentimentais” são largamente ignorados, ainda que tentem sensibilizar.

Nem todas as folhas são partidárias e isto nos permite compreender o problema da legitimidade do discurso por outros ângulos. É certo que nenhuma, por assim dizer, é completamente independente, argumentando no vazio, sem posições traçadas. Mas o simples fato de fugirem do esquema tradicional do jornalismo partidário permite que compreendam o desgaste da credibilidade de uma maneira mais clara do que se fazia nos jornais partidários.

Por exemplo, em Aracati, durante os anos de 1924 a 1926, foi publicado um jornal chamado *A Região*. Este jornal, ainda que devesse buscar os meios com os quais se manter, tinha o apoio tácito da Igreja e da Associação Comercial local. Sua linha editorial era marcada pela chamada “defesa dos interesses regionais” e pela indiferença quanto aos partidos em confronto. Essa dupla vinculação (da Igreja e dos comerciantes) fazia com que *A Região* fosse um jornal que se interessasse constantemente pelos problemas morais, percebidos como um processo de decadência dos costumes. Ao mesmo tempo, falando a partir de um centro periférico da economia estadual, também alertava para uma “decadência” econômica da região em que estava. O clima é de fundo pessimismo. Após um ano e alguns meses de fatigada luta para sobreviver – seja através de assinaturas, seja por intermédio da publicidade – o editorialista faz um longo e pungente desabafo acerca das condições do jornalismo:

“Todos gostam de ver o jornal profligar um erro político, um desmando administrativo, mas ninguém aparece com a responsabilidade do seu nome, fazendo uma reclamação ou um protesto. Para isto não lhes sobra a coragem; esta deve ser o apanágio exclusivo do proprietário do jornal, que tem de falar, sempre de conta própria e em termos incisivos, como se ele fosse um super-homem, caído do céu por descuido.

“Se o faz em termos comedidos, por não ser um órgão de oposição systemathica, logo dizem uns: - o jornal é arrolhado, seu director é um fraco. E os outros, os offendidos, se mostram logo desgostosos, tomam satisfação com o director, só porque o jornal se arrojou a muito, com o tocar de leve na caixa de marimbondos de suas susceptibilidades.

“Triste sorte é ser um jornalista num meio acanhado como o nosso!...

“Preso por ter cão e preso por não o ter.

“E ainda não é só: temos a terceira turma que reclama a falta de notícia de seu aniversário, de sua saída e chegada, melindrando-se muitas vezes, com a involuntária omissão, ao ponto de devolver imediatamente o jornal.

“O certo é que o único bode expiatório de toda esta tragi-comédia é o pobre mortal que se atreve a manter o jornal.

“Não conta com suficientes assignaturas, não faz vendas avulsas, ninguém quer nelle anunciar e, quando o faz, diz que é para fazer favor, e acha que deve ser por uma bagatella.

“Sem a necessária receita para a sua manutenção, só a custa de muito heroísmo nosso esta fola permanece no seu programma de defensor dos interesses do povo que lhe nega o pão e a água.

“São por estas cousas e por outras tantas que dizemos convencidos: jornal em meios como o nosso para quê? Já viram o mocho desejar a luz e o criminoso querer a justiça?”⁴⁰

Ainda que representativa de uma situação difícil, que demandava um eterno equilibrar-se por entre posições antagônicas, o desabafo do editorialista, tal como se coloca, não era comum. Isso porque, como se lê, o objeto de sua crítica é o próprio leitor e, por consequência, a sociedade inteira. Ou seja, sob tal perspectiva, não somente os jornais partidários estão exauridos em termos de credibilidade, mas o próprio leitor (“o povo que lhe nega o pão e a água”) acostumara-se com tal situação. A tal ponto que, ao propor um tipo de jornalismo de feição não tradicional, o jornalista se vê sozinho, escrevendo para ninguém ler.

Ao tratar da questão da credibilidade do jornalismo, depara-se com o mesmo problema anteriormente tratado. O comedimento das análises, o não partidarismo, é concebido como fraqueza. Num jornalismo marcadamente agressivo, numa sociedade em que a ideia de honra é motivo para todo tipo de reação violenta, cai o jornal não partidário numa situação difícilíssima. Aos olhos dos leitores, ao que tudo indica, isto é demonstração de falta de brios. E sem brios, na percepção da época, não se fazia jornalismo.

Por outro lado, as consequências de qualquer posição mais dura refletiam-se em inimizades colecionadas. Não parecia haver qualquer alternativa ao jornalismo

⁴⁰ A Região (Aracati) de 25 de outubro de 1925 (“Jornal do Interior”, p.1);

mais provinciano. Ao optarem por não tomar posição no jogo político, ficavam à mercê da desconfiança que recaía sobre os neutros. “De que lado ele está, afinal?”. A leitura do jornal parece ser sempre um desvelamento do sentido oculto, das reais intenções acobertadas sob a intenção de neutralidade. Daí as inimizades partirem de todos os lados.

A consequência mais efetiva da neutralidade que julga professar é a escassez de assinaturas, a falta de meios com o que manter o jornal. Ora, o jornal partidário, além de contar com o apoio dos correligionários do partido, que o assinam, que anunciam nele, também não são organizações que visam ao lucro. Todo o risco fica por conta do partido, que vê no jornal um meio de ação política imprescindível. As tiragens são maiores e isso não tem repercussão direta na existência da folha. Como se pode ler no anexo I (Jornais e Periódicos Cearenses 1916-1930), os jornais políticos têm uma longevidade maior do que os jornais não partidários. Mas quando o problema da falta de recursos atingia um jornal não partidário, a situação ficava temerária.

Ainda que *A Região* tenha tido o apoio da Igreja e dos comerciantes locais, tal fato não evitou que sobrevivesse por apenas dois anos e a partir de uma tiragem muito baixa. Os sintomas de cansaço já se faziam notar a partir do primeiro ano da publicação do jornal, como bem exemplifica a citação acima. A passagem simbólica do primeiro aniversário sempre é comemorada como se fosse um acontecimento. E de fato, o era, afinal, a longevidade média dos jornais era inferior a isso, ainda mais numa cidade interiorana.

De toda maneira, como escreveu o editorialista, “triste sorte a de ser um jornalista num meio acanhado como o nosso”.

Situação similar é a do jornal *O Sitiá*, que apareceu em Quixadá em 1924 e que foi publicado por dois anos e alguns meses. Este jornal, nascido para “defender os interesses” de Quixadá, também não se filiava a nenhuma corrente partidária. Da mesma forma como *A Região*, tinha o apoio da associação comercial da cidade e da Igreja. Seu responsável era o magistrado Eusébio de Sousa⁴¹, um homem de letras, que deu ao jornal um caráter intelectual. Eusébio de Sousa tinha o gosto pela história e o

⁴¹ Sobre Eusébio de Souza e sua trajetória intelectual, ler: HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do templo da História: Eusébio de Souza e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942)**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2004;

jornal não se furtava aos textos de sabor patriótico, comemorando datas nacionais em longos e exaustivos artigos. Só para se ter uma ideia, o centenário da Confederação do Equador foi capa do jornal em 26 de agosto de 1924 e ganhou, a par disso, várias colunas, dissecando o papel dos mártires na condução dos eventos e as consequências daquela revolta para os destinos nacionais.

Não era bem o que esperava o público, acostumado às lides partidárias mais escandalosas nas primeiras páginas. Ao que tudo indica, Eusébio de Sousa tinha a convicção de que deveria pugnar pela elevação moral de seus concidadãos. Nesse sentido, não raras vezes, o editorialista se posicionava favoravelmente à reforma do ensino público, ao aumento das matrículas, além de defender as “causas” do progresso material da cidade, como a iluminação pública, por exemplo. Causas que também eram as da associação comercial, patrocinadora do jornal. Questões de âmbito comportamental, também se davam nas páginas d’*O Sitiá*, que assumia uma tonalidade conservadora quanto aos costumes do tempo, fato que deve ser debitado à sua dependência em relação à Igreja.

Seu programa “ilustrado”, “moralizador”, “progressista” obteve relativo sucesso até que se imiscuisse nos assuntos mais cotidianos da cidade. Na edição de 16 de novembro de 1924 o jornal denunciou supostos abusos em relação ao preço da carne “verde” que passara de 2\$000 a 2\$400 o quilo. Na mesma edição, insinuou que os comerciantes do mercado local, misturavam água ao leite. A reação foi imediata e na edição seguinte, de 23 de novembro, o conflito se instalava abertamente:

“Sabemos, de fonte segura, que alguns dos magarefes com pedras no mercado público, vivem diariamente em nos dirigir zombarias, num calão baixo, próprio, tão somente, de portão de feira. Um delles – a que ponto chega o atrevimento humano! – teve a ousadia, sem limites, filha unicamente do ambiente nocivo de sua conveniência, de mandar determinado freguez comprar carne à razão de 2\$000, o kilo, na redacção d’*O Sitiá*.

“(…)

“Que cérebro obtuso! Quanta ignorância!

“A insulsa picuinha não pode atingir, absolutamente, a um órgão de imprensa como o nosso, que numa missão sadia, moralisadora, procura apenas defender o sagrado direito de um povo que está farto de tantas explorações”.⁴²

⁴² *O Sitiá* (Quixadá) de 23 de novembro de 1924;

Passado apenas um ano de seu aparecimento, o problema da credibilidade do jornalismo voltava à baila. Um pessimismo generalizado quanto às folhas partidárias e seu papel na educação do povo era o mote do artigo intitulado “Imprensa e jornalistas”:

“O valor da imprensa não está na quantidade dos editoriais, no ardor das campanhas, no minucioso das informações, como não está na apostasia das idéas ou na mentira dos conceitos.

“Encontra-se, antes, na imparcialidade de suas críticas, na nobreza de sua linguagem, na defesa dos princípios sãos, na influência que exerce no espírito do povo e na honestidade de seus intuitos.

“(…)

“Como os jornalistas, os jornais... Jornais que impulsionem e eduquem o povo, convencem e dirigem governos.

“Há, porém, em maior número, os que açoitam, em suas columnas, medíocres e aventureiros; abandonam a nobreza de um pensamento pelas cifras reluzentes de um cheque; variam de programma como certos doentes mudam de remédios e preferem a sympathia das multidões e dos potentados.

“Estômago, e não espírito”.⁴³

As folhas ditas “imparciais” sofriam, como se lê, um tipo de desgaste diverso daquele das folhas partidárias. Seu apelo à isenção não convencia o público. Procuram se apresentar como “neutros”, mas, ao cabo, estão a defender os interesses daquelas instituições que os apoiavam e os mantinham. Ao assumir um projeto “moralizador”, de fato, mal encobrem, uma incompatibilidade radical com os seus adversários. No caso do jornal *O Sitiá*, sua verve soa tremendamente elitista. Não hesita em denegrir os que não o compreendem como “ignorantes”, “obtusos”, “medíocres”. Punham-se em alta conta pelo fato de não estarem diretamente envolvidos com as lutas partidárias, mas este posicionamento soava soberbo aos olhos de seus leitores. Dirigia-se a um público “virtual” de pessoas “do bem”, “entusiastas do progresso”, “bastiões da moralidade”. O seu projeto, por assim dizer, também cai no vazio.

⁴³ O Sitiá (Quixadá) de 15 de fevereiro de 1925 (“Imprensa e Jornalistas”, p.1);

Estamos diante de um problema, que é o problema da legitimidade do discurso do jornalista político. Enquanto militante no esquema partidário, esse jornalista era um instrumento de poder subordinado aos interesses do grupo ao qual depende. Se, por outro lado, procurava fugir a este dilema, caía na rede da desconfiança geral. Quando *O Sitiá* procurava distinguir-se dos demais órgãos de imprensa, estava, de fato, a dizer: “vejam, sou diferente dos demais! Não me corrompo, não me vendo! Subordino-me apenas ao ideal do progresso e da moral!”. Tal distanciamento não se aceita e o jornal, com seus editoriais patrióticos ou religiosos, publicava para ninguém ler. Não fosse o apoio da associação comercial de Quixadá, o periódico não ultrapassaria o primeiro trimestre de vida.

Se retornarmos às considerações de Pierre Bourdieu, expressas páginas atrás, veríamos que, segundo ele, quanto maior a autonomia do campo intelectual, mais restrita a ressonância do discurso, mais fechado o campo se constituiria. Assim, a imprensa partidária é a menos autônoma, pois ignora qualquer isenção ou objetividade do discurso em prol da ação política. Por outro lado, é a imprensa partidária a que atinge maiores tiragens, que tem maior repercussão, que consagrou os meios pelos quais se prende a atenção do leitor. No caso, dos jornais *A Região* e *O Sitiá* o projeto de se fazer um jornalismo “isento” não conseguiu mascarar a real intenção de filiação a instituições de elite, como as associações comerciais e a Igreja. O grau de autonomia do jornalista era, aparentemente mais amplo, mas também esbarrava na realidade que pretendia ignorar, por considerá-la baixa ou indigna de suas preocupações. O terceiro caso que se coloca à apreciação é o dos jornalistas “independentes”, ou seja, daqueles que são proprietários das folhas que publicam e que, por isso, se dão ao luxo, de expor as suas ideias sem maiores limitações.

Nesse caso, o alcance do jornal é pequeno, seja em razão das baixas tiragens, seja em razão do interesse do público. Editoriais e matérias de caráter filosófico não eram apreciadas. É o que se chamava de “jornal de ideias”. Estão nesta categoria, folhas tais como *O Ceará*, de Júlio de Matos Ibiapina e *A Esquerda* de Jáder de Carvalho.

3.3.1. *Júlio de Matos Ibiapina e O Ceará.*

É possível dividir a trajetória intelectual de Júlio de Mattos Ibiapina (Aquiraz, CE, 1890 – Rio de Janeiro, 1947) em dois grandes períodos. Na primeira fase, dedicou-se ao enfrentamento teórico do problema político brasileiro, em especial, do Ceará. Já numa segunda fase, que compreendeu os seus últimos dez anos de vida, esteve mais preocupado com questões de ordem linguística e filológica, tendo sido, inclusive, membro da Academia Brasileira de Filologia no Rio de Janeiro. Ibiapina recebeu uma educação típica das elites cearenses do primeiro terço do século XX, tendo frequentado o Liceu do Ceará e a Faculdade Livre de Direito onde travou relações mais próximas com o professor Soriano de Albuquerque⁴⁴, então disseminador do positivismo naquela academia. Eleito deputado estadual para o período de 1917 a 1920 (PRC), após o mandato viajou pela Inglaterra, França e Alemanha e o fascismo então lhe parecera algo admirável a tal ponto de ter sido o tradutor para o português do livro de Adolf Hitler, *Mein Kampf* (Minha Luta) em 1925. Fundou o jornal *O Ceará* no mesmo ano e depois o jornal *Nação* em 1930, ambos publicados em Fortaleza. Não raras vezes fez apologia dos regimes totalitários europeus e admirava, em particular, o *duce* italiano, Benito Mussolini. Entusiasta do movimento revolucionário de 1930, pertenceu ao Clube 3 de Outubro, que congregava elementos advindos do tenentismo. Desentendera-se com o interventor federal Carneiro de Mendonça em 1932 e foi exonerado da cadeira de francês da Escola Normal e expulso do Clube 3 de Outubro. Em 1934 deixa o Ceará em direção ao Rio de Janeiro. Tornou-se professor de inglês e demais línguas estrangeiras no Colégio Militar de Porto Alegre, tendo, inclusive, publicado diversos livros, gramáticas e compêndios de estudo das línguas inglesa, francesa e alemã. Retornou ao Ceará com a democratização em 1945, sendo nomeado secretário estadual da Fazenda pelo interventor Beni de Carvalho, pasta que renunciou poucos meses depois. Retorna ao Rio de Janeiro e lá faleceu, em 1947 (MONTENEGRO, 2002).

⁴⁴ Sobre Soriano de Albuquerque, ler: GIRÃO, Raymundo. **História da faculdade de direito do Ceará.** Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960; MONTENEGRO, Abelardo. **Soriano de Albuquerque: um pioneiro da sociologia no Brasil.** 2a edição. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1977; MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **História das ideias filosóficas da faculdade de Direito do Ceará.** Fortaleza: edições UFC, 1996.

Como positivista, maçom e anticlerical, Ibiapina foi herdeiro da tradição da “Ilustração Brasileira”⁴⁵, cujas origens intelectuais remontavam ao cientificismo de Tobias Barreto, Sílvio Romero e, em especial no caso do Direito, de Clóvis Beviláqua. O conhecimento das obras destes pensadores, em especial do jurista cearense devem à influência que Ibiapina sofreu de Soriano de Albuquerque, ainda na faculdade de Direito. Muito embora seja arriscado recuperar as tramas de uma longa tradição intelectual, não é possível rejeitar o fato de que, muito embora o cientificismo surgisse para se contrapor ao conservadorismo do tradicionalismo católico, ele também, ao longo do tempo, manifestou claras opções autoritárias, seja em questões políticas, seja em questões morais. O princípio autoritário que subjaz em todo positivismo criou raízes na sociedade brasileira, principalmente nas forças armadas e particularmente, manifestando-se por intermédio do tenentismo, ao longo de toda a década de 1920 (FORJAZ, 1988; OLIVEIRA, 1990; LAMOUNIER, 1997).

Não se pode negar, por outro lado, que muito embora a tradição da “Ilustração Brasileira” estivesse impregnada de um viés autoritário, foi ela capaz de, num dado momento histórico, pensar a realidade brasileira para além das simplificações assaz vulgarizadas pelo jornalismo político diário. O moralismo, tão presente em Jáder de Carvalho e em Demócrito Rocha, por exemplo, assumiu conotações diversas, na medida em que foi combinado com a análise de problemas e questões de ordem social, muito mais complexas do que a simplória observação das contingências da personalidade política. Nesse sentido, o jornal *O Ceará* distinguia-se dos demais periódicos políticos de sua época por ser um veículo da expressão das ideias sociológicas de Ibiapina. Ao invés da crônica dos acontecimentos políticos ou mesmo da defesa de um ou outro partido ou indivíduo, o jornal procurava fazer uma análise dos fenômenos políticos da época, vinculando-os a temas sociais e rejeitando qualquer explicação circunstancial dos fatos. Então, ao rejeitar os lugares comuns do jornalismo político, tais como o sensacionalismo, o partidarismo exacerbado, o

⁴⁵ “Propondo-se o movimento a ilustrar o país, iluminá-lo pela ciência e pela cultura, fazer das escolas *focos de luz*, de onde haveria de sair uma nação transformada, porquanto era fato indiscutível aos seus mentores que – consoante Sílvio Romero – ‘nossos erros não nascem tanto de nossa maldade como de nossa ignorância’. Daí a *Ilustração Brasileira*’ caracterizar-se por preocupações novas, pela descoberta de horizontes mais amplos, pelo encontro de problemas até então desconhecidos ou somente entrevistos. Naturalmente assume especial relevo dentre as ideias novas o cientificismo, sendo a supervalorização da ciência o ponto de encontro do pensamento novo. Claro está que os cientificistas, mais que valorizarem a ciência pela ciência, em verdade reconheciam a inocuidade de qualquer solução ‘não-científica’ para os problemas humanos” VITA, Luis Washington. **Antologia do Pensamento Social e Político no Brasil**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1968 (p.197);

personalismo e o provincianismo, Ibiapina arriscava a própria sorte do jornal. Teria uma folha como essa, leitores? Qual público se interessaria por uma folha que ignorasse tais *clichês*? Não há dúvida de que o jornalismo da época vivia do escândalo, dos arroubos, das contendas superficiais e das rivalidades artificiais, da retórica moralista e, no mais das vezes, estéril. Qual o lugar a ser ocupado pelo jornal de Ibiapina diante da chamada “opinião pública”⁴⁶? Qual o papel ou função que o intelectual deve exercer no debate público? Como é possível sua inserção em tal debate?

Consciente das limitações advindas da própria cultura política de então e, conseqüentemente, das reais possibilidades do jornal fazer-se lido e assim, cumprir a sua função “pedagógica”, Ibiapina asseverava que:

“Quando, à frente de um periódico se encontra um intelectual de valor, com ideias a defender, o seu diário torna-se veículo das suas convicções, instrumento de propaganda de suas theories sobre todos os assumptos sociaes, e temos o jornal doutrinário, monótono, enfarante, sem leitores. O público pode admirar o jornalista, mas despreza o jornal. É preciso, porém, viver e, para isso, os periodistas provincianos só encontraram até hoje um meio efficiente, um recurso intellectual que consegue atrahir a attenção pública – é a pollemica. Com esta o povo se diverte, quebrando a monotonia costumeira. Por educação e por necessidade, por ser-lhes mais commodo e para augmentar o interesse público pelo jornal, os jornalista do Norte vivem pelos pretextos mais frívolos a agredir-se mutuamente, como luctadores de circo, para receber os applausos da plateia”.⁴⁷

A lucidez de Ibiapina quanto ao caráter do jornalismo provinciano representa um ponto fora da curva, uma exceção que deve ser valorizada. Percebe-se, pela leitura deste breve trecho, que o autor consegue articular uma série de fenômenos sociais para construir seu posicionamento acerca do tema. Atribui-se ao próprio público leitor de jornais – que à primeira vista deveria ser considerada parte da elite intelectual numa sociedade de analfabetos – a responsabilidade da manutenção de tal estado de coisas, pelo simples fato de encontrar nessas folhas um divertimento. Ao

⁴⁶ A expressão está vindo entre aspas porque deve ser relativizada por nós. “Opinião pública” funcionava como um eufemismo para designar aqueles eleitores urbanos, leitores de jornal, pertencentes aos estratos médios, que não se identificavam como “povo”, nem como pertencentes às elites. Difícil é falar na existência de uma opinião pública no Ceará na década de 1920, principalmente se nos ativermos às considerações de Norbert Elias. Para Elias, a opinião pública é resultado de um processo histórico de incorporação das massas à política, por intermédio da educação e da ideia de participação na vida pública. Sobre isso, leia-se: ELIAS, Norbert. **Ensaios e escritos I**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006;

⁴⁷ O Ceará (Fortaleza) de 29 de novembro de 1925 (p.1);

passo que, diante disso, o jornalismo nada mais fazia que oferecer a esse mesmo público, a matéria por eles apreciada: os escândalos, a boataria, a calúnia e todo tipo de artifício sensacionalista. O círculo vicioso é coroado pela expectativa do recebimento dos aplausos do público, o que incita, por sua vez, a reprodução incessante dessas estratégias.

Ibiapina coloca a questão do jornalismo político sobre uma base que até então não se tinha considerado neste capítulo: o que faz da política um espetáculo. Muito embora se lamente, pela imprensa, o nível da política e os inúmeros problemas de “ordem moral” aí envolvidos, não deixa de ser interessante o fato de Ibiapina considerar tal situação como própria de uma sociedade provinciana, cujos interesses intelectuais são muito limitados e para quem a política é um espaço permissivo da consideração pública das reputações pessoais. Enquanto instância *pública* se discute, basicamente, os valores e a personalidade de cada um dos atores envolvidos. Questões de ordem mais complexa, que envolveriam o próprio gerenciamento, administração ou organização da sociedade são, assim, vistas como enfadonhas e desinteressantes. A sede do público estava, de certa forma, voltada para questões as mais superficiais, no devassar de certas intimidades e confidências, suspeições e boatarias a respeito de questões comezinhas.

Curiosamente, ainda que tentasse se manter fora de tais polêmicas artificiais, não raras vezes, Ibiapina acabou por chocar-se com interesses refratários às suas ideias, dando assim, vazão para o surgimento de desgastantes e prolongadas polêmicas. A mais célebre de todas e que durou o tempo em que o jornal esteve em circulação, foi a que opôs Ibiapina à cúpula da Igreja Católica cearense. Maçom convicto, acabou por censurar o comportamento de vários padres que, segundo ele, viviam às custas de seus fiéis. A reação foi imediata e Ibiapina foi excomungado da igreja pelos bispos de Fortaleza, Dom Luís Antônio dos Santos e de Sobral, Dom José Tupinambá da Frota. No campo da política partidária, propriamente, foi seguidamente censurado por democratas e por conservadores, sempre que denunciava as práticas e comportamentos desviantes de um ou outro grupo.

“Sempre que alguém discorda do ponto de vista de um ou outro dos dois partidos cearenses, a imprensa facciosa, para efeito de inquirir de suspeição todos os argumentos que lhe são contrapostos, toma a precaução de considerar como pertencente à facção adversa o autor das críticas que não pode destruir.

“Essa estratégia tem sido invariavelmente adotada, ora pelo partido conservador, ora pelo democrata, quando lhes fazemos censuras para que não encontrem resposta convincente. (...)”

“Não repetimos diariamente que o maior flagello do Ceará é a existência dessas duas aggremações políticas que, pelo seu passado e pelo seu presente, constituem uma vergonha para os nossos creditos de paiz republicano?”⁴⁸

Além de deplorar o nível intelectual da imprensa partidária, Ibiapina não hesitava em condenar a própria existência dos partidos políticos cearenses. Aliás, a rejeição dessas duas “facções”, como se dizia na época, era partilhada por outros jornalistas independentes, principalmente pelos de vieses mais esquerdista, tais como Jáder de Carvalho e Joaquim Pimenta. No caso particular de Fernandes Távora e de Demócrito Rocha o mesmo tom se faz ouvir, mas então por uma questão localizada, na medida em que ambos não encontraram espaço na hierarquia de cada um dos grupos. No caso particular de Ibiapina, Joaquim Pimenta e Jáder de Carvalho a existência dos partidos era considerada um mal, ainda que por razões diversas. Ora, no pensamento positivista de Ibiapina, de forte matriz autoritária, o partido político é um elemento desagregador e nada mais representava que os interesses imediatos de seus líderes e de todo o círculo de seus clientes e dependentes, para quem o único fim almejado é o do loteamento da administração pública.

Mais uma vez, ao considerar o problema dos partidos, retomam-se as questões relativas da representação política e da maneira aceitável de se construir uma equitativa distribuição de poder entre os diversos grupos sociais. Na medida em que tal sistema se perpetuasse, a dinâmica política e seus interesses, não poderia ser alterada. Fazia-se necessário, portanto, adotar um princípio novo de representação e, conseqüentemente, de verificação da vontade popular. Ibiapina encontrou essa saída no sistema de representação classista que, ao longo da década de 1920 foi cada vez mais aventado e que chegou, por seu turno, a ser adotada pela constituição de 1934. Num longo artigo de fundo, publicado no *Ceará Illustrado* de 27 de abril de 1925, Ibiapina assim punha a questão:

“Mais uma vez, o commercio do Rio, justamente impressionado com os malefícios da política profissional, chama a atenção da classe para a necessidade de organizar, dentro de suas fileiras, um corpo de eleitores

⁴⁸ “*O Programma é o mesmo*”. In: O Ceará (Fortaleza) de 19 de novembro de 1926 (p.1);

assás numeroso, para garantir o acesso ao poder legislativo de representantes seus, technicos de profissão.

“Como symptoma da fallencia do actual regimen de representação não se poderia desejar uma manifestação mais significativa. Quando uma classe ultraconservadora como o commercio – alias a mais protegida na partilha dos lucros da actividade nacional – não hesita em tornar publico o seu descontentamento pelo estado de coisas vigente, que diriam os productores, os consumidores, os intellectuaes, se fosse possível, em um paiz sem organização de classes como o nosso, ascultar a sua opinião, sentir de perto a revolta que lhes inspira a dissonância entre a mentalidade dos nossos dirigentes e as verdadeiras aspirações da nação?”⁴⁹

O fato de o comércio carioca – e Ibiapina fala dos comerciantes e não dos comerciários – procurar organizar-se para se fazer representar nos parlamentos é visto pelo autor como um sintoma de um estado de crise institucional deflagrada. Não compartilha, evidentemente, com a solução da mobilização democrática, pois isso significaria, necessariamente, que o regime político poderia ser reformado a partir da ação livre e emancipada da opinião pública. Ibiapina rejeita tal solução, mas compreende que tais manifestações são importantes na difusão de uma percepção da falência irremediável do sistema político. Tal falência adviria do descompasso existente entre a “mentalidade dos nossos dirigentes” e as “verdadeiras aspirações da nação”, como se leu. Essa clivagem entre a vontade geral e sua representação política é apontada, nesse caso, como origem e causa de todos os males perpetrados pelo regime. A saída apontada pelo autor é a da organização classista, instrumento tido e havido como capaz de corrigir tal problema e, assim, fazer emergir as “verdadeiras aspirações da nação”. Em todo caso, o problema, apesar de contornado, ainda não é enfrentado, pois o que asseguraria que tais “aspirações” seriam reverberadas pela representação classistas? E mais, quem poderia garantir a existência real de tais “aspirações”? Afinal, quem detinha o segredo para a definição de quais “aspirações” eram essas?

A solução vislumbrada por Ibiapina reside na valorização dos aspectos técnicos, ou seja, na despolitização da política e na sua substituição por uma intervenção científica da realidade. Tal posicionamento indicaria que os intelectuais, das mais variadas ocupações, é que deveriam exercer as funções de administração, já que os mesmos seriam infensos às paixões partidárias e sectárias e nesse sentido,

⁴⁹ IBIAPINA, Júlio de Mattos. “Representação funcional”. In: Ceará Illustrado (Fortaleza) de 27 de abril de 1925 (p. 16);

seriam capazes de “enxergar” melhor os problemas seculares com os quais a classe a que pertenciam, e conseqüentemente, o país se debatiam. Não é à toa que Ibiapina deplorava, no Brasil, o lugar social ocupado pelos intelectuais “reduzidos, porque vivem num país de analfabetos – a servir, para não morrerem de fome, de instrumentos dóceis dos exploradores de toda casta”⁵⁰. Ou seja, a regeneração do país passaria pela exata compreensão dos problemas nacionais e pelo seu enfrentamento a partir de critérios científicos e técnicos. Não há saída que viesse a ignorar a necessidade de o intelectual ocupar um novo espaço na sociedade, qual seja, o lugar do comando, do gerenciamento, da administração.

“De facto, quem de bom senso não reconhece que o actual regimen de eleições por circumscrições territoriaes, em que os candidatos são votados por indivíduos pertencentes a todas as classes, e até por desclassificados, não permite a existência de programmas definidos, em uma palavra, a pratica de uma política que traduza as aspirações das classes ou o sentimento geral da nação? Que acção pode desenvolver nos parlamentos um cidadão eleito por juízes, por professores, operários, funcionarios públicos, capitalistas, donos de botequins, varredores de rua e vagabundos? À defesa de que interesses se julga obrigado um cidadão eleito por essa salada de profissionaes?

“(…)

“Por esse vicio de origem é que vemos reformas tendentes a melhorar as condições da actividade rural serem elaboradas por médicos e bacharéis; remodelações do ensino saírem de cérebros não especializados; leis operarias sendo votadas por patrões, etc, etc.

“A medicina efficaz para evitar os males da actual incompetência legislativa está a entrar pelos olhos de todos os que não têm interesses inconfessáveis ligados à manutenção do status quo político. A constituição dos parlamentos technicos é a solução única para a anarchia legislativa do momento”.⁵¹

Há, na passagem em questão, uma ambiguidade semântica difícil de ser interpretada. Essa ambiguidade reside na aparente conciliação entre os chamados interesses de classe e o “sentimento geral da nação”. É possível crer que estes termos fossem intercambiáveis? Ou seja, a de que o “sentimento geral da nação”, a expressão de uma vontade geral fosse a soma de suas partes, ou seja, das aspirações de cada uma de suas classes? Talvez a interpretação mais adequada a esse problema pudesse surgir de uma inversão de seus termos. A questão que Ibiapina põe a lume reside na incompatibilidade dos interesses de uma casta política – mal preparada

⁵⁰ *Idem*, p.16

⁵¹ *Idem, idem*;

intelectualmente e comprometida com a manutenção de seu próprio *status quo* – e as necessidades ou aspirações dos diversos segmentos da sociedade, das diversas classes e interesses localizados. Esse hiato, segundo o autor, residiria, basicamente, na configuração do sistema eleitoral que, em sua essência, desmantelaria as possibilidades de representação de interesses segmentados. Ora, diante dessa situação, só se poderia esperar a formação de uma classe política desvinculada da representação de interesses, já que, por seu turno, a essa bastava angariar os votos dos eleitores desmobilizados em cada distrito eleitoral.

A defesa da representação classista feita por Ibiapina, apesar de por o problema de representatividade sobre novas bases, insistia numa percepção da sociedade como reunião de interesses econômicos de cada uma das classes. Não há dúvida que a questão do atraso econômico, em sua percepção, deva ser privilegiado e, sob tal perspectiva, os interesses tradicionais ligados à chamada “casta política” entravavam o desenvolvimento econômico, isto por duas razões: em primeiro, pelo seu espírito de casta e em segundo, por sua mentalidade atrasada, pequena, mesquinha. Por outro lado, como se lê, o mercado não é autônomo relativamente ao Estado, na proposta de Ibiapina. O tecnicismo impõe a regulamentação desse mercado, transferindo para os parlamentos técnicos a condução da atividade econômica, além daquelas já tradicionalmente atribuídas ao Estado. Mas, considerando isso tudo, diante de uma representação de classe, em que os chamados “sentimentos da nação” estivessem fragmentados a partir de inúmeros interesses de grupo, quem, no caso, seria capaz de urdir a unidade nacional? A simples soma dos interesses parciais, obviamente, não parecia ser uma resposta aceitável a esse problema, daí que Ibiapina não hesita em propor o modelo fascista como resultante de uma unidade na diversidade.

“Veamos o exemplo da Itália. O governo fascista (...) acaba de proclamar, pela voz do ‘Duce’ e de seus mais conspícuos adeptos, o archaísmo do actual regimen e as vantagens decorrentes dos parlamentos technicos. Agora, às vésperas das eleições, Mussolino prometeu à nação que ‘a representação technica e profissional seria introduzida no Parlamento para integrar e completar o systema representativo’. Para transformar esta realidade, mandou organizar, em toda parte, conselhos technicos, cujo programma consiste em ‘abrir o exercicio directo do poder publico às forças que effectivamente dirigem o movimento social do paiz, na esphera moral, intellectual e econômica’.”⁵²

⁵² *Ibidem*;

Há que se concordar que a leitura de tais argumentos faz-nos tender a uma imediata reprovação dos argumentos de Ibiapina, motivados que estamos pela situação *ex-post facto* quanto ao desenrolar dos acontecimentos que envolveram o fascismo e o nazismo. Mas é necessário compreender, que, de alguma forma as concepções corporativas e integradoras da década de 1920 exerceram profunda sedução sobre os homens daqueles tempos, ainda que não fosse um caso geral. Mas, principalmente sobre os intelectuais herdeiros da Ilustração Brasileira, formados sob a perspectiva dominante do cientificismo e do positivismo, tal influência devesse ter sido decisiva. Some-se a isso a permanente situação de impotência diante de um sistema político que não lhes considerava em razão de seu pequeno peso eleitoral e da pequena repercussão de suas ideias, mesmo diante da chamada “opinião pública”. Certamente, que no panorama das alternativas à disposição, os autoritarismos situavam-se num plano bem confortável, afinal, nem rompiam definitivamente com as bases da civilização ocidental, incluindo aí a religião e o próprio conceito de nação, nem propunham a abolição da propriedade ou a socialização dos meios de produção, mas apenas o seu planejamento técnico.

As alternativas de concepção de Estado, propostas por Ibiapina, em dezenas de bons artigos de fundo – publicados em seu jornal ou não – têm escassa repercussão, muito embora essa repercussão devesse ser apreciável quando se focalizasse sua recepção entre o conjunto dos intelectuais laicos. Entretanto, o que se tentou problematizar, de maneira mais detida, foi o diagnóstico da situação do voto em função da eficácia do sistema “democrático” em produzir uma representação da vontade popular. Diante de um sentimento difuso de “crise”, em que é quase unânime o veredito da ineficiência do Estado em obter qualquer representatividade do conjunto de seus cidadãos (por inúmeras razões), muitos desses intelectuais-jornalistas procuraram, de alguma forma, posicionar-se diante de uma realidade problemática.

A compreensão da dinâmica política da primeira república não deve prescindir de uma análise mais detida acerca dos horizontes de expectativas, no plano da política, que aqueles homens pensaram. Os diagnósticos e as alternativas difundidas pelos periódicos aqui abordados dão um panorama não só da complexidade do problema, mas também das respostas possíveis no contexto abordado. Permitem

articular dadas representações sociais (como por exemplo, “opinião pública”, “representação política”) com os conceitos políticos correntes (representação, cidadania, democracia) e, por fim, com as práticas que tais sujeitos construíram, seja através do jornalismo, seja também pela militância ou constante preocupação com aqueles temas.

3.3.2 Jäder de Carvalho e “A Esquerda”.

Jäder Moreira de Carvalho (Quixadá, CE, 1901 - Fortaleza, 1985), advogado e jornalista, romancista e poeta, foi um dos mais aguerridos intelectuais cearenses, cuja obra, marcadamente humanista, é um libelo contra a opressão, a injustiça e a corrupção. Bacharel em Direito (1931), fundou e dirigiu os jornais *A Esquerda* (1928) e *Diário do Povo* (1946). Perseguido pelo regime de Vargas, foi afastado de sua cátedra no Liceu do Ceará e preso. Um dos precursores do modernismo no Ceará com a publicação de *O Canto Novo da Raça* (1927) fez de sua atividade literária e do jornalismo um instrumento de denúncia, tão engajados quanto a sua própria trajetória de vida⁵³. Suas preocupações intelectuais voltam-se principalmente, para as questões sociais do Nordeste, vazadas sob os mais diversos gêneros, como contos, romances, ensaios, editoriais, estudos, poesia, memórias, etc.

A trajetória intelectual de Carvalho sempre evitou os lugares-comuns e as linhas explicativas óbvias. Ao invés disso, propunha respostas que se fundamentavam historicamente, em que são as relações sociais e de poder as que produzem as contradições vividas na sociedade

.Desde sua estreia literária, com a publicação de *O Canto Novo da Raça* (1927), Jäder de Carvalho tem sido apontado pela crítica como um dos precursores do modernismo no Ceará. Efetivamente, o autor é distinto da produção literária da geração precedente, seja em relação ao tratamento da linguagem ou mesmo aos temas

⁵³**Obras de Jäder de Carvalho:** *O Canto Novo da Raça* (1927, com Sidney Neto, Franklin Nascimento e Mozart Firmeza); *O Problema Demográfico Brasileiro* (1930, ensaio); *O Índio Brasileiro* (1930, ensaio); *Terra de Ninguém* (1931, poesia); *Povo sem Terra* (1935, ensaio); *Classe Média* (1937, romance); *Doutor Geraldo* (1937, romance); *O Nordeste poderá bastar-se* (1942, ensaio); *A Criança Vive* (1945, romance); *Eu Quero o Sol* (1946, romance); *Sua Majestade, o juiz* (1962, romance); *Aldeota* (1963, romance); *Terra Bárbara* (1965, poesia); *Água da Fonte* (1966, poesia); *Cantos da Morte* (1967, poesia); *Antologia de João Brígido* (1969); *Alma em Trovas* (1974, poesia); *Toda a Poesia de Jäder de Carvalho* (1975); *O Menino Só* (1977); *Delírios da Solidão* (1980); *Rua da Minha Vida* (1981, memórias); *Meu passo na rua alheia* (1981, memórias).

abordados. Basta notar que procurou escrever o mais próximo do coloquial, evitando os exageros do prolongado parnasianismo cearense. Na poesia, logo cedo, procurou desvencilhar-se da métrica clássica em prol do verso livre e, nos romances, como temos observado, buscou uma explicação sócio-histórica da formação cearense em detrimento dos modelos cientificistas, vigentes entre nós desde a época da Academia Francesa.

Propriamente no caso de seu jornal *A Esquerda* (1928-1931), Jáder de Carvalho demonstra uma atitude ambígua relativamente ao regime político. No mais das vezes, parece convencido de que o sistema democrático é superior aos totalitarismos, seja relativamente à proteção aos direitos e liberdades individuais, seja no sentido de que se fundamente na prática da cidadania – ou, melhor dizendo – na ação consciente e responsável dos cidadãos como artífice das transformações sociais. Apesar disso, não poupou críticas àqueles que, segundo ele, locupletavam-se do problema social com a finalidade única de manterem-se como únicos detentores do poder. Assim, Jáder de Carvalho manteve-se crítico relativamente ao sistema oligárquico quanto às teses totalitárias e autoritárias. Sob o seu ponto de vista, fazia-se necessária a reforma do sistema político, dos costumes e das instituições e não, como se poderia pensar, do sistema político como um todo.

Os primeiros números do jornal *A Esquerda* vão deixando clara a sua linha editorial. Temas políticos, mas de apelo popular, como a carestia de vida, a exploração do trabalho infantil ou a ação truculenta da polícia mereceram destaques recorrentes. O presidente estadual, José Moreira da Rocha, então em seu último ano de mandato, fora alvo de inúmeras críticas, que se referiam, entre outras, ao problema da corrupção eleitoral. Afinal, o desembargador Moreira havia declarado que no seu mandato haveria a tão esperada “liberdade de voto”. Ao invés, seguindo os editoriais do jornal, os partidos políticos se engalfinhavam numa espiral de violências e arbítrios no interior do estado, coagindo e ameaçando os eleitores, deitando por terra a esperança de lisura no processo eleitoral.

O editorial da edição de 2 de fevereiro de 1928, intitulado “Pela valorização do voto”, faz um resumo das propostas reformistas de Jáder de Carvalho referente a esta questão. No seu diagnóstico, o problema da corrupção e da violência das eleições provocava a desilusão e a apatia dos chamados “eleitores independentes”, que passavam a se desinteressar pela sorte do sistema político, deixando então, o

caminho livre para que as elites políticas tradicionais, principalmente aquelas dominantes nos grotões interioranos, pudessem manipular o resultado das urnas a seu bel-prazer.

“Alcançar o maior número de sufrágios não significa ser victorioso. Considera-se eleito aquelle que está nas graças dos governantes. O indivíduo é senador, deputado, presidente da República, muito antes de ferir-se o pleito.

“O desprestígio do voto, vae, aos poucos, produzindo a completa abstenção dos eleitores independentes.

“Os que ainda se dignam a comparecer às secções eleitoraes – fazem-no amordaçados pela política. Votar contra o governo implica o sacrifício do modesto emprego. E o Brasil, como sabemos, é uma nação de funcionarios públicos, mendígos quase todos”.⁵⁴

Tal sentença e diagnóstico não representavam uma novidade no discurso da política. Na realidade, a denúncia dos vícios do sistema era reproduzida cotidianamente e o seu teor, em linhas gerais, pouco se modificava. A coação dos chefetes aos funcionários públicos, os acordos de gabinete, a truculência da polícia e a manipulação da vontade da maioria dos eleitores, pode-se dizer, formavam uma constelação de lugares-comuns do discurso da política, principalmente quando se tratavam de veículos de oposição, tais como o jornal de Jáder de Carvalho. A diferença do tratamento do autor relativamente aos seus contemporâneos estava na alternativa proposta: fazia-se necessária uma reação de todos aqueles “eleitores independentes”. Mas, em todo caso, uma reação dentro do espírito da democracia, no sentido de tais eleitores procurarem se alistar e participar mais ativamente do processo eleitoral. Jáder de Carvalho acreditava que uma união de todos aqueles setores ligados às atividades urbanas – e que por sua vez, estivessem menos submetidos às pressões dos grupos políticos tradicionais do interior – pudesse ser capaz de *per se* produzir uma transformação das práticas políticas e eleitorais.

“Faz-se preciso, quanto antes, uma reacção, afim de que cesse tão deplorável estado de cousas.

“Afim, o eleitorado não se compõe unicamente de funcionarios públicos. Formam-no operários, caixeiros, advogados, jornalistas. (...)

“O próprio funcionalismo, num gesto em conjuncto, numa attitude enérgica, poderia impor-se à prepotência dos sóbas republicanos. (...)

“No Ceará, por exemplo, caixeiros e operários, constituindo uma frente única, poderiam enfrentar, nos embates eleitoraes, os candidatos que a política impõe à vontade inerme dos cidadãos.

⁵⁴ A Esquerda (Fortaleza), de 2 de fevereiro de 1928; (p.1);

“E no entanto, tal não acontece”.⁵⁵

Jáder de Carvalho se dirigia àqueles que julgava ser o seu público leitor, ou seja, trabalhadores urbanos, funcionários públicos e profissionais liberais. Cobra deles a ação transformadora, a militância no espírito da renovação, mas se desilude sem compreender as causas da passividade dos grupos com os quais se identifica. O problema que surge, e que, por consequência, desanima o editorialista, traduz-se sob a perspectiva da falta de autonomia econômica e intelectual dos chamados “independentes” frente ao poder das oligarquias. O eleitor “ideal”, sob esse aspecto, deveria ser aquele infenso a qualquer tipo de pressão ou rede de dependência, único capaz de expressar sua vontade sem levar em consideração as relações de poder que se constroem socialmente. Diante da falta de independência dos “independentes” a alternativa possível é a do sacrifício. Ou seja, a do preito de coragem e destemor para com a causa democrática.

“A tudo isso assistimos, sem um brado de protesto, acovardadamente. (...)”

“Aproxima-se o pleito para a Camara Municipal de Fortaleza.

“Eis o instante em que vós, operários e caixeiros, deveríeis demonstrar a vossa independência e a vossa força.

“A união de vistas há de trazer-vos a victoria, si, fugindo ao indifferentismo, pelo bem commum, vos lançardes, corajosamente, à lucta”.⁵⁶

Covardia, coragem, independência, união, força. A reforma do sistema fundamenta-se, sob tal ponto de vista, numa ação voluntarista e moral. É possível perceber nisto a ingenuidade de um rapaz, segundanista do curso de Direito, algo inconformista, algo sonhador. Mas, esse aspecto da visão de mundo de Jáder de Carvalho talvez nunca tenha desaparecido, mesmo com o passar dos anos. Seu humanismo baseou-se na crença na capacidade de transformação social fundamentada no caráter e na vontade individuais. Tal individualismo heroico e voluntarista se coadunava com uma profunda crença nos ditames da legalidade e, por seu turno, da democracia. Sua alternativa aos problemas políticos do tempo, só poderia advir, portanto, a uma percepção reformista do regime.

⁵⁵ *Idem* (p.1);

⁵⁶ *Idem, idem;*

Não é à toa que Jäder de Carvalho via em Luiz Carlos Prestes, o símbolo “do espírito forte que nos anima”⁵⁷. A figura rebelde do general que se doa às causas populares e à “regeneração do Brasil” representava, de certa forma, uma sedução pelos arroubos patrióticos, único antídoto às “maquinações”, ao cálculo político das “velhas raposas” que são capazes de toda sorte de artifícios para manterem-se no poder. O tom moralista do jornal – que fazia a apologia da virtude cívica – fez com que se denunciem em suas páginas o vício do jogo de azar⁵⁸, o constrangimento da embriaguez pública⁵⁹, a imoralidade da prostituição⁶⁰, a ganância dos banqueiros⁶¹, a perfídia dos políticos, as compras à prestação⁶², o sadismo dos policiais, a esperteza dos advogados, etc. Fazer política é um processo de libertação, não só coletiva, como também individual: uma entrega, a dedicação a uma causa soberana. Até que ponto, é possível considerar esse conjunto de coisas como parte de um sentimento arraigado de impotência das classes médias urbanas diante de um sistema político no qual elas mesmas são numericamente desprezíveis? Ou seja, mesmo constituindo a “opinião pública”, tal “opinião” não é levada em consideração, nem tem qualquer influência sobre os destinos políticos do país. A saída possível e inevitável não seria a do heroísmo, a do voluntarismo, a do sacrifício?

3.4. Moralidade e retórica.

Instalado num contexto de conflito aberto pelo controle das instâncias do poder, o discurso da política se vale de diferentes estratégias para a consecução de suas finalidades. Certamente, que o apelo ao papel legitimador da história é uma dessas estratégias, mas ainda subjazem outras possibilidades que conferem ao discurso da política o seu caráter ambíguo, que já antecipamos. Dentre outras estratégias possíveis, sempre mediadas pelo recurso retórico, está, efetivamente, a vinculação às questões de ordem moral que cumprem, ou pretendem cumprir, um papel bastante preciso: o de demarcar as fronteiras identitárias entre as facções em disputa. Parece claro que não se reduz tal papel identitário somente ao recurso à moralidade – a discussão ideológica, ou aquela a que se refere ao conflito entre projetos divergentes de poder, também

⁵⁷ A Esquerda (Fortaleza) de 25 de janeiro de 1928. “Imprensa Nova”. (p.1);

⁵⁸ A Esquerda (Fortaleza) de 6 de fevereiro de 1928. “Monte Carlo! Monte Carlo!” (p.1)

⁵⁹ A Esquerda (Fortaleza) de 4 de fevereiro de 1928. “Scena Vergonhosa”. (p.4);

⁶⁰ A Esquerda (Fortaleza) de 6 de fevereiro de 1928. “Reviveste a Gomorra dos tempos bíblicos”. (p.4)

⁶¹ A Esquerda (Fortaleza) de 4 de fevereiro de 1928. “Não somos nós os escandalosos”. (p.1);

⁶² A Esquerda (Fortaleza) de 7 de fevereiro de 1928. “Fortaleza nas garras da agiotagem”. (p.2)

cumprem tais necessidades. Entretanto, quando nos reportamos ao horizonte político⁶³ de uma dada realidade histórica como a que aqui se refere, em que não há divergências radicais quanto aos conteúdos desses argumentos (dos programas e das orientações partidárias) ou à formação e origem social das elites políticas, o recurso à moralidade alcança sempre maior projeção.

O apelo ao convencimento do público se pretende fundar numa escolha entre os “bons” e os “maus” políticos, numa estratégia que reduz e simplifica o conflito político à mera questão do caráter de cada indivíduo, de cada facção ou de cada partido e de suas intenções. Considerando que tal distinção – fundada na moralidade – é de ordem subjetiva e que critérios mais “objetivos” da crítica política são evitados ou ignorados por quem escreve, chega-se a conclusão de que o discurso da política, no tempo em que se está a referir, reduz-se a uma disputa de palavras, um esgrimismo verbal.

Muito embora o recurso às questões de ordem moral não fossem desconhecidas do discurso da política – aliás, é uma de suas características mais perenes – esse recurso se atualiza conforme o horizonte linguístico e intelectual de uma dada sociedade, num tempo determinado. Para o período que consideramos, as analogias da moralidade com referências a metáforas de cunho médico, que reproduzem a distinção entre doença e saúde e caráter e a inescrupulosidade, eram recorrentes. Mas, o discurso moral, efetivado como instrumento de poder, crê ser habilitado para curar a doença do corpo social por intermédio da palavra (“o martelo moral”). Ela, “desafivelando a máscara cínica do hipócrita” quer despedaçar os “caracteres depauperados pelo vírus da ignomínia”⁶⁴.

Isso leva a pensar que as referências a questões de ordem moral podiam ser vazadas sob um jargão que se pretendia, ele também, científico. A viragem no conteúdo das referências morais, que não mais se reduzia à moralidade cristã, mas que

⁶³ Quando aqui se refere a “horizonte”, está a se utilizar o conceito de *horizonte* tal qual falou H.-G. Gadamer: “Também é verdade que falamos de horizontes no âmbito da compreensão histórica, sobretudo quando nos referimos à pretensão da consciência histórica de ver o passado em seu próprio ser, não a partir de nossos padrões e preconceitos contemporâneos, mas a partir do próprio horizonte histórico. A tarefa da consciência histórica inclui a exigência de ganhar em cada caso o horizonte histórico, a fim que se mostre, assim, em suas verdadeiras medidas, o que queremos compreender”. GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 10ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008 (p.400);

⁶⁴ Pátria (Sobral) de 1 de janeiro de 1915 (p.2);

era capaz também de apropriar-se de argumentos “científicos” para alcançar os seus objetivos foi uma das características mais representativas do discurso político do início do século XX. Tais estratégias de atualização das referências morais procuram instâncias de legitimação do discurso que não se reduzem simplesmente ao conteúdo específico da política, mas também se apropriam de outras instâncias de legitimação mais consagradas – ciência, história, religião (quando convier) – de acordo com a finalidade a que se prestam. Ou seja, como se adiantou, o caráter retórico do discurso da política quando se apropria de outros discursos, o faz retirando-lhe certa autonomia relativa (ou seja, tais discursos apropriados deixam de ser auto-referenciados) para inseri-los no quadro mais geral das finalidades políticas imediatas.

A referência à moralidade no discurso da política, efetivamente, cumpria o papel anteriormente realizado pela pugna física, deslocando-a para combates menos perigosos (pelo menos relativamente à saúde ou à vida dos dueladores) já que tais duelos continuam perigosos para a reputação de cada um deles. O objetivo da pugna verbal – reproduzido nas folhas dos jornais – era o de expor o adversário ao ridículo público. Como na esmagadora maioria das vezes o adversário chamado ao esgrimismo se furtava a comparecer ao duelo, ou seja, silenciando diante das provocações, dando de ombros à convocação do rival, tais arroubos acabavam caindo no vazio⁶⁵.

O jornalista Jáder de Carvalho percebeu claramente essa tendência do discurso da política para a redução do debate intelectual à esfera da moral. Criticando a suscetibilidade de toda uma época, escrevia:

“O excesso de sensibilidade quase improficua torna a actividade do jornalista em nosso meio. Basta um simples conceito, muitas vezes sem qualquer intuito offensivo, para que os protestos surjam, não em linguagem rasoavel, para convencer, porém em tom ameaçador, de que disposto está a quebrar as costellas do jornalista.

“Após a ‘lei monstro’, cuja paternidade atribuíram ao senador Adolpho Gordo, certas individualidades, cujos peccados são difficeis de absolver, respiraram mais desafogadamente. Ainda bem não se lhes faz qualquer mozza, já os mesmos recorrem aos officios de certos advogados de porta de xadrez para que, por meio de um processo, consigam parar a penna dos que lhes põem a calva a descoberto. Muitos há que, com o primeiro signal de borrasca, tomados de uma delicadesa moral extrema, e jactanciosos de uma honra duvidosa para logo correm aos “camelots” da

⁶⁵Ainda relativamente ao uso público do discurso na imprensa como instrumento de combate, lemos: “É ella (a imprensa) a alavanca poderosa que desmorona e derrue o edificio do despotismo dos tyrannos, a voz retumbante dos homens livres que se *apparellham para as luctas da palavra, para a pugna sublime do pensamento*” in: Pátria (Sobral) de 19 de janeiro de 1915. (p.1)

esquina e apregoam os seus propósitos de arrolhar a imprensa, seja de que maneira for.

“No Ceará, onde abundam os leprosos de carácter, talvez por isso mesmo, já não se pode rascunhar qualquer facto, embora do domínio público, mal velado por conveniências de campanário, pois um enxame de vespas azoinadas nos ameaça com os agulhões venenosos.

“Melhor seria que, em vez de fanfarronadas inúteis, esses “vallentes” enveredassem por melhores caminhos, purificando a alma dos seus constantes erros, pois jamais será tarde para um arrependimento verdadeiro.

“De nossa parte, como atalaias dos interesses collectivos, fiquem certos os nossos detractores, que não arredaremos pé”.⁶⁶

Perceba-se a referência a uma moralidade que busca seu fundamento não na religião, mas em metáforas oriundas de uma oposição entre saúde e doença em analogia com o caráter (“leprosos de caráter”) e há a intenção de desmascarar ou expor o adversário mediante o uso denunciativo do discurso (“a pena dos que lhes põem a calva a descoberto”). Neste caso, a sensibilidade tendente à “fanfarronice”, perpetrada por certos “valentes”, obstrui a discussão conceitual – ou seja, de ideias, projetos, programas – reduzindo tudo, ao cabo, à “delicadeza moral extrema” que leva, desafortunadamente, aos arroubos ameaçadores. Consciente de que tais ameaças não cessarão, o jornalista, enfim, assevera que “não arredaremos pé”.

Como se lê, o texto é o resultado de uma “resposta” a uma dada provocação feita previamente. Tal padrão de resposta, sempre referida a um contexto que assimila a honra à força (no caso, a força de argumentos morais) pode ser compreendido mediante a relação a um cotidiano eivado de violências e arbítrios, no qual o debatedor se vê constrangido a manifestar sua coragem a cada passo que dê, visto que a política e o jornalismo político, por seu turno, são lugares de manifestação da luta, do combate, enfim, são percebidos como metáforas da guerra. Não é à toa que os argumentos que combatiam o voto feminino diziam que a sensibilidade feminina não era propícia para a ação política, de maneira bastante similar aos argumentos que asseveram a incapacidade da mulher para as fileiras do exército. Elas não deveriam estar presentes nesses campos, não por incapacidade intelectual, mas por desvantagem das suscetibilidades, do temperamento.

⁶⁶ CARVALHO, Jáder de. “Sensitivas monstros”. Editorial do jornal *A Esquerda* (Fortaleza) de 6 de fevereiro de 1928. (p.1)

Definitivamente, assim como o discurso procura elementos para a defesa da honra, também encontra elementos para o ataque da honra alheia. Nesse âmbito, as estratégias são diversas: há a calúnia, o boato, o anonimato, a execração, a caricatura, o humor, a ironia, a sátira, o pastiche e o exagero. Muitas vezes, tais elementos se apresentam combinados e, diante do grau de resposta a eles eram eficientes seja na função de provocar o adversário, como também de desmoralizá-lo. No duelo, na esgrimia verbal que se processava na imprensa política, a provocação era o primeiro golpe desferido pelo adversário e, quase sempre, certo. A integridade moral do oponente dependia, fundamentalmente, de sua resposta, daí os recursos à moralidade.

Nas páginas do periódico *O Jornal*, de Fortaleza, um anônimo assim expressava sua reprovação a uma carta-denúncia publicada no jornal *Folha do Povo* contra o juiz substituto do termo de Jaguaribe-mirim, Saraiva Leão, endereçada – também anonimamente – ao presidente do Estado:

“A calúnia, já o disse Ruy Barbosa, num dos surtos magníficos de sua eloquência tribunicia, é a velha barregã posta ao serviço de todas as causas pudendas, a comadre immemorial da improbidade e da inveja, a impávida alcoveta das torpezas do hysterismo dos partidos, a ladra concubinária do jornalismo trapeiro, a sinistra envenenadora da honra dos estadistas e dos povos.

“Às mordeduras peçonhentas da traiçoeira serpente não há escaparem os homens que vivem em sociedade, tracem, embora, a sua vida, o seu procedimento, a sua conducta por uma directriz firme, impávida e rectilínea.

“Ella arremessa os seus botes golpeantes contra tudo e contra todos e, não satisfeita de babujar com a sua sânie, o seu vírus, o seu veneno, as reputações duvidosas e quebrantáveis, atira-se, sinistra, sombria e implacável contra as mais illibadas e as mais puras.

“Tem o vezo de torcer os factos, emprestando-lhes faces e caracteres que não têm e é senhora do raro engenho de forjar cousas em si mesmas impávidas, mas às quaes ella, com as suas demoníacas suggestões, dá foros de verossimilhança.

“(…)

“Desta feita, é na pessoa do juiz substituto do termo de Jaguaribe-mirim, dr Francisco Saraiva Leão, que ella sacode os seus vômitos pútridos, pegajosos e virulentos, armando, em seguida contra a victima, impávida, sim, mas indefeza, as suas fauces, as suas guellas hiantes, escancaradas, voraginosas.

“Semelhante a um cão hydrophobico, fareja-lhe a vida, na sua dupla modalidade de publica e privada, com a anciã incontida de macular-lhe a toga de juiz e atassar-lhe a honra de cidadão.

“O articulista, a quem se dirigem estas linhas, pobre infeliz que não teve a coragem de arrostar a publicidade, acobertando-se no anonymato,

fala em uma representação, que foi entregue ao dr presidente do Estado contra o juiz substituto do termo de Jaguaribe-mirim.”⁶⁷

Não parece contraditório que o autor desse artigo não o tenha assinado? Sim, pois que acusa seu oponente de falta de coragem ao acobertar-se no anonimato. Como se justifica reprovar um dado *modus operandi* e ao mesmo tempo reproduzi-lo? Supõe-se que o recurso ao anonimato fosse algo tão naturalizado no jornalismo político e no discurso da política, que talvez essa falha tivesse passado despercebida ao seu autor? Ou, quem sabe, compreendia os riscos de um ataque e procurava proteger-se de retaliações?⁶⁸. Em todo o caso, o artigo acima reproduzido é uma “pequena obra-prima” da estética parnasiana referida ao discurso da política. As figuras de linguagem que aí se colocam são de uma expressividade sem par e a referência à eloquência de Rui Barbosa sugere que seu autor é alguém que domina perfeitamente os códigos da linguagem literária e da retórica política da época. O texto, como se depreende, foi escrito não somente para ser lido mentalmente, mas para ser declamado. É, assim, instrumento, arma no conflito da política, algo para ser usado na arena. Em momento algum – e isso não surpreende – procura argumentos que venham a provar a inocência do juiz Saraiva Leão, mas sim, desqualificar o oponente mediante o recurso que ele faz à calúnia por intermédio do anonimato. Na esgrimia verbal, esse autor foi golpeado por seu oponente caluniador, mas revida lançando mão de sua eloquência e também – por que não? – do golpe sujo do adversário, ou seja, o recurso ao anonimato.

A calúnia – o golpe baixo da esgrimia verbal a que se lançavam os duelistas da política – é, no parecer do autor, um instrumento capaz de “torcer os fatos”, dando-lhes aos fatos torcidos, “foros de verossimilhança”. Anteriormente, havia-se feito referência às disputas pelo “estatuto de verdade” do discurso da política, principalmente quando esse procurava apropriar-se do discurso da história, mas também de outras modalidades discursivas, como o discurso médico, legal, científico,

⁶⁷ O Jornal (Fortaleza) de 26 de setembro de 1916. “Desfazendo calúrnias” (p.1) artigo cuja autoria é marcada pseudonimamente com a letra “G”.

⁶⁸ No seu estudo sobre o “crime de anonimato”, E.P. Thompson assim considerava as razões pelas quais se procurava esconder sob o anonimato: “En una sociedad prescriptiva que, en mito, si no en realidad, descansaba sobre relaciones de paternalismo y deferencia, dominio y subordinación, existían muchas razones para que los hombres desearon permanecer en el anonimato. De ninguna manera era el anonimato el refugio de los pobres exclusivamente. Incluso el Caballero, el Profesional desde luego, podía desear la atención de la autoridad sin ofender a su influyente vecino”. THOMPSON, E.P. “El delito de anonimato”. In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

etc, que pudessem granjear-lhe certa margem de legitimidade e autoridade. O texto que ora se aprecia expõe, com total clareza, essa disputa pela autoridade que se opera no discurso da política. O caso problemático é que a referência à moralidade não resolve nunca a questão da verdade, pois a resposta fundada na moral carece de objetividade. Ou seja, o autor jamais reúne elementos que provem a inocência do juiz Saraiva Leão diante das denúncias anônimas, apenas repele a denúncia referindo-se a ela como calúnia.

Mesmo assim, o texto não se esgota apenas na consideração de que a retórica fundada na moral é incapaz de resolver o problema da verdade no discurso da política. O autor lança mão de outras estratégias, bem mais eficazes, na defesa da honra do seu amigo. Quando se refere à calúnia como “barregã”, “comadre”, “alcoveta”, “ladra” e “envenenadora” está, evidentemente, a se reportar a um dos mais antigos – e bem-sucedidos - lugares-comuns da política, qual seja, o do mito da Conspiração. Aqui, refiro-me especificamente à obra de Raoul Girardet, *Mitos e Mitologias Políticas*, em que certas constelações políticas são sistematizadas e postas à luz mediante um exercício que desvenda sua funcionalidade e perenidade no discurso da política. O segredo (e, nesse caso, o anonimato), arma habitual de todos os conspiradores, oculta o complô longamente tecido com a finalidade de instauração de uma nova ordem que ameaça a existência social, inaugurando um regime de perfídia e de dominação, a que tudo subverterá. A referência habitual à serpente e a outros seres do bestiário da mitologia da conspiração é assim discutida por Girardet:

“(…) é na sombra também que se refugiam os animais imundos, da sombra é que surgem. Imutável, permanente através da enorme massa de suas representações iconográficas e de suas expressões literárias, existe um bestiário do complô. Reúne tudo o que rasteja, se infiltra, se esconde. Reúne igualmente tudo o que é ondulante e viscoso; tudo o que é tido como portador da sujeira e da infecção: a serpente, o rato, a sanguessuga, o polvo. (...) Pode-se falar, no caso, desse fenômeno muito frequentemente descrito pelos etnólogos que é o da assimilação ou da redução à animalidade. O personagem acaba por se ver total e realmente identificado com a figura de animal que lhe foi simbolicamente atribuída”.(GIRARDET, 1987, p.44)⁶⁹

Se existe um complô em curso – e o texto citado não faz a isso uma referência direta – é o complô dos pérfidos, cujo objetivo é o de macular a honra dos bons e assim, assenhorear-se do poder. As expressões literárias que remetem ao

⁶⁹ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 (p.44)

bestiário do complô, no entanto, estão bem evidentes. A calúnia é serpente venenosa, é cão hidrofóbico. Deve, nesse sentido, ser esmagada, sacrificada, repelida. Age motivada pela inveja das reputações mais puras, contra as quais ela se rebela ao sacudir os seus “vômitos pútridos” com o objetivo de destruir os homens de bem. Das suas “mordeduras peçonhentas” não há quem escape, mesmo aquele cuja conduta se funde numa diretriz “firme, impávida e retilínea”. Enfim, o mal está instalado entre nós. Urge, agora, dar-lhe o combate.

A dimensão moral que a retórica política constantemente atualiza, reportando-se às mais diversas estratégias de convencimento e persuasão, é decisiva para a compreensão da natureza do discurso político no Ceará entre 1916 a 1930. A partir dela, temos ingresso não somente no horizonte linguístico, intelectual e político de uma dada época, como também nos apropriamos dos recursos mais habituais desse discurso para a consecução de seus fins. Essa dimensão moral da retórica política é a forma pela qual o discurso emerge publicamente, cumprindo várias das funções anteriormente destacadas. Sem tal premissa estaria incompleta a compreensão das maneiras pelas quais o discurso da política se apropria da história, da legitimidade de seus argumentos, que são vazados moralisticamente, isto é, cumprindo a função de traçar uma fronteira entre os “bons” e os “maus”.

3.5. As reputações.

A derrubada de Nogueira Acióli da presidência estadual em 1912 foi precedida, em alguns anos, pela difusão de uma série de escritos de caráter político, que alardeavam e denunciavam a instauração de um regime despótico, conduzido por um chefe tirânico e pérfido que submetia o Ceará a mais cruel das dominações. A finalidade precípua desses escritos era a de chamar a atenção da opinião pública nacional para os desmandos a que o estado era vítima, congregando forças que pudessem se opor à continuidade daquele arranjo político dominante. Os autores de tais documentos eram oriundos, basicamente, do grupo político chamado de “republicanos históricos”, ou seja, os que se tornaram figuras proeminentes quando da instalação da República, mas que foram paulatinamente marginalizados à medida que o regime se estabilizava e retornava às rédeas dos grupos políticos mais tradicionais. Muitos dos republicanos históricos, dentre os quais Antônio Sales, Justiniano de Serpa, Antônio Bezerra de Menezes, Solon Pinheiro e Clarindo de Queiroz, foram exilados

ou se auto-exilaram diante da nova configuração de poder que não lhes abria mais espaço no cotidiano político local. Esse fato, obviamente, contribuiu para tornar mais acirrada a oposição deles relativamente ao governo Acióli.

A mais contundente dessas denúncias foi o volume *Babaquara: subsídios para a história da oligarchia do Ceará* (publicada em 1912, mas escrita em 1910) de autoria de um certo Martim Soares, a quem a crítica especializada atribui como pseudônimo de Antônio Sales (BOIA, 1984; BARREIRA, 1948). No livro, o *Babaquara* é o próprio Acióli, caracterizado fisicamente como “figura horrenda”, portador de todos os vícios, vaidoso ao extremo e obcecado pelo poder. Já o autor, que se protege sob o pseudônimo de Martim Soares, o faz referindo-se à figura do “fundador do Ceará”, Martim Soares Moreno, figura meio histórica e meio mítica, um dos protagonistas do romance *Iracema* de José de Alencar e que passou à historiografia mais tradicional como personagem fundador nos mitos de origem sobre o Ceará⁷⁰. Até aqui, nada de original. O tirano Acióli é como todos os tiranos: feio, paranoico, ardiloso. Seu contendor é como todos os heróis: denuncia a injustiça sobre a terra e invoca a proteção de outros heróis. Ao longo da narrativa, o autor vai explicitando a trama na qual se funda a narrativa: Acióli, tal como o príncipe de Maquiavel é fruto da *virtus* (ou seja, de uma vontade inabalável e sedenta de poder) e da *fortuna* (das circunstâncias favoráveis que sempre lhe bafejaram a sorte). Sujeito intelectualmente medíocre, ascendera politicamente pelo casamento de interesses com a filha de um tradicional chefe político local, o Senador Pompeu. Diante da fraqueza de seus cunhados, assume a herança política do sogro com a sua morte. Manipulador e interesseiro, postou-se ao lado dos interesses dominantes, sem preocupar-se com as reservas de consciência ou a integridade das suas ideias (que nunca as teve). Ao chegar ao poder, persegue os inimigos e constrói em torno de si um esquema de dependência com os chefetes políticos locais que lhe devotam obediência por temê-lo. Está sempre às boas com as situações nacionais e, no que é de seu interesse, não hesita em partilhar as benesses de seu domínio com o seu grupo familiar mais restrito, formado de imensa parentela, que chama de “árvore oligárquica”.

⁷⁰ Em 1903, o Instituto do Ceará promoveu uma série de comemorações do “Tricentenário do Ceará”, inclusive publicando um tomo especial de sua revista. Os artigos, em geral, trataram de mitificar a figura de Martim Soares, que foi identificado como o “fundador do Ceará”. Cf. AMARAL, Eduardo Lúcio G. **Política e intelectuais no Instituto do Ceará**. Dissertação de mestrado. São Paulo; PUC, 2002;

Numa das passagens mais interessantes do livro, o autor reproduz uma entrevista feita com um chefe político interiorano que não deseja se identificar. Esse tal chefe político é chamado de “homem de fortuna e de bons sentimentos”, mas, na prática, apoia a política aciolina. Indagado a respeito de tal posicionamento, o chefe político responde:

“Compreendo a sua estranheza e sei que mereço as suas recriminações. Eu e todos os chefes do interior detestamos esta política de ódios e corrupção, e desejamos ardentemente um novo estado de coisas. Si a apoiamos é por instinto de conservação. É melhor devorar que ser devorado.

“Si recusamos apoio a Accioly, elle não trepidará em entregar o municipio a peor gente, escolhida a dedo para nos hostilizar pelos meios mais violentos e indignos. Eu tenho meus bens, minha família e todos os meus interesses. Como opposicionista não teria garantia alguma, seria exautorado, perseguido, e, afinal, para não perder a vida, depois de ter perdido a minha pequena fortuna, seria obrigado a mudar de terra. Mal com elle, peor contra elle. Livrem-nos da oligarchia e todos nós exultaremos com isso”. (SOARES, 1912, p.23)

Enfim, os tentáculos do aciolismo surgem como eivados de uma eficácia tamanha, que dele ninguém conseguiria escapar. Todo o espectro das alianças que sustentam a oligarquia são arranjos motivados pelo medo. Se, por um lado isso revela sua eficácia como estrutura de poder, também pode revelar uma fraqueza, já que corrompida por dentro, isso é, no apoio que lhes dá os chefes do interior, não tardaria a ruir pela falsidade e superficialidade dessas mesmas alianças. Enfim, o que se manifesta nessa narrativa é o despotismo de Acióli, com todos os seus ardis e estratégias mais baixas de corrupção e manipulação, visando a sua própria eternização como presidente estadual. Na narrativa não falta nada: existem as vítimas inocentes da perseguição aciolina, os juízes venais, a malta de bajuladores, os jagunços sádicos, a parentela acomodada e preguiçosa, vegetando à sombra de seu protetor. Também existe o povo cearense, um dos protagonistas da trama, no qual o autor confia que possa levantar-se contra tal estado de coisas.

O chefe político interiorano, homem “de bons sentimentos”, reconhece que merece de Martim Soares “as suas recriminações” e justifica seu posicionamento por uma estratégia de cálculo político: “é melhor devorar que ser devorado” ou “mal com ele, pior contra ele”. Sua representação condiz com a dimensão moral da retórica política, mas diferentemente do que se apresentava até então, vazada inversamente. Aqui já não é a coragem ou a defesa da honra que se destacam, mas a covardia. O

chefe político se refugia no anonimato para esconder a vergonha da sua tibieza de caráter. Não quer por em risco os seus interesses, a sua vida, etc. Em todo caso, o recurso à moral continua a fazer parte do discurso da política: seja para diferenciar os bons dos maus, como também os fracos dos fortes.

Para além da necessidade de averiguar a veracidade ou não dos argumentos de Martim Soares, basta considerar que tal narrativa se consolidou como a “versão” mais acabada ou mais aceita daqueles eventos, seja pela posteridade mais imediata, como também pela historiografia pouco mais recente⁷¹. Isso se deve por razões cuja apresentação talvez não se esgotem aqui, mas cumpre salientar que, na disputa entre duas versões possíveis de um mesmo “acontecimento”, a que associa o aciolismo à perfídia e ao descalabro moral assegurou para si um estatuto de verdade, mesmo que provisório ou sujeito a correções. Por outro lado, as versões mais favoráveis à reputação de Acióli são imediatamente vistas como deformações da realidade, como discursos ideológicos, propriamente ditos.

Contribuem para isto, duas questões muito próximas uma da outra. A primeira é a de que a historiografia assimilou o aciolismo ao modelo político oligárquico e tradicional que viria a cair em descrédito a partir de 1930. Ou seja, o aciolismo passava a ser o supra-sumo do retrocesso, o conjunto das práticas políticas mais detestáveis, exatamente por se considerar que ali se manifestava, propriamente, uma representação acabada da “República Velha”⁷². Curioso é pensar que ao longo da República Velha, no Ceará, outras formas de exercício do poder político foram postas

⁷¹ Na mesma linha do livro de Martim Soares, existem também outras denúncias do mesmo jaez, Cf: PESSOA, José Getúlio da Frota. **O Olygarcha do Ceará: a chronica de um déspota**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1910 e BRIGIDO, João. **Eleição senatorial do Ceará – candidatura de Pedro Augusto Borges sob os auspícios de seu successor**. Fortaleza: Typographia Universal, 1904; MACEDO, Joaryvar. **O Império do Bacamarte**. 2ª edição. Fortaleza: UFC / Casa José de Alencar, 1992; GALENO, Alberto. **Território dos Coroneis**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1987; MONTENEGRO, Abelardo. **História do Cangaceirismo no Ceará**. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1955; FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963; ARAGÃO, R. Batista. **História do Ceará**. (4º volume). Fortaleza: IOCE, s/d; BARROSO, José Parsifal. **Uma história da política do Ceará**. (1889-1954). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984; GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 3ª edição. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971; CASTELO, Plácido Aderaldo. **História Política do Ceará**. Série Cadernos Parlamentares. N.2. Fortaleza: Editora Jurídica, 1963

⁷² “O Ceará é, dentre todos os estados do Nordeste o mais encarniçadamente oligárquico”. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 (p.55). Para Faoro, tinha o Ceará “a mais bem estruturada máquina política do norte”. FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. *op. cit.* (p.642); “O Ceará é conhecido por uma longa história de dominação de feição tradicional. (...) Os Acióli (...) configuram-se como grupo familiar emblemático da dominação oligárquica no país”. LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder**. São Paulo e Fortaleza: Annabume e Edições UFC, 1996 (p.17);

em práticas, em bases muito similares à chamada estrutura oligárquica, mas, sobre essas outras práticas não pesou a denúncia moralizante do discurso, seja ele da história ou da política. A segunda é a de que os adversários do aciolismo, em sua maioria, consolidaram-se institucionalmente nos espaços da produção do discurso histórico (principalmente no Instituto do Ceará, mas também em outros espaços de distinção, como a Academia Cearense de Letras) e assim, tiveram a oportunidade de difundir suas perspectivas políticas de maneira mais efetiva. O caso de Antonio Bezerra, membro fundador das duas instituições citadas parece ser o mais óbvio, mas há outros mais. Também houve aqueles, que apesar de não tomarem parte em nenhuma instituição produtora de discurso, puderam ser reabilitados após a queda de Acióli e se mantiveram firmes na construção de uma memória que, ao mesmo tempo, depreciasse o legado de Acióli como valorizasse o fardo de seu próprio sofrimento passado, como é o caso de Solón Pinheiro.

Esse político, exilado do Ceará pela perseguição perpetrada por Acióli, procura, a partir de sua queda em 1912, reatar os contatos com a política local por intermédio da organização de um novo partido, que agrupasse os elementos da oposição e sustentasse o novo governo eleito, o do coronel Franco Rabelo. Contudo, diante da recusa da Assembleia Legislativa (dominada por elementos fieis ao aciolismo) em reconhecer Franco Rabelo no cargo, se desenhava uma composição partidária reunindo aciolistas e rabelistas. O preço de tal composição era o loteamento da administração pública. Tal perspectiva, que prometia jogar por terra todo o esforço da oposição na derrubada de Acióli, angustiava Solón Pinheiro que numa carta endereçada a Antônio Martins, expressava a sua preocupação:

“Eu, em verdade, meu caro Antonio Martins, não posso crer nesse congraçamento com os accioly, porque entre nós e elles, há um mundo de incompatibilidades, de incompatibilidades absolutas como o desses cadáveres, recentemente extendidos entre nós, como victimas e elles, como algozes.

“(…)”

“A nossa política democrática e liberal que é, não pode recusar ninguém, tanto mais quando, no campo adverso há elementos de valia.

“Mas, não se permita que os novos correligionários – os adhesistas do 25 de janeiro em diante – entrem em nosso partido, expulsando os nossos velhos companheiros de ostracismo, muitos de 1892, como incredivelmente ocorre em diversos municípios, mormente no sul do estado. Além de ser isso uma injustiça clamorosíssima com amigos tão leaes e devotados, nós nos constituiríamos em seus algozes, verdadeiros fraticidas”. (PINHEIRO, 1912, p.5)

Na realidade essa viria a ser apenas a primeira das várias ocasiões em que as duas facções (aciolistas e rabellistas) compuseram entre si com a finalidade de dar suporte a um dado governo estadual. O que estava em jogo era a disputa pelos cargos e o loteamento da administração pública, condição necessária do exercício do poder político. Não havia, na prática, nenhuma diferença radical entre as duas facções, pois que ambas se compunham de elementos provenientes da mesma origem social, com formação intelectual similar e compartilhando uma mesma compreensão das finalidades e objetivos da política. O que, decisivamente os distinguia era a identidade de grupo remetida aos acontecimentos de 1912. Ser aciolista ou rabelista não significava deter uma compreensão e uma atitude política diversa, mas significar a herança transmitida pela memória daqueles fatos. E, nesse sentido, remetem a questões mais morais que de quaisquer outras ordens, como se vem argumentando.

O uso dessa memória que leva à construção de uma identidade de grupo conheceu tempos e estratégias distintas, conforme a ocasião. Vêm à tona nos períodos em que as facções se encontram cindidas; submergem assim que as mesmas se encontram reunidas. Na carta de Solón Pinheiro tal ambiguidade está evidente. Muito embora considere haver entre os aciolistas e os anti-aciolistas “incompatibilidades absolutas”, não cogita prescindir do apoio dos adversários em dadas situações concretas, ou seja, para lograr alcançar os seus fins, reconhece não poder “recusar ninguém”. A oposição entre os grupos não é, de fato, objetiva, mas se consolida apenas no recurso à dramatização do discurso político. Eles, os aciolistas, são os “algozes”. Os anti-aciolistas são as suas “vítimas”.

Entretanto, retomando o ponto anterior, muito embora a perspectiva da defesa do aciolismo não viesse a alcançar no discurso da política a condição de argumento “verdadeiro”, é bem verdade que no tempo que se está a referir, as possibilidades para tal ainda estavam em aberto. Ou seja, entre os anos de 1916 a 1930, ambas as perspectivas disputavam esse estatuto de verdade e nada havia de certo que pudesse fazer pender para um ou para outro lado essa condição. Durante o governo Franco Rabelo (1912-1914), procurou-se soterrar a memória de Acióli, inclusive ressignificando certos espaços urbanos que faziam referência ao político derrubado. Assim, por exemplo, a *Avenida Nogueira Acióli* teve o seu nome mudado para *Avenida*

Franco Rabelo, numa clara demonstração de que se colocava em curso uma acirrada disputa pela memória daqueles acontecimentos.

Mas, com a queda de Rabelo em 1914, a facção aciologista retornava à baila da disputa pela memória com todo o vigor. Em 1916, os aciologistas finalmente reorganizaram o seu antigo partido, o PRC, e a partir dele se apresentaram como herdeiros políticos do antigo líder. Numa tentativa de reabilitação da figura pública de Acióli, o professor Raimundo Gomes de Matos escreveu um longo panegírico em sua homenagem e que veio a público n’*O Jornal* em outubro de 1916, exatamente um dia após a refundação do PRC. Gomes de Matos era professor da faculdade de Direito, nomeado para tal função por Acióli, nos idos de 1903. Agora, com a retomada do aciologismo, procura posicionar-se favoravelmente a seu amigo, a quem servira como correligionário.

Gomes de Matos abre assim o seu panegírico:

“Haverá por ahi quem tenha a coragem de homenagear ainda o velho presidente deposto? Haverá por ahi quem não tema sacrificar-se, rendendo um preito de admiração ao velho chefe que foi e já não é, homem que era hontem quase deus e é hoje quasi nada?

“Haverá por ahi quem ainda glorifique esse semi-deus que outrora obrou milagres, quer era o ídolo de seu partido, o orgulho de seus amigos, sendo agora um réprobo, um proscrito, para os que mais o bajulava, e mais comiam da seara de seus favores?

“Há, sim, porque em toda a parte, em todos os tempos, apesar dos redemoinhos que passam, ficam sempre de pé, resistindo às intempéries, uns tantos indivíduos que ostentam satisfeitos a teimosia de sua sinceridade e por isso mesmo são esmagados pela pata bruta dos amigos ursos, para que triumphem os canalhas, especuladores de situação, os traidores miseráveis, os Cains, a quem Dante, na Divina Comédia, condemnou ao supplicio do gelo quando mereciam o martyrio de comer esterco destinado aos trapaceiros.”⁷³

O processo de reabilitação pública de Acióli, que Gomes de Matos procura construir, se baseia na dicotomia entre coragem (de assumir uma posição aparentemente desconfortável) e covardia (de se ocultar no conforto das opiniões correntes). O discurso da política, como se tem demonstrado, lança mão de sua habitual dimensão moral com uma finalidade retórica bastante clara. E é por intermédio dos argumentos morais que o autor dá significado a um dado acontecimento: a história retoma, no discurso da política, a sua velha função de tribunal das reputações. Aquilo

⁷³ GOMES DE MATOS, Raymundo. “Editorial”. In: *O JORNAL* (Fortaleza) de 11 de outubro de 1916;

que antes parecia ser um interdito, ou seja, aventar fidelidade a uma causa derrotada, agora parece permitido. Aqueles que foram incapazes de suportar as consequências dos seus posicionamentos, que por fraqueza de ânimo ou por conveniência, se deixaram persuadir pelo lado do inimigo, que demonstraram o máximo pecado da ingratidão, agora devem ser punidos como reles “trapaceiros”.

Tanto no trecho citado de Solón Pinheiro, quanto nesse trecho de Gomes de Matos, observa-se a condenação – ou rejeição – à figura do “traidor”, do “adesista”, dos “especuladores de situação”. Os que traem não deveriam ser objeto de consideração pois eles empesteam as verdadeiras e “puras” reputações, são ingratos, são oportunistas e, no plano do discurso, são dispensáveis para a construção da boa política. O “resto” daqueles que se mantiveram “de pé, resistindo às intempéries” são, efetivamente, os únicos a ser objeto de consideração por parte do público, que deve saber julgá-los, norteando assim o que é a boa e a má política. Enfim, como se leu, um processo de reabilitação se inicia por um processo de condenação. Quem antes era “réprobo”, agora já não é mais e quem estava ao lado da situação, agora corre o risco de ser “condenado”.

Figura 2 – Primeira página de *O Jornal* de 11 de outubro de 1914.

O JORNAL

Orgão Independente

CIRCULAR A S SEGUNDAS, QUARTAS E SEXTAS A TARDE

ANNO I

Ceará — Fortaleza, Quarta-feira, 11 de Outubro de 1914

NUM. 14

HAVERA' por ahí quem tenha a coragem de homenagear ainda o velho presidente deposto? Haverá por ahí quem não tema sacrificar-se, fendendo um preto de admiração tão solenne ao velho chefe que foi e já não é, homem que era: homem quasi rei e hoje quasi nada?

Haverá por ahí quem ainda glorifique esse semi-deus que outrora chamou milagres, que era o idolo do seu partido, o orgulho dos seus amigos, sendo agora um reprobo, um proscripto, para os que mais o bajulavam e mais comiam da seara fartíssima dos seus favores?

Ha, sim, porque em toda parte, em todos os tempos, apesar dos reboleiros que passam, ficam sempre de pé, resistindo a intempéries, uns tantos convicções do seu credo, uns tantos indivíduos que ostentam satisfeitos e tímidos de sua sinceridade e que por isso mesmo são esmagados pela pata bruta dos amigos usos, para que triumphem os capitalistas, especuladores de toda a situação, os traidores miseráveis, os Cainas a quem Dante, na «Divina Comédia», condemnou ao supplicio do gelo, quando mereciam o martyrio de comer estorço destinado aos trapezistas.

Noutros eras, o 11 de Outubro era dia de festa estadual; Fortaleza, vinha longe ainda a loira madrugada; acordava ao estambrado de fogateação intensíssima.

Era o entusiasmo incoitado dos manifestantes, explodindo na bégua tomboante nos ares; era o clangor dos clarins suonando a alvorada; era o concerto das músicas que vinham roubar ao passado o privilegio de cantar ao sol que despontava; era a cidade quasi em peso que se erguia do leito, banhando o rosto, ás presas, e convergendo a *tallette* nova para, para associar-se a grande apothose que custava rios de dinheiro e semanas de um labor hercúleo.

Raros eram os que se ficavam em casa, guardando a compostura da sua situação política, tão certos que quasi se podem contar com os dedos das mãos.

No interior, *mutatis mutandis*, era a mesma festa, ruidosa e impetuosa, e o telegrapho tribulava dias consecutivos na recepção de copiosissimo serviço.

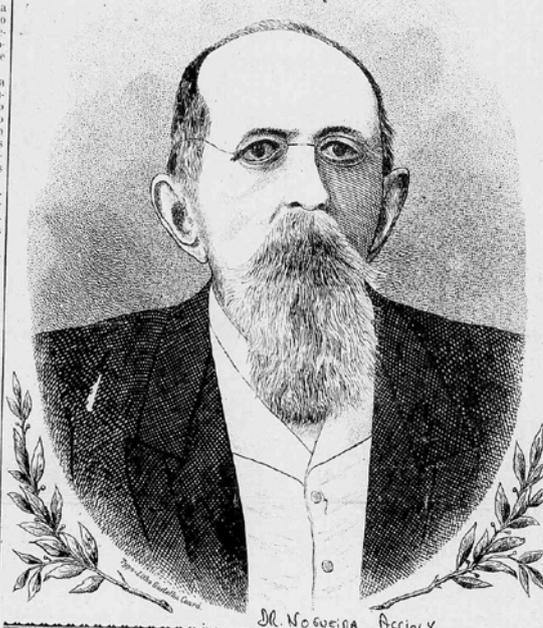
O ho era portador de abraços, felicitações, parabéns e protestos de solidariedade incondicional.

Eram os chefes, á frente da câmara respectiva, chegando logo ao esopino da roqueira da sua exultação patriótica que nunca passou de servilismo detestável; eram os magistrados (com poucas excepções), as professoras que ferriam o dia e até os despretiosos e dissidentes locaes, que apesar da pouca consideração em que eram tidos, conforme confessavam, traziam tambem o contingente do seu affecto ao vulto majestoso da crocha, «que colhia mais semente do jardim da sua preciosa existencia».

Ela assim que se commemorava o natalicio do sr. Dr. Nogueira Accioly, o homem que dominou verdadeiramente o Ceara, o unico que teve prestigio real no regimen republicano, aquelle que era o alto no ponto de ter o laço do honro no lombo das estrellas e nos pés nas barbas dos seus thuriferarios.

Os multitos, que não compunham o epitome de civismo, sabem bem o que significa o 11 de Outubro do que o que trahido o 7 de Setembro ou o 15 de Novembro.

Hoje, todos elles, praticantes e práticos, esqueceram a data magna, não só por conveniencia, como mesmo porque aquas pagas não tãngem miltão».



Em o ensinamento do *hodie militi cras tibi*.

Que importa que lhe tenham osculado as mãos, em agradecimentos aos obsequios recobidos, que trouxeram o seu retrato pendente á corrente do relógio, para a convenção de que eram os mais feis?

Tudo passa sobre a terra, menos a verdade imprecivel das cousas que a História recolhe cuidadosamente, como liches antipathissimas aos individuos e aos povos.

O historiador de amanhã quando reportar-se á vida privada do venerando cidadão, aos seus repetidos governos, terá de pôr em alto relevo as qualidades que o caracterizam.

E cedo ainda para proferir-se uma palavra sequer sobre o conferente eminent, porque as poixes continuam muito accasas e desenroladas, se bem que atenuadas para muitos dos seus mais terribes adversarios, que já comecam a render-lhe a devida justica, lastimando todos *una voce*, a crise de caracter que ora atravessamos, manquejando, tropeçando e caindo como barro queiro que procura vencer um atoleiro.

O 24 de janeiro — termo de sua vida combativa na arena da politica — forneceu exemplos valentes de varios typos, limpos de corpo e imunidos de sentimento, que vivem gemidos ante os guardas do poder com a sabedoria do beduíno atirado ao Sahara, fazendo contractas alibôças a Allah.

Serviu para provar que o maior inimigo da vespera — o sr. João Brígido — aquelle que na campanha contra o acciolyismo fez de rãmbão potente, vomitando o logo mortifero do «União

rio, procedeu mais humanamente, mais nobremente do que os adversarios pigmeus que, no quartel federal, na manhã de 25 de janeiro, berravam, pedindo a cabeça dos principaes da familia derribada.

Serviu tambem para demonstrar que o eslanizador Accioly, derribado por uma revolução inesperada que durante tres dias fez logo cerrado sobre palacio, deixou em hora os papéis da sua administração, principalmente os do thesouro, tendo o secretario da Fazenda, sr. Joaquim Magalhães, em breve prazo, publicado balancete completo com o saldo de mil e tantos contos, nota circunstanciada do debito contabilmente na Europa, havendo então presidente, coronel Carvalho Motta, distribuido 12.000 francos, para o seu filho dr. Waldemar verificar em que condições se firm o emprestimo no estrangeiro, como se evidencia no «Unitario n.º 1789 de 1.º de Setembro de 1914.

Era o sr. Accioly um perulador da publica fortuna, distribuidor-a com amigos e parentes, assim rezavam as folhas inimigas.

E sabia o povo que elle aqui ficou a dever a quantia de . . . 231.000.000 a diversos credores, aos srs. Carvalho Motta, dr. Brando Thomaz Motta, dr. Thomaz Pompeu, Barão da Ceará, Jovino Pinto e J. Lopes & C.º que pagou em parte porque vendeu todas as suas propriedades».

Era immoral o seu governo, bravavam todos, mas os seus oponentes eram mais barotes, seus impostos mais modicos e o seu funcionamento publico chegou a situação vergonhosa de transaccionar *pefictiss* com 25%, 30%, 40% e 50% de desconto.

meio de forcementos indecorosos de bolacha e bamba de porco. A responsabilidade da sua longa accão nos destinos desta terra era exclusivamente sua, sendo o autor moral de tudo que se passava dentro dos limites do Estado, da surra que o soldado de policia indisciplinado applicava no chiro valentissimo da feira do Crato, do accordo anti-juridico proferido pelo tribunal da Relação, ou do assassinato que o cangeeiro profissional praticava na estrada errua, do seriao inacessivel.

—Durante um quarto de seculo, seu nome vem ligado aos acontecimentos mais palpantes da nossa vida politica e mesmo desthronado, uma palha não se tem movido sem á sua intereuncia muito directa.

Vem Thomaz Cavalcanti ao Ceara levantar a candidatura Bezzeril e traz na carteira a lista dos chefes aos quaes devia dirigirse para combater o rabelissimo, que se erguia victorioso e indomavel; é preciso reconhecer Franco Rabelillo e isto só se consegue porque elle consegue arrastar uma minoria da assembleia, embora quasi matando de desgosto a maioria dos melhores legionarios e ven a idea de derribar aquelle presidente armando o braco dos «mansos cordões» e ele é ouvido e attendido, organizándose no Rio na *confidè* e de tres membros, com elle dentro, agora os marrietas precisam tapar os buracos da nuu que vêm pulando por mar o seu grupo formando uma fusão, depois de mil hostilidades.

A palavra do chefe decalhou tãmbem o valor de uma escritura de hypotheca e eis ali um dos traços

Inumeras responsabilidades assumiu, só para salvar amigos de aperturas horribes; os mesmos que hoje lhe puxam a corda no pescoco, o que muito contribuiu para os mais justos ataques á sua pessoa.

Não o delatamos dos erros que commetteu, em virtude da sua tolerancia que não sabia responder com um nato a pretensões descabidas, tenha agido ou não sob a influencia ou suggestão do filho Fulano, do genro Sicrano, ou do mais intimo e leal amigo.

Verdadeira caixa de segredos, ninguém ha no Estado que colheça melhor a vida de cada um, depois sua deposição, embarcaram para o Rio dezotto milhas contendo o seu archivo preciosissimo, cuidadosamente bem organizado, ficando ainda aqui, em mão segura, dois cofres que nunca mais se abriam!

E quem já ouviu revelações da sua bocca?

Si quizesse pulverisar individuos que andam canonizados pelas aulas politicas, outros que ostentam riquezas nababescas, fallaria apenas exhibindo documentos esmagadores.

Entretanto, embora os pezozes, não ha quem lhe saça uma queixa, quem lhe testimonie uma ausencia atrevida, quem lhe presente um gesto de ameaça... Triunpha a revolução jaguica para o qual elle tambem correu e houve quem lhe escrevesse pedindo ordem para exercer a vingança do sangue e a respectiva loi em conselho presidente.

Esmagado pela fatalidade historica, ainda hoje espiritos atraçados e lacrimas accusam no pezos efectos da secca, da reluctancia do ministro Calogeras, não enviando socorros aos flagellados e ha de ser abduo o culpado por mil desgraças que hão de vir.

Mas a verdade triumphará afinal, através dos tempos, afirmando aos posterios o que elle foi e que podera, ser despojado de tanta força, numa terra de gente tão ruim, tão subserviente, que hesitava para ser agradavel, que hesitava para ser cruel, que hesitava e esfolia para fazer carreira.

O JOEAL, saúdo o egregio cearense, formula votos pela sua prosperidade, certo de que os espiritos sensatos o applaudirão, visto não se tratar de uma homenagem adúltera a quem possui nos seus atos a firmeza das graças, mas a quem, no exilio, sorve a longos tragos, o calix amargo da ingratidão e dos traçozes.

O JORNAL

DIRECTOR
GOMES DE MATTOS
VICE-DIRECTOR
CARVALHO JUNIOR
GERENTE
J. MARINHO

FLECHAS E METRAS

COURAS VILLAS E NOVAS

Candidatos victimas

30) Dr. Cesar Cals, candidato a medico da cidade de porço, victima do sr. Oberkov.

31) Dr. João Perdigão, candidato á vice-presidencia no cargo de secretario da Relação, victima do padre Joaquim.

32) José Frederico de Andrade, candidato á oitava de honra, victima de sem commutação; Benjamin Barreto, candidato a uma provincia victima do sr. João Thomaz.

33) Dr. Ray Monte, candidato a deputado estadual, victima dos patetizantes antipathicos.

34) Dr. Nelson Geivot, candidato á thesa politica, victima do *luta* rã.

35) Dr. José Carlos de Carvalho, em debito á commutação no porço.

MUTILADO

Fonte: O Jornal (Fortaleza).

Não se deve, contudo, surpreender-se demasiado com tais considerações. O discurso da política, evidentemente, se até ao momento presente, mesmo quando se reporta ao passado. Ele propõe uma incessante atualização dos significados no tempo, como instrumento de alcance de seus objetivos mais imediatos. As opiniões são como folhas caídas ao sabor do vento e o que hoje é assente, amanhã poderá não mais ser. O cálculo político é arte difícil, instalado em seara movediça, e caminhar em segurança por estas sendas é impossível. Ainda mais quando se tratava de um universo político evidentemente estreito, como aquele que se apresentava no Ceará nos idos de 1916. Ao invés de partidos, havia chefes; nenhuma posição era defensável, pois que todas elas desmoronavam frente às circunstâncias, construídas ou supostas, que se apresentavam às ambições mais imediatas. Nisso reside, como se leu, a função da moral no discurso da política, já que ele permite fazer alguma distinção entre “nós” e os “outros”, que de outra maneira – digamos, que mais “objetiva” – seria impossível. Ocorre também que tais distinções não se sustentam no tempo: quem hoje é “mau”, pode vir a ser “bom”, conforme lhe bafeje ou não o vento da fortuna.

Quando Gomes de Matos pergunta se “há por aí quem não tema sacrificar-se”, na realidade, faz uma pergunta retórica. Quem não haveria de temer o sacrifício de sua reputação em prol de um chefe derrotado? O destino desses “indivíduos que ostentam satisfeitos a teimosia de sua sinceridade” é ser, como diz o autor, “esmagados pela pata bruta dos amigos ursos”. E não se pode esquecer o que disse o “chefe político interiorano de bons sentimentos”, entrevistado por Martim Soares: “é melhor devorar do que ser devorado”. O caráter do texto, como se lê, é a de cálculo político também. Gomes de Matos tem consciência que o antigo partido aciologista se reorganizou e que conta com quadros poderosos, principalmente de correligionários no interior. Não pretende, obviamente, estar em maus lençóis⁷⁴ e procura firmar com a facção aciologista

⁷⁴ Quando se propõe a uma “ciência dos fatos intelectuais”, Pierre Bourdieu dá primazia a uma análise da posição dos intelectuais e artistas na estrutura da classe dirigente, ou relativamente a esta estrutura e, em segundo lugar, a uma análise das posições que os grupos se colocam na estrutura do campo intelectual e do poder. Neste sentido, não hesita em afirmar que a posição dos intelectuais e artistas na estrutura da classe dominante é de “dependência material e impotentes politicamente diante das frações dominantes da burguesia de onde seus membros se origina e da qual participa, se não por suas relações familiares e círculos de amigos, pelo menos por seu estilo de vida”. A ambiguidade da posição do intelectual força-o a manter “uma relação de ambivalência, tanto em relação à classe dominante, como com o das classes dominadas”. BORDIEU, Pierre. “Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe”. in: **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, s/d (p. 194);

as melhores relações. Condenar os réprobos é instrumento retórico. Na prática, como escreveu Solón Pinheiro, “a nossa política democrática não pode recusar ninguém”.

Retomemos, contudo, a apropriação que a política faz da história, principalmente sob a compreensão de que essa é um “tribunal de reputações”. Depois de muito lamentar a covardia daqueles que esqueceram o velho chefe político e que se refugiaram no conforto das circunstâncias de momento, Gomes de Matos, asseverava que:

“Tudo passa sobre a terra, menos a verdade imperecível das cousas que a História recolhe cuidadosamente, como lição sapientíssima aos indivíduos e aos povos.

“O historiador de amanhã quando reportar-se à vida privada e política do venerando cidadão, aos seus repetidos governos, terá de pôr em alto relevo as qualidades que o caracterizam.

“É cedo ainda para proferir-se uma palavra sequer sobre o conterrâneo eminente, porque as paixões continuam muito acesas e desenfreadas, se bem que atenuadas para muitos dos seus mais terríveis adversários, que já começam a render-lhe a devida justiça, lastimando todos una voce a crise de caráter que ora atravessamos, manquejando, tropeçando e cahindo como um burro cargueiro que procura vencer um atoleiro”.⁷⁵

Facilmente se identificam nesse trecho algumas das questões mais candentes que caracterizam o processo de apropriação do discurso da história pelo discurso da política, ou seja, que tratam de sua instrumentalização, como foi aventado anteriormente. Por um lado, Gomes de Matos salienta as *funções* a que se presta a história numa situação em que se disputa o estatuto de verdade de um dado evento. Nessa perspectiva, a história cumpriria não somente o papel de ser uma “mestra da vida”, como também a de estabelecer as reputações dos sujeitos históricos, funcionando assim, como um “tribunal das consciências”. Por outro lado, o autor remete ao *estatuto social* da história, considerada como instância de revelação da veracidade do sentido dos acontecimentos. E, finalmente, não deixa de se reportar à *produção* do conhecimento histórico, considerada – apesar de problemática num primeiro momento – infalível no decorrer do transcurso do tempo.

Ou seja, as questões lançadas por Gomes de Matos revelam a perenidade de uma certa perspectiva mítica das funções, do estatuto e da produção do

⁷⁵ GOMES DE MATOS, *op. cit.* (p.1)

conhecimento histórico. Ao dirigir-se à história, o faz como *ultima ratio*, como instância decisiva de sua argumentação, fazendo dessa algo irrefutável, indiscutível e, finalmente, verdadeiro por si só. Ainda que a “crise de caráter que ora atravessamos” venha a temporariamente suprimir o senso de justiça, ela mesma não seria capaz de obnubilar a real significação dos acontecimentos pretéritos, pois que a verdade encontraria canais de manifestação, independente das paixões “acesas e desenfreadas”. Tais enunciados, como bem se percebe, estão eivados de um senso dramático bastante evidente, como se poderia supor. O autor, que lança mão de várias estratégias consagradas de argumentação, está sempre interpelando seu leitor, procurando sensibilizá-lo para uma injustiça, emocioná-lo ao sugerir uma terrível infâmia perpetrada contra um homem inocente por algozes mal-intencionados, os “canalhas, especuladores de ocasião, os traidores miseráveis, os Cains...”.

Na medida em que o discurso da política se bate por um estatuto de discurso “verdadeiro”, procura legitimar esta aspiração lançando mão de diversas estratégias argumentativas. Dentre essas estratégias estão o recurso à autoridade da ciência ou ao julgamento da história, como foi o caso da tentativa de reabilitação de Acióli. Entretanto, tais recursos à autoridade, só reforçam a condição precária de legitimidade ou de verdade do discurso da política. Isso ocorre por diversas razões.

É preciso salientar que o discurso da política é inequivocamente parcial, engajado e se volta para as situações de conflito aberto pelo poder. Quando procura interpelar o leitor, quer delimitar as fronteiras identitárias entre os grupos rivais, procurando se colocar numa posição moralmente correta. Ou seja, o “outro”, o “rival”, o “inimigo” é sempre culpado dos piores sentimentos e intenções. O recurso à moralidade é uma característica fundante desse discurso e conseqüentemente, atenta contra a sua suposta veracidade.

Ora, na medida em que o recurso à moralidade é uma condição necessária ao discurso da política, isso o força a se manter na superfície das análises, sem conseguir superar o jogo de aparências a que se sujeita. Se cada uma das facções se arroga como sendo o “lado bom” e acusa o outro de ser o “lado mau” do conflito, cai-se, irremediavelmente, num relativismo ético de difícil superação. Os critérios de julgamento baseados na moral são todos de ordem subjetiva, pois tais critérios são de precário discernimento. Se cada um dos lados alega deter a verdade dos eventos que

são narrados, se cada um pretende possuir a correta justificativa histórica de sua trajetória, como arrogar-se possuidor do estatuto de verdade?

Não é sem sentido, que a eloquência faça parte do “pathos” da retórica política, pois ela é necessária na medida em que “dramatiza”, “sensibiliza”, “emociona” o leitor. Se o estatuto de verdade do discurso da política é precário, outros elementos argumentativos devem entrar em cena para que a retórica cumpra o seu papel que é o de convencer, de arregimentar, de mobilizar, enfim, de “chamar à ação”. A efetividade do discurso está acima da sua veracidade; cumprir a sua função e mais importante do que, realmente convencer a partir de recursos lógicos, de uma argumentação coerente.

Ora, o discurso da política é problemático porque o mundo ao qual se refere também o é. Não se quer dizer com isso que o discurso é espelho ou dissimulação do mundo, mas sim, que ele é representação de práticas ocorridas objetivamente. Se tais práticas, ao final, são relativamente comparáveis e parecidas, isso se dá porque os produtores do discurso (jornalistas, classe política, intelectuais, etc) compartilham os mesmos padrões de gosto estéticos, uma similar formação educacional. Da mesma maneira, estiveram submetidos a comparáveis pressões, a similares engajamentos no conflito aberto pelo poder.

Na medida em que tais grupos (jornalistas, classe política, intelectuais) se reportam a um reduzido número de leitores capazes de decifrar, de se apropriar e de discernir os elementos em jogo no discurso, são levados a “jogar conforme as regras”. Ou seja, têm que satisfazer as expectativas de gosto, de eloquência, de efeito estético, de intensidade dramática, de agressividade, desses leitores. Qualquer tentativa de se romper com o padrão cai no vazio. Foi o caso das tentativas do jornal *O Sitiá*, que, ao buscar se colocar “acima dos partidos”, ficou sem leitores, sem repercussão nenhuma. O processo que leva à formação de um padrão de gosto (com a repetição incessante das mesmas estratégias) termina por tornar o discurso refém do padrão de gosto aceito.

Mas, efetivamente, em algum momento, esses argumentos passaram a não dar mais conta das exigências do público. O esgrimismo verbal, com toda a sua grandiloquência parnasiana, com seus arroubos e valentias, manteve a discussão política num nível relativamente muito baixo (embora, muito “expressivo”). Ao longo do tempo, o discurso da política, obviamente, iria assumir outras formas (mais simples,

direto, objetivo), mas, as décadas de 1910 e 1920 pertencem à época do beletismo bacharelesco, das lutas pela palavra, das paixões sanguíneas.

4 O SENTIMENTO DIFUSO DE CRISE.

As grandes filosofias da história, principalmente aquelas oriundas do século XIX, foram marcadas por teleologias. Ou seja, ao buscar um “sentido” ou “orientação” geral do processo, pensadores como Hegel, Comte, Spencer e Marx, privilegiavam um elemento condutor como razão última da história. Esse elemento condutor poderia ser, respectivamente, o *Espírito Universal*, o *Progresso*, a *Evolução* ou a *Luta de Classes*. Dentre esses, as noções de “progresso” e de “evolução” dominaram amplamente o universo intelectual brasileiro, rompendo as fronteiras da filosofia e da ciência e influenciando, particularmente, a retórica política.

“Progresso” e “Evolução” tornaram-se conceitos abrangentes, legitimando e justificando quaisquer argumentos, a favor de qual ou tal posição. Sob a ótica da retórica, propriamente dita, lançar mão desses argumentos significava estribar-se sob a autoridade da Ciência e da inevitabilidade de suas sentenças e previsões. Isso garantiria ao discurso (e ao seu emissor) prestígio social pelo fato de dotá-lo de uma “aura” de modernidade. Necessariamente, o positivismo foi a encarnação teórica desse otimismo científico, a ponto de romantizar a própria ciência, seus postulados e sua capacidade de ação. Esses argumentos obtinham êxito numa sociedade marcada pela estupefação ante os avanços científicos.

O seu oposto, o “atraso”, era a desqualificação perfeita ao oponente recalcitrante. São “atrasados” os povos não ocidentais; é “atrasada” toda defesa do conservadorismo e do tradicionalismo; “atrasado” é todo aquele que não se curva ao diagnóstico infalível da ciência: as práticas econômicas e políticas tradicionais, as “raças” não evoluídas, as sociedades não industriais. O duplo “progresso/evolução x atraso” dominou toda a retórica política brasileira entre 1870 e 1914. Sob sua legitimação a monarquia foi derrubada por ser um regime atrasado; a constituição de 1891 inspirava-se no modelo norte-americano, “progressista”; a miscigenação foi deplorada por identificar um povo fora da curva da evolução. Essa dualidade tudo explicava, justificava e legitimava. O problema nacional brasileiro estava no fato de ser o país “atrasado”.

O remédio? Para Lúcia Lippi de Oliveira,

“O pensamento dos autores que produziram seus trabalhos entre 1870 e 1914 foi dominado pelo sentido de atualização, de modernização. (...). Seu projeto era colocar o país ao ‘nível do século’, superar seu ‘atraso cultural’ e acelerar sua marcha evolutiva a fim de que o Brasil pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade. Outro traço que caracterizava essa geração era um ‘esforço de universalização’, em oposição à busca da singularidade, marca do romantismo” (OLIVEIRA, 1990, p.81).

As respostas para o enfrentamento do atraso tinham em comum a confiança no diagnóstico da ciência. Mas, a maneira adequada de enfrentá-lo variou conforme a filiação teórica de cada intelectual. Para o positivismo, em geral, fazia-se necessária a “modernização” técnico-científica do país. Tal modernização deveria ser levada a cabo por uma instituição apolítica, comprometida com a soberania nacional. Em contraposição, para o evolucionismo, muito mais calcado nas doutrinas raciais, a questão se resolveria com políticas de imigração (do homem branco europeu) e, conseqüentemente, de “clareamento” da população. Ambas as doutrinas pressupõem a necessidade da existência de um corpo técnico-científico capaz de liderar tais transformações.

Mas, a partir de 1914, e principalmente ao longo da década de 1920, o problema nacional brasileiro foi recolocado em outras bases. No caso particular da imprensa política, o otimismo cientificista cede espaço para um persistente sentimento de “crise”. Não que o cientificismo tenha sido abandonado como diagnóstico da realidade nacional, mas deu espaço a posicionamentos críticos ou céticos quanto ao poder transformador da ciência e das possibilidades do país em alcançar plenamente tal “esforço de universalização”. Diria, particularmente, que a ênfase na ideia de progresso deixou a centralidade das argumentações para tornar-se meramente uma figura de retórica. São os diagnósticos de “crise” que ocupam o seu lugar.

Esse sentimento de crise, obviamente, é disseminado em bases muito diversas, como uma reação a um estado de coisas que parece frustrar as esperanças de transformação. Ainda que todos falem em “crise”, o fazem de maneiras diferentes. “Crise” pode ter um aspecto moral, político, institucional, legal, ético, racial, etc. O objetivo deste capítulo é, desta feita, classificar e analisar cada um desses argumentos, sob os diversos prismas em que são vazados, tal como foram veiculados pela imprensa política cearense entre 1916 a 1930.

4.1. Retóricas da crise.

Para a historiografia brasileira de matriz marxista, o conceito de “crise” é central para a explicação do movimento histórico. Afinal, “crise” é desorganização, desequilíbrio, desarranjo de um modelo atravessado por contradições. Contradições tais que, num dado momento, tendem a se tornar insustentáveis, abrindo espaço (através de uma reforma ou de uma revolução) para a inauguração de outro arranjo de forças que por sua vez, conhece estágios de consolidação, maturação, desgaste, crise e revolução (ou reforma).

As argumentações que partem de Caio Prado Junior e alcançam José Honório Rodrigues, Celso Furtado, Néelson Werneck Sodré, Edgard Carone, Boris Fausto, Bresser Pereira e Francisco Iglésias⁷⁶, à parte suas diferenças conceituais, estão todas empenhadas em compreender a dinâmica estrutural da sociedade brasileira a partir desse método dialético. No contexto maior do pensamento historiográfico brasileiro, a contribuição desses autores corresponde à superação dos esquemas meramente evolucionistas, cientificistas e positivistas, que dominaram nosso cenário intelectual até a década de 1930.

No que nos interessa mais de perto, as teses explicativas da chamada “Revolução de 1930” assentam-se, *grosso modo*, nessa mesma dinâmica. O que antecede o irromper da revolução é uma crise. No caso, a chamada “Crise dos anos vinte”, termo consagrado por Boris Fausto⁷⁷, mas que foi similarmente compreendido por seus antecessores.

As deficiências do sistema eleitoral brasileiro, ao longo da Primeira República, são facilmente localizáveis pela historiografia especializada. Dizem respeito, basicamente a: restrição do universo dos eleitores, fragilidade dos

⁷⁶ PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004; _____. **História Econômica do Brasil**. 42ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994; FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 24ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991; SODRÉ, Néelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987; IGLÉSIAS, Francisco. **Trajatória Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 15ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987; FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. 16ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; CARONE, Edgard. **A República Velha**. São Paulo: Difel, 1972; RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965;

⁷⁷ FAUSTO, Boris. “A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930”. In: O Brasil Republicano, volume 2: sociedade e instituições. Org: Paulo César Pinheiro [et alii]. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Ler também: FERREIRA, Marieta de Moraes. “A Reação Republicana e a crise dos anos 20”. **Revista Estudos Históricos**. volume 6, número 11. Rio de Janeiro: FGV, 1993;

instrumentos de controle que atestem a lisura dos pleitos, fraude dos resultados pelos mais diversos expedientes, coação no exercício do voto, mercadejamento do voto, incapacidade de produção de resultados legítimos, vícios estruturais do próprio sistema (voto aberto, instituição da “degola” – ou comissão de verificação de poderes, cassação do direito de voto em razão de decisões judiciais), suspeição pública dos resultados finais, manipulação de resultados, etc.

Recai sobre as elites econômicas e políticas da época, em geral, a responsabilidade por tais deficiências, que seriam, assim, propositais. O sistema eleitoral é compreendido como mera formalidade com a função de legitimar os chamados “acordos pré-eleitorais”, ou seja, as composições já assentadas por essas mesmas elites dirigentes. Explica-se, em geral, tal situação, fazendo-se referência à estrutura socioeconômica brasileira do período em que predominam os interesses vinculados à grande propriedade rural, consagrando, no vocabulário político e sociológico, a figura emblemática do coronel. Esse coronel é o chefe local que compõe, com outros coronéis, uma política de compromissos: em troca da manutenção de certa autonomia local (controle dos empregos e das rendas públicas municipais, influência na escolha dos magistrados, delegados de polícia, fiscais do tesouro, etc), garantem ao situacionismo dominante os resultados de que precisam nos ciclos eleitorais⁷⁸.

Tal política de compromissos, ao que indica a historiografia, se estende desde o mercadejamento do voto no município até a consolidação de grandes grupos oligárquicos estaduais. A “colmeia oligárquica” se realiza plenamente na capital da república, centro nervoso da representação das oligarquias locais que, da mesma maneira, compõem-se em sistemas de poder baseado no peso relativo (populacional e econômico) dos estados. Enfim, o “sistema dos estados”, conhecido vulgarmente por “política dos governadores”, encontra as suas raízes numa complexa estrutura de poder disseminada por todo o país. Isso geraria, na prática, a formação de um situacionismo dominante quase impenetrável ao dissenso. A força estrutural do regime estaria assim, vinculada à manutenção dessa composição interestadual de oligarquias.

⁷⁸ Sobre o “coronelismo”, ler: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4ª edição. São Paulo: Alfa Omega, 1978; FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Volume 2. 15ª edição. São Paulo: Floblo, 2000; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O Coronelismo numa interpretação sociológica”. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Volume 3, tomo 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O Coronelismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981;

O desmoronamento da estrutura oligárquica explicaria, por sua vez, o processo de debilitação do regime, verificável a partir da década de 1920, quando se instalaria uma crise nesse sistema de poder. Essa crise, por sua vez, causa e razão das transformações políticas e institucionais da década seguinte, seria motivada entre outros fatores pelo: fortalecimento dos setores médios urbanos que se posicionam criticamente a respeito do sistema de poder vigente; insatisfação crônica dos setores da jovem oficialidade das forças armadas a respeito dos rumos do regime republicano; dissensões paulatinamente mais incontornáveis entre as frações dominantes dos setores oligárquicos; e tensão social advinda da mobilização política do proletariado urbano. A correlação e o equilíbrio das forças políticas caem por terra a partir de um evento externo: a chamada “crise da bolsa de Nova Iorque de 1929”. Ela teria o mérito de incompatibilizar os dois principais grupos dominantes – as oligarquias paulista e mineira – permitindo um rearranjo de forças, com a consequente intervenção do setor militar e a instauração de um novo regime político.

As categorias que norteiam tais análises são consagradas pela historiografia brasileira. O conceito de “crise” aponta no sentido da perda do equilíbrio do sistema. A introdução, no jogo político, de novas forças, oriundas de diversos outros grupos sociais, aceleraria tal desequilíbrio. Uma crise política combinada com uma devastadora crise econômica global enfraqueceria os setores dominantes, abrindo espaço para uma recomposição de forças, para um novo equilíbrio de poder. Da mesma maneira, a categoria “classe social” é um instrumento necessário para a composição de um quadro: as classes agem conforme seus interesses, sejam eles de que natureza forem (culturais, políticos, econômicos) e estão numa situação de tensão com outros interesses antagônicos, com outras classes sociais. A subversão da ordem estabelecida a partir de um desequilíbrio dos interesses em jogo é tratada como “revolução”, ou seja, como corte temporal que marca um novo cotidiano do poder e uma nova configuração do Estado político.

Ainda que tais interpretações tenham o mérito de construir um panorama das transformações sociais a partir das relações que os diversos grupos travam entre si, ou seja, a partir de um pressuposto de objetividade, de concretude da vida social, se ressentem, contudo, de uma visão intrínseca e não teleológica da experiência histórica dos sujeitos. O conceito de “crise”, por exemplo. Sob a perspectiva que, resumidamente, se apresentou, a “crise” é estranha aos sujeitos, ou seja, ocorre sem

que eles tenham dela uma percepção clara. “Crise”, no esquema adotado, é um instrumento conceitual, é aquilo que permite a compreensão das transformações estruturais a partir de sua ação desorganizadora. Mas, saliente-se, a percepção, ainda que difusa, de que se vivia uma “crise” era recorrente entre aqueles contemporâneos. Entretanto, a “crise” que eles vivenciavam e que dela, recorrentemente, tratavam, não era necessariamente a da desorganização das estruturas políticas ou econômicas vigentes. Falava-se em “crise” dos costumes políticos, em “crise” de moralidade, em “crise” de autoridade, de legitimidade, etc.

Sob esse aspecto, “crise” está mais ligado à ideia de “decadência”, de “desgaste”, de “corrupção”. Assim, pode ser significada a partir de perspectivas diversas. No caso específico do Ceará, no período compreendido entre 1916 a 1930, “crise” parece ser um diagnóstico comum a diversos grupos emissores do discurso da política. Quando, por exemplo, as análises políticas mais ligadas aos estratos dominantes, verificáveis a partir dos jornais partidários, falam em crise, podem se referir a duas coisas. Em primeiro lugar, à ideia de “fragilidade” da estrutura coronelística, cindida em dois grupos rivais: conservadores e democratas. Nessa ótica, a “crise” é dada a partir da falta de autoridade que nascesse da inexistência da coesão da classe política. Ressentem-se, muitas vezes, da figura do “leader”, do “chefe” oligárquico, fiador do bom funcionamento do cotidiano político. No período em questão, os presidentes estaduais funcionavam apenas como “fieis da balança” entre os partidos rivais. Tinham como objetivo a dissuasão do conflito aberto, a contemporização das tensões mais agressivas, a contemplação dos interesses políticos mais imediatos de cada um dos dois grupos. É mais um apaziguador, um elemento que procura a coesão em bases cada vez mais artificiais, seja articulando listas partidárias cada vez mais complexas, seja tentando contemplar interesses progressivamente antagônicos. Quem emite tais discursos, em geral, é partidário de um retorno à autoridade incontestada do “chefe supremo”. Fazem, assim, a apologia ou o apelo ao retorno a uma unidade oligárquica perdida num passado recente.

Ou, em segundo lugar, a “crise” é dada como ausência de legitimidade política e eleitoral. Esses discursos nascem sempre a partir de acusações agressivas nos períodos pós-eleitorais. Cada rival suspende a legitimidade dos resultados obtidos pelo outro, como fruto de corrupção, arbitrariedade, violência, fraude a que teriam sido impingidos os eleitores. Os resultados dos pleitos eram sempre postos em dúvida, não

só pelos setores que tradicionalmente se opunham à política coronelística, mas também pela própria classe política dominante. A referência constante às arbitrariedades alheias leva, ao final, a uma contradição: se as próprias classes dominantes são incapazes de aceitar o logro que, cotidianamente, fabricam nos períodos eleitorais, como se alcança um consenso mínimo que permitisse a acomodação de uma rotina de poder? Se o papel das eleições é meramente formal, ou seja, um protocolo ritualístico que legitima uma situação de fato, colocá-las em suspenso, significa comprometer todo o funcionamento do sistema. Ambos os partidos acusam-se mutuamente de “usurpadores”, de “falsários”, de “fabricantes de atas”. Apesar disso, são obrigados, pela lógica do situacionismo dominante, a compor alianças entre si. Alianças, obviamente, não muito estáveis e atravessadas por uma competitividade acirrada por cargos, por poder, por influência que os fortaleça diante do outro.

Essa situação, como seria de se esperar, acaba gerando um sentimento de progressiva repulsa, de negação absoluta, aos esquemas oligárquicos. Tal repulsa é apresentada com força a partir das folhas independentes, ou que, apesar de políticas, não compõem os estratos das classes políticas dominantes. A desilusão com os partidos, com as eleições, com a justiça, com a classe política de maneira geral, é uma constante nesses jornais. Crise, nesse terceiro sentido, é uma crise institucional provocada por uma classe corrupta que “sangra” ou “exaure” as energias nacionais. Acusadas de “desfaçatez”, às classes dominantes recaem a responsabilidade pelo “descalabro moral” do país. O egoísmo, a vaidade, a sede de poder são os elementos centrais da análise. Faz-se necessário enfim, a partir desse ponto de vista, extirpar do seio nacional a influência maléfica da classe política. Reabilitar-se moralmente significa, nesse caso, substituir a classe política e o regime político por sistemas capazes de marginalizá-los, de deter ou impedir que tenham acesso ao poder.

Uma quarta posição advém do tradicionalismo religioso, em grande parte católico. Para o tradicionalismo, a crise que se estava a viver era uma crise dos costumes como um todo e não somente, dos costumes das classes políticas dominantes. Essa crise é consequência dos elementos que compunham as chamadas “doutrinas modernas”, tais como o individualismo, o materialismo, o indiferentismo religioso, o

laicismo do Estado, o relativismo, o cientificismo, etc⁷⁹. O diagnóstico de crise moral leva a proposições reacionárias. Fazia-se necessário, sob esse ponto de vista, arregimentar os católicos para dar combate ao avanço do modernismo. Essa arregimentação se deu a partir de inúmeras organizações sociais, como os círculos operários, as associações das damas de caridade, as sociedades vicentinas, entre outros, que conjugaram esforços para o enfrentamento. A sociedade que se quer alcançar vai de encontro às teses da democracia liberal, que a Igreja acusa de corruptora dos costumes.

E, finalmente, uma última perspectiva é dada a partir do discurso proveniente dos órgãos ligados ao proletariado urbano organizado (caixeiros e gráficos, principalmente). Por intermédio de seus jornais sindicais, ou mesmo de órgãos da imprensa independente que estão em sintonia com suas demandas, a percepção de crise é formulada sobre outras bases. Seu socialismo assenta-se, basicamente, na ideia de injustiça social, causada, antes de tudo, pela ganância dos patrões e pela violência do Estado que assume o lado ativo da opressão popular. A injustiça social, vista como sintoma de uma sociedade perversa, só poderia ser redimida a partir da ação ativa da classe trabalhadora em construir uma nova sociedade em outras bases. Esse parece ser o único ponto em comum entre as diversas facções político-ideológicas presentes nos movimentos dos trabalhadores. Além disso, havia positivistas, liberais e grupos que se autodenominam “socialistas” ou mesmo “humanistas”.

Como se leu, os principais grupos sociais ativos politicamente no Ceará, no período em questão, levantam o problema da existência de uma crise. Em cada uma das cinco perspectivas, que serão abordadas mais a fundo, permanece uma compreensão moral do fenômeno. Crise está assim, atrelada às ideias de decadência, de injustiça, de egoísmo, de corrupção ou de imoralidade. Um tom pessimista abrange todo o discurso da política e se há algum denominador comum entre as várias formulações, é a de que mudanças urgentes devam ser levadas adiante. Essas mudanças podem restringir-se apenas ao modelo político-eleitoral (reformismo) ou à forma de governo, às relações de trabalho e ao modelo civilizacional.

⁷⁹ Acerca da relação entre a Igreja Católica e as doutrinas modernas, consulte-se: CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995 e ÁVILA, Padre Fernando Bastos de, SJ. **O Pensamento social cristão antes de Marx**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972;

Mais interessante é compreender que os discursos políticos das décadas de 1910 e de 1920 apontam no sentido do esgotamento das teleologias liberais, alicerçadas na ideia de progresso (material e moral) que prevaleceram, no Ceará, desde a década de 1870. Se, inicialmente, tais teleologias ficaram restritas a uma pequena comunidade de intelectuais, após o fim do regime monárquico, alcançaram uma aceitação quase universal entre as camadas cultas, à exceção parcial da Igreja Católica. Por mais que cada um dos grupos sociais interpretasse a seu modo tais teleologias, o fato é que elas forneciam uma confiança prévia no futuro e a esperança de que as dificuldades presentes seriam, inexoravelmente, superadas pela própria marcha da história. Enfim, são argumentos otimistas.

Entretanto, o desgaste de tais fórmulas não tardou a aparecer. A própria dinâmica política do regime recém-inaugurado já dava provas de que estavam distantes as ilusões democráticas acalentadas por muitos⁸⁰. A busca de soluções normativas, jurídicas ou legais para reorientar a marcha do regime caíram, todas elas, em descrédito. Em primeiro lugar, a ideia de República; depois a de federação, mais adiante, a do voto livre e secreto. Uma a uma foram desacreditadas todas as soluções reformistas, havidas como incapazes de dotar o sistema de alguma representatividade popular. De quem era a responsabilidade pelo fracasso das reformas?

Imediatamente, somos levados a pensar nas próprias elites dirigentes do país. Entretanto, o diagnóstico da época parece ser mais complexo do que isso. A classe política, dividida no Ceará desde 1912, acusava-se mutuamente de sabotar o bom funcionamento do regime. Cada uma das facções estaria, assim, comprometida apenas em alcançar o poder para sua pura locupletação. Já lemos que tal posicionamento agressivo foi típico das rivalidades partidárias das décadas de 1910 e 1920 e que, necessariamente, acabou levando ao próprio descrédito os argumentos dos partidos. Além do círculo partidário, o diagnóstico é ainda mais complexo.

Os trabalhadores podem ser vistos como indolentes ou ignorantes; os intelectuais como elitistas ou subservientes; as classes médias como indiferentes; o povo como atrasado e inculto; a Igreja como fanatizadora; o cabo eleitoral como corrupto; a elite econômica como gananciosa; a classe política como voraz, egoísta e

⁸⁰ Como bem se comprova pela leitura dos depoimentos e textos coligidos em CARDOSO, Vicente Licínio (org). **À margem da história da República**. Tomo 1, volume 8. Brasília: Universidade de Brasília, 1981 e ROCHA, Hildon. **Utopias e realidades da República**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000;

vaidosa; a própria civilização brasileira como fadada ao fracasso como produto do meio, da raça, da miscigenação, da colonização, etc. É fato que se desenvolve, naqueles tempos, um amplo debate, em que a maior preocupação é a de encontrar os responsáveis pelo atraso e pela crise.

Essa crise, tal como nos informam aqueles contemporâneos, parece não ter nenhuma relação com a economia do país. No caso do Ceará, os problemas econômicos só entram em pauta na imprensa quando relacionados à questão da seca ou à chamada “carestia de vida”. A sensação do leitor quando se depara com as análises econômicas da época é que parece haver um despreparo generalizado para lidar com tais questões. Ou pelo menos, de que tais fenômenos são tratados, novamente, como fossem problemas de ordem moral. É o caso da inflação, por exemplo. Sempre que havia aumento no preço do pão, do aluguel ou da carne, liam-se, por toda imprensa, relatos da mais funda indignação. Mas essa indignação se voltava, sempre, para a ganância dos comerciantes. Solicitavam-se providências das câmaras municipais, que volta e meia, procuravam contornar o problema com medidas meramente paliativas (como adiar por um ou dois dias o aumento do produto ou tabelá-los).

Por que razão os argumentos de ordem moral prevalecem sempre na explicação dos fenômenos sociais? Há algumas hipóteses a ser investigadas. Dentre elas, a de que a retórica da moral está na base do discurso da política, funcionando como o seu “pathos”, isso é, como estratégia persuasiva dominante que apele à emoção⁸¹. Ou seja, argumentos de outras naturezas podem até insinuar-se em tais discursos, tais como aqueles fundamentados em pressupostos científicos, econômicos, históricos, sociológicos, etc, mas estarão sempre subordinados à retórica da moral. Isso quer dizer, que, embora muitas de suas premissas aspirem à legitimidade de algum outro saber institucionalizado, seus resultados redundam em argumentos de ordem moral (bom, mau, certo, errado, virtuoso, viciado, etc).

É o caso, por exemplo, do fenômeno do cangaço, que alcançou as primeiras páginas dos jornais a partir da segunda metade da década de 1920. Ainda que se lançassem mão de premissas científicas, como que para auferir legitimidade à

⁸¹ “Pathos” é a esfera de dramatização do discurso da política, a encenação de um contexto problemático que serve de motivo para o surgimento de uma dada solução. É uma estratégia retórica. Acerca disso, ler: CHARAUDEAUX, Patrick. “Pathos e discurso político”. In: MACHADO, Ida Lúcia *et alii*. **As emoções no discurso**. Volume 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007;

argumentação (“taras”, “ancestralidade”, “tipos anormais”, “meio”, “raça” e outros conceitos similares), as consequências estavam sempre mediadas pela moralidade, pois os cangaceiros eram “maus”, elementos desordeiros, “monstros”. Combatê-los significa iniciar uma cruzada contra a barbárie, expurgá-los da convivência humana, “dar-lhes uma lição”⁸².

Mas, ainda há outras dimensões a ser levadas em conta. Cada um dos grupos aqui analisados (classe política, classes médias, trabalhadores organizados, Igreja) se pautava pelo mesmo recurso, ainda que com propósitos específicos. Não é sequer possível afirmar que existam quantas moralidades distintas conforme o grupo social, mas apenas finalidades particulares. A moralidade a que se recorre é a mesma. E que moralidade é essa? Quais são as suas características?

A primeira característica é que os grupos emissores do discurso se consideram como sendo o polo “bom” num conflito contra o “mal”. Para os partidos, seus adversários são “maus”; para os trabalhadores, os patrões são “maus”; para a Igreja, as ideias modernas são “más”; para as classes médias, tanto o povo quanto as elites são “maus”. Dessa maldade intrínseca do outro são gerados todos os problemas que o discurso da política traduz. A divisão da realidade entre “bons” e “maus” é uma estratégia discursiva extremamente persuasiva, mas superficial. Fazer recair sobre o “outro” a causa de todos os males é figura de retórica⁸³. E, como muitas figuras de retórica, terminam por se esgotar e perder a credibilidade muito rapidamente.

A segunda característica é que os grupos emissores do discurso se consideram como paladinos da defesa dos valores “verdadeiros”, que, em função da ação dos “maus”, estão permanentemente ameaçados. Essa posição singular de defesa de determinados valores fortalece a posição do emissor do discurso. Recorrer a apelos emocionais vigorosos faz parte do conjunto das estratégias retóricas fundadas na moralidade. Nesse sentido, o “mundo” está sempre ameaçado pela ação desagregadora

⁸² Acerca da caracterização dos cangaceiros como “tipos anormais”, eivados de “taras” oriundas da ancestralidade, ler: BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**. 6ª edição. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. Essa obra e suas considerações serão analisadas no próximo capítulo dessa tese. Outra obra, do mesmo jaez é BAPTISTA, Pedro. **Cangaceiros do Nordeste**. Edição fac-similar da primeira edição de 1929. Natal: Sebo Vermelho, 2011;

⁸³ Assim como o “pathos” é a estratégia persuasiva que apela à emoção, à dramatização, o “ethos” é a estratégia que constrói “identidades”, ou seja, os liames psicológicos que traçam as fronteiras entre “nós” e os “outros”. Cf. CHARAUDEAUX, *op. cit.*

dos “maus”, que para se impor destroem o que há de mais caro e relevante para os “bons”, ou seja, os seus valores, a sua visão de mundo, a sua ordem.

Para a imprensa partidária, os “maus” estão no partido de oposição. Essa oposição parece congrega todos os elementos ditos “espúrios”, “sedentos de poder” e “demagógicos”. Não têm honra, sua palavra não tem valor, usam todos os métodos ilegais para manipular os resultados das urnas. Querem impor à sociedade os interesses exclusivos de sua “camarilha” para sangrar os “cofres do Estado”. Para os tradicionalistas católicos, “maus” são os adeptos do modernismo, pois querem impor um mundo sem Deus ou religião. Os trabalhadores consideram os patrões, e por consequência, os partidos, como organizações egoístas, cujo fim único é o de explorar o trabalho alheio e engordar com os lucros dali obtidos. As classes médias também operam na estratégia da defesa dos valores ameaçados. Só que seus alvos parecem mais difusos. Tanto a classe política, como a Igreja, como as organizações sindicais ou a própria massa popular estão sob o seu visor crítico. E, da mesma maneira, acorrem a tais estratégias emocionais.

O objetivo deste capítulo é triplo. Ao passo em que se apresentam as fórmulas e argumentos de cada uma das percepções de crise, quer também procurar compreender as suas estratégias retóricas em jogo e, ao mesmo tempo, fazê-las retornar às condições objetivas que permitiram a sua eclosão naquele momento histórico específico.

4.2. A nostalgia conservadora da unidade.

Nas suas *Reminiscências*, o monsenhor José Quinderé procurava as razões para a prolongada instabilidade política que assolara o Ceará a partir da queda do presidente Nogueira Acióli, em 1912. Para ele, a explicação deveria ser buscada no talento nato do presidente deposto para a política, já que:

“O dr. Accioly, ao deixar o Ceará (...) levou consigo uma peça da máquina política que só ele sabia manejar. Assim se explica porque os herdeiros de seu partido nunca acertaram o passo, nem os ponteiros do relógio.” (QUINDERÊ, 1998, p.14)

Para amplos setores da classe política, a divisão partidária que sucedeu à queda da oligarquia era a razão da instabilidade e da perene crise política. O passado

recente, os anos de predomínio do grupo aciolino configuravam-se, então, como o modelo político a ser restaurado. Há, nesses argumentos, um forte componente emocional baseado na nostalgia de um tempo perdido. Aqueles tempos passados foram idealizados pelo sentido de união, de cooperação entre a classe política, ainda não atravessada por dissensões partidárias, pela competitividade entre interesses egoístas. Tudo conspiraria para o bem do Estado, na medida em que os homens se curvavam aos ditames da honradez, da lealdade e do compromisso com os objetivos aglutinadores da oligarquia⁸⁴.

Para Raymundo Gomes de Mattos, editorialista d' *O Jornal*,

“A palavra do chefe decahido tinha o valor de uma escriptura de hypotheca (...). Innumeras responsabilidades assumiu, só para salvar seus amigos de aperturas horríveis, os mesmos que hoje lhe puxam a corda ao pescoço. (...)

“Mas a verdade triumphará afinal, através dos tempos, affirmando aos pósteros o que elle foi e o que poderia ser dispondo de tanta força, numa terra de gente tão ruim, tão subserviente, que hostilisa para ser agradável, que mata e esfolia para fazer carreira.

“O JORNAL saúda o egrégio cearense, formula votos pela sua prosperidade, certo de que os espíritos sensatos o applaudirão, visto não se tratar de uma homenagem adulativa, a quem possui nas mãos a cornucópia das graças, mas a quem, no exílio, sorve a longos tragos, o calix amargo da ingratidão e das traições”.⁸⁵

De fato, era o grupo que se arvorava como sucessor da política aciolina (aglutinados no *Partido Republicano Conservador*, PRC) quem, repetidamente, lançava mão dessa estratégia argumentativa. Acusavam seus rivais do Partido Republicano Democrático (PRD) de semear a discórdia, a desunião da classe política, causa principal da crise em que o Ceará continuamente se debatia. Parece, assim, não ser fora de propósito que o seu partido seja chamado de “Conservador”. Seu conservadorismo se atesta pela ênfase que dão na necessidade de refazer, nas bases possíveis do momento, um novo arranjo político marcado pela submissão a um

⁸⁴ “Em fato, o grande valor intrínseco da oligarquia é conseguir estabelecer o equilíbrio na vida cearense; não há, nesses anos aciolinos, hegemonias exclusivistas, nem prevalência de uma parte sobre as outras restantes. Todas as forças vivas locais, que integram o situacionismo, se reúnem num todo harmônico, e sincronizadamente, se dirigem para um fim comum”. FERNANDES, Yaco. **Notícia do Povo Cearense**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977 (p.220);

⁸⁵ O Jornal (Fortaleza) de 11 de outubro de 1916 (editorial, p.1);

“leader”, a um “chefe supremo do situacionismo”⁸⁶ que viesse a restaurar a estabilidade da política local a partir de uma recomposição oligárquica.

Ainda que o PRC fosse o principal porta-voz dos apelos conservadores à unidade, à restauração oligárquica, a percepção de que isso se fazia necessário transcendia os limites do partido. Volta e meia, mormente após períodos de acirrada competitividade, a classe política cearense acenava com tal possibilidade, seja para apaziguar os ânimos, seja para estreitar relações visando uma mais vantajosa composição do situacionismo. Para uma compreensão mais adequada desse problema, faz-se necessário resgatar, ainda que resumidamente, a dinâmica política cearense ao longo do período estudado.

A oligarquia aciolina, interpretada por muitos estudiosos, como a mais bem-acabada máquina de dominação oligárquica do norte do Brasil, não foi capaz de sobreviver ante as transformações na conjuntura política nacional ao longo da década de 1910. A chamada “Política das Salvações”⁸⁷ – doutrina impetrada pelo então presidente da República, Hermes da Fonseca (1910-1914) – varreu do cenário estadual as bases sobre as quais se alicerçava o poder de um grupo oligárquico que remontava aos últimos anos da monarquia e que, com breves interrupções, governou o Ceará desde então.

A saída de Acióli da presidência estadual gerou um vácuo de poder que passou a ser disputado por várias facções políticas, sem que nenhuma delas pudesse ocupar esse vazio de maneira definitiva. Compreender a origem e a identidade de tais correntes ou facções políticas deve, necessariamente, remontar ao biênio 1912-1914, ao longo da presidência do coronel Marcos Franco Rabelo, sucessor imediato de Acióli.

O pleito que elegeu Rabelo fora, até então, o único em que dois candidatos tiveram chances efetivas de ser eleitos, ou seja, foram as primeiras eleições verdadeiramente competitivas no Ceará desde a proclamação da república em 1889. O candidato que se opôs a Rabelo foi o coronel Benjamin Barroso, também militar de

⁸⁶ Assim se referiam a Nogueira Acióli os seus aliados;

⁸⁷ Sobre a política das salvações e sua influência na política dos estados do norte, ler: FAUSTO, Boris. “A crise dos anos vinte e a revolução de 30”. In: FAUSTO, B. **História da Civilização Brasileira – o Brasil Republicano**. Volume III, tomo 2. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 (PP.403-406); PORTO, José Costa. **Pinheiro Machado e seu tempo**. 2ª edição. Porto Alegre: L&PM, 1985;

carreira e tal como o seu adversário, homem com raízes na política local, muito embora, desconhecido pelo grande eleitorado⁸⁸.

Franco Rabelo foi o candidato apoiado pelo presidente da República e indicado pelo presidente de Pernambuco, o general Dantas Barreto. Internamente, todos os grupos dissidentes do aciolismo, além de uma oposição fortemente mobilizada em Fortaleza, sustentaram a campanha de Rabelo. Dentre os dissidentes do aciolismo, convém citar os líderes de maior destaque: um deles foi Francisco de Paula Pessoa Rodrigues, neto do antigo senador do Império, Paula Pessoa, cuja base política estava na zona norte do estado, com epicentro em Sobral. Os “Paulas” compuseram com Acióli apenas entre 1892 a 1898, mas, vendo-se alijados das benesses do poder as quais se sentiam merecedores, fizeram-lhe uma oposição passiva e silenciosa desde então. Outro, de maior relevo, foi João Brígido dos Santos, que se incompatibilizou com Acióli em 1903⁸⁹. João Brígido chegou a lançar seu nome à disputa presidencial em 1904, obviamente sem chances de vencer, mas, capitalizando o apoio da oposição em Fortaleza. Essa oposição, recrudescida ao longo dos anos de arbítrio da oligarquia, foi capitaneada pelos chamados “chefetes” (liderados por Manoel Moreira da Rocha, proprietário de uma farmácia em Fortaleza) – gente do comércio miúdo da capital – que recebeu o ostensivo apoio do comércio graúdo, ou seja, dos setores ligados à exportação do algodão organizados na Associação Comercial do Ceará (NOBRE, 1991, pp. 187-188).

Já Benjamin Liberato Barroso foi apoiado pelos grupos remanescentes do aciolismo, principalmente no interior do estado. Dentre os mais destacados, estava o padre Cícero Romão Batista, aliado histórico de Acióli, representado por Floro Bartolomeu, um médico baiano radicado em Juazeiro do Norte e que, alcançando o favor do padre Cícero, se constituiu como o seu *alter-ego* político (DELLA CAVA, 1985). A família Acióli, enfraquecida pelo exílio de seu chefe e a partir de então, caído num ostracismo confortável na capital da república, fez-se presente com José Acióli, primogênito e herdeiro político do oligarca. Benjamim Barroso ainda receberia apoio

⁸⁸ Detalhes da eleição de Franco Rabelo estão em: PORTO, Eymard. **Babaquara, chefetes e cabroeira**. Fortaleza: IOCE, s/d (pp.87-96); FERNANDES, Yaco. *Op. cit.* (p287); FIRMEZA, Hermenegildo do Brito. **Crônicas Escolhidas**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará. 1965 (pp. 252-273); FACÓ, Boanerges. “Ceará: homens e cousas”. *In*: UNITÁRIO de 2 de agosto de 1959 (p.1);

⁸⁹ Os artigos do UNITÁRIO de 9 de setembro de 1903, 31 de outubro de 1903 e 14 de novembro de 1903 oferecem-nos os matizes da polêmica com Acióli. Estes artigos foram reunidos numa antologia: CARVALHO, Jáder de. **Antologia de João Brígido**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969.

de gente da Capital Federal, personalizada na figura de Pinheiro Machado (a eminência parda do regime) que indicou o general Thomaz Cavalcanti para organizar a campanha anti-Rabelo.

Embora ambos os lados tenham se declarado vencedores naquela que deve ter sido a mais distorcida e falsificada eleição jamais feita do Ceará, a apuração total dos votos indicou a vitória de Rabelo. Naquela época, a legislação eleitoral (que era estadual) impunha a necessidade do reconhecimento do presidente eleito pelos deputados estaduais. Ora, a Assembleia Estadual era o fórum em que se faziam representar as lideranças regionais cearenses que cresceram à sombra da oligarquia aciolina. Consequentemente, Rabelo não tinha ali, na casa-forte da estrutura coronelística do Ceará, quórum suficiente para ser declarado presidente estadual. Apenas doze deputados, num total de trinta, formalizaram-lhe apoio e isso foi suficiente para que Rabelo assumisse sua cadeira no Palácio da Luz, em contradição com a legislação do estado. A incompatibilização entre o presidente estadual e a Assembleia Legislativa veio a radicalizar-se ainda mais nos meses seguintes, culminando na existência de duas casas legislativas: uma em Fortaleza, completamente ocupada pelos aliados de Rabelo; e outra em Juazeiro do Norte, formada pelos estertores do aciolismo.

Ao longo do seu ano e meio de gestão, Rabelo jamais conseguiu impor a sua autoridade para além dos limites do município de Fortaleza e arredores. Tal situação caminhava na direção do conflito armado e, sob o argumento de que fazia repressão aos bandos de facínoras do interior do estado, Rabelo mobilizou a Polícia Militar num cerco a Juazeiro do Norte (1914), bastião da resistência oligárquica. Após uma série de escaramuças mal-sucedidas, a tropa oficial foi fragorosamente derrotada pela gente arregimentada entre os devotos do padre Cícero, que, marchando em direção à capital, desmobilizou os últimos resquícios da autoridade de Rabelo. Declarava-se, poucos dias após, a intervenção federal e a conseqüente deposição do presidente estadual. Na Capital Federal, Pinheiro Machado reunia-se com José Acióli, Floro Bartolomeu, Benjamin Barroso, Tomaz Cavalcanti e João Brígido (já egresso do rabelismo) no sentido de fazer o aciolismo regressar à situação anterior a 1912. Nesse ínterim, o interventor federal, coronel Setembrino de Carvalho, dá posse a Benjamin Barroso, sob a alegação de ter sido este o “real” vencedor das eleições de 1912.

Rapidamente, Barroso foi reconhecido pela Assembleia Estadual para completar a quadra iniciada em 1912 e finalizada em 1916.

Os eventos resultantes da deposição de Nogueira Acióli deram a tônica da artificialidade da *política das salvaçãoes*. Na prática, nenhum dos presidentes estaduais alçados ao poder pela interferência de Hermes da Fonseca, logrou estabelecer um sistema de poder capaz de sustentá-lo por mais que poucos anos no cargo. As razões para a existência das oligarquias não deveriam ser buscadas na maior ou menor capacidade de articulação política dos seus líderes, mas antes, na estrutura política emanada pelo coronelismo, cujas bases estavam no pequeno município ou nas paragens distantes do interior. O caso que, resumidamente acabamos de ler, prova bem isto. Rabelo não tinha a menor compreensão do cotidiano político estadual, nem de seus chefes, sequer da dinâmica oligárquica, fundada no compromisso e na troca de favores⁹⁰. Assim, a resistência efetuada pelos grupos alijados do poder – que consideravam a política como um negócio privativo a si mesmos como elites – foram tenazes em repelir uma influência exógena. Faziam isso não por fidelidade a tal ou qual líder, mas apenas por instinto de sobrevivência.

Por outro lado, embora o salvacionismo não tenha alcançado os seus fins, deu início a uma fase de conflito aberto entre as oligarquias do Nordeste. Diante de um quadro político fragmentado, não foi possível ao aciolismo, por exemplo, retomar a situação de estabilidade institucional que experimentara anteriormente a 1912. Abria-se então, de maneira irreversível, uma fase competitiva na política estadual, embora não se esteja falando de uma competitividade democrática, mas antes de um tortuoso processo de composição política de grupos antagônicos que, solitariamente, não foram capazes de governar sozinhos o estado.

É fato que a competitividade entre facções rivais, no período pós-oligárquico, contrasta com o predomínio do situacionismo no período anterior. Na prática, é no período pré-eleitoral que as alianças, as coligações e o apoio do governo federal são consolidados. Essas circunstâncias eram decisivas para a definição do novo governo, e não a chamada “voz das urnas”, como se poderia supor. É o que se depreende da leitura do fragmento abaixo:

⁹⁰ Ler interessante reflexão acerca da queda de Franco Rabelo em: FACÓ, Boanerges. “Ceará – Homens e Cousas: Governo Franco Rabelo” (*op.cit*, p.1);

“O assumpto que mais preocupa o espírito público actualmente, é a renovação da câmara federal, pois que para as dez cadeiras que o Ceará tem no Monroe apparecem, pelo menos, trinta cidadãos que se julgam com direito aos subsídios, allegando seus serviços políticos e outros, a necessidade de sua permanência no corpo legislativo.

“Dentre os últimos, alguns têm razão para querer ficar, porque não começaram a executar o programma cheio que levaram na cabeça, quando tomaram conta da cadeira.

“Todos os dias surgem pelas esquinas e cafés candidaturas novas, muitas das quaes morrem no dia seguinte para dar logar a outras.

“São conjecturas e nada mais, pois que o dr. Justiniano de Serpa ainda não se manifestou sobre o assumpto, sendo a sua palavra aguardada com ansiedade.

“Os últimos palpites da semana davam a chapa organizada da seguinte maneira: dois democratas, dois conservadores, dois epítacistas, dois aciologistas e três serpistas, mas nada pode ser affirmado, porque absoluto tem sido o silêncio do presidente que, segundo consta, dissera somente tratar do caso depois de 6 de janeiro.

“O dr. Jusitiano de Serpa, adiando quanto possa a organização da chapa, mostra-se conhecedor dos homens, pois seu gesto equivale a adiar desgostos, contrariedades e aborrecimentos”.⁹¹

A sucessão presidencial começava, na quase totalidade dos casos, a partir do Rio de Janeiro. Era o presidente da República, através de algum preposto seu, quem procurava as articulações necessárias para a escolha do nome de um candidato e a conveniência era que tal nome viesse a ser do agrado das quatro principais facções políticas cearenses⁹². Em caso algum, o presidente estadual assumia o governo dizendo-se representar tal ou qual facção: ele era, de fato, parte de uma peça complexa de composição política, um ponto de equilíbrio nas rivalidades locais, que deveria lotear a administração pública de modo mais ou menos proporcional aos interesses em jogo.

Qual o real interesse do governo federal numa disputa eleitoral de um estado proporcionalmente desimportante para a sua sustentação enquanto tal? Recorde-se que o sistema político vigente não pressupunha a representação de

⁹¹ A Tribuna (Fortaleza) de 7 de janeiro de 1921. (“As eleições federais”, p.2);

⁹² Acerca da dinâmica política brasileira no período em questão, Cf. LESSA, Renato. **A invenção republicana**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. No jornal satírico “O Diabo a 4”, tal situação era expressa como segue: “Com as candidaturas a cargos políticos succede o mesmo que com a moda: é necessário que venham do Rio para serem aceitas pelo povo”. O Diabo a 4 (Fortaleza) de 12 de julho de 1924 (“Figurões e figurinhas”, p.2);

oposições no Congresso Nacional, cuja função deveria ser a de articular os vários situacionismos estaduais diante do presidente da república. A “política dos estados” consagrava a tese de que o país era governado a partir das conjunturas locais, sendo, por isso, necessária a representação dos interesses dominantes em cada unidade da federação, cada uma delas comungando do chamado situacionismo nacional. O Ceará, dividido como estava, corria o sério risco de projetar na sua bancada federal, as rivalidades locais, minando a tese da não-existência das oposições. Isso causaria ainda outro problema para o sistema político: o de legitimar a opinião das urnas, que numa situação-limite como essa poderia criar vínculos entre interesses locais e a bancada federal (e não entre a bancada federal e o interesse maior do governo federal, que era o que importava).

Todos os presidentes estaduais do Ceará foram alçados ao poder com a finalidade precípua de apaziguar as diferenças internas e promover uma bancada federal de consenso. Se não, vejamos: no período proposto, houve seis presidentes estaduais, dentre os quais, apenas um não assumiu o seu cargo a partir de uma negociação em que o governo federal fosse parte interessada: no caso, fala-se de Ildefonso Albano (1923-1924) que, como primeiro vice-presidente, assumiu o governo estadual com a morte do titular, Justiniano de Serpa. Todos os restantes: Benjamin Barroso (1914-1916), João Thomé (1916-1920), Justiniano de Serpa (1920-1923), Moreira da Rocha (1924-1928) e Matos Peixoto (1928-1930) surgem numa situação em que o consenso deve nascer a partir da Capital Federal.

Em tese, nenhum dos presidentes citados deveria ter parte com quaisquer facções políticas: todos eles, à exceção de Benjamin Barroso, foram nomes havidos como “neutros”. João Thomé, por exemplo, jamais havia postulado qualquer cargo político: era de família abastada de Sobral, mas seus interesses, até aquele ponto, se voltavam mais para a ciência, a engenharia de estradas e a agronomia⁹³. Justiniano de Serpa, embora fosse político, não fizera a sua carreira no Ceará e sim, no Pará, para onde emigrara após 1892. Caído nas graças do presidente Epitácio Pessoa, fora escolhido por ele para governar o Ceará. Os desembargadores Moreira da Rocha e Matos Peixoto jamais ambicionaram um papel de relevo nas lides partidárias, tendo

⁹³ TÁVORA, Fernandes “O dr. João Thomé de Sabóia e Silva”. *In*: Revista do Instituto do Ceará, 1970 (156 a 167);

sido escolhidos, também, como árbitros numa conjuntura de rivalidades (AMORA, 1985; BARROS, 1987).

Por outro lado, os verdadeiros chefes das facções políticas nunca lograram ter seus nomes postulados para a sucessão presidencial. Cabia-lhes, no máximo, um papel de liderança de seu grupo e a função de fiscalizar uma divisão de cargos e de funções públicas que lhes fossem as mais vantajosas possíveis. Esses chefes foram: Manuel Moreira da Rocha (rabelista), Paula Rodrigues (representante dos interesses de Sobral), General Tomaz Cavalcanti (marreta), José Acióli (aciolista) e Floro Bartolomeu (representante dos interesses do Cariri).

Ao longo do mandato presidencial, os chefes buscavam atrair a simpatia do presidente estadual e conseqüentemente, aumentar a vantagem na distribuição de cargos, favores e expedientes públicos, criando assim, uma nova proporcionalidade de poder que deveria ser levada em conta no mandato seguinte. Inexoravelmente, cada um dos presidentes estaduais, embora subisse ao poder sob a alegação de serem “árbitros” da política local, acabava cedo ou tarde, favorecendo tal ou qual facção. Benjamin Barroso governou com os marretas; João Thomé com os paulas e com os rabelistas; Ildefonso Albano com os rabelistas; Moreira da Rocha com rabelistas e aciolistas; Matos Peixoto com os aciolistas. Ninguém ousou, a partir de 1914, interferir nos interesses do Padre Cícero em sua zona de influência, o Cariri. Só Justiniano de Serpa conseguiu promover uma articulação mais equilibrada entre os diversos grupos rivais.

A lista dos senadores eleitos ao longo do período dá bem o tom desta proporcionalidade de poder (ver Anexo III). Tal como hoje, havia três senadores por estado, mas com mandato de nove anos. A cada triênio, se renovava um terço da bancada, ou seja, um senador. Em 1912, a bancada cearense no Senado estava completamente dominada pela oligarquia aciolina: além de Pedro Augusto Borges (presidente estadual entre 1900 a 1904 e senador desde então), havia Tomás Acióli (filho de Nogueira Acióli) e Francisco Sá (genro do mesmo). Ao longo dos anos, porém, a bancada ficou igualmente dividida entre marretas (Benjamin Barroso), paulas/rabelistas (João Thomé/Paula Rodrigues) e aciolistas (Francisco Sá/José Acióli).

No caso da Câmara Federal, ocorria processo semelhante: após vinte anos de hegemonia incontestável dos aliados de Acióli, as facções rivais passam a dividir o

cenário político em frações mais ou menos iguais. Na 31ª legislatura (1918-1920), por exemplo, os marretas ficaram com dois deputados (Hermínio Barroso e o General Tomaz Cavalcanti), os paulas de Sobral com dois deputados (Paula Rodrigues e Eduardo Sabóia), os aciologistas com dois deputados (Tomás Acióli e Frederico Borges), os rabelistas com três deputados (Manoel Moreira da Rocha, Ildefonso Albano e João Marinho de Andrade) e a facção do Cariri com um deputado (Floro Bartolomeu). Na divisão entre partidos a conta é equilibrada, 50% para cada legenda: PRC com 5 (Floro Bartolomeu, Hermínio Barroso, Tomaz Cavalcanti, Tomás Acióli, Frederico Borges) e PRD com 5 (Paula Rodrigues, Eduardo Sabóia, Moreira da Rocha, Ildefonso Albano e Marinho de Andrade). Num breve esforço de comparação, os deputados estaduais à 3ª constituinte cearense (1917-1920) seguiam também uma distribuição equilibrada entre as facções: deputados aciologistas: 9; rabelistas: 9; marretas: 5; paulas: 2; unitaristas de João Brígido: 2; deputados do Cariri: 3. Por partido, tínhamos: PRC, 17; PRD: 11; Partido Unitarista: 2⁹⁴ (ver Anexo II).

Apesar do quadro partidário fragmentado em cinco ou seis facções rivais, todas ambicionavam uma quota de participação na administração estadual, loteando-a proporcionalmente ao peso político de cada uma. Essa tarefa, talvez uma das mais inglórias e de difícil acomodação, deveria ser levada adiante pelo presidente estadual que, assim, subscrevia o real domínio político das facções em detrimento do seu próprio poder. Ao presidente estadual cabia indicar o nome de algum deputado federal à sucessão senatorial, elaborar as listas dos nomes indicados pelos partidos para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa e promover a distribuição das secretarias estaduais, de maneira proporcional a cada uma das facções. Todo o esforço de composição política visava a um único fim: a da viabilização do seu nome – ou do nome de alguém de seu grupo – à própria sucessão.

Logicamente, como se presente, tal esforço jamais alcançaria os resultados esperados. O equilíbrio da composição política logo era desfeito, geralmente, em duas etapas: na primeira, o presidente estadual acabava privilegiando

⁹⁴ Os dados acerca da representação cearense no Senado e na Câmara Federal foram coligidos a partir da pesquisa em: SAUER, Arthur (org). **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1918** (Almanaque de Laemmert). Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1919; já os dados referentes à Assembléia Legislativa encontram-se em GUIMARÃES, Hugo Vitor. **Deputados provinciais e estaduais do Ceará**. Fortaleza: Editora Jurídica, 1943;

alguém de sua própria facção na distribuição dos cargos e secretarias estaduais; na segunda, as demais facções, sentindo-se prejudicadas, lançavam nomes próprios à sucessão estadual. Estava assim, configurada uma disputa eleitoral competitiva. A desavença tornava-se pública, ganhando os jornais políticos. As facções se atacavam diuturnamente e o situacionismo da bancada federal ameaçava romper-se. Chegava-se ao limite da desagregação total. Assim, num último esforço, o governo federal buscava indicar um nome de consenso entre as várias facções – geralmente alguém sem militância política, alguém “neutro” – para poder reacomodar os descontentes e, mais do que tudo, fazer com que o processo eleitoral fosse esvaziado.

O ciclo então se completava quando as facções aceitavam o nome de consenso indicado pelo governo federal. As eleições nada mais seriam que um protocolo para referendar os nomes antes escolhido pelas facções. Toda a representação política já vinha proposta do alto, sem que se viabilizassem chapas de oposição. É assim que, em linhas gerais, se dava a competição política no período pós-aciolino: sempre a partir de um truncado jogo de cena entre as várias facções rivais. O período pré-eleitoral era assim, muito mais decisivo para definição da representação política do que as eleições, havidas como apenas um protocolo (muitas vezes indesejado) para manutenção dos grupos tradicionais à frente da organização política do estado.

Essa situação de prolongada indefinição quanto à estabilidade oligárquica gerou, como se quer argumentar aqui, uma retórica política de matriz conservadora. Conservadora no objetivo de restauração e de estabilidade da classe política. O objetivo de tal retórica era o de possibilitar a disposição para uma composição situacionista que tornasse o estado minimamente governável, apesar das suas dissensões partidárias. Seu caráter nostálgico apontava, como seu leu, para a rejeição da competitividade entre facções.

Ao retornar à leitura das *Reminiscências* do monsenhor Quinderé, observamos que, ao longo do período aciolino:

“As eleições eram feitas a bico de pena, muito mais sérias, sem despesas, sem lutas e descomposturas e os candidatos eram escolhidos a dedo pela direção dos partidos.(...) Fui deputado sem conhecer um eleitor, e também nenhum deles me procurou para tratar de seu interesse pessoal! Os chefes é que defendiam, junto aos governos as pretensões de seus correligionários”. (QUINDERE, *op. cit.* p.63)

Quem chegou mais perto do ideal prático de unidade foi o presidente estadual Justiniano de Serpa. Jurista e político cearense, saiu do estado na esteira da queda do general Clarindo de Queiroz, derrubado por ordem do presidente Floriano Peixoto. Fez carreira jornalística, jurídica e política em Manaus e, caiu nas graças do presidente Epitácio Pessoa que o indicou como candidato de consenso e da situação ao governo cearense em 1920. Cedo, Justiniano de Serpa compreendia que a única maneira de governar um estado cindido por inúmeras rivalidades facciosas era impondo um sistema de poder que contemplasse todos os interesses em jogo. Seu objetivo era o de criar um novo partido, que congregasse toda a classe política local e que, de fato, veio a se constituir: o chamado *Partido Situacionista*, fundado por ele, em 1922.

A consolidação do Partido Situacionista se deu a partir do simbólico *I Congresso de Prefeitos Municipais e Chefes Políticos do Ceará*. Nesse fórum, que congregara toda a classe política estadual, inclusive os chefetes e coronéis municipais, Justiniano de Serpa exortava a todos a uma perene composição oligárquica. A ata do Congresso é bem clara no que diz respeito à formação de uma unidade institucional para a classe política cearense:

“A Assembléa de Prefeitos e Chefes Políticos do Estado, em sessão pública no Palacio do Governo, ao terminar hoje os trabalhos do Congresso, deliberou reafirmar os protestos de inteiro apoio e absoluta solidariedade política a S. Excia. o Snr. Dr. Justiniano de Serpa, de accordo com a aclamação feita em 1920, do nome de S. Excia. para chefe supremo da política do Estado. Reconhece assim, em S. Excia. o chefe supremo do partido situacionista do Ceará, assegurando seguir e obedecer leal e abnegadamente a orientação política que dêr ao Partido, em qualquer emergência, em que o mesmo se encontre. (...)

“Quanto à política, embora o Congresso tenha reiterado a S. Excia., a investidura de chefe supremo do Partido Situacionista do Ceará, que lhe fizeram em 1920 os representantes, nesta capital, todas as forças partidárias, e lhe affirmassem apoio inteiro e solidariedade indefectível, o que importa reconhecer que tem andado bem, procedendo com lealdade e dedicação, comtudo, disse S. Excia., convinha aproveitar momento tão propício para renovar declarações que sempre havia feito. **Hoje, como hontem, estava convencido que a primeira necessidade do Ceará político era a aproximação, o congraçamento, a unificação, se possível, dos bons elementos em que se divide a opinião do Estado.** Governando embora com os seus amigos, isto é, com as forças políticas que o ellegeram, se tem esforçado, comtudo, por conseguir o apagamento de ódios e dissensões, mais ainda, o entendimento amistoso das differentes agrupações, e com o objetivo altamente superior de realizar a harmonia da

família cearense, ideal para o qual se devem voltar todos os espíritos dos patriotas”.⁹⁵

A leitura desse trecho da ata nos remete imediatamente para os trâmites de um pacto político. Quando da indicação de Justiniano de Serpa para o governo estadual em 1920, ele fora “aclamado” pelas forças políticas locais. O Congresso de Prefeitos e Chefes Políticos cumpre o papel, ora em diante, de reforçar tal aclamação. O presidente tornava-se o “chefe supremo do partido situacionista” e, conseqüentemente, o “leader” e árbitro sempre pronto a interferir nas relações entre as “diferentes agrupações” políticas do estado. É assim que Justiniano de Serpa se coloca como alguém capaz de apagar os “ódios e dissensões” e promover o “entendimento amistoso” dos grupos rivais e concorrentes.

De fato, ao passo em que procurava articular a classe política num único partido, Justiniano de Serpa também promoveu a fusão entre as duas folhas partidárias rivais. Em 1920, os jornais *Folha do Povo* do PRD e *O Estado do Ceará*, do PRC, fundem-se num único órgão, o *Diário do Ceará*. A tônica do órgão governista é de claro esforço pela união da classe política, por intermédio de uma retórica de “unidade”. Apesar dos esforços do presidente estadual, o cenário político local voltava a dar sinais de fragmentação. Uma cisão do PRD, que não aceitara a composição com os conservadores, funda um novo partido, o *Partido Republicano Cearense*, liderado por Belisário Távora e Fernandes Távora, cujo órgão na imprensa era o jornal *A Tribuna*. O PR Cearense e o Partido Situacionista entraram em rota de colisão ao longo dos anos de 1922 e 1923. Prova disso foram os debates suscitados pelas eleições presidenciais de 1922, uma das mais concorridas da primeira República. Na ocasião, o candidato da situação era Artur Bernardes (apoiado pelo Partido Situacionista) e o candidato da oposição, Nilo Peçanha, ex-presidente da República que lançou a chapa da “Reação Republicana”. Os “tavoristas” do PR Cearense apoiaram Nilo Peçanha.

Reagindo a este indício de fragmentação, o *Diário do Estado* lança uma campanha tenaz de combate ao “tavorismo”, ao “nilismo” e à “Reação Republicana”. É sintomático, para a nossa análise, nos deter em alguns desses editoriais:

⁹⁵ CONGRESSO de Prefeitos Municipaes do Estado do Ceará. Fortaleza: Gráficas da Casa Americana, 1924 (pp 13-14/ 18-19). O congresso ocorreu em 12 de junho de 1922. Os grifos são meus. (Setor de Obras Raras da BPGMP);

“O partido situacionista cearense é uma aggremação política de tal modo arregimentada e organizada que, para vencer o pleito de 1º de março, não precisa recorrer a passes, nem empregar as artimanhas postas em prática pela miuçalha oposicionista.(...)”

“Cargos electivos, delegações populares, não se disputam com palavras campanudas, com invectivas arrojadas, com picuinhas insulsas, com tropos muito batidos: pleiteiam-se com elementos de valia.

“Já se foram os tempos, em que a Mallat e a Perry se constituíam grandes eleitores; já se foram os tempos em que a demoagogia ou a linguagem incendiária dos jornaes estimulava aos ingênuos. Outros são os processos de nossos dias.

“A campanha eleitoral não se faz mais nesses moldes”.⁹⁶

É patente a preocupação do editorialista em repudiar qualquer sinal de retorno à situação anterior, de ruptura aberta entre a classe política local. Ao anunciar que “a campanha eleitoral não se faz mais nesses moldes”, quer indicar a superação do antigo modelo. Modelo baseado, como se leu, na violência, fosse ela retórica ou física. O que se procurava era apaziguar a chamada “linguagem incendiária” da retórica da política. Na medida em que isso não fosse possível, o Partido Situacionista recorria à estratégia da dissuasão, já que “delegações populares” se pleiteiam com “elementos de valia”. De fato, a posição do partido parecia bem segura, apesar dos indícios de fragmentação. Ainda detinha o suporte da maior parte das grandes lideranças locais e detinha todas as cadeiras no Congresso Nacional e na Assembleia Estadual.

A tão esperada unidade da classe política, entretanto, desfez-se com a morte de Justiniano de Serpa e com a ascensão de Ildefonso Albano à presidência estadual. Albano privilegiara a facção oriunda do antigo PRD na distribuição de cargos, gerando insatisfação entre os remanescentes do PRC (AMORA, 1985). O quadro de ruptura e fragmentação voltara tal como era em 1920. Após isso, os presidentes estaduais sempre recorriam à fórmula, cada vez mais desgastada, da “unidade” da classe política.

Entretanto, ainda que como peça de retórica, desgastada e sem nenhum alcance palpável, os ecos dos apelos à unidade retornavam conforme a necessidade do momento. No governo do desembargador Moreira da Rocha, por exemplo, em que as

⁹⁶ DIÁRIO DO CEARÁ (Fortaleza) de 28 de janeiro de 1922 (“Forças Eleitoraes”, p.1); A “Mallat” e a “Perry” as quais o editor se refere são marcas de armas, de carabinas muito usadas no interior. Os grifos são meus.

facções rivais se batiam acirradamente, no clima de maior violência da política cearense desde 1914, ainda era possível ler afirmações como as que seguem:

“Recentemente chegado do Ceará onde estive em missão política, o senador João Thomé, que é um dos vultos da nobreza moral do paiz, teve ocasião de falar à Actualidade sobre o momento cearense, achando s. ex, que o seu Estado vai bem. S. Exc. encara com optimismo o que vae pela administração regional, fazendo notar o espírito de economia que o Sr. Desembargador Moreira da Rocha imprime ao governo.

“ – E a chapa estadual?

“ – Boa, não viu? Alli estão contentados os partidos, ficando o presidente como fiel da balança.

“O senador cearense fez as melhores referencias aos vultos que a compõem.

“Como alguém a chamasse ‘chapa científica’, o eminente senador esboçou um sorriso, sem o menor cunho de malícia...

“ – Seja como for, tenha a denominação vulgar que tiver. A verdade é que foi uma chapa que conciliou. Estou satisfeito, porque, assim, o meu nobre amigo Moreira da Rocha pode ir ao termino de seu mandato prestigiado pela Assembléa.

“ – E a opposição?

“ – Não há, neste momento. O governo está bem amparado pela opinião pública, bem visto no Estado inteiro. Como sabe Actualidade o desembargador Moreira da Rocha é um espírito conciliador, de um alto senso, criterioso, alma simples e diga-se com justiça – administrador. Embora a situação financeira não seja de todo lisongeira, o seu governo vae-se fazendo bem, sendo de notar que os serviços de melhoramentos prosseguem regularmente.

“O senador João Thomé trouxe de seu Estado a melhor impressão – do governo, da política e da vida social de Fortaleza.

“S.ex. veio com o bom humor de sempre, achando que o Ceará não podia ter melhor presidente do que o actual que é preso, aliás, pelos mais fortes laços de estima”.⁹⁷

Percebe-se, na entrevista concedida pelo Senador João Thomé a uma revista carioca (Actualidade) e reproduzida no órgão do PRD de Sobral, a insistência na tentativa, sempre recorrente, de apresentar o cenário político local como conciliado e pacífico. Para que isso fosse possível, deveria o presidente estadual atuar apenas como “fiel da balança”, conforme relata o próprio senador. A lista partidária, chamada ironicamente pelo jornalista de “chapa científica” deveria ter o mérito de acomodar

⁹⁷ A Imprensa (Sobral) de 8 de agosto de 1925 (p.4 “Política Cearense”);

todos os interesses em jogo, satisfazendo igualmente todos os partidos locais numa chapa “situacionista”.

Quanto mais desgastada a fórmula, mais declarações a respeito de sua eficácia vão sendo reproduzidas na imprensa local. Em todo caso, faz-se necessário considerar esses argumentos sob o contexto maior da crise política, tal como a percebiam os seus contemporâneos. Havia um evidente temor em escancarar publicamente a incapacidade do presidente estadual em promover a composição entre as facções antagônicas, mesmo que os fatos o contradissem flagrantemente. Isso poderia significar, na prática, a completa desmoralização de sua administração, na medida em que, sem alcançar a composição, ficava de mãos atadas, impedido de governar⁹⁸.

A própria classe política procurava, sempre que possível, reafirmar a situação que punha o presidente estadual como um “conciliador”, um “árbitro”, muito mais do que um “leader”, ou “chefe supremo”, como lograra alcançar Justiniano de Serpa. Obviamente, esses termos representam meras escaramuças da difícil arte da dissimulação política. Mas, os insistentes anúncios de paz entre as facções, dão bem o termômetro de um processo político sempre conturbado e sinuoso. O ideal de restauração de aciolismo, na prática, nunca logrou ser novamente alcançado, ainda que Justiniano de Serpa tenha chegado perto disso. Afinal, o que movia as facções político-partidárias era a necessidade do loteamento da administração pública, de seus cargos, empregos e rendas. Numa conjuntura aberta, de franca competição, era quase impossível costurar uma aliança duradoura.

Os setores mais críticos do sistema político cearense logo se deram conta do logro embutido na retórica de unidade. Todas as desconfianças recaem sobre os partidos e suas práticas clientelísticas. Assim, como veremos adiante, foram inúmeros os pontos de desgaste dessa fórmula, caracterizando bem as percepções da crise.

⁹⁸ Dentre as poucas peças oficiais de propaganda governamental, destaca-se TERRA CEARENSE. **Album de propaganda em geral organizado no governo do desembargador José Moreira da Rocha**. S/E, 1925. A abertura deste livro cabe a um longo texto panegírico que coloca do desembargador Moreira como “chefe” pacificador entre as correntes políticas. Logo ele cujo mandato foi o mais violento desde 1914.

4.3. O problema da legitimidade do regime.

As críticas ao sistema político, conforme a imprensa política cearense, recaíam, invariavelmente, sobre o problema da legitimidade do regime. Os chamados “vícios estruturais” do sistema vão desde a imoralidade dos acordos pré-eleitorais, passando pelo alistamento eleitoral, pelas “farsas” eleitorais, pela “venalidade” dos partidos, pelo processo de reconhecimento de poderes (a popular “degola”) até chegar mesmo na suspeição da representatividade da classe política. Ainda que tais críticas tenham sido mais incisivas a partir da imprensa “independente”, ela também aparecia, recorrentemente, nos jornais partidários, nas folhas católicas, nos pasquins satíricos.

As razões apontadas para tal estado de coisas são bastante variadas. Sob uma perspectiva mais política e institucional, criticam-se os partidos e suas lideranças, sempre vistas como corruptas e desmoralizadas. Mas, evidentemente, há outras perspectivas em jogo. Não raro, faziam-se análises mais conjunturais do problema, em artigos de fundo, indicando a questão da estrutura social brasileira, o papel do poder local, a capacidade de mobilização da opinião pública, etc. Em todas essas posições, fica claro o recorrente uso de metáforas de cunho moral, como já foi adiantado e como se lerá nas páginas a seguir. O panorama que se traça é bastante extenso e complexo. Diz respeito a uma variedade grande de elementos de análise, mas todos eles têm em comum, o diagnóstico da crise, apesar de “crise” em diversas acepções.

Com o intuito de organizar a exposição dessas opiniões, faz-se necessário sistematizá-las. Em primeiro lugar, pretende-se analisar o problema eleitoral propriamente dito: desde o processo de alistamento de eleitores até a confecção das atas e a promulgação dos resultados eleitorais; a seguir, enfileiram-se as críticas referentes aos partidos políticos cearenses e a suas lideranças; e, por fim, à própria questão da representatividade do sistema.

Ainda que, como se adiantou, esse estado de rejeição ao sistema político e de suspeição de sua legitimidade se fizessem ouvir por toda a imprensa política, privilegiam-se aqui, aquelas análises oriundas das folhas ditas “independentes”. Independentes porque não se vinculavam imediatamente a nenhum partido político. Mas, obviamente, tal independência deve ser relativizada, como se falou. Muitas folhas políticas do interior tinham o apoio da Igreja ou da Associação Comercial local. Outros, ainda, simpatizavam com esse ou aquele grupo político, embora não o

falassem abertamente. É preciso estar sempre atento a estas sutilezas como forma de não “idealizar” uma posição que se pretende independente, mas que de fato, tem os seus compromissos subentendidos.

As questões relativas ao diagnóstico desse estado de coisas, e às respostas necessárias a ele, serão abordadas mais à frente, no capítulo quatro. Por ora, fica-se apenas na superfície da questão, procurando compreender o teor das críticas e a quem se dirigem.

No que diz respeito, propriamente, ao processo eleitoral, é preciso sublinhar algumas características formais. A constituição de 1891 havia garantido o voto universal masculino para alfabetizados maiores de 21 anos. A República trazia essa inovação relativamente ao sistema do voto “censitário”, que prevalecera no período monárquico. Estas alterações não foram capazes, contudo, de aumentar substancialmente a parcela da população de votantes, que se manteve baixa, seja durante a monarquia, seja durante a República⁹⁹.

O anexo IV mostra a evolução do número de eleitores alistados no Ceará. Ou seja, não aqueles que eram aptos a votar, mas os que efetivamente possuíam título de eleitor. Uma breve análise nos mostra que o percentual de eleitores alistados, em relação à população do estado, cresce lentamente entre 1916 até 1930, passando da ordem de 3,9% (1916) até 7,5% (1930). Ou seja, levam-se quase quinze anos para dobrar o número de eleitores titulados. A persistência de números baixos tem, evidentemente, várias explicações. A principal delas é a da existência de um número bastante alto de analfabetos, em torno de 80% da população. Entretanto, a crítica política do período acusava, sistematicamente, o capricho dos juízes, preocupados em impedir a titulação de eleitores de oposição. De fato, possuíam os magistrados de suas respectivas comarcas o poder discricionário de negar ou aprovar o pedido de titulação do eleitor. Se negado fosse o pedido, caberia ainda recurso à instância superior, mas fatalmente os recursos só seriam julgados muito tempo após a eleição, ficando, na prática o eleitor alijado do exercício do voto.

⁹⁹ José Murilo de Carvalho apresenta uma síntese da participação eleitoral brasileira entre 1872 a 1945. Em 1886, 0,8% da população estava apta a votar, em 1894, 2,2%; em 1906, 1,4%. O maior percentual é alcançado em 1930: 5,6% da população estava alistada para votar. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem / Teatro de Sombras**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996; (p.361);

Para efeito de alistamento eleitoral, o candidato deveria apresentar-se diante do juiz de Direito responsável pela comarca em que residisse, ou seu substituto, e pudesse comprovar possuir os requisitos constitucionais para ser titulado eleitor. Além disso, no caso do Ceará, deveria atestar “*possuir renda que assegure a sua sobrevivência*” e “*residência por mais de dois meses no município*” (CEARÁ, 1917, p.7). O objetivo da comprovação de renda e de residência era o de assegurar que o eleitor não era “mendigo”, que eram impedidos de votar. Entretanto, existiram repetidas queixas, publicadas na imprensa local, acerca de juízes que “exageravam” no emprego da letra da lei.

“A constituição da república diz que poderão ser eleitor todos os cidadãos que souberem ler e escrever, excepto os mendigos e praças de pret. Uma lei adjectiva, regulamentando o alistamento eleitoral, exige que o alistando para provar que não é um mendigo e nem praça de pret, exhiba documento de qualquer rendimento com que prove a sua manutenção. Pois o referido juiz tem aqui deixado de incluir no alistamento eleitoral diversos cidadãos, allegando a deficiência de renda”.¹⁰⁰

As críticas, oriundas de toda a imprensa, inclusive a imprensa partidária a respeito da ação dos juízes eram bastante recorrentes. O papel dos juízes é sempre colocado em suspeição, principalmente ao longo do período abordado, quando duas ou mais facções partidárias disputam eleições “competitivas”. Contrastava, entretanto, com esse estado de coisas, o registro de outras arbitrariedades relativas ao alistamento eleitoral. Notícias de logros os mais diversos, dão conta da facilidade com que se manipulam os procedimentos de alistamento eleitoral. Dentre tais logros, o jornal *A Imprensa* de Sobral noticiou o caso de cidadãos que, ao chegarem da zona rural para se alistar perante o juiz da comarca, foram abordados por diversos elementos do partido rival, que os aconselharam a retornar a seus lugares de origem, pois “*o praso legal do alistamento já havia vencido, perdendo, por isso, os mesmos, as suas viagens*”¹⁰¹. Leem-se também denúncias de distribuição clandestina de títulos eleitorais¹⁰², venalidade dos juízes¹⁰³, entre outros.

¹⁰⁰ A LUCTA (Sobral) de 19 de janeiro de 1921.

¹⁰¹ A IMPRENSA (Sobral) de 4 de março de 1925 (p.1 “Dos que promettem”);

¹⁰² A LUCTA (Sobral) de 19 de fevereiro de 1921 (p.3 “Ao juiz de direito”);

¹⁰³ “*No Ceará, o opposicionista por mais altamente collocado que seja, não tem, há muito, o direito de se alistar eleitor. O principal algoz desse direito é o juiz federal Eduardo Studart, que só de uma vez, excluiu do allistamento 4542 eleitores de opposição, que, para elle, tinham appellido em gráo de recurso*”. SOARES, Martim. **O Babaquara**: subsídios para a história da oligarchia do Ceará. Rio de Janeiro: S/E, 1912. (p.25);

Ainda que o leitor deva se preocupar com a objetividade da informação publicada pela imprensa, que deve ser relativizada em função da própria situação de competitividade aberta, alguns elementos são suficientes para supor a existência de distorções bastante graves no que tange ao alistamento eleitoral. Basta notar, por exemplo, seguindo o anexo IV, que em 1916, municípios como Granja e Crato têm um número de eleitores similar ao de Fortaleza, uma cidade muito maior, comparativamente (cinco vezes maior que Crato e sete vezes maior que Granja). A comarca de Baturité, por exemplo, salta de 1.338 eleitores em 1918 para 4.239 eleitores em 1919, um aumento de 300% em um ano. Já Sobral manteve o mesmo número de eleitores (2.013) entre os anos de 1923 a 1928.

Subentende-se, a partir desses elementos, que a fragilidade da legislação e da fiscalização permitia, com facilidade, o controle do número de eleitores alistados pelos juízes. Conforme as conveniências do momento, esse número podia ser maior ou menor, como mostram os números citados: muito poucos eleitores em Sobral e Fortaleza e muitos eleitores, proporcionalmente à população, no Crato e em Granja.

Vencida a primeira etapa, o eleitor devidamente alistado deveria, se assim quisesse, exercer o seu direito de voto. O processo não era simples. Em cada comarca (eram 34 comarcas no estado) o juiz responsável constituía uma junta eleitoral responsável pela organização da eleição e da apuração. A junta era formada pelo Prefeito Municipal, pelo Promotor de Justiça e pelo maior contribuinte do município sede de comarca. A esses cabia a organização das mesas eleitorais, cada uma formada por três mesários dentre os eleitores do município. Se, no dia da eleição, faltassem dois mesários, não havia eleição na seção e um formulário era expedido para a Junta. Caso, pelo menos dois mesários estivessem a postos a eleição era iniciada com uma chamada dos eleitores inscritos em ata. Após a chamada, nenhum eleitor podia mais adentrar ao edifício onde estava instalada a mesa eleitoral e, conseqüentemente, estava impedido de votar. Se estivesse inscrito na chamada e se conseguisse chegar a tempo de respondê-la, o eleitor deveria apresentar o seu título diante da junta, declarar o seu voto, preencher a cédula e assinar a ata em duas vias. Terminado o escrutínio, procedia-se imediatamente à apuração e o resultado deveria ser afixado à porta do edifício ou

sala em que a junta se reunira. Finalmente, a ata deveria ser enviada à Junta com cópia para a Assembleia Legislativa¹⁰⁴.

Todo esse processo, altamente formal e burocratizado, garantia um efetivo controle sobre o resultado da eleição. Não é à toa, que os partidos se batiam pela organização das mesas eleitorais. Deter o controle da mesa significa, imediatamente, ter o poder de fato de alterar um dado resultado. Não havia sequer a necessidade óbvia da fraude com manipulação de assinaturas, de chamadas inexistentes, etc. Bastava que, numa dada circunscrição onde havia muitos eleitores opositores, faltarem dois mesários. A eleição estaria automaticamente encerrada. Entretanto, não foram poucas as acusações desferidas pelos partidos, pela imprensa, de ações tais como confecções de atas falsas, chamadas inexistentes, eleitores inventados, entre outros que configuravam, conforme escreveu o monsenhor Quinderé, as “eleições a bico de pena”.

Para piorar, os momentos eleitorais eram marcados, em geral, ou por uma ampla indiferença da população (principalmente nos pleitos federais) ou por um clima de tensão e de violência (nos pleitos municipais e estaduais). O simples fato de haver um destacamento policial no município, ao invés de denotar zelo relativamente à lisura do pleito, significava que o situacionismo local se utilizava da ação coercitiva da polícia.

As eleições municipais de novembro de 1926, as primeiras eleições realmente competitivas desta espécie a ocorrer em todo o estado¹⁰⁵, dão provas suficientes desse clima de terror e de insegurança. Os jornais noticiam inúmeros assassinatos políticos, casos de desmandos da autoridade policial, fuga dos magistrados, prisões indevidas, enfim, um amplo espectro de arbítrios e de violências grassando impunemente nos sertões. O jornal *O Ceará* de Júlio de Matos Ibiapina, que não era ligado a nenhum partido político, assim se referia a este estado de coisas:

“Reina uma grande confusão no interior do Estado.

¹⁰⁴ CEARÁ. **Instruções para a eleição de Presidente e Vice-Presidente do Estado**. Fortaleza: AC Mendes, 1920; no caso de eleição municipal uma cópia da ata era enviada à Câmara de Vereadores.

¹⁰⁵ Até 1922 não havia eleição para o executivo municipal, que era escolhido pelo presidente estadual. Em 1922 houve eleição, mas conservadores e democratas estiveram competindo sob uma mesma legenda, o “Partido Situacionista”. Só em 1926 é que, verdadeiramente, houve competição entre os partidos pelos cargos de prefeito municipal. As eleições de 1926 foram marcadas por inúmeras denúncias de violência.

“As linhas telegraphicas conduzem diariamente numerosos despachos narrando cousas do arco da velha.

“Em quasi todos os municípios, as eleições de prefeitos, agitando os ânimos, nas competições partidárias, estão produzindo uma literatura nova, retumbante e exalando um cheiro de pólvora inflamada.

“Os partidos políticos, empenhados nesta lucta, atiram, um contra o outro, a responsabilidade dos acontecimentos.

“E são de tal sorte alarmantes os factos, e crescem em tamanha progressão, que a gente de consciência se vê na contingência de meditar um pouco na sorte do Estado.

“O governo reafirma em todas as oportunidades o desejo que nutre que tudo corra na paz, tranquilamente.

“A opposição, gemendo debaixo do chanfalho, attribue a este mesmo governo, a culpa das chanfalhadas.

“A polícia, revelando-se de um faro invejável, em toda parte, vislumbra um plano de reacção, descobre armas occultas e ouve os conciliábulos dos conspiradores.

“Se um indivíduo qualquer é victima das balas da força pública, ao passo que de um lado se apregoa a ferocidade dos matadores, do outro lado se repuxa a folha corrida do morto, de accordo com os sympathicos racionos de Talião”.¹⁰⁶

Efetivamente, caíam por terra, pelo menos ao longo dos períodos eleitorais, as retóricas da unidade que tanto marcaram os discursos oficiais. A “Mallat”, a “Mauser” e a “Perry”, pelo que se subentende, continuavam organizando os pleitos e ditando os vitoriosos. A agressividade dos discursos da política, cotidianos nas folhas partidárias, vão cedendo espaço para a agressão física.

Até mesmo os jornais partidários se referem cotidianamente a situação de insegurança e de violência generalizada.

“Ninguém pode occultar, porque é flagrante accessível ao entender de quem der dois passos fóra desta capital para o interior, o facto de estarem os sertões cearenses mergulhados na mais sombria athmosphera de terror.

“É que no próximo dia 15 de novembro, vae realizar-se a eleição de prefeitos e a politicagem acciolyna, que orienta certos officiaes de polícia destacados no interior, está a fazer, desses que deviam ser os mantenedores da ordem, instrumentos de cabala eleitoral, pela compressão e pelo terror.

“(…) na marcha em que vão as coisas, o resultado do pleito de 15 de novembro não será ditado pela vontade do povo, sendo antes pela dos tenentes desordeiros a serviço do accyolismo. Os juízes de Tauhá e Cratehús não se julgam garantidos para presidirem a eleição nas suas

¹⁰⁶ O CEARÁ (Fortaleza) de 7 de novembro de 1926 (p.1. “Notas do Dia”);

respectivas comarcas e ambos se encontram nesta capital, não achando sufficiente garantias que o governo, de certo, não se recusará a dar-lhes”.¹⁰⁷

O município era o espaço decisivo para a articulação de uma hegemonia de poder pelos partidos. Afinal, era no município, ou melhor dizendo, na comarca, que se constituíam as juntas e as mesas eleitorais, elementos decisivos para a definição das eleições. No período de hegemonia da oligarquia aciolina, a relação entre a administração estadual e os municípios fundava-se na prerrogativa de nomeação dos intendentes pelo presidente estadual¹⁰⁸. Isso gerava o seguinte quadro: não havia sequer a possibilidade da formalização de oposições - através do jogo partidário - no município, já que o presidente sempre haveria de escolher um aliado seu, de seu partido. Não se cogitava então, que o poder pessoal dos coronéis pudesse sobreviver sem estar em íntima simbiose com a esfera pública (aliás, essa é a essência mesma do coronelismo, *uma forma peculiar de manifestação do poder privado*, nas palavras de Victor Nunes Leal¹⁰⁹). O presidente estadual, contudo, sempre apontava para ocupar a

¹⁰⁷Diário do Estado (Fortaleza) de 25 de outubro de 1926 (p.2 “Para evitar uma burla”);

¹⁰⁸ Lei estadual nº764 de 12 de agosto de 1904, que revogou a lei nº588 de 24/07/1900 e restabeleceu o artigo 7 da lei nº264 de 26/09/1895. Cf. CEARÁ. **Colecção das Leis Orgânicas do Estado do Ceará. (1894-1896)** Fortaleza: Typographia Econômica, 1897; CEARÁ. **Colecção das Leis Orgânicas do Estado do Ceará (1900-1902)**. Fortaleza: Typographia Econômica, 1903; CEARÁ. **Colecção das Leis Orgânicas do Estado do Ceará**. Fortaleza: Typographia Econômica, 1905. Saliente-se que até 1915, o Ceará era o único estado da federação a se utilizar do instrumento de nomeação dos intendentes pelo presidente estadual. Seguiram-lhe o exemplo a Paraíba e a Bahia, ambos em 1915. Esta informação está em LEAL, Victor N. *op. cit.* Nota 39; página 118. Tal instrumento, contudo, viria a cair na constituição estadual de 1921.

¹⁰⁹ LEAL, Victor Nunes. *idem.* (p.20);

“A base de organização do Estado é o município – assim o indica a índole do systema que nos rege, e assim o consagra a Constituição.

“É, pois, de primeira intuição que o Estado será o que for o município (...)

“Não podemos dizer que temos organização municipal, sendo certo que organizar não é, simplesmente, lançar os delineamentos d’uma qualquer construção por mais bemponderada que seja, mas construir definitivamente, que tanto importa adaptal-a aos interesses a attender e pol-a em effectivo funcionamento.

“Decorre, necessariamente, d’ahi, pernicioso influxo ás relações intrínsecas do Estado, attenstando os defeitos de origem e legitimando medidas de retoques, embora de carácter transitório, na organização municipal (...)

“Foi assim que esta Assembleia adoptou a disposição do art. 7º da lei n. 264 de 26 de setembro de 1895, attribuindo ao Presidente do Estado a nomeação dos intendentes municipaes, e, ultimamente, votou a lei n. 306 de 21 de agosto do anno passado, commetendo-lhe a previa revisão dos orçamentos annuaes das Camaras, para effeito de serem eliminadas as verbas illegaes.” (14-16); in: ACCIOLY, Antonio P. N. **Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Estado do Ceará pelo presidente...**Fortaleza: Typo-Litographia a vapor, 1907;

intendência municipal (que também acumulava a função de *chefe de polícia* no interior) aquele representante do grupo mais forte, ou seja, o que se apresentava como capaz de sustentar o presidente estadual nos pleitos, dominando as mesas e as atas eleitorais. Assim, os vários grupos de coronéis de um município procuravam sempre demonstrar que eram mais “fortes” do que os seus oponentes, na tentativa de se postar como aliados incondicionais do governo e virtuais postulantes à intendência.

Como não houve eleições nos municípios até 1922, a única maneira da oposição (ou seja, o grupo “de fora” da administração, que geralmente era do mesmo partido) chegar ao poder era através da força. Entre 1901 e 1915 houve nada menos que dezesseis golpes violentos contra intendenças municipais, apenas no Cariri. Dentre esses, catorze foram vitoriosos e apenas em duas situações o intendente conseguira sobreviver às ações orquestradas de coronéis e jagunços contra o seu mandato¹¹⁰. O novo coronel, recém-saído de um vitorioso *putsch*, telegrafava imediatamente para o presidente estadual que, por sua vez, o reconhecia como líder do grupo mais forte, nomeando-o para a intendência municipal. Estavam abertos para a sua facção o controle da polícia¹¹¹, das mesas eleitorais, a justiça, a arrecadação dos impostos e os empregos públicos.

Consequentemente, o presidente estadual estava sempre apoiado por um grupo capaz de sustentá-lo pela força, silenciando qualquer tentativa de contestação à ordem estabelecida e garantindo o controle das mesas e das atas eleitorais para a sua perpetuação no poder.

Essa situação se transformara por completo durante a administração do presidente Justiniano de Serpa. Na medida em que Serpa conseguira unir as facções partidárias rivais num único *Partido Situacionista*, acreditava não haver mais sentido em continuar defendendo a prerrogativa de nomeação de prefeitos. A constituição estadual de 1921 abole tal instrumento. Em 1922 há eleição municipal (à exceção da capital), mas não há competição entre partidos, na medida em que democratas e

¹¹⁰ MACEDO, Joaryvar. *idem* p. 49 e SS. CAMURÇA, Marcelo. **Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 em Juazeiro**. São Paulo: Maltese, 1994;

¹¹¹ Sobre a ação policial ao longo da oligarquia aciolina, ler: BARBOSA, Carlos Henrique Moura. “Organização, formação e atuação policial durante a ‘Oligarquia Accioly’ em Fortaleza”. *In*: ANAIS do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011; Para efeito de comparação com o período estudado, Cf. FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)**. Fortaleza: UFC (dissertação de mestrado), 2005;

republicanos encontram-se sob o controle efetivo da presidência estadual. Ainda assim, emergem temores quanto ao processo eleitoral por parte da classe política. Justiniano de Serpa, no já citado encontro de Prefeitos Municipais, procura acalmar os seus correligionários:

“(…) pareceu acertado dar sciencia aos prefeitos e chefes políticos do pensamento do governo no tocante à próxima eleição dos chefes do executivo nos diferentes municípios do Estado e relativamente à própria administração local. Explicou S. Excia. que, de parte a questão de doutrina, sempre entendeu que o município deva ser considerado o Estado em miniatura. Deve ser um organismo que funcione com a autonomia que lhe cabe e que possa prover às necessidades da vida colectiva no território que lhe é próprio. Assim, a eleição dos prefeitos é uma consequência lógica do conceito que S. Excia. tem do município. O que importa é ellegel-o realmente, effectivamente, pela maioria dos munícipes, dando-se como expressão da vontade da maioria, o que não passa de produto de fraude ou de compressão. Temos em todos os municípios do Estado, disse S. Excia., maioria real, indubitável, dos amigos da situação. Não há, pois, necessidade de evitar o pronunciamento das urnas. O que nos deve preocupar neste caso é o acerto da escolha (...). O chefe do executivo municipal, eleito livremente pela maioria de seus conterrâneos, se investe de uma grande autoridade”. (CONGRESSO, 1917, p.7)

Como se leu, havendo segurança para a reprodução do situacionismo, nada havia a temer relativamente às eleições municipais. Entretanto, quatro anos após, em 1926, a situação já era bem diversa. Democratas e Conservadores voltavam às animosidades e o controle dos municípios era prioridade para cada um dos partidos. É curioso pensar que, se as eleições eram mera formalidade em que se subscrevia a chapa situacionista, agora, passavam a incorporar outra formalidade que era a de legitimar a facção que controlava, efetivamente, as mesas eleitorais. Quando se fala aqui em “eleições competitivas”, quer-se sublinhar o seu caráter conflituoso entre as facções políticas, muito mais acentuado a partir de 1926. É certo que tal “competição” fundava-se em estratégias violentas, seja no controle da polícia, na utilização de jagunços armados para dissuadir os opositores a votarem, na cooptação de juízes para negar-lhes os títulos eleitorais, na falsificação das atas, etc.

Tudo isso repercutiu muito negativamente na imprensa local, seja a de Fortaleza, seja a das maiores cidades do interior. Os partidos políticos, que já não gozavam de uma boa reputação, ficaram completamente desacreditados pelos jornais não-partidários. Análises as mais diversas dão conta de uma situação dramática de

crise institucional, incapaz de auferir qualquer legitimidade e representatividade aos cargos políticos e, por consequência, ao próprio regime republicano¹¹².

Neste sentido, caberia falar em progresso, em evolução, em civilização? Se esses conceitos talvez pudessem ressoar no frio mundo das análises científicas, não se aplicavam, por certo, à realidade “quente” das disputas político-partidárias, ou mesmo no caso de reflexões políticas mais teóricas. O mundo da política, pelo menos o da política que então se praticava, acabava por ser o espaço consagrado do atraso, pontilhado por inúmeras e repetidas “crises”.

No que diz respeito propriamente às eleições na República Velha, vale ressaltar que os instrumentos de fraude, as chamadas “eleições a bico de pena”, ainda que fossem importantes, não eram o único artifício de manipulação dos pleitos. O extremo formalismo no alistamento eleitoral, aliado à formação de listas partidárias em acordos pré-eleitorais, ao controle das juntas e mesas eleitorais e mesmo à ação coercitiva da polícia e de cabos eleitorais, eram instrumentos igualmente eficazes de manipulação. Diversos estudos¹¹³, recentemente publicados, têm sublinhado tais aspectos, lançando uma nova luz sobre o cotidiano eleitoral da primeira República.

De fato, tais estudos têm o mérito de relativizar as tradicionais abordagens da dinâmica eleitoral na primeira República. Ao invés de subscreverem noções tais como as de “voto de cabresto”, “currais eleitorais”, “eleições a bico de pena”, “degola”, procuram nas práticas acima citadas uma centralidade mais decisiva nas eleições. Isso aponta para uma renovação nos estudos políticos do período, com amplas sugestões de pesquisa. A breve abordagem que aqui se produziu já indica um funcionamento do processo eleitoral muito mais conturbado e tenso do que se poderia supor se lançássemos mão somente da ideia de “fraude” pura e simples. Na realidade, está em processo um complicado e sinuoso jogo político, no qual a violência tem o seu

¹¹² Acerca da constelação dos significados de “República” e de sua evolução, ler: LAFER, Celso. “O significado de República”. **Estudos Históricos**. Volume 2, número 4. Rio de Janeiro: FGV, 1989 (pp. 214-224);

¹¹³ EDUARDO, Daniel José. **Cidadãos e eleitores no Rio de Janeiro na República Velha**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2011; VARES, Sidnei Ferreira de. “A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930”. *In: História: Debates e Tendências*. (v.11, n.1). Passo Fundo: UPF, jan.-jun, 2011 (pp.121-139); RICCI, Paolo e ZULINI, Jacqueline. “Eleições e representação na Primeira República: o papel da Comissão de Verificação de Poderes”. *In: ANAIS do VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Recife: 2010; DAVALLE, Regina. “Federalismo, política dos governadores, eleições e fraudes eleitorais na República Velha”. *In: METIS: História e Cultura*. (v.2, n.4). Caxias do Sul: UCS, jul.-dez, 2003 (pp.225-246);

lugar, bem como a formação das listas, a configuração das mesas e os acordos pré-eleitorais.

A historiografia brasileira mais vulgarizada e escolar acabou por cristalizar certas imagens relativas à Primeira República que foram elaboradas a partir da década de 1930. Ora, sob tal perspectiva, todo o período anterior a Revolução de 1930, que inaugurava o “novo”, era imediatamente considerado como “velho”. Assim, a caracterização dessa Primeira República como “República Velha” acabou se consolidando na nossa cultura escolar, como um momento pleno de todos os vícios, erros e desvios da história da nacionalidade¹¹⁴.

Essa percepção “naturalizada”, passiva e não-crítica começou a ser desmistificada a partir da década de 1990¹¹⁵. Ainda que seja evidente o controle do Estado por parte das oligarquias estaduais; ainda que as práticas políticas da época se pautassem amplamente pelo clientelismo; ainda que as eleições fossem simples formalidades dentro de um quadro de ampla manipulação dos resultados, é preciso ressaltar as diversas variantes dentro do quadro geral. Ora, mesmo num Estado como o Ceará, amplamente dominado pelo latifúndio, surgiram tensões oriundas de vários setores da sociedade. Ou seja, ainda que a dominação de feição mais tradicional, baseada em práticas clientelísticas e na ação coercitiva e paternalista do coronel (do “mandão da aldeia”) fosse habitual, isso não quer dizer que ela estivesse a salvo de reprovações, tensionamentos e resistências as mais diversas.

Tal “desnaturalização” daquelas tensões sociais aponta para a apreensão de uma sociedade muito mais complexa do que se pressupunha. Por exemplo, a dinâmica eleitoral não se desenvolvia num quadro em que existiam apenas “coronéis” e seus “clientes”, em que os primeiros impunham a sua vontade de maneira vertical

¹¹⁴ “Afim, periodizar, nomeando um ‘tempo’, é um ato de poder, como os historiadores sabem por dever de ofício. Nessa operação nada é ingênuo (...). No caso, a de República ‘Velha’ é uma autêntica ‘fórmula mental’, que certamente exige questionamentos, a começar pela indicação de que, não casualmente, foi imaginada e adotada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920/1930. Desde então, ela foi propagada, com ênfase durante os anos do Estado ‘Novo’, outra fórmula de periodizar a história brasileira, diretamente ligada, por contraste, às décadas que o precederam”. GOMES, Ângela de Castro e ABREU, Martha.. “A nova ‘velha’ República: um pouco de história e historiografia”. In: **Revista Tempo**. Número 26. Niterói: Universidade Federal Fluminense, janeiro de 2009 (pp 1-14);

¹¹⁵ GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. In: **Revista Estudos Históricos**. volume 2, número 4, Rio de Janeiro: FGV, 1989 (pp. 244-280); RAGO, Margareth. “A nova historiografia brasileira”. **Anos 90**. número 11. Porto Alegre, julho de 1999 (pp.73-96); FERREIRA, Marieta de Moraes. “A Reação Republicana e a crise dos anos 20”. **Revista Estudos Históricos**. volume 6, número 11. Rio de Janeiro: FGV, 1993 (pp.9-23);

aos segundos. Além das transações clientelísticas, também havia, como estamos lendo, momentos e espaços diversos de negociação entre as elites locais. Tais momentos nem sempre eram “pacíficos”, mas, muito pelo contrário, indicavam um tortuoso e sempre delicado processo de acomodação das elites políticas nas esferas representativas¹¹⁶.

Resta-nos, agora, acompanhar mais de perto as respostas que foram produzidas em face de tal situação institucional. Considerando a centralidade da “crise” política, que se desdobra em crise institucional, legal, ética e moral, apresentam-se aqui, três perspectivas distintas. A primeira delas, oriunda do pensamento autoritário e/ou nacionalista, faz a apologia de um regime capaz de promover a reabilitação nacional e, conseqüentemente, as suas “energias morais”. A segunda, de matriz tradicionalista, advogava uma reformulação nos costumes nacionais, vistos como decadentes e corrompidos, pela ação regeneradora do catolicismo. E, finalmente, a perspectiva da imprensa sindical, que se postava na defesa dos interesses dos trabalhadores e das classes populares contra a “sanha” das classes exploradoras.

Em comum, como se percebe, cada uma dessas perspectivas, parte de uma situação de crise, de crise quase insustentável. O diagnóstico moral também é uma faceta comum. A crise que se vive, antes de ser de ordem econômica ou política, é uma crise da moralidade, dos costumes, dos valores. As ideias de “decadência”, de “corrupção”, de “degenerescência” estão assim, no centro de tais análises.

4.4. As energias morais e a reabilitação nacional.

As doutrinas científicas gozaram de amplo prestígio entre a intelectualidade brasileira entre as décadas de 1870 a 1930. A intensidade da adesão a tais pressupostos foi de tal monta, que tais doutrinas transbordaram as margens dos estudos propriamente científicos (então muito restritos) para alcançarem o universo maior do discurso político. Esse fenômeno não é, de maneira alguma, incomum. Considerando a matriz bacharelesca e ensaística do pensamento brasileiro, que pouco

¹¹⁶ Nesse sentido, a obra de LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** *op. cit.* é decisiva para a compreensão da complexidade do processo.

ou nada se inclinava aos estudos sistemáticos no campo da investigação científica, sua aplicabilidade se deu, obviamente, nos diagnósticos da realidade nacional.

O nosso cientificismo se constituiu mais como doutrina do que, necessariamente, como instrumento da pesquisa aplicada. A prova está na sua contundente ressonância nos meios literários e políticos e na sua parca efetividade no trabalho científico, propriamente dito. A formação do intelectual brasileiro, pelo menos do intelectual “laico”, que se fazia nas faculdades de Direito, Engenharia ou Medicina, estava impregnada de conceitos tais como “evolução”, “organismo”, “transformismo”, “raça”, “caráter”, “energia”, entre outros. Mas, até que ponto tais conceitos puderam efetivamente, se constituir como matriz original do pensamento e da crítica social?

A impressão que se tem, pelo menos quando da leitura de textos mais vulgarizados, publicados pela imprensa e com a finalidade específica da análise política, é que esses elementos funcionam mais como instrumentos de legitimidade do discurso, do que propriamente, como proposta original de interpretação da realidade nacional. Funcionam como elementos de retórica, granjeando autoridade a quem deles se utiliza. Pois o que mal se encobre, é que tais análises revolvem-se no ambiente da crítica moral, mais do que de análise social.

Ainda há, contudo, uma questão a ser trabalhada mais a fundo. Se num período inicial tais doutrinas científicas assumiram um caráter “otimista” do papel regenerador da ciência e dos frutos esperados do “progresso”, paulatinamente deram lugar à percepções cada vez mais “pessimistas”. Pessimismo não tanto em relação à capacidade “regeneradora” da ciência, mas dos resultados esperados pelo “progresso”. Há um “mal” instalado no “organismo” brasileiro que impede a sua plena realização enquanto tal¹¹⁷. Esse “mal”, esta “doença”, tanto pode ser alcançada por intermédio de elementos tais como o “meio” ou a “raça”, ou mesmo, como se aborda neste texto, alcançado no comportamento da classe política.

Ela pode ser considerada uma das responsáveis pelo descalabro moral e pelo atraso em que o “organismo nacional” se debate. É o seu parasitismo que suga as

¹¹⁷ Sobre a relação entre organicismo e corporativismo na política brasileira, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, é obrigatória a leitura de LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2ª edição. Campinas: Papyrus, 1986;

“energias nacionais”, que paralisa o organismo, que o torna enfermo e débil. A ação da ciência deve ter uma função, dessa feita, “profilática”: livrando o corpo de seu parasita e restituindo-lhe, assim, a saúde. Entretanto, para que isso se efetive, um novo regime político, controlado por “homens da ciência” e, por isso, dotados de autoridade, deverá ser o agente de tal “profilaxia”. Como se pode antever, estamos nos primórdios do surgimento de um grupo que aspirava à condição de uma gerência técnico-científica da política e da sociedade, que efetivamente, via a si própria como legítima em função do seu saber especializado, como uma verdadeira “tecnocracia”.

Estes “tecnocratas” são, na realidade, bacharéis em Direito e não cientistas propriamente ditos. Seu saber é puramente teórico, sem qualquer experiência na prática da ciência. Não trabalharam em laboratórios ou centros de pesquisa, pela simples razão desses não existirem. Seu labor é nos tribunais e, amiudadamente, na imprensa política. São homens versados em sistemas filosóficos, ou pelo menos, aparentam dominar certos conceitos filosóficos. Mas, antes de tudo, são grandes retóricos¹¹⁸.

Essa qualidade parece, efetivamente, estar ausente nos discursos da classe política, propriamente dita, para espanto nosso. O discurso habitual da classe política é construído sob bases muito simplórias. Em primeiro lugar, nota-se um palavreiro vazio, mas de grande efeito estético. Um ranço parnasiano se estabelece por toda a parte, fazendo parecer, ao cabo, que o objetivo do discurso da política é antes confundir do que esclarecer. A estratégia comumente assumida, em tais discursos cotidianos, é a de despistar: a de nada afirmar, a de nada prometer. Em segundo lugar, a classe política parece aferradamente ligada a padrões de julgamento morais, como já se disse anteriormente.

A retórica dos intelectuais, contudo, é bem diferente. Ainda que carregada de expressões “científicas”, quer efetivamente, dizer algo. Fazem diagnósticos, prescrevem tratamentos, se batem pela transformação de uma ordem cada vez mais incapaz de se reproduzir. Colocam-se, sob esse prisma, na vanguarda da ação política. São capazes de reconhecer a ordem dos problemas que enfrentam e, sob o amparo legitimador da ciência, argumentam deter a fórmula exata para a transformação social.

¹¹⁸ São retóricos no sentido específico de domínio da “eloquência”, ou seja, no pleno controle da palavra falada e de suas estratégias de persuasão.

É isso que os distingue, basicamente: a confiança ilimitada nas suas próprias respostas. A classe política, por outro lado, vai se mostrando cada vez mais vacilante quanto a resposta precisa para a crise. A mera reprodução de seus esquemas tradicionais parece não dar conta dos problemas nacionais.

O diagnóstico da crise, causada pela “ação epidêmica” de um agente parasitário, que “suga as energias nacionais”, é facilmente identificável pela imprensa local. Artigos como o que segue se reproduzem sistematicamente nessas folhas:

“A causa dessa desconcertante anomalia de um povo miserável no meio da abundância está nas classes dirigentes que aproveitando-se das dificuldades de defesa de uma população espalhada em vasta extensão territorial, installaram-se em torno dos cofres públicos, e, como percevejos, sugam o sangue da nação. Como certos parasitas animaes, os nossos directores políticos não só esgotam a seiva nacional como ainda transmittem ao organismo colectivo virulentos germens pathogenicos.

“Entre nós, uma elite diminuta que não se distingue pelo saber nem pela moralidade, tomou a seu cargo a direcção colectiva. O resto do povo vive na situação do pupillo em relação ao tutor. Em vez, porém, de encaminharem os primeiros passos de seus tutelados, os tutores nacionaes obrigam-nos a trabalhos penosos para gozarem no ócio o producto da actividade de suas victimas indefesas. Em quase todos os estados brasileiros o impressionante espetáculo que nos penetra a atenção para todos os lados é este: a grande massa da nação trabalhando, sem conforto e sem estímulo, para o goso de uma minoria insignificante, ociosa e sem escrúpulos.

“Quem sustenta o Brasil? Quem alimenta o seu commercio internacional? Os productores do campo, dirá toda gente. Quem assegura o funcionamento da nossa custosa machina administrativa, da União, dos Estados e dos municípios? Ainda a população rural, isto é, os criadores, os productores de café, assucar, borracha, cacáo, fumo, etc. Que fazem os poderes públicos em prol dessas columnas de Hércules da nacionalidade?”¹¹⁹

O artigo, assinado por Júlio de Mattos Ibiapina, cujas ideias já foram discutidas no capítulo anterior, longe de ter sido uma peça isolada do pensamento de seu autor, é representativo desse discurso organicista e cientificista. Tais doutrinas, cada vez mais presentes na discussão dos problemas nacionais, seriam reverberadas por muitos críticos do sistema político. As metáforas organicistas se prestavam adequadamente às suas finalidades retóricas. Em primeiro lugar, suscitam imagens que facilmente levam à ilustração das ideias do autor. A imagem do organismo na sua relação com a sociedade é exemplar nesse sentido. Ao identificar as classes políticas

¹¹⁹ O SITIA (Quixadá) de 23 de novembro de 1924 (p.1 “A plebe tributária e os dirigentes da nação”. Artigo assinado por Júlio de Mattos Ibiapina);

como agentes parasitários do corpo nacional, alcança um efeito não só intelectual, como também estético (imagético). Em segundo lugar, o uso de certo jargão, oriundo da Medicina, fornece ao argumento, a força da legitimidade científica, ou seja, que se pretende verdadeira e incontestável.

Recorrer a tais estratégias argumentativas foi expediente amplamente disseminado entre nós, principalmente naqueles momentos em que se pretendiam discutir mais a fundo os problemas nacionais. O efeito estético e retórico dessas estratégias será sempre o mesmo: sociedade como organismo *versus* elementos patogênicos que a debilitam. São eficazes para apresentar uma situação aparentemente corriqueira, de dominação política, com tintas mais fortes, numa declamação mais extravagante e, certamente, mais sedutora sob o ponto de vista da retórica.

Outro exemplo, pleno desta loquacidade retórica, pode ser alcançado na leitura desse artigo:

“O Regimen Republicano implica a vontade do Povo na feitura do governo e essa condição formal é tão inherente à doutrina democrática que, falseal-a será destruir o instituto, mudando-o em sua essência e, virtualmente, transformando-o em monstro voraz que, de amigo que era do povo, de tornasse delle, um lobo faminto, cynico e concupiscente.

“A vida de um homem depende do bom funcionamento dos seus órgãos, como a integridade destes depende da vibratilidade sadia de suas células. Qualquer ofensa a um daquelles, estas entram logo a trabalhar para sanar o mal produzido e, quasi sempre conseguem reintegral-os a plenitude de suas forças e vitalidade.

“Si, porem as células são atacadas, morrem irremediavelmente, e com ellas, o homem, sem que os órgãos possam fazer nada pelas suas mandantes e representadas.

“Assim é também a vida collectiva.

“Uma Nação é um organismo vivo. Tem por órgãos os governos e as suas células elementares são os filhos e habitantes do âmbito legalmente constituído. Si algum de seus órgãos cahe doente de algum dos males sociaes (peste, fome, guerra, déficit, quebradeira, ladroeiros e semvergonhices), logo as células correm com os seus contingentes de vidas, fortunas e conforto moral para o ataque do mal que, quase sempre é destruído em mais ou menos tempo, conforme o grau de amor civico que é o princípio vibrátil do cidadão célula. Si, porém, em vez do governo, são as células, isto é, o Povo, o seu offendido no princípio vital que é a Consciencia Nacional, logo a Nação perece de inanição por lhe faltar o dinamismo básico que reside na vontade de seus cidadãos.

“É preciso, pois, que os Governos respeitem essa Consciencia para que se robusteça a célula maior do Paiz, se não querem desaparecer com a

Pátria na voraz do descrédito, na miséria humilhante do desprezo e desdém das Nações civilizadas.”¹²⁰.

A relação que se construía entre o organismo e a sociedade foi rapidamente assimilada pelas tendências políticas mais conservadoras. No caso, seu estatuto de verdade foi amplamente aceito na legitimação dos regimes autoritários e/ou totalitários da década de 1930 e 1940¹²¹. Isto se deve a várias razões. Essas analogias, como se percebe, são facilmente representáveis, de rápida assimilação e geram no leitor, a sensação de que se está diante de uma verdade óbvia, que se aceita sem maiores discussões. Da mesma maneira, ao instrumentalizarem um jargão tecnicista pretendem alcançar uma legitimidade que a retórica política pura e simples, não poderia lhe conferir. Entretanto, mesmo tal expediente não pode apagar o fundo moral subjacente a tais argumentos. Ainda que o autor se refira à células, organismo, órgãos e outros eufemismos, bem se compreende que sua intenção é a de fazer uma crítica moral, um “diagnóstico” de crise fundado numa moralidade conservadora que apazigua as diferenças nas metáforas organicistas.

Se tais metáforas são efetivas na representação do cenário da crise, também permitem intuir os caminhos pelos quais tais problemas seriam superados. Evidentemente, supõe-se a necessidade de uma ação “regeneradora”, capaz de combater o mal causado pelos “males sociais”. Ambos os textos indicam que o “agente” causador de tais males é a própria classe política. Extirpá-la do organismo nacional deve ser, portanto, a tarefa que se impõe à sociedade. Na medida em que a sociedade está debilitada por esses mesmos males, quem poderá aplicar a vacina? Os intelectuais então, se propõem a agir nesse sentido. São eles, segundo se pressupõe, os únicos dotados de “saber” e de “moralidade” no combate ao mal social, à crise política.

4.4.1. Os intelectuais cearenses e a questão nacional.

Esta situação nos remete, claramente, ao problema dos intelectuais e das classes médias urbanas no Brasil ao longo do período estudado e de sua relação com o universo político. Ao tratar dessa questão, falamos de um problema conceitual

¹²⁰ A Imprensa (Sobral) de 8 de dezembro de 1925 (p.1 “Civismo”);

¹²¹ LENHARO, Alcir. **A sacralização da política.** *op. cit.*

bastante complexo, pois que sob a denominação “classes médias”, podem ser classificados diversos grupos sociais, que não se enquadram nem entre as classes dominantes, sejam elas políticas ou econômicas, nem entre as classes trabalhadoras, sejam elas assalariadas ou não. A primeira questão que aqui se defende, é que o conceito de classe social não pode, ou não deve ser inferido somente a partir de uma questão de renda, mas no âmbito maior das relações sociais. Ou seja, os critérios meramente objetivos de definição não satisfazem a essa categoria. Seguindo o pensamento de Paulo Sérgio Pinheiro, teríamos que:

“(…) caberia lembrar que as classes dentro da estrutura de classes só podem ser definidas historicamente, enquanto pensadas nas relações com as outras classes (relações de antagonismo e de complementaridade) e definidas segundo critérios situados em diversos níveis da estrutura social (econômico, político, ideológico). É impossível concebê-las num vácuo: somente o exame das relações dessas com outras classes pode levar ao conhecimento da homogeneidade de sua orientação política e da forma de suas manifestações. As classes médias não podem ser pensadas segundo um conjunto de características elaboradas exclusivamente para uma só classe, individualizada” (PINHEIRO, 1997, p.10).

Está claro que ao se tematizar a questão dos intelectuais, fala-se de uma fração muito específica do universo das classes médias brasileiras. De fato, os intelectuais brasileiros, em geral, não se viam como “vanguarda” ou sequer como “representantes” das classes médias. O discurso político dos intelectuais voltou-se habitualmente para o “problema nacional” que identificavam, em grande parte das vezes, como fruto da ação funesta das oligarquias.

Mas, efetivamente, quem eram esses intelectuais? Ora, sob o rótulo de “intelectual” se pode nomear muitas categorias sociais que guardam pouco em comum entre si¹²². Eram intelectuais aquelas frações das elites locais que ostentavam os seus títulos de bacharel, mas os jornalistas políticos também cumpriam um papel semelhante. Eram intelectuais os representantes da Igreja Católica e do pensamento conservador, mas certos grupos ligados ao movimento dos trabalhadores também o eram. O que os distinguiu, na prática, era a legitimidade do lugar social de onde articulavam as suas ideias. Sob tal perspectiva, um bacharel que falasse a partir do

¹²² Muitos dos problemas aqui abordados nasceram da leitura de SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV editora, 2000 e SIRINELLI, Jean-François. “As elites culturais”. In: RIOUX, Jean-Pierre *et alli*. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998;

Centro Médico Cearense, da Academia Cearense de Letras ou do Instituto do Ceará teria mais “capital” intelectual, ou seja, mais prestígio socialmente construído, do que os gráficos que publicavam os seus jornais de classe. Quem pertencesse àquelas instituições com mais “prestígio”, cujo discurso não era facilmente contestado ou posto em dúvida, pode ser considerado por nós como parte de uma “elite cultural”.

Ainda assim, mesmo com os preconceitos socialmente estabelecidos, procura-se aqui não conceder todo o espaço às considerações teóricas advindas dessas “elites culturais”. Contrabalancearemos tais posições com as perspectivas oriundas dos intelectuais não estabelecidos, à margem do sistema de reconhecimento, prestígio e distinção social da época. Só assim, poderemos nos aproximar da “polifonia” dos diversos grupos emissores do discurso da política, sem nos fecharmos no pensamento da elite.

No caso do Ceará, faz-se necessário compreender tal relação por uma perspectiva “geracional”¹²³. É possível distinguir, *grosso modo*, quatro “gerações” de intelectuais cearenses a partir de sua relação com o Estado, com as elites dirigentes locais e com a percepção que tinham de si mesmo enquanto elites legítimas para o exercício do poder.

De maneira geral, costuma-se a datar o início do pensamento social cearense a partir da geração de 1870 ou, mais precisamente, com a formação da *Academia Francesa*¹²⁴. Congregando a diminuta e jovem intelectualidade local, coube à *Academia Francesa* o papel de introdutora do materialismo no Ceará, principalmente sob o viés do positivismo comteano e das mais variadas matizes do evolucionismo, inclusive a do evolucionismo racial de Herbert Spencer. Sem querer tirar o mérito da sua função modernizadora no campo das ideias, parece claro que o pensamento social cearense tivesse origens mais remotas¹²⁵. Aliás, a própria razão de ser da *Academia*

¹²³ Relativamente ao problema das “gerações” no estudo da história, ler o artigo: SIRINELLI, Jean-François. “Génération et histoire politique”. In: **Vingtième Siècle, revue d’histoire**. No. 22, avril-juin 1989. (pp.67-80);

¹²⁴ A Academia Francesa, fundada em 1871, teve como membros vários jovens que viriam a tornar-se notáveis no campo das ideias, tais como João Capistrano de Abreu, Miguel Antônio da Rocha Lima e Raimundo de Farias Brito. Foi por conta da notoriedade que esses pensadores alcançaram posteriormente, que a historiografia considera a fundação da Academia Francesa um marco no nosso pensamento social. É bom que se diga, no entanto, que sua atuação foi fugaz, cobrindo um número pequeno de anos. Cf. BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. (3 volumes). Fortaleza: Instituto do Ceará, 1948.

¹²⁵ Esta, aliás, é a posição defendida por Braga Montenegro. “Evolução e Natureza do Conto Cearense”. In: **Uma antologia do conto cearense**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1968.

Francesa, foi a de combater a hegemonia do pensamento católico de viés tradicionalista, predominante no Ceará desde, pelo menos, os inícios da década de 1860¹²⁶. A ideologia romântica, da mesma maneira, criara raízes no pensamento social cearense, também desde a década de 1860 – principalmente com autores do porte de José Martiniano de Alencar (1829-1877) e de Juvenal Galeno da Costa e Silva (1836-1931) (ALENCAR, 2015). Isso, obviamente, sem falar na pluralidade dos autores menos conhecidos – principalmente poetas – que consolidou o lugar do romantismo na literatura e no pensamento social cearense.

O tradicionalismo católico pode-se dizer, é uma expressão ideológica cujo vigor e presença no pensamento social foi incontestável¹²⁷. Desde a fundação do Seminário Episcopal de Fortaleza (1865) e graças à ação orgânica dos bispos católicos Dom Joaquim José Vieira (1836-1917), Dom Luís Antônio dos Santos (1817-1891) e Dom Manuel da Silva Gomes (1874-1950) (CAMARA, 1974), o tradicionalismo católico foi marcado por um laço de continuidade no tempo que só pelo seu caráter institucional é possível dimensionar. Assim mesmo, não se pode negar que, apesar de que suas bases institucionais e filosóficas permanecessem inalteradas por longos anos, enfrentou temas e problemas do tempo, às vezes com mais, outras vezes, com menos vigor e expressividade. Dentre os temas “candentes” que o pensamento tradicionalista teve de haver-se, destacaram-se principalmente aqueles ligados às inconveniências do regime de padroado e à permanente mobilização antimoderna, que sempre pôs o tradicionalismo na “defensiva” em relação aos valores apregoados pela modernidade ocidental. Assim, o tradicionalismo é sempre um pensamento “conservador”¹²⁸, na medida em que rejeita em bloco o conjunto das utopias (e das ideologias) modernas e

¹²⁶ Neste sentido, arvorei-me na erudição da obra de João Alfredo de Sousa Montenegro. **O Trono e o Altar: vicissitudes do tradicionalismo católico no Ceará**. Fortaleza: BNB, 1992.

¹²⁷ Cf. CAMPOS, Eduardo. **As irmandades do Ceará Provincial**. Fortaleza: Secretaria do Desporto e da Cultura, 1980 ou então LIMA, Francisco. **O Seminário da Prainha**. Fortaleza: BNB, 1982. A produção universitária é pequena, destacando-se o artigo de Francisco Pinheiro “O processo de romanização da Igreja no Ceará”. in: SOUSA, Simone de. **História do Ceará**. (4ª ed). Fortaleza: Demócrito Rocha, 1995 e o próprio estudo citado de João Alfredo de Sousa Montenegro. O tema, em geral, dilui-se em muitas análises sobre a sociedade fortalezense do século XIX, como, por exemplo, PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Urbanidade e Cultura Política**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1998. Transversalmente o tema aparece de forma privilegiada em DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

¹²⁸ Sobre “Conservadorismo”, Cf. VINCENT, Andrew. **Ideologias Políticas Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995;

apregoa, incessantemente, um retorno à uma suposta “pureza originária” dos costumes cristãos¹²⁹.

Longe de o tradicionalismo encontrar sua base apenas entre o clero instruído, logrou mobilizar amplos setores da intelectualidade laica em torno de seus propósitos. Só assim se compreende que uma instituição como o Instituto do Ceará (fundado em 1887) contasse entre seus membros, inúmeros seguidores do tradicionalismo católico – dentre os quais, seu mais ilustre membro: Guilherme Studart (1856-1938), *barão de Studart* sagrado pelo papa Leão XIII em 1901 (AMARAL, 2002). Não é possível, então, aceitar quaisquer interpretações da nossa história intelectual que se queira cega para esse fato – o da intrínseca relação entre intelectualidade e ideologia católica no Ceará. Nem a tão satírica *Padaria Espiritual* (fundada em 1897) esteve completamente apartada da convivência com membros de militância católica. Mas, por que razão salientar esse fato? Porque, imiscuído entre instituições laicas – literárias ou científicas – buscava o tradicionalismo alcançar uma legitimidade pública, marcando posição no debate intelectual da época. Não era o caso de, cerrando fileiras na defensiva antimoderna, ficasse o tradicionalismo desprovido de uma participação no debate público, contentando-se com uma marginalização forçada. Neste sentido, procura criar instituições de cunho social (Santa Casa de Misericórdia), político (Círculo Católico) ou beneficente (Sociedades de São Vicente de Paula) que justifiquem seu lugar no debate intelectual público.

Entretanto, malgrado sua relevância no plano das ideias, o tradicionalismo não participou da construção de um pensamento político e social, de forma autônoma, pelo menos até o alvorecer da década de 1920. Sua contribuição, no período da *Belle Époque* (1870-1920)¹³⁰, esteve articulada conjuntamente com outros matizes intelectuais, mormente no caso do romantismo. A obra de Juvenal Galeno, nesse sentido, é exemplar, pois que sintetiza elementos do tradicionalismo católico em construções deliberadamente românticas. E isso não é estranho, já que o próprio

¹²⁹ Ler, por exemplo: COSTA, Antônio Teodorico da. “O Operário enquanto fator do Progresso Universal”. Revista do Instituto do Ceará, 1926 e “Questão Suprema”. Revista do Instituto do Ceará, 1922.

¹³⁰ Para a historiografia européia continental, *Belle Époque* foi o período compreendido entre o final da Guerra Franco-Prussiana (1871) e a eclosão da I Guerra Mundial em 1914. Durante esse período de mais de quarenta anos, não houve guerras entre as principais potências, além de um processo de crescimento econômico mais ou menos constante. Já no Brasil, a *Belle Époque* diz respeito à ideia de “modernização”, feita a reboque da importação das modas francesas, principalmente na arquitetura. Cf. NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;

romantismo foi abraçado e abraçou o pensamento social católico dos séculos XIX e XX (CORRIGAN, 1946).

É realmente o romantismo quem inaugura um pensamento identitário na literatura e no pensamento social. Tal pensamento se foi construindo como discurso de poder que sustentasse certa posição política das elites intelectuais e impusesse um papel social a ser desempenhado pelo povo. Está no cerne das preocupações do romantismo a preferência pelos estudos que fazem a valorização – artificial e arbitrária – das identidades nacionais (LOWY E SAYRE, 1995; HOBBSAWN E RANGER, 2002). O romantismo é assim, o discurso fundador e legitimador do Estado Nacional, compreendido como emanção de um *espírito do povo*¹³¹. No caso brasileiro, a formação ideológica da nação foi o projeto dominante do estado imperial, lançando mão – abertamente – da intelectualidade cooptada de forma inconsciente ou não (DOMINGUES, 1987). Na realidade, o romantismo brasileiro é a expressão ideológica de um Estado controlado por uma pequena e poderosa elite necessitada de argumentos que pudessem oferecer legitimidade à existência nacional, aliás, fortemente contestada durante os anos que antecederam a época da Conciliação¹³².

No Ceará ouviram-se também os ecos do projeto nacional-romântico. Aqui estamos nos referindo explicitamente à obra de Juvenal Galeno que, se por um lado é manifestadamente limitada no que tange o talento literário, é central do ponto de vista histórico (AZEVEDO, 1982), pois representa o primeiro estágio na explicitação da relação entre intelectuais, Estado e Nação no Ceará¹³³.

¹³¹ O conceito de “espírito do povo (*Volksgeist*)” emana da obra de G.W.F. Hegel e terá papel central no discurso nacionalista romântico do século XIX: no caso da história, é cerne do pensamento de Novalis e Michelet na Alemanha e na França, respectivamente. Para uma compreensão mais aprofundada do conceito, não há nada mais satisfatória que a leitura da obra de Hegel. **Filosofia da História**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

¹³² Sobre o papel da Conciliação no projeto nacional brasileiro, ler: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 2004;

¹³³ Antônio Cândido distingue o regionalismo dos românticos e dos pós-românticos: “Os românticos – Bernardo, Alencar, Taunay, Távora – tomaram a região como quadro natural e social em que se passavam atos e sentimentos sobre os quais incidia a atenção do ficcionista. É notório que livros como *O Sertanejo*, *O Garimpeiro*, *Inocência*, *Lourenço*, são construídos em torno de um problema humano, individual ou social, e que, a despeito de todo o pitoresco, os personagens existem independentemente das particularidades regionais. Mesmo a inabilidade técnica ou a visão elementar de um bater de estradas, como Bernardo Guimarães, não abafam esta humanidade da narrativa. Já o regionalismo post-romântico dos citados escritores tende a anular o aspecto humano, em benefício de um pitoresco que se estende também à fala e ao gesto, tratando o homem como peça da paisagem, envolvendo ambos no mesmo exotismo. É uma verdadeira alienação do homem dentro da literatura, uma reificação de sua substância espiritual, até pô-la no mesmo pé que as árvores e os cavalos, para deleite estético do homem da cidade. Não é à toa que a literatura sertaneja, (bem versada apesar de tudo por aqueles mestres), deu

Para Juvenal Galeno, os costumes populares são manifestações de um caráter puro e ingênuo do povo. Caberia aos intelectuais conhecer esses costumes resguardando para que não houvesse contaminação com os valores modernos que, no seu entender, desintegrariam a solidariedade comunitária e lançariam os indivíduos no vazio do subjetivismo relativista. Estavam claros, para o pensamento que Galeno defendia, o lugar do povo e da *élite* intelectual. O povo deve riaser mantido o mais possível próximo aos seus costumes naturais e à inocência dos seus valores tradicionais. A elite intelectual deve assumir um papel diretivo nacional, fomentando os compromissos da nacionalidade e repudiando um vínculo maior com as utopias modernas (leiam-se: materialismo, individualismo, indiferentismo religioso). Ouvem-se aqui, naturalmente, ecos rousseauianos que nos levam à tese do *Bom Selvagem*. Mas, contrariamente a Rousseau o estado não se funda numa *volonté générale* (ROSSEAU, 2002) com sua autonomia cidadã, mas sim num estado tutelar, de caráter patriarcal, que tem como missão resguardar não só os valores, mas toda a arcaica estrutura social brasileira. Evidentemente, se trata de um compromisso que a elite intelectual se obrigaria a cumprir: a de, em troca da manutenção do seu *status* social dirigente, preservar as manifestações originais do caráter brasileiro, sem fazer concessões às utopias modernas que ameaçassem a própria existência dessa identidade.

O papel submisso, melhor dizendo, tutelado, do povo brasileiro, seria ainda reivindicado e atualizado por diversas outras correntes, modernas ou não. É o caso, lembramos, do liberalismo brasileiro, cujos compromissos conservadores são mais evidentes que seu ideário progressista¹³⁴. Para o pensamento social cearense

lugar à pio subliteratura de que há notícia em nossa história, invadindo a sensibilidade do leitor mediano como praga nefasta, hoje revigorada pelo rádio.

“O regionalismo dos românticos, ao contrário, distinguindo a qualidade respectiva do homem e da paisagem, constitui, na sua linha-tronco, uma das melhores direções de nossa evolução literária, vindo, através de Domingos Olímpio, ramificar-se no moderno romance, sobretudo no galho nordestino, onde vemos a região condicionar a vida sem sobrepor-se aos seus problemas específicos. Por isso, o regionalismo – o verdadeiro e fecundo – que aparece nesta fase com Bernardo Guimarães, teve a importância que lhe reconhecemos em capítulo anterior. Enquanto nas literaturas evoluídas do Ocidente ele é quase sempre um subproduto sem maiores conseqüências (uma espécie de bairrismo literário), no Brasil, que ainda se apalpa e estremece a cada momento com as surpresas do próprio corpo, foi e é um instrumento de descoberta”. SOUSA, Antônio Cândido de Melo e. **Formação da literatura brasileira**. 9ª edição. Belo Horizonte: Vila Rica, 2000 (pp. 192 – 193).

¹³⁴ Cf. NEDER, Gislene. **Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé / Socii, 1979.; MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. (4ª edição).

daquele *fin-de-siècle*, o liberalismo era ainda uma fórmula difusa, mal compreendida, repetidas vezes feita sinônimo de *slogans* da época (e, como a maioria dos *slogans*, vazio de conteúdo) tais como *progresso, evolução, civilização, laissez-faire*. Nem a reflexão acerca da liberdade nos espaços do estado contratualista; tampouco (muito menos ainda) as considerações no plano econômico caracterizaram o liberalismo brasileiro e cearense. Ele é, antes de mais, uma moda intelectual, dentre as tantas que, em determinada época, fizeram sucesso entre os intelectuais locais. É possível, então, falar em liberalismo no Ceará na virada do século XIX para o XX?

A resposta só é afirmativa se nos contentarmos com uma definição parcial do significado do liberalismo para aquelas gerações. Dessa feita, como já dissemos, ser liberal equivalia a identificar-se como participante de uma corrente de pensamento progressista que se opõe ao clericalismo, à dita “estreiteza” dos espíritos, ao provincianismo tacanho, à excessiva regulamentação do Estado ou mesmo à participação de militares na vida pública. Vê-se logo que nosso liberalismo parecia uma resposta cosmopolita ao regionalismo romântico (CORDEIRO, 1997). Mas, antes que se criem equívocos, o aparecimento do liberalismo não correspondeu imediatamente à extinção do romantismo, muito pelo contrário, pois ambos não raras vezes coexistiam e cruzavam-se nas mais variadas expressões do ecletismo intelectual da elite cultural brasileira. Figura representativa do liberalismo cearense no século XIX foi a do padre Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), o *Senador Pompeu*. Clérigo vinculado ao regime de padroado, comprometido com a construção do Estado Nacional e com a estabilidade do regime; maçom; leitor atento e seguidor das teses de Adam Smith; “animador” das sociedades literárias, enfim, um caso representativo de alguém que se considerasse “liberal” – e comparando ao universo intelectual da província à época, o era – no Ceará.

Foi o Senador Pompeu quem, nos inícios de 1877, tentou levar adiante a criação de um instituto histórico e geográfico cearense, nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, com a missão de dar a conhecer e a pesquisar a história e a geografia da província¹³⁵. Pompeu contava com o

Rio de Janeiro: Topbooks, 2003; CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras**. *op.cit.*;

¹³⁵ Sobre a tentativa de Pompeu em fundar um instituto histórico e geográfico no Ceará, a única referência disponível é o estudo de NOBRE, Geraldo. “A Gênese do Instituto do Ceará”. *In*: Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza: IOCE, 1977.

apoio de João Brígido dos Santos (1829-1921), Pierre Thèberge, Joaquim Catunda (1834-1907) e do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe (1821-1908), todos historiadores e geógrafos de relevância no cenário intelectual de então. Entretanto, o irromper da terrível seca e a morte do Senador Pompeu vieram a frustrar a tentativa. Somente dez anos depois, já em 1887, uma nova geração de intelectuais da província pôde consumir o projeto de Pompeu, fundando o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Saliente-se que essa nova geração vinculava-se politicamente aos *pompeus*, uma das facções do Partido Liberal, sendo assim, herdeira do liberalismo (no sentido que vimos empregando aqui) de seu patriarca. Os doze fundadores eram, na sua maioria, muito jovens e, de alguma forma, ligados ao “cosmopolitismo” civilizatório que tanto os caracterizou. Obviamente, todos são filhos das boas famílias da capital e, buscando certa “respeitabilidade” social, convidam o romântico Juvenal Galeno para fazer parte da agremiação. Apesar de aceito o convite, Juvenal Galeno nunca freqüentava as sessões do Instituto e, à exceção duma poesia que apareceu no segundo volume da *Revista*, nunca publicou nada de seu com o timbre da instituição. Outro “respeitável” convidado foi o Padre José Augusto da Frota (1849-1942), célebre abolicionista da campanha de 1884 que, como Galeno, pouco se importou com as sessões ordinárias da casa¹³⁶.

O discurso liberal desses moços - “ilustrado”, “iluminado”, “progressista”, “cosmopolita”, “evoluído” - dava bem a medida do nosso cenário intelectual de então. Todos, sem exceção, participaram do movimento abolicionista três anos antes (quando eram mais moços ainda – com idades entre 17 e 21 anos). Vitoriosa a campanha, procuraram dar continuidade aos seus propósitos civilizatórios, nas páginas dos jornais, nos salões lítero-diversionais da cidade, nos clubes, nas salas de estar. Não eram radicais, não atacavam as instituições, antes procuraram colaborar na construção da estrada do progresso moral e material dos cearenses.

Aqui, a construção da relação entre intelectuais, Nação e Estado ganha novo capítulo. Com os “cosmopolitas” o lugar da elite é o de promover a elevação intelectual e moral do povo. Povo, que no seu entender, está *naturalmente* destinado ao progresso, haja vista que a seca é uma “escola de provas”, na qual as virtudes

¹³⁶ Sobre a composição social dos membros fundadores do Instituto do Ceará, ler: AMARAL, Eduardo Lúcio G. **Intelectuais e Política no Instituto do Ceará (1887-1922)**. São Paulo: PUC, 2002. (dissertação de mestrado).

da paciência, do trabalho e da resignação são aprendidas. Pela primeira vez, faz-se uma leitura da história cearense sob a ótica mesmo dessa destinação ao progresso. Cada uma das etapas da nossa formação como povo seria uma manifestação dessa vocação imemorial: nos inícios, a saga colonizadora de Martim Soares Moreno, o “póllen fecundante do progresso” (STUDART, 1903); após, os capítulos das revoluções liberais de 1817 e 1824 ambas posicionadas contra o absolutismo monárquico; a seguir, a bem-sucedida campanha abolicionista de 1884 que consagrava o Ceará como “Terra da Luz”. Esse enredo desfia uma visão civilizatória da história local (mais que liberal, propriamente dita, mas o termo ainda cabe aqui), comprometida com a utopia moderna do progresso cultivada por essa geração. Como já se disse, a elite deveria levar ao povo os frutos desse progresso e dessa civilização, mas, qual o lugar destinado ao povo?

Para Antônio Bezerra de Menezes (1841-1921), membro fundador do Instituto do Ceará, a ética popular é, antes de tudo, comprometida com a honra e os valores da dignidade familiar e patriarcal (MENEZES, 2001). Antônio Bezerra havia imigrado para Manaus durante a década de 1890 e trabalhado nos jornais daquela cidade. Percebendo entre as elites locais certa dose de preconceito contra o adventício cearense, publica uma série de artigos na imprensa que, depois, seriam reunidas em livro em 1906 (*O Ceará e os Cearenses*). Para ele, nada havia de se temer relativamente à contribuição do cearense para o progresso material da cidade, muito pelo contrário. Ao invés de pleitear a imigração italiana, as elites amazonenses deveriam se dar por satisfeitas com a presença do cearense, já que esse, além de não por em risco a unidade nacional, era efetivamente criado numa “escola de provações” que era a seca e, portanto, mais determinado no trabalho e na defesa da ordem. As virtudes ensinadas pela seca seriam, efetivamente, aquelas do trabalho e do convívio familiar. Ao, finalmente, sugerir que o cearense era um “vetor do progresso” pela excelência das suas virtudes, Antônio Bezerra fazia a apologia da ordem. Em comparação com os anárquicos imigrantes italianos que desafiavam a todo o momento o *status quo*, o cearense “conhece o seu lugar” como trabalhador e como guardião da honra familiar. O lugar do povo na ordem liberal continua a ser o da submissão à tutela das elites ilustradas, tal como a corrente romântica havia proposto. Essa é, finalmente, uma das facetas conservadoras do liberalismo brasileiro: a da manutenção das estruturas tradicionais de poder sob o pano da modernidade.

As duas primeiras gerações de intelectuais, a geração romântica e a geração liberal, auferem sua legitimidade como elites a partir de uma estreita relação com o Estado. Percebem-se como parte de um processo de formação da nacionalidade, esteio e alicerce da própria existência do Estado. Se por um lado, existem as elites econômicas e políticas regionais, de caráter particularista (refiro-me aos proprietários de terras, cuja base de poder estava no município), as elites intelectuais, até pelo seu processo de formação, se consolidariam como “elite burocrática”, tendo em vista os interesses nacionais. Parece claro que grande parte desses intelectuais pertenciam, ao mesmo tempo, ao corpo das classes dominantes brasileiras como um todo. São bacharéis em Direito, Engenharia e Medicina, títulos ostentados como se fossem de nobreza. Têm acesso à magistratura estadual, ao magistério oficial, aos grêmios literários e científicos e, ainda, muitos deles, à política. Há assim, uma unidade de formação, uma homogeneidade de origem social, um compartilhamento dos mesmos espaços de distinção e uma relativa equiparação de suas trajetórias profissionais (CARVALHO, 1996; PÉCAULT, 1990).

Sinais de um processo de diferenciação ideológica não tardaram a surgir entre os intelectuais da terceira geração. Nos movimentos abolicionista e republicano percebe-se a formação de um pequeno grupo de intelectuais que não compartilhavam das mesmas origens, da mesma formação, e, por conseguinte, do mesmo *status* social. No caso particular do movimento abolicionista cearense, encontram-se intelectuais provenientes dos setores mais díspares. Na Sociedade Cearense Libertadora (1881) havia clérigos romanizados (Padre Frota e Monsenhor Bruno) convivendo com maçons oriundos da sociedade “Perseverança e Porvir”¹³⁷, monarquistas e republicanos, tradicionalistas católicos e cientificistas: todos engajados no mesmo movimento.

Era de se esperar que tal acordo se assentasse em bases muito frágeis. Em 1883, a Sociedade Cearense Libertadora cindiu-se: de um lado ficaram os seus membros mais exaltados, que pregavam o abolicionismo “a todo custo” e de outro, os dissidentes aglutinaram-se no “Centro Abolicionista”, que buscavam o abolicionismo

¹³⁷“No Ceará, dez moços reuniram-se com finalidades comerciais e, de mistura, com objetivos altruísticos, fundaram e em 28 de setembro de 1879 instalaram a **Perseverança e Porvir**, aproveitando a data como homenagem à lei da Silva Paranhos. Havia na mente dos sócios o ideal da emancipação e certa inspiração maçônica, dominante àquela época”. In: GIRÃO, Raimundo. “O Abolicionista Studart”. Fortaleza: **Revista do Instituto do Ceará**, 1984. TE 7 (p. 102);

“dentro da ordem jurídica”, ou seja, através da compra de cartas de alforrias. A cisão entre as duas sociedades abolicionistas define claramente os grupos mais exaltados daqueles mais comprometidos com o *establishment* jurídico do Império. O jornal *Gazeta do Norte* de 6 de janeiro de 1883 assim explicava a dissensão entre os dois grupos:

“A amplitude da acção a que attingiram as sociedades abolicionistas, o largo campo em que ellas semearam a semente da transformação do trabalho nacional são os primeiros estádios de uma evolução que aproximará o Brazil das civilisações adiantadas da Europa e da América do Norte.

“Essa obra por via da solidariedade humana operando-se latentemente, por leis geraes apenas pressentidas trará como consequência a invasão de novas ideas, a irrupção de sentimentos desconhecidos e um accrescimento da actividade nacional no sentido de minorar o exagerado patriotismo para a assemelhação do progresso universal.

“Para o Ceará suou a hora desta evolução (...) O solo estava preparado para receber a pedra fundamental do novo edifício social. Obreiros não faltaram.

“Si por entusiasmo da causa, no afan de muito fazer, houve atropelamentos, desacertos e defeitos, cumpre a geração que suceder-lhe proceder menos precipitadamente para a obra sábia, tão bella e perfeita quanto comporta a contingência do esforço humano.

“Parece-nos que é este o papel destinado ao Centro Abolicionista, que acaba de fundar-se nesta capital para secundar a tarefa da abolição do trabalho escravo. Fazemos votos para que todos empenhados n’esta causa compreendam a importância d’estas considerações.”¹³⁸

O que se desenhava, de fato, era o surgimento de um claro processo de diferenciação entre gerações que se radicalizava conforme avançava o movimento. Aqueles cuja lealdade estivera com a ereção de um Estado fundado nos pressupostos da estabilidade jurídica, se conformaram numa agremiação mais “conservadora”¹³⁹. Os demais, para quem tal lealdade nunca estivera em jogo, eram mais radicais em suas pretensões. Havia uma linha de continuidade entre aquela militância abolicionista,

¹³⁸Gazeta do Norte (Fortaleza) de 6 de janeiro de 1888. No artigo “Em torno da abolição”, Júlio César da Fonseca Filho assim caracterizava os membros da Sociedade Cearense Libertadora: “*Os combatentes irrompiam à paraguaia, por entre os agentes que pensavam. Gesticulavam, gritavam impropérios, investindo e recuando! Pior do que isto, estavam no flanco os prosadores e os poetas com lama para quantos se impacientavam de tanto alarido e com seringas soprando tisna nas famílias. A pior ovelha é sempre a que mais berra*”. FONSECA FILHO, Júlio César da. “Em torno da Abolição”. In: **Revista do Instituto do Ceará**, t. 3, 1889;

¹³⁹Faziam parte do Centro Abolicionista: Nogueira Acióli (que viria a ser presidente do Estado), Guilherme Studart, Barão de Aratanha, Justiniano de Serpa (também viria a ser presidente estadual), Joaquim Catunda (senador na república), Antonio Teodorico da Costa (intelectual ligado ao tradicionalismo católico), João Brígido dos Santos (jornalista de nomeada, amigo particular do Senador Pompeu), entre outros. José e Isaac Amaral, Pápi Júnior, Antônio Martins, Antônio Sales, etc.

principalmente da militância da Sociedade Cearense Libertadora, e o movimento republicano no Ceará. Aglutinados no Centro Republicano (1888) e no seu jornal *O Libertador* (que fora também o jornal da Sociedade Cearense Libertadora), esses intelectuais, militantes e políticos não representavam senão uma facção barulhenta, mas inofensiva aos olhos dos grandes partidos de então.

A notícia da proclamação da República em 1889 pegou-lhes totalmente desprevenidos. Passaram da condição de um grupo inexpressivo em termos políticos, para ocupar o centro dos acontecimentos de então. De “Centro Republicano” passaram a condição de “Partido Republicano”. Mas, tal organização mostrou-se, logo cedo, muito frágil. A maioria de seus membros foi compelida a compor com os estratos políticos remanescentes do período monárquico, aglutinados no Partido Federalista. Dessa composição, nascera a “União Republicana para o Povo Cearense” em 1892 e os fundamentos da “normalização” do regime, alicerçados no poder das oligarquias estavam lançados.

Para José Murilo de Carvalho, durante esse processo de transição de regime,

“(…) ao cair a elite não a substituiu outra adequada às novas tarefas exigidas pelas transformações havidas na economia e na sociedade. Pelo contrário, os anos iniciais do novo regime padeceram de grande falta de elementos capacitados, tendo-se muitas vezes que recorrer aos políticos da antiga escola. Na verdade, os líderes republicanos que mais se salientaram na consolidação da república foram os remanescentes da elite imperial, como Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena, Rodrigues Alves, etc” (CARVALHO, 1997, p.39).

A terceira geração, cujos recalcitrantes, como Solón Pinheiro, Rodolfo Teófilo e Antônio Sales, foram banidos do estado ou ficaram em difícil situação, é a geração da “desesperança” e da “desilusão” quanto aos rumos do regime republicano. Para eles, o novo regime não fora capaz de realizar suas esperanças de modernização, de progresso ou de evolução da sociedade brasileira. Ao invés disso, mostrara-se conveniente àqueles grupos vinculados à estrutura agrária dominante, remanescentes da política monárquica. O tom amargo de suas frustrações quanto aos rumos da república é facilmente atestado quando da leitura de suas obras. No livro *O Babaquara*, já tratado anteriormente, fazem-se pesadas denúncias acerca dos arbítrios cometidos pela oligarquia aciolina. A bibliografia de denúncias, publicadas longe do Ceará por

aqueles intelectuais marginalizados pelo regime é relativamente extensa: *O Olygarcha do Ceará: chronica de um déspota* de José Getúlio da Frota Pessoa, *Scenas e Typos* de Rodolfo Teófilo, *O Ceará – vítima de explorações e roubos* do Padre José Barboza de Jesus, *Carta Política* de Solón Pinheiro, etc¹⁴⁰.

Assim, a vida intelectual do Ceará, nas primeiras décadas do regime republicano, seria marcada pela existência de dois grupos antagônicos. De um lado, os intelectuais “estabelecidos”, vivendo à sombra dos favores oficiais e politicamente dóceis em relação à oligarquia. São professores do Liceu do Ceará ou da Academia Livre de Direito; funcionários da magistratura estadual; instalados nos círculos ilustrados do Estado, tais como o Instituto do Ceará. Estavam situados numa confortável posição que lhes consagrava os espaços de distinção social. Muitos desses, a partir da década de 1920, se engajaram nos movimentos sociais católicos, liderando muitas associações daquele jaez. Por outro lado, aqueles que não alcançaram qualquer posição na vida pública, nas instituições de saber e de ensino, sentem-se marginalizados por uma estrutura política incapaz de abrir-lhes quaisquer espaços de expressão ou de distinção social, a não ser o do jornalismo político ou do magistério particular.

Como já lemos anteriormente, o jornalismo político não era, contudo, o lugar ideal de expressão independente de suas ideias. A maior parte dos que se subordinavam à faina de trabalhador intelectual em jornais devia prestar seus serviços a um determinado grupo político, sendo, por isso, mínima a sua margem de autonomia intelectual. Poucos foram aqueles, que a despeito dessa situação, escapavam aos ditames dessa estreiteza de ação. Foi o caso de intelectuais do porte de Júlio de Mattos Ibiapina, Demócrito Rocha (odontólogo), Fernandes Távora (médico, professor do Colégio Militar) e Jäder de Carvalho (bacharel em Direito), que tiveram a oportunidade de dirigir suas próprias folhas políticas.

Podemos classificá-los, *grosso modo*, como estratos das elites intelectuais não incorporados aos círculos de prestígio e distinção social advindos da adesão aos

¹⁴⁰Documentos mais importantes do período são: SOARES, Martim. **O Babaquara**: subsídios para a história da olygarchia no Ceará. Rio de Janeiro: sem editora, 1912; PESSOA, José Getúlio da Frota. **O Olygarcha do Ceará**: a chronica de um déspota. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1910; THEOPHILO, Raymundo. **Scenas e Typos**. Edição facsimilar da 1ª edição de 1919. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009; JESUS, José Barboza de. **O Ceará – vítima de explorações e roubos**. Fortaleza: Typographia Minerva, 1918; PINHEIRO, Solon. **Carta Política**. Rio de Janeiro: Typographia Escolar, 1912.

grupos dominantes. São, para usar uma expressão da época, “os de baixo”: aqueles para quem a República representou não mais que indiferença ou marginalização. Economicamente, são estratos da classe média, mas de uma classe média em constante ameaça por sua postura independente. Não podiam contar, em grande parte do tempo, com bons empregos públicos, nomeações para comarcas no interior, etc.

Os casos de Júlio de Mattos Ibiapina e de Fernandes Távora nos remetem àquelas frações das elites locais capazes de oferecer a seus filhos o treinamento adequado à formação clássica das elites brasileiras. Estudaram no Liceu do Ceará e passaram pelos bancos universitários. Viajaram para o exterior, onde tomaram contato com a realidade daqueles países. De retorno ao lugar de origem, iniciaram carreira nos círculos oficiais até o momento em que sua independência intelectual cobrara o seu preço. Ibiapina fora deputado estadual entre 1917 a 1919 e dirigira a folha oficial do governo Serpa, o *Diário do Estado*, para logo romper com os grupos dominantes e, conseqüentemente, ficar alijado dos favores oficiais. Távora clinicou em várias cidades do interior, mas dedicou-se de corpo e alma ao jornalismo político. Posicionou-se contra as elites oligárquicas e, tomando a defesa dos irmãos, os “tenentes” Juarez e Joaquim Távora, acabou estabilizando-se como professor do Colégio Militar de Fortaleza. Posteriormente, em 1930, foi nomeado interventor federal no Ceará.

Já os casos de Jäder de Carvalho e de Demócrito Rocha, como se adiantou, pertencem a outra realidade. Ambos vieram de origens muito mais modestas e só alcançaram os diplomas universitários com mais de trinta anos de idade, portanto sem o auxílio econômico dos pais. A vida de ambos transcorrerá quase que inteiramente no jornalismo. Demócrito Rocha, um talentosíssimo jornalista, com faro para os negócios, logo se tornou célebre com um tipo de imprensa que chamaríamos hoje de “colunismo social”. Já Carvalho, militando à esquerda, tivera muito mais dificuldades em se estabelecer socialmente. Seu jornal fora proibido em 1931, depois acabara preso pelo Estado Novo por seu vínculo com o Partido Comunista. Só depois da redemocratização é que experimentara algum reconhecimento público por sua obra (vastíssima, de estudos sociais, de romances e de poesias).

A filiação teórica e a militância política desses intelectuais revelam três coisas: em primeiro lugar, postam-se como críticos independentes do regime. Lastimam os rumos que tomara a República e são bastante cétricos quanto ao futuro do

sistema representativo e sua rotina de poder; em segundo lugar, arvoram-se como intelectuais capazes de pensar (e salvar) a Nação, corrigindo-lhe os rumos e fazendo-a trilhar nos caminhos de um novo processo de autonomia política, econômica e social; e, em terceiro lugar, filiam-se com maior ou menor intensidade, às doutrinas antiliberais e nacionalistas, fossem elas de caráter autoritário ou não, de esquerda ou de direita.

Para Daniel Pécault, esta geração,

“(…) não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente.

“Essa geração esforçou-se, assim, para romper com duas experiências que marcaram negativamente a história intelectual antecedente: a dependência perante o Império e o isolamento no início do século XX. Em contrapartida, tentou reatar uma terceira: o prestígio das elites do Estado, que caracterizara todo o período do Império. (...)”

“A geração de 1920 considerou-se herdeira também desta postura: ao reclamar do Estado uma verdadeira autoridade, tomou como ponto pacífico o fato de que sua missão era, primeiro, política” (PÊCAULT, 1990, pp. 23 e 24).

A rejeição do sistema político vigente, como se afirmou, foi uma das mais candentes marcas dessa geração. Acompanhando, pela imprensa, os escritos desses intelectuais, percebemos a insatisfação com um regime que, além de ser incapaz de lhes acolher, também virava as costas para qualquer projeto nacional. O vínculo com o nacional, fosse ele situado em qual espectro político, era então, condição necessária para afirmação do próprio caráter do intelectual autônomo.

A seus olhos, o estágio da política refletia uma situação de plena decadência, de desagregação, de dissolução moral. Fazia-se urgente, portanto, resgatar as energias nacionais e superar tal estado calamitoso da política. Cabia, portanto, a eles mesmos, a missão de acender a centelha do nacional, mobilizando o povo para a tarefa de soerguimento pátrio. Tal mobilização deveria redundar num governo cujo princípio se pautasse pela moralidade, pelo compromisso com a Nação e com o progresso material. O afastamento das elites tradicionais era então, ponto pacífico em todas as conclusões desse tipo.

4.4.2. *Fernandes Távora e “A Tribuna”.*

Em 1921, o médico e professor do Colégio Militar, Fernandes Távora lançava o jornal *A Tribuna*. Ainda que proveniente de uma família de raízes latifundiárias, na região do médio Jaguaribe, muitos de seus parentes fizeram carreira no Exército. Fernandes Távora foi irmão de dois líderes tenentistas: Joaquim Távora, que morreu na revolta tenentista de 1924 e de Juarez Távora, um dos líderes da Revolução de 1930. Seu pensamento foi, sob esse prisma, moldado nos princípios do positivismo, que então, passava por ideologia oficial do Exército. Mas, antes de tudo, o posicionamento de Fernandes Távora se bateu pela ideia de “republicanizar a república”, assumindo o caráter nacional e patriótico que havia sido solapado pela hegemonia dos interesses particularistas das elites agrárias regionais.

Num dos primeiros números de *A Tribuna*, o editorial de Fernandes Távora já fazia o diagnóstico da crise moral em que o país, segundo ele, se debatia:

“Somos um povo que nos vimos caracterizados pela completa fallencia de uma vontade dominadora profunda, capaz de, reunindo as ennergias dispersas, dirigir e orientar a consciência nacional ao encontro dos altos desígnios que nos estão reservados. Ao Brasil falta o que Jacques Reboul dizia faltar à França também – um Idéa fixa, um grande e nobre sentimento que inspire e dicte a acção nacional, refletindo e traduzindo as mais rellevantes aspirações da alma collectiva.

“É que vivemos aos tacteios, desconfiados e receiosos de nós próprios, construindo o nosso edifício social sob as bases da dúvida, traduzida, evidenciada na indecisão de nossas próprias iniciativas. Tudo quanto construimos, espiritual ou materialmente, por isso mesmo que o fazemos sem fé, sem essa serena confiança que distingue uma acção reflectida e dirigida para um certo e determinado fim, em harmonia com o conjunto do esforço geral, reveste-se de um acentuado caracter de transitoriedade. Somos uns verdadeiros pyrotechnicos da acção, pois tudo quanto fazemos, tem um que de artificioso, de fictício, de passageiro – tem o effeito mesmo de fogo de artifício.

“No entanto, é lícito o crer-se que nada se funda socialmente sem esse conjunto de sentimentos propulsores de toda acção collectiva que se traduz numa grande, intensa fé.

“Ao espírito arguto e prático do povo inglez jamais faltou essa espécie de mysticismo collectivo que envolve e disfarça o utilitarismo do esforço individual. É o que falta ao Brasil – a fé, fé que entre nós poderíamos chamar o senso do patriotismo.

“É certo que essa carência de fé reflete, nos dias pressagos, o estado de afflicção e de angústia em que se debate a consciência universal neste momento de entranhada individualismo, que a humanidade tresloucada, incerta do caminho que vem trilhando, repudia a Deus e foge do Amor, que é ainda uma revelação de Deus e prolonga, e destende, e desfaz as fronteiras que delimitam e criam a idéa de Pátria.

“Tenha cada brasileiro a segura consciência do seu patriotismo, e a alta compreensão dos deveres que lhe são impostos por esse patriotismo histórico, que encadeia e liga as gerações de hoje à grandeza da Patria de hontem. Se até nós também, chegou esse espírito de angústia que domina os povos em decadência e que o pessimismo derramou sobre a terra, fazendo seccar as melhores fontes do coração, combatamol-o antes que o mal leve mais longe a depressão do nosso caracter.

“Dentro de nós próprios encontraremos as grandes, poderosas forças de regeneração, de renascimento da antiga fé nacional, pois só assim crearemos com ardor, com entusiasmos, e com inteira confiança nos destinos do Brasil, tornando invencível pela fé de seus filhos”¹⁴¹

O chamamento à ação, característico do “pathos” da retórica política, está aí evidente. Não é por acaso que o jornal de Fernandes Távora se chama *A Tribuna*: pois é a partir dela que os patriotas devem se bater por uma renovação nacional. E esta renovação se fará em quais bases? Nesse caso específico, não pela adoção exclusiva de modelos fundados no pressuposto da racionalidade, mas também pelo pressuposto da fé. A fé, no caso, deve ser o liame entre povo e nação. Faz-se necessário despertar o povo, e por consequência, a nação, de seu sono letárgico, retemperando-lhe os brios, fazendo emergir sua energia vital. O que se quer despertar é o “entusiasmo”, o “ardor”, a devoção a uma causa única (a ideia fixa), que deve ser a causa nacional. A partir de então, poder-se-ia conciliar o Estado e a nacionalidade, pois que estão apartados um do outro em razão do egoísmo das elites dirigentes.

Tais argumentos, apesar de bastante difundidos, são bastante frágeis sob a perspectiva de seus fundamentos lógicos. Insinuem, sem nunca efetivamente dizer, a necessidade premente da instalação de um regime de força, de viés autoritário, que pusesse no lugar da sociedade civil, a tutela do Estado Nacional. Não se compreende, de imediato, a natureza da fé a que Fernandes Távora se reporta. Fé, basicamente, em quê? Na Nação? Nas energias nacionais? Qual é o dogma que sustenta essa fé? O autor fala insistentemente na necessidade da crença numa “ideia fixa” que, segundo o mesmo, é algo similar a um “misticismo coletivo”, que animaria os povos, fazendo-os reencontrar-se consigo mesmos por intermédio do Estado. Não há, obviamente, no pensamento de Fernandes Távora, qualquer possibilidade de negociação com a ideia de liberdade individual, ou com a soberania da sociedade civil, ou mesmo com a existência de uma esfera pública do debate político.

¹⁴¹A Tribuna (Fortaleza) de 12 de janeiro de 1921 (“Uma ideia fixa”, p.2);

Caso tentássemos ler o texto como se fosse uma plataforma política, racionalmente fundamentada, chegaríamos à conclusão de que seus pressupostos são evidentemente, contraditórios, incapazes de resistir a uma análise mais detida. Entretanto, o que se deve observar, é que esse é o argumento de um retórico. Ou seja, o que se expõe são as estratégias de convencimento e de persuasão. Senão, vejamos. O autor abre o seu escrito com um sinistro diagnóstico de falência da vontade coletiva nacional. Argumenta que as realizações nacionais, até aquele momento são carentes de estabilidade, de finalidade, de verdade. Para ele, é a falta de fé em si mesmos, de fé na nacionalidade que faz com que os brasileiros vivam essa crise de confiança. O resultado seria uma perene angústia do caráter nacional, resultado necessário do individualismo e do indiferentismo religioso. Só com a renovação da fé, com autoconfiança, com a mobilização nacional seria possível contornar tal estado de coisas, superar a crise moral na qual se abatem os brasileiros.

Ora, sob tal perspectiva, sob o prisma da retórica, há de se concluir que suas estratégias de persuasão são perfeitas. Se os argumentos são fracos, as estratégias são fortes. O nacionalismo militante, de boa parte da intelectualidade brasileira, e particularmente cearense, ao longo da década de 1920, é assim, uma doutrina que beira o “misticismo”. Pode-se falar de uma revivescência romântica? Apenas, creio, na medida em que tais considerações recolocam o nacional e o nacionalismo na agenda política. A questão da identidade nacional, preocupação central da geração romântica parece ter sido já superada, pelo menos em autores de caráter mais autoritário como Fernandes Távora. O que se propõe é a ideia de por a nação “em marcha”, é uma filosofia da ação. Ação irrefletida, é bem verdade, mas que procura mobilizar o interlocutor a repudiar um estado de coisas que lhe parece insustentável e buscar alternativas no espectro político de caráter mais autoritário. Estado e Nação deveriam reencontrar-se para promover a regeneração da sociedade.

No editorial de 26 de fevereiro de 1921, Fernandes Távora volta à baila com a questão. Só que agora, o faz sob o prisma de um determinado acontecimento político, qual seja, a eleição de deputados federais. A leitura do editorial é bem sugestiva para os nossos argumentos.

“Nós cremos na fatalidade das leis moraes, como cremos na fatalidade das leis físicas”, assim se expressou uma vez quem sempre teve autoridade para tanto. Nós cremos piamente nesta verdade, porque não descremos da força eterna do bem. Este cedo ou tarde, vence, vinga a sua

estrada sempre semeada de urzes. Acaba victorioso si bem que carregada de cicatrizes.

“Costumam os nossos homens de bem, nas mil difficuldades que o cercam, na lucta que sustentam desesperadamente contra a falsidade, contra a hypocrisia e costumam dizer: ‘Ah! Quanto custa viver honradamente’.

“É uma exclamação melancólica que muitos repetem quase desanimados.

“Estas considerações, levadas ao campo da política, têm um melhor relevo ainda mais notável. Neste terreno a seriedade desapareceu por completo. Porque não há mais que um jogo de intrigas, do qual só não fazem parte os honestos de grande ennergia cívica, que pensam servir à rudeza das luctas leaes, mas à inconsistência terrível e traiçoeira dos atoleiros dos charcos.

“Ainda agora não assistimos outra cousa. O sr. presidente do Estado tudo garantiu, publicou ‘notas officiaes’ e, ao passo que elle sustentava uma cousa, aos interessados na regularidade dos pleitos, os políticos que o cercam diziam e dizem cousa inteiramente opposta. Diziam que a eleição livre é poesia. Si bem que disseram, ainda melhor obraram, mandando commeter toda a sorte de violências em Aurora e roubando o direito dos opposicionistas em Lavras, Milagres e outros municípios, e, por fim fazendo transações com os collegios eleitoraes que chamamos ‘maioria de espada’, com o propósito de satisfazerem caprichos e vinganças.

“Tudo isto fazem e deixam, em insinuações maliciosas perceber que ao sr. Presidente do Estado estas cousas não desagradam, tanto assim que sobre ellas o silencio há de correr eternamente.

“Em verdade a opinião se vai formando, dando razão aos que sabem illudir. Estes têm o grande interesse de enfraquecer a força moral do chefe do Estado, que, depous de enleado nas tramas, ficará sem acção, ou por outra, servindo de joquete (sic) aos interesses políticos do campanário.

“Estamos enxergando tudo; toda a gente está fitando e analysando os acontecimentos.

“Nós, que acreditamos no bem, vamos apenas seguindo o seu caminho abrolhoso, com a esperança de encontrar algum ancoradouro”.¹⁴²

O problema ao qual o editorialista se reportava dizia respeito às eleições para a Câmara Federal do dia 20 de fevereiro de 1921. Essas haviam sido as primeiras eleições sob o comando do presidente Justiniano de Serpa. Como já havíamos lido anteriormente, o presidente estadual procurara construir um equilíbrio entre todas as facções políticas do Ceará, garantindo representação a cada uma delas, desde que se mantivessem leais ao seu governo. Isso redundaria, já no ano seguinte, na formação do chamado *Partido Situacionista*. Justiniano de Serpa havia apregoado, desde sua posse, que as eleições deveriam ser as mais livres possíveis. Ou seja, a de que o eleitor deveria votar em quem lhe aprouvesse, sem que houvesse coação por parte das facções

¹⁴²A Tribuna (Fortaleza) de 26 de fevereiro de 1921. (“Editorial”. p.1);

políticas. Segundo ele, o regime deveria curvar-se à verdade das urnas, única garantia da legitimidade da república.

Entretanto, o correr dos fatos não tardou a demonstrar o quão inocentes pareciam as exortações do presidente estadual. Os muitos grupos em disputa procuraram de toda a maneira garantir o controle das juntas e das mesas eleitorais com correligionários seus. Da mesma forma, procuraram aproximar-se do presidente estadual com a finalidade de influenciá-lo na composição da lista oficial. Como Justiniano de Serpa demorasse a definir a chapa oficial, isso causara extrema ansiedade entre a classe política e a boataria grassava à larga por toda a cidade. Dia após dia, candidaturas eram feitas e desfeitas, ao sabor das circunstâncias. No final das contas, o presidente divulgaria a chapa oficial somente em 6 de janeiro, ou seja, numa data bastante próxima das eleições.

O pleito, segundo consta em diversos jornais, tal como *A Lucta* (Sobral), *Diário do Estado* (Fortaleza) e *Correio do Ceará* (Fortaleza) foi pontilhado por inúmeras arbitrariedades. Em Camocim, segundo se divulgou na imprensa de oposição, “continuava a votar o eleitor Mallat”¹⁴³. Os casos de Aurora, Milagres e Brejo Santo, onde ocorreram espancamentos, assassinatos, roubos, fuga de juízes e arbítrios policiais repercutiram até na folha oficial, o *Diário do Estado*. Segundo a própria *A Tribuna*, em Fortaleza, menos da metade dos cerca de 4,5 mil eleitores compareceram às urnas¹⁴⁴, sendo, portanto, marcada pelo frio interesse dos votantes.

Ou seja, a tese do “voto livre” não resistira à realidade dos fatos. As práticas de violência continuaram dando a tônica nas eleições. Fernandes Távora apoiara seu tio, Belisário Távora nessas eleições. Mas, como o mesmo não compunha a chapa oficial, não tinha chance alguma de vitória. Ou seja, o fato de não compor a chapa do governo era capaz de, por si mesmo, criar desânimo nos cabos eleitorais que não queriam se comprometer com qualquer oposição e, assim, permanecer alheados do controle das rendas e dos empregos públicos. Tal sequer se cogitava. Sua chance de vitória, era para não dizer impossível, a menor possível.

O editorial procura encarar a derrota infringida pelo situacionismo ao tio de Fernandes Távora, como consequência de uma ação imoral, de mera manipulação

¹⁴³A Tribuna (Fortaleza) de 21 de fevereiro de 1921;

¹⁴⁴A Tribuna (Fortaleza) de 21 de fevereiro de 1921;

do processo eleitoral. O argumento central do texto procura responder à pergunta: por que os bons padecem enquanto os malvados são bem-sucedidos? A pergunta já supõe a resposta: porque os malvados não têm freios morais e são capazes de tudo para alcançar o que pretendem. Mas a retórica política, principalmente quando manipulada por alguém talentoso, tem a capacidade de, por intermédio do juízo moral, definir a questão antes mesmo de sua análise. O autor já se coloca entre os honrados, entre os bons e, conseqüentemente, traça um claro limite entre si e os outros, os malvados.

Os malvados, que procuram a todo custo saciar as suas ambições, não têm sequer a dignidade de preservar a imagem do presidente estadual que os favoreceu na indicação da chapa oficial. Quando dizem “eleição livre é poesia”, na realidade o autor quer sublinhar a sua falta completa de escrúpulos. Esses, os inescrupulosos, são a chaga moral que sangram a dignidade nacional. Percebem apenas os seus interesses egoístas e pouco se importam com aqueles que lhe deram abrigo. Fernandes Távora, que se coloca ao lado dos bons, crê que tudo isso será revertido pela “fatalidade das leis morais”. Ora, só é possível compreender que tal “fatalidade” diga respeito à ideia de que os bons, mais cedo ou mais tarde, saiam vencedores na luta contra o mal.

Esses argumentos se mostram bastante frágeis, quase infantis. Afinal, a arena do poder não deveria ser orientada pelos fins, pouco se importando os meios? O sistema político então vigente dava margem a aqueles que eram indicados pela chapa oficial vencessem as eleições. A lógica é a do situacionismo dominante. As chances de Belisário Távora vencer a eleição eram nulas porque ele não se aliou ao presidente estadual, não estava “de cima”, como então se falava.

Mas sob o ponto de vista retórico, a estratégia é convincente. Há uma luta entre bons e maus. Os maus vencem porque são inescrupulosos, porque tecem intrigas e manipulam os pleitos. A única maneira de salvar a nação é extirpando-lhes da vida

Figura 3 – Primeira página de *Ceará Illustrado* do dia 2 de agosto de 1925.



Fonte: Ceará Illustrado (Fortaleza)

política. Não se fazem quaisquer comentários acerca da estrutura de poder em que o sistema político se baseia. Não se busca uma análise racional dos fatos em questão e assim, compreender as suas vicissitudes. O sistema é mal porque impede os bons de a ele ter acesso. Não há como modificá-lo por dentro. Restaria apenas a solução de modificá-lo por fora.

A retórica de Távora vai se tornando cada vez mais agressiva ao longo dos meses seguintes. Num de seus editoriais de março de 1921, se permite uma longa análise da rotina política local desde a queda de Acióli em 1912. O texto, embora um pouco longo, é interessante por balizar uma compreensão do período que estamos tratando mais diretamente. A tendência manifesta é a da total incompatibilização de Távora com o governo estadual, na medida em que passa a acusar o presidente Serpa pela situação de descalabro moral em que, segundo ele, se encontrava o Ceará:

“Ainda bem não passam os efeitos de um conchavo, já se assentam as bases do outro.

“No Ceará, de 1912 para cá, os partidos raramente têm se batido na arena política.

“Não vimos Franco Rabello reconhecido por aqueles que nunca poderiam fazê-lo?

“(…)

”Não vimos os rabellistas, depois de esmagados à bala, ainda ostentando as feridas da peleja, accudirem, pressurosos, a um aceno do sr Benjamin Barroso, então no poder, para ganhar 4 deputados federaes em fevereiro de 1915?

“Não vimos hontem a campanha do PRCC, ora chamado, por ironia, ‘pujante’, fez contra o dr. Justiniano de Serpa, combatendo a sua candidatura à presidência?

“E como acabou tudo isso?

“Acabou como comédia de circo em que o palhaço corre atrás da garotada vadia, mettendo-lhe fogo no trazeiro.

“Aqui tudo é hypocrisia e mentira, e, em verdade, não pode haver seriedade numa terra em que se vive por milagre e se mora por castigo.

“A lucta pela vida, o mercantilismo, a agiotagem dominante têm envenenado a vida.

“(…)

“Ideal é synonimo de prato e, como sacco vasio não se põe em pé, avançam todos para a roça do palácio, na algaravia confusa de bandos de periquitos quando avistam milho verde.

“O dono da seara, às vezes, aperta o gatilho da caçadeira e vê a queda de algumas aves famintas.

“Vôam as incólumes em estridente alarido transidas de espanto, mas logo voltam, atrahidas todas pelas espigas, embora enfrentando o perigo de novos disparos. Lá se ficam porque não há tempo para persegui-las sempre que se aproximam.

“Traçamos estas linhas, em cima da perna, ao nos ser fornecida hoje, uma lista que, dizem o sr Thomaz Cavalcanti, ante-hontem, levou ao dr. Serpa.

“Contam quatorze nomes para, dentre elles, serem escolhidos oito, à vontade do sr presidente, para a futura Assembléa estadual: capitão João Leal, R. Arraes, dr Waldemar Falcão, dr Joaquim Telles, dr Abelardo Marinho, Helvécio Teixeira, dr Cesário Arruda, L. Felipe, padre Máximo, E. Borges, Pompeu C.. Lima e Alfredo Dutra.

“Nesta simples questão de economia particular, o “pujante”, elle próprio, não pode deliberar, apesar das transigências. É o dr. Serpa quem escolhe, aliás sem conhecer nenhum dos seus inscriptos.

“O chefe do executivo assim procedendo, negociando a composição do corpo legislativo de amanhã, trancando as urnas aos que aspiram uma cadeira, muito justamente faz enorme mal ao Ceará, cujos homens e partidos carecem de estímulo e de brio.

“Todo mundo vê o descalabro que anda por ahi, humilhando-nos. S. excia não deve agir desta forma ante-republicana. Não augmente horror ao cahos, desilludindo uma raça já afundida(sic) no oceano da cobardia moral.

“Ao contrário, procure s. excia. retemperar-lhe a alma, encorajando-a, mostrando-a o caminho da honra, onde já ninguém sabe onde começa, nem onde termina.

“Salve-nos de mais uma vergonha e queira passar por um governante ‘comme les autres’”.¹⁴⁵

O argumento que se repete é da mesma natureza dos demais. A elite política dominante, à sombra dos favores oficiais, mantém sua posição proeminente por puro interesse. Note que, para o autor, toda essa situação remete à nova fase da rotina política estadual, quando passam a existir dois partidos competindo pelo poder. Não se pode incluir, por isso, as ideias de Távora no rol daqueles argumentos nostálgicos do conservadorismo que lemos anteriormente. O problema, para ele, é não somente a política sem ideal, mas a política partidária em si mesma. Seu pensamento é de caráter autoritário e em consequência, a existência de partidos é um absurdo na medida em que se movem unicamente pelo desejo do poder que pelo serviço à pátria.

Denuncia que os partidos “raramente têm se batido na arena política”, ou seja, que preferem a negociação das indicações à chapa oficial que, propriamente, uma disputa eleitoral honesta. Ou seja, além de serem meros expedientes em busca do poder e do favor, os partidos sequer cumpririam sua missão de mobilizadores da opinião

¹⁴⁵A Tribuna (Fortaleza) de 23 de março de 1921 (“*Comme les autres*” p.2);

pública em torno de plataformas claras. Sustenta essa posição ao afirmar que não titubearam em compor com o situacionismo mesmo naqueles momentos em que estiveram mais fragilizados. Não eram, portanto, organizações modernas ou democráticas. Finalmente, acredita que a posição do presidente estadual em posicionar-se como árbitro, como “fiel da balança” entre as rivalidades partidárias, nada mais faz que, sustentar tal estado de coisas. Ao retirar dos partidos qualquer autonomia – a não ser para indicar alguns nomes à sanção presidencial – retira-lhes também os seus “estímulos e brios”, lançando-os todos no “oceano da covardia moral”.

É nesse “oceano da covardia moral” que se situa a crise pela qual, segundo Távora, se encontra a política cearense. Nela, tudo é “hipocrisia e mentira”, já que não há ideal a ser realizado, visto que “ideal é sinônimo de prato”. Esses argumentos, ainda que se repitam amiudadamente, têm o mérito de esclarecer a própria situação econômica em que se encontrava a classe política dominante. Sem querer discutir o tema mais a fundo, é preciso considerar que para tais elites, o exercício da política não era só uma questão de poder político, mas também de sobrevivência econômica. É dos cargos, dos privilégios, das trocas de favor que tal elite alcança certa estabilidade econômica. E não deveria ser diferente num estado como o Ceará cuja agricultura e pecuária raras vezes permitiam ultrapassar o limite de sua própria reprodução. Távora sublinha a tese de que tudo se trata de uma questão de “economia particular” na medida em que todos “avançam para a roça do palácio quando avistam milho verde”.

Assim, tais elites são desprezadas por Távora duplamente. Primeiro, por serem infensas a qualquer consideração que não a da própria sobrevivência como “elites”. Segundo, por não agirem conforme a um ideal, submetendo-se a mais reles política, a “politicalha” comezinha, de favores, de transações, de acordos de gabinete, de bajulações. Não poderia haver, de fato, para ele, ideal que sobrevivesse a tal estado de coisas. Isso nos leva a pensar que, para Távora, se fazia necessária a edificação de uma nova elite, comprometida com o fortalecimento do Estado e capaz de orientar-lhe os caminhos. Para isso, os homens não deveriam submeter-se a pressões materiais tão prementes. Como não explicita isto, somos levados a considerar que devem “servir”, mais do que serem “servidos” pela pátria. Novamente, se coloca a necessidade de construção de uma nova elite política, apartada das questiúnculas do partidarismo estreito e comprometida com a construção da nação.

Mas, enfim, em que os argumentos de Távora podem ser considerados representativos das propostas de sua geração, ou melhor colocando, daquele grupo de intelectuais que se posicionou de maneira independente diante do estreito círculo dos favores oficiais? Penso que, sucintamente, seja possível sistematizar tais ideias em quatro posicionamentos comuns. O primeiro é a da sua decepção com os rumos do regime, que o coloca no campo dos intelectuais marginalizados dos favores oficiais, ainda que pertença à elite econômica. O segundo é a da sua concepção da missão do intelectual, qual seja, a de denunciar e apontar os caminhos para a superação do regime instaurado. O terceiro é a adesão aos modelos políticos alternativos ao liberalismo, situados num amplo espectro que vai da esquerda à direita. E, finalmente, o quarto, o de combater por um lugar de comando dos intelectuais na estrutura do Estado, salvaguarda possível diante das elites amorais que dele se valem como instrumento de poder egoísta.

4.5. O tradicionalismo católico e a apologia da ordem.

O lançamento do jornal arquidiocesano *O Nordeste* (1922), marcou um novo tempo nas relações entre a Igreja e a política no Ceará. Após anos de arraigada defensiva frente aos chamados “erros modernos”, condenados desde o primeiro Concílio Vaticano (1871), a Igreja passava a tomar parte ativa no debate público. Tendo à frente o arcebispo de Fortaleza, Dom Manuel da Silva Gomes, a plataforma clerical se baseava na intransigente defesa da ordem contra um suposto cenário de crise ética, moral e social que, segundo ela, ameaçava solapar a civilização cristã.

Os instrumentos de que a Igreja lançou mão para afirmar a sua defesa da ordem, baseavam-se não somente na palavra impressa, mas também, no estabelecimento de uma série de associações leigas, cujo objetivo era o de mobilizar a sociedade em torno de suas proposições. Tais associações estavam em acordo com os princípios da encíclica *Rerum Novarum* (1890) do papa Leão XIII, que inaugurava a doutrina social católica, assim como nos pressupostos do movimento *Ação Católica*, de origem francesa e cuja influência nos destinos da Igreja foi decisiva.

A posição de enfrentamento aos chamados “males do século” ou “erros modernos” foi fortalecida, na Igreja brasileira, pela figura de Sebastião Leme da Silveira Cintra, ou simplesmente, D. Leme, arcebispo de Olinda e Recife. Por ocasião

de sua posse na arquidiocese, D. Leme faz publicar uma carta pastoral (*Carta Pastoral ao Clero e Fieis da Arquidiocese de Olinda*, 1916) em que torna pública a opção da Igreja pelo enfrentamento aos “erros modernos” e, por conseguinte, seu posicionamento à direita conservadora de matriz autoritária. A partir de 1921, D. Leme é feito bispo coadjutor do Rio de Janeiro pelo Cardeal Arcoverde e em seguida, passa a ter toda a liberdade para organizar o movimento “Ação Católica” no Brasil. Lança, ainda em 1921, a revista *A Ordem* e cerca-se de intelectuais vinculados à ideia de “restauração” da Igreja, tais como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima.

Para Alípio Casali,

“A Igreja parece perceber os espaços vazios nesses conflitos pela hegemonia [ou seja, na ampliação da esfera do conflito público ao longo das décadas e 1910 e 1920] e buscou introduzir seu projeto nesses espaços. Desde logo deixou entrever sua estratégia: sem abandonar os cotejos palacianos em busca de soluções diretas com o governo, concentrou o melhor de suas forças na disputa pela hegemonia a nível da sociedade civil, atuando simultaneamente em duas frentes: no campo dos intelectuais (profissionais liberais, classe média alta, escolarizada) e no campo das camadas populares” (CASALI, 1995, p.81)¹⁴⁶.

A política restauradora (ou reacionária) da Igreja Católica no Brasil esteve hierarquicamente orientada por esse núcleo estabelecido no Rio de Janeiro: o Cardeal Arcoverde, Dom Leme, Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Leonel Franca e a revista *A Ordem*. No caso cearense, o bispo D. Manoel da Silva Gomes reproduz as mesmas estratégias de enfrentamento, seja com o lançamento do jornal *O Nordeste*, seja com a difusão de uma série de associações leigas submissas à autoridade do bispado (SOUZA, 2002).

Mas qual a plataforma política da Igreja disseminada pelas páginas do jornal *O Nordeste*? Em primeiro lugar, bater-se pelo reforço à hierarquia e à ordem social. Sob tal perspectiva, a crise é de fato, sintoma mais claro de um processo de desordem, ou seja, de corrupção das estruturas hierárquicas tradicionais. A sublevação da ordem, nascida com o modernismo e com o liberalismo individualista havia sido a

¹⁴⁶ “Desde o início da década de 1920, a Igreja católica aferra-se ao projeto de ampliar suas esferas de influência política mediante a criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e gerida por intelectuais leigos. A amplitude desse projeto resultava não apenas das diretrizes do Vaticano, então preocupado em sustar o florescimento dos movimentos de esquerda na Europa, mas também da tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro da crise com que se defrontavam os grupos dirigentes oligárquicos”. MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (p.127);

porta de entrada do caos no mundo. As doutrinas modernas não haviam sido capazes de promover a felicidade e o bem-estar, mas sim, o inverso disso. Urgia, logo, promover a reversão desse processo.

Como consequência dessa premissa, as frentes de combate estavam bem delineadas. Fazia-se necessário resgatar o lugar do catolicismo como esfera de autoridade das consciências e do seu dogma, parâmetro da moralidade corrente. Aos governos, caberia a manutenção das hierarquias, do *status quo* e da obediência, lastro da paz social. À Igreja, o controle das consciências, ou na linguagem corrente, das “almas”. Este pressuposto, obviamente tomista, punha a Igreja no lugar mais conservador do espectro político. Toda ameaça a tal projeto deveria ser fortemente combatida e aí se incluíam: o proselitismo protestante (continuamente ridicularizado), o individualismo relativista, a livre organização do trabalhador, as chamadas indecências públicas e demais imoralidades cotidianas (tais como a prostituição, o consumismo, o jogo de azar e o abuso do álcool) e o ensino laico.

Por alguns anos ocupando o posto de principal editorialista do jornal, o padre Antônio Tabosa Braga (monsenhor Tabosa) mostrou-se o mais acabado publicista desta orientação. Os seus editoriais revelam um gosto particular pelo culto à autoridade e o menosprezo aos chamados “vícios” políticos. Tabosa admirava particularmente a figura de Benito Mussolini, o líder do fascismo italiano, considerado por ele como um “homem de bem” e um “espírito superior”. É necessário, pois, considerar que a figura do “duce” havia angariado muitas simpatias no Ceará, principalmente entre as chamadas “classes conservadoras”. E, apesar do jornal *O Nordeste* ter-se aproximado cada vez mais da ideologia fascista ao correr dos anos, é bem verdade que até em setores anticlericais, mas de viés autoritário, sua popularidade esteve em alta durante a década de 1920, como é o caso de Júlio de Mattos Ibiapina, como já tivemos a oportunidade de ler.

O artigo de Tabosa sobre Mussolini, publicado ainda no primeiro ano de existência do jornal, é sintomático do seu discurso hierárquico e de sua concepção de crise que se deveria enfrentar (e por quais métodos). Assim, dizia ele:

“Eis um homem que se vai revelando um administrador enérgico e cheio de vontade.

“Os seus actos todos, desde a organização de seu gabinete até hoje, falam bem alto da independência do seu character e da dynamica irresistível do seu querer.

“Vemos a sua actividade dividindo-se por todos os departamentos da administração, cousa alguma parece escapar à sua vigilância perspicaz e às suas cogitações agudas e penetrantes.

“Como não admirar a resposta que deu ao illustre general Pugliesi, demovendo as forças armadas do propósito que tinham, de lhe fazer pomposa demonstração de amizade?

“Fez sentir ao exército que seu dever era de obediência e não de applausos e recepções.

“Que gesto raro nos tempos actuaes, que lição belíssima de altruísmo digno, que ensinamento dado a todos os dirigentes do mundo!

“Os exércitos devem consagrar-se totalmente à defesa nacional; o seu aparelhamento e os seus ideais precisam visar sempre os interesses da pátria.

“A experiência, como vemos colhendo da vida dos povos, nos capacita do valor immenso da affirmação desassombrosa e criteriosa do grande italiano, que ora attrahe as atenções do mundo inteiro.

“Foi sempre de consequências funestas a entrada do exercito de todas as nações em seus problemas sociaes e em suas crises políticas, como fecundas e edificantes foram sempre as suas intromissões na defesa da integridade da pátria e na solução das convulsões brutaes dos povos que se anarchisam e se degradam.

“A acção das forças armadas raramente deixa de ser infalível na implantação da ordem pública.

“Abordada a questão do voto feminino, disse, com a verdadeira visão do problema: ‘A mulher dos nossos tempos não está aparelhada para ser eleitora, e quando se achar em condições, irá cuidar de coisas mais elevadas: não quererá votar’.

“No Brasil, onde as eleições não passam de farsas asqueirosas e de violações estúpidas dos sagrados direitos alheios, onde o voto tem o valor do zero, existem legisladores (altamente cotados pela opinião pública) que se mostram favoráveis, que estimulam mesmo as pretensões precoces de algumas brasileiras menos compenetradas da missão augusta da mulher nos nossos tempos.

“Para vaidade nossa, existem innumeradas opiniões em nossas alta e baixa Camaras contra a pretensão leviana dos que não querem se occupar de coisas mais sérias, dos problemas inadiáveis da vida nacional.

“Para dar um exemplo, lembro que o exmo. Sr. Presidente, entrevistado sobre o assumpto, disse: ‘Illustremos primeiro o eleitorado masculino’.

“Não é somente sobre os problemas políticos que se revela homem superior o personagem que venho estudando. Mostra ainda possuir uma grande visão no modo como encara todas as questões da vida.

“Quiseram ouvi-lo no terreno religioso, e elle sem hesitar respondeu ao repórter que lhe pediu entrevista: ‘Sou religioso e portanto contrário às tendências do ateísmo e de anti-clericalismo. Acredito que a Religião Catholica é a maior força moral e a mais respeitável das organizações espirituais do mundo. As relações do meu governo com o Vaticano serão as mais cordiais’.

“É mais uma revelação clara da superioridade de seu espírito.

“Os homens de bem não sabem calar a verdade, nem podem obscurecer o triunfo da Igreja, confessam sempre a sua força, aplaudem sem cessar a sua missão benéfica e fecundíssima, na terra.

“Deus conceda a este grande italiano perseverança nos seus bons sentimentos e energia intangível nas suas patrióticas realizações, para felicidade da Itália e exemplo do mundo”¹⁴⁷.

Num curto espaço de texto, as proposições mais centrais da plataforma tradicionalista já se colocam de maneira clara. A ascensão de Mussolini ao poder deve ser louvada, pois representa a figura mítica do “salvador”, do homem cheio de “energia” e de “vontade” e, por isso, capaz de se colocar acima dos mezinhos interesses partidários, impondo as transformações necessárias para a superação da crise (da desordem). A “superioridade de seu espírito” é duplamente atestada pelo respeito e reforço às hierarquias: seja no episódio em que rejeita uma homenagem feita pelo exército, seja no episódio em que reconhece a autoridade clerical no plano moral.

Como estratégia retórica, Tabosa, cria um efeito de contraste ao analisar a questão política brasileira, realçando seu caráter degenerado e corrupto. Como lemos, “as eleições não passam de farças asqueirosas” e assim, procura anular ou tirar a legitimidade da aspiração pelo voto feminino (“não está aparelhada para votar, e quando se achar em condições, irá cuidar de coisas mais elevadas”). Sob este pensamento, o voto feminino é mal porque altera a relação familiar tradicional de submissão da mulher ao homem no seio familiar. A mesma ideia, sob outros parâmetros, se repete quando analisa o papel a ser desempenhado pelos exércitos na sociedade civil. Segundo ele, o exército tem uma função de que não pode escapar, qual seja, a da “implantação da ordem pública”. O simples fato de quebra da hierarquia (seja ela na família ou no Estado) já é um elemento de corrupção, próprio dos “povos que se anarchisam e se degradam”.

Consequentemente, começamos a penetrar mais a fundo no seu pensamento e nas suas estratégias de convencimento. O sistema político, baseado nos ideais democráticos é perverso e potencialmente tendente à anarquia, pois postula a igualdade política entre os cidadãos, o que seria intolerável. O comando do Estado deveria ser confiado a um líder capaz de restaurar a hierarquia, seja dos órgãos da

¹⁴⁷ BRAGA, padre Antonio Tabosa. “Benito Mussolini”. *In*: O NORDESTE (Fortaleza) de 18 de dezembro de 1922. (p.1)

administração pública, como da sociedade e da família como um todo. Sob o comando vibrante e enérgico do líder deveria viver a elite econômica e mais abaixo, os trabalhadores. Se sob o ponto de vista da comunidade política deveria haver hierarquia, da mesma forma, do ponto de vista da comunidade espiritual, deveria haver obediência e conformidade aos preceitos eclesiásticos.

Se a democracia é fonte de desorganização e anarquia, no plano dos costumes e dos valores morais, quem desempenha o mesmo papel é o pecado, fonte de toda dissolução ética. Antes de ser um problema meramente individual, o pecado também era visto como um problema social, na medida em que mina, em que altera, em que subverte a ordem natural das coisas. Assim, o combate ao alcoolismo, à prostituição, ao jogo, ao consumo e à vagabundagem se revestiu de um significado especial: é por este combate que se espera fazer com que o homem retornasse à sua suposta condição obediente, pacífica e salutar.

Entramos na consideração de duas espécies de pecado ou de “vícios”: os vícios políticos e os vícios sociais. Cada um deles, elemento indutor da crise, da desordem e da subversão. No seu primeiro artigo de *O Nordeste*, o padre Tabosa analisava assim o problema dos vícios políticos:

“Não há preocupação mais impressionante e mais grave para os que meditam seriamente sobre os destinos de nossa pátria, do que ver que o sentimento nobre do civismo está embotado, em grande parte dos cidadãos responsáveis pela direcção do país.

“Parece até que hoje em dia não se tem outro fim, na esfera da acção política, sinão lezar o patrimônio nacional, na disputa infrene de vantagens e regalias egoísticas, em detrimento da felicidade do povo.

“O país está verdadeiramente contaminado de políticos viciados.

“Ao se erguer, no scenario da administração publica, um homem da confiança do povo e que não favoreça os desígnios dos profissionaes da mentira republicana, a grita dos gozadores do regimen logo se faz ensurdecadora e capaz de atordoar a nação.

“A imprensa, ao serviço dos interesses do corrilho, com as armas da calúnia e do vilipendio, tenta intimidar quem quer que levante barreira à onda geral da corrupção.

“Abusando de palavras sonoras - , democracia, liberdade, igualdade, fraternidade - , vão esses falsos pregoeiros insuflando n’alma do povo o gérmen das paixões odiosas, e da indisciplina, da rebeldia, do desrespeito ao princípio da autoridade.

“É preciso, no dizer do emérito publicista, desmascarar essa liberdade, sem o correctivo dos deveres, essa igualdade sarcástica, essa fraternidade de irmãos sem um Pae comum.

“Temos em nosso Brasil elementos reais para combater a política sem ideal dos exploradores do regimen. Falta-nos apenas organizar esses elementos.

“(…)

“Não é crível que permaneça esse estado de tão grande desinteresse na maioria dos brasileiros pela nobre cruzada da salvação da Pátria.

“A audácia dos que, a todo transe, pretendem assaltar o poder para lhe usufruir os proveitos, dos que pleiteiam a anarchia e a indisciplina, que arrazariam o país ao báratro da mais completa desorganização social e política, contraponhamos a serena e inabalável atitude que o Brasil está a exigir de todos nós, ameaçado de ver subvertidas as suas instituições para satisfação de políticos que visivelmente denunciam a sua infidelidade à causa sagrada da Pátria caríssima, collocando à frente dos destinos nacionaes cidadãos que não mercadejam a honra e a felicidade do grande povo”¹⁴⁸.

O “vício” característico da classe política é, como se nota, a falta de “civismo” ou de “patriotismo”. Ambas as noções parecem designar, no pensamento do autor, o sincero devotamento ao bem comum, à “honra e a felicidade do grande povo”. Entretanto, tais qualidades esperadas, de “civismo” e de “patriotismo” não se efetivam em razão da “contaminação” que o sistema político sofre em razão dos interesses egoísticos dos que dele fazem parte. A “ação política”, como se leu, tem como único fim, “lesar o patrimônio nacional” e a este fim, submetem-se todos, inclusive a imprensa. O regime político, da mesma forma, não representaria senão a “mentira republicana”. Palavras de ordem, tais como “democracia, liberdade, igualdade e fraternidade, nada mais são que vazias figuras de retórica cujo único objetivo é o de insuflar o “gérmen das paixões odiosas, e da indisciplina, da rebeldia e do desrespeito ao princípio de autoridade”.

A lógica de seu pensamento consiste, basicamente, em perceber uma dupla contaminação do sistema político. Contaminação intelectual pela divulgação de falsos valores políticos irrealizáveis (democracia, liberdade), cuja única consequência é a efetivação da anarquia. E, na medida em que a anarquia e a subversão se consolidam, abrem-se as portas à corrupção, à “desorganização social e política”. Essa anarquia e essa subversão, os elementos da crise que aqui se trata, ameaçam as instituições que devem ser defendidas a todo custo. Instituições estas cujo objetivo é a da manutenção

¹⁴⁸ BRAGA, padre Antonio Tabosa. “Mais patriotismo”. In: O NORDESTE (Fortaleza) de 4 de julho de 1922. (p.1);

da ordem, ameaçada e espicaçada pela funesta ação dos que “mercadejam” com a política.

Efetivamente, sob o ponto de vista retórico, mais para além do ponto de vista lógico, o autor é eficaz na sua estratégia persuasiva. A retórica é sempre um “chamamento à ação”, um instrumento de mobilização. E dentre estas estratégias, nada mais consagrado do que a técnica do “contraste”. Antes de qualquer coisa, o autor sugere um cenário de completa decadência, desorganização, subversão. Não procura, seriamente, compreender os elementos estruturais do funcionamento do sistema político. Antes, responsabiliza as “individualidades” degeneradas: os maus, os corruptos, os mercadores de ilusões pelo cenário de suposta catástrofe. A ação política regeneradora deve ir ao combate dos maus, defenestrando-os dos negócios da pátria. A solução encontrada é a da substituição dos “maus” pelos “bons”.

Esta argumentação tem a vantagem óbvia de alcançar a solução mais simples para o problema político, falando diretamente ao leitor menos atento às nuances subentendidas: a anarquia se resolve a partir de uma renovação dos quadros políticos e de uma mobilização contra as vãs promessas liberais. Afirmar a hierarquia, e conseqüentemente, a ordem, é restabelecer a verdade do regime, fazendo com que o Estado se oriente verdadeiramente para o seu fim que é o “bem comum”.

O autor não deixa margem à dúvida quando se refere ao papel da imprensa. Compreende-a como submissa aos interesses dominantes, hábil no que se refere à manipulação das consciências por intermédio das falsas noções que dissemina. Este ponto é particularmente importante para a arqui-diocese e função conspícua do jornal *O Nordeste*, que é o de servir de contraponto ao pensamento laico e liberal, tomado, ora em diante, como fanatizador e mentiroso. Sem deixar mais dúvidas, o padre Tabosa assim sintetiza sua opinião acerca do papel da imprensa numa sociedade que se paute pela hierarquia e pela ordem.

“A nossa terra não necessita mais de jornaes políticos, precisa de um órgão de leitura desapaixonada e sadia que oriente com intelligencia e patriotismo o povo no cumprimento de seus sagrados deveres para com Deus e para com seus semelhantes.

“Nota-se nas gerações actuaes uma facilidade immensa em se deixarem influenciar pela leitura dos jornaes, donde o escrúpulo deve presidir à acção do jornalista moderno.

“O jornalista bem equilibrado e criterioso faz no seio das sociedades presentes benefícios incalculáveis, converte-se num verdadeiro apóstolo da santa causa da moralidade pública.

“(…)

“O jornal precisa ensinar ao povo a consciência dos seus deveres, precisa clamar contra os escândalos da sociedade que se degrada, contra a arbitrariedade dos que mandam e contra a revolta dos que devem obedecer.

“As relações de superioridade e inferioridade são absolutamente necessárias, mas devem ter por base o espírito do amor e de fraternidade. A desigualdade social jamais desaparecerá dentre os povos, mas não deve ser odiosa, precisa ser natural, sem ostentação, devem as classes se completar umas às outras nas lutas penosas da existência”¹⁴⁹.

A abertura do artigo é de uma engenhosidade argumentativa admirável. Ao evitar identificar *O Nordeste* como um “jornal político”, o editorialista o põe a salvo do desgaste que a palavra suscitava. “Política” era considerada sinônimo de atividade vil e mesquinha e ao negar o rótulo, pretende se colocar acima desta atividade. Esse é o recurso de “despolitização da política” que tanto encobriu (e encobre) o mais óbvio desejo de poder. Ao invés disso, o jornal ideal é aquele que orienta “o povo no cumprimento de seus sagrados deveres para com Deus e para com seus semelhantes”. A ação de “orientar” pressupõe uma “inteligência” dotada de autoridade que leve os orientados ao cumprimento de seus deveres (que são sagrados, ou seja, que deles não se pode abrir mão). Está claro o papel de reforço da hierarquia que o jornal toma para si. Ele não se propõe a ser mais uma voz dentre outros na esfera pública, mas sim, “a voz” que comanda, que ordena.

Na medida em que se notava, nas “gerações atuais, uma facilidade imensa em se deixarem influenciar pela leitura dos jornais”, nada mais oportuno e necessário que um jornal que se arrogue como o porta-voz de uma verdade pré-estabelecida e incontestável. Neste sentido, nada mais necessário do que o papel do jornal em contribuir para o restabelecimento da ordem, contra os “escândalos de uma sociedade que se degrada, contra a arbitrariedade dos que mandam e contra a revolta dos que devem obedecer”. Ou seja, como consequência lógica, o jornal deve reforçar as hierarquias, legitimando a ação dos que mandam e convocando à obediência dos demais.

¹⁴⁹ BRAGA, A. T. “Realidade Consoladora”. In: O NORDESTE (Fortaleza) de 7 de julho de 1922. (p.1);

Isso porque a sociedade é naturalmente desigual e tal desigualdade é “necessária” ao correto funcionamento da sociedade. O que se deve evitar, a partir do chamamento à ordem e à hierarquia, é o conflito (“a desigualdade social jamais desaparecerá entre os povos, mas não deve ser odiosa, deve ser natural”), ou seja, é a própria política, esfera do conflito por excelência. O círculo da lógica argumentativa do padre Tabosa se completa: a política é má porque é conflituosa e o conflito leva à contestação da hierarquia. O bem é a anulação da política por intermédio do reforço da desigualdade e da afirmação da hierarquia.

Mas, se os vícios públicos são maus, assim também são os vícios privados. Desde seu primeiro número *O Nordeste* se bateu por uma ação enérgica da polícia no combate a tais vícios privados. Denunciou, muitas vezes com destaque de primeira página, os “escândalos” provenientes da prostituição, do jogo de azar, do uso do álcool, da moda, da “vadiagem”, das danças sensuais, das fitas de cinema, do teatro, do riso e da boemia, etc. Cobrou publicamente respostas do delegado de polícia à repressão daquilo que considerava ilícito ou imoral. De certa forma, a partir de suas páginas, a Igreja procurava tomar as rédeas da ação policial em Fortaleza, imprimindo um processo de “criminalização do pecado”.

Num de seus artigos de fundo, o padre Tabosa, atacava o vício da “ostentação e do luxo”. Na medida em que todos os vícios e pecados se equivalem, a leitura desse artigo pode ser ilustrativa para a compreensão do papel que a Igreja vinha se arrogando de defensora da moral e de repressora do crime. A finalidade dessa ação fica explícita no desfecho do artigo:

“Eis mais uma moléstia que todos os dias faz milhares de vítimas no seio das sociedades modernas. É uma verdadeira paixão que domina não só indivíduos, como famílias inteiras. O homem que possui muitas vezes o necessário, procurando, loucamente, o supérfluo.

“Deixa-se empolgar pelas festas, pelos prazeres e orgias, abandonando o trabalho! Dahi as incessantes desavenças nos lares, as debandadas desastrosas das famílias e mil outras conseqüências, cada qual mais funesta.

“A mulher, deixando-se arrastar pelas modas românticas, por diversões quotidianas, vae perdendo o gosto pelo labor domestico, não tem amor à casa e não fiscaliza a despensa, tem horror à cosinha e não se entusiasma pelos filhos.

“As filhas seguem o exemplo das mães e escravizam-se aos prejuízos da sociedade moderna. Não vemos proscrito em certos meios o ‘pudor pela ostensiva indecência das vestes exageradamente curtas e decotadas’? Os filhos revoltados e desamorosos trocam facilmente os lares pelas ruas, desobedientes e ingratos, são verdadeiros usurários na

assistência às necessidades de seus paes. Raros os filhos actuaes que auxiliam, com os fructos de seus trabalhos, a casa paterna.

“O luxo tresloucado dos presentes tempos é um dos grandes factores das desuniões domésticas.

“Quantas esposas exigem de seus maridos despesas acima dos seus recursos?

“(…)

“(…) Essa paixão pavorosa causa também prejuízos phisicos, gera anemias e faz tuberculosos.

“Há famílias que se alimentam pessimamente, para vestir com ostentação.

“(…)

“A pátria precisa de soldados valentes e de operários fortes e robustos, assim como a Religião necessita de bons christaos e de grandes Santos”¹⁵⁰.

O vício, o pecado é uma “moléstia”, mas também é uma “loucura”. É um estágio de completa derrocada da consciência às paixões, ao instinto, que aponta no sentido de uma “animalização” da pessoa. O mesmo poderia ser extensivo ao alcoolismo, ao jogo, à prostituição, pois que são estágios degenerados do indivíduo. Ao submeterem-se a tais paixões, homens e mulheres renunciam às suas obrigações, ou seja, ao seu lugar natural no seio da sociedade ou da família. Deixa a mulher de cuidar da casa e dos filhos. Deixa o homem de trabalhar. Estes elementos são desagregadores da família tradicional e contagiam os filhos que passam a viver uma existência marginal ou obscura. Todo o castelo da ordem social poderia cair, na medida em que tais vícios não fossem contidos. Há, no discurso do padre Tabosa, toda uma teia de sinistras consequências para aqueles que se deixam arrastar por esta loucura: perversões, doenças, fome e morte. Mas o que é pior: a desorganização da família incide diretamente na desorganização da sociedade, já que “a pátria precisa de soldados valentes e operários fortes”.

Enfim, sob a perspectiva católica, brevemente esboçada aqui com os textos do monsenhor Tabosa, a crise é sinônimo de desordem: desordem essa causada pela subversão à hierarquia, que é natural e imutável. Os germes causadores deste estado de coisas estão contidos no próprio sentido da modernidade, seja sob o prisma político, social ou individual. Tratar de regeneração social soa até inconsistente, na medida que

¹⁵⁰ BRAGA, A. T. “A Paixão do Luxo”. In: O NORDESTE de 12 de julho de 1922. (p.1);

os católicos procuram evitar metáforas organicistas. O que se propõe, de fato, é um restabelecimento da natureza, da ordem divina, havida como subvertida pelos maus elementos egoístas, pela disseminação do pecado, do vício e da loucura. Recuperar a ordem, seja em âmbito individual ou social, significaria, por isso mesmo, devolver o homem ao seu estágio natural e, por isso mesmo, mais divino, mais puro, mais íntegro. A tarefa que a Igreja se propõe a fazer é a de reforçar, pois, as estruturas de dominação social, naturalizando-as e efetivamente, tornando-as desejáveis por todos.

4.6. Pela elevação moral do operário.

Dada a especificidade da imprensa dos trabalhadores do Ceará, fazem-se necessárias algumas considerações prévias. Esta imprensa bateu-se, antes de qualquer coisa, pelas suas demandas de classe, sua organização, seu fortalecimento e o caráter de sua inserção e participação na vida política. O simples fato de essa imprensa se fundamentar numa compreensão do caráter social de “classe”, já é elemento que a faz destoante do quadro geral dos discursos da política no Ceará, à época.

Isso porque, como estamos lendo, a ideia de “classe” não foi central para nenhuma das expressões discursivas da política. Na verdade, tais discursos advindos da imprensa “das classes conservadoras” buscou, na maior parte do tempo, encobrir a divisão de classes na sociedade ou, pelo menos, observá-la a partir de um ângulo de “colaboração entre as classes”, em que predominaram as percepções corporativistas e organicistas da vida social. Já na maior parte da imprensa dos trabalhadores (mas não em toda) a perspectiva foi a da confrontação, do conflito. Aquilo que foi visto como indício de uma crise pela imprensa das “classes conservadoras” (ou seja, a divisão, o conflito, o antagonismo de classe) foi percebido, por outro lado, no discurso dos trabalhadores como algo inerente à sua própria condição.

Outro elemento que deve ser enfatizado para a compreensão da imprensa dos trabalhadores é o seu caráter marginal. Todas as demais manifestações do discurso da política que anteriormente tratamos, fizeram parte do “establishment” social e, dessa forma, não sofreram demasiado com problemas de perseguição, censura, repressão, empastelamento das oficinas e prisão de seus jornalistas¹⁵¹. Ao contrário, a

¹⁵¹ “(...) o liberalismo político das oligarquias fundava-se numa concepção da democracia representativa sem nenhuma relação com a representatividade da vontade popular; tratava-se, ao contrário, de uma

imprensa dos trabalhadores se constituiu à margem da chamada “pólis”, da comunidade política ideal e socialmente legitimada. Configura-se, dessa feita, como “ruído na paisagem” pelo seu caráter contestador, crítico e, sob os olhos dos demais detentores do discurso da política, subversivo.

Também é preciso considerar a posição da imprensa dos trabalhadores no chamado “campo do poder”. Como já adiantamos, quanto menos um dado campo for dependente das estruturas sociais dominantes, mais autonomia ele guardará. A sua marginalidade é um indicativo de sua autonomia. Porém, ao mesmo tempo, tal posição de marginalidade acaba restringindo o seu alcance (por maiores esforços que os trabalhadores tenham feito para superar tais limitações). Assim, quando alcança os seus próprios critérios de legitimidade (sob o ângulo da classe), ao mesmo tempo, a repercussão de seus argumentos estaria na razão inversa dessa autonomia. Ou seja, tais argumentos, o mais das vezes, confinam-se e restringem-se ao pequeno grupo daqueles que tiveram de bater-se para constituí-lo. Não é sem fundamento que tal imprensa tenha sofrido, mais do que as demais (à exceção dos pasquins satíricos) para sobreviver. As folhas, em geral, foram de breve existência, intermitentes, o que nos remete aos esforços envidados necessários à sua constituição, à estabilização do discurso por intermédio de um lugar de produção estável.

Retomando as questões levantadas no início desta tese, podemos supor que a luta pelo discurso, pelo direito à expressão e aos espaços de construção de sentido do real fosse muito mais encarniçada e cheia de percalços aqui do que alhures. Os tradicionais grupos emissores e detentores do discurso da política já contavam com uma ampla trajetória de controle e domínio sobre a palavra escrita, o que não acontecia com a imprensa dos trabalhadores. Ou seja, além de se baterem pelas questões intrínsecas à organização do trabalho, deveriam também haver-se na difícil seara da legitimidade de sua palavra, pela constituição de um modo de expressão próprio, pela

cocepção elitista que negava às massas incultas a capacidade de participação no processo decisório (...). No fundo, as oligarquias definiam a democracia como uma espécie de clube aristocrático do qual as massas rurais e urbanas deveriam ser descartadas em virtude de sua ignorância, incapacidade, imaturidade. (...). Assim, a segregação política das massas rurais e urbanas se fazia em nome da pureza e seletividade do processo democrático. É inútil sublinhar que esta concepção elitista racionalizava a prática política oligárquica, essencialmente baseada na manipulação eleitoral das massas rurais visando a exclusão política das classes populares e a absorção política de outras classes e grupos dominantes”. SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1984 (p.48);

sobrevivência das suas instituições. Enfim, todo um horizonte de dificuldades, marcado por inúmeros percalços, dava o tom dominante daquela expressão intelectual.

A partir da leitura da tese de Adelaide Gonçalves sobre a imprensa operária cearense (GONÇALVES, 2001), podemos inferir um sem-número de conflitos, de impasses, de discussões e antagonismos na própria construção do campo social dos trabalhadores. Questões as mais diversas, porém fundamentais para a ereção de sua especificidade, foram objeto de controvérsias. Dentre elas, citam-se: as formas de organização (sindicato, círculo, grêmio, associação, federação); o caráter de tais organizações (reivindicatórias, beneficentes, mutualista, colaboracionistas, reformistas, revolucionárias); seus instrumentos de participação na vida pública (partidária e eleitoral, não partidária e eleitoral, nem partidária nem eleitoral); as perspectivas teóricas fundamentais (socialismo, anarquismo, anarco-sindicalismo, liberalismo, catolicismo, comunismo), etc, o que dá mostra da complexidade das questões abordadas e da própria vida associativa dos trabalhadores.

Salientem-se, mais uma vez, que os grupos que deveriam lidar com tais problemas não tinham, em sua maioria, educação formal, no modelo “ideal” praticado pelas elites e aspirado (e reconhecido) pelas classes médias. Tampouco aquele modo específico de educação poderia fornecer-lhes os elementos necessários para a compreensão do papel a desempenhar na vida social. Combinando as coisas, teríamos um peso considerável de autodidatismo de muitos desses intelectuais, uma formação (consequentemente) não formal e não reconhecida socialmente (através de diplomas), a necessidade de se criar um meio de expressão próprio e o desafio de construir um consenso aglutinador entre as várias facetas do movimento dos trabalhadores.

Antes de continuar, é preciso retomar as perguntas originárias. Em primeiro lugar, de que trabalhadores tratamos aqui? Sabemos que as relações de trabalho dominantes no Ceará foram, predominantemente, fundadas em instrumentos de dominação, coerção e dependência dos proprietários de terra relativamente à massa dos trabalhadores rurais. Esses trabalhadores estavam, àquele momento histórico, subordinados a formas de dominação tradicionais e nem sequer haviam ingressado no universo das relações assalariadas e contratuais. Particularmente, no caso desse estudo, devemos compreender que os trabalhadores subordinados a tais formas tradicionais de dominação não chegaram a se constituir como postulantes a deter um grau de

participação na “polis” estando, em sua esmagadora maioria, dela afastados. Isso não significa dizer, sob nenhuma hipótese, que fossem “inconscientes”, “passivos” ou “submissos” mas, simplesmente, que os canais oficiais de participação na comunidade política lhes eram vedados.

Fala-se aqui, basicamente, do universo daqueles trabalhadores urbanos, assalariados, alfabetizados (ou em vias de se alfabetizarem) que estão numa situação de proletarização. Ou seja, que exercem ofícios havidos como menos prestigiosos, porque manuais quase todos, e porque se reconhecem como “trabalhadores”, como “operários”. Ao se organizarem social e intelectualmente, em geral fazendo publicar um jornal de sua associação, procuram, antes de tudo, arregimentar a classe, mobilizá-la contra as injustiças de seu cotidiano, convencer os hesitantes a compor os seus quadros, etc. Procuram defender aquilo que compreendem como os seus “interesses” de classe e, é claro, estavam buscando um modo específico de fazer parte da comunidade política que, tradicionalmente, sempre lhes virou as costas. A história da imprensa operária cearense é também a história dos grupos que lutam contra a marginalização, contra o sufocamento de suas vozes e pela afirmação de sua relevância no conjunto da vida social.

Creio que não caberia aqui proceder a reconstituição dos processos que permitiram a existência de uma classe de trabalhadores urbanos e assalariados no Ceará. Mas, resumindo, podemos afirmar que isso foi consequência das transformações operadas na economia local a partir do surto de exportação de algodão e da construção da Estrada de Ferro de Baturité na década de 1870. Fortaleza, consolidando-se como pólo político e econômico da então província, passa a concentrar as atividades econômicas de vulto, mormente as relativas ao negócio do algodão e à importação de bens de consumo (principalmente não duráveis). A partir do final da década de 1870, a população da cidade vai se adensando progressivamente, muito em função de sua relevância econômica e estimulada pelas periódicas chegadas de retirantes.

A par do adensamento do comércio atacadista e varejista, do “aformoseamento” e disciplinarização urbanas, instalam-se em Fortaleza muitas pequenas indústrias voltadas para a satisfação do mercado consumidor interno. Esse movimento se iniciou com a fundação da Fábrica Progresso (têxteis, de propriedade

de Antônio Pompeu, Thomaz Pompeu e Nogueira Accioly) e vai se expandindo com a instalação de outros negócios, como curtumes, olarias, tipografias, fábricas de cigarros, de bebidas, de chapéus, de sapatos, de velas de cera, etc. De fato, foram pequenos estabelecimentos fabris, mas, ao que tudo indica, abasteciam o mercado consumidor interno.

Ao mesmo tempo, a cidade vai expandindo os seus limites urbanos. Tal expansão, como vimos, foi ditada pelos ciclos de migração da população rural, que se constituiria como um amplo “exército de reserva” de mão-de-obra, forçando o preço dos salários para baixo. A formação técnica dessa mão-de-obra se fazia no interior mesmo das oficinas, com o surgimento da figura do “aprendiz”. Esse processo de formação para o trabalho no interior do próprio espaço fabril gerava um sentimento de solidariedade, de pertencimento. E quanto mais complexo fosse o processo de formação, maior o tempo do treinamento e, conseqüentemente, maior o vínculo de pertencimento de classe.

No caso dos ferroviários da Estrada de Ferro de Baturité, havia as turmas contratadas para o trabalho mais pesado que consistia, em geral, em abrir as clareiras e as picadas para a instalação dos dormentes, além da fabricação de tijolos e telhas, construção dos barracões em que seriam instaladas as oficinas e os depósitos e instalação de postes. Essas primeiras turmas eram recrutadas entre a massa dos trabalhadores migrantes ou retirantes. Mas, logo acima, haviam especialistas treinados: cavouqueiros, caldeiros, funileiros, ferreiros, mecânicos. Esse grupo acabava por assumir as demandas da classe e eram eles que se encarregavam de constituir as suas associações. Os demais profissionais exerciam funções de controle: feitor, administrador, anotador e, acima destes, ficavam os engenheiros. Obviamente que conflitos não tardaram a surgir, principalmente quando nos anos de construção da ferrovia, entre 1877 e 1880, em que engenheiros (geralmente estrangeiros), feitores e administradores se viram confrontados com os demais trabalhadores, em geral, submetidos a situações de privação e sofrimento extremos¹⁵².

¹⁵² Todas as informações aqui contidas vêm de CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da seca:** sertanejos, retirantes e operários (1877-1880). Fortaleza: Secretaria Estadual da Cultura e Museu do Ceará, 2005; CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas:** arranjos e desarranjos nas fronteiras do trabalho. Tese de doutorado. Fortaleza: UFC, 2014;

Além dos ferroviários, tipógrafos e comerciários (“caixeiros”) estavam numa situação incomum, quando comparados à média dos trabalhadores produtivos. Ainda que toda a sua formação técnica e sociabilidade se fizesse no espaço do trabalho, as especificidades de suas funções demandavam destreza alfabética e contábil. Esses trabalhadores estavam, pois, numa situação-limite quanto à natureza do próprio trabalho produtivo, em geral repetitivo e alienante. Isso os habilitou desde logo ao manejo e ao uso da palavra. Seja como instrumento de trabalho propriamente dito ou como ferramenta de coesão e mobilização dos interesses próprios. A centralidade de sua função intelectual foi tão relevante que foram tipógrafos e caixeiros quem, prioritariamente, envidaram os maiores esforços para a instauração de escolas e de núcleos de formação intelectual para os seus associados.

Entre tipógrafos e caixeiros houve, no entanto, muitas diferenças programáticas e políticas. Os caixeiros tenderam a ter uma posição mais colaboracionista com os seus empregadores do que os tipógrafos. Da mesma maneira, a sua principal associação, a *Phenix Caixeiral* (1891) tinha um caráter mais mutualista do que as associações dos gráficos, que se pautavam mais pelo sindicalismo reivindicatório. As razões para que tal acontecesse são difíceis de discernir, haja visto que o cotidiano de um trabalhador caixeiro era tão duro quanto o de um gráfico, como bem nos mostram as memórias de Rodolfo Teófilo (THEOPHILO, 2003). É bem provável que sob os caixeiros estivesse bem vivas as aspirações de ascensão social, como bem salienta Adelaide Gonçalves:

“A criação da Phenix Caixeiral, nos moldes do benefício mútuo incluía o socorro na doença e no desemprego, auxílio funeral e acentuava a necessidade de criar uma escola própria. Sua ata de fundação e sua lista de sócios e diretores, admitindo proprietários de estabelecimentos comerciais e figuras de relevo na burocracia do Estado denotam a aspiração de mobilidade social. De caixeiro-vassoura a primeiro-caixeiro, de balconista a empregado de escritório, de caixa a guarda-livros, de assistente a gerente, é a escala de mobilidade, como desejo de muitos, para o *salto* a proprietário do próprio estabelecimento. Tomada essa esfera de subjetividade, se pode compreender a internalização da disciplina do trabalho e os códigos de deferência diante dos patrões e de seus representantes” (GONÇALVES, 2001, p.150).

Dentre os símbolos de *status* e de distinção social, os caixeiros não hesitam em cultivar a expressão literária, por intermédio de contos, poesias e sonetos (CARDOSO, 2009). Ao mesmo tempo em que se preocupam seriamente com a

formação técnica dos seus quadros. Estas atitudes estão em harmonia com o “perfil” colaboracionista em relação à associação patronal (Associação Comercial do Ceará). Seu posicionamento “a-político” revela, em certa medida, tais aspirações ascensionais. De uma maneira geral, essa postura será reforçada anos mais tarde, quando do surgimento dos círculos de operários católicos, que demandou esse esforço de “internalização da disciplina do trabalho” e a valorização da ideia do “trabalhador ordeiro”(LIMA, 2009).

Já no caso da imprensa dos trabalhadores gráficos, a situação foi bem diversa. A influência da literatura “libertária” fosse ela de inspiração anarquista, socialista ou comunista, fez-se ouvir com maior vigor. Neste momento específico, nos ocuparemos, basicamente, desta imprensa e por uma razão muito simples. Somente nestes discursos é que se podem ler verdadeiros esforços de criação de uma nova linguagem adequada às considerações dos trabalhadores. Ou seja, não se repetem os lugares comuns e os estereótipos relativos à ordem social, mas antes, os reelaboram, os subvertem e os recriam.

A Voz do Gráfico foi o mais longevo dos jornais operários do Ceará durante a década de 1920. Órgão da Associação Gráfica do Ceará, que congregava os trabalhadores tipógrafos, bateu-se pela criação da Federação dos Trabalhadores do Ceará. A finalidade da FTC era a de congregar todos os sindicatos e associações de trabalhadores para o fortalecimento da luta por direitos sociais, mormente a jornada diária de oito horas e a elevação da remuneração média dos trabalhadores. Outrossim, a *Voz do Gráfico* encampou as lutas pela “elevação” intelectual e moral do operariado, seja na forma da promoção de cursos, no incentivo ao hábito do estudo e, em campanhas contra toda sorte de vícios, tais como o alcoolismo, o jogo e a prostituição. Dentre todas as campanhas moralizantes do jornal, nenhuma atacou com tanto ímpeto aquele tido como o pior dos vícios, o mais depravado e degenerado: a política.

Ainda que, em tese, tal posicionamento não diferisse substancialmente da voga moralística presente nas considerações políticas difundidas por órgãos mais conservadores, seus objetivos são diametralmente opostos. Numa rápida comparação, quando o jornal *O Nordeste* bradava pela moralização dos costumes, estribava-se num conceito de moral tutelada pela Igreja que, conseqüentemente, enseja obediência e

submissão à autoridade clerical. No caso em questão, os apelos à moralidade derivam de uma exigência ética: a liberdade só é possível na medida em que o operário se afasta dos fatores que levam à dependência, fosse ela intelectual ou física. O esclarecimento, alcançado com o estudo e com a mobilização social, é um instrumento, portanto, de libertação. Não pressupõe a submissão a uma instituição e seus dogmas, mas sim aos imperativos da razão.

No que tange à política, por exemplo, as considerações do jornal *O Nordeste* e *d'A Voz do Gráfico* não titubeiam em considerá-la como algo abjeto e, assim, contrária à sã moralidade. Mas, ainda que recorrendo aos argumentos da moral, os objetivos a alcançar foram diversos. Para o catolicismo tradicionalista, todo o problema se resumia no caráter dos homens que ocupavam os cargos políticos. Resolver o problema implicaria numa mudança de quadros. Ao invés de homens depravados e maus, bons católicos. Já para a imprensa gráfica, a solução do problema moral não depende somente da revitalização dos quadros, mas do caráter de classe das instituições políticas.

Essas considerações não devem obscurecer o fato de que os discursos da política, ao longo do período considerado, estão eivados de um inconfundível ranço moralístico. Ainda que se faça necessário distinguir o caráter e a intencionalidade destes argumentos, as intersecções saltam os olhos. De fato, o recurso ao julgamento moral parece ser um componente decisivo para o discurso da política. Isto facilmente se explica. Na medida em que a retórica é um discurso voltado para o convencimento e um chamamento à ação, um recurso decisivo de mobilização, a estratégia do recurso ao julgamento moral se faz amplamente necessário.

Isto pode ser bem compreendido já na leitura do primeiro editorial do jornal *A Voz do Gráfico*, de 25 de dezembro de 1920. Sob o título de “Por que e para que surgimos”, se explicitam as funções e objetivos políticos daquela folha.

“Surgimos porque queríamos que, ao nosso lado, as demais classes laboriosas de nossa terra venham desfraldar a bandeira lis Blanc rouge de suas organizações operárias em sociedades de resistência ou sindicalistas; surgimos porque queremos despertar na consciência amorfa dos operários inconscientes a luz da razão falida; surgimos porque era preciso que todos nós acordássemos do alheamento embrutecedor em que permanecemos; como se todos nós vivêssemos a desfrutar graças a uma vida ampla de liberdade e cheia de felicidades contínuas, para soltar aos quatro ângulos do planeta o nosso grito de guerra, contra aqueles que vivem da exploração do homem pelo homem; surgimos sim, porque desejamos, ou antes,

queremos lutar para que desta luta desperte o amor sincero e confraternizador da nossa defesa, e que desta defesa possamos chegar ao triunfo da nossa causa que terá o seu fim na conquista dos louros de nossa glória.

(...)

“Seremos, pois, contra tudo e contra todos que nos oprimem e exploram, se chegamos a compreender que o nosso esforço pelo engrandecimento das classes trabalhadoras de nossa terra não é correspondido e respeitado por quantos são responsáveis e culpados da sua estabilidade moral e material a que tem estado até os dias que correm celeremente para a transformação radical da vida universal.

“Não seremos políticos e viveremos neutralizados da política e da religião. Isso porque uma e outra coisa são duas armas perigosíssimas ao desenvolvimento e ao alevantamento moral das classes proletárias, são dois elementos pugnadores do alcance das nossas aspirações sonhadas, são duas muralhas que, existindo em nosso meio, concorrerão bastante, inevitavelmente, para a nossa ruína, para a nossa queda, para a nossa morte. (...)”¹⁵³

Assim, o surgimento do jornal viria a sanar ou a bater-se pelo “esclarecimento” dos trabalhadores, condição havida como prévia e necessária à sua organização e ao sucesso de suas lutas. Os trabalhadores, rotulados como “adormecidos”, “alheados” e “inconscientes” interiorizavam, a par da moralidade então reinante, a submissão, a passividade e a obediência. Tal seria inaceitável, na medida em que os agentes dessa submissão seriam os verdadeiros exploradores e inimigos dos trabalhadores. Assim, na sua primeira advertência, o jornal se coloca num espectro social dividido: “somos pelos trabalhadores” – “somos contra os exploradores”. Ao mesmo tempo, rejeitam-se quaisquer transações com as estruturas dominantes de poder: a política e a religião, na medida em que a moralidade inerente a ambos (política e religião) buscava a submissão e o fortalecimento da dominação de classe.

A nós, parece-nos evidente a estratégia retórica assumida no argumento acima. A necessária e prévia identificação social do grupo a quem se dirige permitiria a mobilização contra o oponente, ele também identificado. Este tipo de discurso se legitima, dessa maneira, pela defesa dos interesses de um dado grupo social. Entretanto, o problema parecia muito mais difícil de se compreender, haja visto que

¹⁵³ A Voz do Graphico de 25 de dezembro de 1920 (p.1). O artigo é assinado por ATOM, pseudônimo de Pedro Augusto Mota.

tanto a política quanto a religião se fundamentavam na virtual defesa de “interesses comuns”, acima e além do antagonismo de classe, pelo menos à primeira vista. O esforço de convencimento do grupo subjaz a um esforço para construção de sua própria identidade como tal.

Não é sem razão que logo se sublinham os apelos à “consciência” do grupo. É ele quem deve, prioritariamente, reconhecer-se enquanto tal e não como pertencente a outras comunhões de identidade (a pátria, a religião). Assim, quando dirigem-se aos demais trabalhadores, os editores do jornal têm que, antes de mais nada, asseverar a sua existência enquanto coletividade, enquanto grupo específico de interesse. Sem esta condição, todo o esforço em prol de sua libertação seria vão, na medida em que ficariam sem interlocutores. A formação da classe operária, pelo menos no plano retórico, passa necessariamente, pela construção de uma identidade própria, pelo auto-reconhecimento de suas particularidades e pelo lugar ocupado pela classe na estrutura social.

Tal construção identitária demanda a existência de um “outro”, qual um retrato em negativo da classe, um opositor. Daí que “não seremos políticos e viveremos neutralizados da política e da religião”. Ambas, a política e a religião, vão se constituir, no processo de amadurecimento e de estabilização do discurso, como aqueles contra os quais devem se bater os interesses intrínsecos do operariado, o seu “outro”. O fato de propugnarem viver “neutralizados da política e da religião” não significaria simplesmente, um processo de “despolitização” da classe, mas sim, a sua rejeição às formas dominantes de construção da política, vista como instrumento de poder das classes dominantes.

O processo de construção da identidade operária vai, ao longo das semanas seguintes, sendo um dos objetivos primordiais da folha em questão. Isto se dava em dois planos: seja a partir das tentativas práticas de organizar o trabalhador em sindicatos, seja a partir das estratégias retóricas que procuram definir o “nós” e os “outros” dessa relação. É o que se pode aferir na passagem a seguir:

“Não precisamos ser políticos nem carbonários, é somente necessário sermos dignos uns dos outros, pela felicidade e pelo sacrifício sofrermos juntos. São os atos simples e sinceros que obrigam o homem de brio vir cheio de vigor completar a fila de nossas tropas (...). Assim sendo é preciso fugirmos dos compradores de votos, que se fazendo socialistas, são fielmente negociadores de caracteres. Socialista é o operário que luta por sua emancipação. Socialista é o sábio, o pensador, que ao cabo de suas

longas investigações sobre a natureza das coisas descobre o mistério da evolução social. Socialista é o inventor quando aplica as coisas descobre o mistério da evolução social. Socialista é o inventor quando aplica as forças produtoras do homem, favorecendo a multiplicação dos produtos e diminuindo a duração e a agrura do trabalho. Socialista é o escritor, quando no livro, no drama ou no jornal, faz a apoteose dos sentimentos de justiça para com os homens e de piedade para com os animais. Socialista é o altruísta que passa a sua existência fazendo o bem; socialista é o poeta, quando canta o heroísmo, a bravura, o desinteresse e consagra as supremas virtudes cívicas. Socialista é o professor, quando prega e ensina a seus alunos o sagrado ideal de redenção humana. É socialista todo aquele que se bate pela liberdade e não por política ou por seus rendosos cargos nas casas do Congresso, onde, ambiciosamente, vivem a brigar por interesses próprios, esquecendo assim as misérias que afetam a coletividade.”¹⁵⁴

Afinal, a pergunta central é “quem somos nós”? Em primeiro lugar, a identidade operária é dada pela condição social a ela subjacente: não somente a do trabalho, como também a do comum “sofrimento” e a da comum “injustiça” que cotidianamente se sente na pele. A caracterização do “nós” como sendo “Socialista” é revelador nesse sentido, pois nomeia, define e situa a classe no interior das relações sociais. Curioso é notar que o autor circunscreve sob a definição de socialista tanto dos trabalhadores “produtivos” (o operário que luta pela sua emancipação) quanto os trabalhadores “improdutivos” ou “intelectuais” (o escritor, o professor, o poeta). Nesse esforço de identificação, cabem também os elementos morais intrínsecos a quem é “socialista”: o justo, o altruísta, o bom, o redentor, o herói, o bravo, o piedoso. Inversamente, os “outros” são os políticos (ambiciosos, egoístas, compradores de votos, negociadores de caracteres, esquecidos da coletividade). Sua única preocupação é com o seu bem estar e isso adviria de sua posição como exploradores da classe trabalhadora.

Efetivamente, em ambas as passagens, não se esclarece definitivamente o projeto social imiscuído em tal mobilização. O que querem os “socialistas”? Afinal, “o que nós queremos”? Obviamente, se sabe o que “não se quer”: não se quer compactuar com as elites dominantes e seus instrumentos de poder, não se quer a reprodução de uma moralidade alienante. Mas, a que projeto ou ideal de sociedade se está a lutar? Isso não parece claro e é compreensível. Ao longo das páginas do jornal verifica-se sem dificuldade a existência de uma série de teorias sociais que convivem entre si e que, apesar de contraditórias, estão unidas, em primeiro lugar, contra a

¹⁵⁴ A Voz do Graphico (Fortaleza) de 25 de dezembro de 1920. (p2). O artigo é assinado por L. RUBRO;

dominação burguesa. Basta recordar o que foi assinalado em ambas as citações. No primeiro caso, o autor (Pedro Augusto Mota) faz referência a toda uma estética e simbologia oriundas das experiências revolucionárias de 1789. Refere-se ao pálio tricolor, ao esforço de “esclarecimento” de classe, ao universalismo de suas aspirações. Já o segundo, compreende o “socialismo” de uma maneira muito próxima ao “evolucionismo”, tal como uma etapa da civilização rumo ao progresso. Ainda assim, ressaltam-se os pontos em comum, quais sejam, no esforço de mobilização e de construção de identidade de classe.

É preciso insistir um pouco mais nesse problema *quem somos nós?* Isso não é algo desnecessário ou um problema virtual, que existiria somente em termos retóricos. Na realidade, esta pergunta impele os trabalhadores gráficos a, continuamente, rever as suas estratégias de mobilização política da classe. Seria de se esperar, como se leu, que o simples fato de existir uma identidade retórica, servisse automaticamente para construir uma identidade real. Não foi o caso. De fato, a referida folha, volta e meia, procura discutir e analisar os percalços da própria organização do trabalhador em sindicatos, seja por meio do ataque ao sindicalismo “pelego”, seja exortando seus confrades a um maior esforço em prol da coletividade. É de se pensar que a desconstrução de identidades há muito assentadas (como cristão, como brasileiro, etc) não fosse coisa assim tão simples.

Um desses discursos exortativos demonstra bem quais os percalços enfrentados e quais as alternativas possíveis ao fortalecimento da classe:

“A miséria que o operariado sente presentemente é motivada pela ignorancia e pelo desanimo.

“Segundo o dizer popular – que homem desinteligente e ignorante nunca poderá sair da miséria – a sua felicidade consiste em ser inteligente e consciente, unido e organizado.

“Logo, é preciso que todos nós operários procuremos desde já instruir-nos, sem perda de tempo, a fim de expulsarmos do nosso meio a ignorância reinante, este elemento pernicioso que asfixia a classe trabalhadora e único causador da nossa miséria.

“É preciso extingui-la por completo, a fim de podermos mostrar aos nossos inimigos que também temos direito de viver e sabemos defender este direito que nos assiste como seres humanos.

(...)

“Procuremos abandonar os vícios que só servem de corromper degenerar a nossa moral, o nosso intelecto e o nosso físico.

(...)

“Pois bem, a miséria que reina em nosso meio é consequência própria da nossa improvidencia, de não sabermos valorizar a nossa produção, sujeitando-nos a salários mesquinhos, que recebemos em troca do nosso esforço, do nosso estafante trabalho.

“E por quê? Porque somos ignorantes, vivemos dispersos, não nos organizamos, não nos unimos! Porque sabemos que o nosso trabalho vale tal e tal diária e nos submetemos a seus dois terços, a sua metade!... Porque só sabemos viver da arte que aprendemos e não procuramos outro ramo de vida, outro trabalho!... Porque, enfim, estamos acostumados com a miséria, a sermos escravos.

(...)

“Na sociedade presente existem duas coisas que dominam o mundo: uma – é o ouro, outra – a inteligência. E já que não possuímos o ouro presentemente, é preciso cultivarmos a inteligência, porque o resultado desta imbecilidade é ficarmos reduzidos a um estado de mendicância tal que nos há de causar dó, e com o espírito culto, iluminado pela instrução, saberemos lutar, saberemos vencer.

“Cultivemos, pois, o nosso espírito, e esta miséria que reina em nosso meio há de desaparecer, há de sucumbir!

“E como a consequência desses males que nos corrompem e nos degeneram é a falta absoluta de instrução e especialmente de união, instruamo-nos e unamo-nos!

“Instruamo-nos sim, porque instruídos saberemos repelir os males que nos afetam, consequência direta da ingorancia reinante no nosso meio e que nos assoberba e nos asfixia! Unamo-nos, sim, porque unidos podemos exigir os nossos direitos, conquistar as nossas reivindicações!

“À Escola, à Sociedade, pois camaradas!”¹⁵⁵

A fraqueza das associações operárias, a situação de miséria e de pobreza em que se encontram é vista, prioritariamente, como consequência de um estado de “ignorância”, que os manteriam “desunidos”. A construção de uma nova sociedade só poderia advir de um processo não só de emancipação, mas também de conscientização de sua identidade. A “instrução” tem uma finalidade reconhecível: ela permitiria a “união”, o reconhecimento de uma situação de exploração comum e, necessariamente, a sua definitiva redenção.

Perceba-se que tais exortações ao esclarecimento diferem radicalmente das demandas reformistas da educação brasileira na Primeira República (NAGLE, 2001; CURY, 2001). Nesse caso específico, tais demandas propugnavam a instauração da

¹⁵⁵ A Voz do Graphico (Fortaleza) de 12 de março de 1921. Assinado por DOFREAL.

educação pública obrigatória e universal, com o esperado financiamento do Estado. Jornalistas como Jáder de Carvalho haviam se batido pela renovação da educação pública, vista como instrumento de elevação cultural do povo e, conseqüentemente, para uma melhor formação do povo como cidadãos. Já no artigo acima citado, a educação do trabalhador deveria partir de uma iniciativa individual, com a finalidade de torná-lo artífice de sua própria emancipação.

Compreende-se que, sendo assim, não poderia esperar o trabalhador nada do Estado, visto como instrumento de opressão. Tais posicionamentos anti-estatais, apolíticos (no sentido do sistema representativo) foram, em certo aspecto, deveras influenciados pelo ambiente majoritariamente anarquista do movimento operário paulista (FAUSTO, 2000). Não se pode, contudo, generalizar e chegar a conclusão de que os gráficos cearenses fossem autênticos militantes anarquistas. É certo que mantinham contato com as organizações de trabalhadores do país inteiro e as influências intelectuais e teorias que recebiam eram bastante diversificadas. Daí, efetivamente, a dificuldade em propor com clareza o projeto político, social e econômico por eles almejado. No jornal *A Voz do Gráfico* há artigos que se fundamentam em matrizes teóricas bastante diversificadas, indo desde o mero reformismo, passando por um sindicalismo “de resultados”, até chegar a formulações mais elaboradas, de tendências anarquistas.

O que não se deve perder na discussão aqui apresentada são as estratégias de convencimento, adesão e mobilização da classe subjacentes ao discurso operário. Ao passo em que os trabalhadores se esforçam em construir a sua identidade enquanto tais e, assim, arregimentar seus simpatizantes e militantes, também buscam reforçar o contraste existente entre si mesmos e os “outros”, quais sejam, os políticos, a burguesia e a Igreja. É nesse ponto, propriamente, que os discursos de “crise” emergem com maior vigor.

A “crise”, malgrado todos os seus perversos aspectos econômicos, é de caráter fundamentalmente moral. Os trabalhadores estariam a suportar a carga da “depravação”, da “ganância” das elites exploradoras que desejam tudo para si, sem reconhecer o valor de seu papel enquanto sujeitos principais do mundo do trabalho. Sob tal aspecto, a premissa não diferiria substancialmente dos diagnósticos de crise efetuados pela Igreja, políticos, intelectuais, etc. A diferença radical estaria nas

conseqüentes lógicas. Enquanto os argumentos das “classes conservadoras” buscam uma “regeneração do tecido social” ou uma “reformulação do espírito nacional”, a imprensa dos gráficos quer uma transformação do sistema econômico.

Considerando que nenhum dos “emissores do discurso” consegue tratar de temas econômicos, reduzindo todo problema social a uma questão moral, é de se considerar os argumentos da imprensa dos gráficos. Obviamente, que o nível de sofisticação de tais argumentos ainda é baixo, mas não deixa de ser surpreendente: não só pela alternativa não-moralizante das soluções apontadas, como também pela “invenção” de um discurso próprio, que não se utilizasse dos lugares-comuns então em voga.

Basta perceber isso no editorial que segue:

“Depois da natureza, dizem os economistas, o trabalho é o fator principal da produção. A maior fonte de trabalho é o braço do operário – o esforço muscular da massa anônima salariada. O operário muito produz e pouco recebe em troca do seu gasto orgânico, de suas energias dispendidas. A compensação é mesquinha, horripelantemente desconforme, não basta para o abrigar das necessidades mais comuns, das exigências mais imperiosas do físico, da moral, do intelecto, do social. (...)

“Enquanto o operário está vigoroso e são luta, as forças que Deus e a natureza lhe deram o sustém e sustém seu lar. Se porém o operário se inutiliza por um acidente de trabalho, por uma causa que se não pode prever, ou se chega o inverno da idade, dá-se o fracasso do ninho, vem a miséria de todas as misérias, porque a miséria do corpo atira o indivíduo para a lama moral e intelectual.

“(…)

“Não fica aí a degradação a que as condições sociais arrasta mo trabalhador. É preciso ser subserviente, obedecer como besta de carga, ser inconsciente, enforçar a vergonha, desbriar-se, adular os superiores, tolerar as injustiças dos filhos dos patrões, satisfazer os caprichos mais néscios da burguesa patroa, reverenciar desde a praça de pré, o cabo de esquadra, até o Presidente da República.

“(…)

“Meia dúzia de potentados, senhores de dinheiro ou sustidos pelo néscio interesse matuto de centenas de eleitores inconscientes, apropriam-se dos empregos públicos e sugam as energias do povo por meio de impostos inexplicáveis. Distribuem a si mesmo, a seus parentes, afilhados, adutores, protegidos e capachos miríades de cargos que eles exerce de longe (empregados há que não conhecem o lugar do emprego), e quando falta uma sinecura para algum dos filhotes criam-lhe uma chupeta.

(…)

“E não sobe ou baixa governo ou representação sem que haja estes dissabores. A fonte originária de tudo isso é a política.

“O Operário, o povo, a plebe, nós os esquecidos e sem nome, não podemos ter representantes agora, na legislação, judicatura ou administração públicas.

“Não devemos votar, não devemos ir à eleição. É uma obrigação moral fugir às urnas que não são mais que um simulacro de liberdade que sabemos, já ter sido enforcada nos bastidores pelas combinações das camarilhas políticas. Votando, o operário concorrerá para sua própria ruína.

“Aguardemo-nos envergonhados e tristes, não de sermos brasileiros, sim de possuímos um título de cidadão do Brasil – infeliz república levada a um regime de mixórdia e loucura, a uma administração de bandalheira e patifaria!”¹⁵⁶

A responsabilidade do estado de degradação moral do trabalhador – compreendido como um dos elementos fundamentais da produção da riqueza (o outro é a natureza, numa clara associação com a fisiocracia) – recai, invariavelmente, sobre a farsa política encenada cotidianamente. O autor dessas linhas articulou um estado de moralidade insana das elites políticas ao estado de miséria e abandono dos trabalhadores. Diante desse quadro, sua posição só pode ser a de abster-se do jogo político institucionalizado, pois que algo contrário a isso significaria a pactuação com tal estado de coisas.

Sistematicamente, tais posições vão nos remetendo a uma situação em que a luta dos trabalhadores deve passar ao largo do Estado Nacional. As razões apontadas já bastam à nossa análise. Não se contemplava, naquele momento específico, que a esfera estatal não passasse de um instrumento de dominação política e econômica. A questão que resta à reflexão, no meu ponto de vista é: por que as demandas por um Estado Nacional forte (corporativismo) e de inflexões sociais não surgira no discurso dos trabalhadores? Compreende-se a desconfiança há muito alimentada relativamente ao Estado, mas as alternativas parecem ser de natureza fortemente individualista. Individualista no sentido de que deve o trabalhador, antes de tudo, erguer-se do seu “estado de inconsciência”, do seu “adormecimento”, com as suas próprias forças. Só a partir dessa iniciativa individual é que se torna apto a tomar parte na construção coletiva da libertação da classe (o sindicato). Essa construção coletiva, como se vê, procurava as suas saídas, as suas alternativas políticas à margem do sistema político, fora do Estado.

¹⁵⁶ A Voz do Gráfico (Fortaleza) de 5 de fevereiro de 1921 (O operário, o caráter e a política). Assinado por Alcides Gomes.

5. A RESPONSABILIDADE PELO ATRASO.

5.1. Representações do Outro.

Uma das formas habituais de se responder à pergunta “*Quem somos nós?*” passa pela definição do “outro” como seu antagonista. Ou seja, “*nós não somos eles*”. A legitimidade para emitir um dado discurso político implica na definição do lugar de onde se fala, para quem se fala e, finalmente, *contra quem* se fala. Esta peculiaridade conflituosa do discurso da política é parte inerente a seu próprio *ethos*. Ou seja, é da natureza destas argumentações que as posições assumidas se definam na oposição a um dado grupo, partido, ideia, projeto de poder, etc.

Todo discurso da política procura, desta feita, legitimar-se enquanto esfera da verdade. Quem lança mão da mentira, do artifício maledicente, das estratégias impuras é sempre o seu oponente. Então, uma das formas de legitimação do discurso é revelar a sordidez das estratégias dos adversários. Ainda que este seja o seu *modus operandi* clássico, há ainda outras estratégias argumentativas visando obter tal legitimidade. Dentre estas, podemos citar as seguintes:

a) O *recurso à autoridade institucional* se dá quando o emissor do discurso procura por em evidência sua filiação a uma instituição acreditada por suas intenções públicas, por sua tradição, por sua competência ou por sua sã moralidade. A apresentação das credenciais institucionais reforça sobremaneira a legitimidade do discurso, ao mesmo tempo em que localiza imediatamente o lugar do qual se fala. Ou seja, nestes casos, é impossível esconder-se por detrás de um suposto “desinteresse”, já que o projeto de poder emanado pelo discurso se posiciona definitivamente no tecido social. É difícil assumir a condição de “neutralidade” ou “isenção” tão propalados a partir dos discursos da política. Neste caso o problema do “outro” é o do não pertencimento à instituição a partir da qual se fala;

b) O *recurso à autoridade intelectual* ocorre sempre quando um dado argumento busca sua legitimidade a partir da referência a uma filiação teórica qualquer ou, o que é mais comum, aos “ditames científicos”. Em geral, procura-se demonstrar a força de verdade do pensamento em questão, julgando os fatos a partir de uma ótica determinada pela

teoria assumida. Agora, o problema do “outro” é o de não conhecer a verdade revelada pela teoria, o que o faz preso ao erro e à mentira;

c) O *recurso às estratégias de independência pessoal* é largamente utilizado quando o emissor do discurso quer se posicionar acima das rivalidades comezinhas do cotidiano. Quer convencer o seu destinatário que não compactua com “isto que aí está” e que tal argumento, por si só, o livra da suspeição do mercadejamento de interesses. Este é o problema do “outro”: não pode falar a verdade porque não tem independência para tal;

d) O *recurso à tradição* é típico dos discursos de matriz conservadora. Busca sua legitimidade no pertencimento à comunidade imaginária de onde pretende falar. O “amigo de longa data” se opõe ao “adventício” marcado pelo oportunismo e pelas intenções suspeitas; também se volta contra os “novos costumes” e se aferra à tradição, ao passado, ao “tempo em que as coisas eram às direitas”;

e) O *recurso à legitimidade das aspirações populares* situa o emissor do discurso ao lado dos interesses populares e, portanto, como um “tribuno” ou representante “daqueles que não têm voz”. Sua ação não se fundaria no interesse pessoal, mas na identificação com as aspirações coletivas. Procuram se opor à mesquinhez e à ganância dos que apenas usufruem da política. Alardeiam uma nova forma de política voltada para o povo que se consubstanciaria numa “limpeza” dos elementos contrários à sua emancipação;

f) O *recurso à moderação e a conciliação* irrompe sempre nos momentos de mais aguda crise político-institucional. Considerando a radicalidade das posições em curso, que não se dispõem ao diálogo, eventualmente surgem vozes clamando à moderação e chamando os rivais à conciliação. Esta estratégia de legitimação do discurso surgia recorrentemente nos períodos pós-eleitorais, na linha dos “governos de pacificação”. De certa forma, aderir ao seu chamamento deveria ser visto como uma ação racional, de deposição das armas. Os recalcitrantes eram sempre infensos aos interesses públicos.

g) O *recurso à liderança e a disciplina* é a estratégia de arregimentação do grupo. O propósito assumido é o da manutenção da coesão, o de cerrar fileiras. Como todo argumento retórico é um chamamento à ação, mas neste caso, recorre a isto de maneira mais incisiva. Procura demonstrar que o “inimigo” está forte, organizado, e que somente com uma contrapartida à altura faz-se possível resistir à ameaça.

Ainda que existissem outras estratégias de legitimação do discurso da política, no período estudado, estas são as estratégias mais comuns. Esta tipologia, contudo, não substitui ou contradiz o recurso último à moralidade, de quem todos, efetivamente fazem uso. Todos estes recursos são utilizados porque o discurso da política resente-se de condições de produção mais decisivos na produção da verdade. Sem querer ser repetitivo, é preciso recordar o que já foi enunciado no primeiro capítulo. Ou seja, o de que o regime de verdade das ciências se consolida a partir de instituições, de um conjunto de métodos e técnicas, da utilização de um jargão, de um longo processo formativo e de seleção de seus membros. Já a política, enquanto “fala pública” voltada para o convencimento dos eleitores, dos cidadãos ou da opinião pública, e cujo objetivo é o poder, tal institucionalidade é precária. Nem o partido, nem o jornal, nem a atividade do jornalista político ou a plataforma do candidato é suficiente para dotar o discurso da política da “aura” de verdade que emana de um diagnóstico médico ou de um tratado de agronomia.

Diante da precariedade das bases de sua legitimação, o discurso da política recorre a considerações de caráter moralizante. Isto tem suas consequências. Tais recursos pretendem ser mais eficientes no processo de adesão do receptor do discurso (no caso específico deste trabalho, do eleitor). A emoção traduzida nos elementos da moralidade geraria uma empatia, um sentimento de pertencimento, enfim o compartilhamento de uma identidade entre emissor e receptor. O discurso da ciência, comparativamente, apesar de ser mais convincente, raramente suscita tais sentimentos empáticos. Que o digam todos os “intelectuais da política”, tais como um Júlio de Mattos Ibiapina, que, apesar de muito respeitado, não inspirava nenhuma simpatia por parte dos eleitores.

A relação de identidade x contraposição contruída entre o emissor do discurso e o seu receptor é fundamental na estruturação das estratégias de legitimação que o discurso se impõe. Nas palavras de Haquira Osakabe,

“(...) o discurso (...) do ponto de vista de sua natureza, caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre eu e um tu. Essa maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu significa não apenas a existência de um processo de contato entre locutor e ouvinte, mas também a existência de um mecanismo que se supõe evidenciável estruturalmente pelo qual não só se torne patente aquilo que já o é (...) mas sobretudo a importância que tem o ouvinte no próprio agenciamento do discurso. Se num primeiro nível de análise é o locutor que se coloca em evidência, num nível mais profundo, é possível observar que o ouvinte é um agente por tabela do discurso na medida em que é nele que

se justifica o próprio discurso. É do tipo de relação entre locutor e ouvinte que decorre o tipo de ação a ser empreendida pelo locutor através do seu discurso. Um eu não se define, por si só, a ação a ser empreendida; é preciso que ele tenha sua imagem do tu ou que o tu forneça essa imagem” (OSAKABE, 1979, p.53).

Pensemos na figura ideal do “correligionário”, o presumido receptor do discurso, o “tu” de Osakabe ou o “nós-ideal” para utilizar a expressão de Norbert Elias (ELIAS, 2006). Quem ele é? É o eleitor fiel, convicto de suas posições, que assume o discurso do partido ou do líder como se fosse seu. Para que isso ocorra, seria necessário que o correligionário fosse capaz de resistir às seduções dos argumentos dos adversários. E, para além disso, a de defender publicamente as decisões do seu grupo. Para construir uma tal identificação os motivos lógicos e racionais se confundem com considerações outras, tais como espírito de grupo, fidelidade, lealdade, etc. Realmente, figuras ideais valem mais como projeções do que como materialidades sociais. Não foram raros os momentos em que os jornais políticos lamentavam a fraqueza, a timidez, a indolência ou a apatia do eleitor, como leremos adiante. Isso porque a idealização do correligionário nem sempre encontrava eco na vida real.

Em todo caso, partindo do princípio que o objetivo do discurso da política é o de formar o correligionário, ou seja, o de mobilizar, gerar a adesão, aglutinar, organizar e fazer agir, não é possível prescindir deste aspecto central, que é o recurso à moralidade, que move o discurso da política. Entretanto, para que isso ocorra, o discurso da política divide, separa, atíça as rivalidades e constrói as oposições. Isto porque a identidade de um grupo se forma, dentre outros elementos, pela diferença que eles alimentam em relação a um outro grupo. Mesmo se formos buscar os recursos à moderação e a conciliação, que pressupõem a “união de todos”, ainda haveria todos os que “resistem” e que por isso, são alvo da crítica e da reprovação. Eles é que são responsáveis pelas dissensões, eles quem levam à crise.

Então, se anteriormente procurávamos as respostas para as condições de produção do discurso da política (capítulo um) e para a constelação dos argumentos da crise e do atraso (capítulo dois), faz-se necessário agora responder à seguinte pergunta: *de quem é a culpa?* De antemão, sabemos que a culpa é do “outro” Mas quem é, ou quem são esses outros? E como as identidades se constroem em negativo, ou seja, pela rejeição do adversário e de tudo o que ele representa? Quais as estratégias

então em curso? Afinal, porque a sordidez do outro foi capaz de tudo desmobilizar e lançar a política cearense numa prolongada crise?

Para efeitos da sistematização do pensamento, o que se apresenta a seguir é, em primeiro lugar a formação de um grande panorama dos principais atores da cena política, tal como se representou na imprensa local. Neste caso, fala-se a propósito dos partidos, dos coronéis, dos cabos eleitorais, dos juízes e da polícia. Havia, à época, quase um consenso – ou algo muito próximo a isso – de que esses elementos eram de uma forma ou de outra “perniciosos” para o sistema político. Mesmo os partidos e seus políticos, vez ou outra, ainda mais se perdiam as eleições, culpavam tais elementos como os principais alvos da crise. É possível argumentar, a partir dos textos coligidos, que estes atores são habitualmente responsabilizados, como se fosse um argumento mais ordinário, habitual, do senso comum.

Muito diferentes são as demais categorias que se abordam adiante. Há argumentos, provenientes de todos os campos discursivos (veiculados seja pela imprensa partidária, católica, sindical, independente), que recorrentemente apontam a “perversidade das elites” como as principais responsáveis pela crise. O interessante desta análise é a de poder coligir as várias representações acerca do que significava “elite” no contexto daquele debate específico. Outra questão abordada refere-se à forma suposta de como tais elites agem na busca do próprio interesse e de que maneira tal “egoísmo” poderia vir a prejudicar à coletividade como um todo.

Muito mais ricos, contudo, que os argumentos que apontam a perversidade das elites são aqueles que põem em causa a responsabilidade do povo. Havia toda uma miríade de explicações, mas em geral o povo poderia ser “inculto”, “bárbaro”, “indolente”, “condenado”, “supersticioso”, “imprevidente”, “atrasado”, etc, etc. O que mais nos chama a atenção nesta análise é a aparente contradição: se os discursos da política têm como objetivo primário arregimentar, agregar, convencer e chamar à ação, considerar o povo como um agente da crise não seria contraproducente? Isto não poderia ferir os sentimentos da ampla maioria das pessoas? Por que responsabilizar o povo gera tão pouca reação?

Outro feixe de críticas recai sobre o problema da organização social e das rotinas do trabalho. Aqui, especificamente, e mais do que em qualquer outro momento deste texto, a crise é produto de um atraso. Mas que atraso? O atraso técnico, científico

ou organizacional. Geralmente, este ponto de vista era mais veiculado a partir de associações técnico-científicas voltadas à promoção da indústria ou da agricultura. Ainda que não seja, efetivamente uma dimensão do discurso da política, é um discurso político.

Discurso político também é aquele que se propõe à crítica à modernidade como raiz da crise. Efetivamente mais bem fundamentado e elaborado que os demais, tem um raio de alcance bem menor que o discurso político mais habitual. Não há dúvida, contudo, de sua força e capacidade de influência, seja relativamente aos grupos mais tradicionais e conservadores, tais como a Igreja, seja também em função dos grupos ligados à crítica de esquerda, como os intelectuais ligados aos sindicatos ou mesmo agindo de forma independente.

5.2. Os culpados habituais.

Durante a segunda metade da década de 1920 surgiram em Fortaleza, diversas revistas de amenidades, “lítero-diversionais”, voltadas para a leitura das famílias. Eram publicações bem-comportadas na maior parte do tempo, com raras preocupações com a política partidária cotidiana, ainda que difundissem perspectivas conservadoras em se tratando da moralidade pública, da constituição familiar, da religião e das regras da “boa sociedade”. Entre elas, estavam: *Ceará Illustrado*, de quem nos ocupamos com mais atenção; *A Jandaia*, *Verdes Mares*, *Ba-ta-clan*, entre outras.

Ainda que tais revistas assumissem uma posição moderada no campo político, foram muito importantes no desenvolvimento do mercado editorial. Talvez nem tanto pelas tiragens – ainda que algumas gozassem de boas tiragens, como o *Ceará Illustrado* – mas pela adoção de novas tecnologias gráficas que permitiam a reprodução de imagens, fossem desenhos ou fotogramas. Tais inovações, já presentes nas principais cidades do país desde o final da década de 1910, só se consolidou no Ceará anos após. Até então, a qualidade gráfica dos nossos jornais permanecera praticamente inalterada desde a década de 1890. Ou seja, traziam ao leitor colunas amontoadas de textos, com pobre qualidade da impressão e poucas ilustrações, em geral dos anúncios publicitários.

Essas transformações tecnológicas permitiram às revistas semanais abranger muito mais temas de interesse que não somente a política partidária. O colunismo social, o humorismo, o charadismo, as crônicas ilustradas de viagens, só para dar alguns exemplos, só se tornaram viáveis em razão de tais inovações editoriais e gráficas. O próprio mercado publicitário, que era quem financiava tais publicações, experimentou um grande salto de qualidade nesses anos, expandindo fortemente o número dos anunciantes.

Conforme se disse, as revistas disseminavam amenas leituras de final de semana. No que diz respeito à literatura, que em geral, ocupava muitas páginas dessas publicações, a impressão geral é de uma tentativa dos editores em atender-se ao gosto estabelecido a época. Publicam-se muitos sonetos de poetas consagrados, tais como Olavo Bilac e Raimundo Correia, ambos imbatíveis na preferência dos leitores. Os escritores locais também eram publicados, mas em geral, numa linha editorial que não rompesse com a orientação geral. Um cronista muito reputado à época, chamado Júlio Maciel, por exemplo, só se interessava por “futilidades” (como o próprio ousou dizer certa vez, como leremos no próximo capítulo), tais como namoros escondidos, *toilettes*, passeios, festas, dramas adolescentes, entre outras coisas do mesmo tipo.

Enfim, apesar das inovações gráficas, estas revistas são bastante convencionais no seu conteúdo. Algumas, aliás, são bem conservadoras, como a revista *Verdes Mares*, que usufruía do patrocínio da Igreja. Outras tendem a ser pouco mais “apimentadas”, como era o caso da *Ba-ta-clan: revista ilustrada de arte e elegância*, de propriedade do Centro dos Anunciantes, ou seja, instrumento de propaganda voltada para determinado mercado consumidor de classe média de Fortaleza. Mas, ainda que haja uma diferença de linha editorial, a maioria delas seguia o mesmo padrão pré-determinado. Exceção feita, mais uma vez, ao *Ceará Ilustrado* que trazia seções políticas (ainda que amenizada por um *humour* elegante).

Estas revistas tinham um público leitor relativamente restrito. Eram direcionadas às boas famílias da capital e procuravam, amiudadamente, criar uma identificação com essas famílias, por isso tamanho convencionalismo. Raramente se tratam de questões mais indigestas e, quando aparecem, querem expressar opiniões “razoáveis”, sem extremismos partidários, ideológicos ou de classe.

Não há dúvida de que as revistas “lítero-diversionais” da década de 1920 almejam colocar-se à margem das disputas políticas correntes. Para o escopo desta reflexão, isto é importante porque nos permite vislumbrar os argumentos do “senso comum”¹⁵⁷. Ou seja, das opiniões mais vulgarizadas e aparentemente isentas, que parecem fazer parte de um repertório aceito e repetido por muitas pessoas. São opiniões difundidas à larga, escritas para se fazerem aceitas de imediato pela “média” dos seus leitores, porque, obviamente, são produzidas por eles e para eles. O mercado editorial apenas “requeenta”, “embala” e “presenteia” os seus leitores com as suas opiniões já formadas.

Assim, quando as revistas ilustradas trazem à baila os temas políticos, na verdade elas não procuram “marcar posição”, mas o contrário disso. Pretendem não ferir susceptibilidades e agradar a gregos e troianos. É interessante, então, perceber como as retóricas da crise e do atraso se insinuam no senso comum, repetindo certas fórmulas à exaustão.

A revista *Ba-ta-clan* se ocupou raríssimas vezes da política local. Mas não pode deixar de fazê-lo por ocasião da visita do então presidente da República eleito, Washington Luís, em outubro de 1926. A visita do futuro chefe de Estado movimentou o lado social da muito provinciana Fortaleza. As mais prestigiadas famílias da cidade disputavam espaço nos clubes e nas festas em sua homenagem. Muitos fotogramas foram publicados em toda a parte, como símbolo decisivo de distinção social. A *Ba-ta-clan* ocupou-se, no seu número do dia 23 de outubro, somente deste evento. Mas, além das típicas bajulações, a revista publicara um artigo chamado “As necessidades do Ceará e a visita do sr. Washington Luís”, escrito por Plácido Aderaldo Castelo.

A leitura do pequeno artigo pode nos ser útil para a definição do julgamento do “senso comum” a respeito da responsabilidade da crise e do atraso cearenses.

“A época de degradação moral e de subserviência, do crime, do erro e do peccado há muito que nos infelicita.

¹⁵⁷ A expressão “senso comum” conhece várias acepções. Não estamos trabalhando com a posição emanada da obra de G.E. Moore, que inaugurou a reflexão sobre o “common sense” na filosofia analítica (na linha de Wittgenstein e Russell). Para ele, “senso comum” era uma série de proposições mais ou menos evidentes acerca de fatos cotidianos, que se devem assumir como verdadeiros sob a pena de gerar uma série de análises paradoxais. No caso em questão, “senso comum” é tomado por opinião, ou seja, como manifestação de uma posição circunstancial, que prescinde de método ou rigor. Cf. MOORE, G.E. “Princípios Éticos”. In: OS PENSADORES. São Paulo: Abril Cultural, 1980;

“Terra amargurada, terra talhada para a dor e para o infortúnio, o Ceará marcha vagarosamente para o progresso e para o triumpho.

“Uma reacção lenta, embora, já se vai effectuando.

“Paira sobre a nossa frente a esperança bendita de melhores dias.

“(…)

“Que o futuro chefe de nossa Pátria não ouça os nossos políticos de aldeia, mas ouça os clamores do povo espoliado e desprezado – são os nossos ardentes desejos.

“(…)

“A crise político-financeira que presentemente devasta o nosso território está a exigir prudência e calma e iniciativa do illustre estadista.

“(…)

“O Ceará, berço de onde hão de surgir rasgos do heroísmo e tenacidade, que tanto honram as páginas fulgidas de nosso civismo, não é merecedor do descaso que lhe dão os nossos dirigentes.

“(…)

“Não podemos conter a nossa revolta íntima – somos forçados a declarar, sem preâmbulos: os culpados e responsáveis por todo o infortúnio que paira, por sobre um milhão e trezentos mil habitantes desse Estado, são os nossos representantes, que, nas Câmaras do país, não expõem as nossas condições. Já que o sr. Washington Luís nos visita, imploremos o que necessitamos para a nossa salvação e para a felicidade do Brasil”¹⁵⁸.

A primeira linha do texto já nos traz o reconhecimento da crise e do atraso. As linhas seguintes revelam o seu diagnóstico. No capítulo anterior havíamos lido que os diversos campos do poder político em disputa no Ceará construíram diversas narrativas acerca da natureza da crise por eles vivida. Intelectuais, partidos, sindicatos, Igreja: todos concordam na existência de uma crise, mas divergem a respeito de sua natureza. Para uns, crise moral, para outros, crise política, crise intelectual, crise de legitimidade, crise jurídica. Mas, enfim, sempre “crise”.

Todas aquelas narrativas nasceram de contextos muito peculiares, de interesses claros e num jogo político e partidário muito preciso. Tal relação não pode ser feita de maneira tão imediata quando se trata de opiniões como a publicada na *Ba-ta-clan*. Neste caso, penso eu, se trata de uma vulgarização por intermédio do senso comum, de teses longamente aventadas na imprensa mais engajada. E, assim sendo, tal opinião se conforma ao horizonte da compreensão geral do público leitor.

¹⁵⁸ BA-TA-CLAN (Fortaleza) de 23 de outubro de 1926. (p.19);

Considerando isto, retomemos a leitura. O autor – que décadas mais tarde viria a ser governador estadual – lastima a existência de uma crise, fruto de uma “degradação moral”. Alude, a seguir, ser o Ceará uma “terra talhada para a dor e para o infortúnio”. Estes argumentos estiveram há muito disseminados na cultura a partir de inúmeros artigos de jornal, de discursos de todo o tipo e de toda uma tradição literária. A ideia de “degradação moral”, por exemplo, já era aventada desde as primeiras obras de Juvenal Galeno, ou seja, meados de 1860, como tivemos oportunidade de ler no capítulo anterior. Da mesma forma, a percepção de que o Ceará era uma “escola de provações” por sua natureza e clima, também já estavam amplamente difundidas por obras científicas, religiosas e suas inúmeras vulgarizações. Ou seja, o autor repete lugares comuns da própria cultura intelectual da época.

A responsabilidade da crise, deste estado lastimável de coisas, recai necessariamente nos ombros dos “políticos de aldeia”, dos “nossos representantes”, dos “nossos dirigentes”. Para evitar ser iludidos por eles, deveria o presidente eleito ouvir, isto sim, o “povo espoliado e desprezado”. Parece-nos claro, no entanto, que o jovem Plácido Aderaldo Castelo se não pertence às elites políticas, tampouco pertence à massa espoliada e desprezada do povo. Como poderia falar então em seu nome? Ora, o que permite isso é um recurso meramente retórico. O autor recorre à estratégia da identificação com as aspirações populares para provar a sua isenção e desejo sincero de falar a verdade. No entanto, o que consegue é expor, significativamente, a ambivalência da sua posição de classe (estratos médios urbanos) numa sociedade tão polarizada quanto a brasileira das primeiras décadas do século XX.

Se, por um lado, as classes médias se sentem impotentes perante o domínio dos “políticos de aldeia”, também se sentem ameaçadas pela “barbárie”, pela “inconsciência”, pela “ignorância” populares. Ou seja, a classe média urbana, desprezível em termos numéricos para se fazer representar politicamente, também sente profunda repulsa pelo povo, elemento identificado com o analfabetismo, com o atraso, com a violência, com as rotinas produtivas ultrapassadas.

Diante desta posição ambígua, cai-lhe bem repetir certos lugares comuns à formação cultural e escolar e ao vocabulário de classe. Ao postarem-se, como fez Plácido Aderaldo Castelo, ao lado do povo, não reivindicam nenhuma ação

transformadora das estruturas sociais, mas sim, das estruturas de poder político. Tanto é assim que o jovem colunista “implora” a “salvação” ao presidente eleito.

Outro artigo, publicado ele também numa revista ilustrada e bem-comportada, trazia um tom muito mais duro contra os chamados “políticos de aldeia”. O autor, o escritor e jornalista Gastão Justa, traz em sua biografia, a marca da ambiguidade de classe. Gastão Justa começou a vida como tipógrafo e conseguiu alcançar o bacharelado em humanidades (que naquela época era concedido a quem concluía o ciclo clássico no ensino secundário), formado pelo Liceu do Ceará. Não conseguiu fazer o curso superior por estar além de sua condição financeira e dedicou-se ao jornalismo. Escreveu, de início, para o jornal *Ceará Socialista*, defendendo as causas das classes “produtivas”. Logo, porém passa a colaborar com revistas diversas, inclusive do Rio de Janeiro (*Fon-Fon*, então a mais prestigiada do país). Na década de 1920 assume a direção de sua própria revista, *A Jandaia*. Passa a trabalhar na Secretaria de Justiça do Estado e coroa a sua trajetória de ascensão social sendo eleito para a Academia Cearense de Letras.

Sem desmerecer o esforço pessoal de Gastão Justa, parece-nos claro que a sua trajetória ascensional implicou num processo de transação com o *status quo*. Sem tal capacidade de transação não poderia sequer cogitar a nomeação para o cargo público, símbolo de distinção social. Num artigo de 1925 intitulado “Aspectos da política cearense”, publicado em *A Jandaia*, Gastão Justa faz duras críticas à politicagem local, ao mesmo tempo em que prevê uma inevitável reação popular a tal estado de coisas.

“Infelizmente, a prática do regimen republicano vae perdendo, entre nós, esse character de verdadeira democracia que se nota nos países cultos, onde o respeito à lei é o princípio fundamental de suas próprias nacionalidades.

“No Brasil, porém, o vício originário de falcaturas e safadezas é tão sensível, que os mais rebeldes só esperam a reforma dos costumes políticos por meio de uma desforra sanguinolenta, de armas nas mãos, nas barricadas improvisadas.

“Aliás, por mais que se deseje evitar taes sentimentos, os successivos abusos, por parte dos poderes constituídos, se encarregarão de crear situações tão horríveis e insustentáveis, que o nosso organismo político-social do futuro, ver-se-á obrigado a acceitar a therapeutica revolucionária.

“Não somos partidários do extremo. Mas a nossa previsão, si bem que não sejamos mathematicos, enxerga um pouco mais além da objectiva conservadora.

“Os expedientes inescrupulosos dos que lançaram mão, no momento, as correntes partidárias do Estado, são a causa mater que poderá gerar os efeitos desastrosos, que prevemos.

“As classes trabalhistas – a célula das nacionalidades – ficaram à margem, esquecidas, como si não influíssem no câmbio da política local, quando são ellas, inevitavelmente, as únicas forças geratrizes das evoluções humanas.

“Desprezar essas energias, escarnecer de seu valor cívico, moral e econômico, é dissociar-se da marcha ascensional do mundo contemporâneo, ou procurar conter o fluxo do mar com a muralha de papelão das poses enfatuadas...

“O trabalhador urbano e rural é como a onda que cresce e se avoluma com a pressão dos diques! Ai delles, porém, si ella lavar-lhe a parede!... Levará de roldão tudo que se lhe oppuzer na enxurrada...

“O menospreso à representação das minorias, no regimen democrático, creará um dique, dentro do qual se achará a onda humana, crescendo, se avolumando, até rompê-lo violentamente.

“Os políticos profissionaes nada valem no momento presente. As posições são ephemerias no momento presente. Só a vontade popular pode resolver tudo: abater impérios, moralizar repúblicas, reformar costumes...

“Os aspectos da política cearense se transformarão também. Que os seus dirigentes procurem evitar a queda fragorosa. O operariado age e não dorme. Quando o homem do trabalho exgotar o último gole de amarguras políticas, sociaes e econômicas, elle ditará leis.

“Assim foi na Rússia. Assim é na França e na Allemanha. Assim será no mundo inteiro”¹⁵⁹.

Ainda que, no texto de Gastão Justa predomine um tom ameaçador, é necessário reconhecer que se o autor se coloca frontalmente contrário às práticas correntes da política local, também não quer ser um “partidário do extremo”. A todo momento não se furta em qualificar suas previsões como geradora de “situações terríveis” e de “efeitos desastrosos”. Alerta aos políticos que evitem a “queda fragorosa” futura.

A retórica de Gastão Justa é claramente derivada de suas experiências como tipógrafo e líder sindical, daí a confiança na inevitabilidade da ação revolucionária da classe “trabalhista”. Mas, o mais notável para nossa análise é a qualificação extremamente negativa da classe política. Não hesita em chamá-los de “inescrupulosos”, perpetradores de “falcatruas” e de “safadezas”. Serão os seus “sucessivos abusos” a causa de sua ruína.

¹⁵⁹ A Jandaia (Fortaleza) de 19 de abril de 1925 (p.19);;

Ainda que situados em campos ideológicos distintos, as caracterizações da classe política traçadas por Plácido Aderaldo Castelo e Gastão Justa, se alinham no que tange ao recurso de legitimação por intermédio de identificação com o povo. No primeiro caso, temos um pedido de socorro; no segundo, um alerta ameaçador. Para o primeiro, o povo sofre humilhado e desprezado. Para o segundo, ainda que sofra, o povo pode vir a se rebelar contra a opressão de que é vítima. Em ambos, afinal, subsiste a plena rejeição à classe política, desqualificada ao extremo por suas práticas cotidianas havidas como imorais.

Mas, é necessário perceber que, ainda que haja certa dissonância entre as duas análises, nenhuma consegue enxergar a “crise” como um fenômeno estrutural daquela sociedade. Ou seja, não fazem referência ao funcionamento do modelo político, nem ao poder hegemônico da grande propriedade rural. Antes, julgam a situação sob a ótica da moral. Eles, os políticos, são os “maus”. Não se cogita se sua substituição não geraria a repetição da mesma situação. O nível da crítica, de ambas as partes, ainda assume o tom moralizador.

Não é à toa que Plácido Castelo assume o fato de estar vivendo numa época de “decadência moral”. Da mesma maneira, Gastão Justa reconhece um “vício originário” causador da tenebrosa situação atual. A própria ação revolucionária popular que prevê, nada mais era do que uma vingança (ou seja, uma ação moralizadora violenta) das massas que agem como “ondas do mar” (uma força da natureza), sem plano de ação ou objetivo visível que não uma “desforra” contra a classe política.

Igual ou pior do que a reputação dos “políticos” é a dos partidos. São percebidos, em geral, como organizações cujo único fim é a conquista e manutenção do poder e dos privilégios daí advindos. Por toda a imprensa, de qual orientação for, havia um sentimento de repulsa a estas organizações. Mas, o que parece pouco mais difícil de perceber é se esta reação se refere unicamente aos partidos, tal como estavam organizados à época, ou então, a própria natureza do sistema partidário. A questão pode parecer, à primeira vista, banal, mas é de central importância para que se avalie o grau de confiança ou de aprovação no modelo político, para além de seus atores circunstanciais.

Avaliando a situação partidária cearense ao final do governo Benjamin Barroso, o jornalista João Brígido, um dos líderes dos movimentos a favor da deposição de Nogueira Accioly em 1912, assim externava sua opinião:

“Havia marretas agindo dentro do código deixado pelo sr. Benjamin Barroso; rabellistas rendendo preitos a um passado que será como as cebolas do Egipto; unionistas, finalmente, que ficavam com a responsabilidade exclusiva do movimento, que derrocou a situação aciolina, em começo de 1912, e atentou contra a ordem das coisas que o sucedeu. Os marretas subdividiam-se em novos e velhos legionários, provindo desse partido e dos dois outros; os rabellistas com os seus combates, já contam pelotões com as bandeiras enroladas; os unionistas, finalmente, desagregam-se... **Destarte, a política do Ceará não passa de um saco cheio de gatos que estão se azunhando.** Agora temos o que faltava e vem a ser um quarto partido, envergando sotainas e tendo, como séquito único, alguns católicos, que mais gatólicos se parecem. Agrupam-se, qualificam-se e vão baixar aos comícios, apresentando candidatos à Câmara dos Deputados. Um púlpito, desdobrado em imprensa, já não baldala pela fé, como outrora, mas por um profano ideal, que tem bolsa de algibeira, à guisa dos partidos leigos, acercando-se do tesouro”¹⁶⁰

Não se pode subestimar certa nostalgia conservadora nas palavras do veterano político. João Brígido, que havia surgido na cena política nos idos de 1870, vira de tudo um pouco em sua longa vida. Fora do antigo Partido Liberal, onde se colocou sob a liderança do Senador Pompeu; adere ao abolicionismo e à República, ainda que timidamente. Ajudara a consolidar a formação da *União Republicana* (1891), legenda que unificara diversos políticos tradicionais da época da monarquia. Participara do grupo liderado por Nogueira Acióli, que chegara ao poder estadual após a deposição do presidente Clarindo de Queiroz, em 1892. Em 1903, romperá com Acióli, a quem passara a acusar de “oligarca”. Milita na oposição como líder do minúsculo Partido Unitário. O jornal do partido *O Unitário*, foi um grande catalisador das oposições à oligarquia estadual, saindo-se vitorioso no movimento político de 1912, que alcançou a deposição de Acióli. Logo após, para surpresa de todos, mostra solidariedade ao antigo aliado, reunindo, sob a bandeira do Partido Unitário, os remanescentes políticos do aciolismo.

A crítica de João Brígido aos partidos se pautava pelo evidente desprezo que nutria às transformações conjunturais que, na sua opinião, mudaram a política para pior. Oriundo do antigo bipartidarismo monárquico, acostumara-se à ideia de que a

¹⁶⁰ Unitário (Fortaleza) de 9 de outubro de 1917, *apud* MONTENEGRO, Abelardo. **História dos partidos políticos cearenses**. Fortaleza: s/e, s/d (pp.46 e 47);

política era um assunto exclusivo às antigas elites. Submeter-se à liderança de um chefe e a ele prestar lealdade evocava um mundo de valores tradicionais que rapidamente se desfazia. O que Brígido, no artigo citado, realmente critica, é o fato de que os partidos moviam-se unicamente com o interesse pela “bolsa da algibeira”, pelo controle do “tesouro”. Evidentemente que, neste caso, a fragmentação partidária nada mais seria que um sintoma de uma arraigada crise moral. Crise esta que substituíra as antigas relações de parentesco e compadrio, em que prevaleciam “o respeito à ordem constituída”, “a palavra dada”, “a lealdade para com o partido” por arranjos deploráveis em que a única motivação é o dinheiro.

Se sua crítica aponta também para a mobilização dos católicos cujo “púlpito (...) já não baldala pela fé”, isto se deve, sem sombra de dúvida, à tendência anticlerical das elites políticas monárquicas. Mas, conforme se lerá, o diagnóstico acerca dos partidos, feito pelos católicos, é exatamente o mesmo que o de Brígido.

No editorial de 3 de agosto de 1924, o jornal *A Região*, do Aracati, de tendências católicas, assim fazia o seu diagnóstico da política local e dos partidos que a compunham:

“Nada existe de mais cheio de mentiras do que uma eleição.

“Das cousas que primam pela falsidade de seu resultado, uma eleição occupa a dianteira.

“Ninguém pode affirmar, nos dias que correm, que uma eleição seja uma cousa séria.

“Da maneira por que é feita hoje, uma eleição não tem necessidade de votos. A chapa apresentada ao povo será aceita porque, forjada na officina diabólica das reuniões políticas, dos conluios partidários, sahiu para ser imposta, de qualquer forma, mesmo que para isto seja affrontada a soberania popular.

“O numero de votos, contados de antemão, sem a presença dos eleitores, que fogem das urnas, vae de accordo com os títulos tirados, sem que se levante um único protesto.

“Não há mais necessidade de eleição porque a apresentação da chapa indica a conclusão do acto em que cada um deveria empenhar a sua consciência em prol da collectividade.

“Cada um dos escolhidos, não pelo povo mas pela combinação satânica dos partidos, geralmente, procura ascender ao posto aspirado, pelo interesse único de ganhar facilmente os maíos de viver.

“Raro é, raríssimo mesmo, que alguém se consagre e se sacrifique pela terra onde nasceu, por um pedaço de gleba do seu paiz, para cuja representação recebeu a confiança de seus patrícios. O interesse próprio fala mais alto; não se escuta nunca a voz do povo, cuja lamentação não tem fim.

“(...)

“Descrente de todo, cada eleitor, que vae assistindo a mascarada, tem aversão ao acto pelo qual o governo incita o povo a manifestar a sua vontade livre. Essa vontade, portanto, vive peiada, porque não lhe sobra direito, ao eleitor sem liberdade, de ir às urnas com a chapa organizada pela razão e de pleno accordo com a consciência.

“A apresentação dos candidatos não visa o interesse geral: em primeiro lugar os manipuladores procuram garantir a conservação do partido dominante na sua posição de mando. Seja indicado um desonesto, reconhecido como tal por aquelles que o representam, mas que este usurpador dos direitos e da honra do povo, saiba praticar o maior de bandalheiras, para conservar o prestígio político dos que o indicaram. Somente a conhecem aquelles que lembram o seu nome, aureolado de elogios bombásticos e espalhafatosos, mentirosos como elle mesmo, para iludir os correligionários políticos do interior, e dizer ao paiz inteiro, pelas columnas dos jornaes, dos méritos duvidosos de uma inépcia representativa.

“(...)

“Infelizmente, assim é.

“Mal sem remédio, por enquanto, só tem um therapeutica efficaz: a instrucção religiosa do povo.

“Dirão que tempos atrás, o povo era menos instruído e as representações, mais dignas. Sim, naquelle tempo não se escolhiam os vis, e os canalhas eram postos à margem, atirados ao monturo como se faz ao excremento”.¹⁶¹

Mesma retórica conservadora, ainda que diferentes alternativas de superação da crise moral. Ambos lamentam que o referido estágio de coisas se origine da ganância e do materialismo desenfreado dos costumes depravados do presente. Ambos reconstroem um passado idílico, totalmente illusório. Mas, se Brígido apenas lamenta a corrupção dos dias, os católicos querem dedicar-se à regeneração social.

Em todo caso, se houve diferentes diagnósticos e diferentes alternativas vislumbradas por aqueles que se opunham – por uma ou outra razão – à política e aos partidos, é surpreendente que a retórica antipartidária seja tão homogênea, tão coerente. O uso dos mesmos qualificativos, a mesma rejeição moral, o mesmo desprezo, leva-nos a postular a hipótese de uma adiantada rejeição ao próprio sistema partidário, como um todo, e não, somente a esta ou aquela organização partidária em particular.

¹⁶¹ A Região (Aracati) de 3 de agosto de 1924. (p.1);

Se esta hipótese se mostrar correta – pelo menos em parte – fica-se diante de outro problema, que não somente percebido sob a esfera da retórica e da moralidade. Ou seja, a de que a alternativa política possível à regeneração dos costumes, ou pelo menos de superação de uma crise moral, passaria pela rejeição dos fundamentos da democracia liberal, um dos símbolos do pertencimento à “civilização” (de acordo com os valores dominantes daqueles dias) e, por consequência, dentro do horizonte de expectativas das elites nacionais. Ou seja, ao rejeitarem a democracia partidária querem, ao mesmo tempo, rejeitar à aspiração à modernidade? É raro ler-se nas folhas daqueles dias, quaisquer propostas que visem a uma reforma do sistema. Antes, se postam *in totum* na sua rejeição pura e simples.

A alternativa apontada pelo jornal *A Região*, citado anteriormente, é de um profundo conservadorismo, como se pode notar pela “terapêutica” do ensino religioso que propõe. Aquelas eram anos de declarada ação política da Igreja no Brasil em prol da reintrodução do ensino católico nas escolas públicas. A justificativa mais comum para defesa desta medida era, invariavelmente, a da “regeneração” dos costumes, o que mal encobria o desejo por uma ampla doutrinação popular sob o influxo do processo de romanização.

De fato, a década de 1920 fora pródiga no surgimento de alternativas políticas ao modelo liberal triunfante desde a década de 1870. O momento de efervescência político-ideológica apontava no caminho dos regimes de força, centralizados, dirigidos por líderes carismáticos e marcadamente ideológicos. Assim, de qualquer forma, parece-nos que os pudores relativos à manutenção de uma estrutura política baseada no liberalismo, como fiança de pertencimento à civilização ocidental, já não fossem tão decisivos. Os diversos grupos políticos em ação no Ceará neste momento, em sua vasta maioria, não demonstravam muitos receios na substituição do modelo político liberal por outro tipo de regime que lhes parecesse capaz de remediar o estado de crise (seja lá de que tipo) em que, amiudadamente, diagnosticavam.

O descontentamento generalizado com a política cotidiana provinha de todos os grupos. Ainda que, como vimos repetindo, oriundas das mais diversas tendências ideológicas e grupos de interesse, e sob este aspecto, diversamente matizadas, é de causar surpresa sua mesma base comum. Ou seja, a do diagnóstico de uma situação de moralidade decadente que privilegia a existência da classe política,

vista unicamente como parasitária das “energias nacionais”. A partir daí, faz-se necessário trazer à tona o editorial da *Voz do Gráfico* de 5 de fevereiro de 1921, intitulado “O operário, o caráter e a política”.

“Para se manter honrado, o operário precisa, antes de tudo, retrair-se à política, depravada como é no Ceará – uma verdadeira epidemia de imoralidade. Dela somente males a classe trabalhadora tem recebido, tanto pública quanto particular, e recebe e receberá, se dela não souber se afastar.

“Meia dúzia de potentados, senhores de dinheiro ou sustidos pelo néscio interesse matuto de centenas de eleitores inconscientes, apropriam-se dos empregos públicos e sugam as energias do povo por meio de impostos inexplicáveis. Distribuem a si mesmos, a seus parentes, afilhados, adulladores, protegidos e capachos miríades de cargos que eles exercem de longe (empregados há que não conhecem o lugar do emprego) e quando falta uma sinecura para algum dos filhotes criam-lhe uma chupeta.

“(…)

“O Operário, o povo, a plebe, nós os esquecidos em sem nome, não podemos ter representantes, agora, na legislação, judicatura ou administração pública.

“Não devemos votar, não devemos ir à eleição. É uma obrigação moral fugir às urnas, que não são mais que um simulacro de liberdade, que sabemos já ter sido enforcada nos bastidores pelas combinações das camarilhas políticas. Votando o operário concorrerá para a sua própria ruína.

“Aguardemo-nos envergonhados e tristes, não de sermos brasileiros, sim, de possuímos um título de cidadão do Brasil – infeliz república levada a um regime de mixórdia e loucura, a uma administração de bandalheiras e patifarias”¹⁶²

As discussões acerca do lugar do operariado na vida político-institucional do país caracterizaram o debate das organizações dos trabalhadores ao longo de toda a década de 1920. Este tipo de posicionamento estivera presente também na vida sindical do Rio de Janeiro e de São Paulo¹⁶³. Para além do debate relativo à organização dos trabalhadores brasileiros à época, queremos sublinhar os elementos retóricos que constroem o repúdio à classe política e aos perigos que poderiam daí advir.

¹⁶² *Voz do Gráfico* (Fortaleza) de 5 de fevereiro de 1921. Editorial. (p.1). *apud*: GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge. **A imprensa libertária do Ceará** (1908-1922). São Paulo: Imaginário, 2000 (p.110);

¹⁶³ FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 (pp 41-81). A recusa à participação político-institucional atingira todas as correntes representativas do sindicalismo brasileiro, mas foi mais forte entre os anarquistas paulistas. O contraponto ficava entre os chamados ‘trabalhistas’ da Capital Federal, mais propensos a transacionar com os setores dominantes e com o Estado. Cf. GOMES, Angela de Castro e. **A Invenção do trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV editora, 2005 (pp. 55-125);

Não se deve falar, no caso em questão, de uma situação de pura e simples opinião, fundamentada no senso comum. Estamos a tratar de uma folha política, dirigida e destinada aos trabalhadores, cujo fim precípua é o de colaborar com a sua organização e conseqüente fortalecimento político. O meio de que se trata é de caráter diverso das revistas ilustradas, que funcionavam mais como entretenimento fugaz de fim de semana. Então, o teor destas considerações deve ser compreendido na exata medida dos seus meios (físicos, institucionais e políticos) e de seus fins práticos.

Contudo, ainda que este cuidado seja fundamental para a construção desta leitura, não se pode deixar de perceber como o autor em questão lança mão de muitos elementos comuns a outros emissores do discurso da política, para proferir as suas sentenças. Em primeiro lugar, sua legitimidade decorre, ou se apresenta, a partir de sua identificação com os interesses populares. Mas, efetivamente, com os interesses das classes trabalhadoras em particular. Intenta, pois, alcançar os seus sentimentos e criar entre a classe trabalhadora e o programa esboçado por seu órgão de imprensa, um vínculo emocional. Ou seja, um compromisso, uma adesão que os permita alcançar os mesmos objetivos.

Para que isso fosse possível, não hesitava em proclamar a diferença entre a classe política dominante e as classes trabalhadoras. Estão, por assim dizer, em campos opostos no conflito social. Se a política é o espaço da “depravação”, os trabalhadores devem lutar para, em se afastando dela, manterem-se “honrados”. É interessante perceber o quanto a retórica operária da década de 1920 se apropria do discurso moralizante, tão presente na crítica social da época. Ao longo de vários números do jornal *A Voz do Graphico*, são feitas diversas conclamações à moralidade mais convencional: fosse no repúdio ao uso do álcool, do jogo, do esporte (principalmente o futebol) e, mais que tudo, aos papéis sexuais tradicionais no seio das famílias¹⁶⁴.

Curiosamente, esta plataforma moralizadora se aproximava bastante do que era alardeado e conclamado pela imprensa católica, tradicional adversária do movimento dos trabalhadores. Entretanto, os sindicalistas ligados à *Voz do Graphico* questionavam a verdade dos sentimentos cristãos relativos à prática de tal moralidade.

¹⁶⁴ *A Voz do Graphico* (Fortaleza) de 5 de fevereiro de 1921 (“De cinema a antro de perdição”); de 19 de fevereiro de 1921 (“O despertar da mulher cearense” e “O Carnaval”); de 26 de março de 1921 (“Com o modernismo apareceu a exploração”); de 14 de janeiro de 1922 (“A nossa moral”);

Muitas vezes se acusam os católicos de hipócritas e casos relativos à depravação no seio do clero aparecem volta e meia por suas páginas¹⁶⁵. Isto porque, segundo os redatores do jornal, a Igreja se utilizava deste “falso moralismo” para promover a submissão ordeira e pacífica da classe trabalhadora, enquanto os trabalhadores faziam tais referências para impedir a depravação dos seus, para “honrá-los”, para “elevá-los”.

Ainda que se possa discutir o sentido destes argumentos, sua validade ou racionalidade, o fato é que as estratégias de convencimento, adesão e legitimação continuam mais ou menos as mesmas. O repúdio à classe política é o elemento central dos argumentos. Isto se daria em razão de sua imoralidade intrínseca. Participar do jogo da política institucional significaria, assim, compactuar com a imoralidade reinante. Portanto, recusá-la e virar-lhes as costas é a medida mais de acordo com a decência. O repúdio à classe política acaba resultando no conseqüente repúdio ao modelo político, havido como uma grande farsa. Deverão ser outros os instrumentos de libertação da classe trabalhadora, como a greve, por exemplo. Submeter-se à lógica do egoísmo reinante seria o mesmo que assinar-lhe a sentença de morte.

Surgiram pela imprensa – das mais diversas tendências e filiações – representações as mais deploráveis acerca do caráter da gente da política. A eles cabem todas as recriminações, são vítimas de todos os vícios, reféns de todos os erros. O sistema político, como vimos adiantando, também se compara a uma grande farsa, uma comédia periodicamente encenada que não conta com nenhuma credibilidade. Todos aqueles que compactuam com essa comédia acabam, em maior ou menor grau, sendo alvo da crítica disseminada pela imprensa. A compreensão média, seja da imprensa, seja também dos leitores (da opinião pública, como se falava), era de que a crise que corroía o sistema política fundava-se, basicamente, num problema moral. Todos os “atores” desta “encenação” estariam contaminados por este vício primordial que “suga as energias nacionais”.

Sintomático desta rejeição *in totum* da política local e de seus costumes, é o artigo *Em tudo eguaes aos políticos* publicados em *O Ceará* de 5 de novembro de 1926:

¹⁶⁵ A Voz do Graphico (Fortaleza) de 6 de janeiro de 1921 (“A verdade contra a mentira”); de 12 de novembro de 1921 (“Um como há muitos”); de 28 de janeiro de 1922 (“Moral e religião” e “Para a carneirada do ‘circo’ dos Operários Católicos São José”);

“As luctas, tanto políticas quanto religiosas, quando assumem caracter systemathico, são o meio mais propício para o apparecimento de umas tantas individualidades que se aproveitam no turbilhão das paixões para se recomendarem aos líderes do movimento.

“Em condições normaes, essas creaturas são apenas tolleradas e as mais das vezes, repellidas. Todos evitam o seu convívio como prejudicial.

“Nos momentos críticos para as facções políticas, como para os credos religiosos, ellas se apresentam a princípio timidamente e, depois, à medida em que vão sendo recebidos na intimidade, redobram de dedicação, com isso visando um duplo fim – elevar-se no conceito do público e retirar proventos da situação.

“É essa a psychologia do cabo eleitoral em todos os paízes em que a política gira em torno de pessoas, baseia-se no prestígio das individualidades.

“Nos partidos cearenses, em todos elles, sem excepção, há, ao redor dos chefes políticos, esses abnegados, capazes de todos os sacrificios, que exercem a indústria da dedicação.

“Intellectual e moralmente nada valem, mas para todas as empreitadas difficeis, para todas as acções que repugnam ao resto da consciencia dos seus chefes, elles estão sempre promptos.

“No momentos agudos da lucta, ao lado do chefe político inescrupuloso, capaz de todas as fraudulências e intrigas, surge o papão eleitoral, o capanga que faz profissão de ser valente, de amedrontar o adversário fingindo coragem inaudita.

“E está completa a machina da propaganda.

“(…)”

“Os capangas, sejam elles civis ou da polícia, convencem pela violência os que não se deixaram seduzir pela sophhstaria da propaganda verbal ou escripta.

“Assim é conquistada a opinião pública”¹⁶⁶.

Este artigo, de maneira bastante sintética, acaba por caracterizar o sentimento da época relativo ao sistema político vigente e à classe política. A falência moral tão alardeada gera um universo de funda decadência, de “degeneração do caráter”. Aproveitando-se disso, associam-se a ele os elementos mais moralmente deploráveis, os cabos eleitorais que “intelectualmente e moralmente nada valem”. Eles são atraídos pelo ambiente, por assim dizer. Os “inescrupulosos” chefetes os usam, por assim dizer, para aquelas ações que “repugnam as consciências”, ou seja, para as ações mais vis. E seria assim, pelo uso de tais expedientes que se “conquista a opinião pública”.

¹⁶⁶ O Ceará (Fortaleza) de 5 de novembro de 1926 (p.1);

Como estamos lendo, o sistema político brasileiro, e mais especificamente cearense, chegou a um limite, pelo menos no que se verifica da leitura dos jornais da época. A rejeição parece nascer de todas as tendências: católicos, independentes, trabalhadores, folhas ilustradas, jornaizinhos literários, pasquins satíricos. O fundo comum de toda essa crítica advém de uma percepção generalizada de falência moral inerente à classe política. Mas, apesar de ser esse o tom dominante da crítica e dos diagnósticos de crise, há outros argumentos – minoritários, apesar de tudo – que localizam a explicação da crise em outros vetores. A responsabilidade pela crise pode residir no comportamento ou na cultura popular, por exemplo.

5.3. Um povo atrasado.

A polissemia e o longo desgaste histórico colaboram para obscurecer a conceituação da categoria “povo” nos discursos políticos. Não caberia aqui travar uma longa discussão acerca dos usos do termo e de sua evolução semântica. Entretanto, é necessário apontar quais sentidos mais habituais de seu uso, no discurso da política, no tempo em que este trabalho se circunscreve.

De maneira resumida, podemos apontar algumas definições, correntes àquela época. Em primeiro lugar, *povo* é sinônimo de população: porém, não de toda população. Do conjunto do povo devem ser excluídos aqueles que fazem parte da elite e das classes médias. Estes raramente (ou nunca) são qualificados como “povo”, algo que viria a gerar inúmeros constrangimentos, seja do ponto de vista da nacionalidade, seja do ponto de vista da representatividade do regime.

Em segundo lugar, “povo” é o conjunto dos cidadãos. Ainda que assuma um caráter mais técnico, fundado numa prerrogativa política, esta dimensão, muitas vezes não passa de retórica vazia. Nos primeiros anos após a proclamação da República, se disseminara uma retórica “cidadã” por todo o discurso da política, até como contraponto à ideia de “súdito” para qualificar a personalidade dos sujeitos ativos do regime monárquico. Mas, tal situação não perdurou. Essa concepção de povo como conjunto dos cidadãos só subsistirá nas fórmulas mais desgastadas das campanhas eleitorais do período.

O que transparece em nossas análises é uma evidente dificuldade da fala pública em qualificar a personalidade dos sujeitos ativos do processo político¹⁶⁷. Isto nos remete ao problema da definição da própria identidade nacional. Os elementos fundantes desta identidade, provenientes da época da monarquia (território, língua e religião) não parecem ser suficientes para a efetivação da nacionalidade baseada em critérios políticos, tais como a existência de um corpo de cidadãos autônomos e livres.

Assim, não são raros os eufemismos para designar uma ou outra categoria dos sujeitos ativos do processo político, ou a massa da população. Um destes eufemismos foi “opinião pública”, largamente utilizado pela imprensa local para qualificar aquela fração da população de classe média urbana, alfabetizada, leitora de jornal e eleitora. Ao mesmo tempo em que o termo “opinião pública” era um qualificativo positivo, muitos outros qualificativos negativos foram forjados para definir quem não participava do processo político: “malta”, “povinho”, “matuto”, “mané xique-xique”, etc.

Não há como pensar em situações como estas sem referencia ao problema de desigualdade de classe na sociedade brasileira. A condição de “cidadão” era, naquela sociedade um privilégio, tendo em vista as condições gerais de alistamento eleitoral que exigiam, além da alfabetização, muitos outros requisitos. Mas, o maior privilégio, advindo dessa situação, nascia da possibilidade de transacionar o voto com a classe política, ou seja, a de se tornar, além de “cidadão” e “eleitor”, um “correligionário”.

Há, assim, um conjunto de representações nos discursos da política, que utiliza diversos meios para qualificar e desqualificar o povo. Num sentido retórico negativo, “povo” é um chavão, um lugar-comum, uma estratégia de legitimidade do discurso. Já num sentido mais prático, cujas representações de classe se fazem sentir com mais força, “povo” é a “malta”, o conjunto dos desqualificados para o exercício da cidadania. Neste ponto, condorda-se com José Murilo de Carvalho quando argumenta que:

¹⁶⁷ “A questão nacional está relacionada à seguinte indagação: o que transforma um aglomerado de indivíduos em uma coletividade? Qual é o ato pelo qual ‘um povo é um povo’? Esta questão recebeu e recebe diferentes encaminhamentos. Para uns, tem a ver, basicamente, com a construção da soberania. Para outros, está relacionada aos hábitos, costumes e tradições dos agrupamentos humanos”. OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990 (p.29);

“A avaliação do povo como incapaz de discernimento político, como apático, incompetente, corrompível, enganável (...) revela visão míope, má-fé, ou incapacidade de percepção. É evidente que não se podia esperar da população acostumar-se da noite para o dia ao uso dos mecanismos formais de participação exigidos pela parafernália dos sistemas de representação. Mesmo assim, vimos que eleitor do Império e da Primeira República, dentro de suas limitações, agia com racionalidade e que não havia entre os líderes políticos maior preocupação do que a dele com a lisura dos processos eleitorais” (CARVALHO, 2013, p.67).

A percepção da incongruência entre povo e nação, nascidas pelas limitações ao exercício da cidadania, levam sempre a tentativas teóricas (ou retóricas) de recolocar o problema em novas bases. No caso específico do pensamento social e literário cearense, a caracterização da identidade popular sempre esteve calcada sobre o par *tradição – atraso*. Nem sempre, contudo, este par foi visto como algo depreciativo ou negativo. Como lido anteriormente¹⁶⁸, escritores como Juvenal Galeno acreditavam na pureza e honorabilidade dos costumes populares, ameaçados da corrupção pela influência nefasta dos costumes estrangeiros. Outros, como Guilherme Studart, não raro faziam a apologia dos valores sertanejos, calcados na resistência à seca, uma verdadeira “escola de provações”. Ora, nestas condições, o atraso e o apego às tradições são garantias da originalidade da identidade popular. Às elites, por consequência, cabia proteger e tutelar este povo – ainda numa fase da inocência – vigilando para que seus costumes se mantivessem intactos.

Entretanto, conforme os preceitos cientificistas (principalmente advindos dos determinismos) ganham terreno sobre a intelectualidade local, esta percepção “positiva” do caráter popular vai se desvanecendo. Aos poucos, dá lugar a posicionamentos mais “negativos”, mais “céticos” quanto a possibilidade do povo vir a ser parte integrante do corpo dos cidadãos, parte da “pólis”, ou seja, do conjunto dos sujeitos ativos do processo político.

Durante as décadas de 1910 e 1920, a retórica ufanista e provinciana acerca da história e do povo cearenses, vai dando lugar a percepções menos lisonjeiras, menos exaltadas da identidade local. No caso, refiro-me particularmente às narrativas oriundas do Instituto do Ceará (histórico, geográfico e antropológico) que, em geral, exaltavam o caráter do povo e os seus feitos históricos, dentro de um quadro referencial

¹⁶⁸ Capítulo 2 “Os intelectuais cearenses e a questão nacional” (supra);

baseado na ideia de “progresso”, fosse ele moral ou material. Na medida em que a ideia de “progresso” vai perdendo força, tais percepções positivas (pelo menos quanto ao futuro), também vão ruindo.

A tendência narrativa predominante passa a ser aquela fundada num “ceticismo”, para não dizer num “pessimismo”, quanto as possibilidades de efetivação desse “progresso”. De fato, o duplo *atraso – tradição* vai, paulatinamente, perdendo uma aura positiva e passa a qualificar desafios quase intransponíveis para a marcha da civilização no Ceará.

Ainda que tal tendência tenha surgido, de fato, nos círculos intelectuais, não tardarão a se repetir por toda a imprensa local, principalmente em artigos de fundo mais críticos da vida política cearense. Ou seja, ao final, a conclusão que se tira, é que a situação moral calamitosa da política é, em grande medida, derivada da “ignorância”, “passividade”, “fanatismo” popular, que impõe à “opinião pública” uma péssima representação política.

Daqui em diante, faremos o seguinte exercício para fundamentar a nossa análise. Em primeiro lugar, traremos a lume duas obras representativas destas argumentações céticas fundadas no determinismo geográfico e racial, a saber: *Terra de Sol* (1912) de Gustavo Barroso e *O Ceará no centenário da independência do Brasil* (1926) de Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Após, analisam-se diversas publicações na imprensa, fundadas no discurso político, que tratam desta questão. Bom salientar que, tal como muitas outras considerações moralizantes, tais perspectivas podem atravessar diversos emissores do discurso, conservadores ou progressistas. Este exercício, por fim, apesar de se concentrar em contribuições individuais, seja de acadêmicos ou de jornalistas, pretende oferecer um panorama mais alargado de uma tendência manifesta: a da responsabilização popular pela “crise” moral e social.

Terra de Sol é a obra inaugural de Gustavo Barroso. Escrito de juventude, é verdade, mas que alcançou grande repercussão local¹⁶⁹, consolidando o autor como um dos baluartes da intelectualidade cearense. Posteriormente, ao longo da década de 1920, Barroso (afilhado político do presidente estadual, Benjamin Barroso, de quem

¹⁶⁹ Gustavo Barroso foi eleito em concurso promovido (1925) pelo “Ceará Ilustrado” o maior prosador vivo do Ceará, prova de sua popularidade. Também representava o ideal do conterrâneo que “venceu” na capital da República, haja vista sua intensa participação na imprensa carioca, no mercado editorial brasileiro e, por fim, sua eleição para ocupar uma vaga na Academia Brasileira de Letras.

era sobrinho) lograra alcançar uma cadeira na Câmara dos Deputados, fazendo daí por diante, carreira acadêmica no Rio de Janeiro.

A tese do livro é bem simples: o ambiente do sertão molda o caráter popular. Os ciclos naturais determinam a cultura, que por sua vez, é um espelho daqueles. A estrutura (e muitas idéias) do livro inspira-se na obra *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha. A primeira parte é intitulada *O Meio*, prerrogativa e pressuposto de todo o desenvolvimento da tese; a segunda parte chama-se *Os Animais*, belo estudo, um tanto quanto expressionista, do caráter e do comportamento dos animais da região; finaliza-se com *O Homem*, parte mais alongada, onde se concluem que os fenômenos naturais característicos da região determinam o caráter do povo.

O estudo em questão é um *ensaio*: não tem grandes preocupações metodológicas e se alicerça numa ciência ainda muito superficial, fruto das primeiras leituras mais sérias do autor. Sua qualidade literária, a força de sua expressão – simples, elegante, persuasiva – é muito mais relevante do que propriamente seu mérito acadêmico. Malgrado isto, sua popularidade contribuiu para disseminar o determinismo cientificista entre as camadas mais cultas da sociedade. É um livro de vulgarização científica, como se diz atualmente.

O objetivo da primeira parte do livro, *O Meio*, é o de caracterizar os ciclos anuais, as estações, o regime das águas característicos do sertão, da região semi-árida. Basicamente, o autor nos fala da existência de um ciclo de duas estações: uma seca e a outra, chuvosa, que se sucedem monotonamente, até que, em certos momentos, tais estações conhecem situações anormais: seja o prolongamento da estação seca, seja o prolongamento da estação chuvosa. Assim, note-se, a rotina é o tom dominante da sucessão das estações. Porém, de tempos em tempos, situações anormais irrompem, causando inúmeros contratemplos, sofrimentos, fome, devastação. Sobreviver nesta situação demanda um duplo comportamento: durante os ciclos normais, o homem se aferra à rotina; mas, quando irrompem tais forças incontroláveis – de seca ou de enchente – faz-se necessário o enfrentamento hercúleo contra a morte. Daí, Barroso conclui que “E daí, não seja, talvez, paradoxo dizer – que a seca é um fator de progresso, porque forma e molda uma raça de fortes” (BARROSO, 1962, p.29).

Há que se compreender o contexto pelo qual Barroso lança mão da palavra “progresso”. Este progresso não parece ter conotações materiais evidentes: não é um

progresso econômico, educacional, social. É um determinante do caráter popular. É o meio quem “forma e molda” a fortaleza, a resistência paciente do sertanejo. Considerar que isto seja parte de um progresso só faz sentido na medida em que “progresso” possa ser considerado um atributo moral, e não material. Este “progresso” deveria se opor à indolência, à apatia, à incapacidade para o trabalho: aliás, atributos que, uma literatura determinista não hesitou em atribuir ao povo brasileiro em geral.

O capítulo ainda reserva diversas observações sobre os costumes sertanejos, principalmente a vaquejada (esporte que consiste em derrubar um bezerro pelo rabo), as experiências de previsão meteorológica, o uso de ferramentas agrícolas e a farinhada (técnica de fabricação da farinha de mandioca). Em todas essas observações, sobressai uma percepção de extrema rusticidade, de atraso e rudeza, seja do meio, seja do homem. A vaquejada é havida como atividade “selvagem” própria às exaltações de valentia; as experiências meteorológicas são “supersticiosas”; a farinhada é uma atividade “rústica” (embora denote solidariedade) e o uso das ferramentas agrícolas é claramente “atrasada”¹⁷⁰. Assim:

“Um jornalista francês, escrevendo suas impressões de viagens em terras da Turquia Asiática, dizia que nessas províncias otomanas era tal o atraso da agricultura – que muito pouco se usava o arado e nunca se ouvira falar de outros instrumentos agrícolas mais aperfeiçoados.

“E o que diria ele, se fosse ao sertão do Ceará, onde jamais se trabalhou de arado e a terra nunca sentiu o dente da charrua, onde a cinza da queimada é o adubo da terra, a generosidade do inverno – base da agricultura, a imprevidência – lei geral, único instrumento – a enxada (...). Que o amanho do solo nos sertões do Norte é mais primitivo e mais rude do que a agricultura das poentas e pedregosas províncias da Anatólia...” (BARROSO, *op. Cit.* Pp 51, 52 e 55)

A segunda parte do livro, *Os Animais*, trata do cachorro, do cavalo, do gado e das “avoantes”. À primeira vista, não haveria nestas considerações, nenhuma relevância para as questões tratadas neste capítulo. Entretanto, os animais, tais como os homens, são reflexo do meio. Os cães são “humildes”, “tristes”, “obedientes”, “desconfiados”, “resignados”, “dedicados”, “agradecidos” (*Idem*, pp. 67, 68, 71); o cavalo é “resistente”, “sóbrio”, “magro”, “humilde” e “triste” (*Idem, idem*, pp. 51); o gado é “paciente”, “resignado”, “resistente” (*Ibidem*, p.82). *Mutatis mutandis*, esses adjetivos cabem também aos sertanejos. Eles devem ser “resistentes” e “pacientes”

¹⁷⁰ BARROSO, G. *op. cit.* (páginas 51, 52 e 55);

para enfrentar as agruras do clima. São “humildes” e “tristes”, dadas as suas condições de vida e de pertencimento à rotina rural.

Na parte final do livro, o autor trata do homem. Subdivide-os em três grupos: os *tipos desaparecidos* (passadores de gado); os *tipos anormais* (cangaceiros e curandeiros) e os *tipos normais* (sertanejos, fazendeiros e vaqueiros). Em relação aos tipos desaparecidos, os chamados “passadores de gado”, não faz senão alinhar episódios caricaturais de homens valentes e desassombrados, que enfrentam mil perigos sem demonstrar qualquer laivo de temor ou hesitação. O que nos interessa mais de perto são os tipos “anormais” e “normais”.

Se a natureza do sertão é marcada, ora pela sucessão monótona das duas estações, ora pelo irromper dos cataclismos climáticos (seca e enchente), assim também os homens. Assim,

“O cangaceiro do Norte é selvático e feroz, sofrendo de um descalabro nervoso – produtos da ancestralidade e do cruzamento étnico”.
(*Ibidem*, p.98)

Bem como,

“(…) há os profundamente infames e infinitamente miseráveis, degenerados completos, nevropatas ignóbeis, tendo a audácia de todas as torpezas e a inclinação para todos os crimes (...). perversos, covardes, crivados de todas as taras, atupidos de todas as psicopatias, raramente brancos, sempre mestiços de ínfimo cruzamento, braquicéfalos (cabeça-chata), prognatas, assimétricos, malformados, faces horrendas, simiescas, com contrações de orango e um abrir de mandíbulas, desmesurados, bestial, os olhos baixos num alquebramento de tigre farto ou fuzilando torvos (...) Cada um deles é um rosário de torturas, sevícias, barbaridades daomeanas, cenas repugnantes de um sensualismo abjeto – estigma das mais baixas e depravadas inclinações” (*Ibidem*, pp. 100 e 101).

Todo esse palavreado pseudo-científico mal e mal encobre o principal, que é a repulsa moral que tais indivíduos causam no autor. As influências de muitas correntes teóricas estão aqui emaranhadas, típicas da época e que, se denotam perspectivas hoje repulsivas, marcadamente racistas, também não disfarçam o seu fundo moral.

Além do cangaceiro, há também o curandeiro, cuja atividade se legitima pelo próprio caráter primitivo do povo,

“Não há povo mais cheio de credices, mais propenso a acreditar em bruxedos, do que o sertanejo. Crê em todas as feitiçarias por mais ignóbeis e estúpidas que sejam, misturando na sua prática crenças africanas, indígenas e européias, estas adquiridas por hereditariedade, aquela pelo contato das raças. As reminiscências das bruxarias africanas e indígenas formam a base de todas as feitiçarias em que as européias aparecem apagadamente, com seu cunho religioso velado pelo fetichismo das duas raças inferiores. Um tipo interessante sintetiza toda essa inclinação e toda essa ignorância – é o curandeiro” (*Ibidem*, p.125).

Assim, como vimos, os tipos anormais são como “ruídos na paisagem”: irrompem para quebrar a monotonia – ou regularidade – da cultura popular. São, de certa forma, extravagantes, doentios, nervosos, violentos e erráticos. Representam o polo selvagem e ameaçador da natureza humana, tal como as secas ou as enchentes o são do clima do sertão. Barroso procura explicar tais situações recorrendo ao palavrório científico à sua disposição, fundado numa psicologia determinista, em que ambiente e raça se completam para conformar o caráter dos povos.

Escusado é dizer que tal concepção teórica acompanhou Barroso até a maturidade. Foi um defensor ardoroso das doutrinas raciais, coisa que o levou a aproximar-se do integralismo na década de 1930. Escritor de prestígio, ingressou na Academia Brasileira de Letras, mas, com a derrocada do nazi-fascismo na II Guerra Mundial caiu num profundo ostracismo. Aliás, este fora o destino de muitos intelectuais de direita no pós-guerra.

Malgrado isso, os tipos “normais” – sertanejos, vaqueiros e fazendeiros – nada mais são que expressões da regularidade da natureza, como se depreende da seguinte passagem:

“A alma da terra passa para o homem’, disse Victor Hugo. A alma do sertão modelou a alma do sertanejo. Sóbrio como todo animal dos países agrestes, rude como as rechãs despidas que o cercam, como os penhascos pontudos que rasgam o solo duro (...) é hospitaleiro como todo o homem primitivo e rotineiro por educação e hereditariedade. Geralmente bom e honrado, o eterno combate com o meio envolvente desenvolve-lhe a inteligência e a coragem que já lhe legara a raça, o cruzamento ancestral” (*Ibidem*, p.134).

Suas qualidades se repetem, tais como as dos animais: “é triste”, “magro”, “calmo e sereno”, “resignado e fatalista”, “modesto”, “honestíssimo”. Sua base étnica se origina do cruzamento do índio e do português: são caboclos ou cabras. É um

homem mudo, de poucas expansões afetivas, observador. Sua moralidade é inquebrantável, como demonstrariam as tendências à hospitalidade e à honestidade nos negócios. Ainda assim, seria incapaz de inovar, de romper com a tradição ou com os determinismos étnicos e ambientais que o definem. Sua cultura é, por assim dizer, uma “não-cultura” na medida em que somente decalque da influência do meio e da raça. Incapaz de criar, apenas reproduz o que o ambiente dele exige.

Se, sob a perspectiva cultural, temos um povo que é mera expressão das forças que o determinam, sob a perspectiva política chega-se, definitivamente, num problema. Na medida em que se pensa na construção de um “povo” – ou seja, de uma comunidade política, de sujeitos ativos – de início nota-se logo a incapacidade ou a impossibilidade de sua real efetivação. Não haveria, dadas tais circunstâncias, nenhum horizonte a se descortinar relativamente ao povo no sistema político. Não haveria, sob a perspectiva de intelectuais tais como Barroso nenhuma contradição nestas questões. Ora, Barroso – que provinha de uma família de políticos tradicionais, de longa atuação no Ceará – tinha a plena consciência da distância que o separava (um intelectual, um homem civilizado) da massa da população.

Não põe, em momento nenhum de sua obra, o problema da nacionalidade sob uma perspectiva política. Antes, compreende que o povo, subjugado pelos determinismos impostos pela raça e pelo ambiente, jamais poderia superar a situação de inferioridade a que estava imposto. Diante deste fato, a única política possível é aquela oriunda da ação das elites, das suas convenções, dos seus acordos, da sua iniciativa. Enfim, a *pólis* é reduzida porque espelha uma situação natural, porque está conformada com a regularidade das coisas.

Não tão conservador quanto Barroso, foi Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Filho do Senador Pompeu, provinha da mesma elite política que Gustavo Barroso. Foi o primeiro presidente do Instituto do Ceará e participou de diversas associações científicas e literárias do seu tempo. Pompeu foi um polígrafo, tendo publicado diversas obras ao longo de sua vida, demonstrando variados interesses por muitas áreas da ciência. Seu discurso, tanto quanto o de Barroso deve ser compreendido a partir de sua posição social e das relações que tece com os diversos campos do saber e do poder de sua época.

Assim, se coloca no topo do estrato dominante da sociedade. Tem vulto intelectual, uma longa e ilustrada tradição familiar, influência política e econômica. Sob todos os aspectos, pertence à elite local de maneira incontestável. Perseguiu, além do poder advindo da política e do dinheiro, o prestígio da atividade intelectual. E, ainda que pertencente a um restrito grupo de grande influência política, não se deve obscurecer os seus méritos e dotes intelectuais. Ou seja, não foi um acomodado às facilidades do poder, mas antes, buscou exercer um protagonismo cultural que acreditava sinceramente ser o seu dever.

A sua obra *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil* é um estudo de fôlego acerca da situação econômica local. Compartilha com Gustavo Barroso os preconceitos relativos ao caráter popular, mas, diferentemente deste, acredita haver solução para certos problemas relativos à produtividade econômica. A questão que Pompeu se coloca é: *como é possível o progresso econômico diante de um povo atrasado?* A parte econômica do livro (volume II) é um longo estudo acerca da agricultura, pecuária e extrativismo cearenses; da mesma maneira, se detém no comércio exterior, nas finanças do Estado e, de maneira menos detalhada, do sistema educacional.

O ensejo da obra é de oferecer ao leitor um instantâneo da economia local no centenário da independência brasileira (1922). Mas, o que se mostra, de fato é uma reflexão acerca do problema do *atraso* dos métodos de produção agrícola no Ceará. Este *atraso* é fruto de arraigadas *tradições* relativamente à produção agrícola. Assim, diferentemente do que pensava Juvenal Galeno, Pompeu vislumbrava o par *atraso-tradição* a partir de uma perspectiva negativa. Não se trata mais de proteger a cultura popular das influências estrangeiras, do impulso da modernidade, e sim de acelerar o processo de integração da economia local à racionalidade moderna e à produtividade capitalista.

Seu primeiro diagnóstico dá bem a dimensão do problema a ser enfrentado:

“Os mais elementares preceitos de agro e zootechnia são inteiramente desconhecidos dos nossos agricultores.

“Quando sabem ler corretamente não se lhes encontram em casa um único folheto sobre assumptos agrícolas, si é que possuem livros.

“Quando porventura mandam os filhos estudar é com o intuito de afastal-os tão cedo quanto possível da vida rural. Contra isso, já escrevemos com sobejas razões. ‘É ainda o pae agricultor que, com verdadeiros sacrifícios de parcas economias, manda o seu querido filho para uma escola

de medicina, de direito, de odontologia ou pharmacia. Elle ignora que existam estabelecimentos onde sejam ministrados ensinamentos para explorar o solo. E, si sabe, o certo que a tal se opõe, porque os considera um luxo das cidades; o caboclo mais boçal das cercanias 'abre roçados' e 'planta tudo'.

“Assim a rotina impera, as práticas racionais, progressistas, são desconhecidas.

“A lavoura mechanica, a adaptação da cultura do solo, a rotação, a melhoria das espécies, a hygiene dos campos, o beneficiamento dos productos, a alimentação racional dos rebanhos, tudo, fica subordinado a illustração negativa de taes agricultores” (BRASIL, 1926, p.54).

São duas ordens de questões que se nos apresentam a partir da leitura do trecho citado. Em primeiro lugar, nota-se que o autor resiste a tecer uma análise de conjuntura que se arvore nos princípios dos determinismos ambientais ou genéticos. A consequência mais evidente disto é que o atraso e a rotina, na medida em que são culturais, têm alguma probabilidade de serem superados. Pompeu crê que a educação para o trabalho seja o caminho para a superação do atraso das práticas agrícolas. A outra situação a ser considerada é a da compreensão do peso da cultura (no caso, da rotina) como elemento difícil de ser superado. Considerações tais como as de Barroso já não fazem mais sentido nesta perspectiva, ainda que a visão de Pompeu acerca do povo e de seu atraso continuem negativas.

A negatividade que a cultura popular assume, no ponto de vista de Pompeu, refere-se à sua suposta incapacidade de adaptação aos padrões de produção capitalista. A tradição, infensa a toda tentativa de mudança, arraigada como hábito, assume diversas características: seja em relação às técnicas da produção, da iniciativa particular, do desinteresse do governo, da debilidade associativa, da incapacidade de planejar, da inércia que causaria falta de curiosidade, da acomodação nascida da falta de ambição econômica, etc.

A seca, considerada por Pompeu como evidente parte do problema, não assume um lugar central em suas colocações. Em sua visão, essa é uma circunstância perfeitamente superável com a introdução de métodos racionais de manejo e conservação do solo. Para referendar seu diagnóstico, cita continuamente as experiências desenvolvidas pela Escola Agrícola de Quixadá, cujo sucesso da irrigação e da manutenção da flora nativa mostrara inegáveis resultados na produção agrícola. Ou seja, a responsabilidade pelo atraso não se funda na situação climática do Estado,

mas sim na incompatibilidade da tradição ao meio, exatamente o contrário do que afirmara Gustavo Barroso.

Claro está que o referencial teórico de Pompeu é mais sofisticado do que o de Barroso. Mas não necessariamente por uma questão de opção pelo determinismo ou pelo liberalismo, tampouco pela perspectiva de mudança que poderia advir da educação agrícola. Sua contribuição é interessante, pois rejeita explicações de cunho moral: antes, quer compreender um problema cultural. Ainda que o faça na perspectiva muito própria às elites econômicas, que se julgam esclarecidas, bem facilmente poderia descambar para o moralismo, que, como estamos lendo, dava a tônica às diversas considerações de ordem política.

Ao aprofundar-se sobre a questão da rotina agrícola, Pompeu assim caracteriza os entraves culturais dominantes entre os agricultores cearenses:

“No Ceará, como em quase todo o paiz, a technica agrícola está atzadíssima. Repetimos rotineiramente as mesmas práticas de duzentos annos passados. É interessante este apego aos costumes antigos no que diz respeito à lavoura, quando, em outros ramos da actividade industrial do Estado, se nota uma evolução accentuada, um franco progresso.

“O agricultor é ordinariamente um indivíduo de classe média, senão da classe mais atzadada, baldo de qualquer instrucção literária, desconhecendo por completo as mais elementares noções de agronomia. Em compensação, tem por tradição, gravada no cérebro, a prática agrícola de seus maiores, pratica que applica religiosamente, certo de que nada melhor existe alhures. O espírito de observação, nestas condições está abaixo da medíocre, bem como as qualidades de previdência e decisão, tão necessárias ao agricultor.”. (BRASIL, *idem*, p. 271)

É do conjunto dos lavradores, dos seus condicionantes culturais que recaem as responsabilidades pelo atraso da agricultura cearense. Ele é acusado, de alguma maneira, de manter-se propositalmente ignorante, por pura tendência á manutenção de tradições irracionais. Não lê ou estuda porque não quer, porque não se interessa. Sua capacidade intelectual é posta continuamente à prova – pois lhe falta espírito de observação – o que lhe traz seguidos prejuízos a seu incremento material. É imprevidente, pois o seu fatalismo o impede de procurar alternativas técnicas para seus problemas. É incapaz de tomar decisões corretas, por sua ignorância e apego à rotina.

Ora, evidentemente, a baixa reputação dada à cultura popular não tem repercussão somente no âmbito econômico. A questão política é decisivamente afetada

por isso. Haveria, neste caso, a necessidade premente de “elevar” o gradiente intelectual do povo, capacitando-o a tomar parte na coletividade política. Ora, isto deveria ser missão das elites: principalmente por intermédio do governo. Mas, de que forma isso seria possível se os governos eram vistos como mantidos por esta mesma massa ignorante que continuamente permanece à mercê dos chefetes do interior, subscrevendo as suas práticas arcaicas?

Fosse no ponto de vista do determinismo genético ou ambiental, fosse sob a perspectiva de um déficit cultural, a responsabilidade do atraso recai invariavelmente sobre o povo. De fato, o problema da nacionalidade volta sempre à baila: é possível fundar uma comunidade política sem um povo? Melhor colocando, sem um povo capaz de se associar à modernidade (econômica e política)?

Neste sentido,

“No interior, além da solidariedade parental, só percebemos em geral, tendência de união política em torno de chefes, de proprietários afortunados, de pessoas influentes ou amigas do governo. É que o sertanejo pobre precisa de um encosto, na sua expressiva linguagem, isso é, uma pessoa poderosa ou influente que o proteja contra as falhas da justiça pública e da polícia sertaneja. É velha essa tendência, de modo que hoje, embora o amparo mais effectivo das instituições públicas, ainda subsiste com força instintiva. Ella é mais accentuada nos sertões longínquos” (*Idem*, p. 289).

Contextualizando a fala de Pompeu, o trecho faz parte de uma análise acerca da incapacidade popular em associar-se cooperativamente para alcançar determinados fins econômicos. A explicação não recai sobre o individualismo (ou a falta dele), mas sobre o hábito de submissão política e econômica. O sertanejo estaria sempre à procura de um *encosto*, por diversas razões acima apontadas pelo autor. As considerações de Pompeu revelam uma total incompreensão da dinâmica social e das relações de poder a ela inerentes. Pois tudo se resume ao hábito, ao conformismo mental, à tradição que reverencia os maiores da política.

O círculo vicioso se fecha: a continuidade da tradição impõe a manutenção de estruturas políticas arcaicas que, por sua vez, contribuem para a perpetuação do atraso. Mas tais situações são recorrentes pelo caráter de devoção ao costume, visto como irracional. Isto pode revelar uma dimensão moral, mas numa moralidade diversa do determinismo de Barroso, já que essa moralidade, para Pompeu, seria fruto de uma

opção livre: a opção pela submissão política, pelo arcaico, pela superstição, pela irracionalidade.

A opção liberal de Pompeu – um liberalismo de matriz claramente individualista – não reconhecia, como já adiantamos, o condicionante das estruturas de poder, mas antes, as recoloca em novas bases, quais sejam, as derivadas de uma opção pelo atraso. É o povo, na sua vileza ignorante, quem opta em subsistir como “encostado”. O faz, claramente, como homem livre que é. Mas livre para abraçar a pobreza. Creio que, em nenhum momento, Pompeu reconhece a inversão que tanto alardeia. Mas, confiante e sinceramente, abraça a perspectiva de que os homens livremente constroem a sua própria história, sem revelarem-se os limites a tal liberdade.

A única solução no horizonte, só poderia advir da ação do Estado: seja em incentivar a educação agrícola, seja em criar as condições básicas para o desenvolvimento capitalista. Mas como esperar do governo, cujo alicerce se funda na manutenção das estruturas arcaicas de poder, a iniciativa para a transformação? Dele deveria surgir a iniciativa para a superação de tal estado de coisas. Porém,

“(…) como em toda parte, a miséria ou a indigência dos campos, apesar mesmo das seccas, é resultado da imprevidência (do povo e do governo) antes que de vícios e maus costumes.

“No nosso meio a culpa mais grave da imprevidência recae sobre a administração pública e não sobre a classe rural, obscurecida e rotineira e balda da mais elementar instrução” (*Ibidem*, p.293).

A imprevidência é consequência de uma incompatibilidade entre a vida econômica normal e uma cultura capitalista. Poupar, planejar, prever e antecipar – ou seja, estrategicamente assumir os riscos de uma atividade econômica – demandam uma orientação geral. O fatalismo popular, sob este aspecto, é incapaz de construir uma racionalidade econômica. Esta iniciativa deveria partir do Estado, mas, refém das injunções políticas, se rende à manutenção do *status quo*. Esta percepção da função do Estado é típica do credo liberal mais ortodoxo, ou seja, a de criar as condições para o desenvolvimento das forças produtivas, da liberação da iniciativa particular e da organização das técnicas de produção.

Cada uma das tendências intelectuais aqui abordadas – a conservadora e a liberal – apresenta uma representação da figura do povo e uma demanda relativamente

ao Estado. No caso do conservadorismo de Gustavo Barroso, o papel a ser desempenhado do Estado deve, deliberadamente, se desvencilhar de qualquer transação com a sociedade, com o povo. Na medida em que ele é uma “força da natureza”, é incapaz de prover a transformação. Apenas se repete, indefinidamente, apegado à tradição e naturalmente atrasado. O Estado só pode prosperar pela força. Já no caso da demanda liberal, a situação é inversa, ainda que o lugar do povo na comunidade política seja de clara inferioridade. Assim, o que se exige do Estado é a consolidação das condições propícias ao desenvolvimento da empresa capitalista. O povo, mergulhado na tradição e no atraso, deve ser preparado para assumir um lugar – ainda que marginal – na comunidade política. Sua capacitação para o trabalho deve ser estimulada pelo Estado. Não para prover a sua libertação, mas, antes, para dotá-lo das prerrogativas necessárias ao desenvolvimento, ou como se dizia à época, para o progresso.

É de se crer que o posicionamento de Pompeu revele uma insatisfação com a moralidade reinante nas análises sociais. Mas, efetivamente, não consegue ir muito além de uma análise superficial. A responsabilidade do atraso, *ultima ratio*, recai sobre os condicionantes culturais do povo, na medida em que ele é o esteio do atraso político, em que ele é o artífice da sua própria submissão.

5.4. Indolência, imprevidência e ignorância: o povo no discurso da política.

Regularmente, todos os periódicos políticos do Ceará traziam reflexões acerca das raízes do chamado “problema moral” em que o país, e particularmente, o Estado supostamente estariam imersos. A maior parte de tais considerações não hesitava em apontar a classe política e suas práticas corruptas como causadora do estado de crise. Tais declarações se repetiam à exaustão, como temos lido ao longo dessas páginas, a ponto de termos apontado a existência de um “senso comum” na análise das coisas da política local. Esse “senso comum”, que consistia em apontar as falhas de caráter dos integrantes da classe política, não conseguia ir mais além de uma análise superficial, baseada numa moralidade simplória que dividia a sociedade entre os “bons” (nós) e os “maus” (eles).

Entretanto, apesar da menor frequência, a imprensa política cearense publicava artigos de fundo que procuravam ir mais além do “senso comum” na

decifração do suposto problema. Esses artigos buscavam tecer uma análise mais “social” da questão, abordando elementos desprezados pelas análises mais superficiais. Dentre estes elementos, invariavelmente, se colocam temáticas relativas ao “caráter” popular. O que nos intriga, particularmente, diz respeito à relação entre “povo” e “comunidade política”. Partindo-se do princípio de que a “comunidade política” abrange um número relativamente pequeno de pessoas, como responsabilizar a maioria excluída dos percalços da crise política?

Este problema nos remete, imediatamente, às questões levantadas no início deste capítulo. Havia, à época, uma dificuldade evidente em considerar o “povo” como parte da comunidade política, ou mesmo como parte da nacionalidade. Assim, “povo” servia mais como um eufemismo para “população pobre” ou para designar aqueles “excluídos” da comunidade política. Quando o conceito de “povo” remete à questão da nacionalidade é sempre vazada em termos étnico-culturais, ou, para usar a expressão da época, em termos raciais. Esta dimensão “racial” do povo é largamente vinculada a considerações civilizacionais. Ou seja, pressupõe-se que a formação “racial” é decisiva para o estado de “progresso” ou de “atraso” da sociedade brasileira. Claro está que isto se deve, basicamente, ao prestígio que as doutrinas raciais obtiveram entre a intelectualidade brasileira da época, e ousou dizer, até mesmo entre aqueles que se dizem mais “esclarecidos” ou “informados”.

Estes argumentos raciais frequentemente conviviam com concepções organicistas da sociedade. Sob este aspecto, a “crise” é um elemento de “patologia” do organismo social que está “enfermo”, ou muitas vezes, “decrépito”. Ao diagnóstico da “doença” seguem-se, invariavelmente, clamores por uma “profilaxia social”, ou seja, por uma ação “regenerativa” do organismo falido. É ao longo do “diagnóstico” da “moléstia” civilizacional que os escritores remetem à formação racial do povo. Recaem sobre as “raças” – negros, índios e europeus portugueses – a responsabilidade do fracasso moral de um povo “degenerado”. Os estereótipos raciais – repetidos até quase alcançarem um *status* de verdade inquestionável – somente confirmam essa visão pessimista acerca da formação étnica e das possibilidades de superação do atraso e da crise moral instalada na sociedade brasileira.

Não podemos, contudo, generalizar esta tendência como sendo a única aventada pela intelectualidade da época. Convivem com tais “diagnósticos” mais três

opções teóricas, ainda que claramente minoritárias. A primeira, rechaça tal explicação para se deter em considerações de cunho econômico. Ou seja, procuram demonstrar que o atraso brasileiro é antes de tudo, um problema da produtividade econômica, em que a rotina e ignorância de métodos racionais de trabalho definem a situação social. Esta linha se aproximaria mais da perspectiva de Thomaz Pompeu discutida anteriormente. A segunda, disseminada e aventada pela imprensa sindical, não hesita em apontar as redes de exploração do trabalhador como responsáveis pela manutenção da miséria e, conseqüentemente, da crise social. E, finalmente, a terceira, muito disseminada na imprensa católica, argumenta que a crise se origina do avanço das ideias modernas (indiferentismo religioso, individualismo, materialismo) entre o povo.

À parte a análise de classe empreendida pela imprensa dos trabalhadores, todas as demais são unânimes em apontar o povo como o causador último da situação de crise ou de atraso vivenciada pela sociedade. Ou a responsabilidade popular nasce de sua formação racial, ou de suas características de organização econômica ou de seu afastamento da religião. As teses defendidas através da imprensa sindical são, neste sentido, de uma originalidade marcante. Apenas naquela perspectiva são as elites, e não o povo, as responsáveis pelo “descalabro” moral. Neste sentido, esta perspectiva só será analisada adiante.

Mesmo que tais artigos fossem marcadamente “negativos” em relação à possibilidade de superação do atraso e da crise, isto não significa dizer, absolutamente, que não houvesse qualquer possibilidade de “remediar o mal”. Todas as três tendências (a organicista, a economicista e a religiosa) apontam que a “profilaxia social” deve ser iniciada a partir de uma ação educacional. Essa ação educacional pode vir a designar fins diversos, quais sejam: a promoção do civismo e do espírito público; o treinamento para o trabalho; o catecismo religioso. As vozes que se levantam – em sua maioria – não hesitam em proclamar a educação popular como o caminho único e necessário para por fim à crise. Nesse particular, até a perspectiva “socialista” (o termo é ambíguo, mas capaz de qualificar a imprensa dos trabalhadores) se bate por uma revolução na educação, aliás, até com mais força do que as demais perspectivas abordadas.

Também é preciso realçar que, muitas vezes, estas perspectivas não apareciam de maneira “pura” nos artigos veiculados pela imprensa política. Aliás, correntes cruzadas, ecléticas, que misturam elementos díspares e até, contraditórias,

são as mais recorrentes. Isso tem razão de ser. Não se podem confundir artigos de opinião com estudos científicos, mesmo que o estado da ciência à época, no Ceará, fosse de caráter mais teórico que experimental. Não há, na imprensa, cujo elemento retórico é evidente, grandes preocupações com a coerência das teses defendidas. De fato, há muito mais desejo de arregimentação, de convencimento do leitor do que de construção de argumentos sólidos. Todos os elementos retóricos, todas as condições relativas aos meios de produção do discurso, todas as esferas de legitimidade do discurso voltam-se para uma finalidade retórica, mais que científica. A questão, já discutida anteriormente, deve ser recordada na leitura dessa análise.

Considerando isso, faz-se relevante a leitura do texto intitulado “Profilaxia Social”, publicado no jornal *A Esquerda* em abril de 1928. O contexto que deve nos guiar é o seguinte: o jornal, de propriedade de Jáder de Carvalho, se colocava numa posição política de oposição à classe política dominante, à Igreja Católica e, também, a setores oriundos das classes trabalhadoras que propugnava pela rejeição aos instrumentos de participação política advindos da democracia liberal. Para este jornal, que defendia entusiasticamente a ação da Coluna Prestes e dos tenentes, fazia-se necessária a plena participação dos trabalhadores no sistema político, como instrumento de transformação social.

O artigo a seguir, revela a situação do ecletismo intelectual das elites cearenses, principalmente daquelas militantes no jornalismo político. Convivem, no mesmo texto, elementos oriundos de uma literatura jusnaturalista com darwinismo social, determinismos raciais e considerações de cunho moral, tudo isso muito vulgarizado e alinhavado numa escrita enfadonha, pseudo-científica. A leitura do texto nos revelará mais sobre as questões que aqui abordamos.

“O conjunto que hoje recebe o nome de Estado, descende, mais ou menos em linha recta, daquelles associados primitivos que praticavam a aquisição directa e dividiam, conflictuosamente, a sua presa.

“Lento e penosíssimo foi esse progresso crescente através de gerações, para que, nos dias que correm, fruamos, mais na theoria do que na prática, do conforto que offerecem as leis da commuidade.

“Sim, porque o Estado ainda não tem a solidez que deveria. Os princípios da moderna civilização oscillam sobre os alicerces frágeis, e os seus fins deixam de ser bem definidos, porque os meios legítimos pouco valem na ordem natural da luta pela vida.

“Entre nós tem sido problema pouco ou quasi nada cuidado a valorização – no sentido amplo do termo – do elemento Homem.

“E é por isso que ele, mesmo civilizado, não deixa de patentear, uma vez por outra, o reflexo denunciador dos obscurantismos do Clan”

“Essa fatalidade hereditária há de perseguir-o, como certas crenças dos antepassados perseguem os descendentes tímidos.

“Estão, nestas falhas atávicas, os maus efeitos das apparencias sociaes, que se desfazem nos momentos superiores de egoísmo.

“A luta pela existência foi sempre, em todos os casos, a grande causa da desharmonia dos interesses, e por conseguinte, do desequilíbrio das partes que se associam”.¹⁷¹

O autor pelo que se depreende, quer relativizar a doutrina jusnaturalista, aliás bastante divulgada pela Faculdade Livre de Direito do Ceará, com a tese do darwinismo social. A questão, que se coloca, parece conduzir o leitor no seguinte caminho: *se o Estado é um instrumento de pacificação do egoísmo, de formação de uma comunidade, como ele se harmoniza com a tendência natural do homem em lutar pela vida? Não haveria nisso uma contradição dos termos?* Para ele, o jusnaturalismo acadêmico nada mais é do que uma “teoria” que não se concilia com uma “prática” revelada pelo darwinismo social. A formação do Estado é o alicerce da “civilização”. Porém, tal civilização está sempre ameaçada pelos “reflexos” obscurantistas do “clã”.

Lançando mão do palavrorio característico do seu evidente bacharelismo, o autor recorre, neste momento, a conceitos tais como “fatalidade hereditária”, “falhas atávicas” para se referir ao impulso natural do indivíduo egoísta em sua repulsa a toda forma de controle. Ou seja, “a luta pela existência” é a causa da falência da civilização. Feito este prólogo, o autor quer demonstrar que o problema social, sua “crise”, seu “atraso”, de fato, é uma crise civilizacional. Faz-se necessário, então, que os homens libertem-se de seu egoísmo natural por alguma força maior, que os faça ver as vantagens da vida social. Para ele, no caso, esta força maior só pode ser incutida nos homens por intermédio da educação. Assim, como se lê:

“E assim será, enquanto a educação – baseada em todas as modalidades de instrução – não formular os verdadeiros primas por que se deve encarar a marcha intermínua dos factos no envolver da sociedade.

“Não há mister recorrer ao ganancioso emprego da força, nem ao poder illaqueador da inteligência, para se manter, à custa dos fracos e dos pobres de espírito, a posição que se deseja.

“Um simples esforço evitará tudo isso.

¹⁷¹ A Esquerda de 4 de agosto de 1928. “Prophylaxia Social”. (p.2);

“Assim como os habitantes da caverna procuravam abrigar-se melhor, para garantirem a conservação do indivíduo, mesmamente qualidades úteis, não só nesse ponto de vista, mas também no ponto de vista social, podem ser adquiridas pelos bons ensinamentos e sobretudo pela prática intransigente da boa educação.

“Pode-se pois, dizer, que a educação é o princípio vital da sociedade.

“Infelizmente, poucos o compreendem, e a minoria, via de regra, quasi nada representam.

“Por esse motivo é que o regimen soffre as más conseqüências da defectividade dos princípios, mormente dos respeitantes ao utilíssimo sentimento do civismo”¹⁷².

O sentimento do civismo, instrumento amalgamador da vida social, deve ser inoculado nos homens a partir da educação. É ele quem evitaria o conflito egoísta dos indivíduos (e das classes, como se depreende da leitura) pelo poder. A virtude cívica é a solução da “defectividade dos princípios” que mantém a sociedade numa crise permanente. Entretanto, apesar da solução “simples”, a questão se reveste de um agravante, na medida em que o povo brasileiro está submetido à herança racial negativa:

“O brasileiro, forçoso é confessional-o, ainda não perdeu a herança ruim das raças que lhe deram o typo.

“Commodista e supersticioso, submete-se à ideas abstrusas de cousas inverossímeis e, todo timidez, personaliza-se na boa fé e, de onde em onde, na ignorância mórbida que lhe empresta, às vezes, as qualidades de covarde.

“Quanto antes, torna-se imprescindente um rigoroso combate a essas falhas nocivas para que se findem mesmo sobre a sociedade illusoria dos dias actuaes, os verdadeiros esteios da educação cívica.

“Não tomadas medidas de tal ordem, o Estado se malbataria por falta de patriotismo.

“Sabem todos que a saúde social pode ser ameaçada pelo meio ambiente.

“O Estado precisa incondicionamente da parcella de energia de cada um, para assegurar a vida da communhão.

“O homem, no cumprimento desse dever, necessita, além de bom physico, de predicados Moraes e intellectuaes.

“E sem educação específica e generalizada, o auxílio será nullo.

“Qualquer bem que o cidadão prestar ao Estado, reverterá em beneficio próprio, porque a parcella não deixa de fazer parte do todo.

¹⁷² *Idem, idem;*

“Si os cidadãos, na maioria, interpretarem seus actos com fidelidade, o Governo, producto delles, não poderá ser jamais despótico ou tyranno.

“Em uma República livre os caracteres cívicos, quando bem educados, aperfeiçoam o conjuncto social, que naturalmente, tende à perfeição.

“É de notar, porém, que a liberdade, no caso vertente, guarde os seus limites, dentro da ordem e da lei, para que não chegue o regimen da ochlocracia em que a liberdade absoluta nenhuma salvaguarda offerece ao convívio social.

“E, sem o sacrifício do bem-estar, sem a orientação das forças empreendedoras e sem a vontade férrea dos abnegados apóstolos do civismo, nunca se sairá dessa narcolépsia criminosa”.¹⁷³

Além do problema inicialmente formulado, que põe em questão o junaturalismo a partir de uma interpretação darwinista da vida social, o autor procura ainda elementos do determinismo racial para reforçar a sua argumentação. Ou seja, os instintos egoístas minam, a cada momento, a ação civilizadora do Estado. Tal se complica na medida em que tais instintos egoístas provenham da “herança ruim das raças” formadoras do povo. Volta, com outros termos, um problema recorrente entre a intelectualidade brasileira à época: *é possível a civilização com um povo oriundo das raças inferiores?*

Segundo o autor, esta possibilidade existe, mas se faz necessário um “rigoroso combate a essas falhas nocivas”. A educação cívica, portanto, se realiza como um instrumento de controle social, a fim de reparar certos defeitos oriundos da má-formação racial do povo. Não dando combate a tais tendências, a saúde do Estado (emerge aqui uma referência organicista) se “malbataria” e cairia numa “narcolepsia criminosa” (o termo refere-se à sonolência, à apatia). Somente a devoção à causa civilizadora do Estado, fortalecendo os seus instrumentos de controle social, é que o redimiria da sua completa falência.

Educação cívica, esteio da saúde social. A questão do civismo, hora e outra, costumava reaparecer nos discursos da política. Efetivamente, se o “diagnóstico” da crise e do atraso recai, quase que invariavelmente, em problemas de ordem moral, fosse responsabilidade dos políticos ou do povo, conseqüentemente, sua solução só poderia nascer de uma renovação moral. Ora, o civismo servia bem a essa

¹⁷³ *Ibidem*;

ideia de renovação moral. Na medida em que o Estado era vítima da corrupção da classe política (parasitária) e a sociedade “atrasada” pela existência de um povo de má herança racial, só o civismo se impunha para remediar o problema. Civismo que continha dois significados: para a governança do Estado, o respeito pela *coisa pública*. Civismo para o povo, o “controle” de seus impulsos “atávicos”.

A necessidade de “renovação do organismo social” foi recorrentemente aventada pelo jornal *A Esquerda*. Como já tivemos oportunidade de ler, *A Esquerda* esteve sob a direção de Jäder de Carvalho, um entusiasmado reformador, fosse da política, fosse das artes, como modernista que era. Num de seus editoriais, Carvalho procura estimular a mocidade brasileira para uma ação transformadora, que pudesse redimir a sociedade da crise moral persistente. Os argumentos, embora revelem uma crença no poder de transformação da juventude, não consegue libertar-se das referências raciais, dos determinismos e organicismos, através dos quais, enxergava a vida política de seu tempo. No caso, estamos diante de mais um episódio do ecletismo intelectual das elites brasileiras, como se lê:

“Não constituímos um povo de idealistas: somos uma nação que sofre, na puberdade, as doenças da velhice. Sahimos da infância ostentando, sobre um corpo jovem, as rugas e o cansaço das sociedades sem remédio. Affligem-nos, paradoxalmente, as mesmas inquietações da Europa. Vivemos os temores dos povos gastos pelo tempo. E isso porque ainda não nos integramos num destino brasileiro ou num destino americano.

“Até hoje temos crido no passado: os ideaes do passado são falsos e insubsistentes, porque vieram de outros povos, para uma forçada adaptação ao Brasil. Donde a necessidade de amar-se, profundamente, o que é nosso. Donde a premência de reagir, modelando, differentemente, a psyché nacional.

“Entre nós, faz-se mister, quanto antes, uma campanha de remoçamento. Faz-se mister a revolução: revolução política, sobretudo. Somos, sob muitos aspectos, um povo inexpressivo. Falta-nos cor. Ainda não temos forma. Enquanto permanecerem insolúveis nos país, os problemas de economia social, de economia política, não passaremos disso, uma sociedade em tumulto, uma nação em desordem.

“Apparecem, felizmente, no meio brasileiro, pronunciados symptommas de reacção. Há uma elite consciente do nosso destino como povo. Discutem-se, com calor, as formulas de salvamento. A autópsia decorre lenta, mas perfeita. Sim, a autópsia. Porque o Brasil é um organismo enfermo, que pede acurado estudo, para a segura applicação do remédio”¹⁷⁴.

¹⁷⁴ A Esquerda de 4 de agosto de 1928. “A Missão dos Novos” (p.1);

Todas as metáforas organicistas estão em evidência no texto: o país é um “organismo enfermo”, sofrendo “achques da velhice”, necessitado de uma “autópsia” e de um “remédio” para os seus males. Ao mesmo tempo em que sofre deste mal, em que envelhece antes de ter amadurecido, a sociedade brasileira ainda “não tem cor”, “não tem forma”. O que lhe falta é a “integração num destino brasileiro ou americano”. Mas o corpo social, ainda que enfermo, pode ser reabilitado. Esta reabilitação – esta cura – deveria estar vinculada ao “remoçamento”, a uma reinvenção do Brasil.

Esta demanda pelo novo estava em consonância com a plataforma modernista que Jáder de Carvalho conheceu e abraçou. Traz a tona a necessidade de uma “redescoberta” do Brasil (“donde a necessidade de amar-se, profundamente, o que é nosso”) que possa levar a uma revolução, inclusive, “revolução política”. Não deixa de ser curioso que uma plataforma eminentemente conservadora como a organicista, cuja finalidade mais óbvia é a da justificação das diferenças de classe e do reforço às hierarquias, possa servir exatamente, para o seu contrário. Ou seja, para justificar ou reivindicar uma transformação social. Estas são, sem dúvida, as agruras do ecletismo intelectual – ou mais especificamente – das modas intelectuais entre as elites e as classes médias brasileiras.

Esta contradição entre o “velho” e o “novo” deve ser melhor analisada, até para que se compreenda todo o alcance das palavras de Carvalho. Para ele, “velhas” são as tradições, “velho” é o passado, “velha” é a história. O peso do passado, das convenções, das situações estabelecidas, das práticas longamente cultivadas, das rotinas, da mesmice é que têm posto obstáculos ao “progresso”. Fazia-se, necessário, por seu turno, eliminar este “peso” da vida nacional. Libertar-se é, antes de mais, libertar-se do passado. Quando Carvalho faz referência a um “destino brasileiro ou americano”, aponta na direção de uma sociedade que não tivesse passado, que não tivesse história. E, na medida em que, liberta do fardo da história, melhor abraçaria o novo, o moderno. Ora, neste sentido, “remoçar” é modernizar; é se entregar a uma dinâmica social mais pungente, mais vibrante, mais autoconfiante. É abraçar o futuro de maneira otimista, deixando fluir as energias criativas, transformadoras, revolucionárias. O contrário disso, a rotina, a tradição, a história, seriam, sob este aspecto, forças paralisantes da vida social.

“Sentimos, em nossa juventude, a senilidade européia, e a somnolência asiática. Perseguem-nos os mesmos achques, as mesmas

insuficiências, os mesmos vícios. O estadista nacional encarna o trãnsfuga da honestidade ou da razão. Governa o Brasil adolescente, como dirigia a decrepitude portugueza.

“Vamos buscar a origem de tantos males políticos-sociaes à colonização lusa; é ainda ahí que nos mostram a fonte da defficiencia econômica que sempre nos ressentimos.

“A Argentina, como nós, viu-se imperfeitamente colonizada. No seu território, o caldeamento de raças (o luso, o negro e o índio, como no Brasil) teve a intensidade de que se revestiu o phenomeno em nossa terra. As primitivas sociedades argentinas nasceram como os primeiros grupamentos brasileiros: turbulentos e viciadas. Mas o homem do pampa cedo compenetrrou-se do seu papel na América. Em política, arte e letras manifestou-se sempre rebelde. Soube crear e soube adaptar. Enquanto isso, os brasileiros mantivemo-nos escravos das velharias lusitanas. O Império conservou os defeitos da colônia, ampliando-os. Da Independência à República nada construimos. Apenas copiamos o estrangeiro. Política, artística e intelectualmente continuamos escravos. Apenas o protectorado passou das mãos callosas de Portugal para as mãos femininas dos francezes.

“Contra o passado, pois, é preciso reagir. Necessitamos de crear uma democracia moça, regida, dentro das leis naturaes, por princípios de palpitante actualidade, procurando corrigir o que seja passível de emenda, buscando annullar e affastar o irremediável.

“Essa é a missão dos novos.”¹⁷⁵

O passado precisaria ser esquecido, enterrado, na medida em que é dele que provêm os males da sociedade: o “caldeamento de raças”, os vícios de origem, a escravidão, a hierarquia, o gosto estético submisso, a impossibilidade de criação, a subordinação ao estrangeiro. A reação contra o passado levaria à reinvenção do país em novas bases, em que criação e renovação se congraçariam numa “palpitante actualidade”, numa “democracia moça”. Ainda que tais argumentos possam soar um tanto ingênuos, é preciso compreender a ânsia por renovação, que o texto de Jáder de Carvalho, expressa.

Para aquela geração – que ainda não havia completado trinta anos de idade em finais da década de 1920 – a sedução pelo moderno era a resposta possível à reprodução incessante das mesmas tendências políticas verificadas desde o início da República. A adesão a este ou aquele instrumental teórico mal disfarçava o objetivo maior que era o da superação do atraso e da rotina. As soluções ainda não estavam claras, tampouco seguiam um plano coerente de ações, sequer conseguiam sair ainda,

¹⁷⁵ *Idem, idem;*

do julgamento moralizante, tão recorrente. Sobressaía, isso sim, o desejo de mudança, mesmo que tais mudanças fossem vistas como positivas *per se*.

As estratégias de convencimento, os recursos retóricos de que lançavam mão, buscavam criar um ânimo, infundir coragem entre os interlocutores para a ação regeneradora. Urgia criar um novo país, uma nova sociedade, um novo povo que pudessem libertar-se das amarras do passado. Nesse sentido, tanto as doutrinas de esquerda (como o socialismo e o anarquismo), quanto as doutrinas de direita (como o fascismo), garantiam a sua validade apelando para este desejo pelo moderno. A democracia liberal, por seu turno, acabou responsabilizada pela manutenção dos privilégios e das hierarquias, incapacitada para realizar as transformações que tanto ansiavam.

Mas, se Jáder de Carvalho pode ser facilmente incluído no rol daqueles que desejam uma renovação e que acreditam na possibilidade desta renovação, há também outros cujo desejo de mudança é abalado pela inteira desconfiança relativa às possibilidades do povo em consegui-lo. Nesta perspectiva, o caráter popular é infenso a qualquer mudança, seja em razão do “caldeamento racial”, seja pela persistente “tradição”. Estamos a falar daquelas percepções do social mais próximas as de Gustavo Barroso, por exemplo. Neste caso, o otimismo regenerador esbarra na plena incompatibilidade popular para o progresso, para a mudança e é substituído por um fundo pessimismo. É o que se depreende da leitura do artigo a seguir:

“Cabalmente vae sendo provada que a falta de previdência do homem do matto, seja por ignorância, seja pela não existência de incentivo, traz as peiores consequências.

“O estacionamento do commercio grande e a molleza do pequeno, bem claro explicam a defficiencia de meios, a ausência de dinheiro na bolsa do matuto.

“Pródigo quando tem, quando lhe sorri a fortuna nos mezes fartos de safra, o sertanejo tendo tudo gasto com coisas supérfluas, esquecido do amanhã fatal, está, agora, como a cigarra da fábula, no inverno das provações.

“Quando os campos, brancos de algodão em rama, lhe promettem a messe rica do seu valor, o nosso lutador de tantas batalhas não se lembra mais das agruras por que passou mezes ante, sem um vintém, callejado de dívidas, obrigado à vontade do patrão, que o ajudam e enriquecem com o resultado do seu trabalho honesto e pesado.

“As tardes de braza e as lufadas quentes que crestam o matto não o desanimam, entretanto; forte sempre, elle lucha, em todos os tempos, cheio dessa confiança evangélica que dá vida e fortalece os corações; confiando

no inverno que virá, não sabe guardar, não concebe nem pensa que, amanhã, poderá bater-lhe à porta. Deixa que o tempo marche e, crente e supersticioso, não conhece os benefícios da vida prática. Com as ligeiras noções que adquire, na intimidade daqueles, como elle, atrasados, tem ideia imperfeita da crença que abraça e tudo espera, na vida, daquela fé robusta, fé de camponez, fé que não se abala. A superstição, todavia, tem o seu lugar de destaque, na mente apoucada do matuto.

“Confundindo uma coisa e outra, junta no mesmo cordel e deixa pender do pescoço, uma medalha da Virgem Immaculada e um saquinho de pano, contendo, dobrada e mal escripta, farta de abjecções, uma oração para curar espinhela cahida, cólicas uterinas ou carne trilhada”.¹⁷⁶

À parte os preconceitos aventados, percebe-se claramente que a crítica do autor recai sobre uma cultura que não está preparada para o “progresso”, que é aguerridamente antimoderna e, neste sentido, desprovida de sentido. A prodigalidade do matuto depõe contra sua capacidade de previsão, de cálculo relativamente a manutenção de uma economia próspera. Sua superstição é o indício de uma mentalidade pré-moderna, infensa à racionalidade técnica, requisito do próprio desenvolvimento capitalista. Ele, o matuto, é um “atrasado”, que confia apenas da providência divina, vivendo, portanto, num mundo mágico, onde forças sobrenaturais guiam-lhes os passos e definem o seu destino, aliás, já traçado. Evidentemente, este comportamento, sob a perspectiva do autor, traz conseqüências para a economia como um todo, deprimindo-a e mantendo-a num nível que nada mais permite que apenas a sua própria reprodução. O atraso do camponês, do matuto, relativamente à sua adaptação ao mundo moderno, impediria o desenvolvimento de toda a economia regional.

O autor não chega a apontar causas raciais em sua conclusão. De fato, não sabe se tal comportamento nasce da “ignorância” ou pela “não existência de incentivo”, mas é cabal quanto à incompatibilidade entre o caráter do povo e o “progresso”. Assim, a responsabilidade pelo atraso seria, de fato, fruto do próprio caráter popular, marcadamente irracional, rotineiro e supersticioso.

Diferentemente das considerações de Jáder de Carvalho, que vislumbrava uma possibilidade de mudança deste quadro, de superação do passado, o autor do

¹⁷⁶ A Região (Aracati) de 5 de outubro de 1924. “Imprevidência e ignorância” (p.1);

artigo de *A Região*, não compartilha do mesmo otimismo. Ainda que se refira a alguma possibilidade de mudança, o faz de maneira meramente superficial. Daí, que:

“Incarnando no cérebro, ideias faltas de nexos e terrivelmente extravagantes, colhe o algodão das sementeiras do campo e apanha o descuido e a imprevidência nas leiras da superstição.

“Crê e trabalha; mas, dessa crença imperfeita, sincera porventura, não sabe aproveitar o estímulo, nem pode perceber a essência; desse trabalho honesto e produtivo, não sabe colher o resultado, nem pode usufruir os proventos: - é ignorante da verdadeira religião que manda aproveitar bem o produto dos labores da vida.

“O sertanejo não sabe ter, nem sabe gozar do que tem: pródigo demais ou usurário até o último limite, - mora numa casa de taipa e banha com cerveja o seu cavalo de sela; possui dezenas de contos de reis e conserva, na casa achamboada e escura, filhos hercúleos e moças lindas, completamente analfabetos!

“Sem se lembrar da sublime obrigação de educar os filhos, os fazem vaqueiros ou lhes põe nas mãos o cabo da enxada, enquanto mandam as filhas apanhar algodão, desmanchar mandioca ou bater o feijão arrancado.

“Encarando, pois, o dilema fatal, urge que os mais inteligentes e mais práticos vão insinuando no espírito pouco lúcido dos que mal compreendem a vida, novas ideias, incentivando-os a aproveitar bem o produto do próprio esforço, para bem da própria família, da terra que lhes serviu de berço, do Brasil inteiro, enfim.

“Da ignorância real das coisas é que nasce essa imprevidência do homem dos nossos sertões, cujas dores se repetem cada ano, enquanto espera ver, alvejando os campos ferazes, a pluma branca dos algodões em flor”¹⁷⁷.

O jornal *A Região* foi um porta-voz dos católicos em Aracati. Percebe-se com clareza que o seu diagnóstico do caráter popular aproxima-se de uma crítica à heterodoxia religiosa do sertanejo. Como é um ser supersticioso – portanto afastado da ortodoxia católica – torna-se incapaz de “usufruir os proventos” do seu trabalho. Interessante, não há dúvida, é essa associação entre a defesa dos valores católicos e a crítica à rotina produtiva do camponês. Ou seja, a disciplina relativa às coisas da religião traria reflexos positivos no campo da disciplina do trabalho e do cálculo racional.

Ao mesmo tempo, sua percepção da rotina é totalmente fantasiosa, ainda que a região de Aracati (Baixo Jaguaribe) estivesse menos afetada pela estiagem. Crer que o sertanejo “banha com cerveja o seu cavalo”, que “possui dezenas de contos de reis” debaixo do colchão é de um cinismo flagrante, que não merece sequer

¹⁷⁷ *Idem, idem;*

comentário. De fato, o autor das linhas – que não se identifica – é alguém que optou em desprezar a cultura popular, tachando-a de todos os defeitos, responsabilizando-a por toda situação de crise.

A relação entre o tradicionalismo católico e a defesa da disciplina para o trabalho (que é uma forma de reforço às hierarquias) não aparece isoladamente no texto deste autor anônimo. Para ser exato, tal esteve bastante em evidência na imprensa católica, como se depreende da leitura do principal órgão religioso, *O Nordeste*. Se os católicos não se furtam a uma crítica mais ampliada aos valores modernos, o fazem pontuando diversas situações, didaticamente, para exemplificar as consequências destas influências “perniciosas”.

Já lemos que o principal editor do jornal *O Nordeste*, o padre Tabosa Braga, foi, ao longo de toda a primeira república, um entusiasta do fascismo italiano, pelo menos desde 1922. Ao longo dos anos, seu fervor só viria a se exacerbar. Partindo desta admiração é que lança um extenso programa de regeneração social nos seus editoriais. A questão do caráter popular e, conseqüentemente, do trabalho, da produtividade agrícola e da previdência econômica, o aflige sobremaneira. Seu diagnóstico funda-se numa crítica aos “valores modernos” ao mesmo tempo em que sua profilaxia remete ao reforço da hierarquia e da disciplina. São muitos artigos que tratam desta questão ao longo da história do jornal. Aqui temos a oportunidade de nos debruçarmos em alguns deles.

Essa finalidade regenerativa da doutrina católica é apresentada como segue num editorial de julho de 1922:

“A sublime doutrina catholica não influe somente sobre a salvação da alma, bate-se pelos legítimos interesses da ordem social.

“Ao mesmo tempo em que combate os vícios que envenenam a natureza humana, propaga os salutarens ensinamentos da lei divina. Falla da eternidade, sem esquecer o presente com seus triumphos e as suas derrotas, com seus infortúnios e com suas venturas, com as suas alegrias e com as suas desgraças. Fornece limite aos prazeres, não regateia na consolação dos afflictos. Luta incessantemente pelo trabalho, - fonte inesgotável de produção, condena com máxima energia a ociosidade (...)

“O alcoolismo é um grande factor da incapacidade para o trabalho, concorre poderosamente para a decadencia moral do povo, é força productiva dos innumerables crimes quotidianos. Ninguém mais que a Religião Catholica tem combatido vicio tão detestável, flagello tão destruidor das ennergias do homem.

“(...)”

“Outra causa geradora da decadência material é a deserção do trabalho agrícola, é o abandono do campo pela vida da cidade, onde se espera trabalhar menos e gozar mais. O aumento de braços nos centros populosos produz a vagabundagem, multiplica os crimes e perturba a ordem pública”¹⁷⁸.

Como marcadamente característico da década de 1920, o catolicismo não se percebe apenas como religião, como doutrina, como credo. Não é esse o papel a que aspira cumprir na sociedade. Antes, quer assumir uma posição de vanguarda como instrumento de controle social. Daí porque alardeia a repulsa aos valores modernistas (indiferentismo, materialismo, relativismo), visto que tais valores incidem sobre a esfera da liberdade individual. Essa liberdade individual (relativismo) para a Igreja Católica da década de 1920, é sua inimiga de morte. Haveria, ao contrário, de reforçar as estruturas de controle social para abolir qualquer manifestação deste jaez na vida social.

A plataforma do padre Tabosa aponta claramente para tal missão. Daí que não se furta a dizer que sua doutrina “luta incessantemente pelo trabalho (...) condena com máxima energia a ociosidade”. Sob esse ponto de vista, o problema do atraso cearense e brasileiro, mais uma vez, é posto sob a responsabilidade do próprio caráter popular. É o povo, com sua indolência e indisciplina, quem contribui para a situação de crise econômica. O fenômeno do êxodo rural, como se percebe, não se compreende por fatores sociais, mas sim, a partir de um problema moral, já que o povo deserda do campo com o objetivo de “gozar” a vida nas cidades.

A presença do homem do campo, do “matuto”, no cotidiano urbano, é desta maneira, um fator pernicioso. É um “indesejado” e engrossa a população das “classes perigosas”. Faz-se necessário, portanto, mantê-lo vinculado, preso, à sua realidade rural, fazendo-o disciplinado e dócil. Afinal, esse é um requisito fundamental para a manutenção da ordem e da hierarquia. A doutrina católica deveria, como se leu, cumprir este duplo desígnio: o de manter as classes perigosas sob controle, seja por intermédio da submissão espiritual e do disciplinamento pelo trabalho.

¹⁷⁸ O Nordeste (Fortaleza) de 10 de julho de 1922. “Dupla Influência” (assinado pelo Padre Tabosa Braga, p.1);

Estes argumentos vão se repetindo, com maior ou menor força, ao longo de toda a década de 1920 e seria tedioso repeti-los todos¹⁷⁹. O mais importante já foi sublinhado: a responsabilidade pelo atraso, sob a visão católica, passa pela percepção de que os vícios, de que a insubordinação, de que a falta de disciplina populares são incompatíveis com o progresso nacional que se deseja. A ação regenerativa da Igreja deveria, assim, apontar para um fortalecimento dos instrumentos de controle social, de hierarquização social e de disciplinamento da força de trabalho. É esse o papel que almeja na nova sociedade.

Enfim, em graus variáveis, mas sempre reforçando uma percepção negativa em relação às possibilidades de superação do atraso pelo povo, é que tais discursos de alicerçam. O sentimento de crise – fundamentalmente moral, como estamos sublinhando – permite tecer conjecturas várias, apontando para os “defeitos” do caráter nacional, do “caráter popular”. Ao mesmo tempo, todos eles, também com graus variáveis e com intensidade distinta, apontam para um lugar definido do povo na ordem social. Lugar que não é o da participação na comunidade política, mas simplesmente, lugar subordinado como trabalhador dócil e disciplinado.

5.5. A responsabilidade das elites.

A literatura e o pensamento social cearenses, entre 1870 e 1930, não foram capazes de produzir uma reflexão sistemática sobre as elites locais. Ao mesmo tempo, os estudos acerca do “caráter popular”, da “alma popular” e de seus congêneres foram bastante profícuos. Tal situação foi reproduzida em linhas gerais nos discursos da política, ainda que com algumas diferenças. A principal delas diz respeito às críticas à classe política que pode, com algum esforço, se aproximar da crítica às classes dominantes como um todo. Mas, como vimos, o teor dessas críticas voltava-se muito mais à ação pessoal dos governantes do que, propriamente, a uma discussão sobre os fundamentos sócio-econômicos do poder.

A resposta para tal situação parece ser bastante fácil de ser elucidada. A literatura, o pensamento social e o jornalismo foram, no mais das vezes, expressões intelectuais das próprias classes dominantes ou de seus representantes. O “outro” a ser

¹⁷⁹ O Nordeste (Fortaleza) de 17 de julho de 1924, de 19 de julho de 1924, de 11 de fevereiro de 1925;

abordado e compreendido é o povo. A ele, coube, em grande parte das análises, a responsabilidade pelo atraso econômico, social, moral e intelectual em que o Ceará supostamente, se encontrava. As elites viam-se como instrumentos do “progresso”, da “marcha da civilização”, dotadas de “energias renovadoras” que pudessem levar à “redenção nacional”. Alcançar, portanto, qualquer discurso que se encontrasse fora desse padrão, nos levaria a investigar as fissuras e as margens do próprio discurso da política. Tais fissuras e margens só vão ser encontradas na imprensa de “ideias”, na imprensa dos trabalhadores (principalmente dos gráficos) e na imprensa católica.

O que se procura nessas análises são os motivos de incompatibilização entre as classes dominantes e aqueles grupos sociais que passaram a contestar a sua hegemonia a partir da década de 1920. Necessariamente, dentre esses grupos, vão se destacar as classes médias urbanas, o incipiente proletariado e alguns setores mais radicalizados da Igreja. As críticas ou as alternativas políticas à dominação oligárquica vão assumindo um teor muito particular, conforme o projeto de poder emanado por cada um desses grupos e são essas diferenciações que procuramos analisar.

A percepção de que o mal funcionamento do sistema político é, em si mesmo, capaz de produzir uma situação de perene crise (de qual natureza for) surge a partir do momento em que certas demandas sociais não são por ele atendidas. Ou, melhor explicando, no momento em que surge um problema de representação política, quando emerge uma convicção de que tal modelo político é feito para satisfação dos interesses dominantes, sem qualquer contrapartida com os interesses dos grupos subalternos ou marginalizados.

Até as décadas de 1910 e 1920, pelo menos no Ceará, a responsabilidade pela “crise” política sempre era debitada na personalidade (egoísta, perversa, voraz) do chefe político e de seu grupo partidário. O sistema político era percebido como uma série de estratégias bem-sucedidas que tinham como única função a manutenção de grupo dominante no poder. Esse foi o caso das análises e críticas contra a oligarquia aciolina, por exemplo. No livro *O Babaquara*, de Martim Soares, cuja leitura já tivemos a oportunidade de fazer, os vícios inerentes ao sistema político eram, de fato, responsabilidade da astúcia de Nogueira Acióli. Não se compreendia, a não ser muito tangencialmente, que tais instrumentos servissem aos interesses da propriedade rural como um todo e não, somente, a um grupo específico.

Sendo assim, as alternativas políticas em jogo caíam na esfera do personalismo. Ora, se o sistema político vigente é obra da astúcia de um chefe perverso, bastaria defenestrá-lo do poder, colocando outro em seu lugar, para que a redenção estivesse disponível. Era o caráter particular daquele chefe que conduzia à crítica do modelo político. Essa percepção foi desfazendo-se aos poucos quando, com a queda de Acióli em 1912, o Estado passou a experimentar uma situação de convulsão política entre as suas várias facções partidárias, entre os vários grupos oligárquicos postulantes ao poder. Com a “normalização” do regime a partir de 1916 e a conseqüente rotatividade dos partidos e dos chefes políticos à testa da administração local, tal argumento já não podia mais ser sustentado. Não se tratava da responsabilidade do caráter de um chefe mal-intencionado em particular, senão dos problemas estruturais do próprio regime vigente.

Assim, questionamentos acerca da função dos partidos políticos, do caráter fictício das eleições, da parcialidade da magistratura, dos conchavos, da ação violenta dos cabos eleitorais, do déficit de cidadania, vão levando às seguintes perguntas: *para quem serve o sistema político? Quem se beneficia dele? A quem interessa a sua manutenção?*

Na medida em que tais perguntas já fossem possíveis de serem formuladas, o conteúdo das respostas se torna presumido. Só aqueles segmentos mais críticos ao regime é que foram capazes de construir tais perguntas e, ao mesmo tempo, elaborar a resposta conveniente. A suposição de que o mal instalado pelo sistema político vigente é irreversível e de efeitos devastadores, força tais segmentos a clamar por uma transformação do papel do Estado, à sua reinvenção.

Somente neste momento é que o questionamento a respeito do lugar ocupado pelas classes dominantes na estrutura do Estado é levado mais a fundo. Ainda que na imprensa partidária tal sentimento ainda não vicejasse (por questões óbvias) ele começava a surgir em outros nichos do discurso político. Isso não deve nos levar à conclusão de que estas análises conseguiram romper com os seus recursos habituais de crítica. A moralidade continua a dar o tom dominante a tais reflexões e as alternativas vislumbradas passavam, necessariamente, pela ideia de “renovação dos costumes”.

A responsabilidade das elites, ao fim, é dada na função de sua “ganância”, de sua “avareza”, de sua “preguiça”, do culto desbragado pelo “luxo”, pela “ostentação”. Ela é reconhecida como “parasitária” das energias nacionais, da economia popular, do trabalho. Vivem uma vida de ócio e de conforto, subjugando toda a população a um estado de pobreza e desamparo. Superar essa situação só poderia ocorrer na medida em que tais classes dominantes fossem substituídas por grupos comprometidos com algo maior que simplesmente a satisfação de suas necessidades mesquinhas. Fazia-se necessário o compromisso maior, fosse com o “povo”, com a classe trabalhadora, com a nação, com os “costumes tradicionais”, com a “sã moralidade”, etc.

É possível aqui, reconhecer três perspectivas críticas relativas a responsabilidade das elites no atraso do país. A primeira, oriunda da “imprensa de ideias”, consagrava as teses do corporativismo organicista e utilizava à larga as metáforas do “parasitismo social” desses grupos. A segunda, de inspiração católica, punha em evidência a falta de modéstia, o gosto pela ostentação e pelo luxo como elementos perturbadores da hierarquia e da ordem social. A terceira, finalmente, advinda da imprensa dos trabalhadores, sublinhava a ganância, avareza e arrogância das elites como fundamentos de um processo de concentração de renda e de exploração de classe. Todas as três têm fundamentos morais na elucidação do problema e não hesitam em identificar como “elites” as classes dominantes locais que usurpam e se beneficiam do sistema político e, mais especificamente, do erário público, na satisfação dos seus interesses particulares.

Representativo do primeiro caso está o jornalista Matos Ibiapina, cujo conteúdo de sua obra jornalística já foi apresentado anteriormente. No seu artigo *A plebe tributária e os dirigentes da Nação* busca trazer à tona as funestas conseqüências sociais e morais da ação nefasta das elites dirigentes brasileiras. O texto, um pouco longo, traz interessantes reflexões, muitas das quais inauditas, a respeito da questão.

“De um povo que teve a felicidade de contar com os servidores e patriotas de 17, 22, 24 e 89 não era possível imaginar que atingisse a estagnação pútrida em que hoje se debate e que cada vez mais se afunda.

“(...)

“Paiz rico, de possibilidades econômicas sem limites, o seu povo vive na mais contristadora das misérias, analfabeto, sem pão, sem lar, condenado à contemplar a cubçada, vivem os nossos patrícios como pintou o grande Ruy: ‘anemicos, opilados, barrigudos, per nabambos,

cretinos, caxangós, sem memória, sem iniciativa, actividade, perseverança e coragem.

“A causa dessa desconcertante anomalia (...) está nas classes dirigentes (...). Como certos parasitas animaes, os nossos directores políticos não só esgotam a seiva nacional como ainda transmittem ao organismo colectivo virulentos germens pathogenicos.

“Entre nós, uma elite diminuta que se não distingue nem pelo saber, nem pela moralidade, tomou a seu cargo a direcção colectiva. (...)

“Quem sustenta o Brasil? Quem alimenta o seu commercio internacional? Os productores do campo, dirá toda a gente. Quem assegura o funcionamento da nossa custosa machina administrativa, da União, dos Estados e dos municípios? Ainda a população rural, isto é, os criadores, os productores do café, assucar, borracha, cacáu, fumo, etc. Que fazem os nossos poderes públicos em favor dessas columnas de Hercules da nacionalidade?

“A União, para proteger industriaes associados aos políticos, cria impostos sobre gêneros de importação, impostos que recaem em cheio sobre as classe populares, tornando-lhes impossivel o mínimo conforto indispensável ao seu progresso. Porque o governo taxa os calçados estrangeiros o povo anda descalço e a opilação é indêmica. Porque o governo taxa as fazendas estrangeiras, o povo anda quase nu e não pode freqüentar as escolas e é analfabeto. Porque o governo taxa as machinas agrícolas, o trabalhador não pode augmentar a sua capacidade de produção, empobrece, fica na dependência do capitalista, escravisa-se política e economicamente.

“(...)

“Armados com as armas que lhes dá o próprio povo, elles não encontraram a menor resistência a seus ataques. Quando não bastam as polícias para conterem esporádicos ímpetos de revolta das victimas, ameaçam-nas com o exército, apellando para os deveres desse para a manutenção da ‘ordem’.

“É essa a palavra mágica de que se têm servido todos os déspotas modernos para se garantirem na posição de mando contra a vontade da Nação. Em nome da ordem se tem procurado justificar todos os crimes, como se a ordem, que é a estabilidade das instituições pudesse coexistir com a tyrannia que é a subversão da lei (...).

“De nada nos tem valido até hoje a liberdade da carta política que nos transmittiram os fundadores da República. Código morto, porque não está incorporado aos costumes do povo, a nossa Constituição não serve para abrigo das liberdades e garantias populares, mas simplesmente, para ser, em nome da ordem, usada como arma de arrocho, sempre que, ao peso dos mais injustificados erros e crimes, se abalam os fundamentos da Fortaleza em que se encastellaram os senhores do paiz”.¹⁸⁰

À parte a estilística organicista e biológica, muito em voga na época, o autor traz para a discussão duas questões importantes. A primeira, diz respeito à identificação entre classe política e classe dominante, seu papel social e o *modus*

¹⁸⁰ IBIAPINA, Julio de Mattos. “A plebe tributária e os dirigentes da Nação”. Publicado em O Sitiá (Quixadá) nos dias 23 de novembro, 30 de novembro e 7 de dezembro de 1924.

operandi pelo qual se mantém no poder. Já a segunda, reverbera muito da ideologia do ruralismo brasileiro (MENDONÇA, 1997), cuja inspiração liberal¹⁸¹ se faz evidente. Assim, reconhece-se que o nível de compreensão da dinâmica social se pauta num recorrente ecletismo intelectual que, em certo ponto, chega a ser radicalmente contraditório.

Tais contradições saltam aos olhos em dois níveis. Num nível mais básico, aponta-se para uma conciliação entre as teses corporativistas (cuja manifestação retórico-estilística funda-se no organicismo social) e postulados liberais. Já num nível mais profundo, verifica-se uma “decepção” com a não realização das premissas constitucionais liberais e a busca por soluções autoritárias. É como se, a partir do momento em que o autor se decepciona com os rumos do regime, que era liberal na teoria, mas oligárquico na prática, procurasse reagir tanto contra o liberalismo teórico, como contra a *realpolitik* oligárquica.

O mais importante desse texto, para a solução dos problemas aqui levantados, é a identificação entre classe política e classe dominante, ainda que num nível de sofisticação muito rudimentar. A compreensão da sociedade por intermédio da categoria de “classe social” obviamente, não era algo habitual nos discursos da política brasileira de então. Para Ibiapina, a classe dominante brasileira era formada por um conjunto de pessoas que haviam tomado o Estado de assalto, fazendo dele mero instrumento de sua vontade de poder. Não chega, contudo, a questionar-se acerca das bases sócio-econômicas fundamentais de tais grupos. Não percebe, como se leu, que tais “classes dirigentes” representam, basicamente, a expressão da estrutura econômica baseada na propriedade rural. Assim, a ação da “classe dirigente” parece totalmente anômala. Seu único interesse imediato é o de resguardar a sua posição de mando e o modo pelo que se realiza é na exploração cotidiana das energias nacionais.

Quando o autor indica que as “classes produtoras” sustentam o Brasil e, mesmo assim, são exploradas pelo Estado, abre-se um universo de contradições. Não compreendo que Ibiapina esteja a falar dos camponeses, mas sim dos proprietários rurais. Quando ataca políticas econômicas protecionistas, debitando nelas a responsabilidade pelo atraso (e então, torna-se um defensor do livre comércio) deixa

¹⁸¹ A particularidade do liberalismo brasileiro pode ser compreendida com a leitura de NEDER, Gislene. **Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1979;

patente muitos problemas de compreensão dos fatos econômicos e sociais correntes. Ele está, de fato, repercutindo as velhas teses do ruralismo brasileiro e de seu peculiar liberalismo. Como se compreende que tais “classes produtoras”, tradicionalmente advogadas do “liberalismo”, estivessem subjugadas por políticas econômicas protecionistas, na medida em que são elas mesmas as elites políticas?

Quem é, de fato, a “classe dirigente” de que fala Ibiapina? Qual a sua base sócio-política? Por que tais classes dirigentes, na percepção do autor, se desincompatibilizaram com as classes produtivas? Como surgiram?

Pode ser que o autor esteja a enxergar nessa fissura entre as classes dominantes, a existência de um estrato político-burocrático cujo único objetivo fosse o reforço de sua posição de mando (daí as referências à polícia e ao exército) à revelia dos interesses econômicos dominantes. Compreende-se que, sob tal aspecto é que deplora as condições de existência do povo (analfabeto e doente) visto por ele como resultado de um projeto deliberado de dominação política. Ou seja, tal “classe dirigente” se desvinculara da realidade nacional, agindo somente na razão da reprodução de sua existência rodeada de privilégios. Nem se compatibiliza mais com as “classes produtivas”, nem guarda qualquer laço de solidariedade com o povo, que quer destruir.

Qualquer renovação do “corpo”, do “organismo” nacional deveria, portanto, passar pela remoção de tal “agente parasitário”. Restabelecer a saúde do país significaria, de fato, romper com tal “classe dirigente”. Ainda que, como se percebe na leitura atenta da passagem, não se tenha muito claro o caminho a percorrer após tal “profilaxia”.

Se o texto de Ibiapina é contraditório e até frágil em sua concepção teórica, é muito forte na maneira como expõe os seus argumentos. Ou seja, a forma sobrepuja o conteúdo, a retórica reverbera mais do que lógica. Sob esse ponto de vista, o texto, ainda que salpicado de expressões “mágicas”, oriundas de uma verborragia cientificista, é fácil de ser compreendido. O descabro social brasileiro é fruto da existência de uma pequena elite “que não se distingue pelo saber, nem pela moralidade” que está a por em curso uma estratégia de dominação cujo único fim é a sua perpetuação enquanto tal.

É possível apreender o sentido do trecho citado pelas mais diferentes vias. Seja pelo caminho da formação intelectual das elites brasileiras (fundadas no bacharelismo), seja pela situação ambígua de classe do autor, pela sua posição no campo do poder (marginalizado) ou mesmo por suas ambições políticas e anseios revolucionários. Entretanto, para os fins aqui propostos, que é o do reconhecimento do papel das elites no discurso da política, percebe-se a sua capacidade de expor o problema a partir da dinâmica de “classe”, mesmo que de maneira um tanto quanto fragmentária.

Enfim, pode-se dizer que o pensamento de Ibiapina é representativo de um dado padrão de comportamento de classe? De alguma maneira, sim. Ele representa o posicionamento ambíguo dos setores médios urbanos quando em oposição à classe política dominante. Essa ambigüidade é marcada pela tentativa de se ressaltar a Nação face à ação maléfica ou degenerada da classe política. Assim, quando fala do “povo” analfabeto e doente não está, propriamente a criar uma legitimidade do discurso que se identifica com as causas populares. Nem, tampouco, quando se refere às “classes produtivas”, defender os seus interesses, realmente. Está, isto sim, a reivindicar um lugar mais relevante para os intelectuais de classe média no gerenciamento do Estado. É por isso que Ibiapina deplora que a classe política não tenha relevância intelectual ou moral para estar onde se encontra.

A nova classe dirigente deveria submeter-se a ideais mais altos, mais largos que a sua simples reprodução. Quando professa tais ideais (no caso, a Nação) e quando procura explicitar a sua competência técnica (intelectual) está sublinhando uma particularidade muito evidente da posição desses setores médios urbanos. Ou seja, apesar de sua irrelevância demográfica e eleitoral, compreendem-se fadados ao controle do Estado, aspiram a uma posição de maior relevo no campo do poder. Sabem, outrossim, que tais aspirações só podem ocorrer na medida de uma transformação radical na estrutura do próprio Estado. A tibieza das instituições políticas e das leis deve ser substituída por outra ordem que a coloque em evidência, apesar de seu pequeno lastro político-eleitoral.

O segundo posicionamento a respeito da responsabilidade das elites pelo atraso e pela crise advém dos discursos políticos do catolicismo. Entretanto, tais posicionamentos nascem de outra ordem de questões. A Igreja, ao longo da década de

1920, como vimos, estava comprometida com um amplo projeto de poder. Tal projeto, de caráter eminentemente hierárquico e reacionário, passava pela compreensão de si mesma como elemento de coesão entre as classes e de liderança em termos culturais, morais e educacionais. O objetivo mais claro era o de criar uma harmonia social fundada na defesa da desigualdade social em que trabalhadores assumiriam uma posição de passividade frente aos interesses econômicos hegemônicos. Esta pauta fazia parte da orientação política da Igreja à época, a conhecida “*Action Catholique*” cujos fundamentos estavam solidamente fincados no fascismo europeu.

Assim, seria de se esperar que a Igreja ignorasse qualquer responsabilidade das elites relativas à questão social. Em tese, deveria ser isso. Na prática, não foi o que ocorreu. Mas não por vontade própria, mas sim pelo desenvolvimento das circunstâncias do momento. Nem sempre as elites agiam conforme a Igreja dela esperava e, habitualmente, faziam-se repreensões de seu comportamento e de sua responsabilidade social.

Para melhor ilustrar essa questão, vou tomar um caso particular, de interessantes proporções, que dominou as representações católicas acerca da responsabilidade das elites entre os anos de 1922 a 1924 no Ceará. Em 16 de novembro de 1922, o editorial do jornal *O Nordeste* anunciava um plano para a extinção da mendicância em Fortaleza. A Liga das Senhoras Católicas, sob o patrocínio da diocese, fundara o “Dispensário dos Pobres” e solicitava às famílias da cidade que colaborassem financeiramente para formar o seu patrimônio. A ideia era simples: fazia-se necessária a quantia mensal de cinco contos de réis, a serem coberta com o pagamento de mensalidades, cujo valor mínimo era de quinhentos mil réis. Segundo o próprio editorial, tal medida era duplamente salutar: seja por afastar da vista o incômodo de uma multidão de pedintes, seja também para o exercício da caridade e do amor fraterno, afinal, quem dá aos pobres, empresta a Deus.

O governo estadual, sob pressão da própria diocese, já tornara a mendicância proibida na capital e fazia regulares doações ao Dispensário dos Pobres. Isto, contudo, segundo as Senhoras Católicas, era insuficiente para o fim o qual se destinava, o da extinção total da mendicância. Finalmente, contava-se com a

magnanimidade das famílias cearenses em prol de tal ação, vista como uma maneira cívica e cristã de comemoração do centenário da independência do país¹⁸².

Em relatório apresentado no jornal *O Nordeste* do dia 12 de dezembro de 1922, a Liga já publicava o seu primeiro balanço financeiro. As mensalidades foram subscritas pelas famílias mais ilustres da cidade, com valores entre 10 a 50 mil réis. Todos os grandes “capitalistas”, as grandes fortunas da cidade estavam ali representadas: a loja Boris & Frères (importadora), a loja Frota & Gentil, a família Philomeno Gomes (ligada ao comércio do algodão), o magnata Plácido de Carvalho, o London and Brazilian Bank, a loja Conrado & Cabral, muitos imigrantes sírio-libaneses, entre outros, tendo à testa o próprio bispo do Ceará, Dom Manuel da Silva Gomes¹⁸³. Dado isso, a Liga das Senhoras Católicas asseverava ser possível a resolução do problema, com a extinção da mendicância em Fortaleza.

A partir de então, apareceram sistematicamente nas páginas do jornal, geralmente em primeira página, as notícias do trabalho da Liga das Senhoras Católicas. Além de dar conta dos investimentos realizados no aparelhamento do dispensário, solicitavam o concurso de mais apoiadores, sempre sustentada na tese de que a mendicância e a indigência “*tem aspecto mais negro na tortura do contacto com os vícios, do que nos soffrimentos e privações que acarreta*”¹⁸⁴.

O clima otimista vai dando lugar a preocupações logo no início de 1923. A Liga fizera publicar uma nota¹⁸⁵ em que admoestava os mensalistas a pagarem as suas contribuições em dia, que não atrasassem e nem desanimassem da obra. Segundo a nota, tudo corria a passos céleres, mas a participação das famílias ilustres fazia-se mais do que necessária. Ao mesmo tempo, procurava acalmar aqueles que cobravam o fim da mendicância com o compromisso de que, no dia 17 de fevereiro de 1923, a mendicância em Fortaleza estaria totalmente extinta.

Reiterando o compromisso, mas já ostentando prejuízo, outra nota é publicada no jornal em 3 de fevereiro:

¹⁸² O Nordeste (Fortaleza). “O problema da mendicância – aos ricos e aos pobres”. Editorial do dia 16 de novembro de 1922;

¹⁸³ O Nordeste (Fortaleza). “O problema da mendicância e o ‘Dispensário dos Pobres’”. Relatório apresentado no dia 12 de dezembro de 1922;

¹⁸⁴ O Nordeste (Fortaleza) de 19 de janeiro de 1923;

¹⁸⁵ O Nordeste (Fortaleza) de 25 de janeiro de 1923;

“Felizmente, já podemos anunciar que a mendicância será extinta em Fortaleza no próximo dia 17 do corrente.

“Todas as medidas já foram tomadas nesse sentido.

“É necessário, porém, que o commercio continue a prestar o seu valioso concurso, pagando em dia as suas mensalidades.

“Procedeu-se à cobrança de janeiro, o qual teve um resultado bom. Quasi todos os subscriptores satisfizeram os seus compromissos. A estes os nossos calorosos applausos e, mais do que isso, nossos sinceros agradecimentos.

“Infelizmente, porém, um pequeno número não compreendeu a importância da medida que se vae por em prática, e nada pagou.

“Alguns riscaram as quotas subscriptas, outros diminuíram a mensalidade, isso a pretexto de haver pobres nas ruas!

“Disto resultou um desfalque de 200\$000. A estes últimos pedimos um momento de reflexão e reconsideração do seu acto, afim de não privar o Dispensário de quantia com que já contava para fazer face a tão grandes despesas.

“Esperamos que a cobrança do mês de fevereiro seja feita com melhor êxito.

“O pequeno óbolo que deixamos cair nas mãos do pobre, transformar-se-á em fonte de bemçams e prosperidade para nós!”¹⁸⁶

Na data aprazada, o editorial de *O Nordeste* já trazia a confirmação da extinção total da mendicância na cidade. A Liga das Senhoras Católicas pedia à comunidade que, ao invés de darem esmolas aos pobres, mandassem os valores para o dispensário. Ao mesmo tempo, a Liga afirmava que estava fiscalizando a real situação de indigência dos pobres, averiguando e investigando cada casa, afim de evitar “burlas”.

Apenas um mês após, a Liga das Senhoras Católicas vinha uma vez mais a público para explicar a seus mensalistas a existência ainda, nas ruas da cidade, de legiões de mendigos. A culpa recaía sobre os próprios desvalidos, vistos agora como “aproveitadores” e “exploradores” da caridade alheia.

“O que muito tem dificultado a acção do Dispensário é a existência de EXPLORADORES. É incrível o número de pessoas que, sem precisar, mendigam.

“Estamos falando com experiência de causa, depois de uma visita de sindicancia a cada uma das alludidas casas de socorridos. Numa se encontra um sapateiro; noutra, um carpinteiro, com a mãe e outro irmão ajudante de sapateiro; noutra, emfim, um homem válido, empregado de rua,

¹⁸⁶ O Nordeste (Fortaleza) de 3 de fevereiro de 1923;

ganhando 75\$000, tendo apenas uma mulher e esta curandeira e cartomante.

“(…)

“Infelizmente, ficou bem provado que os mendigos de porta, salvo algumas exceções, estavam menos necessitados do que as famílias envergonhadas que não se atreviam a usar desse recurso humilhante.

“Queixam-se ainda que o socorro é insuficiente! (…)

“A conclusão lógica é esta: si a organização for feita com vagar, dará bom resultado e os verdadeiros pobres serão bem servidos; do contrário, apenas os mais espertos, os que melhor sabem mentir, arranjar-se-ão (…)”¹⁸⁷

Como se leu, os problemas eram de toda ordem: atrasos e desistências no pagamento das mensalidades, pressão da hierarquia clerical, críticas e, conforme a nota anterior, desvio de finalidade da ação. A Liga das Senhoras Católicas ainda viria a público mais duas vezes, em notas nas edições de 7 e 28 de maio de 1923, quando, a partir de então, silenciara totalmente a respeito de suas atividades. O assunto só voltaria a baila novamente em 12 de dezembro de 1923, após sete meses de ausência. Presume-se que o plano havia malgrado completamente e que a própria hierarquia da Igreja censurara as manifestações da Liga no jornal.

O editorial de 12 de dezembro de 1923 se intitulava “Apello às famílias christãs – a propósito do luxo”. Foi esta a primeira grande controvérsia envolvendo a ação caritativa da diocese com as elites locais. O artigo, bastante longo, censurava as melhores famílias da cidade de não terem compaixão, de serem vaidosas, egoístas, sensuais e individualistas. É preciso que se tenha em mente que a ação da Liga das Senhoras Católicas foi apenas uma dentre as várias questões sociais em que a Igreja se debatera ao longo dos anos de 1922 e 1923. Dentre elas, houve uma cruzada contra a carestia de vida, outra contra o aumento dos aluguéis, mais uma a favor da construção de um leprosário. Isto sem falar no diuturno ataque aos chamados “vícios sociais” como o alcoolismo, o jogo e a prostituição. Para cada uma dessas ações, faziam-se subscrições e aceitavam-se doações de toda ordem. Essa corrente moralizadora ficava, no mais das vezes, paralisadas frente a “falta de caridade” das famílias ricas da cidade, motivo pelo qual o artigo em questão admoesta-as como indiferentes e perdulárias.

¹⁸⁷ O Nordeste (Fortaleza) de 5 de março de 1923;

Assim,

“O luxo, expressão da vaidade e da casquilhice constitue-se o grande inimigo da virtude cuja essência é a luta contra as paixões, enquanto elle é a tendência a excessos supérfluos de ostentação e sensualidade.

“É o inimigo da saúde, que se conserva e fortifica pela moderação e sobriedade.

“É o inimigo da família, cuja existência fica comprometida pelas despesas exageradas.

“É o inimigo da sociedade, que elle perturba, desclassificando indivíduos que, por orgulho ou ambição, por inércia ou por ciúme, procuram supplantar os outros.

“É o inimigo da caridade, da qual suprime uma das formas principaes – a esmola.

“(…)

“Os ricos devem usufruir sua fortuna; não é prohibido tornar a vida mais commoda.

“É verdade, mas se pode despendê a fortuna egoisticamente e pode-se despendê-la também caridosamente. Qual das duas maneiras é mais nobre e produz mais felicidade?

“Convençamo-nos, por conseguinte, de que será eternamente odioso viver a gente apenas para si próprio, enquanto que será eternamente bello fazer o sacrificio do supérfluo, em favor de seus semelhantes, comprehendendo o ridículo e a futilidade que se encontra no âmago de todo esse acervo de vaidades, como sejam – o amor desordenado ao trajar, às commodidades, aos prazeres mundanos”¹⁸⁸.

Além da reflexão acerca dos limites dos instrumentos de controle social da Igreja, que foram postos ao longo da década de 1920, é preciso, da mesma maneira, pensar que tipo de responsabilidade ela imputa à sociedade na consecução dos seus objetivos. O problema abordado é de amplo escopo, transbordando os limites postos ao desenvolvimento deste capítulo. Em todo caso, não podemos nos furtar de analisá-lo, nem que seja sinteticamente. É a partir dessa análise que se pode emergir o conjunto das representações que a Igreja faz da elite (e de suas responsabilidades) como também de toda a sociedade.

A fundação de várias associações de finalidades caritativas, ao longo das décadas de 1910 e de 1920, não mascara a sua real situação de instrumento de disciplinarização, hierarquização e controle social. Essas associações (Liga das Senhoras Católicas, Círculos Operários Católicos, Associação dos Moços Católicos,

¹⁸⁸ O Nordeste (Fortaleza) de 12 de dezembro de 1923.

Círculo Católico, etc) e suas instituições caritativas (Dispensário dos Pobres, Leprosário, Santa Casa de Misericórdia, etc) estavam em sintonia com um projeto maior de redefinição do papel da Igreja na sociedade brasileira. Projeto esse, cujas bases se encontravam nas teses da *Action Française* e na política reacionária do papa Pio X.

No caso do Ceará, como já tivemos a oportunidade de ler, tal projeto buscou fazer da Igreja Católica um instrumento de contenção ao moderno sindicalismo e do “modernismo”, compreendido como um conjunto de valores voltados ao relativismo, ao individualismo e ao laicismo. O tradicionalismo católico, pujante desde a década de 1860, assumia novas tonalidades. Se até 1920 ele se entrincheirava frente aos chamados “valores modernos”, agora busca confrontá-lo na arena mesma da vida social. Assim, num momento particularmente reconhecido como “de crise” – ou seja de “crise dos valores modernos”, a Igreja procura dar a sua resposta, a sua solução para tal crise.

Esta solução passava por uma concepção de vida social cujo caráter hierárquico era evidente. A ação de “extinção da mendicância” foi, de fato, uma faceta de sua essência segregacionista. Desde sempre, como tivemos oportunidade de ler nos artigos citados, a defesa deste expediente era feito em função das necessidades das elites em “afastar a mendicância de suas vistas”. Quando os signatários perceberam que os mendigos continuavam a tráfegar pela cidade, desistiram da colaboração com o projeto. Eles, de fato, não estavam preocupados com uma melhor sorte dos desvalidos, mas sim, em removê-los das ruas.

Todas as ações “sociais” em que a Igreja se envolveu ao longo da década de 1920 levam, inexoravelmente, à mesma lógica segregacionista, excludente e “higienizadora”. As campanhas contra a existência de prostíbulos, de bares, de cinemas e de teatros “imorais”, de casas de apostas, todas elas, sem exceção, apontam para um ideal de cidade fundada num precário ideal de vida apartada da “visão deprimente das misérias humanas”. Quando a Igreja, recorrentemente, pressionava o poder público – principalmente a polícia – para dar cabo dos chamados “indesejados”, “viciados”, “doentes” e “barulhentos”, estava a por em curso a sua concepção de cidade, a sua visão de sociedade e a sua percepção do papel do poder público.

Entretanto, as elites locais não pareciam desejosas em arcar os custos para tal projeto de “higienização” social, pelo menos, não se os resultados demorassem demais a surgir. Se, num primeiro momento, atacou os próprios “desvalidos”, supondo-os “fraudadores” e “espertalhões”, ao longo do tempo, quis admoestar a própria elite local, em razão de sua incompatibilidade com o projeto social apresentado pela hierarquia clerical.

Esses “atritos”, expostos nas primeiras páginas do diário católico, nos permitem ver além das generalizações. Supostamente, as elites urbanas não teriam qualquer incompatibilidade com o projeto de higienização social levado adiante pela Igreja. Uma simbiose entre ambos os interesses poderia permitir à Igreja tornar-se a “porta-voz”, a “representante” das elites. No plano das ideias, isso poderia ser verdade. O problema, pelo que se nota, se dava na esfera prática. Ou seja, da consecução desses projetos, de sua liderança, de sua autonomia.

Quando a Igreja recriminava os excessos da riqueza, o modo de vida cada vez mais hedonista dos ricos, estava se dando conta de que a tarefa de que se dispunha a levar adiante era muito mais difícil do que pensavam das senhoras de caridade. Um estilo de vida cada vez mais frívolo, fundado numa sociabilidade mais mundana, eram sintomas de um processo de autonomização da moral dominante. Momentos de consagração desta sociabilidade, como os “banhos de mar”, o carnaval dos clubes elegantes, as festas, os aniversários, os casamentos, etc, incompatibilizavam as elites com a moralidade imposta pela Igreja.

Reverter esse processo passava por uma constante repressão a tais costumes dissolutos. Ou seja, era preciso, a cada momento, exigir das elites um comportamento adequado à “sã moralidade” católica. Ora, a multiplicação de colunas sociais nas revistas ilustradas, ao longo de toda a década de 1920, denota a dificuldade em suprimir tais comportamentos. Se, no plano político a Igreja era cada vez mais uma força a ser considerada, isso não nos deve levar a pensar que ela tivesse podido, pelo menos num primeiro momento, impor os seus valores frente à moralidade hedonista das elites.

É compreensível que as críticas tecidas às elites, a partir da chamada “imprensa de ideias” e da imprensa católica, estejam impregnadas de forte ambigüidade. Esses grupos, apesar de estarem numa posição de subordinação frente

aos interesses dominantes, deles não se apartam completamente e buscam o seu beneplácito e favor. As dificuldades de compreensão da dinâmica de classes na vida social, fazem com que contradições as mais diversas saltem aos olhos. Isso não acontece, pelo menos não com tanta força, no âmbito do discurso da política, tal como expresso pela imprensa operária. Isso porque a sua situação no campo do poder é de clara marginalização e exclusão. Sob tal ponto de vista as contradições entre os interesses de cada classe são mais evidentes nesses discursos.

O jornal *A Voz do Graphico*, num de seus editoriais, publicara um interessante texto chamado “A Nossa Moral”. Esse texto, como teremos oportunidade de ler, faz um diagnóstico da moralidade perversa das elites e as supostas conseqüências de tais ações. Suas representações, seja do lugar dos trabalhadores na sociedade, como de suas ambições políticas, revela um posicionamento mais claro dos temas que estamos abordando aqui.

“A condição essencial para a moral é, sem dúvida alguma, a sinceridade. Sem sinceridade não pode haver moral.

“Assim, não há boa ou má moral. O indivíduo, se é bom, é moral; se é ruim, é imoral; não há meios termos.

“Engana-se quem diz que o sentimento religioso moraliza; pode reprimir, nunca moralizar. É uma questão de princípios que requer estudos mais ou menos profundos; ao passo que o sentimento religioso é superficial e está em decadência.

“A verdadeira moral tem bases sólidas na verdade científica e experimental.

“Tudo o que nos prejudica moral, física e intelectualmente, isto é, o que nos deprime e avilta, o que afeta a nossa saúde e o que empolga a evolução do nosso cérebro são coisas, são atos, são leis imorais, que devemos combater e banir do nosso convívio para moralizar a vida, tirando os contrastes e paradoxos.

“Onde estará a moral?

“Com o burguês ganancioso e improdutivo que vive para o vil metal, ou com o trabalhador exausto e explorado miseravelmente por um regime injusto?

“Que dirá o leitor a quem eu interpelo com esse dilema torturante?

“Eu direi com toda a minha convicção que a moral não está em nenhum desses dois casos, porque eles não satisfazem ao bom senso, à razão equilibrada. O burguês não pode explorar um seu semelhante reduzindo a um objeto passivo sem que tamanha injustiça tenha conseqüências funestas.

“Assim como o estado inferior a que está reduzido o trabalhador é igualmente fonte de um desequilíbrio que está formando e tem formado todas as revoltas e rebeliões da história humana, partindo dos oprimidos contra os seus algozes opressores.

“Deduzimos de tudo isto que, o sistema capitalista, como base para uma vida social é imoral e, portanto, de efeitos danosos no seio deste conjunto humano que prende em seus nefastos laços de correlação mútua da vida, quer privada, quer pública.

“Deixo de enumerar aqui estes efeitos que produzem as chagas cancerosas permanentes da humanidade, por ser muito exíguo o espaço de que disponho para enumerá-los com eficiência e clareza, mas não me sendo possível tal, os meus leitores e camaradas decerto estarão fartos de ver e sentir todos estes defeitos que se manifestam a cada passo da nossa vida.

“A nossa moral, em resumo muito ligeiro, consiste em sermos sinceros cultivando o amor e a verdade tanto quanto permitir o recursos dos nossos conhecimentos.

“Dentro destas duas palavras se personifica o ideal da humanidade passada, presente e futura, sendo que pra alcançá-lo devemos praticá-lo com toda a sinceridade e convicção desinteressada.

“Amemo-nos uns aos outros com aquele amor que o mestre nos ensinou sempre em suas palavras e em suas obras. Despojemo-nos do nosso orgulho e das efêmeras posições e tornemo-nos grandes pelo coração e pela bondade.

“Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti...

“Este é o mais puro princípio de justiça que a humanidade conhece; e em seu torno é que se tem redigidos todos os códigos do mundo com maior ou menor aparato, segundo a época e o povo que o legisla; e como são sempre os poderosos quem os emenda e os faz executar, põem sempre ao abrigo de suas leis os seus interesses que, sem eles, não poderiam dominar a massa anônima dos nulos, dos trabalhadores, enfim.

“Mas a efervescência do fermento dessa injustiça, cresce, cresce cada vez mais, e tende a afagar, segundo uma lei biológica imutável, e mudar a face das coisas pela transição de uma grande revolução, tão grande que nem mesmo os mais longínquos e despreocupados recantos da terra poderão afastar-se de sua ação reformadora e benéfica.

“Mas não terminarão aí os males da humanidade, os defeitos da espécie humana, sobre todos os aspectos, em que hoje vemos...

“É preciso lutar, sempre lutar, pelo bem e pelo aperfeiçoamento, isto é, pelo Amor e pela Verdade”.¹⁸⁹

A originalidade desse argumento, quando comparado aos demais, está na crítica que esboça ao sistema capitalista, como fonte de injustiça social. O autor escreve claramente que “o sistema capitalista, como base para uma vida social, é imoral”. Este tipo de consideração jamais soou em qualquer veículo político local, fosse de qual posição (a não ser, em bases muito diversas, no jornal *A Esquerda*, de Jáder de Carvalho). Ou seja, o autor estava se esforçando para fugir aos lugares-

¹⁸⁹ A Voz do Graphico (Fortaleza) de 14 de janeiro de 1922. “A Nossa Moral”. Assinado por Zé Mathias.

comuns mais disseminados da crítica política e buscando saídas para a expressão de uma nova compreensão da crise social de seu tempo.

O sistema capitalista então, pela sua própria natureza, instilaria na dinâmica de classe uma imoralidade inerente à dinâmica da relação entre classes. De um lado, estariam os burgueses “gananciosos” e de outro, os trabalhadores “explorados”. Não deduz dessa situação uma responsabilidade intrínseca ao caráter das pessoas em particular, senão uma consequência da própria natureza do sistema. Dado isso, saltam aos olhos as alternativas que encontra para a superação dessa contradição.

O autor, de início, apela para uma moralidade laica e rejeita a solução religiosa (que mais reprime do que moraliza). Mas reivindica como alternativa o caminho da fraternidade cristã. O “amor” e a “verdade”, debitados das palavras do “sublime mestre”, deveria ser a argamassa de uma nova civilização mais justa e menos determinada pelo egoísmo e pela ganância.

Tais posições, que cambiam entre uma crítica visceral ao sistema econômico, à ganância das elites (do “burguês”) e alternativas políticas mais ou menos radicais (do ponto de vista da resistência ou da ação operária) foram bastante comuns nas páginas do jornal. De fato, não correspondiam à sua linha editorial básica. Isso é devido à multiplicidade das contribuições recebidas, fruto do papel que *A Voz do Gráfico* assumia para si, ou seja, de servir como plataforma às diversas opiniões advindas da classe operária.

Sem querer cair no mérito da representatividade ou não desse tipo de opinião como sendo própria a toda classe, é preciso compreender que as suas contradições eram, de fato, fruto dos esforços intelectuais dos trabalhadores para a construção de um discurso próprio. Já havíamos nos referido a tais esforços no capítulo anterior e compreendemos que tais esforços ajudaram a criar uma nova forma de expressão política que não se submete aos lugares comuns da política. Mas, é claro que as contradições fizeram parte dessa trajetória intelectual e revelam as múltiplas influências teóricas que incidiam sobre os elementos dessa “vanguarda” operária.

6. A CRISE PELO AVESSO.

6.1. O humor como dimensão do discurso da política.

Numa de suas várias crônicas, o jornalista Demócrito Rocha contava a história do sargento de polícia e do soldado matuto. O sargento havia perguntado ao soldado se ele sabia quais eram os partidos políticos em conflito nas eleições de 1926, no Ceará. O soldado havia dito que eram dois: o partido que estava “de cima” e o que estava “de baixo”. Aceitando a resposta o sargento então lhe perguntou qual o seu favorito: o do governo (conservador) ou o da oposição (democrata). O soldado asseverou que eram os dois, pois temia posicionar-se e sofrer as consequências disto. No mais, pouco lhe importavam as rivalidades partidárias. Gostava era dos dois. Irritado com a resposta, o sargento ordenou ao cabo que amarrasse o soldado e o espancasse “porque, pelo menos metade dele é de oposição”¹⁹⁰. O soldado matuto pecou por excesso de ingenuidade ou de inteligência? Ou por nenhum dos dois, já que não havia saída na armadilha montada pelo sargento?

Não pode haver estudo sistemático sobre a retórica da política que ignore o humorismo e o anedotário. Ainda que tradicionalmente tais textos fossem relegados a um lugar marginal no conjunto dos discursos políticos, novos trabalhos acadêmicos os têm reabilitado¹⁹¹. Este processo de reabilitação surge da compreensão de que eles falam a partir das “margens” dos discursos consagrados, dos editoriais, das análises de fundo. O fato de assumirem uma perspectiva não habitual da crítica e da análise política os torna particularmente reveladores. Por intermédio deles, as convenções são momentaneamente suspensas: revelam-se o lado patético e coloquial dos figurões, o inusitado do cotidiano político, o absurdo e a gratuidade das situações de crise, a vã e

¹⁹⁰ Jornal O Ceará (Fortaleza) de 26 de outubro de 1926. Hemeroteca da BPGMP. Óbvio que neste caso, o soldado matuto não era eleitor, pois os praças não votavam. O que sublinho com esta passagem é o seu caráter de matuto, não de eleitor, propriamente.

¹⁹¹ SALIBA, Elias Tomé. **Raízes do Riso**: a representação humorística na história brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; MARINGONI, Gilberto. “Humor da charge política no jornal”. In: Revista **Comunicação e Educação**. Volume 3, número 7. São Paulo: ECA/USP, 1996; PIRES, Maria da Conceição Francisca. “Angelo Agostini na história das ideias e dos intelectuais no Brasil”. In: **ANAIS** do IV Seminário Nacional de História da Historiografia. Ouro Preto: UFOP, 2010; GARCIA, Sheila do Nascimento. **Revista Careta**: um estudo sobre o humor visual no Estado Novo (1937-1945). Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 2005; VERGUEIRO, Waldomiro. “O humor gráfico no Brasil pela obra de três artistas: Ângelo Agostini, J. Carlos e Henfil”. In: **Revista USP**. São Paulo: USP, dezembro/fevereiro, 2010/2011 (pp38-49);

inglória competição por cargos e cadeiras, enfim, o mundo político sob uma luz ao mesmo tempo satírica e humanizadora.

O anedotário ocupa um lugar especial no discurso da política, já que, por meio dele, as convenções retóricas mais tradicionais são momentaneamente suspensas e/ou invertidas. Dentre tais convenções retóricas, há aquelas que pressupõem que a política é – por excelência – o espaço da seriedade, em que os problemas e questões por ela suscitados, exigem o compromisso de abnegação patriótica e de responsabilidade social de seus atores. Ou seja, a política não deveria ser o espaço destinado à leviandade, às conclusões apressadas e à superficialidade, mas sim, a esfera de ação do cidadão comprometido com os destinos da *polis*.

A política demandaria a seriedade para lidar com os altos desígnios a que se propõe a discutir e apreciar. Tal seriedade não remeteria somente às proposições, aos argumentos, mas também a um posicionamento de idoneidade moral. Conduzir-se corretamente em público reforçaria os argumentos retóricos da política. Retórica e moral, mais uma vez, se dão as mãos.

Ainda assim, o anedotário conta com uma larga trajetória no âmbito do discurso da política. A contradição por ela revelada (altos desígnios x leviandade; realidade x sentido) é, de fato, só aparente. Isto porque a retórica política tem a pretensão não só de convencer, arregimentar, propor ou suscitar a ação dos sujeitos, mas também a de desmobilizar o oponente. Neste esforço de desmobilização, os argumentos não necessitam ser apenas de ordem racional ou lógica¹⁹², mas incluem, ao mesmo tempo, estratégias discursivas que procuram desmoralizar, fazer descreer, expor ao ridículo, enfim, por em desvantagem um oponente (que pode ser uma ideia, um partido, uma pessoa, uma situação).

Quando se colocam em cena aspectos incongruentes entre realidade e sentido, expõem-se, ao mesmo tempo, a inconsistência dos apelos semânticos à autoridade gerando, por sua vez, o riso.

¹⁹²O riso é um argumento não-racional? Segundo Verena Alberti: “Pensar o riso sempre significou posicionar-se, ou posicionar o objeto das próprias reflexões, num terreno intermediário entre a razão, porque o riso é ‘próprio do homem’ e não dos animais, e a não-razão, a ‘paixão’, a ‘distração’, a ‘loucura’, o ‘pecado’, etc. -, porque o riso não é próprio de Deus”. ALBERTI, Verena. **O riso e o risível na história do pensamento**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. (p.8);

O riso, sob este aspecto, tem uma força incontestável. Ele expõe, quase que imediatamente, a fragilidade das aparências que a retórica tradicional reproduz. O recurso ao risível, ao ridículo, inverte as expectativas venerandas com as quais os atores políticos procuram se encobrir. Não há nada de mais engraçado do que isto, ou seja, a da exposição da vaidade alheia cuja percepção de si se põe em alta conta. A subversão moral que o riso promove, põe o expectador numa posição de superioridade diante daqueles que, comumente, se arrogam da excelência das suas próprias virtudes, da sua moralidade.

Ao mesmo tempo em que desvela e expõe, o riso amedronta e ameaça. Ninguém quer “expor-se ao ridículo” ou ser tomado como um trapalhão, desajeitado ou tolo. Isto produz um constante “estado de atenção” daqueles que ocupam o espaço público, pois são vítimas potenciais dos seus argumentos corrosivos. Não por acaso, a imprensa política cearense entre 1916 a 1930, está cheia de rebates daqueles que se veem ofendidos pelos “engraçadinhos” de plantão. Some-se a isto o fato de que, quanto mais se reage à exposição ao ridículo, mais a pecha tende a se estabelecer. Nogueira Acióli nunca se desvencilhou do apelido de “Babaquara”; Floro Bartolomeu era chamado ironicamente de chefe dos “mansos cordeiros” (ou seja, de jagunços) e João Tomé ficou conhecido como lunático por supostamente ter inventado uma máquina que faria chover no sertão.

Dito isto, faz-se necessário sublinhar o caráter social e coletivo do riso. Segundo Henri Bergson: “Para compreender o riso, impõe-se colocá-lo no seu ambiente natural, que é a sociedade; impõe-se, sobretudo determinar-lhe a função útil, que é uma função social (...). O riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma significação social” (BERGSON, 1983, p.9). O objetivo da reflexão aqui desenvolvida nasce do esforço de remeter tais argumentos ao universo das práticas sociais e de suas representações (dentre as quais o imaginário político) que lhes subsidiam e lhes conferem sentido. Não há, assim, qualquer possibilidade de encarar o anedotário político sem referenciá-lo ao mundo com o qual ele interage.

Sendo o riso um fenômeno social, alcançar-lhe o significado exige, pois, a reconstituição de significado do contexto a que ele se refere. Não é à toa que falamos que a piada velha é sem graça. Isto se dá não só porque a piada já perdeu o seu caráter de surpresa, mas também, porque o contexto já não nos é mais natural. O historiador,

nestes casos, depara-se sempre com situações que, em grande parte, já não têm mais graça alguma em função do desconhecimento precário do referente que se perdeu. A sátira, por exemplo, só “funciona” na medida em que se tem pleno conhecimento do referente, já que seu humor é, fundamentalmente, social.

No âmbito específico do discurso da política, o anedotário assume diferentes gêneros, cada um dos quais remetendo a um aspecto diverso do humor e cumprindo, por isso, diversas funções. Na imprensa política cearense os gêneros mais recorrentes são a sátira, a ironia, a maledicência (o sarcasmo), a crônica de costumes e o chiste espirituoso. Ainda é possível falar em paródias, no humor negro, na caricatura, mas estes tinham um peso menor. Cada um destes gêneros, por sua vez, se utiliza de estratégias discursivas próprias para a consecução do seu intento, qual seja, a desmobilização do oponente.

Na obra “Raízes do Riso” (SALIBA, 2002), o historiador Elias Tomé Saliba se ocupa da difusão e popularização do humorismo nos jornais da capital federal e de São Paulo. Seu estudo, cujo escopo ultrapassa a questão política mais cotidiana, problematiza a emergência da questão nacional por intermédio do humorismo ao longo das décadas de 1900 a 1940. A análise que Saliba constrói articula uma série de elementos capazes de situar e explicar a natureza do humorismo que então se fazia, buscando as chamadas “condições de produção” de tais textos. Neste sentido, o autor confere singular importância à consolidação de um mercado editorial (de jornais e revistas), de um parque gráfico moderno (que permitisse a reprodução de imagens) com um público consumidor de bens culturais. Tal articulação permitiu o nascimento de um novo periodismo, em que jornais e revistas não são apenas folhas políticas, mas também veículos que propiciam entretenimento a seu público. O vínculo cada vez mais estreito entre jornalismo e publicidade também acaba por ser um elemento vital para a constituição deste novo periodismo.

Comparativamente a situação de modernização gráfica, de ampliação do mercado consumidor de bens culturais e de afirmação do entretenimento a partir da imprensa em São Paulo e no Rio de Janeiro, o patamar da imprensa cearense encontrava-se ainda muitos degraus abaixo. Na realidade, a imprensa local ao longo das décadas de 1910 e 1920, continuava a ser amplamente partidária, tal como havia sido no último quartel do século XIX. Tais jornais se sustentavam com o dinheiro e o

prestígio dos partidos, que, basicamente, garantia maiores tiragens. A análise do anexo 1 “Jornais e Periódicos Cearenses” deixa isso bem claro. Apenas os jornais *O Ceará* e *Gazeta de Notícias* conseguiam alcançar tiragem superior a mil exemplares diários, sem serem oficialmente sustentados por partidos políticos. E isto apenas ao longo do ano de 1925.

Quando se falam em revistas, que pudessem ombrear-se com suas similares do Rio de Janeiro e de São Paulo, restam poucas publicações. *O Ceará Ilustrado* do jornalista Demócrito Rocha era uma delas. Esta revista, composta com os modernos meios de impressão, permitia uma ampla reprodução de figuras, fotos e tipos, que certamente, contribuíram para torná-la um sucesso de público. Além disso, apesar de haver em *O Ceará Ilustrado* artigos de fundo e editoriais mais “sérios”, a revista dedicava-se basicamente ao colunismo social. Costumeiramente suas capas reproduziam fotografias de moças em seus aniversários de quinze anos ou em festas nos clubes da cidade. A linha editorial, neste sentido, cumpre à risca o objetivo de alcançar o público-alvo: as elites urbanas. Mostram tais elites em seu cenário habitual, nos seus palacetes, nos clubes, nas suas associações. E nos seus momentos privilegiados de distinção social: nos congraçamentos, bailes, festas, aniversários.

Havia ali algum espaço para o humorismo, mérito exclusivo de Demócrito Rocha, ainda que competindo com poemas, concursos, artigos diversos, publicidade, e principalmente, fotografias. Sobre o *Ceará Ilustrado* voltaremos adiante.

Os jornais partidários mais tradicionais, apesar de ainda manterem uma diagramação típica do final do século XIX, com muitos textos amontoados, fragilmente organizados por colunas, quase sem ilustração alguma, traziam frequentemente, uma coluna humorística. Mas este humorismo corria um grave risco, que era o risco do teor partidário. Assim, pode-se falar, sem reservas, num humorismo mais satírico, ácido, beirando a descompostura pura e simples. É raro, neste tipo de humorismo, o olhar “marginal”, ou seja, que se constitui acima de qualquer compromisso com o “establishment”.

Mas, ainda assim, nestas folhas partidárias, foi possível vir a lume a desconcertante figura de Deolindo Barreto. Sua coluna bissemanal “Cartas a Cunceição”, publicada no jornal *A Lucta* de Sobral (órgão do PRD local), está para o humorismo cearense, como o Juó Bananère, Cornélio Pires (e os macarrônicos) para o

humorismo de São Paulo (SALIBA, *op. cit.* pp. 170 e ss). Ou seja, é o humorismo que se faz à custa da construção de tipos populares, lançando mão de seu falar, do sotaque, da sua maneira de enxergar as coisas. Elias Tomé Saliba, ao discutir o humorismo macarrônico, que se estribava em tipos populares, meio caipiras, meio italianos, via neste movimento um vínculo com a própria questão nacional, então em voga. Ou seja, ao mesmo tempo em que tais personagens capturavam uma essência do ser nacional (a partir de seus tipos regionais), também contribuíram para uma inversão do projeto nacional tal como idealizado pela alta literatura.

No caso específico do humorismo político produzido no Ceará ao longo das décadas de 1910 e 1920, é possível distinguir quatro situações distintas. Em primeiro lugar, as chamadas “farpas” políticas, de caráter satírico e irônico e as suas situações mais gerais; após, a crônica dos costumes políticos, centrada na figura do “eleitor matuto” e na contribuição singular de Deolindo Barreto; em seguida, a análise das sátiras infames do pasquim *O Diabo a 4* e, finalmente, a análise cômica dos bastidores da política sob a ótica de Demócrito Rocha.

A partir dessa seleção torna-se possível um olhar mais representativo acerca do humorismo político tal como foi construído pela imprensa cearense. Assim, vão se revelar tais aspectos marginais da retórica política por intermédio das situações mais invulgares do cotidiano e do olhar alternativo que tais jornalistas produziram.

6.2. As farpas e o humorismo político na imprensa cearense.

O humorismo político cearense se estruturou a partir da conjugação de duas situações arquetípicas: a primeira foi a sátira dos costumes políticos, a segunda foi o ataque pessoal, as chamadas “farpas”.

No caso da sátira dos costumes políticos, certos personagens são recorrentes: o chefe político interiorano, geralmente inculto e de aspecto patriarcal; e o matuto, fosse ele eleitor ou não. O matuto pode vir a ser caracterizado como um ingênuo, ou como alguém que se utiliza de uma suposta ingenuidade para levar vantagem sobre os seus adversários.

Já a situação das farpas é diferente. São ataques pessoais, achincalhes, fruto da língua viperina dos cronistas da terra. Querem demolir reputações, expor o ridículo e o patético de certas situações, zombar, ou como dizem no Ceará, “mangar”.

Ambas as situações têm uma história bastante longa. Basta dizer que, se a literatura cearense começa com a obra de Juvenal Galeno, podemos encontrar nela, manifestações bastante claras deste tipo de humorismo. Galeno chegou, inclusive, a escrever duas obras alicerçadas somente nesta expressão do humor político: os *Folhetins de Silvanus* e *A Machadada* (SILVA, 1969).

No caso específico dos *Folhetins de Silvanus*, antes de serem publicados em livro, saíram nas páginas do jornal *Constituição*, órgão do Partido Conservador. Os folhetins eram assinados por Silvanus e expressavam uma feroz crítica aos valores modernos em oposição à pureza dos valores tradicionais. Neste sentido, o político interesseiro é o alvo preferencial da pena do cronista. No folhetim intitulado “Tobias”, Silvanus escreve:

“Do mundo em certo pedaço,
Não se perde ocasião
De elogiar o ricaço...
Embora seja um ladrão!

“Eis o grande Tobias... desta terra,
O rico cidadão...
Homem sério, sisudo, grave, austero...
Que espera ser barão...

“Mas, aqui em segredo... É um finório
O rico cidadão:
Para a fama gozar de caridoso,
Que aparato se estende um dia a mão!
Concorre alguma vez para as novenas,
Que, judeu, quer passar por um cristão!
Vai à missa ao domingo, a frequentada
Da gente mais elevada...
Da gente de posição!
Aparece, quando lucra aparecendo,

Até numa eleição!...
E nunca, nunca esquece o jornalismo
O rico cidadão...
E por isso nas locais
O incansável repórter não enjeita
O mais fútil pretexto de exaltá-lo;
O jovem folhetim vem osculá-lo,
Com sorriso nos lábios... de corais;
E o sábio gazeteiro
O louva, com prazer, no andar primeiro,
Nos seus editoriais. (...)" (SILVA, *op. cit.* pp. 150-151).

A estratégia narrativa sublinhada na sátira de Juvenal Galeno escora-se entre, por um lado, sobre as vãs pretensões de Tobias em “ser barão” e a sua astúcia melindrosa em cercar-se de uma aura de respeitabilidade e honradez de que, efetivamente, não as possui (“é um finório!”). A vaidade de Tobias é, clinicamente, alimentada por aqueles que dele esperam algum retorno: favor, ocupação e prestígio advindo da associação com o protagonista. Párocos, políticos e jornalistas compartilham desta hipocrisia socialmente aceita, que é a bajulação. A sátira, pois, desvela o que estava encoberto, ou seja, as secretas intenções de Tobias e a falsidade interessada de seus amigos. O efeito cômico da sátira só estará completo, contudo, se houver a pressuposição de que o leitor conhece o seu referente, ou seja, de que sabe do que se trata, do que se está a falar. Para nós, que estamos distantes, o efeito cômico é parcial, já que, ainda que tenhamos consciência do que é hipocrisia, não sabemos ao certo se o protagonista do folhetim teve uma existência real ou se foi apenas uma generalização do autor para se referir à hipocrisia e à vaidade em todos os tempos.

Outrossim, nestas ocasiões, a ironia pode facilmente descambar no sarcasmo. O sarcasmo foi reputado, no Ceará, como “maledicência”, ou seja, como uso viperino da língua. O maledicente, consciente da leviandade e da infâmia dos seus argumentos, não pode se desvencilhar do disfarce, do anonimato, sob o qual se protege e se encobre. Assim, enquanto conhecemos a identidade real de muitos satiristas políticos, isso não se repete com os maledicentes. Suas colunas são obscuras e os fatos que narram, evidentemente, só fazem sentido se o leitor estiver a par de certas

filigranas, de aspectos muito particulares do cotidiano narrado. Isto ocorre porque o maledicente quer revelar um segredo que, com esforço, se oculta.

Quase todos os jornais políticos do Ceará traziam esta espécie de “farpas”, como então eram conhecidas as maledicências. Havia, inclusive, jornais dedicados exclusivamente a este “estilo” do discurso da política, como, por exemplo, *A Farpa*, de Fortaleza. Este é o caso da coluna “Flechas & Mechas: coisas velhas e novas” de autoria de um certo *Cá & Faz* (que nos remete ao sumo-sacerdote bíblico *Caifás*, que exigiu a condenação de Jesus) publicadas em *O Jornal* de Fortaleza, no ano de 1916. O tema dominante da coluna eram as candidaturas frustradas a vários cargos do novo governo estadual. Períodos de transição política – no caso, entre as quadras governativas de Benjamin Barroso e João Thomé – traziam consigo muita expectativa. A boataria grassava desimpedida e por trás dos holofotes, muitos interesses se enredavam no pesado jogo da política. Detectando um verdadeiro balcão de negócios envolvendo cargos no governo, o colunista *Cá & Faz* aproveitava para por em ação sua mordacidade:

“Candidatos vítimas:

1. Dr. José Jácome, candidato à prefeitura de Sobral, vítima de sua ingenuidade;
2. Dr. Plínio Perdigão, candidato benjamínico ao juizado substituto de Soure, vítima de sua bohemia;
3. Dr. Jorge Severiano Ribeiro, candidato a uma cadeira na Academia, vítima de suas próprias extravagâncias.
4. Dr. Leiria de Andrade, candidato a uma reeleição, vítima da opinião pública;
5. Dr. Sylla Ribeiro, candidato a uma comarca à margem da estrada de ferro, vítima de seu laborismo;
6. Joaquim Hollanda, candidato à 2ª delegacia policial, vítima da bomba;
7. Dr. Joao Guilherme Studart, candidato à deputação federal, vítima de absorpção de sua família;
8. José Cândido de Araújo, candidato à deputado estadual, vítima da urucubaca;
9. Dr. José Lino da Justa, candidato à presidência do Estado, vítima do deputado Moreira da Rocha;
10. Dr. Álvaro Fernandes, idem, idem, vítima de sua vaidade;

11. Rodolpho Ribas, candidato a comer maná do céu, victima das victimas.”¹⁹³

Os “candidatos vítimas” foram aqueles cujos interesses se frustraram com a ascensão do novo governo. As razões apontadas para o fracasso de suas intenções são de várias categorias e envolvem as sutilezas próprias do jogo político. Como o próprio autor sublinha, a vaidade, a ingenuidade, a boemia, as extravagâncias juntam-se às circunstâncias próprias do cotidiano político (o laborismo, a opinião pública), à surda guerra de influências pessoais e até ao azar (a urucubaca). O cenário que se descortinava era de complexidade e de imprevisibilidade no mercadejamento político por cargos no governo. Considerando que a adesão ao governo era condição necessária para qualquer exercício de poder ou de influência, é de se pensar o quanto tais momentos eram cercados de apreensão, de insegurança e, conseqüentemente, de frustração para aqueles que não alcançavam os seus fins.

Ainda que a leitura do trecho citado possa ser ilustrativa de certo contexto de negociação política, não se pode negar que a veia humorística perdeu quase todo o seu frescor. Ainda que tentássemos reconstituir a trama que deu origem às “vítimas”, estamos por certo, alheados da significação viva daquele cotidiano. O caso de João Guilherme Studart, por exemplo, que é descrito como “victima da absorpção de sua família” se origina da não indicação do mesmo para compor a lista de candidatos oficiais à deputação federal em 1915. Sua exclusão da lista causou surpresa, já que o próprio militava há anos nas fileiras da facção “marreta”, grupo de sustentação do presidente Benjamin Barroso. Conseqüentemente, Studart experimenta um pronunciado ocaso político, que o afasta do jogo do poder. Estando assim, desprestigiado, “por baixo”, como se dizia então, seu nome sequer foi cogitado para a composição do novo governo, decretando, finalmente, o seu ostracismo¹⁹⁴. Ora, somente alguém plenamente ciente das artimanhas do mercadejamento político tinha a real possibilidade de rir-se de tal episódio.

¹⁹³ O Jornal (Fortaleza) de 4 de outubro de 1916 (p.1). A menção aos “candidatos victimas” prossegue ao longo dos três números subsequentes de *O Jornal* (6, 9 e 11 de outubro de 1916), sempre publicados na coluna “Flechas e Mechas: cousas velhas e novas”.

¹⁹⁴ Tal situação é narrada por intermédio da publicação de uma série de cartas abertas no jornal “Correio do Ceará” de 26 de março de 1921. Nelas, a família Studart (os irmãos João Guilherme, Adalberto, Oswaldo e Eduardo) rompe publicamente com o chefe marreta, general Tomás Cavalcante. As réplicas do general também são publicadas na referida edição e no jornal *A Tribuna* de 17 de abril de 1921.

A comicidade da intriga também poderia descambar para a mordacidade pura e simples. O jornal *A Tribuna* trazia um imaginário encontro entre os chefes do “partido marreta” a confabularem a formação de uma chapa para as eleições de 1921:

“Se não mente a voz do povo, que dizem tão segura e verdadeira quanto a de Deus, a reunião da executiva marreta convocada para deliberar sobre a organização da chapa com que o partido vae disputar as proximas eleições, correu agitada, e mesmo um tanto ou quanto menos reverenciosa. Reunidos os diversos paredros, o sr Aurélio de Lavor foi logo ferindo o assumpto, interpellando um a um os collegas presentes:

- General (Tomás Cavalcanti, líder dos marretas), qual é a sua opinião relativamente a organização da chapa conservadora?

- Voto pela reeleição da nossa bancada – responde o sr Thomaz Cavalcanti.

- Dr. Hermínio Barroso, o seu voto?

- Também pela reeleição...

- E o sr, dr Marinho (de Andrade, deputado federal)?

- Também...

- E o sr, dr Frederico (Borges, deputado federal)?

- Ainda pela reeleição.

“O sr Lavor, chegado a esse ponto, achou que a unanimidade dos votos favoráveis aos quatro representantes marretas na Câmara Federal, já se tornava irritante, e clamou, erguendo-se:

- E eu, e os amigos que, como eu, se têm sacrificado pelos interesses do partido a que veem prestando os seus serviços de há longos annos – o que teem esses amigos, qual o premio de sua lealdade e de sua dedicação?

“O dr. Hermínio quis, então, entrar em explicações, fazendo ver ao collega que certas conveniências, como o facto de já serem elles, os quatro, bem relacionados na câmara, onde seriam reconhecidos com mais facilidade, impunham aquella medida política, etc.

- Pois seu Macacão (eufemismo para negro ou pessoa de pele escura), fique certo de que me vou apresentar pelo 2º districto – redarguiu o sr Lavor.

- E eu, pelo primeiro, adeantou-se o sr José de Borba.

- Mas, seu Borba, você assim me desgraça no 1º districto – bradou, afflictio o sr Hermínio;

- E você, algum dia, teve em consideração não me desgraçar?”¹⁹⁵

O caso em questão trata da crise em que se envolveu a facção marreta, liderada por Tomás Cavalcanti e que alcançou o seu auge durante o governo Benjamin Barroso (1914-1915). Em 1921, essa facção se esfacelou devido a dissensões internas e foi absorvida pela ala aciologista do Partido Republicano Conservador. A situação

¹⁹⁵A Tribuna (Fortaleza) de 1º de fevereiro de 1921 (p.1 “Um final de acto”);

narrada quer representar este estado de coisas. Diante da perda de poder e de prestígio político, os membros mais antigos procuram resguardar a sua influência contra a pressão dos membros mais novos, como Aurélio de Lavor e José de Borba Vasconcelos. Estando o impasse armado, o conflito levaria inevitavelmente à dissolução da facção. Ainda que tal passagem não seja realmente “humorística”, ela é de feição satírica. Procura revelar como os homens se apegam desesperadamente aos fiapos de poder que ainda lhes restam, num verdadeiro “salve-se quem puder”. É este, basicamente, o tema da sátira política, o de por a imagem reverente dos grandes líderes numa situação que beire o ridículo e o risível, mostrando-os como pessoas comuns, que têm de lidar com situações embaraçosas.

O outro lugar do humorismo político cearense foi, como adiantamos, a crônica dos costumes políticos. Aí, o foco se volta contra o chefe político e o eleitor matuto, contra o soldado, contra (e às vezes, a favor) o homem simples do interior. Este tipo de reação humorística tem raízes no conflito latente entre capital e interior, no qual os homens da cidade vêem seus conterrâneos do interior com um olhar de superioridade. Este olhar de superioridade, por sua vez, é fruto da própria impotência política da capital frente aos interesses dominantes interioranos. A primeira representação é a do chefe político local, o coronel, visto como inescrupuloso, violento e, principalmente, parasita dos recursos públicos, que os utiliza como se fossem seus. Representativa desta situação é a pequena crônica a seguir intitulada “No Sultanato do Crato” e publicada no jornal *Diário do Ceará*, órgão do Partido Republicano Democrata.

“Releva notar que o candidato accyolino a prefeito do Crato nenhuma ligação de família tem com o coronel Antonio Luiz, proclamou hontem o organ do Partido, annunciando estar assentada a candidatura do excelente Zuza da Botica.

“Essa observação é mui importante, e o vespertino faz muito bem em destacad-a porque encerra facto virgem na história política do Ceará: - um membro da família Accioly (no caso o coronel Antonio Luiz), poder dispor de um emprego público e não o dar a um membro da família, infringindo, dessa forma, princípio básico dos estatutos do partido do Sr. Accioly.

“Já estávamos a mandar os nossos parabéns ao coronel Antonio Luiz, quando um espírito irreverente, desses que procuram sempre ver a face real das coisas sob festos de aparente despreendimento, veio nos soprar aos ouvidos que de facto o Sr. Zuza não é parente do Sultão do Crato, mas que só irá abiscoitar o lugar porque na família privilegiada não resta mais uma única pessoa carecida de emprego! Estão collocando todos os parentes e nem um delles queria trocar o optimo que tem pelo bom da

prefeitura, a começar pelo Sr. Antonio Luiz, com a sua cadeira na pataca, a sete contos por anno e prestígio ainda por cima”¹⁹⁶

Para o leitor da época, as primeiras linhas da história remetiam imediatamente ao tropo da ironia, pois, como se leu, ele detinha o conhecimento pressuposto de que estava a ler um jornal democrata e que por isso, ali os conservadores só apareciam para serem ridicularizados. A ironia da situação nasce da circunstância de que o fato narrado (a indicação do “excelente” Zuza da Botica para concorrer à eleição de prefeito do Crato) resultasse de um “aparente despreendimento” (“Já estávamos a mandar os nossos parabéns”) da oligarquia dominante. Mas a sátira irrompe com força na conclusão (“não resta mais uma única pessoa carecida de emprego!”), desfazendo os supostos equívocos do argumento irônico.

A ironia é o modo privilegiado da linguagem com o qual operava o jornalismo político cearense. Na medida em que os editoriais teciam mútuas acusações e reportavam-se uns aos outros com frequência, a ironia funcionava ao mesmo tempo como prova de superioridade moral e como disfarce de uma convivência civilizada. Mas isso não necessariamente tem de ser engraçado: às vezes é mordaz, cáustico, diletante e soberbo. Numa arena como o jornalismo político, de extrema competitividade entre as facções organizadas, em que estão em conflito os interesses pessoais e as vaidades individuais, a ironia tem que ser o tropo dominante pois que, ao mesmo tempo em que desdenha, revela certa condescendência arrogante relativamente ao adversário.

Se a família do coronel Antônio Luiz era retratada como “astuta”, monopolizando os cargos públicos no seu interesse privado, também havia espaço para piadas mais leves, em que o chefe político do interior nada mais é do que um ingênuo:

“Aqui vai, a título de curiosidade, sem commentario, um dialogo que certa pessoa teve com um novo Lycurgo:

“- Então, dr., o sr. agora vai ser deputado?

“- É, assim querem...

“- E pelo 3º districto, uma zona populosa, em que terá muitos votos.

¹⁹⁶Diário do Ceará (Fortaleza) de 24 de setembro de 1926 (p.2)

“- Home, eu não entendo desse negócio de districto não; eu vivo arredado disso”.¹⁹⁷

O pequeno diálogo, sem se referir a pessoa em particular, põe em cena a figura simplória do chefe de aldeia, como então eram chamados os políticos cuja base eleitoral ficava nas zonas mais afastadas. O chefe em questão, ainda que não soubesse o que era um distrito eleitoral, era saudado por seu interlocutor como doutor (dr.). A sua frase final (“eu vivo arredado disso”) leva a crer que o chefe tomava distrito por outro sentido, talvez de caráter suspeito (“distrito” da luz vermelha e “zona” são eufemismos para prostíbulo). Mas o mais interessante é o seu primeiro comentário: “É, assim querem”, que enfatiza os chamados “acordos de gabinete”, feito entre as lideranças do partido na hora de confeccionar as listas partidárias. O político interiorano não tem sobre a sua candidatura, nenhum controle: nem plataforma, nem estratégia para vencer as eleições. Tudo já está decidido.

A violência dos coronéis, praticada contra os seus adversários políticos, também era uma situação cuja representação era bastante comum. Aqui entram em cena as situações que envolvem a polícia e o eleitor da oposição. O clima é sempre lúgubre, mais do que realmente engraçado. Este poema foi publicado no jornal *A Farpa* de Fortaleza e reproduzido no jornal *A Imprensa*, de Sobral:

“POLICIAL

- Si decida agora, cabra,

Vamos vê, preste atenção:

O você vota cum nós

Ô sisprita no facão!

ELEITOR

- Desne o Franco Rabello

Qui eu num voto cum voceis;

Mais dextá cabra marvado

Cê mi paga o qui mi feiz...

POLICIAL

- Rabellista nesta joça

É capaiz di i pru buraco

Apãindo qui nem couro

¹⁹⁷O Sitiá (Quixadá) de 26 de abril de 1925 (p.2)

Da genti pisa tabaco!
ELEITOR
- Ói: a lei inleitorau
Lá do seu gunvernadó
É tão boa qui só entra
Cum flande e chiqueradó...
POLICIAL
- Tapa a bocca miserave
Oia dereito pra mim
Num fale mais do gunverno
Qui aquilo é um santohomenzim
ELEITOR
- Seu patrão, seu Moreirinha
Dá até prum bom rezado
Dá pra tudo nesse mundo
Mais não pra gunvernador...”.¹⁹⁸

O trágico da situação, o de um homem sendo ameaçado de espancamento por um policial, quer se atenuar pela reprodução da coloquialidade da linguagem sertaneja. É possível conjecturar se tal situação foi considerada engraçada na época (1926), mas hoje, tal padrão de humor seria, simplesmente, inaceitável. Em todo caso, se o eleitor parece guardar certa convicção política, o policial nada mais é que um simplório. Não compreende sequer a natureza da função que exerce, pois é um instrumento nas mãos de interesses políticos mais poderosos, frente aos quais cumpre obedecer. À época, o poema surgiu no contexto de acirrada disputa política pelas prefeituras do interior e o PRD (rabelista) acusava o partido rival (PRC, aciologista) de usar da força policial para constranger o eleitor. Questões de sensibilidade à parte, a situação é bastante representativa de um tipo de humor que quer caricaturar o homem do povo e conseqüentemente, a opressão a que está sujeito (ambos estão sujeitos à violência: o eleitor pelo policial e o policial pelo governo que o tiraniza).

Mas, outros aspectos também são recorrentes na representação do homem sertanejo, do matuto. Por um lado, havia a constante tentativa de fazê-lo parecer

¹⁹⁸A Imprensa (Sobral) de 1º de dezembro de 1926 (p.1)

ingênuo, vítima dos espeertalhões; e, por outro lado, também existia sua representação como esperto, inteligente, que sabia usar da aparente inocência para impor-se em determinada situação. O primeiro caso (da inocência) é exemplificado como segue:

“Parahyba, janeiro – Em artigo publicado no “Norte”, narra o dr. Julio Maciel um interessante factó occorrido no município de Sapé, e do qual foi quase testemunha.

“Um agricultor, tendo roçado certa área e nella cultivado algodão, recebeu mezes após, cheio de surpresa, uma proposta para compra de sua modesta plantação, por um preço que elle julgou verdadeiramente fantástico.

“Esse pobre lavrador, vivera sempre, como a maioria dos seus irmãos de officio na mais negra miséria.

“Com essa explicação, comprehender se o espanto do homem ante uma quantia que não commoveria o mais pobre político nacional. A offerta fora de 400\$000.

“Feito o negocio e mettido o dinheiro no bolso, foi o “novo rico” para a casa. Anoteceu. Um vago receio de ser roubado assaltou-o. Com o correr das horas, esse receio foi augmentando, e o afortunado cidadão perdeu o somno. Resolveu ficar de guarda; sua casinha de palha não oferecia segurança. Alta madrugada, porém, foi se lhe a paciência e elle querendo dormir e não encontrando outra resolução para o caso, resolveu queimar o dinheiro. “Cessada a causa, cessaria o efeito”, pensou e poz em pratica sua Idea.

“Pela manhã sua velha companheira encontrou o profundamente adormecido: sua consciência estava tranquila!

“O dr J. Maciel não menciona o nome desse philosopho e nem se sua esposa se conformou com a sorte”.¹⁹⁹

Já a situação seguinte (a do falso ingênuo) se apresentava desta forma:

“O nosso matuto sempre foi um desiludido quanto ao acabamento das grandes obras do nordeste brasileiro. Ninguém o convencia poderem ellas um dia ter o fim efficiente que era de esperar, máxime quando, havendo falta absoluta de numerário, o governo teimou em prosseguir com o serviço por meio de uma ilimitada emissão de vales que mais serviu para enriquecer meia dúzia de filhotes. E isto constituiu, não há dúvida, grande erro administrativo.

“Foi, pois, na época de grande atrazo de pagamento, que o Sr dr Arrojado Lisboa, chefe supremo dos destinos das seccas, entendeu de visitar o nordeste, em inspeção aos serviços em andamento.

“Percorria este profissional o local de uma das grandes barragens, cremos que Poço de Páus, quando se apresentou em meio ao grupo que o acompanhava, um velho sertanejo, indagando:

“- Quá-lo-é dos moços o seu dotô Arrochado?...

“É de imaginar a estupefacção das pessoas ali presentes ao ouvirem o natural truncamento do matuto cearense ao nome do illustre engenheiro

¹⁹⁹Diário do Estado (Fortaleza) de 25 de fevereiro de 1928 (p.1 “Philosophia de um caipira”);

pronunciado de uma fôrma diferente, é verdade, mas com número de sílabas igual, e de synonymia quase identica na linguagem popular!...

“Ante a insistencia do original interpellador, um dos assistentes, conhecedor do meio rústico e receioso de maiores vexames, porque o nosso sertanejo pecca pela sua rude franqueza de encarar e dizer as coisas, como entende o seu bestunto, não admittindo a menor, absolutamente a menor desconsideração à sua pessoa, aponta o vulto venerável e respeitoso do gorducho chefe, a cujo gesto adianta o homem à queima-roupa:

“- Seu doutô vamicê é um home arrochado mesmo como tá dizendo o seu nome! Querê pur força fazê um açudão deste tamanho, fiado, sem dinheiro nenhum e a custa do nosso suó!... Tem muita corage seu doutô arrochado!...

“Nunca, em toda a sua vida, o dr Arrojado Lisboa teve tamanha cábula”²⁰⁰.

Esta duplicidade na representação dos tipos populares tinha, efetivamente, razão de ser. Quando se trata da positividade, estamos diante de uma postura que remete ao romantismo de Juvenal Galeno, que opunha a cidade (como o espaço da modernidade e, conseqüentemente, da degradação dos valores autênticos) ao interior (que deveria ser preservado da ação maléfica dos valores modernos). Neste caso, a cultura sertaneja é resistente às influências externas que a descaracterizam e a pervertem. Por outro lado, quando se trata da negatividade, há uma miríade de posicionamentos teóricos que podem, ao mesmo tempo defender a necessidade de integração do homem do sertão, por intermédio da educação, na modernidade (postura liberal); ou então, a fria constatação de que sua inteligência é limitada em razão dos determinismos biológicos e geográficos (postura determinista); ou, finalmente, que sua condição de atraso resulta da cultura, baseada em processos rotineiros e tradicionais em detrimento da racionalidade.

Entretanto, além de todas estas categorizações, houve espaço para uma completa subversão da na caracterização do homem sertanejo, principalmente como um eleitor “matuto”. Quem constrói esta panorâmica é o impagável Deolindo Barreto, como se lê a seguir.

²⁰⁰O Sitiá (Quixadá) de 7 de dezembro de 1924 (o caso é narrado por Eusébio de Souza);

6.3. Deolindo Barreto e as “Cartas a Cunceição” (1919-1923).

A situação de Deolindo Barreto no campo do poder político é bastante diversa daquela vivida por Demócrito Rocha, Fernandes Távora, Júlio Ibiapina ou mesmo Jäder de Carvalho. A estes nada deve no que diz respeito ao talento de escritor e, sob certa perspectiva, sobrepuja-os facilmente. Foi um grande polemista, satirista, humorista e criador de personagens impagáveis, dentre os quais se destacam o de Bastião Pedreiro, Cunceição e Philó, tema destas linhas. Angariou, ao longo de sua carreira de jornalista e de redator do jornal *A Lucta* (órgão do PRD de Sobral) muitos admiradores e também muitos inimigos. Mas, diferentemente de seus colegas da imprensa de Fortaleza, Deolindo Barreto não teve a oportunidade de trilhar uma carreira política própria, independente. Antes disso, foi assassinado, em plena Câmara Municipal de Sobral, por dois desafetos seus, do partido rival. Ainda que esta tragédia não tivesse ocorrido, é importante lembrar que o lugar social de onde fala Deolindo marca decisivamente a sua trajetória intelectual e é a partir deste lugar social que deveremos iniciar a análise dos seus textos humorísticos.

Deolindo Barreto não possuía diploma de estudos universitários. Não provinha das classes médias urbanas, não tinha família bem situada economicamente. Ao que tudo indica, foi um autodidata, desprovido de maior educação formal. Rapaz inquieto e inteligente, levou uma vida inconstante e atribulada. Antes de 1912 esteve no Pará e no Amazonas, escrevendo para os jornais daquelas capitais estaduais. Opôs-se à oligarquia aciolina e militou nas fileiras do rabelismo desde a primeira hora. A partir de então, esteve ligado ao Partido Republicano Democrata, mas sempre na condição de polemista. Foi redator chefe do jornal do partido em Sobral, a serviço das lideranças democratas da região, como João Thomé e Tomás de Paula Pessoa Rodrigues. Sua situação, apesar de importante, era de clara subordinação aos interesses dominantes de seu partido. Jamais se cogitou lançá-lo sequer à vereança municipal, que dirá aos postos mais elevados da Assembleia Estadual ou da Câmara dos Deputados.

Diante dos demais jornalistas aqui analisados, a situação de Deolindo Barreto é de clara falta de autonomia intelectual. Ele foi, no dizer de Antonio Gramsci, um intelectual orgânico. O que surpreende os estudos sobre intelectuais é que, apesar desta situação subordinada, o pensamento de Deolindo é mais vigoroso, mais original,

mais brilhante do que os intelectuais autônomos com quem já lidamos. Este caráter ambíguo deveria nascer de uma situação naturalmente conflituosa, pontilhada por inúmeros tensionamentos, seja dentro ou, principalmente, fora de seu partido. A natureza polemista de Deolindo o fizera enredar-se em inúmeras situações desconfortáveis, para dizer o mínimo. O seu anticlericalismo, por exemplo, o tornou declarado inimigo do então poderoso bispo de Sobral, o conde José Tupinambá da Frota. Inúmeras vezes, sua verve teve de ser contida pelos principais de seu próprio partido e era com muito custo e com muito risco, que Deolindo dobrava-se às exigências de seus superiores.

Acabava, contudo, dobrando-se a tais exigências. A sua posição o impedia de arriscar-se mais. Era um dependente da teia de relações com a classe política e, para sobreviver, tinha que transacionar suas posições. Ainda assim, sobrava-lhe algum espaço autônomo, como bem se depreende da leitura dos seus artigos.

Publicadas no jornal *A Lucta*, entre 1919 e 1923²⁰¹, as *Cartas a Cunceição* estão completamente fora da curva quando se trata de humorismo político no Ceará. O autor fictício das cartas é um tal de Bastião Pedreiro, um matuto de Sobral que tem a condição de eleitor. O objetivo de Bastião é o de alcançar um emprego público na prefeitura e, para isso, precisa lançar mão de um complicado cálculo político. Deve ser capaz de agradar a todos os políticos sem comprometer-se com nenhum deles. Deve se abster de manter relações com aqueles políticos que estão “de baixo”, sem menosprezá-los, pois não se sabe o dia de amanhã. Enfim, Bastião Pedreiro é o protótipo do eleitor interesseiro, mas age apenas por instinto de sobrevivência e sabe que, se não agir dessa maneira, corre o grave risco – por pequeno e desimportante que seja – de ser deixado de lado, esquecido e menosprezado por aqueles detentores do poder.

O que Bastião Pedreiro almeja é o emprego público e, com isso, permitir-se uma aproximação com sua amásia, Cunceição, que mora em Viçosa do Ceará, na serra da Ibiapaba. Com Cunceição, Bastião tem uma filha chamada Philomena, a Philó, que é a protagonista de quantos causos engraçados na cidade de Sobral. Bastião aceita a sua condição de matuto (e, portanto, de alguém que não domina o *habitus* dos

²⁰¹Ainda no ano de 1918 havia uma coluna semanal no jornal chamada de “Cartas Matutas”. O personagem Bastião já existia, mas não a Cunceição ou a Philó.

civilizados), mas Philó, não. Ela quer ser como as mocinhas elegantes da cidade, mas delas está separada, seja por sua condição social, pela cor, seja pela falta do “traquejo” social. Se Bastião é o matuto que aceita a sua condição (e enxerga o mundo civilizado por “fora”), Philó é a matuta que almeja ser como o civilizado, perdendo, portanto, o olhar crítico de sua própria condição. Cunceição, por sua vez, é ainda mais “matuta” que Bastião e Philó, pois vive na roça e está totalmente afastada das situações comezinhas da civilização urbana. É uma mulher supersticiosa, crente e arredia, mas ao mesmo tempo, dotada de um senso de realidade muito peculiar, muito “pé no chão”, por assim dizer.

Bastião Pedreiro não tem profissão definida. É um migrante da serra que vive na cidade. Sobre seu nome, podemos apenas conjecturar. Ele não é um “pedreiro”, como sugere o sobrenome. É possível que seja um “bastião”? “Bastião” de quê? Dos valores tradicionais, do modo popular e espontâneo de ser? Bastião de uma brasilidade perdida e, ao mesmo tempo, ignorada e menosprezada pelas elites? Pode ser. Somos levados a ter com o autor das cartas tal simpatia, exatamente por tais motivos.

Diferentemente de muitos como ele (migrantes pobres), Bastião Pedreiro sabe ler e escrever e cumpre os requisitos para ter um título de eleitor. Esse é o seu maior trunfo (o título de eleitor) e moeda de troca para alcançar o seu tão sonhado emprego na prefeitura. Como já adiantamos, tem que manter com a classe política da cidade uma posição ambígua, ou seja, subordinada e indefinida. Não pode tomar posição clara no jogo partidário, pois qualquer movimento errado pode definir a sua sorte. Deve bajular a todos, evitando declarações extremadas e passar ao largo do conflito com os poderosos do lugar. Isto, numa situação partidária extremamente competitiva, faz com que Bastião tenha, a cada passo, que se equilibrar num jogo sutil de aparências para não ferir as disposições contrárias e não arriscar o seu próprio objetivo.

Este equilibrar-se no fio da espada, não raro, gera situações engraçadas que são enfatizadas com mestria pelo autor da coluna. Entretanto, muito embora possua qualidades de estrategista político, Bastião Pedreiro não é alguém que se conforme com sua situação e dela, não raro se lamenta. As cartas que escreve a Cunceição têm um tom de quase confessorário: aquele é o único meio pelo qual ele pode vir a revelar as suas secretas intenções, despindo-se do disfarce do ingênuo e do tolo e pondo a nu a estreiteza provinciana das relações de poder das elites de Sobral. Suas cartas são,

neste aspecto, um revide silencioso contra aqueles que o fazem passar por tantos constrangimentos, um revide contra a própria política, matéria difícil e incerta, em que se deve, a cada momento, antecipar situações ainda indefinidas e correr para o lado pendente do poder, que afinal, também não é nada seguro e confiável.

Mas, ao mesmo tempo, o anonimato da autoria da coluna (Deolindo não assina) também é um refúgio e um revide. Tal como o protagonista, seu autor procura fazer da coluna, uma sátira à vida provinciana de Sobral. Se Bastião Pedreiro se vale das missivas para confidenciar suas inquietações e frustrações a Cunceição, o cronista se vale do anonimato para, similarmente, evocar o mesmo problema. Ambos, muito embora não percam a perspectiva irônica dos acontecimentos, o lado cômico de situações que se pretendem sérias, estão cansados do jogo das aparências ao qual se submetem. Precisam, por isso, manifestar seu desagrado, mas, sempre por um caminho tortuoso, que se esconde na confidência das cartas e na própria escrita anônima da coluna. O eleitor matuto e o cronista provinciano estão, sob esta ótica, num mesmo patamar subordinado em relação à classe dominante, às elites políticas: a conjuntura os impele à sujeição e ao anonimato, ao mesmo tempo em que os permite lançar um olhar diverso daquele percebido pelos donos do poder.

O que definiria, afinal, a condição de “matuto” de Bastião Pedreiro? Ou seja, finalmente, aquilo que o distinguiria do cronista provinciano? Ora, se ambos compartilham de uma posição subordinada, se ambos conhecem as sutilezas do jogo das aparências na política, se ambos são argutos o suficiente para lançar este olhar “de fora” da lógica do sistema, então, afinal, o que os distingue? Em que consiste a “matutice” de Bastião Pedreiro? De fato, como caracterizado na coluna, Bastião Pedreiro, embora alfabetizado (pois que escreve as cartas e lê as cartas de Cunceição, além de ler os jornais da cidade), não domina completamente os códigos da expressão escrita ou falada. As suas cartas são vazadas numa forma dialetal do português culto, que se aproximava da expressão falada do português coloquial tal como pronunciado em sua região particular. Assim, parte do “engraçado” da situação é que Bastião “erra” o português, escrevendo-o como se o falasse.

Da mesma maneira, para Bastião, certas “modernidades” são completamente incompreensíveis. Não consegue ver nos comportamentos “civilizados” quaisquer resquícios de “racionalidade”. Por exemplo, sua filha Philó (ou Filó) quer usar chapéu como todas as outras mocinhas de Sobral, mas a menina não larga do chapéu nem no interior do cinema, o que o faz refletir acerca da

salubridade de tal hábito²⁰²; Philó, que é “morena como a rapadura”, quer usar maquiagem para parecer branca, como era usual na moda feminina daqueles dias. Para Bastião, isso dava à menina um aspecto de “rapadura queimada atolada na goma²⁰³”, ou de pessoa doente. Enfim, o mote do humor da coluna é, em grande parte, devido a esta situação de permanente inadequação entre os hábitos morigerados e simplórios do matuto e o exagero do refinamento das elites locais. Evidente, que neste caso, a sátira recai não só sobre o matuto que não domina os códigos civilizados, como também sobre as elites que os tomam emprestado e os usam fora de contexto. Tais considerações estão para além da moda, propriamente dita. O ridículo da situação é compartilhado por toda a sociedade. Para Bastião, o refinamento constitui-se num vocabulário austero, no uso de expressões em latim (expressão usual é *fulano conhece mais latrim que fala de cabôco*), no gestual, nos espaços de sociabilidade, etc, que ele não consegue nem compreender, nem tomar parte ativa (já que lhe falta, como vimos, o domínio dos códigos de distinção usados pelas elites). Como consequência disso, o seu esforço em equilibrar-se entre os contrários, em lidar com as aparências se torna muito mais difícil do que já seria em condições normais. Por isso, como refúgio, não hesita em afirmar-se como “matuto” – ou seja, não só como aquele que não domina os códigos de distinção de sua época, mas também como o ingênuo, como o simplório, habitual refúgio de sua inteligência dissimulada.

Na carta a Cunceição do dia 26 de fevereiro de 1921, por exemplo, Bastião relata sua condição de eleitor diante do quadro político marcado por intensa rivalidade entre as facções:

“Ou qui vida aperriada a dum pobe Inleitô, Cunceição inda tou cà suada da inleição. Mi vi aperriado pá inganá os candidato a quem vendi meus voto. Cuma dixei qui è crime vendê os voto eu vindí os meu a três candidato, mais inganei a todos três e num votei ni ninhum (...). Agora eu crei qui axo qui penso qui vou pra baxo, apois eu num gosto de tá de riba não, apois eu tenho munto medo de cahi e adispois este democrato adispois qui assubiro tão munto suberbo qui já passa puros pobe inleitorado e nem fala”²⁰⁴.

²⁰² “Ispia Cunceição, manda dá uns conceio na Philó pra modi ella tirá o chapéo no çunenga (cinema) apois eu vi tare leno numa rivista istrangêra qui descubriro agora uma doença qui faz a gente ficá doida e é motivada pelo calô nas cabeça abafada”. In: A Lucta (Sobral) de 1 de janeiro de 1921 (p.3)

²⁰³ “Cunceição, quano tu fô a Meruoca me manda uma quarta de goma pra modi a Philó botá na péia apois num ai pó qui chegue não. As moça aqui cada vez bota mais pó, chega parece quano são branca uma catacumba caiada de novo e quano são morena, como a Filó, entonce se parece com uma palma de rapadura queimada atolada na goma”. In: A Lucta (Sobral) de 2 de fevereiro de 1921 (p.3)

²⁰⁴ A Lucta (Sobral) de 26 de fevereiro de 1921. (p.3)

As eleições a que se refere Bastião Pedreiro foram as que indicaram os deputados federais e senadores, havida em fevereiro de 1921. Em Sobral, apresentaram-se três listas: uma conservadora (marreta), uma democrata (rabelista) e uma independente. Durante a campanha, Bastião chegou a ir aos três encontros com os chefes partidários, nos quais se matava um ou dois bois para servir ao eleitorado. Aqueles momentos eram particularmente dedicados à transação clientelística, em que o voto era negociado. Como o peso relativo desse eleitorado fosse pequeno, talvez bastasse matar um boi e servir um cozido ou mesmo oferecer algum dinheiro em troca de voto, a atenção que se dava ao eleitor comum era menor do que aquela reservada às pessoas mais influentes do lugar, cujos processos de cooptação deveriam ser mais complexos. Em todo caso, o mais interessante na fala de Bastião é que ele se aproveita da situação, mas não se submete a ela. Pelo simples fato de ir aos encontros com os chefes políticos não quer dizer que tenha se tornado um militante partidário, muito embora assim deva ter se apresentado diante das lideranças. A fidelidade partidária de Bastião (e, por extensão, do matuto) não é fácil de ser comprada, como talvez pensassem os chefes e cabos eleitorais e sua autonomia – muito embora relativa – é reafirmada quando assevera que apesar de ter vendido o voto para três candidatos, enganara-os todos e não votara em nenhum.

A indefinição externa na qual se lança Bastião é, como lemos, estratégia vital para alcançar os seus objetivos imediatos. Não há, para ele, possibilidade de se posicionar na lide partidária de maneira consistente, já que isso o identificaria como “correligionário” de uma dada facção, diminuindo-lhe as chances de negociação de que pensa tirar algum proveito. No caso em pauta, com a eleição vencida pelos democratas, Bastião não consegue, por seu turno, identificar seu lugar: não sabe se pertence à turma “de cima” ou à “de baixo”, mas o principal nesta consideração é que ele tem “*munto medo de cahi*”, ou seja, de se tornar marginalizado ao sistema (*adispois que assubiro tão munto suberbo qui já passa puros pobe inleitorado e nem fala*) por ter apoiado a facção perdedora e assim, acabar totalmente com a possibilidade de transacionar seu apoio político.

O cálculo político engenhoso a que realiza diante de um universo complexo e de difícil discernimento abre e fecha certas possibilidades a Bastião. Abrindo, permite-lhe posicionar-se a favor de todas as facções, sem se comprometer efetivamente com nenhuma delas. Fechando, lança-o numa situação indefinida (*Agora eu crei qui axo qui penso...*) a respeito de sua própria posição no jogo político. A

situação de Bastião, contudo, é totalmente diferente daqueles que estão melhores posicionados no jogo político, ou seja, que podem agir com mais autonomia, já que não somente podem assumir uma dada posição (já que fazem parte da elite econômica) como também tirarem proveito imediato de uma conjuntura benéfica.

“Seu Cutruco dixeu qui gastou quage oito conto de reis, mais porem teve proveito, apois o pae sahiu inleito e vai pra Caimbra (Câmara) e dixeu qui elle chega lá drome, sonha co bixo qui dà, vae, joga no cujo, ganha no cujo e no ôto dia é a mesma coisa”²⁰⁵

O sistema político baseado no clientelismo distribuía as recompensas aos seus participantes de maneira desigual. Não basta somente gastar dinheiro na campanha para garantir uma vitória eleitoral. Outros elementos entram em cena para tornar mais complexo o quadro eleitoral, tais como as indicações para formação das listas, o apoio da conjuntura estadual, a formação das mesas eleitorais, etc. O dinheiro é, não resta dúvida, um elemento decisivo, mas não o único que pode definir os destinos da oposição e da situação. Nesse caso, para o “Seu Cutruco” o fato de ter de gastar seus oito contos de réis foi amplamente recompensado pela eleição do pai para a Câmara, mesmo que lá ele não viesse a fazer nada, a não ser apostar no jogo do bicho. Isto porque o “Seu Cutruco” fortalecia a sua posição entre os “de cima”, com a possibilidade de ter um controle, uma previsibilidade maior sobre os processos eleitorais do que tinha quando estava entre os “de baixo”²⁰⁶.

Nas suas cartas, Bastião não somente relatava as suas estratégias no jogo da política como também, aqui e ali, dava vazão à sua imaginação, ou melhor dizendo, à sua ambição que, por não se realizar objetivamente, o fazia se colocando no lugar de outrem, ou seja, ambicionando ser ou estar entre os detentores do poder. Na carta do dia 6 de abril de 1921, por exemplo, Bastião revelava a forma pela qual agiria se pudesse estar na condição de deputado, ou seja, dando as cartas no jogo político e usufruindo as benesses da situação. O texto, sempre muito engraçado, é marcado por fina e cruel ironia e faz uma análise da função do político nas altas esferas do poder, no contexto da eleição de deputado estadual de maio de 1921:

“(…) eu mi arrisolvi mi apresentá e publicá aqui a minha plataforma, causo mi incallope na chapa officiá: Votarei ni tudo qui os chefe do partido qui

²⁰⁵A Lucta (op.cit)

²⁰⁶Nas eleições de fevereiro 1921 foram eleitos por Sobral os seguintes candidatos a deputado federal: João Marinho de Andrade (PRC) e Tomás Pompeu de Paula Pessoa Rodrigues (PRD). Cf. GUIMARAES, Hugo Vitor. **Deputados estaduais e provinciais do Ceará**. Fortaleza: Jurídica, 1943.

mi inelegen mandá mesmo cum quebra de dignidade e perca da vergonha, apoiado a tudo que dixere os disputado gunvernista e não apoiado pus da uposição e se inzigire ainda quebro o rozaro do dr. Bilizaro (Belisário Távora, deputado estadual, da oposição ao governo Justiniano de Serpa) si elle fô pra lá cum história mal contada. Se mandarem apresentá um progeto eu pidirei pra se fazê a estrada de ferro de Itapipoca de pau inté qui os ferro barateie e outo pru modi voltá a grillhotina prus rico e a pena de Talião prus pobe.”²⁰⁷

Sua “plataforma” é nesse sentido, uma anti-plataforma, já que não advoga ou propõe coisa alguma a não ser votar naqueles em que os chefes dos partidos mandarem. Na realidade, tal anti-plataforma é fruto de cálculo deliberado pois o que se deseja é a perpetuação da condição de membro da situação política (a *reinleição*). Bastião, dá a entender que compactua com a lógica do sistema do qual faz parte, mas isso é um artifício para cobrir de ridículo a encenação do cotidiano da política. Antes que o leitor se veja induzido a pensar em Bastião como alguém que reforça o sistema, eis que o próprio postula apresentar um projeto de lei reestabelecendo a guilhotina para os ricos e a lei de Talião para os pobres. Na sua ambição, Bastião não somente se imagina usufruindo das benesses do situacionismo, como também revela o seu ressentimento para com os donos do poder. O ressentimento social (de onde pode brotar a ironia), que é fruto da ambição não realizada, é o sentimento que governa o posicionamento de Bastião. Mas, estaremos ainda a falar no eleitor matuto? Ou será que já nos aproximamos do cronista provinciano que projeta no seu personagem as suas próprias frustrações com a política? Protegido sob o anonimato, pode, tal qual Bastião em suas cartas, externar o seu sentimento de revolta contra o sistema que o põe em condição subalterna e não permite nenhuma alternativa que venha a modificar tal quadro. Daí os sonhos e ambições desmedidas, só possíveis no campo da imaginação, tal qual a candidatura de Bastião à Assembleia estadual. É preciso ter sempre em mente, ao ler as *Cartas a Cunceição* as fronteiras dúbias em que se confundem as representações relativas ao eleitor matuto, como também em que se projetam os dissabores do cronista provinciano.

Em todo caso, como podemos considerar as *Cartas a Cunceição* como sintomáticas das representações acerca do “eleitor matuto”, mais ou menos disseminadas nas narrativas políticas do Ceará? É preciso, antes de tudo, alcançar as regularidades que a crônica dissemina para obter uma síntese, não só do pensamento

²⁰⁷ A Lucta (Sobral) de 6 de abril de 1921. (p.3)

de seu autor anônimo, como também na relação destas representações com outras representações que circulavam na imprensa, na literatura e no pensamento social cearense da época. Por intermédio deste circuito tornar-se-á possível compreender uma multiplicidade de representações que divergem, seja na forma ou na função, do lugar reservado ao “homem comum” na dinâmica política local.

Assim, o eleitor “matuto” deixa de ser representado através das modalidades mais consagradas da definição do caráter do cearense (determinado pelo meio, pela formação étnica, pela rejeição ao estrangeiro ou pelo caráter ordeiro e pronto a lutar pela liberdade) para ser definido como alguém que, muito embora não domine os códigos civilizados (como o padrão culto da língua), é arguto e consegue perceber o caráter artificial e impositivo de tais códigos. Da mesma maneira, dotado de uma inteligência singular, pendente à ironia, descortina os falsos valores que irrompem no mundo da política, satirizando os seus “protagonistas” (políticos, partidos, facções, jornais) e as suas tolas e vãs ambições comezinhas.

Ao mesmo tempo, percebe-se que o eleitor “matuto” tem mais autonomia política do que imaginam as elites, tendo em vista que consegue estabelecer estratégias políticas para equilibrar-se no difícil jogo das aparências e na conciliação dos contrários que forma o cotidiano da política local.

Da mesma maneira, compreende-se que o caráter subversivo e marginal desta representação só foi possível mediante certa “identificação” entre o autor anônimo das crônicas e seu protagonista. Identificação não no sentido imediato (a de que o autor se via como um matuto), mas no sentido mediato, ou seja, como pertencentes a uma mesma lógica de dominação que, na prática, os subordina aos interesses políticos das elites, que manipulam as regras do jogo político a seu favor. O fato de Bastião Pedreiro escrever suas cartas a Cunceição, confidenciando-lhe as idiossincrasias das elites, aproxima-se, em certa medida, da prática da escrita da crônica, em que o autor, sob o manto do anonimato, também busca a mesma coisa. Ele não escreve sua crônica para desautorizar ou ridicularizar Bastião Pedreiro, como poderia se imaginar pelo uso caricato do português coloquial, mas sim para usá-lo *contra* aqueles que se acham os donos da verdade e do poder. O maior elogio a Bastião Pedreiro é a de que ele faz a crítica do cotidiano político: é um analista, um estrategista político, mesmo sendo “matuto”. Ou seja, este elemento de sua personalidade não o desautoriza a escrever e a pensar de modo crítico.

Finalmente, diante das representações mais ou menos “negativas” da cultura popular, que desautorizam, depreciam e combatem a inserção do “homem comum” no sistema político na condição eleitor, as *Cartas a Cunceição* se colocam na posição oposta. Não é possível saber, pelo menos com o material ora disponível nesta pesquisa, se tais representações são inaugurais ou se já reproduzem um consenso provisório entre folcloristas e demais pesquisadores da cultura popular. No caso, as obras que viriam a “inaugurar” esta versão “positiva” acerca da identidade matuta, só eclodiriam de fato, alguns anos após as *Cartas a Cunceição*, com Leonardo Mota e J. Carvalho. É bem possível que, embora não tenha um caráter inaugural, tais crônicas captaram um sentimento bastante difuso de que o matuto ou o caboclo era dotado de uma sabedoria não-convencional do mundo. Mas, o mais importante de tudo é ter em mente que tais representações são também instrumentos de crítica de um dado cronista anônimo que se reconhece na condição de sujeição aos interesses maiores da política provinciana e encontra neste expediente, a possibilidade de um revide sarcástico.

6.4. A sátira política do pasquim *O Diabo a 4* (1923-1924).

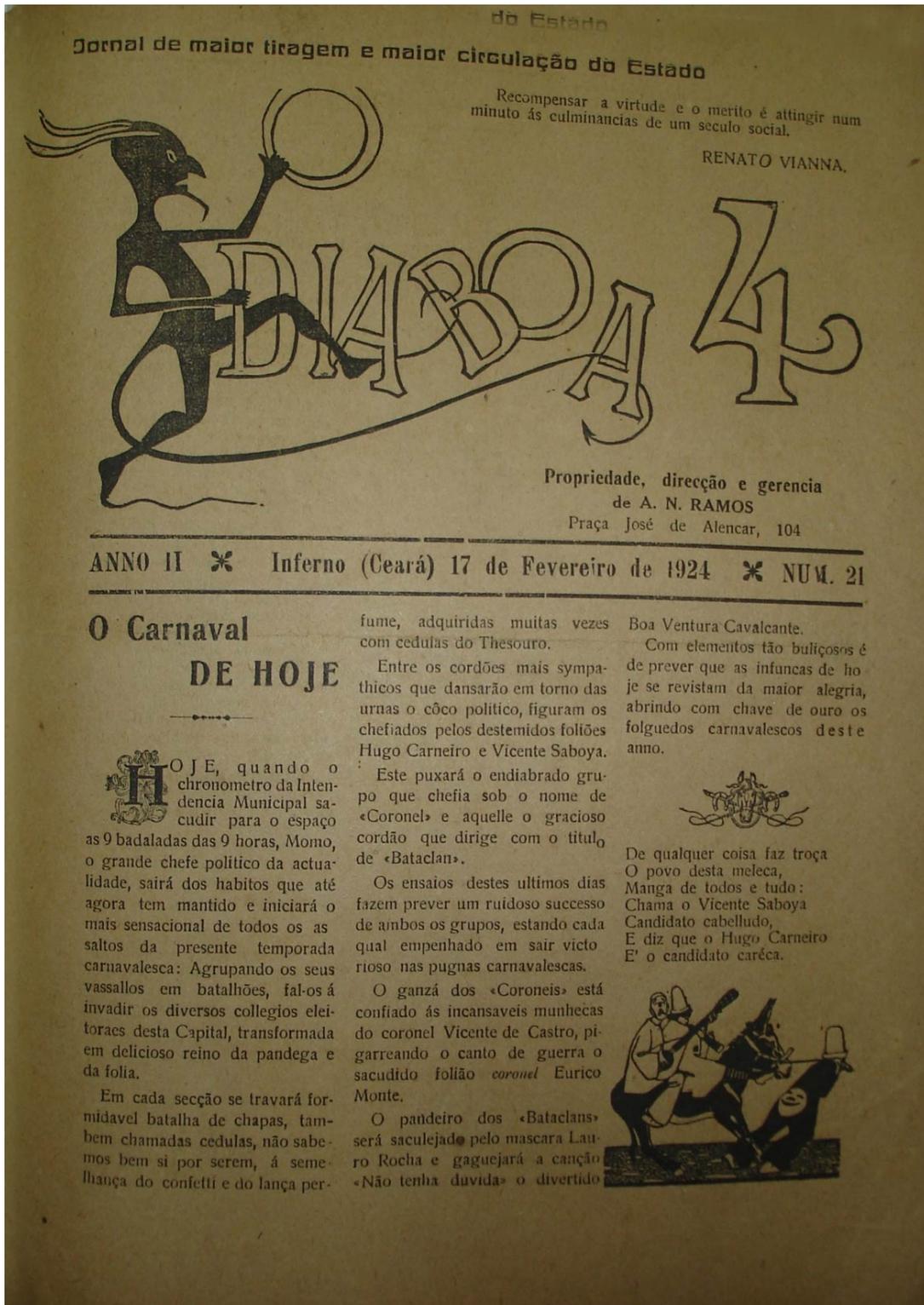
O jornal satírico *O Diabo a 4* circulou em Fortaleza entre os anos de 1923 e 1924 em tiragens de 500 exemplares e periodicidade semanal. Nada se sabe de seus autores, que se ocultavam sob pseudônimos. Segundo o expediente, o jornal era redigido diretamente do Inferno (Ceará) e impresso em suas caldeiras. Nenhum artigo era assinado. Isso obviamente nos remete ao problema do anonimato, já tratado no primeiro capítulo. Por outro lado, o anonimato permite um maior espectro de fantasia, necessário ao humor, pois além de preservar a identidade dos autores, criava certas possibilidades argumentativas, impossíveis de serem representadas com autoria. É o caso específico deste pasquim. Ao longo de suas páginas, havia inúmeras referências ao diabo e ao inferno, seja por intermédio da palavra escrita ou do desenho. Como tratar de questões deste jaez sem anonimato? Ainda mais numa sociedade cujos valores eram orientados pelo clero católico?

Apesar dessas dificuldades prévias, é possível conjecturar algo sobre os seus autores. Dado o conhecimento que possuem do cotidiano político local, dos chefes partidários e das situações em que eles se enredam, trata-se de gente próxima aos bastidores do poder. Conhecem a biografia de inúmeros políticos e se deliciam

expondo certas passagens comprometedoras de seu passado. São íntimos ou parecem ter sido da convivência da gente graúda do poder. Ainda mais uma vez, o anonimato os permite certas audácias: a sátira expõe-se claramente. Não há peias, não há pudores. Tudo é revelado por intermédio da maledicência, da língua viperina. Os argumentos são infames e a pena dos autores se volta com força aos figurões da política local. Todos eles são ridicularizados, a ninguém se poupa dos vexames. Criam-se situações embaraçosas, ridicularizam-se as vaidades e os orgulhos. Enfim, o pasquim é de uma tremenda ferocidade. Rir-se, contudo, de suas piadas exige certa condescendência moral com a difamação. Deve ter machucado muita gente, tocado nos brios de outros tantos.

Mas, efetivamente, cumpre a sua missão “infernai”. Não posa de guardião da moralidade, mas ataca o falso moralismo exibicionista. Repudia a pose, derruba as convenções retóricas, ridiculariza a todos. É este o seu propósito, no que é bem-sucedido. Se é de bom gosto ou não, é uma questão que não me cabe aqui julgar.

Figura 4 – Primeira página de *O Diabo a 4* do dia 17 de fevereiro de 1921.



Fonte: Jornal O Diabo a 4 (Fortaleza).

Sua independência relativamente ao poder é explicitada na edição de 12 de junho de 1924, data em que se iniciava a quadra governativa do desembargador Moreira. Assim se expunham os ideais do pasquim:

“Apezar de se ter falado instantemente que o ‘Diabo a 4’ seria convidado para órgão official deste novo quadriênio, tal não acontecerá, pois nos apressamos a fazer sciente a quem competia, que de maneira alguma subordinaríamos as nossas idéas às conveniências políticas do governo.

“Este jornal que, indiscutivelmente, é o mais autorizado órgão da opinião pública e que não precisa de crises para ter assegurada a sua venda; que não procura agradar à população como órgão de qualquer religião; que não enche as suas columnas com ‘charges’ insossas; e que não se tem prestado exclusivamente a ser tribuna de opposição *systemática*, este jornal, dizíamos, faz questão absoluta de não se ater a compromissos de qualquer natureza, afim de poder expandir livremente a sua maneira de ver, ouvir, cheiras, provar e apalpar como bem lhe pareça as coisas e os factos da nossa terra”²⁰⁸.

O programa independente do jornal cobrava um preço, que era o preço do anonimato. Autonomia intelectual, principalmente por parte da imprensa, era coisa rara. Os que ousaram caminhar nesta seara, como Jáder de Carvalho e Júlio Ibiapina, conheceram os percalços desta opção: a marginalização política, a eterna situação de estar “de baixo” nos pleitos, o fechamento das oportunidades de emprego, a perseguição da polícia e da justiça. Assim, quando alardeia sua independência, os redatores do pasquim se furtam a revelar as suas identidades. Precaução bastante compreensiva, diga-se de passagem. Mas o preço a pagar era compensado pela liberdade de ação. O redator enumera, basicamente, que obstáculos poderia se dar ao luxo de ignorar: o da bajulação, o da opposição sem ideais, o do sensacionalismo e o do lucro. Desta maneira, pode, segundo ele mesmo afirma, “não se ater a compromissos de qualquer natureza”.

Esta questão parece-nos de uma importância singular. A idéia de que a imprensa era estimulada basicamente por compromissos políticos que turvavam a maneira de compreender as coisas não era nova. De fato, não havia no Ceará, naquele momento, nenhum esboço de jornalismo “imparcial”, de feição “moderna”, como o jornalismo noticioso. As folhas principais eram patrocinadas por instituições várias, tais como partidos, sindicatos, igreja, associações de classe, etc. Eram concebidas para serem órgãos oficiais. Não havia empresa jornalística propriamente falando, que se

²⁰⁸O Diabo a 4 de 12 de julho de 1924 (p.1);

dedicasse somente a esse fim. Mesmo jornalistas independentes ou mais autônomos serviam-se de suas folhas para defender pontos de vista bastante claros, para posicionarem-se na arena política de maneira mais contundente. Assim, é notável o interesse do *Diabo a 4* em posicionar-se de maneira isenta num mundo atravessado por compromissos mais ou menos claros.

Diante disso, um dos temas preferidos do pasquim é o de ridicularizar a vaidade dos políticos da terra, revelando o lado exibicionista e egocêntrico de muitos deles. Tal vaidade os torna completamente risíveis, patéticos, despidos da aparência respeitável com que gostariam de serem considerados por seus conterrâneos, eleitores ou não. A barafunda dos interesses mesquinhos, dos projetos pessoais, da sede pelo poder e das situações de conflito entre a classe política era habilmente explorada por seus redatores. Ao invés de dar crédito à retórica política tradicional, invertem esta expectativa, humanizando a classe política, por intermédio de suas fraquezas e de suas ambições.

A edição de 14 de janeiro de 1923 traz um curioso diálogo entre quatro políticos, todos eles ambicionando cadeiras na capital federal. Este diálogo se dá por intermédio do telégrafo e, curiosamente, é todo escrito na forma de sonetos. A confusão entre as pretensões mesquinhas da politicagem rasteira é o tom da brincadeira, como se lê a seguir:

“Política em versos.

“O illustre político e hábil dentista doutor Souza Pinto havia escripto ao seu compadre João Thomé, a respeito de sua pretenção de ocupar um lugar na representação cearense. Como o estylo do dr. Souza Pinto é um pouco confuso, o dr. João Thomé compreendeu que s.s. desejava a secretaria do Interior, a ser desoccupada pelo dr. Leiria de Andrade e desejada pelo dr. Manuel Sátyro, e dirigiu-lhe o seguinte telegramma:

“Compadre Souza Pinto – Fortaleza:

“Eu vou passando bem, muito obrigado,

“E quem não acha o Rio uma belleza

“Quando se tem o assento no Senado?

“Compadre Souza Pinto, na presteza

“Com que lhe faço agora este recado,

“Affirmar-lhe não posso, com certeza,

“Si farei do Leiria o deputado.

“Se isso se der, a vaga do Leiria

“Offerece p’ra o caso a solução

“Tal qual o Manuel Sátyro queria.

“E si este não quizer, compadre, então,

“Ou você vae para a Secretaria

“Ou deixe esta política de mão”²⁰⁹.

Antes de seguir adiante, o sonetinho do dr. João Thomé vai nos revelando a dinâmica da política para além dos regulamentos eleitorais e das ficções jurídicas. Supõe-se a existência de um tráfico de influências capaz de determinar a formação das listas partidárias nas eleições. Como já se tratou anteriormente, é esse mercadejamento de interesses o cerne mesmo da vida partidária, dado que as eleições se configuram como mera formalidade. Na brincadeira, João Thomé tem que lidar com muitos interesses e demonstrar habilidade para não ferir suscetibilidades. Tudo se torna uma questão de delicado cálculo político. É um jogo de perde e ganha. Alguém tem que sair do jogo para a acomodação dos interesses. Sai, portanto, o mais fraco, o detentor de menos capital político, o que tenha menos a oferecer. Como o dr. Souza Pinto quer “entrar” no jogo, não pode ser “por cima”. A ele só vai caber o que “sobrar” e isso mesmo, se as circunstâncias permitirem.

“O dr Souza Pinto respondeu ao dr João Thomé, da seguinte forma, telegraphando-lhe pelo ‘Nacional’:

“Compadre João Thomé – Rio – Senado:

Recebi seu despacho. Agradecido.

Sinto que não me tenha compreendido,

Conforme se deduz de seu recado.

“Compadre João Thomé, o meu pedido

Que por carta lhe fiz, e em reservado,

É que eu viesse a ser deputado

²⁰⁹ O Diabo a 4 (Fortaleza) de 14 de janeiro de 1923;

Attendendo aos desejos do Partido.

“A Estatística já não dá p’ra nada,
A Junta também vae arrebetada,
E não me ocorre outra solução.

“Só o Senado... si o Serpa concordar
Ou confiam que eu guarde esse lugar,
Ou deixo essa política de mão”²¹⁰.

É fácil perceber que o ridículo da situação está em nada dizer sobre a “Política”, com “p” maiúsculo: ou seja, sobre projetos, ideais, plataformas, defesa de interesses, representação ou coisa que o valha. Estas questões são meramente retóricas. O que importa é a acomodação dos interesses por intermédio do favor. A seu lado, o dr. Souza Pinto informa ao senador João Thomé que atende “aos interesses do partido”, o que nada mais é do que um trunfo na tentativa de obter o beneplácito do chefe. Mas a real motivação vem logo após. É a “estatística” (o setor de estatística do estado) que “não dá p’ra nada”; é a junta (comercial do estado) que também “vai arrebetada”. O dr. Souza Pinto, colocado num patamar inferior da administração pública, no segundo escalão, gerencia estas instâncias como se fossem um bem particular seu. Mas estes cargos não são rendosos. Quer algo a mais. Acha-se merecedor até de uma cadeira no Senado. Isto obviamente é um delírio, na medida em que somente os grandes chefes partidários podem almejar uma cadeira senatorial e não um político de segundo escalão.

Ocorre que a correspondência entre os dois vaza ao público e logo outros interesses são postos em cena, revelando o patético do conflito por cargos e cadeiras públicas.

“Mas todo telegramma político deixado no ‘Nacional’ é divulgado com rapidez e assim veiu a chegar immediatamente aos ouvidos do Padre Salazer, que também candidato à cadeirinha do Senado, passou incontinenti pela ‘Western’, o telegramma seguinte ao dr Hugo Carneiro:

“Acabo de saber que Souza Pinto

²¹⁰ *Idem*;

Polítiqueirozinho assim como é
Pedira em telegramma ao João Thomé
A vaga do Senado. E eu não consinto...

“Serpa não me falou, mas eu presinto (sic)
Minha candidatura estar de pé
Moreira não será, nem o José.
Como é que pode ser o Souza Pinto?

“Não creio. Fale Sá. Responda urgente.
Com franqueza, o Milô não é nem gente
P’ra ser representante do Ceará

·
“Depois, elle não guarda essa cadeira...
Nem elle, nem José, nem Mané Moreira.
Resposta paga. Fale Sá”²¹¹.

Se o senador João Thomé fez as vezes de padrinho para o dr. Souza Pinto, eis que outros postulantes às cadeiras na Câmara e no Senado também mostram suas armas. No caso, o deputado estadual Padre Salazar (futuro Monsenhor Salazar) e o deputado federal Hugo Carneiro Job apelam para a autoridade de outro senador, no caso o Senador Sá (Francisco Sá, do partido rival de João Thomé). O padre Salazar estava furioso. No seu entender, havia sinais claros (“eu pressinto”) emitidos a partir da cúpula do poder que era o seu nome o mais favorito a preencher a lista oficial para a vaga no senado. Não podia admitir concorrência. Ainda mais de um “polítiqueirozinho”. Para ele, na medida em que nem o Moreira (deputado Manoel Moreira da Rocha, líder do PRD), nem o José (deputado José Acióli, líder do PRC) estivessem no páreo, seu nome seria naturalmente indicado.

“Resposta do deputado Hugo Carneiro ao Padre Salazar:

“Procurei Sá. Mas Sá não disse nada.
Depois o João Thomé. Este me disse
Entendeu-se a respeito com a bancada

²¹¹ *Idem, idem;*

Milô fica na Junta. Isso é tolice.

“Insista Serpa. Aqui seu nome agrada,
E tanto, que eu quizera você visse,
Caso não seja um membro da bancada
Não precisava que você pedisse.

“Peço me diga, reservadamente,
Com o Pinheiro vae o Presidente,
A Respeito também desta questão...

“Porque, parece, a mim cabe Senado,
Você melhor talvez p’ra deputado.
Fica Senado próxima ocasião”²¹².

O complicado jogo político, feito de insinuações, de compromissos vagos e de palavras arrevesadas, se expunha com todo o vigor. Primeiro, o senador Sá preferiu omitir-se e não deu opinião alguma, talvez para não ferir os egos em conflito. Depois, o senador Thomé procurou contornar o embaraço (“isso é tolice”). Por fim, lavam-se as mãos (“insista Serpa” – ou seja, “se resolva com o presidente estadual”). Na medida exata, Hugo Carneiro ainda demonstra afeição pelo candidato Salazar e diz-lhe que a ele cabe uma cadeira na Câmara, já que o Senado a ele está reservado.

O mais engraçado de tudo é que nem o dr. Souza Pinto consegue sair da junta, nem o padre Salazar vai para a Câmara (não é nem feito deputado estadual), ou Hugo Carneiro alcança o Senado (que fica mesmo com o José Acióli). Ou seja, homens respeitáveis disputam encarniçadamente uma cadeira que, efetivamente, não lhes cabe no truncado jogo do poder. Não há cálculo político, nem inteligência ou pressentimento capaz de mudar isso. O revezamento nas instâncias do poder é um jogo de cartas marcadas. Mas a vaidade dos postulantes os impede de ver as coisas como elas são.

Ainda acerca da vaidade dos políticos da terra, não há como ignorar o poemeto satírico publicado a 22 de setembro de 1923. A história é a seguinte: o dr.

²¹²O Diabo a 4 de 14 de janeiro de 1923 (p.3)

Rubens Monte havia sido feito intendente municipal de Fortaleza pelo então presidente Ildefonso Albano (1923-1924). Ocorre que Rubens Monte sequer era de Fortaleza, mas de Sobral, e isso mexeu com os interesses e as suscetibilidades em jogo na intendência. Afastado o presidente Ildefonso Albano da presidência, Rubens Monte caiu num profundo ostracismo político. Ninguém queria dar-lhe a mão. Mas o homem era decidido e procurou por todas as formas uma cadeira, fosse na Assembleia ou na Câmara. A relação de amor e ódio entre o homem e o seu delírio é expresso assim:

“Bem sei que tu me desprezas,
Bem sei que tu me aborreces,
Que zomba das minhas preces
Com ostensivo desdém!
Mas, oh! Cadeira, não creias
Que o teu rigor me consome
Pois mesmo pobre e com fome
Sei desprezar-te também.

“Bem sei, curul, bem conheço
Que fui um louco em amar-te
Inda mais tolo em buscar-te
Sem consultar a razão...
Aquellas promessas
Que no teu assento eu via
Não eram mais que ironia
Não eram mais que ilusão!

“Eu avalio a distância
Que nos separa na vida,
Doce cadeira querida,
Meu ideal, meu amor!

“Não sejas indiferente
Aos meus profundos pezares,
Cadeira dos meus sonhos,

Dá-me o assento, por favor”²¹³.

Quase sempre, após os acordos terem sido fechados; as listas, definidas; as eleições, encerradas, sobrevém a frustração, a decepção, o amargor daqueles que ficaram pelo caminho. É o que se depreende da leitura do artigo “Um dia depois do outro”, do dia 27 de setembro de 1924:

“Cada indivíduo que galga o poder, seja por merecimento próprio, o que é raríssimo, seja unicamente pela força de outrem, fica num como estágio de inconsciência de seu valor real, crendo-se sempre um personagem que excede da bitola comum dos demais mercedores, portanto de todas considerações e applausos. Então, o pobre mortal de hontem acha que já é um gênio, ou pelo menos, que sempre é alguma coisa a mais que os contemporâneos.

“Parece que chega até a ser atacado de uma amnésia incurável, tal a sinceridade que vê em cada louvor dos que lhes servem de sombra, não se apercebendo que todas aquellas zombarias, todas aquellas curvaturas de espinha, foram feitas vezes sem conta em homenagem a muitos sóis quando ainda estavam distantes do oceano.

“Pensávamos outro dia assim, ali no Majestic, enquanto não apareciam no palco os fakires que ali se exibem, ao vermos lá em cima, numa das frisas, em pé, encostado a uma das columnas, a figura de Adolfo Siqueira. Parecia até que elle era o fakir, com a tortura que estava impondo de assistir o espetáculo, de cabo a rabo, em pezinho, sem o menor conforto. Lembram-se delle hontem? Em camarote especial, só porque era prefeito. E hoje? Ali, de pé, levando fumaça de ‘Zig-Zag’ (uma marca de cigarros) nas ventas.

“O José Accioly: hoje não chega um bocadinho delle para quem quer. Mas elle mesmo já terá procurado saber por que será isso? Não é presidente, não é senador. Será por causa do Sá? Ainda outro dia, logo depois da deposição do governo Accioly, o José chegava do Rio e só uma meia dúzia de amigos ia recebel-o. Onde ficava o resto? Os actuais velhos correligionários do eminente chefe? Moita...

“Será ter muito pouca conta o juízo do deputado Accioly, acreditar que elle, com a experiência que tem, leva a sério as taes manifestações de apreço. Nem era possível.

“O coronel Franco Rabello é outro caso típico. (Não chamamos general porque, pelo menos aqui no Ceará, elle há de ser coronel toda vida). Quem não foi ‘Franco Rabello ou morte’? O honrado ex-presidente do Ceará deve hoje estar fazendo uma idéa perfeita do ambiente em que esteve envolvido, arrenegando a hora em que o novo Christo – veiu a ser o salvador desta meléca... Nem mais uma palavra espirituosa para o ‘Marcos Franco é dinheiro que domina o mundo inteiro’... O annniversario foi esquecido, os ‘clichés’, jogado para os cantos das redacções...

“E essa gente que não se emenda?

“Cada um que chega como que fica contaminado do mesmo mal e vae deixando embelezar-se com a cantiga dos profissionaes das manifestações de apreço, ou então, adquirindo hábitos extravagantes. Entre

²¹³O Diabo a 4 de 22 de setembro de 1923 (p.2)

eles está a utilização de automóveis até para os serviços domésticos. Temos batido constantemente que esse vício de automóvel, porque bem sabemos como se arraiga elle nos indivíduos fracos, impotentes para offerecer-lhes resistência. O automóvel é assim como a morfina.

“De repente, o viciado perde o poder, e como é triste o jeito com que apparece em publico: encabulado, preocupado em manifestar indiferença pelos que lhe succederam. Mas Deus sabe como anda lhe roendo uma coisinha por dentro.

“A sympathia que votamos ao Jorge Moreira (filho do então governador Moreira da Rocha, eleito deputado pela influênciã do pai) levamos a aconselhar ao guapo mancebo muita moderação...”²¹⁴

Ainda que certos temas sejam universais (como o delírio de poder, a vaidade, a frustração, a inveja, as reputações, a vergonha) é preciso situar a crítica numa conjuntura específica. O alvo da crítica, obviamente, não é o ex-prefeito Adolfo Siqueira (que depois se tornou milionário, como proprietário da fábrica Siqueira Gurgel), nem o Jorge Moreira ou o José Acióli. Mas, efetivamente, o *modus operandi* da política local. Diante de um quadro onde há pouca ou nenhuma possibilidade efetiva de autonomia econômica para além da mera subsistência, o emprego público torna-se “a vocação de todos”, como diria Lima Barreto. Entretanto, a vocação para a burocracia, que se estende desde o mais humilde eleitor (como lemos ‘supra’ no caso de Bastião Pedreiro) até o mais megalômano dos vaidosos, só pode ser alcançada mediante o ingresso numa complexa teia de relações pessoais, por intermédio do favor e condicionada à total perda da autonomia do sujeito, fosse ela política, econômica ou o que é pior, intelectual.

A arena da política, atravessada por interesses os mais diversos e sempre espaço do conflito, da dissensão, é este ambiente no qual terão que viver os que dela se aproximarem. Diferentemente do que se possa supor, tais interesses são os de ordem mais egoísta, sobrando pouco espaço para a divergência de plataformas, idéias ou projetos. A arena que se nos apresenta é a da mais pura disputa pela sobrevivência. É um meio de vida, uma profissão. Não é à toa que a política cotidiana, mais especificamente a política local, que se faz nas fronteiras do município, merece tanta atenção da imprensa e, conseqüentemente, da própria sociedade. Todos se ocupam dela, pois a arte do cálculo é fundamental para a preservação do próprio interesse.

²¹⁴O Diabo a 4 de 27 de setembro de 1924 (p.2);

Nada merece mais a atenção das pessoas que o incessante rumor da boataria, que dá pistas valiosas para a acomodação dos interesses pessoais.

A constatação do autor de que “o indivíduo que galga o poder (...) fica como num estágio de inconsciência de seu valor real” é sintomático desta situação. Ora, galgar o poder é por-se a salvo, ainda que momentaneamente, do turbilhão dos pedintes, do rosário das misérias desfiado. É a vertigem de se ver acima dos demais, concedendo ou negando favores, na posição ambicionada por todos, que é a de se fazer magnânimo, de controlar o seu destino e o dos outros. Na medida em que, inserido na teia do favor, ninguém detém autonomia, poder almejar o controle da própria vida é um objetivo universalmente cobiçado.

Ao mesmo tempo, o fato de alcançar um posto, uma cadeira ou um rendoso emprego público não dá garantias de que se sairá incólume perante os demais. A piada, o falatório, o boato, o rumor e a maledicência estão sempre vigilantes, prontas a abalar reputações, a ridicularizar aqueles que se põem acima dos demais. Isto porque:

“De qualquer coisa faz troça
O povo desta meléca,
Manga de todos e de tudo:
Chama o Vicente Sabóya
Candidato abelhudo.
E diz que o Hugo Carneiro
É o candidato careca”²¹⁵.

6.5. O *humour* político de Demócrito Rocha (1924-1925).

A trajetória de vida de Demócrito Rocha (Caravelas, Bahia, 1888 – Fortaleza, 1943) foi marcada pela superação das privações econômicas que sofreu durante a infância (órfão, criado pelos tios) até o sucesso que o transformou numa das pessoas mais influentes na política cearense da década de 1930, a partir da fundação do jornal *O Povo* (1928). Amigo do interventor Fernandes Távora esteve, desde o primeiro momento, entre os que apoiaram a revolução de 1930 e o regime de Getúlio Vargas. Seu prestígio permitiu-lhe alcançar uma cadeira na câmara dos deputados em 1935, ali permanecendo até o golpe do Estado Novo em 1937. Antes disso, ainda na

²¹⁵O Diabo a 4 de 17 de fevereiro de 1924 (p.1);

década de 1920, foi um dos responsáveis pela divulgação do movimento modernista no Ceará, publicando na revista *Maracajá* os textos dos jovens escritores identificados com aquele movimento literário. Foi professor da antiga escola de Odontologia e Farmácia do Ceará e divulgador do esperanto. Porém, a publicação que o tornou célebre foi a revista *Ceará Ilustrado*, que circulou em Fortaleza entre 1924 a 1925.

É possível tecer algumas conjecturas acerca o significado do título da revista. Muito embora tenha sido aquela a primeira publicação regular totalmente ilustrada (cromos) de Fortaleza, trazendo inúmeros desenhos, caricaturas e fotografias, o *Ceará Ilustrado* também fazia referência à ideia de “ilustração” como referência ao teor dos seus artigos e à condição intelectual pressuposta de seus leitores. Diferentemente das antigas folhas diárias, que só traziam textos e que tratavam, basicamente, da política partidária como pauta habitual, a revista de Demócrito Rocha se apresenta de maneira muito mais leve e sedutora aos olhos do leitor. Isto não somente pelas ilustrações que trazia, mas também em função da pauta, dos linotipos e da diagramação. Ao invés de ser uma leitura sisuda, político-partidária, a revista de Demócrito também se propunha a entreter os seus leitores. Leitura de fim de semana (a revista saía aos sábados) trazia, a cada número, enquetes, poesias, contos, coluna social, editorial de moda, crônicas elegantes (ou decadentes) do cotidiano, além de concursos diversos, que em certos momentos, chegaram a mobilizar um grande número de leitores.

Dentre estes concursos, destacou-se o que elegeu o “Príncipe dos Poetas Cearenses”, certame organizado por Antônio Sales e vencido pelo Padre Antônio Tomás. Além deste, houve concurso para escolher o maior médico (vencido pelo dr João Octávio Lobo), o mais brilhante jornalista (vencido por Fernandes Távora), o maior pianista (vencido por Dona Esther Salgado Fonseca), o maior prosador vivo (vencido por Gustavo Barroso), etc. Geralmente, a revista distribuía quinhentos cupons para proceder à eleição de cada concurso, mas no caso do “Príncipe dos Poetas Cearenses” foram disponibilizadas mais de 2 mil cédulas. A revista também trazia, entre as suas ilustrações, fotografias dos políticos mais influentes, dos maiores “capitalistas” (as chamadas *Figuras do Alto Commercio*) e das senhoras e senhorinhas elegantes da cidade, que chegavam amiudadamente, a estampar a primeira página da publicação.

Aliás, não foram poucas as matérias voltadas para o público feminino. Além dos editoriais de moda, crônicas que versavam sobre questões havidas como “de interesse feminino” estavam sempre presentes, questões tais como “a mulher na política”²¹⁶, “o divórcio”²¹⁷, “a emancipação da mulher”²¹⁸, “a esposa perfeita”²¹⁹, “costumes femininos”²²⁰, entre outros. Não necessariamente a folha, por intermédio de seus colunistas, se declarava a favor de emancipação feminina ou do divórcio (aliás, isso nunca acontecia), mas em todo caso, buscava angariar as simpatias deste público leitor, ainda que sob um prisma mais conservador no plano dos costumes.

O tom dominante da publicação é a da expressão de uma mundanidade, ao mesmo tempo elegante e decadente, por intermédio da qual a cidade de Fortaleza é vista, lida e sentida. A revista constrói, a partir das representações urbanas correntes, uma imagem de cosmopolitismo que se refere, indistintamente, às expressões da sociabilidade das elites e sua liturgia (bailes em clubes fechados, carnaval²²¹, recepções em salões privados, saraus, bodas de casamento, festas de aniversário), seus instrumentos de distinção social (moda, domínio de língua estrangeira, prática de esportes e demais hábitos de consumo) e referências, muitas vezes deslocadas, às manifestações artísticas e comportamentais da época (a literatura, o jazz²²², a moda, o desenho, o consumo de cocaína²²³). No artigo intitulado “Modernices”, Aluizio Rezende assim caracterizava o culto de tal mundanidade dissoluta:

“(…) estamos na época dos superficialismos, das excentricidades, das extravagâncias deliciosas. Não é com frivolidades que o Júlio Dantas enche tiras e tiras de papel? Não foi com a ‘Vida Fútil’ que o Peregrino obteve sucesso de livraria? Pois bem, sejamos fúteis. Tudo é fútil dentro da vida. Deixemos de parte as passadas. Adaptemo-nos ao nosso bom tempo de Fox-trots, de cabelos à la garçonne, de sapatinas à Ba-ta-clan e de vestidos apertados, de mangas curtas e peitos descobertos. Era do que eu

²¹⁶ Júlio de Mattos Ibiapina. “A Mulher na Política”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 18 de janeiro de 1925 (p. 3);

²¹⁷ Tancredo de Moraes. “Considerações sobre o divórcio”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 8 de março de 1925;

²¹⁸ T. Moraes. “A emancipação da mulher”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 25 de fevereiro de 1925;

²¹⁹ Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 25 de outubro de 1925 (p.4);

²²⁰ Carlos Demétrio. “a influência da civilização na sociedade brasileira”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 15 de fevereiro de 1925; Waldir (pseudônimo). “A moda dos cabelos cortados”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 5 de abril de 1925; Madeleyne Taylor (pseudônimo). “A cultura physica a serviço da beleza e da força”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 11 de janeiro de 1925 (p. 14); Júlio Maciel. “Saias Curtas”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 1 de fevereiro de 1925 (p.13);

²²¹ OLIVEIRA, Caterina Maria Saboya de. **Fortaleza: velhos carnavais**. Fortaleza: Casa José de Alencar e UFC, 1997;

²²² “Jazzmania”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 15 de fevereiro de 1925 (p.17);

²²³ Mendes Fradique. “Cocaína...”. in: Ceara Ilustrado (Fortaleza) de 12 de abril de 1925 (p.11). A cocaína era chamada de “vício elegante”, muito embora já proscrita como medicamento desde o final da década de 1910;

tinha a dizer um pouco. Dessas melindrosas de cinema e jardins, que soltam banalidades deliciosas e elegantes. Que falam de moda; de romances, de films, de amores neuróticos e de quanta excentricidade é capaz de dizer uma mulher chic, aristocrática, espirituosa, no decorrer dos tempos actuaes. E há coisa mais doce que uma senhorita a dizer tolices? Eu prefiro ouvi-las a ler as páginas terríveis do Barbusse, e os libelos amargos daquelle outro revoltado que se chama Vargas Villa”.²²⁴

Ao mesmo tempo em que celebrava o fervor das elites relativamente à expressão do que se supunha, “ser moderno”, a revista deplorava, por seu turno, a irrupção cotidiana daquilo que lhe soava como ruído na paisagem, ou seja, o espetáculo da pobreza e da exposição de seus vícios e misérias. A revista, em inúmeros artigos ou notas, se batia por uma profilaxia social e urbana, que de alguma forma, viesse a ocultar dos olhos e dos narizes das elites, qualquer aspecto desagradável de sujeira, de degradação, de doença²²⁵, etc. Os espaços mais visados pela elite urbana eram aqueles nos quais ela habitualmente se confinava: o quadrilátero central da cidade, seus bulevares principais, as ruas elegantes (Major Facundo, Floriano Peixoto e Guilherme Rocha), a Praça do Ferreira e o Passeio Público. Mas, num artigo publicado em 25 de janeiro de 1925, chamado “Aspectos de Fortaleza”²²⁶, o problema da insalubridade e da pobreza (havida como endêmica) era considerado mais a fundo.

O artigo vinha ilustrado com duas reproduções fotográficas. Na primeira, um instantâneo mostrava duas mulheres adultas, um homem sem camisa, uma menina e três meninos próximos ao trilho do bonde. Todos eram negros ou de pele bastante escura. As mulheres tinham lenços na cabeça e o homem, um chapéu de palha. Não há nada que, à primeira vista, possa estranhar o leitor de hoje em dia. Porém, a legenda da fotografia afirmava que “Na Rua da Praia, bandos de vagabundos esperam pela ‘hora oportuna’...”. Na segunda fotografia, uma mulher e quatro crianças são surpreendidas dentro de um vagão ferroviário, no qual a legenda diz ser “Uma família pobre, ‘commodamente installada’ num *wagon* abandonado”.

²²⁴ Aluísio Rezende. “Modernices”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 8 de março de 1925 (p.16);

²²⁵ “Fortaleza, o paraíso das infecções”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 15 de fevereiro de 1925 (p.4); “O Collegio Militar do Ceará e as condições sanitárias de Fortaleza”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 22 de março de 1925 (p.4); “As moscas são mais venenosas que as serpentes”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 12 de junho de 1925 (p.11); Walter Pompeu. “O Brasil sob o ponto de vista pathologico”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 8 de março de 1925 (p. 14);

²²⁶ “Aspectos de Fortaleza”. In: Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 25 de janeiro de 1925 (p.2);

O autor anônimo do artigo sugere às autoridades policiais e ao governo estadual, que faça algo no sentido de removerem tais indesejados do espaço da cidade. Para ele, “Fortaleza daqui há (sic) pouco será a cidade dos vagabundos e dos mendigos, si não houver uma medida de repressão”. Não consegue compreender, por seu turno, as razões pelas quais se dá o crescimento de tal população marginalizada (*o número de pequenos desocupados, em Fortaleza, cresce dia a dia, sem haver o que justifique tal facto*). Entretanto, crê que tal estado de coisas se explique pelo abandono dos pais, fazendo com que as crianças sejam “educadas nas sarjetas” e estejam prontas para

Figura 5 – Página central do *Ceará Ilustrado* de 20 de janeiro de 1925.

Fortaleza, 20 de Janeiro de 1925 CEARÁ ILLUSTRADO Moçambique semanal

Aspectos de Fortaleza



NA RUA DE FORTALEZA, grupos de vagabundos esperam pela chance oportuna...

ora baleiros, quase sempre vendedores de jornais, de bilhetes de loteria ou de garrafas vazias...
E os outros? Ah, os outros se vão iniciando na «vida». Roubam mercadorias no porto de embarque ou noutra parte, quando não se entregam ao prazer de disputar «foot-ball» nas praças ou de jogar o «cara-ou-côra» nas calçadas...

Além dos menores vagabundos que enchem a cidade, existem ainda os mendigos, os leprosos, os desajudados da sorte que nos imploram esmolas nos calos, nos bondes, às portas dos cinemas, fornecendo assim Fortaleza uma impressão detestável ao forasteiro que a visita.

A noite, os pobres desgraçados dormem por ali, pelos cantos, nos patamares das igrejas, nos bancos das avenidas...

Aos sábados, então, o espectáculo é de entristecer: uma verdadeira romaria pelas portas.

Urgem, pois, providencias quanto antes do governo estadual.

Ha necessidade urgente de um Patronato Agrícola da Infancia e de um estabelecimento para os mendigos, além do Dispensário dos Pobres, de iniciativa exclusivamente particular.

Fortaleza daqui ha pouco será a cidade dos vagabundos e dos mendigos, si não houver uma medida de repressão.

Nesta pagina publicamos dois instantâneos agarrados na cidade, nos quaes se vêem grupos de vagabundos maltrapilhos a perambularem pelas ruas, na «luta pela vida»...

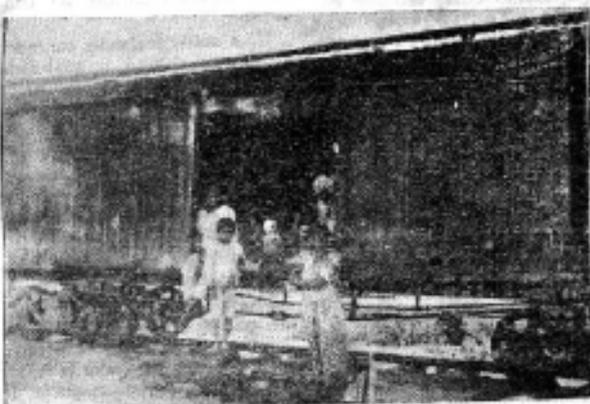
Todos os dias quase, temos, nas chronicas policieas dos jornaes diários o registro de pequenos delictos praticados por menores que vivem ao léo do destino, sem nenhuma providencia energica dos poderes competentes.

Assim, educados nas sarjetas, desajudados da sorte, abandonados, muita vez, pelos paes, os pobres garotos serão, inevitavelmente, amanhã, gatunos e talvez assassinos.

E o mais assustador é que o numero de pequenos desoccupados, em Fortaleza, cresce dia a dia, sem haver o que justifique tal facto.

A maioria dos garotos tem alguma occupação: ora engraxates,

Uma familia pobre «commodamente» installada num «wagon» abandonado.



Fonte: Ceará Ilustrado (Fortaleza).

tornarem-se “inevitavelmente, amanhã, gatunos e talvez, assassinos”. Sugere, por seu turno, que se remetam as crianças para um patronato agrícola da infância e que se isolem os mendigos num estabelecimento construído para tal fim. A pena do autor se volta contra todos os tipos “indesejados”: “além dos menores vagabundos que enchem a cidade, existem ainda os mendigos, os leprosos, os desprezados da sorte, que nos imploram nos cafés, nos bondes, às portas do cinema, fornecendo assim Fortaleza uma impressão detestável ao “forasteiro que a visita”²²⁷.

Estas representações do espaço urbano como sede dos valores modernos e da civilização, obviamente, já haviam se consolidado no discurso das elites desde o final do século XIX. Se por um lado, celebravam uma mundanidade cosmopolita, baseada na moda, na arquitetura e no urbanismo, nos rituais de sociabilidade e nos demais instrumentos de distinção social, por outro, continuavam a ser refratários a tudo aquilo que representasse qualquer grau de ameaça ao *status quo*. As chamadas “classes perigosas”, ou seja, o conjunto dos “indesejáveis” deveria ser assim, afastado do convívio social mediante o exercício de uma racionalidade disciplinadora, comprometida com os valores burgueses, de viés marcadamente conservador. A revista de Demócrito Rocha, desta feita, veiculada para as elites e buscando o seu favor, nada mais faz do que reproduzir os seus valores, reforçando-os e estimulando o seu caráter reacionário.

É sob esta perspectiva que devemos compreender o discurso político de Demócrito Rocha. Em primeiro lugar, é a fala de quem se dirige às elites urbanas e assim o faz munindo-se dos preconceitos e lugares comuns próprios deste grupo social; em segundo lugar, representa a opinião de uma fração muito pequena e localizada do universo eleitoral que, além de se mostrar insatisfeita com o regime, também o despreza: seja pelo seu relativo peso eleitoral, que a impede de obter qualquer controle sobre ele; seja por não se identificar com as lideranças políticas interioranas, vistas

²²⁷Não raro a revista se punha no lugar do “forasteiro que a visita” ou “daquelle que aqui passar”. Na edição do dia 11 de janeiro de 1925, uma nota pressionava as autoridades municipais de Fortaleza para que se desse cabo nos esgotos correndo a céu aberto no centro da cidade. Segundo o autor da nota: “Quem por aqui passar (nós somos victimas), principalmente à noite, terá a certeza do que afirmamos e há de admirar-se de ainda haver gente sã, no quarteirão das farmácias”. Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 11 de janeiro de 1925 (p.3). A preocupação com o aspecto da cidade estava relacionada, entre outros, à percepção do visitante que podia fazer um mau juízo das condições higiênicas e do caráter moderno da urbe. Ou seja, as impressões do estrangeiro ou visitante nacional eram parte fundamental da auto-imagem que as elites projetavam no espaço da cidade. Exemplar, neste sentido, é a publicação do artigo “A propaganda do Brasil no exterior: receios de um grande nacionalista” de César Magalhães. Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 22 de março de 1925 (p. 6);

com desconfiança e desdém. E, finalmente, em terceiro lugar, mesmo considerando seu peso relativo, é o discurso voltado para um grupo que se considera como a “opinião pública”, como estrato social autônomo e independente, e por isso mesmo “purificado” da corrupção que assolava o regime político.

A coluna de Demócrito Rocha, intitulada “O Momento Político” marcava a abertura da revista. O tom dominante era o de um profundo desprezo pelo regime, vazado numa narrativa predominantemente irônica: os partidos tradicionais são ridicularizados, bem como suas lideranças, os eleitores “matutos”, os acordos políticos, as eleições, etc. Nada há que se salve da contundência da pena de Demócrito Rocha, a não ser, claro, a plataforma política de Fernandes Távora, seu amigo e político que se pretende “independente” diante da situação dominante no estado. É importante que se sublinhe que mesmo tratando de temas mais áridos (se confrontados ao caráter de amenidades e trivialidades da revista) a coluna não raro apela para o humor sarcástico. Os chefes políticos são tratados por supostos apelidos e enredados em situações patéticas ou comicamente trágicas. Ri-se do fato de serem eles “matutos”, mesmo que nem sempre ingênuos. De fato, são caracterizados como verdadeiros astuciosos, gente que, mesmo sem “adorno” intelectual algum, demonstra uma compreensão vívida da política tal como era experimentada à época.

Neste sentido a coluna, nos primeiros meses de 1925, voltava toda a sua atenção para as eleições à Assembleia Legislativa estadual. O presidente do estado, desembargador José Moreira da Rocha fora eleito um ano antes a partir de um acordo entre conservadores (aciolistas) e democratas (rabelistas). Ambos os partidos sustentavam o governo, mas teciam nos bastidores, renhida luta para conservar ou atingir os mais elevados cargos e postos na administração pública. A eleição de maio de 1925 deveria ratificar qual destes dois grupos teria preponderância política relativamente ao governo estadual. O papel do presidente estadual era o de “reservar” determinado número de vagas para cada uma das facções em disputa, interferindo na formação das listas partidárias e trabalhando para a eleição dos seus aliados. O objetivo maior, dizia-se, era o de manter o equilíbrio entre os dois partidos, garantindo ainda, um pequeno número de vagas para os opositoristas. Percebe-se, a partir deste movimento, como as eleições eram um negócio relativo apenas às elites políticas e decidida antes mesmo do pleito, em acordos de gabinete. Não é à toa, que o período que antecedia a eleição era de expectativa e indefinição para ambos os grupos, já que

o presidente do estado praticamente “decidia” – a partir das suas conveniências e de seu cálculo político – a formação de sua bancada de sustentação na Assembleia.

Assim, Demócrito Rocha inicia uma série de conversas com políticos influentes no estado para obter qualquer informação que viesse a iluminar a condução do processo. Muitas das entrevistas são mantidas no anonimato – por pedido dos próprios entrevistados – e no mais das vezes, são todas baseadas em rumores, em suspeitas, em supostas conversas de bastidores. Na edição de 15 de fevereiro de 1925, a coluna registrava o momento:

“Conforme declaramos em nosso número anterior, os políticos de maior evidencia no Estado não quizeram dar-nos a sua opinião sobre o momento político.

“Alguns delles apresentavam escusas na ignorância sobre as démarches em torno da constituição da nova Assembléa. Outros declararam que de forma alguma dar-nos-iam suas impressões com receio das complicações decorrentes de sua palestra.

“Um dos actuaes deputados estaduaes chegou mesmo a dizer-nos que nos importava simplesmente o sabermos ‘se estamos de cima’. Não nos deveriam importam os porquê da situação.

“Todos os recuos que temos registrado devemos unicamente à nossa mania de falar.

“O deputado federal, dr. Manuel Satyro, por exemplo, ao ser abordado, sorriu quasi tímido e quando lhe perguntamos se estava ‘de cima’, limitou-se a responder:

“- A meio páu...”²²⁸.

Como se lê, o cálculo político parecia ser arte movida por sutilezas as mais diversas. O equilíbrio das forças políticas era tão frágil, que a menor declaração poderia derrubar um arranjo arduamente construído. Ninguém ousa falar, todos temem as consequências de uma imprudência, de uma inconfidência. O mais importante era manter a condição de “aliado” do governo, ou seja, como se falava na época, dar a entender que tal partido estava “de cima”. Já que, ao contrário, a pecha de oposição não era suportada pela classe política. Ser “de baixo” implicava a impossibilidade de manejar qualquer espaço de transação política ou de favor, na medida em que se ficava alijado das benesses do poder. O silêncio, nesta hora, era a postura acertada a se tomar.

²²⁸Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 15 de fevereiro de 1925 (p.2);

Insistindo na sua investigação, Demócrito Rocha dirige-se ao coronel Arthur Temóteo, do Partido Republicano Conservador, deputado estadual e interessado imediato na reeleição. Ao ser indagado sobre a fórmula da composição da futura Assembleia, o deputado responde: “Não sei de nada e acho até prematura qualquer opinião a respeito. Tenho estado várias vezes com o presidente, mas não tratamos de assumptos políticos. E tem mais: qualquer declaração sua, direi que é inexacta”. Ao passo que Demócrito insistia, o coronel Temóteo, retrucava: “Bem, não sei de nada, mas se o amigo quizer saber de alguma coisa, indicar-lhe-ei quem possa ministrar o ‘boato’”. O tal “boateiro” indicado pelo político era um sujeito conhecido como “Luizinho”, gente que Demócrito não hesita em qualificar de “arraia miúda”. O referido Luizinho, apelido de Luiz Baptista Vieira, mostra-se a princípio reticente com a abordagem de Demócrito Rocha, mas logo a seguir, desfia toda a sua sabedoria acerca dos segredos palacianos. Conhece de cor os dez candidatos aciologistas escolhidos pelo presidente, bem como os dez candidatos rabelistas, os quatro de indicação do presidente e os seis candidatos da minoria. Ao cabo, depois de expor com riqueza de detalhes todas as confabulações partidárias, Demócrito não hesita em afirmar que o coronel Temóteo tinha razão em indicar Luizinho como “boateiro”, afinal, o homem, tido como “arraia miúda” parecia conhecer tudo o que se passava nos gabinetes do palácio do governo.

Em 8 de março, o famigerado Luizinho reaparecia como protagonista da coluna. Ao sair do Palácio da Luz, Luizinho fora abordado por gente da imprensa e pelos curiosos da *Rotisserie Sportsmen*. Acalentavam a esperança de que Luizinho tivesse toda “situação política na cachola”. Ao se ver cercado e submetido a inúmeras perguntas, Luizinho, laconicamente, responde: “não sei de nada”. Demócrito consegue levar o rapaz até o Clube Iracema e pagando-lhe uma bebida, pergunta-lhe:

“ – Que te disse o presidente?

“- Nada, absolutamente...

“- Nem ao menos assim... um toque?

“-Nada, nada. Apenas, quando eu sahi, o Presidente foi deixar-me até à porta do Gabinete. Allí chegando, parou um minuto, collocou a mão direita sobre o meu hombro e perguntou-se baixinho, que nem o Jonas ouviu:

“- Luizinho, que há sobre a chapa?”.²²⁹

²²⁹ Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 8 de março de 1925 (p.2);

Ou seja, o próprio Luizinho estava mais bem informado acerca das eleições que o próprio desembargador Moreira. A leitura atenta da narrativa de Demócrito Rocha só vem a confirmar o seu talento como jornalista político. Vê-se que ele consegue, com habilidade, reproduzir uma complexa trama de interesses políticos, todos eles fundados em especulações e suspeitas e, ao final, transformar tudo isto num grande deboche. As circunstâncias, neste caso, sobrepõem-se aos próprios atores da cena, que parecem, a todo momento, estarem desnorteados com tamanha boataria. Ao mesmo tempo, como se leu, a coluna de Demócrito Rocha assume um tom que se aproxima muito das atuais reportagens de “bastidores” da política, mas sempre com um humor sarcástico e demolidor.

A discussão a respeito da formação das chapas para as eleições de maio só obteve desfecho em abril. Seriam reservadas 12 cadeiras para os democratas, 12 para os conservadores e 6 para a oposição. O objetivo da partilha era o de evitar que um partido se sobrepusesse a outro e por sua vez, impedisse a implosão do frágil equilíbrio de poder entre os partidos da sustentação do governo. O Luizinho, afinal, acertara. Por outro lado, nem todos aqueles que acalentavam expectativas de reeleição, conseguiram o beneplácito do presidente estadual. Pelo lado dos democratas, a guilhotina atingira quatro deputados: Jorge de Serpa (filho do ex-presidente Justiniano de Serpa), monsenhor Salazar, Theophilo Botelho e Godofredo de Castro. A coluna deste dia reproduzia um discurso do senador João Thomé (ex-presidente estadual e líder do Partido Democrata) que procurava consolar os seus amigos não reeleitos. Ao final, apesar de todas as desculpas e palavras de conforto, Demócrito não hesita em afirmar que:

“O descontentamento com que elles receberam o golpe que os feriu, será remoído dentro de cada um, como o próprio sr. senador João Thomé remóe, caladinho, as máguas que tem de seu ‘nobre amigo’ (referindo-se ao presidente desembargador Moreira da Rocha)”²³⁰

Para Demócrito, parece claro que diante de um sistema político forjado sobre alianças artificiais, com partidos sem representatividade e decidida em acordos de gabinete, só podem sobressair os interesses individuais mais imediatos. Assim, a

²³⁰ Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 27 de abril de 1925 (p.2);

articulação política se define basicamente num tráfico de influências pessoais em cujo cerne está a capacidade de cada um dos atores angariar votos para o situacionismo. O caso do deputado Jorge de Serpa é exemplar. Filho do ex-presidente estadual Justiniano de Serpa, ganhou uma cadeira na Assembleia em função da influência paterna. Com a morte de seu pai em 1923 não conseguiu a reeleição, já que a sua base de poder havia se desfeito. Foi substituído, na indicação da chapa democrata, por outro Jorge, agora Jorge Moreira da Rocha, filho do então presidente estadual²³¹.

O redator do *Ceará Ilustrado*, Tancredo de Moraes, na edição do dia 5 de abril de 1925, assinava um artigo de fundo chamado “Psychologia Política”, cujo objetivo era o de fornecer uma interpretação adequada aos acontecimentos que definiram a escolha dos nomes para as chapas das eleições de maio. O autor do artigo vaza a sua opinião ancorado numa percepção negativa quanto à personalidade dos homens que faziam a política da época. Ou seja, ao invés de procurar uma explicação fundada nas bases do funcionamento da política oligárquica, preferia um argumento baseado na moralidade. Se retomássemos os argumentos de Jáder de Carvalho (supra) perceberíamos entre os dois muitos pontos de contato, principalmente aqueles que se referem a um “descalbro” moral da sociedade. A solução, neste caso, só poderia advir de uma transformação dos costumes políticos.

“Por maiores esforços que se envidem, no seio dos próprios partidos, os correligionários vivem em guerra surda e se aborrecem mutuamente.

“Não há ideal nem bandeira a defender; o interesse particular é o que norteia, é o farol que ilumina a rota a seguir (...)

“Os amigos de hontem, são hoje rancorosos desaffectedos, nada obstante poderão jurar amanhã lealdade eterna. (...)

“É interessante e curiosa a psychologia do político profissional: elle não conhece a firmeza inflexível dos princípios christãos irreductíveis na convicção inabalável de sua crença; não, o pão negro e amargo do ostracismo não foi feito para o seu palladar delicado”.²³²

A coluna “O Momento Político” explorava, de maneira mais constante, as inúmeras divergências entre a classe política por ocasião da indicação dos trinta nomes para a Assembleia Estadual. Demócrito Rocha passara, a partir deste ponto, a defender com mais firmeza a plataforma política de Fernandes Távora, considerado por ele

²³¹ “Raposa versus raposa”. In: *Ceará Ilustrado* (Fortaleza) de 27 de abril de 1925 (p.6);

²³² *Ceará Ilustrado* (Fortaleza) de 5 de abril de 1925 (p.3);

como alguém capaz de impor-se pela autoridade aos interesses mesquinhos dos chefes políticos do interior. Ao mesmo tempo, o jornalista lamentava que a “opinião pública” fosse tão lamentavelmente ignorada no processo político. Para ele havia apenas “um grande eleitor”, ou seja, o próprio presidente estadual, que a partir de seus conchavos, determinava a sorte da administração pública e da representação política.

Na coluna do dia 12 de abril de 1925, Demócrito Rocha fazia um balanço da atuação do presidente estadual até aquele momento. Segundo ele, “A opinião pública, que recebeu de braços abertos o advento do Sr. Desembargador Moreira da Rocha” não conseguia fazer-se ouvir pelo presidente a não ser como “um clangor de protestos”. Da mesma maneira, esta “opinião pública” confiara na promessa presidencial acerca da “livre escolha de seus representantes”. Nesta esperança, “O povo se julgou desopresso com as declarações espontaneas do Sr. Desembargador Moreira da Rocha” e “A formação da nova Assembléa seria a pedra de toque das intenções do Sr. Desembargador”. Entretanto, o desenrolar dos acontecimentos mostrou apenas que “O grande eleitor [ou seja, o próprio presidente] pôde votar livremente até nos candidatos alheios. Pôde votar naquelles trinta nomes que apareceram no *Diário do Ceará*. O povo é que não pôde nem poderá utilizar-se de suas prerrogativas, apesar da ociosa franquia das urnas”²³³.

Nas páginas do *Ceará Illustrado*, o desembargador Moreira é retratado como um político débil e venal, vítima dos interesses escusos dos seus aliados. O apelido de “Moreirinha” caía-lhe bem por sublinhar este caráter túbio, esta sua condição de refém de interesses poderosos dos grupos políticos do interior do estado. Tudo aquilo que o “Moreirinha” garante em público, tudo o que promete – principalmente no que diz respeito à moralidade e à lisura dos pleitos – deve ser compreendido pelo avesso. Ora, um político que diz uma coisa e faz outra é um prato cheio para um humorista irônico. Demócrito Rocha soube explorar com mestria esta faceta do presidente, contribuindo para difundir uma imagem de político fraco e sem pulso algum.

Na edição do *Ceará Illustrado* do dia 18 de outubro de 1925, após uma longa análise da trajetória política do governo Moreira da Rocha, transcreve-se um diálogo imaginário provavelmente ocorrido nos corredores da Assembleia:

²³³ Ceará Illustrado (Fortaleza) de 12 de abril de 1925 (p.4);

“Diálogo.

“- Então haverá lucta entre os partidos cada um delles querendo o lugar de deputado?

- Não, o Moreirinha é homem muito conciliador; o candidato será neutro, uma banda marreta, outra rabellista. Assim, este candidato não sentar-se-á nas bancadas, mas do lado do tachygrapho”.²³⁴

Na edição do mesmo dia, a olhar satírico de Demócrito Rocha se volta contra um chefe político matuto. Indagado se haveria competição para preencher a vaga do deputado Luís Felipe de Miranda, recém-falecido, e se a bancada democrata poderia romper com a base de apoio do presidente estadual, eis que recebe a seguinte resposta:

“- E sobre o falado rompimento dos democratas, pode adiantar-nos alguma novidade?

“- Não há rompimento nenhum. Tudo vae muito calmo.

“- Neste caso, houve transigência do governo?

“- Nenhuma transigência houve. Não houve transigência, como também não há intransigência da parte do governo que, neste caso, pleiteia exclusivamente os interesses do povo: uma lei muito liberal”.²³⁵

Mais uma vez, se faz necessário um esforço para discernir as incongruências semânticas da narrativa de Demócrito Rocha. Como já foi abordado, a ideia de “opinião pública” nada mais é do que um eufemismo para caracterizar aqueles eleitores que se julgavam infensos às coerções impostas pelos chefes políticos do interior, ou seja, o eleitorado urbano, leitor de jornal e pertencente às elites e às classes médias de Fortaleza. Esta “opinião pública”, segundo Demócrito, decepcionou-se com os rumos da política estadual porque não lhe foi cumprida a promessa, feita pelo próprio presidente estadual, de que haveria “liberdade de voto”, ou seja, de que o presidente e seus aliados não interfeririam na condução das eleições, seja elaborando chapas e indicando nomes, seja agindo diretamente para angariar votos (ou forjar o resultado das urnas). Pensar assim não seria ingenuidade demais? Ora, o próprio presidente estadual, neste sentido, fora galgado ao cargo (numa eleição em que não houve adversário) para servir de “fiel da balança” entre as duas maiores lideranças

²³⁴ Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 18 de outubro de 1925 (p.5);

²³⁵ Ceará Ilustrado (Fortaleza). idem (p.9)

políticas do Ceará, no caso, José Accioly (chefe do PRC) e João Thomé (chefe do PRD)²³⁶ e mesmo assim, havia sido, segundo o próprio Demócrito Rocha, “recebido de braços abertos” pela dita opinião pública. A simples promessa da “liberdade de voto” fora capaz de “angariar as sympathias” destes estratos urbanos. Entretanto, conforme se leu, a dinâmica política continuou a mesma, ou seja, fundada em acordos pré-eleitorais entre o presidente estadual e seus partidos de sustentação que, facilmente, eram capazes de eleger os nomes indicados nas chapas. Em menos de um ano de mandato, tais “simpatias” foram desfeitas e a coluna de Demócrito Rocha representaria a decepção das elites urbanas frente este estado de coisas.

É claro que Demócrito Rocha não era nenhum ingênuo. Tal “indignação” soa artificial. Eram bem conhecidos os laços de amizade que o jornalista nutria para com Fernandes Távora, à época, totalmente alijado do sistema político por ser de oposição ao governo. Entretanto, como estava “de baixo”, Fernandes Távora tinha a possibilidade de escrever os mais contundentes panfletos contra a ordem estabelecida, ou seja, contra os “de cima”. Na realidade, era a única coisa que podia fazer já que, como se leu, nenhum político de oposição tinha a menor chance de transação, de barganha, na lógica do favor que então se fazia dominante. Mesmo assim, há ainda um aspecto do discurso de Demócrito Rocha que merece ser levado em consideração: a ridicularização da crença nas soluções definitivas.

Se em 1924 acreditou-se na “liberdade de voto” prometida pelo desembargador Moreira, em 1926 acreditou-se na eleição direta de prefeitos municipais, assim como em 1928 acreditou-se no voto secreto. Todas essas reformas foram saudadas como capazes de “moralizar” as eleições e em sua defesa saíram a maioria dos jornais de Fortaleza. E, anos após, todas elas foram havidas como incapazes de permitir tal moralização, vistas, afinal, como instrumentos que permitiam às elites políticas a sua perpetuação no poder. É preciso recolocar o problema das narrativas políticas agora, sob um outro ângulo. Na medida em que a política era

²³⁶“Sua excelência chegou aqui bafejado pelo prestígio do governo federal, apoiado, sem discrepância, por todos os partidos e confortado pela crença do povo de que seu governo seria um governo de respeito à sua vontade e zeloso quanto aos seus interesses, dentre os quais, o maior é, justamente, a livre escolha de seus representantes”. In: Ceará Ilustrado, *idem*; “Depois de prolongadas contorsões, eis que o Sr. Presidente chegou a uma conclusão, terminando em paz com o Sr. João Thomé e em paz com o Sr. José Accioly, a celebre operação de dividir, em que o eleitorado independente acaba de ser, escandalosamente, logrado”. In: “Os Boletins da Semana”. Ceará Ilustrado (Fortaleza) de 12 de abril de 1925 (p.5);

compreendida como espaço de transação entre indivíduos isolados, “sedentos de poder”, a única alternativa de compreensão da dinâmica política recaía numa explicação moral ou moralizante. Ao fim, tudo se reduzia à dicotomia entre “bons” e “maus” políticos. Para Jáder de Carvalho, como se leu acima, a saída estava no sacrifício heroico das pessoas de bem em prol da moralização do regime. Se Demócrito Rocha não chega a falar em “sacrifício heroico”, também não hesita em confiar num líder carismático, que, na sua percepção, era o próprio Fernandes Távora.

É de alguma forma surpreendente o fato de que a crítica política daqueles tempos, na maioria dos casos, parecesse desconhecer qualquer espécie de análise conjuntural da política. O máximo que parecem alcançar, sem dúvida, é a rejeição ao eleitor comum, o “matuto”, havido como incapaz de resistir às pressões impostas pelos chefes políticos interioranos. Fora disso, nada. Não há referências mais explícitas ao sistema oligárquico situacionista (a chamada política do café-com-leite), nem ao exercício do poder econômico ou, sequer, à lógica do favor e do governismo que, de fato, determinava o sucesso dos pleitos. De certa forma, para responder a tal carência analítica é que surge, no cenário local, o jornal *O Ceará*, de propriedade de Júlio de Mattos Ibiapina e que, sem dúvida, é o precursor de uma análise sociológica da política cearense.

O resultado da ironia de Demócrito Rocha é ambíguo (como toda ironia). Se por um lado presta-se bem à demolição das reputações, à subversão da retórica tradicional, por outro lado, é fraco no que diz respeito à construção de uma análise crítica mais densa, dotada de melhores argumentos. Esta ambigüidade, por sua vez, caía bem quando dirigida ao seu público leitor: as elites e classes médias urbanas. Ora, ambos postam-se criticamente ao regime, mas ao mesmo tempo, a ele estão coniventes em razão de sua posição no campo do poder. A saída irônica preserva os limites de sua capacidade de ação: nem se submete passivamente aos interesses da classe política, tampouco é capaz de propor alternativas mais palpáveis. Esta situação é bastante cômoda e, passando por intelectualmente defensável e palatável, atinge em cheio o gosto das elites ilustradas de Fortaleza. Ou seja, daqueles que não se furtam a menosprezar o adversário sem, contudo, oferecer alternativas mais radicais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao chegar ao final desse trabalho, faz-se o momento de avaliar se os problemas aqui levantados foram, efetivamente, respondidos. Em caso afirmativo, se tais respostas foram suficientes e, em caso negativo, a razão dessas dificuldades.

A primeira pergunta levantada dizia respeito às mudanças nos padrões auto-explicativo da imprensa política e do pensamento social quando se referiam à “realidade nacional”. Segundo a hipótese aqui aventada, o padrão anterior, preponderante entre 1870 a 1910, *grosso modo*, fora dominado pelas noções de “progresso”, “civilização”, “evolução”. A partir de 1910, contudo, tais referências teriam se desgastado e substituídas pelas percepções de “atraso” e “crise”. Àquela altura, perguntava-me: por quê?

No afã de alcançar as respostas, iniciei essa investigação problematizando a própria categoria de discurso e, mais do que isso, do discurso político (e da política). Esses problemas iniciais foram decisivos para o desenvolvimento da pesquisa. Isso porque, como já se aludiu anteriormente, se o discurso das ciências (naturais ou sociais) se definia por uma série de regularidades e processos de formação específicos (jargão, existência de uma instituição legítima, ereção de um método, formação de uma comunidade apta a proferir tais discursos), o discurso da política parecia muito menos estável.

A particularidade do discurso da política estava marcada pela ausência ou debilidade de tais processos formativos. A “verdade” do discurso da política parecia muito mais incerto, mais maleável, mais transacionado, do que aquelas “verdades” (que, na prática, são consensos teóricos ou metodológicos) emitidas pelas ciências. Essa instabilidade era marcada por algumas situações-chave: ausência de uma instituição que se apoderasse e controlasse a emissão do discurso, ausência de um método de investigação, além do caráter marcadamente comprometido, socialmente condicionado, e politicamente interessado desse discurso.

Ao mesmo tempo, era preciso relativizar o caráter público do discurso da política. Se por um lado, ele é mais aberto e franqueado do que o discurso “esotérico” das ciências (que exige um conhecimento específico do jargão), por outro lado,

também promove seleção e habilitação mínima para proferi-lo. Ou seja, a própria configuração da realidade social e sua condição desigual de classe, reconfiguram o campo dos discursos possíveis. Daí a valorização de certas habilidades tais como a capacidade alfabética, de expressão retórica, etc.

Se não há uma “instituição” que controle e discipline a emissão do discurso da política, também não há ausência de “espaços” e de “lugares” dedicados a tais manifestações discursivas. Daí o esforço inicial em mapear e de compreender a ação da classe política, dos jornais, dos processos de alistamento eleitoral, do papel dos partidos políticos, das características das folhas independentes (não-partidárias) etc. Esse trabalho, necessariamente, me levava à percepção de uma dinâmica social baseada na conquista e no controle dos espaços institucionais da política. A partir desse ponto, a preocupação efetiva era a de compreender as chamadas “condições de produção” do discurso da política. Nesse processo alcançaria, pensava, uma maior segurança a respeito dos meandros da reprodução do discurso da política.

Isso, efetivamente se deu. Tanto é assim, que o escopo da pesquisa tomou uma direção de classe mais clara, revelando o embate dos interesses e das percepções do social emitidas por cada um dos grupos politicamente organizados que estivessem envolvidos no debate público. Debate público esse, que sublinhava a questão do “atraso” e da “crise” e de suas repercussões na realidade brasileira e cearense.

A partir de então, foi relativamente fácil empreender um mapeamento dessas posições em conflito, rompendo com uma percepção primária e absoluta do processo histórico envolvido, revelando sua complexidade e riqueza. Ao mesmo tempo em que tal mapeamento revelou uma insólita relação entre os textos coligidos.

Essa insólita relação escondia-se nos meandros do significado. Encontrei na natureza dos argumentos, na maneira como eles eram construídos, na lógica mesma da sua exposição, uma dada regularidade que me chamou a atenção. Ou seja, a de que tais discursos se estruturavam a partir de princípios meramente retóricos e morais. Não importava sua proveniência: se oriundos da imprensa partidária, da imprensa católica ou proletária – cada um deles expunha seus diversos e variados pontos de vista a partir de um escopo fundado na moralidade.

O entendimento que aqueles emissores do discurso da política possuíam do processo histórico se fundava em padrões bastante simplórios. Longe de lançarem

mão de argumentos fundados numa perspectiva científica, fixavam-se basicamente na ideia de um embate feroz entre o bem e o mal. E dado que era o mal que prosperava face ao bem, explicado estava o elemento central da “crise”.

Efetivamente, aqui e ali, com certa freqüência, tais argumentos lançavam mão de elementos linguísticos oriundos do jargão técnico dos especialistas da ciência. Mas, como se houve por bem demonstrar, tal não era mais que a superfície das coisas. Estavam ali, todos esses elementos linguísticos (evolução, decadência, raça, miscigenação e congêneres) como instrumento de convencimento, como índice de legitimidade de um discurso basicamente moral.

De fato, referências as mais díspares e descontraídas combinavam-se para criar um “estilo” retórico de cor local, qual seja aquele advindo do ecletismo intelectual muito frouxo e vulgarizado, que seduzia o leitor por escorá-lo num dado prestígio entre as classes cultas da época.

Quando falo em realidade retórica do discurso da política quero enfatizar que o seu objetivo primeiro é o da arregimentação, da criação de identidades, da cooptação e do convencimento. Para alcançar tal fim, lançam-se mão de diversos meios: desde um sentimentalismo piegas, passando pelo exagero, pela legitimidade do jargão científico, pelo escândalo, pela denúncia, pelo boato. Parafraseando o célebre florentino, no discurso da política os meios justificam os fins.

E nesse patamar de análise lingüística, as questões relativas às diversas percepções do social se dissolvem parcialmente no universo da cultura. Ora, falamos de uma dada cultura letrada – mas não a “alta cultura” dos intelectuais eruditos – senão a cultura letrada média, vazada por intermédio dos jornais e vulgarizadas em suas reportagens, artigos e editoriais.

Essa cultura letrada média, por assim dizer, se estriba, num dado “gosto estético” muito próximo ao parnasianismo, ao ecletismo intelectual brasileiro e, fundamentalmente, numa compreensão moralística, provinciana, individualista e episódica do processo histórico.

Raramente se procuram nos elementos estruturais de uma dada sociedade (por exemplo, as práticas do clientelismo e do favor) a explicação de um fenômeno. O fenômeno (digamos, a corrupção) é atribuído à conduta má, degenerada, parasitária,

egoísta, torpe e vil do sujeito individualizado. Ouvem-se, claro, ruídos na paisagem: o caso da imprensa proletária que ao invés de individualizar o sujeito o transforma numa categoria (o burguês). Mas ainda assim, dada as próprias condições incipientes de formação de uma elite intelectual proletária, as conseqüências disso não ficam além da superfície. Ou seja, ao invés de culpabilizar o político corrupto, culpabilizam o burguês “avaro” e “mesquinho”.

As alternativas que se sucedem, ainda que numa razoável variedade, não superam o dado fundamental de um discurso de que escora numa moralidade congelada, palco do embate entre as forças do bem e do mal. Assim é que, quando as alternativas mais tradicionais apostam na substituição de um personagem por outro (um partido, um político) não questionam as bases de uma real renovação das práticas políticas longamente cultivadas. Nada mais fazem que reforçar o padrão explicativo que vê no outro a explicação do “mal”.

Quando certo catolicismo de matriz conservadora faz o elogio do fascismo, na verdade, acredita na necessidade da redenção através de um “homem enérgico”, de um “homem providencial”. Mussolini foi, para essa matriz, o símbolo do homem de energia, do sujeito capaz de, por sua própria vontade, defenestrar os viciados, os corruptos, os tíbios de caráter da cena política.

De fato, essa mesma explicação nos dá Fernandes Távora: contra o mal instalado no corpo da nação – mal que suga as energias nacionais – faz-se a necessidade da vinda do homem de energia, de vontade inabalável, de compromisso supremo, místico com a redenção nacional.

Entre tantos pontos de divergência, muitos pontos de contato. Foi na leitura dos textos com os óculos voltados para o problema moral dos argumentos que foi possível enxergar situações inusitadas. Ora, o jornalista Mattos Ibiapina, inimigo declarado do clero e modelo do intelectual liberal era tão admirador de Mussolini (e do homem enérgico) como o conservador padre Tabosa Braga, defensor incondicional do tradicionalismo.

Reforço mais uma vez essa insuspeita dimensão: ainda que cada uma dessas vozes (imprensa partidária, Igreja, sindicatos, imprensa “de ideias”, pasquins satíricos e etc) estivessem em campos diversos do poder; ainda que tais vozes defendessem posições políticas muito realistas; ainda que o processo de formação de

seus intelectuais divergisse, uma coisa afinal eles compartilhavam: uma dada moralidade dominante e sedativa que rebaixava todos os problemas e interpretava todas as situações como uma luta entre o bem e o mal.

Uma pergunta que, de fato, nem ousei formular (até porque dificilmente conseguiria responder) dizia respeito à própria consciência desse fato. Estariam tais intelectuais conscientes de que seus argumentos se fundavam mais em elementos retóricos e morais do que em pressupostos objetivos de análise social?

Não ousei formular tal problema porque objetivamente não teria como respondê-lo. Mas, é possível aventar hipóteses, sejam elas partidárias do “sim” e do “não”. Se “sim” isso significaria que eles tinham uma capacidade de manipulação do discurso tal, que produzissem para a média do leitor, considerando sua capacidade de interpretação da realidade social. Se “não”, isso significaria que eles estivessem totalmente imersos numa dada cultura e incapacitados de emergir as vistas para além dela. Não há como responder isso.

Conforme a questão da retórica e dos argumentos de fundo moral foi se sedimentando na pesquisa e na redação da tese, procurei compreender por outros caminhos a sua manifestação na imprensa e nos discursos da política.

Isso me levou a abordar dois problemas que ainda não havia, de fato, tomado consciência. Em primeiro lugar, a da própria existência do jornal político, seja referente a sua diagramação, a escolha das manchetes, da organização das matérias, da tonalidade estilística presentes em sua redação. Ora essa série de questões me levou a abordar um pouco da história e das transformações ocorridas no próprio caráter do jornalismo político.

Tais transformações se operaram no sentido da mudança do jornal de um canal sóbrio, pobremente diagramado, sem manchetes e com uma redação gongórica para um meio vibrante, atulhado de escândalos, variedade tipográfica e linguagem cada vez mais ágil e telegráfica. O problema que me colocava agora era: tais mudanças eram causa ou efeito de uma nova sensibilidade mais afeita às manchetes escandalosas, ao sensacionalismo, às frases de efeito. Parece-me, particularmente, que as duas coisas caminharam em conjunto. Na medida em que o jornal partidário foi se transformando em “empresa jornalística” e que as vendas se tornavam cada vez mais decisivas para a

sobrevivência da folha, os apelos emocionais acabaram se tornando mais importantes, subjugando o apelo à objetividade.

Tais apelos emocionais, contudo, já vinham se manifestando desde há muito. A imprensa partidária sempre fora muito aguerrida e combativa nos seus ataques e achincalhes. Entretanto, tudo isso acabava sendo moderado pelo estilo mais “empolado”, indireto, pseudo-erudito, parnasiano da prosa política. Só a partir da década de 1920, pelo menos no Ceará, é que isso vai se alterando.

E se altera, dentre outros fatores, pela entrada em cena de uma nova imprensa, não tão comprometida com os partidos. Dentre esses novos atores, novos emissores do discurso, estavam as revistas ilustradas e os pasquins satíricos. No que dizia respeito às revistas ilustradas (diversionais, lítero-diversionais) a chegada do colunismo social deu mais leveza no tratamento de temas tradicionalmente áridos. As ilustrações também seduziam o leitor de uma maneira mais efetiva, sempre acompanhadas por projetos gráficos inovadores e diferentes. Isso foi se incorporando à imprensa mais “sisuda” do cotidiano político.

Os pasquins satíricos também contribuíram com o seu quinhão para a transformação da linguagem no discurso da política no jornalismo. O humorismo político sempre esteve presente na imprensa, mas a partir da década de 1920, torna-se mais engraçado e caricato, ao invés de ser simplesmente mordaz. Os políticos não eram mais representações de “barões” hipócritas, mas sim sujeitos simplórios, banais, humanizados, enredados em situações pitorescas que revelavam o seu lado mais tolo e vaidoso.

Mas, a ênfase que dei aos pasquins satíricos, em particular e ao humorismo político, em geral, cumpre outra função nesse estudo, talvez ainda mais importante para o problema central. Foi por intermédio deles que pude encontrar brechas para o modelo da retórica moralística do discurso da política. Esse papel do humorismo político foi fundamental para “quebrar” o modelo dominante ao longo da tese, possibilitando compreender alternativas de construção dos argumentos do discurso da política.

Pois a natureza do discurso político, com sua ênfase na retórica (no convencimento e na adesão) e na moralidade (como instância efetiva de promover a adesão) leva-nos a compreender os atores (os políticos) como bons ou maus. E bons,

são, invariavelmente, seres acima dos humanos comuns. Sua moralidade é sã, seu caráter é inabalável, sua vontade é enérgica. Os maus, como já se leu, são vis e pérfidos. Ora, tal modelo é cansativo, é superficial.

Quando o humorismo entra em cena, a situação, se não chega a se inverter (pois que seria tão banal) é suspensa. As personalidades não são mais julgadas com base no par bom / mau, mas por suas fantasias, ilusões e vaidades. Caso arquetípico é a do jornal *O Diabo a 4*. Lá nenhum político é mau, nenhum é bom. Todos são tolos, vaidosos, fúteis e obcecados pelo poder. Ao mesmo tempo, as situações em que se enredam, em que se complicam e a que são publicamente ridicularizados estão na fonte das suas fantasias, dos seus sonhos patéticos e nas suas próprias ilusões.

É possível ver nesse fenômeno da linguagem humorística certa dose de desprezo não-comprometido com as lutas cotidianas pelo poder. Embora isso me seja difícil de admitir, creio que tal perspectiva só pudesse vir à tona na medida em que os seus autores se posicionassem além ou acima das intrigas comezinhas do cotidiano. Obviamente, com isso não quero dizer que tais humoristas políticos fossem *blasés* instalados em torres de marfim, mas sim, que estivessem muito à margem dos interesses políticos mais imediatos.

A necessidade que se fez, por causa disso, do anonimato, é decisiva para a compreensão do fenômeno. No caso do pasquim *O Diabo a 4*, o anonimato serve como instrumento de proteção ante aos revides, talvez furiosos, daqueles personagens-alvo de suas críticas. O mesmo se dava com a coluna *Cartas a Cunceição*, quando o autor se refugiava sob o *alter ego* Bastião Pedreiro, matuto simplório (mas inteligente) do sertão.

O caso específico das *Cartas a Cunceição* merece maior atenção. De fato, o autor, ainda que escondido sob o personagem-narrador, não esteve alheado das disputas cotidianas da política em sua cidade e região. Ocorre que, a partir desse expediente, pode dar vazão à sua sensibilidade aguçada e, a partir daí, desancar – com inteligência e mordacidade – não só a vida política sobralense e cearense, mas também toda uma “cultura” política marcada por relações de favor, clientelismo e subserviência.

De fato, Deolindo Barreto, com toda a sua verve irônica, alcançou um grau de sofisticação explicativa do processo político cotidiano, que nenhum dos letrados,

acadêmicos e doutores sequer chegou perto. Ao recusar o padrão explicativo fundado na moralidade rasteira, falando pela voz de um homem simples, “revelou” uma série de práticas “nuançadas”, meio que ignoradas ou subestimadas pela alta crítica jornalística.

Quem sabe se tal possibilidade não adveio, em realidade, pelo fato de Deolindo Barreto ter conseguido transitar entre duas culturas distintas? Por um lado, a cultura popular, sertaneja; por outro, a cultura das elites fundadas na imitação dos hábitos importados e no mascaramento de suas próprias intenções? São essas posições à margem dos lugares estabelecidos (partidos, jornais, etc) que puderam permitir aflorar uma percepção mais complexa e, conseqüentemente, mais instigante da dinâmica retórica da política.

Para mim, o encontro com o humor salvou essa tese. Diversas situações estavam claras demais, arrumadas demais, ao longo dos quatro capítulos iniciais. A solução do problema aventado parecia muito à mão, muito disponível. Foi a descoberta desses jornais satíricos que “abriram” a perspectiva teórica aqui construída. Abriram ao mesmo tempo que complicaram tudo. Mas, como historiador, tenho a tendência a arrumar as exceções nos meandros das regras. Assim, o humorismo político era diferente porque podia ser diferente, porque se mantinha à margem dos interesses estabelecidos. Ou, quando isso não parecia ser provável, surgia o elemento do anonimato e colocava as coisas de volta nos seus lugares.

Poderia ter deixado tudo em aberto e feito com que o leitor, ele mesmo, tirasse as suas conclusões. Não sei, contudo, se seria capaz de tanta ousadia. O pensamento sistematizador e a tendência a explicação dos fenômenos em argumentos claros e precisos, dominou o meu espírito durante a confecção desse trabalho. Para o bem ou para o mal, creio que esse trabalho representa o meu estado de espírito ao longo dos anos em que foi sendo escrito.

Questão última, que compreendo que necessite de certa análise, diz respeito ao próprio processo de formação da tese e, do assunto aqui desenvolvido. Esse trabalho nasceu de maneira caótica, com muitas preocupações iniciais que foram abandonadas e outras que foram se incorporando a reflexão original. Isso deve acontecer, em maior ou menor grau a quem quer que se aventure a escrever uma tese de doutorado. Mas, no meu caso particular, as coisas foram sendo encaixadas,

relacionadas, ligadas muito pouco a pouco, de tal maneira que, acabou gerando uma unidade.

Difícil foi perceber que unidade era essa. Não havia considerado qualquer trabalho que viesse a se relacionar com o universo da retórica, da moralidade, do discurso, nas fronteiras entre a história e a linguística, etc. Mas, efetivamente, não posso negar, que eu tinha o conhecimento seguro das fontes com as quais trabalhava. Imergi-me no material aqui analisado e procurei construí-lo, desconstruí-lo e reconstruí-lo de diversas maneiras, à maneira de um caleidoscópio. Foi no instante em que me decidi pela leitura cuidadosa de certas obras de Michel Foucault que aprendi a considerar o problema sob diversos pontos de vista, o que me ajudou bastante e que acabou por dar esse resultado.

Enfim, creio que esse trabalho possa ajudar o leitor a considerar uma nova perspectiva quando se lê ou se fala sobre história política, principalmente, sobre a história política cearense ao longo da Primeira República. Saí do convencionalismo, das interpretações convencionais e consagradas e procurei fazer algo que fosse relativamente original. Se o leitor da tese, por acaso não se sentir contemplado ou satisfeito com tal intento, compreendo perfeitamente, mas não posso eximir-me da tentativa obcecada em produzir uma análise que fosse o mais original possível.

REFERÊNCIAS

- AGULHON, Maurice. **El círculo burgués**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009;
- ALBERTI, Verena. **O riso e o risível na história do pensamento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002;
- ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. **A cultura popular sertaneja em José de Alencar e Juvenal Galeno**. Tese de doutorado em história. Belo Horizonte: UFMG, 2005;
- ALENCAR, Maria Emília da Silva. **À sombra das palavras: a oligarquia aciolina e a imprensa. (1896-1912)**. Dissertação de Mestrado em história. Fortaleza: UFC, 2008;
- ALMEIDA, Jorge. Cultura Política e Hegemonia. *In: IV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. Anais*. Rio de Janeiro, UERJ, 2011 (pp.1-20);
- AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart: memória da distinção**. Fortaleza: Secretaria do Esporte e da Cultura / Museu do Ceará, 2002;
- _____. **Política e intelectuais no Instituto do Ceará**. Dissertação de Mestrado em história social. São Paulo: PUC, 2002;
- ANGELI, Douglas Souza e SIMÕES, Rodrigo Lemos. A nova história política e a questão das fontes históricas. **Revista Cippus – Unilasalle**. Canoas, V.1, n2, Nov/2012 (pp.112-129);
- ARAGÃO, R. Batista. **História do Ceará**. 4º volume. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, s/d;
- ARAÚJO, Raimundo Alves de. **Família e Poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX**. Dissertação de Mestrado em história. Fortaleza: UECE, 2011;
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007;
- AVILA, Padre Fernando Bastos de, SJ. **O pensamento social cristão antes de Marx**. Petrópolis: Vozes, 1972;
- AZEVEDO, Sânzio de. **Aspectos da literatura cearense**. Fortaleza: Edições da UFC e PROED, 1982;
- BARBOSA, Carlos Henrique Moura. Organização, formação e atuação policial durante a ‘Oligarquia Acciolly’ em Fortaleza – CE. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. **Anais**. São Paulo, 2011 (pp.1-16);
- BARREIRA, Dolor. **História da literatura cearense**. 3 volumes. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1948;

- BARROSO, José Parsifal. **Uma história política do Ceará.** (1889-1954). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984;
- BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983;
- BERNSTEIN, Serge. Cultura Política. *in*: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998;
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** São Paulo: UNESP, 1997;
- _____. **Dicionário de política.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998;
- BOIA, Wilson. **Antônio Sales e sua época.** Fortaleza: BNB, 1984;
- BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001;
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1997;
- _____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996;
- BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil.** 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987;
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: EdUNESP, 1992;
- CALLEWAERT, Gustave. Bourdieu: crítico de Foucault. **Revista Educação, Sociedade e Culturas.** Porto, n.19, 2003 (pp.131-170);
- CAMPOS, Eduardo. **As irmandades do Ceará provincial.** Fortaleza: Secretaria do Desporto e da Cultura, 1980;
- CAMURÇA, Marcelo. **Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 em Juazeiro.** São Paulo: Maltese, 1994;
- CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários.** (1877-1880). Fortaleza: Secretaria Estadual da Cultura e Museu do Ceará, 2005;
- _____. **Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919).** Tese de doutorado em história. Fortaleza: UFC, 2014;
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, FGV, n. 17, 1996 (pp. 161-165);
- CARDOSO, Gleudson Passos. **Bardos da canalha, quaresma de desalentos: produção literária de trabalhadores em Fortaleza na Primeira República.** Tese de doutorado em história. Niterói: UFF, 2009;
- CARONE, Edgard. **A República Velha.** São Paulo: Difel, 1972;

- ____. Oligarquias: definição e bibliografia. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, n.12, janeiro-março de 1972 (pp. 81-92);
- CARVALHO, Jáder de (org.). **Antologia de João Brígido**. Fortaleza: Terra de Sol, 1969;
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem / Teatro de sombras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996;
- ____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013;
- ____. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. *in*: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano**: sociedade e instituições (1889-1930). Tomo 2, volume 3. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997;
- ____. História Intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**. Rio de Janeiro, n.1, 1998 (pp.123-152);
- CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995;
- CASTELO, Plácido Aderaldo. **História Política do Ceará**. Série Cadernos Parlamentares, número 2. Fortaleza: Editora Jurídica, 1963;
- CASTRO, Henrique Carlos de O. Cultura Política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Brasília, V.2, n.1, Janeiro-Julho, 2008 (pp. 1-32);
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015;
- CHARAUDEAUX, Patrick. Pathos e discurso político. *in*: MACHADO, Ida Lúcia, MENZES, William e MENDES, Emília. **As emoções no discurso**. Volume 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007;
- ____. O discurso propagandista: uma tipologia. *in*: MACHADO, Ida e MELLO, Renato. **Análises do discurso hoje**. Volume 3. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010;
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002;
- ____. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002;
- CLEMENTE, Rafael William. História política e a Nova História: um acerto de contas. **Cadernos UniFOA**. Volta Redonda, Ano VI, n.16, agosto de 2011. Disponível em www.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/45/11.pdf ;
- CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos no Ceará provincial**. São Paulo: Annablume, 1997;
- CORREA, Almir. O humor, a sátira, o macarrônico, o estereótipo e outros bichos (se aparecerem). **Anuário de Literatura**, Florianópolis, UFSC, 1997 (pp.189-212);

- CORRIGAN, Raymond. **A Igreja e o século XIX**. Rio de Janeiro: Agir, 1946;
- COSTA, Lorena Lopes. Cultura Política: apropriações pela historiografia contemporânea. *In: V SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA Anais*. Ouro Preto, EdUFOP, 2011 (pp. 1-9);
- COSTA, Raul Max Lucas. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza**: trabalhadores, ébrios, boêmios e alcoólatras (1915-1935). Dissertação de Mestrado em história. Fortaleza: UFC, 2009;
- COURTINE, Jean-Jacques e PIOVEZANI, Carlos (orgs). **História da fala pública**. Petrópolis: Vozes, 2015;
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001;
- DAVALLE, Regina. Federalismo, política dos governadores, eleições e fraudes eleitorais na República Velha. **Métis**. Caxias do Sul, v.2, n.4, jul.-dez. 2003 (226-246);
- DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985;
- DURAN, Maria Renata da Cruz. **Retórica e eloquência no Rio de Janeiro: 1759-1834**. Dissertação de Mestrado em história. Franca: UNESP, 2009;
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogia. **Vária História**, Belo Horizonte, n.28, dezembro de 2002. (pp.13-28);
- EDUARDO, Daniel José. **Cidadãos e eleitores no Rio de Janeiro na República Velha**: do “voto de cabresto” ao direito de ser eleitor. Dissertação de Mestrado em história. Niterói: UFF, 2011;
- ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios**: Estado, processos, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006;
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963;
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Volume 2. 15ª ed. São Paulo: Globo, 2000;
- FARIAS JUNIOR, José Petrucio. História e Retórica: propostas para a análise documental. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá. n. 121, ano XI, julho de 2011 (pp174-182);
- FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997;
- _____. **História geral da civilização brasileira**. 5 ed. Volume 3, tomo 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997;
- _____. **Trabalho urbano e conflito social**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000;

- FENELON, Déa Ribeiro. E.P. Thompson: História e Política. **Projeto História**. São Paulo, n.12, outubro de 1995 (pp.77-93);
- FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A Imprensa em Pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. Dissertação de mestrado em história. Fortaleza: UFC, 2004;
- FERNANDES, Yaco. **Notícia do povo cearense**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977;
- FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Senac, 2000;
- FILHO, Aurélio Pontes. **Dom José e o Correio da Semana: “o bom jornalismo” em Sobral**. Tese de Doutorado em Sociologia. Fortaleza: UFC, 2016;
- FIRMEZA, Hermenegildo de Brito. **Crônicas escolhidas**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1965;
- FONTELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade, transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)**. Dissertação de Mestrado em história. Fortaleza: UFC, 2005;
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e forças armadas na Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988;
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002;
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996;
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991;
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008;
- GALENO, Alberto. **Território dos coronéis**. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1987;
- GARCIA, Sheila do Nascimento. **Revista Careta: um estudo sobre o humor visual no Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação de Mestrado. UNESP: Assis, 2005;
- GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vega, s/d;
- GERTZ, René E. Como é possível continuar escrevendo História Política? **Anos 90**. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006 (pp.105-131);
- GIRÃO, Raimundo. **História da faculdade de Direito do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1960;
- _____. **Pequena História do Ceará**. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1971;
- _____. O abolicionista Studart. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Tomo Especial número 7, 1984 (pp. 102-105);

- GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Bibliografia cearense: séculos XIX e XX. 1º volume** (1852-1930). Fortaleza: ABC, 2001;
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987;
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007;
- ___ e ABREU, Martha. A nova 'Velha' República: um pouco de história e historiografia. **Revista Tempo**. Niterói, UFF, n.26, janeiro de 2009 (pp.1-14);
- ___ e FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, FGV, v.2, n.4, 1989 (pp.244-280);
- GONÇALVES, Adelaide Maria e SILVA, Jorge. **A imprensa libertária do Ceará, 1908-1922**. São Paulo: Imaginário, 2000;
- ___ . Imprensa dos trabalhadores no Ceará: histórias e memórias. *in*: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. 3 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004;
- ___ . **A imprensa dos trabalhadores no Ceará: de 1862 aos anos 1920**. Tese de doutorado em história. Florianópolis: UFSC, 2001;
- GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. A História Política no campo da História Cultural. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, UEPG, v.3, n.1, 1998 (pp.25-36);
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982;
- GRYNSPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999;
- GUIMARÃES, Hugo Vitor. **Deputados provinciais e estaduais do Ceará**. Fortaleza: Editora Jurídica, 1949;
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na revolução francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003;
- ___ . **Em 1926: vivendo no limite do tempo**. Rio de Janeiro: Record, 1999;
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000;
- HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da história**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004;
- HEYMANN, Luciana Quillet. Quem tem padrinho não morre pagão: fragmentos de um discurso sobre o poder. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, FGV, v.24, 1999 (pp. 323-349);

- HIRSHMANN, Albert. **O pensamento conservador**: perversidade, futilidade e risco. Algés: Difel, 1997;
- HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002;
- HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do Templo da História**: Eusébio de Souza e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942). Dissertação de Mestrado em história. Fortaleza: UFC, 2004;
- IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Ática, 1982;
- IGLÉSIAS, Fernando. **Trajétória política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. **O coronelismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981;
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC / Contraponto, s/d;
- _____. Uma história dos conceitos. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n.10, 1992 (pp.134-146);
- KUSHNIR, Kamila e PIQUET-CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia da Política. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, FGV, v.24. 1999 (225-250);
- LARA, Sílvia. História Cultural e História Social. **Diálogos**. Maringá, UEM, v.1, 1997 (pp. 25-32);
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990;
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978;
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder**. São Paulo e Fortaleza: Annablume e Edições UFC, 1996;
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1986;
- LESSA, Renato. **A invenção republicana**. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999;
- LIMA, Ana Cristina Pereira. **“Obreiros Pacíficos”**: o Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José. (Fortaleza, 1915-1931). Dissertação de Mestrado em história. Fortaleza: UFC, 2009;
- LIMA, Francisco. **O seminário da Prainha**. Fortaleza: BNB, 1982;
- LIMA, Rafaella Gomes. **Os livros na Fortaleza oitocentista**: edição e recepção das obras literárias locais (1890-1900). Dissertação de Mestrado em história. Fortaleza: UECE, 2014;
- LIMAVERDE, Lucíola e CARVALHO, Gilmar de. Jornal ‘O Ceará’: exemplo de mídia combativa na década de 1920. XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **Anais**. Natal, 2008 (pp.1-13);

- LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995;
- MACEDO, Joaryvar. **O império do bacamarte**. 2 ed. Fortaleza: UFC e Casa José de Alencar, 1992;
- MARINGONI, Gilberto. Humor de charge política no jornal. **Revista Comunicação e Educação**. São Paulo: ECA/USP, volume 3, número 7, 1996 (pp.85-91);
- MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2004;
- MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997;
- MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003;
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001;
- MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Cultura Política: história e possibilidades de um conceito. 2º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. **Anais**. Ouro Preto, EdUFOP, 2008 (pp.1-13);
- MONTENEGRO, Abelardo. **Júlio de Mattos Ibiapina: um pioneiro da sociologia regional do Ceará**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 2002;
- _____. **História do cangaceirismo no Ceará**. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1955;
- _____. **Soriano de Albuquerque: um pioneiro da sociologia no Brasil**. 2 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1977;
- _____. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980;
- MONTENEGRO, Braga. Natureza e evolução do conto cearense. *in*: **Antologia do Conto Cearense**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1968;
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **História das ideias filosóficas da faculdade de Direito do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1996;
- _____. **O trono e o altar: vicissitudes do tradicionalismo católico no Ceará**. Fortaleza: BNB, 1992;
- MOORE, G. E. **Princípios Éticos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980;
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1978;
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *in*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org). **Culturas Políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009;
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001;

- NEDER, Gislene. **Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé / Socii, 1979;
- NEDELL, Jeffrey D. **Béle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;
- NÉSPOLI, José Henrique Songolano. Cultura Política, História Política e Historiografia. **História e Cultura**. Franca, UNESP, v.4, n.1, março de 2015 (pp.361-376);
- NOBRE, F. Silva. **1001 cearenses notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 1996;
- NOBRE, Geraldo. **Historicidade da Associação Comercial do Ceará (1866-1991)**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991;
- _____. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974;
- NÓBREGA, Felipe. Porrete e voto: a ‘nova’ Velha República em Victor Nunes Leal. **Biblos**, Rio Grande, n.23, 2009 (pp.223-235);
- OLIVEIRA, Caterina Maria Saboya de. **Fortaleza: outros carnavais**. Fortaleza: Casa de José de Alencar e UFC, 1997;
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re)ligião**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993;
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990;
- OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979;
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. Cultura política republicana: sociabilidade e mobilização eleitoral na República Velha. **Trajetos**. Revista do PPG em História Social do Depto. de História da UFC. Fortaleza, volume 1, número 1, 2001 (pp.85-108);
- PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996;
- PAIVA, Maria Arair Pinto. **A elite política do Ceará provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979;
- PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990;
- PERELMAN, Chaim e OLBRECHT-TYLTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005;
- PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Urbanidade e cultura política**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1998;
- PINHEIRO, Paulo César. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. *in*: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: sociedade e**

- instituições (1889-1930). Tomo 2, volume 3. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997;
- PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise do discurso político. **Barbarói: revista do departamento de psicologia e de ciências humanas**. Santa Cruz do Sul, n.24, 2006 (pp 78-110);
- PINTO, José Marcelo de Alcântara. História da República no Ceará: a cisão do Partido Situacionista, em 1924. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, TE, 1984 (pp.37-45);
- PIRES, Maria da Conceição Francisca. Ângelo Agostini na história das ideias e dos intelectuais no Brasil. IV SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. **Anais**. Ouro Preto: UFOP, 2010 (pp.1-11);
- POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003;
- POMIAN, Krystof. **Tempo / Temporalidade**. in: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1993 (volume 29);
- PONTE, Sebastião Rogério da. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860-1930)**. 3 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001;
- PORTO, Eymard. **Babaquara, chefetes e cabroeira**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado do Ceará, s/d;
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004;
- _____. **História econômica do Brasil**. 42 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994;
- QUINDERÉ, José Alves Ribeiro (monsieur). **Reminiscências**. 3 ed. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1998;
- RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**. São Paulo, USP, v.7, outubro de 1995 (pp.67-82);
- _____. A nova historiografia brasileira. **Anos 90**. Porto Alegre, n.11, julho de 1999 (pp.73-96);
- REIS, Edilberto Cavalcante. **Coroneis de batina: a atuação do clero na política municipal cearense (1920-1964)**. Tese de Doutorado em história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008;
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000;
- RENNÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **BIB**. Rio de Janeiro, n.45, 1º semestre de 1998 (pp.71-92);
- REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, FGV, 1998;

- RIBEIRO, Pedro Krause. O 'Povo' na retórica da charge: Zé Povinho e Zé Povo na imprensa luso-brasileira. II ENCONTRO DE ESTUDOS DA IMAGEM. **Anais**. Londrina, maio de 2009 (pp.1037-1046);
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo 1. Campinas: Papyrus, 1994;
- RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará / Museu do Ceará, 2001;
- ROCHA, Hildon. **Utopias e realidades da República**. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000;
- RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965;
- ROSAVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n.30, 1995 (pp.9-22);
- ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980;
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Martins Fontes, 2002;
- SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985;
- SALIBA, Elias Tomé. **Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002;
- SANTIAGO, Pádua. Pirambu: espaço estratégico de inserção no modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo. *in*: GADELHA, Francisco Agileu de Lima *et alii*. **Outras histórias: Fortaleza, cidade(s), sujeito(s)**. Fortaleza: EdUECE e Edições Demócrito Rocha, 2004;
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação social na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999;
- SILVA, Márcio Inácio da. **Nas telas da cidade: salas de cinema e vida urbana na Fortaleza dos anos 1920**. Dissertação de Mestrado em história. Fortaleza: UFC, 2007;
- SILVA, Marcos José Diniz. Maçonaria, teosofia e esperanto: afinidades espiritualistas em redes intelectuais no Ceará dos anos de 1920. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v.20, n.2, 2015 (pp.191-211);
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *in*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000;
- _____. As elites culturais. *in*: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998;
- SODRÉ, Néelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987;

- SOUSA, Lília de. Cultura Política: anotações sobre o conceito e os casos brasileiro e baiano. IV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA **Anais**. Rio de Janeiro, 2011 (pp.1-20);
- SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001;
- SOUSA, Antônio Cândido de Melo e. **Formação da literatura brasileira**. 9 ed. Belo Horizonte: Vila Rica, 2000;
- SOUSA, Simone de. (org). **História do Ceará**. 4 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1995;
- SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / FAPERJ, 2002;
- THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Editorial Crítica, 1979;
- TONELLA, Celene. Cultura Política, dimensões do exercício da cidadania e participação na vida pública. **Mediações**. Londrina, v. 16, n. 2, Jul./Dez. 2011 (pp. 228-248);
- TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. Constituição de 1891: as limitações da cidadania na República Velha. **Revista da FARN**, Natal, v.3, n1/2, jul.2003/jun.2004 (pp. 175-189);
- TROPIA, Patrícia Vieira. A classe média em questão: o debate marxista sobre a inserção de classe dos assalariados não manuais. **Trabalho Necessário**. Niterói, Ano 6, n. 7, 2008 (pp. 1-15);
- VARES, Sidnei Ferreira. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v.11, n.1, jan/jul, 2011 (pp.121-139);
- VERGUEIRO, Waldomiro. O humor gráfico no Brasil pela obra de três artistas: Ângelo Agostini, J. Carlos e Henfil. **Revista USP**. São Paulo: USP, dezembro/fevereiro, 2010/2011 (pp. 38-49);
- VITA, Luís Washington. **Antologia do pensamento social e político no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1968;
- WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Ática, 2011;
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Editora da USP, 1994;
- _____. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da USP, 1995;
- WILSON, Edmund. **Os anos vinte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987;

DOCUMENTAÇÃO

Arquivos pesquisados:

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

Arquivo do Instituto do Ceará;

Arquivo Público do Estado do Ceará;

Hemeroteca da Biblioteca Governador Menezes Pimentel;

Hemeroteca da Biblioteca Nacional;

Setor de obras raras da Biblioteca Governador Menezes Pimentel;

Documentação citada.

1) Jornais e revistas:

BA-TA-CLAN (Fortaleza) de 23 de outubro de 1926;

CEARÁ ILLUSTRADO (Fortaleza) de 11 de janeiro de 1925, 18 de janeiro de 1925, 25 de janeiro de 1925, 1 de fevereiro de 1925, 15 de fevereiro de 1925, 25 de fevereiro de 1925, 8 de março de 1925, 22 de março de 1925, 5 de abril de 1925, 12 de abril de 1925, 27 de abril de 1925; 18 de outubro de 1925, 25 de outubro de 1925;

CEARÁ, O (Fortaleza) de 19 de novembro de 1925, 29 de novembro de 1925, 5 de novembro de 1926, 26 de outubro de 1926, 5 de novembro de 1926, 7 de novembro de 1926, 19 de novembro de 1926, 20 de novembro de 1926;

CORREIO DO CEARÁ (Fortaleza) de 26 de março de 1921, 3 de julho de 1922;

DIARIO OFFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ (Fortaleza) de 16 de março de 1918 e de 20 de abril de 1921;

DIABO A 4, O (Fortaleza) de 14 de janeiro de 1923, 22 de setembro de 1923, 17 de fevereiro de 1924, 12 de julho de 1924, 27 de setembro de 1924;

DIÁRIO DO CEARÁ (Fortaleza) de 28 de janeiro de 1922, 16 de fevereiro de 1922, 17 de abril de 1926, 10 de maio de 1926, 8 de setembro de 1926, 11 de setembro de 1926, 24 de setembro de 1926, 21 de outubro de 1926, 25 de outubro de 1926, 26 de outubro de 1926, 28 de outubro de 1926, 25 de fevereiro de 1928;

DIÁRIO DO ESTADO (Fortaleza) de 25 de outubro de 1926;

ESQUERDA, A (Fortaleza) de 25 de janeiro de 1928, 2 de fevereiro de 1928, 4 de fevereiro de 1928, 6 de fevereiro de 1928, 7 de fevereiro de 1928, 8 de fevereiro de 1928, 10 de fevereiro de 1928, 11 de fevereiro de 1928, 13 de março de 1928, 14 de março de 1928, 30 de março de 1928, 17 de abril de 1928, 25 de abril de 1928, 25 de julho de 1928, 4 de agosto de 1928;

GAZETA DO NORTE (Fortaleza) de 6 de janeiro de 1888;

IMPrensa, A (Sobral): 2 de fevereiro de 1921, 26 de fevereiro de 1921, 6 de abril de 1921, 26 de novembro de 1924, 17 de dezembro de 1924, 4 de março de 1925, 8 de agosto de 1925, 4 de novembro de 1926, 8 de dezembro de 1925, 1 de dezembro de 1926;

JANDAIA, A (Fortaleza) de 19 de abril de 1925;

JORNAL, O (Fortaleza) de 26 de setembro de 1916, 4 de outubro de 1916, 6 de outubro de 1916, 9 de outubro de 1916, 11 de outubro de 1916,

JORNAL DO COMMERCIO (Fortaleza) de 7 de setembro de 1922;

LUCTA, A (Sobral): 3 de janeiro de 1920, 1 de janeiro de 1921, 19 de janeiro de 1921, 2 de fevereiro de 1921, 19 de fevereiro de 1921, 26 de fevereiro de 1921, 6 de abril de 1921;

NORDESTE, O (Fortaleza) de 4 de julho de 1922, 7 de julho de 1922, 10 de julho de 1922, 12 de julho de 1922, 16 de novembro de 1922, 12 de dezembro de 1922, 18 de dezembro de 1922, 19 de janeiro de 1923, 25 de janeiro de 1923, 3 de fevereiro de 1923, 17 de fevereiro de 1923, 5 de março de 1923, 7 de maio de 1923, 28 de maio de 1923, 23 de outubro de 1923, 25 de outubro de 1923, 17 de julho de 1924, 19 de julho de 1924, 13 de dezembro de 1924, de 11 de fevereiro de 1925;

PÁTRIA (Sobral): 1º de janeiro de 1915, 19 de janeiro de 1915, 27 de janeiro de 1915;

QUIXADÁ ILLUSTRADO (Quixadá) de 1º de janeiro de 1926;

REGIÃO, A (Aracati): 3 de agosto de 1924, 5 de outubro de 1924, 25 de outubro de 1925, 14 de março de 1926;

SITIÁ, O (Quixadá): 13 de novembro de 1924, 23 de novembro de 1924, 7 de dezembro de 1924, 15 de fevereiro de 1925, 26 de abril de 1925;

TRIBUNA, A (Fortaleza) de 1 de janeiro de 1921, 7 de janeiro de 1921, 12 de janeiro de 1921, 1 de fevereiro de 1921, 2 de fevereiro de 1921, 3 de fevereiro de 1921, 21 de fevereiro de 1921, 23 de fevereiro de 1921, 26 de fevereiro de 1921, 28 de fevereiro de 1921, 23 de março de 1921, 17 de abril de 1921, 20 de abril de 1921;

UNITÁRIO (Fortaleza) de 9 de setembro de 1903, 31 de outubro de 1903, 14 de novembro de 1903, 9 de outubro de 1917;

VERDADE, A (Baturité) de 1 de fevereiro de 1920;

VOZ DO GRAPHICO (Fortaleza) de 6 de janeiro de 1921, 5 de fevereiro de 1921, 19 de fevereiro de 1921, 26 de março de 1921, 12 de novembro de 1921, 14 de janeiro de 1922, 18 de fevereiro de 1922;

2) Obras de época:

ACCIOLY, Antonio P. N. **Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Estado do Ceará pelo presidente...**Fortaleza: Typo-Litographia a vapor, 1907;

- ALBANO, Ildefonso. **In Memoriam**: discursos sobre a personalidade de Justiniano de Serpa pelos senhores Thomaz Pompeu e outros. s/l: s/e, s/d;
- ____. **A crise do algodão**: a cultura algodoeira no Ceará. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1915;
- ARAÚJO, Joaquim Nabuco de. **O abolicionismo**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1988; (1ª edição de 1883);
- BAPTISTA, Pedro. **Cangaceiros do Nordeste**. Edição fac-similar da primeira edição de 1929. Natal: Sebo Vermelho, 2011;
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Ática, 1998; (1ª edição de 1920);
- BARROSO, Benjamin Liberato. **Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Ceará**. Fortaleza: s/e, 1916;
- ____. **Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Ceará**. Fortaleza: Typographia Moderna, 1915;
- BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**. 6ª edição. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962 (primeira edição 1912);
- BRASIL. **Recenseamento do Brasil – Relação dos proprietários rurais recenseados no Estado do Ceará**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, 1920;
- BRASIL, Thomas Pompeu de Souza. **O Ceará no centenário da independência**. Fortaleza: Assis Bezerra, 1926;
- BRIGIDO, João. **Eleição senatorial do Ceará – candidatura de Pedro Augusto Borges sob os auspícios de seu successor**. Fortaleza: Typographia Universal, 1904;
- ____. **Miscellanea Histórica**. Edição fac-similar da 1ª edição de 1889. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009;
- ____. **Ceará – Homens e Factos**. Edição fac-similar da 1ª edição de 1919. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001;
- CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história da república**. Tomo 1, volume 8. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981;
- CARVALHO, J. **O matuto cearense e o caboclo do Pará**. 2ª edição. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1973. (1ª edição: 1930);
- CASTRO, Godofredo de. **Joazeiro**: na Assembleia Legislativa do Ceará. Fortaleza: Typographia São José, 1925;
- ____. **Liberdade de locomoção**. Fortaleza: Editora São José, 1925;
- CEARÁ. **Allistamento Eleitoral**: formulários e regulamentos. Fortaleza: Typographia Minerva, 1917;
- ____. **Annaes da Assembleia Legislativa do Ceará**. Fortaleza: Typographia da República, 1907;

- ____. **Annaes da Assembleia Legislativa do Ceará.** Fortaleza: Typographia Moderna, 1914;
- ____. **Annaes da Assembleia Legislativa do Ceará.** Fortaleza: Gráfico AC Mendes, 1915;
- ____. **Annaes do Congresso Constituinte do Ceará.** Fortaleza: Typographia A República, 1892;
- ____. **Instruções para a eleição de Presidente e Vice-Presidente do Estado.** Fortaleza: AC Mendes, 1920;
- ____. **Colecção das Leis Orgânicas do Estado do Ceará. (1894-1896)** Fortaleza: Typographia Econômica, 1897;
- ____. **Colecção das Leis Orgânicas do Estado do Ceará (1900-1902).** Fortaleza: Typographia Econômica, 1903;
- ____. **Colecção das Leis Orgânicas do Estado do Ceará.** Fortaleza: Typographia Econômica, 1905;
- ____. **Regulamento da secretaria da Assembleia Legislativa do Ceará.** Fortaleza: AC Mendes, 1916;
- ____. **Manual do deputado.** Fortaleza: AC Mendes, 1915;
- ____. **Lei no. 1302 de 31 de agosto de 1915** – Divide o Estado em seis districtos para a eleição de membros da Assembleia e altera disposições da lei eleitoral. Fortaleza: AC Mendes, 1919;
- CONGRESSO de Prefeitos Municipaes do Estado do Ceará. Fortaleza: Gráficas da Casa Americana, 1924;
- COSTA, Antônio Teodorico da. “O Operário enquanto fator do Progresso Universal”. Revista do Instituto do Ceará, 1926 e “Questão Suprema”. Revista do Instituto do Ceará, 1922;
- DIAS, Sátiro de Oliveira. **A Libertação do Ceará:** Nota para a História. Salvador: Typographia do Diário da Bahia, 1911;
- FONSECA FILHO, Júlio César da. “Em torno da Abolição”. *In:* Revista do Instituto do Ceará, t. 3, 1889;
- JESUS, José Barboza de. **O Ceará – vítima de explorações e roubos.** Fortaleza: Typographia Minerva, 1918;
- MOTA, Leonardo. **No tempo de Lampião.** 2ª edição. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967. (1ª edição: 1930);
- MENEZES, Antônio Bezerra de. **O Ceará e os cearenses.** 2ª edição fac-similar da 1ª edição de 1906. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001;
- PEQUENO, Antonio Fiúza. **Relatório apresentado ao senhor presidente do Estado do Ceará, João Thomé de Saboya e Silva pelo Secretário de Negócios da Fazenda...** Fortaleza: Gráfico A.C. Mendes, 1917;

- ____. **Relatório apresentado ao senhor presidente do Estado do Ceará, João Thomé de Saboya e Silva pelo Secretário de Negócios da Fazenda...**Fortaleza: Gráfico A.C. Mendes, 1918;
- PESSOA, José Getúlio da Frota. **O Olygarcha do Ceará: a chronica de um déspota.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1910;
- PINHEIRO, Solón. **Carta Política.** Rio de Janeiro: Typographia Escolar, 1912;
- PINTO, G. de Souza. **Anuario Estatístico do Estado do Ceará.** (Anno de 1916). Fortaleza: Minerva, 1917;
- ____. **Anuario Estatístico do Estado do Ceará.** (Anno de 1918). Fortaleza: Minerva, 1919;
- ____. **Anuario Estatístico do Estado do Ceará.** (Anno de 1921). Fortaleza: Minerva, 1922;
- ____. **Anuario Estatístico do Estado do Ceará** (Anno de 1924). Fortaleza. Minerva, 1925;
- SAUER, Arthur (org). **Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro e indicador para 1918** (Almanaque de Laemmert). Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1919;
- SILVA, João Thomé de Sabóia e. **Mensagem apresentada à Assembléa Estadual do Ceará.** Fortaleza: s/e, 1920;
- ____. **Mensagem apresentada à Assembléa Estadual do Ceará.** Fortaleza: s/e, 1919;
- SILVA, Juvenal Galeno da Costa e. **Folhetins de Silvanus / A Machadada.** Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1969;
- SOARES, Martim. **O Babaquara:** subsídio para a história da oligarchia do Ceará. Rio de Janeiro: sem editora, 1912;
- STUDART, Guilherme. “Martim Soares Moreno: o fundador do Ceará”. *In:* Revista do Instituto do Ceará, 1903;
- ____. “Catálogo dos jornais de grande e pequeno porte publicados no Ceará”. *In:* Revista do Instituto do Ceará, 1898;
- ____. “Os jornais do Ceará nos primeiros 40 anos” *In:* Revista do Instituto do Ceará, tomo especial, 1924;
- TERRA CEARENSE. **Album de propaganda em geral organizado no governo do desembargador José Moreira da Rocha.** S/E, 1925;
- THEOPHILO, Raymundo. **Scenas e Typos.** Edição facsimilar da 1ª edição de 1919. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009;
- ____. **A libertação do Ceará (Queda da oligarchia Accioly).** Lisboa: Typographia A Editora, 1914;
- ____. **O Caixeiro – Reminiscências.** Edição fac-similar da primeira edição de 1927. Fortaleza: Secretaria Estadual da Cultura e Museu do Ceará, 2003;

ANEXOS

Anexo A: JORNAIS E PERIÓDICOS CEARENSES. (1916, 1917, 1918, 1921, 1922, 1924, 1925, 1926-1927)

Periódico	Cidade	Caráter	Órgão do (a)	Fundação	Periodicidade	Tiragem
Folha do Povo	Fortaleza	Partidário	Partido Republicano Democrático	1912-1920	Diário	1.800 (1916) 1.200 (1917) 1.200 (1918)
Diário do Estado	Fortaleza	Partidário	Partido Republicano Conservador	1914-1920	Diário	1.800 (1916) 1.400 (1917) 1.200 (1918)
Diário do Ceará	Fortaleza	Partidário	Partido Situacionista (até 1923) Partido Republicano Democrático (1923)	1920	Diário	2.500 (outros anos) 1.800 (1926/1927)
Gazeta Oficial	Fortaleza	Administrativo	Oficial	1916	Trissemanal	1.000 (1917) 1.500 (1918)
A Tribuna	Fortaleza	Partidário	Partido Republicano Cearense Fernandes Távora	1921	Diário	2.000 (1922) 2.000 (1923) 2.500 (1924)
Correio do Ceará	Fortaleza	Noticioso	Arquidiocese de Fortaleza	1914	Diário	2.400 (1917) 2.400 (1918) 2.200 (1921) 2.000 (1922) 2.500 (1924) 2.500 (1925) 2.000 (1926/1927)
O Estado do Ceará	Fortaleza	Político	Partido Republicano Conservador (aciolista)	1918-1920	Diário	?

O Nordeste	Fortaleza	Noticioso	Arquidiocese de Fortaleza	1922	Diário	1.500 (1922) 1.000 (1923) 1.500 (1924) 1.500 (1925) 2.000 (1926/27)
Jornal do Commercio	Fortaleza	Político Partidário	Partido Republicano Conservador	1922	Diário	1.000 (1924) 1.500 (1925) 1.300 (1926/27)
O Ceará	Fortaleza	Noticioso Político	Independente	1925	Diário	2.500 (1925) 1.200 (1926/1927)
Gazeta de Notícias	Fortaleza	Noticioso	Independente	1925	Diário	2.000 (1926/27)
Jornal Pequeno	Fortaleza	Noticioso	Luiz Santos	1917-1919	Diário	800 (1917) 1.000 (1918)
Boletim Archidiocesano	Fortaleza	Religioso	Arquidiocese de Fortaleza	1920	Mensal	100 (até 1923) 300 (1924 e 1925) 100 (1926/27)
Unitário	Fortaleza	Partidário	Partido Unitário João Brígido dos Santos	1902-1918	Trissemanal	1000 (1917) 900 (1918)
Imparcial	Fortaleza	Político Independente	n.d	1914-1925	Bissemanal (1916-1921), Trissemanal (1922)	100 (1916), 200 (1917), 500 (1918), 500 (1921), 500 (1922), 100 (1924), 500 (1925)
O Jornal	Fortaleza	Político Independente	Raimundo Gomes de Mattos	1916	Diário	600
Jornal do Norte	Fortaleza	Noticioso	n.d	1916-1917	Diário	200
Revista Commercial	Fortaleza	Comercial	Associação Commercial do Ceará	1909-1922	Bissemanal (1916, 1922), Mensal (1918) Trimensal (1922)	200 (outros anos) 1000 (1918)

Ceará Ilustrado	Fortaleza	Variado	Demócrito Rocha	1924-1928	Semanal	600
A Jandaia	Fortaleza	Literário	n.d	1923	Semanal	300
Norte Médico	Fortaleza	Científico	Centro Médico Cearense	1915-1922 (?)	Anual	500
O Ceará Médico	Fortaleza	Científico	Centro Médico Cearense	Continuação do anterior	Mensal	500 (1917) 400 (1918)
O Ceará Socialista	Fortaleza	Político	Partido Socialista Cearense	1919	Semanal	?
A Voz do Graphico	Fortaleza	Político	Associação Gráfica do Ceará	1920	Semanal	?
O Combate	Fortaleza	Político	Federação dos Trabalhadores do Ceará	1921	?	?
O Mercieiro (merceeiro)	Fortaleza	Sindical	Associação dos Mercieiros do Ceará	1922	?	?
A Noite	Fortaleza	Noticioso	Renato Vianna	1916	Diário	500
O Dia	Fortaleza	Noticioso	n.d	1915	Diário	500
A Semana	Fortaleza	Atualidades	Raymundo Magalhães	1918	Semanal	300
Revista da Academia Cearense	Fortaleza	Histórico	Academia Cearense	1892	Anual	300 (1916), 200 (1918), 200 (1921), 500 (1924), 200 (1926-27)
Revista do Instituto do Ceará	Fortaleza	Histórico	Instituto do Ceará	1887	Anual	200 (1917), 300 (até 1923), 200 (1924), 300 (1926-27)
A Phenix, A Phenix Caixeiral	Fortaleza	Literário	Phenix Caixeiral	1913	Mensal	300 (1916), 300 (1917), 300 (1918), 600 (1921), 600 (1922)
Revista Pedagógica	Fortaleza	Educativa	Escola de Aprendizizes Artífices	1916-1918	Bimestral	500 (1917) 200 (1918)

A Revista	Fortaleza	Literário	Alfeu Alboim / Orlando Luna Freire	1918	Mensal	200
A Conquista	Fortaleza	Literário	Recreio Literário Soriano de Albuquerque	1918	Mensal	200
O Arauto	Fortaleza	Literário	n.d	1918	Quinzenal	200
O Lírio	Fortaleza	Literário	n.d	1918	Mensal	200
O Perfil	Fortaleza	Crítico e jocoso	Barão de Valdevez e conde de Várzeas	1915-1918	Semanal	100 (1917) 200 (1918)
A Nota	Fortaleza	Humorístico	anônimo	1916-1917	Semanal	200 (1916) 100 (1917)
O Garoto	Fortaleza	Humorístico	n.d	1916	Semanal	300
Revista do Tribunal de Rellação	Fortaleza	Jurídico	Tribunal de Relação do Estado do Ceará	1903	Anual	200
Revista do Superior Tribunal de Justiça	Fortaleza	Jurídico	Superior Tribunal de Justiça do Estado	Continuação do anterior (1918)	Anual	300
O 1º de Maio	Fortaleza	Artístico	n.d.	1901	Anual	500 (1916), 500 (1917), 300 (1918) 400 (1921), 400 (1925), 400 (1926-27)
Revista do Conselho Central	Fortaleza	Religioso	Sociedade de São Vicente de Paula	1899	Mensal	200
Boletim Estatístico de Demografia e Hygiene	Fortaleza	Científico	Departamento de Estatística do Estado	1913	Anual	200
Polymathica	Fortaleza	Científica	Faculdade de Farmácia e Odontologia	1916-1917	Mensal	200
Almanack do Ceará	Fortaleza	Variado	n.d	1895	Anual	400 (1916) 1.200 (1917) 1.200 (1918)

						800 (1926-1927)
Correio de Camocim	Camocim	Político	Partido Republicano Conservador	1915-1918	Semanal	100 (1916) 200 (1917) 200 (1918)
Folha do Litoral	Camocim	Político	n.d	1917-1918	Semanal	400 (1917) 400 (1918)
A Gazeta	Camocim	Noticioso	n.d	1917-1918	Quinzenal	200 (1917) 200 (1918)
O Rubi	Camocim	Literário	n.d	1913-1925	Mensal	100 (1916), 100 (1917), 100 (1918), 500 (1921), 600 (1925)
Camocim – Jornal	Camocim	Noticioso	n.d	1920-1925	Semanal	300
O Íris	Camocim	Literário	n.d	1917	Quinzenal	100
O Libertador	Camocim	Político	Partido Republicano Democrático	1920	Incerta	?
Progresso	Aracati	Político	n.d	1915	Semanal	100
Folha do Commercio	Aracati	Comercial	n.d	1913	Semanal	300
A Estrella	Aracati	Literário	n.d	1911-1918	Mensal	200
O Rosário	Aracati	Religioso	n.d	1915	Semanal	600 (1916) 800 (1917) 800 (1918)
A Semana	Aracati	Noticioso	n.d	1917	Semanal	500
O Progresso	Aracati	Noticioso	n.d	1916	Semanal	500 (1918)
A Região	Aracati	Noticioso / Religioso		1925-1928	Semanal	600 (1925) 600 (1926-27)
O Porvir	Aracati	Religioso	Sociedade Romeiros do Porvir	1917	?	?

O Rebate	Sobral	Político Partidário	Partido Republicano Conservador	1907	Semanal	400 (1916) 600 (1917) 1000 (1918)
A Lucta	Sobral	Político Partidário	Partido Republicano Democrático	1914	Semanal (1916), Bissemanal (1921, 1922, 1923)	400 (1916), 600 (1917), 1000 (1918), 500 (1921), 500 (1922), 500 (1923)
A Ordem	Sobral	Político Partidário	PRC	1915	Semanal	200 (1916), 200 (1917), 500 (1918), 600 (1921), 600 (1922), 300 (1923), 600 (1924), 800 (1926- 1927)
Correio da Semana	Sobral	Noticioso Católico	Diocese de Sobral	1917	Semanal	1.000 (1918), 1.100 (1921), 1.100 (1922), 1.100 (1924) 600 (1926- 27)
Santuário de São Francisco	Canindé	Religioso	Paróquia de S. Francisco das Chagas	1911	Bissemanal (1916), Quizenal (1921)	500 (1916), 500 (1917), 1000 (1918), 1.500 (1921), 1500 (1926-1927)
Correio do Cariry	Crato	Noticioso	Diocese do Crato	1913	Semanal	200
A Região	Crato	Religioso	Diocese do Crato	1918	Semanal	800 (1921, 1922) 500 (1924), 800 (1926-1927)
Gazeta do Cariry	Crato	Noticioso, recreativo e independente	Bruno Menezes	1916	Semanal	200 (1917), 600 (1921, 1922) 800 (1924), 600 (1925), 600 (1926- 27)

O Araripe	Crato	Independente	J Alves de Figueiredo	1918	Semanal	?
O Momento	Baturité	Noticioso	n.d	n.d	Semanal	200
A Verdade	Baturité	Religioso	Círculo Católico	1916	Semanal	600
Lavrador Cearense	Quixadá	Agrícola e Comercial	n.d.	1911-1918	Mensal	200 (1916), 200 (1917) 500 (1918)
A Crença	Granja	Religioso	n.d	1911	Incerta	200 (1917) 400 (1918)
Correio de Massapê	Massapê	Independente, literária e comercial	Alvaro Pereira e Lauro Menezes	1918-1925	Semanal	300
O Campo	Ipu	Agrícola	n.d	1917	Mensal	200
Correio do Norte	Ipu	Noticioso	Eusébio de Sousa, Abílio Martins	1917	Semanal	600
A Pátria	Jardim	Noticioso	n.d	1916-1918	Mensal	100 (1917) 200 (1918)
O Regional	Fortaleza	Associativo	Órgão do Grêmio Literário Paula Ney	1919	?	?
O Caixeiro	Fortaleza	Associativo	Partido Caixeiral Estudantal	1919 e 1924	?	?
Liberdade	Fortaleza	Sindical	A serviço da causa do funcionalismo público	1920	?	?

Fonte: Eduardo Lúcio G. Amaral, 2018.

Anexo B – DEPUTADOS ESTADUAIS PELO CEARÁ (1889-1930)

Deputado	Mandato	Cidade	Profissão - Ocupação	Corrente Política
1. Abel de Sousa Garcia	1891	Fortaleza	Juiz de Direito no Pará; Faculdade direito Recife (1866) Exerceu jornalismo “O Libertador”	Republicano histórico
2. Abílio Martins	1915-1916; 1917-1920	Ipu	Bacharel em direito (Ceará); chefe de polícia no governo Serpa;	Aciolista, unitarista, serpista
3. Afonso Fernandes Vieira	1893-1896; 1897-1900; 1915-1916	Fortaleza	Comerciante, sem diploma.	Marreta Filho de Manuel Fernandes Vieira
4. Agapito Jorge dos Santos	1891; 1897-1900	Fortaleza	Professor (latim); formado pelo Seminário Diocesano. Jornalista (Jornal do Ceará);	Centro Republicano; Unitarista; Rabelista; Degola em 1911.
5. Alexandrino Ferreira Costa Lima	1897-1900; 1901-1904; 1905-1908	Aracati	Comerciante (exportador)	Aciolista
6. Alfredo Dutra de Sousa	1897-1900; 1901-1904; 1905-1908;	Baturité	Proprietário rural; político.	Aciolista Prefeito de Baturité (1900-1905/1910-1912/1914-1919/1930-1932)

	1909-1912; 1917-1920			
7. Alfredo José Barbosa	1892	Aracati	Militar	
8. Alfredo Pereira de Sousa	1913-1914; 1929-1930	Quixadá	Comerciante	Rabelista
9. Álvaro Rodrigues de Vasconcelos	1921-1924	Minas Gerais	Militar (marinha)	
10. Álvaro Soares e Silva	1929-1930	Ibiapina	Comerciante, proprietário rural	
11. Anastácio Alves Braga	1921-1924	Itapipoca	Agricultor, tabelião	Serpista
12. Antônio José Correia	1909-1912	Caucaia	Bacharel em direito	Aciolista
13. Antero José de Lima	1891	Arneiroz (vigário de Itapipoca)	Padre	
14. Antonio Afonso de Albuquerque	1893-1896;	Fortaleza	Comerciário, guarda-mor da alfândega	
15. Antonio Augusto de Vasconcelos	1905-1908; 1909-1912	Maranguape	Bacharel em Direito (Juiz) / Professor	Aciolista
16. Antonio Botelho de Sousa	1915-1916; 1917-1920; 1921-1924; 1925-1928; 1929-1930	(n. Pacatuba) Chefe político de Maranguape	Agricultor Promotor de justiça	PRD
17. Antônio Cândido da Rocha	1891	Jaguaruana (União)	Padre	Com a queda de Clarindo de

				Queiroz, fugiu para o AM
18. Antonio Carlos Barreto	1893-1896; 1897-1900	Tauá	Padre Professor da Escola Normal (geografia)	
19. Antonio da Justa Teófilo Gaspar de Oliveira	1921-1924	Fortaleza	Bacharel em Direito (Recife) Professor da Escola Normal	
20. Antônio Dias Martins Junior	1891	Fortaleza	Escritor, caixeiro	Republicano histórico
21. Antônio Fernandes da Silva	1891	Crato	Padre	tavorista
22. Antonio Fiúza de Pontes	1905-1908; 1909-1912	Lavras	Bacharel em Direito – professor Da faculdade de direito; promotor público; proprietário rural	Aciolista
23. Antonio Fiúza Pequeno	1913-1914	Icó	Comerciante	Rabelista
24. Antonio Frederico de Carvalho Mota	1901-1904; 1905-1908; 1909-1912	Granja	Militar – Comerciante	Aciolista
25. Antonio Gurgel do Amaral Valente	1892; 1893-1896; 1909-1912	Aracati	Bacharel em Direito, Coronel da guarda nacional, proprietário de terras;	
26. Antonio Jamacaru	1901-1904	Riacho do Sangue (Jaguaribe)	Funcionário da Fazenda Estadual	Perseguido por Acioli

27. Antônio Joaquim Guedes de Miranda	1892	Fortaleza	Militar (major)	PRF
28. Antonio Luiz Alves Pequeno	1905-1908; 1909-1912; 1915-1916; 1925-1928	Crato	Agricultor	Aciolista Intendente do Crato. Em 1904, derrubou o Coronel Belém.
29. Antônio Monteiro do Nascimento	1891	Quixeramobim	Bacharel em Direito	Intendente em 1902
30. Antonio Moreira de Moraes	1929-1930	Quixeramobim	Médico	
31. Antonio Pereira da Cunha Callou	1892	Barbalha	Comerciante, proprietário	(rabelista), foi perseguido pelos aciolistas
32. Antonio Pinto de Sá Barreto	1915-1916	Barbalha	Agricultor	(marreta)
33. Antônio Pinto Nogueira Acióli	1892	Icó	Bacharel em Direito	Aciolista
34. Antonio Pinto Nogueira Brandão	1897-1900; 1901-1904; 1905-1908; 1909-1912	Icó	Médico	Aciolista Primo de Nogueira Acioli.
35. Antonio Pompeu de Sousa Brasil Filho	1915-1916	Fortaleza	Médico	Aciolista Sobrinho de Acióli
36. Antônio Sabino do Monte	1891	Sobral	Bacharel em direito; promotor; juiz; desembargador	Aciolista

37. Antonio Sales	1893-1896	Paracuru (Fortaleza)	Escritor – funcionário público	Centro Republicano
38. Arcelino de Queiroz Lima	1891	Quixadá	Bacharel em direito – Juiz em Canindé e Pacatuba – Procurador da Fazenda Estadual	Republicano histórico
39. Armando Monteiro	1915- 1916; 1917-1920	Porto Alegre, RS	Comerciário Professor do Liceu (português)	Genro de João Brígido
40. Artur Cirilo Freire	1913-1914	Fortaleza	Funcionário público (Correios) – Bacharel em Direito	Rabelista
41. Artur Temoteo	1921-1924	Pentecoste	Comerciante	Fazia parte do Centro dos Importadores
42. Augusto Eugenio Gadelha	1905- 1908; 1909-1912	Pacatuba	Engenheiro Militar	Aciolista
43. Augusto Vieira	1913-1914	Pedra Branca	Proprietário rural	(marreta). Intendente 1904- 1912/1916-1920
44. Aurélio de Lavor	1915- 1916; 1917-1920	Maranhão	Médico	Marreta
45. Belisário Cícero Alexandrino	1897- 1900; 1901- 1904; 1905- 1908; 1909-1912	Iguatu	Agricultor	(aciolista)

46. Benjamin Pompeu Pinto Acióli	1905-1908; 1909-1912	Fortaleza	Engenheiro Professor do Liceu (Astronomia)	Aciolista Filho de Nogueira Acioli
47. Carlos Felipe Ribeiro de Miranda	1892; 1893-1896; 1897-1900	n. Aracati Fortaleza	Proprietário de farmácia Bacharel em direito	Rompeu com Acioli em 1898 e foi perseguido.
48. Carlos Felipe Ribeiro de Miranda Filho	1897-1900	Fortaleza (n. Aracati)	Farmacêutico	Rompeu com Acioli e foi perseguido
49. Carlos Torres Câmara	1909-1912	Fortaleza	Ator – Jornalista	(aciolista)
50. Casimiro Ribeiro Brasil Montenegro	1901-1904; 1905-1908	Parangaba	Militar – Comerciante	aciolista
51. Catão Paes da Cunha Mamede	1891	Paraíba	Farmacêutico	histórico
52. Celso Ferreira Limaverde	1891	Iguatu	Agricultor Tabelião, professor	1º prefeito de Iguatu
53. César Cals de Oliveira	1925-1928	Fortaleza	Médico	
54. Cesário Correia de Arruda	1915-1916; 1917-1920	Mato Grosso	Coronel Médico do Exército	aciolista
55. Clementino Finéias Jucá	1891	Quixadá (Canindé)	Agricultor, Coronel da guarda nacional	
56. Clóvis Beviláqua	1891	Viçosa	Bacharel em Direito	Republicano histórico
57. Cornélio José Fernandes	1897-1900 (morreu em 1899)	Quixeramobim	Médico	
58. Domingos Francisco Braga Filho	1897-1900; 1901-1904; 1905-	Itapipoca	Coronel da Guarda Nacional Agricultor	aciolista

	1908; 1909-1912			
59. Edgard Augusto Borges	1915- 1916; 1917- 1920; 1921- 1924; 1929-1930	Fortaleza	Bacharel em Direito	marreta PRC
60. Eduardo Henrique Girão	1925- 1928; 1929-1930	Morada Nova	Direito (Juiz – Professor)	
61. Eduardo Studart	1901-1904	Fortaleza	Bacharel em Direito (Juiz) / Médico / Engenheiro	aciolista
62. Emílio Gomes Parente	1915- 1916; 1917-1920	Sobral	Comerciante Funcionário Público, político, sua família era de proprietários rurais	
63. Floro Bartolomeu da Costa	1915- 1916; 1917-1920	Bahia (rad. Juazeiro do Norte)	Médico	(aciolista)
64. Francisco Alves Barreira	1892; 1897-1900	Quixadá	Militar	
65. Francisco Alves Linhares	1921-1924	n. Sobral (Guaramir anga, Baturité, Canindé e Quixeram obim)	Farmacêutico Proprietário de terras	

66. Francisco Alves Linhares Filho	1925-1928; 1929-1930	Baturité	Farmacêutico Proprietário de terras	
67. Francisco Barbosa de Paula Pessoa	1891;	Sobral (n. em Fortaleza)	Bacharel em Direito; Procurador da Fazenda Nacional	Egresso do Partido Conservador (monarquia)
68. Francisco Batista Vieira	1892	Icó	Bacharel em direito (recife)	idem
69. Francisco Benévolo	1891; 1892	Maranguape	Militar (General)	Florianista
70. Francisco Cabral da Silveira	1905-1908; 1909-1912	Pernambuco	Militar (Coronel)	(aciolista)
71. Francisco Cunegundes Vieira Dias	1891; 1892	Icó	Médico, filho de proprietários rurais	
72. Francisco de Assis Bezerra de Meneses	1891	Quixeramobim	Bacharel em Direito; juiz e desembargador; dono da Typ. Minerva.	aciolista
73. Francisco de Assis Perdigão Nogueira	1921-1924	Cearense	Farmacêutico	
74. Francisco de Oliveira Matos Ibiapina	1921-1924	Aquiraz	Médico	
75. Francisco de Meneses Pimentel	1929-1930	Santa Quitéria	Bacharel em Direito	
76. Francisco Antonio de Oliveira Sobrinho	1891	Baturité	Bacharel em direito; juiz	
77. Francisco de Paula Pessoa Rodrigues	1921-1924; 1925-1928; 1929-1930	Sobral	Médico, de rica família proprietário de terras	Neto do senador Paula Pessoa. Opôs-se ao des. Moreira PRD

78. Francisco Ferreira Antero	1913-1914	Icó	Padre	Rabelista
79. Francisco Gomes de Oliveira Braga	1892; 1893-1896	Jucás	Agricultor	
80. Francisco Ignácio de Queiroz	1891	Quixadá	Agricultor	Abandonou a política com a queda de Clarindo de Queiroz
81. Francisco José da Silva Carvalho	1893- 1896; 1897-1900		Padre	
82. Francisco Máximo Feitosa e Castro	1897- 1900; 1901- 1904; 1905- 1908; 1909- 1912; 1915- 1916; 1917-1920	Ipueiras – Ipu – Tauá – Arneiroz (Inhamuns)	Padre	Aciolista conservador
83. Francisco Prado	1921-1924	Fortaleza	Bacharel em direito	
84. Francisco Rodrigues de Oliveira Magalhães	1897-1900	Acaraú	Agricultor, coronel da guarda nacional	
85. Gentil Pinheiro Barreira	1929-1930	Cachoeira	Bacharel em direito, promotor público, prefeito de camocim	PRD
86. Godofredo de Castro	1917-1920	Aracati (Juazeiro do Norte)	Bacharel em direito (Ceará)	PRC marreta
87. Gonçalo de Almeida Souto	1891; 1892; 1893-	Fortaleza	Bacharel em direito – professor – procurador da fazenda	Aciolista Tio de uma nora de Acioli

	1896; 1897-1900			
88. Guilherme Barbosa Bizerril Fontenele	1913-1914	Fortaleza	Engenheiro militar	Rabelista Filho do Gen Bizerril
89. Guilherme César da Rocha	1893- 1896; 1897- 1900; 1901- 1904; 1905- 1908; 1909-1912	Fortaleza	Militar	(aciolista)
90. Gustavo Augusto Lima	1915- 1916; 1921-1924	Lavras	Comerciante agricultor	Aciolista Marreta Assassinado em plena praça do ferreira em 1923. Prefeito de Lavras.
91. Helvécio da Silva Monte	1892	Alagoas (Penedo)	Médico	União Republicana (aciolista)
92. Heribaldo Dias da Costa	1929-1930	Pernambu co (Recife)	Engenheiro agrônomo – Bacharel em Direito - professor	PRD
93. Hermenegildo de Brito Firmeza	1913-1914	Fortaleza	Bacharel em direito – Jornalista – Professor	(rabelista) Unitarista
94. Hermínio Barroso	1915- 1916; 1917-1920	Canindé	Bacharel em direito - professor	Marreta
95. Honório Correia Lima	1893- 1896;	Lavras	Agricultor	Aciolista.

	1897- 1900; 1901-1904			Filho de Dona Fideralina, esteve envolvido em vários conflitos armados pelo poder.
96. Ildefonso Correia Lima	1892; 1905- 1908; 1909-1912	Lavras	Agricultor; médico	Aciolista
97. João Pedro Moreira Arnoso	1892; 1893-1896		Engenheiro Militar	
98. João Augusto Bezerra	1913-1914	Iguatu	Médico	Rabelista
99. João Batista de Queiroz	1915-1916	Quixadá	Médico	Prefeito de Quixadá entre 1914-1915
100. João Brígido dos Santos	1892; 1893- 1896; 1897- 1900; 1901-1904	Fortaleza	Jornalista – Militar	Unitarista
101. João Carlos da Costa Pinheiro	1901- 1904; 1905- 1908; 1909-1912	Pacatuba	Proprietário rural	Clube republicano
102. João da Rocha Moreira	1913-1914	Fortaleza	Médico	(rabelista)
103. João da Silva Leal	1929-1930	Jucás	Militar	Tavorista (PRCearense)
104. João Guilherme Studart	1905- 1908; 1909- 1912; 1915-	Fortaleza	Militar (Marinha)	(marreta)

	1916; 1917-1920			
105. João Marinho de Andrade. Ferreira	1891; 1892; 1893-1896	Sobral	Médico	Democrata
106. João Montesuma de Carvalho	1897- 1900; 1901-1904	Granja	Comerciante, proprietário de terras	
107. João Nogueira Sampaio	1893-1896	Barbalha	Comerciante	Genro do coronel Belém – aciologista
108. João Octávio Lobo	1929-1930	Santa Quitéria	médico	
109. João Paulino de Barros Leal	1892; 1893-1896	Quixeram obim	Proprietário rural	Prefeito de Quixeramobim
110. João Pontes	1929-1930	Massapê	Comerciante	Democrata rabelista
111. João Severiano da Silveira	1892	Viçosa	Proprietario rural	
112. Joaquim Albano	1921-1924	Fortaleza	Bacharel em direito, diplomata	Irmão do presidente Ildefonso Albano
113. Joaquim Alves da Rocha	1909-1912	Jardim	Agricultor	Aciolista
114. Joaquim Bastos Gonçalves	1929-1930	Icó	Bacharel em direito; prefeito de São Benedito (1928); promotor de Justiça em Barbalha; Juiz municipal em Tianguá	
115. Joaquim Costa Sousa	1917- 1920; 1921- 1924; 1929-1930	Acaraú	Comerciante (importação – exportação)	Rabelista

116. Joaquim Domingos Moreira	1893-1896	Independência	Proprietário rural	
117. Joaquim Gomes de Matos	1891	Crato	Bacharel em direito (juiz)	
118. Joaquim Moniz	1912-1914	Fortaleza	Líder sindical (Centro Artístico Cearense)	Aciolista
119. Joaquim Moreira de Sousa	1913-1914		Bacharel em direito	Rabelista
120. Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira	1891	Saboeiro	Desembargador Professor Faculdade Direito	Aciolista
121. Joaquim Pires de Holanda	1913-1914		Farmacêutico	rabelista
122. Joaquim Sá	1913-1914	Aquiraz	Comerciante, industrial	rabelista
123. Jorge de Serpa	1921-1924		Bacharel em direito	Filho de Justiniano de Serpa
124. José Alves Quinderé	1929-1930	Maranguape	Padre (monsenhor)	Aciolista
125. José Augusto Correia Lima	1913-1914; 1917-1920	Maranguape	Bacharel em direito	(rabelista)
126. José Castellar Sombra	1913-1914	Maranguape	Farmacêutico (prático)	Rabelista
127. José da Penha Alves Peixoto	1913-1914	Rio Grande do Norte	Militar	(rabelista)
128. José de Arimateia Cisne	1913-1914	Licânia	Padre	Rabelista
129. José de Borba Vasconcelos	1915-1916; 1917-1920; 1925-1928	Paraíba	Bacharel em direito Professor	Marreta PRC Tavorista

130. José Elói da Costa	1901-1904; 1905-1908; 1909-1912	Fortaleza	Farmacêutico	Aciolista
131. José Fernandes de Carvalho	1913-1914			Rabelista
132. José Francisco Jorge de Sousa	1909-1912		Bacharel em direito, professor do Liceu e da Academia de Direito	
133. José Frederico Rodrigues de Andrade	1913-1914	Sobral		rabelista
134. José Joaquim de Almeida Filho	1925-1928	Fortaleza	Engenheiro	
135. José Joaquim Domingues Carneiro	1891	São Mateus	Desembargador Senador (1909)	Aciolista
136. José Joaquim Ribeiro da Silva	1893-1896			
137. José Lino da Justa	1921-1924	Pacatuba	Médico	Partido Situacionista PRC Tavorista
138. José Lourenço de Araújo	1913-1914	Licânia	Comerciante e proprietário rural	PRD
139. José Marrocos Pires de Sá	1892; 1893-1896	Crato	Jornalista	PRC
140. José Martins de Freitas	1913-1914	Teresina (Quixadá)	Bacharel em direito	rabelista
141. José Martins Rodrigues	1929-1930	Quixadá	Bacharel em Direito Professor	Líder do governo Matos Peixoto
142. José Mendes Pereira de Vasconcelos	1891	Licania	Bacharel em direito	

143. José Nogueira de Amorim Garcia	1892	Quixeramobim	Proprietário rural e comerciante	
144. José Odorico de Morais	1917-1920; 1921-1924	Crato	Médico	
145. José Pacífico Caracas	1891	Baturité	Médico, Agricultor	
146. José Pedro Soares Bulcão	1921-1924; 1925-1928	Uruburetama	Jornalista, escritor, funcionário público	Serpista
147. José Pinto Coelho de Albuquerque	1892; 1893-1896; 1897-1900; 1901-1904; 1905-1908; 1909-1912	Icó	Comerciante Administrador	Aciolista Primeiro intendente após o 1889
148. José Pompeu Pinto Acióli	1897-1900; 1901-1904; 1917-1920;	Fortaleza	Professor, bacharel em direito	aciolista
149. José Quintino da Cunha	1913-1914	Itapajé	Bacharel em direito - advogado	rabelista
150. José Tomás Lobato de Castro	1892; 1893-1896	?	Militar (Marinha)	
151. Jovino Guedes Alcoforado	1892; 1893-1896	Arneiroz	Professor	Partido Republicano
152. Jovino Pinto Nogueira	1893-1896; 1901-	Icó	Médico	Aciolista Foi prefeito de Icó

	1904; 1909-1912			Primo de Acioli
153. Júlio de Matos Ibiapina	1917-1920	Aquiraz	Jornalista, Professor	Marreta, depois, independente.
154. Juvêncio Joaquim de Santana	1929-1930	Missão Velha	Professor; Juiz (Jardim e Juazeiro); família de proprietários rurais	
155. Leonel Serafim Freire Chaves	1915-1916	Limoeiro do Norte	Professor; bacharel em Direito	
156. Lourenço Alves Feitosa e Castro	1892; 1893- 1896; 1897- 1900; 1901- 1904; 1905- 1908; 1909-1912	Tauá	Militar Agricultor	aciolista
157. Luiz de Sousa Leitão	1891	(n. Quixeramobim) Pentecoste	Padre	Apoiou Clarindo de Queiroz. Saiu do CE em 1900
158. Luiz Felipe de Oliveira	1915- 1916; 1917-1920	Sobral	Comerciante, jornalista	PRC
159. Manoel Moreira da Silva	1913-1914	Fortaleza	Médico	Rabelista
160. Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal	1891; 1892	Fortaleza	Bacharel Direito Recife; Prop. Ateneu Cearense; Professor Liceu	Egresso do antigo Partido Conservador;
161. Manuel Belém de Figueiredo	1901-1904	Milagres	Bacharel em direito; professor; proprietário rural	Aciolista

162.Manuel Carlos de Gouveia	1929-1930	Iguatu	Médico	
163.Manuel do Nascimento Fernandes Távora	1913-1914	Jaguaribe	Médico Farmacêutico	Rabelista – Partido Republicano Cearense
164.Manuel Florêncio de Alencar	1913-1914; 1929-1930	Barbalha	Bacharel em Direito	PRD
165.Manuel Francisco de Alencar	1915-1916			
166.Manuel Leiria de Andrade	1915-1916; 1917-1920	Fortaleza	Bacharel em direito; professor	
167.Manuel Nogueira Borges	1892; 1893-1896; 1897-1900	Licania	Militar e engenheiro	
168.Manuel Sátiro	1915-1916; 1917-1920	Jaguaruana (ex-União)	Bacharel em direito	Aciolista
169.Manuel Sólton Rodrigues Pinheiro	1891	Solonopole (ex Cachoeira)	Bacharel em Direito	Histórico Apoiou Rabelo em 12
170.Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira	1915-1916; 1917-1920	Fortaleza	Médico – Militar	Conservador
171.Manuel Vieira Gomes Coutinho	1891	Crateús (ex Príncipe Imperial)	Proprietário rural, tenente coronel (Guarda Nacional)	Centro republicano
172.Maurício Graccho Cardoso	1901-1904	Sergipe	Bacharel em Direito	Aciolista
173.Maximiniano Barreto	1917-1920; 1921-1924	Crateus	Militar	PRC

174. Meton de Franca Alencar, filho	1909-1912	Fortaleza	Médico	
175. Miguel Augusto Ferreira Leite	1891	Aracati	Operário	Partido Operário
176. Moisés Correa do Amaral	1891	Fortaleza	Bacharel Direito (juiz)	Partido Republicano
177. Napoleão Quezado Filgueiras	1897-1900	Barbalha	Proprietário rural, tabelião, comerciante	PRF
178. Natanael Pegado da Siqueira Cortez	1929-1930	Rio Grande do Norte	Pastor	
179. Olavo Oliveira	1929-1930	Granja	Bacharel em direito	aciolista
180. Oscar Feital	1905-1908; 1909-1912; 1915-1916 (?)	Rio de Janeiro	Engenheiro Militar Professor	aciolista
181. Pantaleão Teles Ferreira	1915-1916	Rio Grande do Sul	Militar	PRC Marreta
182. Pedro Augusto Borges	1892	Fortaleza	Desembargador	Aciolista
183. Pedro Firmeza	1929-1930	Assaré	Bacharel em direito – Jornalista (Diário do Ceará e Correio do Ceará)	Rabelista
184. Pedro Gomes da Rocha	1915-1916	Caucaia	Bacharel em direito, jornalista, juiz	
185. Pedro Silvino de Alencar	1915-1916	Araripe	Proprietário rural, chefe político	aciolista
186. Pergentino Augusto Maia	1921-1924	Jaguaruanã (ex União)	Bacharel em Direito	Serpista

187. Plácido de Pinho Pessoa	1913-1914	Granja	Bacharel em direito (Juiz)	rabelista
188. Polidoro Rodrigues Coelho	1915-1916	Pará	Militar	PRC marreta
189. Pompeu Ferreira Costa Lima	1915-1916; 1917-1920	Aracati	Comerciante	PRC marreta
190. Pompílio Cordeiro da Cruz	1891; 1917-1920; 1921-1924	Canindé	Bacharel em direito; promotor (Crato); professor	Rabelista
191. Raimundo Borges	1901-1904; 1905-1908; 1909-1912	Piauí	Militar Bacharel em direito	Aciolista Genro de Acioli Comandante do Batalhão de Segurança
192. Raimundo Brasil Pinheiro de Melo	1929-1930	Solonopol e	Bacharel em direito	
193. Raimundo do Monte Arrais		Assaré	Bacharel em direito, jornalista	Tavorista
194. Raimundo Ferreira de Sales	1905-1908; 1909-1912	Acarau	Comerciante, proprietário rural	Prefeito do município de Acarau aciolista
195. Raimundo Gomes	1929-1930	Baturité	Dentista, professor da faculdade de Odontologia e Farmácia	
196. Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda	1897-1900; 1901-1904	Sobral	Farmacêutico Bacharel em direito Professor	Aciolista consevador
197. Raul de Sousa Carvalho		Ipu	Bacharel em direito, juiz, jornalista	

198.Reinald da Silva Porto	1901-1904	Aracati	Capitalista: arrendatário da EF Baturité; proprietário rural	
199.Rubens Monte	1917- 1920; 1921- 1924; 1929-1930	Sobral	Engenheiro, militar	(rabelista – PRD)
200.Rui Guedis	1929-1930	Fortaleza	Comerciante, funcionário público	
201.Ruy de Almeida Monte	1913-1914	Sobral	Médico	Rabelista LEC
202.Salustiano José de Melo	1909-1912	Tamboril	Proprietário rural	Aciolista Prefeito municipal
203.Salustiano Moreira a Costa Marinho	1892	Granja	Comerciante	
204.Sebastião Moreira de Azevedo	1921- 1924; 1925- 1928; 1929-1930	Caucaia	Bacharel em direito, professor da academia de direito	
205.Sérgio Augusto de Holanda	1913-1914	Guaramiranga	Proprietário rural em Quixadá, Guaramiranga e Baturité	Rabelista
206.Sylla Ribeiro	1929-1930	Fortaleza	Bacharel em direito; Juiz do Tribunal de Contas; professor	
207.Tibúrcio Gonçalves de Paula	1892; 1893- 1896; 1897- 1900;	n. Viçosa chefe político de	Agricultor	Aciolista

	1901-1904; 1909-1912; 1915-1916; 1917-1920	São Benedito		
208. Tomás Pompeu Pinto Acióli	1892; 1929-1930	Fortaleza	Bacharel em Direito	Aciolista (filho de Acioli)
209. Tristão de Antunes Alencar	1901-1904; 1905-1908	Mesejana	Proprietário	Aciolista
210. Urcesino Xavier de Castro Magalhães	1892; 1893-1896	Santana do Acaraú (Licânia)	Agricultor Tabelião	
211. Valdemiro Cavalcante	1891; 1897-1900; 1901-1904	Granja	Bach Direito	Republicano histórico PRF PRC marreta
212. Valdemiro Moreira	1891; 1901-1904; 1905-1908	Granja	Advogado provisionado	Conservador
213. Vicente Cesário Ferreira Gomes	1891	Sobral	Bacharel em direito; proprietário rural	
214. Vicente Jorge de Sousa	1893-1896	Rio Grande do Norte	Padre	
215. Vicente Loiola	1913-1914	Sobral	Jornalista	Rabelista
216. Vicente Pinto Teixeira	1897-1900; 1901-1904; 1905-	Lavras	Padre	Aciolista Primo de Nogueira Acioli.

	1908; 1909-1912			
217. Vicente Salazar da Cunha	1925-1928	Fortaleza	Padre (monsenhor)	Tavorista
218. Virgílio Correia Lima	1915-1916	Varzea Alegre	Comerciante, proprietário rural	marreta

Fonte: Eduardo Lúcio G. Amaral, 2018.

Anexo C– DEPUTADOS FEDERAIS PELO CEARÁ

21ª legislatura (1890-1891)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Alexandre José Barbosa Lima	Pernambuco	Militar	Centro Republicano
Frederico Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel Direito	Centro Republicano Irmão de Pedro Augusto Borges
Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos	Fortaleza	Bacharel Direito Juiz	Centro Republicano Advindo do Partido Conservador
João Lopes Ferreira Filho	Cascavel	Jornalista	Centro Republicano
José Avelino Gurgel do Amaral	Aracati	Bacharel Direito Juiz	Centro Republicano
José Beviláqua	Vçosa	Proprietário Terras	Centro Republicano Pai de Clóvis Beviláqua
José Freire Bizerril Fontenele	Viçosa	Militar	Centro Republicano
Justiniano de Serpa	Aquiraz	Bacharel em Direito	Centro Republicano Migrou para o Pará
Manoel Coelho Bastos do Nascimento	Jaguaribe, ex- Riacho do Sangue	Bacharel em Direito	Centro Republicano
Martinho Rodrigues de Sousa	Canindé	Jornalista	Centro Republicano

22ª legislatura (1891-1893)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
----------	--------	-----------	-------------------

Alexandre José Barbosa Lima	Pernambuco	Militar	PRF
Frederico Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel Direito	PRF
Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos	Fortaleza	Bacharel Direito Juiz	PRF
João Lopes Ferreira Filho	Cascavel	Jornalista	PRF
José Avelino Gurgel do Amaral	Aracati	Bacharel Direito Juiz	PRF
José Beviláqua	Viçosa	Proprietário Terras	PRF
José Freire Bizerril Fontenele	Viçosa	Militar	PRF
Justiniano de Serpa	Aquiuraz	Bacharel Direito	PRF
Manoel Coelho Bastos do Nascimento	Jaguaretama, ex- Riacho do Sangue	Bacharel em Direito	PRF
Martinho Rodrigues de Sousa	Canindé	Jornalista	PRF

23ª legislatura (1894-1896)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC
Francisco Benévolo	Maranguape	Militar	PRC
Frederico Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC
Helvécio da Silva Monte	Alagoas	Médico	PRC
Ildefonso Correia Lima	Lavras	Proprietário de terras	PRC
João Lopes Ferreira Filho	Cascavel	Jornalista	PRC

José Beviláqua	Viçosa	Proprietário Terra	PRC
Manoel Ambrósio da Silveira Torres Portugal		Bacharel em Direito	PRC Advindo do Partido Conservador
Pedro Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC
Thomaz Cavalcanti de Albuquerque	Fortaleza	Militar	PRC

24ª legislatura (1897-1899)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Francisco Sá	Minas Gerais	Bacharel Direito	PRC Genro de Nogueira Acioli
Frederico Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC
Helvécio da Silva Monte	Alagoas	Médico	PRC
Ildefonso Correia Lima	Lavras	Proprietário de Terras	PRC
João Lopes Ferreira Filho	Cascavel	Jornalista	PRC
João Marinho de Andrade	Sobral	Médico	PRC
José Avelino Gurgel do Amaral	Aracati	Bacharel Direiro Juiz	PRC
Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal	Fortaleza	Bacharel em Direito;	PRC
Pedro Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC
Thomaz Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC Filho de Nogueira Acioli

25ª legislatura (1900-1902)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Agapito dos Santos	Fortaleza	Professor	PRC Genro de João Brígido
Domingos Sérgio de Sabóia e Silva	Sobral	Engenheiro	PRC
Francisco Sá	Minas Gerais	Bacharel Direito	PRC Genro de Nogueira Acioli
Frederico Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC
Gonçalo de Almeida Souto	Fortaleza	Bacharel Direito Juiz	PRC
João Lopes Ferreira Filho	Cascavel	Jornalista	PRC
Thomaz Cavalcanti de Albuquerque	Fortaleza	Militar	PRC
Thomaz Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel Direito Professor	PRC Filho de Nogueira Acioli
Virgílio Brígido	Uruburetama	Bacharel Direito	PRC
Antonio Pinto Nogueira Accioly	Icó	Bacharel Direito	PRC

26ª legislatura (1903-1905)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Domingos Sérgio de Sabóia e Silva	Sobral	Engenheiro	PRC
Eduardo Studart	Fortaleza	Juiz, Médico e Engenheiro	PRC
Francisco Sá	Minas Gerais	Bacharel Direito	PRC

Frederico Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC
Gonçalo de Almeida Souto	Fortaleza	Bacharel Direito Juiz	PRC
João Lopes Ferreira Filho	Cascavel	Jornalista	PRC
José Freire Bizerril Fontenele	Viçosa	Militar	PRC
Thomaz Cavalcanti de Albuquerque	Fortaleza	Militar	PRC
Thomaz Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC
Virgílio Brígido	Uruburetama	Bacharel Direito	PRC

27ª legislatura (1906-1908)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Domingos Sérgio de Sabóia e Silva	Sobral	Engenheiro	PRC
Frederico Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC
Gonçalo de Almeida Souto	Fortaleza	Bacharel Direito Juiz	PRC
João Cordeiro	Santana do Acaraú	Comerciante	PRC
João Lopes Ferreira Filho	Cascavel	Jornalista	PRC
José Freire Bizerril Fontenele	Viçosa	Militar	PRC
Mauricio Graccho Cardoso	Sergipe	Bacharel Direito	PRC Genro de Nogueira Acioli
Thomaz Cavalcanti de Albuquerque	Fortaleza	Militar	PRC
Thomaz Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC
Valdemiro Moreira	Granja	Advogado	PRC

28ª legislatura (1909-1911)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Eduardo Thomé de Sabóia e Silva	Fortaleza	Bacharel Direito Professor Faculdade	PRC Irmão de João Thomé
Euclides Barroso	Canindé	Engenheiro Civil	PRC
Frederico Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC
Gonçalo de Almeida Souto	Fortaleza	Bacharel Direito Juiz	PRC
João Cordeiro	Santana do Acaraú	Comerciante	PRC
João Lopes Ferreira Filho	Cascavel	Jornalista	PRC
José Freire Bizerril Fontenele	Viçosa	Militar	PRC
Mauricio Graccho Cardoso	Sergipe	Bacharel em Direito	PRC
Sérgio de Sabóia e Silva	Sobral	Engenheiro	PRC
Valdemiro Moreira	Granja	Advogado	PRC

29ª legislatura (1912-1914) (4-3-2)

Deputado	Cidade / Estado	Profissão	Partido ou facção
Agapito dos Santos	Fortaleza	Professor	Unitarista
Antonio Gentil de Albuquerque Falcão	Crateús	Militar	PRD
Eduardo Thomé de Sabóia e Silva	Fortaleza	Bacharel Direito Professor Faculdade	PRC
Frederico Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC

João Lopes Ferreira Filho	Cascavel	Jornalista	PRC
Jose Antonio Flores da Cunha	Rio Grande do Sul	Militar	PRD
José Freire Bizerril Fontenele	Viçosa	Militar	PRC
Manoel Moreira da Rocha	Fortaleza	Farmacêutico	PRD
Thomaz Cavalcanti de Albuquerque	Fortaleza	Militar	PRC Marreta
Virgílio Brígido	Uruburetama	Bacharel Direito	Unitarista

30ª legislatura (1915-1917) (6-4)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes	Quixeramobim	Médico	PRD
Eduardo Studart	Fortaleza	Bacharel em Direito, Médico e Engenheiro Civil	PRC
Eduardo Thomé de Sabóia e Silva	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC
Frederico Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC
Gustavo Barroso	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC
Ildefonso Albano	Fortaleza	Comerciante	PRD
José Lino da Justa	Pacatuba	Médico	PRD
Manoel Moreira da Rocha	Fortaleza	Farmacêutico	PRD
Thomaz Pompeu de Paula Pessoa Rodrigues	Fortaleza	Bacharel Direito	PRD
Vicente Osório de Paiva	Fortaleza	Militar	PRD

31ª legislatura (1918-1920) (6-4)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Eduardo Thomé de Sabóia e Silva	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC
Frederico Augusto Borges	Fortaleza	Bacharel Direito	PRC Aciolista
Hermínio Barroso	Canindé	Bacharel Direito	PRC Marreta
Ildefonso Albano	Fortaleza	Comerciante	PRD
João Marinho de Andrade	Sobral	Médico	PRC
Manoel Moreira da Rocha	Fortaleza	Farmacêutico	PRD
Thomaz Cavalcanti de Albuquerque	Fortaleza	Militar	PRC Marreta
Thomaz Pompeu de Paula Pessoa Rodrigues	Fortaleza	Bacharel Direito	PRD Sobralense
Thomaz Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC Aciolista
Vicente Osório de Paiva	Fortaleza	Militar	PRD

32ª legislatura (1921-1923)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Daniel Vieira Carneiro	Paraíba	Bacharel Direito	Partido Situacionista
Floro Bartolomeu da Costa	Bahia (para Juazeiro)	Médico	PRC Cariri
Godofredo Maciel	Baturité	Advogado	Partido Situacionista
Hermenegildo de Brito Firmeza	Fortaleza	Bacharel Direito	PRD
Hugo Ribeiro Carneiro	Pará	Advogado	Partido Situacionista

João Marinho de Andrade	Sobral	Médico	PRC
José Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC
Manoel Alfredo Rodrigues Pinheiro		Médico	Partido Situacionista
Manoel Moreira da Rocha	Fortaleza	Farmacêutico	PRD
Thomaz Pompeu de Paula Pessoa Rodrigues	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRD Sobralense

33ª legislatura (1924-1926)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Floro Bartolomeu da Costa	Bahia (para Juazeiro)	Médico	PRC Cariri
Hermenegildo de Brito Firmeza	Fortaleza	Bacharel Direito	PRD
Hugo Ribeiro Carneiro	Pará	Advogado	
João Marinho de Andrade	Sobral	Médico	PRC
José Lino da Justa	Pacatuba	Medico	PR Cearense
Jose Nelson de Araujo Catunda		Médico	PRD
Manoel Leiria de Andrade	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRD
Manoel Moreira da Rocha	Fortaleza	Farmacêutico	PRD
Manoel Sátiro	Jaguaruana (ex-União)	Bacharel em Direito	PRC
Thomaz Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC

34ª legislatura (1927-1929)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Floro Bartolomeu da Costa	Bahia (para Juazeiro)	Médico	PRC Cariri
Hermenegildo de Brito Firmeza	Fortaleza	Bacharel Direito	PRD
José Lino da Justa	Pacatuba	Médico	PR Cearense
Jose Nelson de Araujo Catunda		Médico	PRD
José Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC Aciolista
Leiria de Andrade	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRD
Manoel Moreira da Rocha	Fortaleza	Farmacêutico	PRD
Manoel Sátiro	Jaguaruana (ex-União)	Bacharel em Direito	PRD
Tertuliano Albuquerque Potyguara	Sobral	Militar	PR Cearense
Thomaz Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC Aciolista

35ª legislatura (1930)

Deputado	Cidade	Profissão	Partido ou facção
Hermenegildo de Brito Firmeza	Fortaleza	Bacharel Direito	PRD
José Moreira da Rocha	Sobral	Desembargador	PRC
Jose Nelson de Araujo Catunda		Médico	PRD
José Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC
Manoel Moreira da Rocha	Fortaleza	Farmacêutico	PRD
Manoel Sátiro	Jaguaruana (ex-União)	Bacharel em Direito	PRD

Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira	Fortaleza	Militar Médico	PRC
Manoelito Moreira da Rocha	Fortaleza	Médico	PRD
Tertuliano Albuquerque Potyguara	Sobral	Militar	PR Cearense
Thomaz Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel em Direito	PRC

Fonte: Eduardo Lúcio G. Amaral, 2018.

Anexo D – SENADORES PELO CEARÁ (1889-1930)

21ª legislatura (1890-1891)

- Joaquim Catunda (republicano histórico) (Centro Republicano)
- Manuel Bezerra de Albuquerque (União Republicana)
- Theodureto da Costa Farias Souto (União Republicana)

22ª legislatura (1892-1893)

- Joaquim Catunda (Centro Republicano);
- João Cordeiro (republicano histórico) (União Republicana)
- João Brígido (aliado de Nogueira Accioly) (União Republicana)

23ª legislatura (1894-1896)

- Joaquim Catunda (PRF);
- João Cordeiro (PRF);
- Nogueira Accioly, antigo senador da monarquia (PRF)

24ª legislatura (1897-1899)

- Joaquim Catunda (PRF);
- João Cordeiro (PRF);
- General Bizerril Fontenele, ex-presidente estadual (PRF);

25ª legislatura (1900-1902)

- Joaquim Catunda (PRF)
- João Cordeiro (PRF)
- General Bizerril Fontenele (PRF)

26ª legislatura (1903-1905)

- Joaquim Catunda (a partir de 1904, Pedro Augusto Borges) (PRF)
- João Cordeiro (PRF)
- General Bizerril Fontenele (PRF)

27ª legislatura (1906-1908)

- Pedro Augusto Borges, ex-presidente estadual (PRC)
- General Bizerril Fontenele (PRC);
- Francisco Sá, genro do presidente estadual, Nogueira Accioly (PRC)

28ª legislatura (1909-1911)

- General Bizerril Fontenele (PRC);
- Francisco Sá (substituído em 1910 por Domingos Carneiro) (PRC)
- Tomás Accioly, filho do presidente estadual, Nogueira Accioly (PRC);

29ª legislatura (1912-1914)

- Francisco Sá (PRC);
- Domingos Carneiro (desembargador) (PRC);
- Pedro Augusto Borges (PRC).

30ª legislatura (1915-1917)

- Francisco Sá (PRC);
- Domingos Carneiro (PRC);
- Pedro Augusto Borges (PRC).

31ª legislatura (1918-1920)

- Benjamin Liberato Barroso, ex-presidente estadual (PRC);
- Pedro Augusto Borges (PRC);
- Francisco Sá (PRC);

32ª legislatura (1921-1923)

- João Thomé, ex-presidente estadual (PRD);
- José Accioly, filho do ex-presidente Nogueira Accioly (PRC);
- Benjamin Liberato Barroso (PRC).

33ª legislatura (1924-1926)

- Thomás Pompeu de Paula Rodrigues (PRD);
- Benjamin Liberato Barroso (PRC);

- José Accioly (PRC).

34ª legislatura (1927-1929)

- Thomás Pompeu de Paula Rodrigues (PRD);
- Francisco Sá (PRC);
- José Accioly (PRC);

35ª legislatura (1930)

- José Accioly (PRC)
- João Thomé (PRD)
- Thomás Pompeu de Paula Rodrigues (PRD)

Fonte: Eduardo Lúcio G. Amaral, 2018.

Anexo E: ELEITORES QUALIFICADOS NO CEARÁ (1916-1930).

Comarca	Eleitores (1916)	Eleitores (1917)	Eleitores (1918)	Eleitores (1921)	Eleitores (1922)	Eleitores (1923)	Eleitores (1924)
Fortaleza	4360	3941	6445	5961	5220	5220	5220
Aracati	Nd	190	557	983	1678	1678	1678
Acaraú	894	535	841	1552	1589	1840	1987
Assaré	1636	794	1750	2396	2425	2631	2653
Barbalha	-	-	-	1864	1834	1915	1921
Baturité	1035	939	1338	4239	4328	4427	4584
Canindé	668	974	1057	Fundiu com Baturité, possuía 1045 eleitores.	-	-	-
Cascavel	656	752	845	1026	1026	1559	1558
Camocim	-	-	-	930	930	995	995
Crateús	623	863	1129	2215	2152	2366	2371
Crato	4368	3317	5836	4210	4222	1140(Juazeiro foi separado)	1440
Granja	4330	1383	1783	1300	1300	1575	1575
Iguatu	1841	1869	2407	3549	3610	3273	4017
Icó	824	665	1064	1191	1191	1201	1291
Itapipoca	1082	581	773	1798	1798	2131	2213
Ipu	1100	965	1181	1721	1996	2019	2318
Jaguaribe Mirim	933	838	1123	1199	1206	1252	1323
Jardim	Nd	672	741	905	950	1057	1105
Juazeiro	-	-	-	-	-	3248	3.248
Lavras	Nd	2318	Nd	3914	4402	4505	4478
Maranguape	1448	794	Nd	1767	1767	1791	1815
Massapê	-	-	-	1485	1612	1736	1751

Milagres	-	-	-	877	877	855	855
Pacatuba	954	759	888	Fundiu com Maranguape, possuía 479 eleitores	-	-	-
Quixadá	Nd	1077	2918	2172	2144	2444	2804
Quixeramobim	686	743	Nd	1786	1796	1958	2006
Senador Pompeu	1327	866	1944	2127	2146	2262	2303
São Benedito	1088	671	1786	9565	2039	2951	2990
Sobral	1608	1461	1822	1259	1141	2013	2013
Russas	Nd	1652	Nd	2465	2465	2661	2716
São Francisco	1395	574	1856	1533	1583	1716	1883
Tauá	Nd	404	883	1000	1000	1082	1301
Tamboril	1407	599	653	Fundiu com Crateús, possuía 383 eleitores	-	-	-
Viçosa	633	277	366	673	1241	1332	1332
Total	34.929	31.274	42.853	63.085	61.968	67.213	69.228
População do Estado	1.018.006	1.018.006	1.018.006	1.319.228	1.319.228	1.319.228	1.319.228
Proporção	3,9% da população é alistado	3% da população do estado é alistado	4,2%	4,7%	4,6%	5% da população do estado é alistado	5,2% da população é alistado

Comarca	Eleitores (1925)	Eleitores (1926)	Eleitores (1927)	Eleitores (1928)	Eleitores (1929)	Eleitores (1930)
Fortaleza	6078	6199	6205	6477	9438	9438
Aracati	1690	1690	1796	2404	3569	3569
Acaraú	2109	2389	2389	2389	2854	2835
Assaré	3085	3108	3320	3630	4300	4184
Barbalha	1963	2340	2352	2382	3374	3374
Baturité	4736	3973	4820	5306	6308	6421
Canindé	-	-	-	-	-	-
Cascavel	1550	2851	898* (dados referentes somente a Aquiraz)	898* (dados referentes somente a Aquiraz)	4402	4383
Camocim	1112	1193 (fundiu com Granja)	1195	1642	2099	2099
Crateús	2649	2653	2775	3132	5203	5408
Crato	1780	1789	1789	1789	3419	3419
Granja	1628	1626	1626	1626	3455	3455
Iguatu	5023	5054	5204	4940	5733	5897
Icó	1380	1029	1029	548	1963	2263
Itapipoca	2644	2623	2623	2945	3819	3773
Ipu	3097	3369	3632	3779	7535	7556
Jaguaribe Mirim	1454	1482	1482	1602	3175	2581
Jardim	1504	1651	1645	1874	2289	2282
Juazeiro	3248	3003 (fundiu com Crato)	3003	3800 (separou- se do Crato)	4418 (fundiu com Crato)	4418
Lavras	5033	5416	5373	5317	7205	7205
Maranguape	2007	2016	2016	2016	2911	2911
Massapê	1751	1751	2025	2338	3047	3047

Milagres	895	752	752	752	1582	1582
Pacatuba	-			-	-	-
Quixadá	3337	3589	3337	3337	4160	4160
Quixeramobim	2044	2160	2223	2736	3415	2419
Senador Pompeu	2844	3331	3584	4172	4756	4457
São Benedito	3459	3458	3529	3532	6204	6258
Sobral	2013	2013	2013	2013	3753	4235
Russas	2755	2749	2720	2720	3633	3633
São Francisco	1833	1891	1939	2213	2927	2966
Tauá	1483	1642	1561	2628	2815	2817
Tamboril	-	-	-	-	-	-
Viçosa	1589	1589	1877	1936	2156	2149
Total	76.576	83.278	85.198	86.863	125.777	124.681
População do Estado	1.510.000 (est.)	1.522.309 (est.)	1.556.156 (est.)	1.590.003 (est.)	1.623.850	1.662.047
Proporção	5,7% da população é alistado	5,4%	5,4%	5,3%	7,75%	7,51%

Fonte: Eduardo Lúcio G. Amaral, 2018.

